



**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA**  
**CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E**  
**BENS CULTURAIS**  
**DOCTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA:**  
**história institucional e cultura organizacional da tropa aeroterrestre brasileira**

Apresentada por  
**CLAUDIUS GOMES DE ARAGÃO VIANA**

Professor Orientador Acadêmico: Prof. Dr. CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO

Rio de Janeiro, março de 2020.



**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA**  
**CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS**  
**CULTURAIS**  
**DOCTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

Professor Orientador Acadêmico: Prof. Dr. CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO

Autor: CLAUDIUS GOMES DE ARAGÃO VIANA

**A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA:**  
**história institucional e cultura organizacional da tropa aeroterrestre brasileira**

Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, março de 2020.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV**

Viana, Claudius Gomes de Aragão

A Brigada de Infantaria Paraquedista: história institucional e cultura organizacional da tropa aeroterrestre brasileira / Claudius Gomes de Aragão Viana. – 2020.

375 f.

Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Celso Corrêa Pinto de Castro.

Inclui bibliografia.

1. Brasil. Exército. Brigada de Infantaria Paraquedista – História. 2. Paraquedismo – Brasil – História. 3. Cultura organizacional. I. Castro, Celso, 1963-. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 356.1660981

CLAUDIUS GOMES DE ARAGÃO VIANA

**“A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA: HISTÓRIA INSTITUCIONAL E CULTURA ORGANIZACIONAL DA TROPA AEROTERRESTRE BRASILEIRA”.**

Tese apresentado(a) ao Curso de DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS do(a) CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL para obtenção do grau de Doutor(a) em História, Política e Bens Culturais.

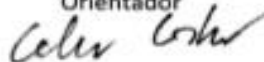
Data da defesa: 10/03/2020

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

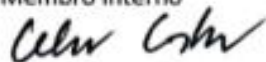
**Presidente da Comissão Examinadora: Prof<sup>o</sup> CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO**



CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO  
Orientador



p/ SÍLVIA MONNERAT BARBOSA  
Membro Interno



p/ PIERO LEIRNER  
Membro Externo



M FERNANDO RODRIGUES  
Membro Externo



p/ VAGNER CAMILO ALVES  
Membro Externo

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro[s] da Banca Examinadora de forma não-presencial\*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

\*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

*Para Luisa Takanaca,  
Com amor.*

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à contribuição e ao apoio de muitas pessoas. Nesse momento final, o risco de omitir alguma delas não supera a necessidade de agradecer a outras tantas.

É especialmente importante reconhecer os méritos da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, instituição de excelência, por proporcionar as condições que permitiram meu ingresso e permanência no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, bem como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão da bolsa durante parte da realização deste curso de doutorado.

Agradeço à analista de suporte acadêmico do CPDOC, Daniela Pinheiro dos Santos Aires, pela simpatia, boa vontade e pronta disponibilidade demonstradas em todas as oportunidades que precisei de seu apoio.

Pelos ensinamentos recebidos nas disciplinas curriculares, apresento meus agradecimentos aos seguintes professores do CPDOC: Alexandre Luis Moreli Rocha, João Marcelo Ehlert Maia e Paulo Roberto Ribeiro Fontes.

Agradeço a todos os colegas de turma pelo convívio e pelas sugestões, críticas, contribuições e ideias apresentadas para enriquecer este trabalho. Estendo esse agradecimento aos alunos do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, junto aos quais tive a grata oportunidade de realizar o estágio de docência durante o primeiro semestre de 2018, na disciplina curricular Cultura e Sociedade.

Meus sinceros agradecimentos aos professores Alexandre Luis Moreli e Fernando da Silva Rodrigues, não apenas pelas valiosas sugestões e críticas apresentadas na banca de qualificação, mas, sobretudo, pelo modo gentil como o fizeram. Estendo esse agradecimento aos membros da banca examinadora: o professor Fernando da Silva Rodrigues, da Universidade Salgado de Oliveira; o professor Piero de Camargo Leirner, da Universidade Federal de São Carlos; a professora Silvia Monnerat Barbosa, da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas; e o professor Vagner Camilo Alves, da Universidade Federal Fluminense, tanto pela disposição na leitura cuidadosa desta tese, quanto pelas generosas palavras com que a ela se referiram durante a sua defesa.

Esta pesquisa não existiria - literalmente - se não fosse pela confiança que me foi concedida desde os primeiros momentos pelo professor Celso Castro, que ultrapassando em muito as obrigações de uma boa orientação, forneceu-me grandes amostras do

profissionalismo, da inteligência e da generosidade que constituem suas marcas pessoais. Devo agradecer-lhe também pela supervisão durante a realização do estágio de docência, cumprido durante o primeiro semestre de 2018, nas aulas de Cultura e Sociedade para os alunos do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Este trabalho foi acompanhado com entusiasmo e paixão pelo meu irmão, mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Luiz Claudio Freire da Costa, credor dos meus agradecimentos e mais intenso respeito.

Jocimar Caetano Almeida, Juscelino Paiva Antão e Laudicir Zamai Junior, bons amigos, foram importantes interlocutores, sempre atentos e pacientes para acompanhar as divagações que futuramente tomariam uma forma academicamente apresentável nesta pesquisa, e por isso merecem meu muito obrigado.

Estes agradecimentos precisam ser estendidos aos seguintes paraquedistas militares, profissionais admiráveis que inspiraram grande parte deste trabalho Antônio de Oliveira da Gama Filho, Antônio Elcio Franco Filho, Gilberto Gil de Souza, Gilberto Maciel de Souza, Jocimar Caetano Almeida, Juscelino Paiva Antão, Luiz Antônio Pereira Bastos, Marcelo Souza Oliveira e Marcos Valério Gibson. Nesta lista, que obviamente poderia ser bem mais extensa, incluo com destaque meu bom amigo Max Thadeu Bogdanovicz Duglosz.

Caso os paraquedistas do Exército Brasileiro possuíssem um tipo ideal, ele estaria representado em Manoel Caetano Madeira Neto, o sargento Madeira, a quem, *in memoriam*, apresento os mais profundos agradecimentos pelo exemplo de vida, inteligência, camaradagem e profissionalismo.

Finalmente, estendo estes agradecimentos a todos aqueles que comemoram comigo a conclusão deste trabalho.

*Quantos sonhos em sonhos acordo aterrado  
A terrores noturnos minha alma se leva  
É um insight soturno é o futuro passando  
Na velocidade terrível da queda*

*Ante o colapso final a vertigem  
Próximo ao chão a penúltima descoberta  
Que a lógica violenta das cores tinge  
A velocidade terrível da queda*

*Como cair do céu é tão simples  
Queda que a tudo e a todos transtorna  
Ah! As bombas, a chuva, os anjos e os loucos  
O mundo todo na velocidade terrível da queda*

*Resvalando em abismos um pôr do sol furioso  
Que a sensação de perda ao ver exagera  
É o desespero vermelho de um apocalipse luminoso  
Ejaculado na velocidade terrível da queda*

*Diante do medo um sorriso aeróbico  
Nas bochechas a câimbra de uma alegria incompleta  
Nada como um sorriso burro e paranoico  
Para não perceber a velocidade terrível da queda*

*Lobão – A Queda*



## RESUMO

Esta tese consiste em uma investigação sobre a Brigada de Infantaria Paraquedista, organização militar sediada na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo a respeito da cultura organizacional e da memória institucional de uma entidade que, ao longo de 75 anos, participou ativamente das intervenções militares na vida política e social brasileira. O objetivo geral da pesquisa foi traçar um amplo panorama histórico e cultural da tropa paraquedista brasileira, partindo da hipótese de que tal instituição desenvolveu projetos e experiências singulares e originais no seio das Forças Armadas. Havia dois objetivos específicos: 1º) conhecer o passado da instituição, reconstituindo e narrando a história da sua criação e evolução; e 2º) conhecer a lógica do seu funcionamento e suas particularidades em relação a outras organizações militares. Pretendeu-se também verificar a hipótese de que a instituição pesquisada fomenta uma cultura organizacional peculiar, incentivando a construção de memórias e representações favoráveis à sua própria imagem. O estudo se embasou na teoria desenvolvida por Edgard Schein, e a metodologia empregada seguiu preceitos do mesmo autor. O capítulo de abertura apresenta informações a respeito do desenvolvimento do paraquedismo, sua evolução e principais personagens. Nos seguintes, parte-se do início do século XX, acompanhando o progresso das Forças Armadas brasileiras no campo da aeronavegação e do paraquedismo; atinge-se a década de 1940, cenário do grande conflito mundial; e enfatiza-se os últimos 75 anos, período de existência da tropa paraquedista brasileira. As fontes incluem depoimentos e registros não oficiais, como cartas pessoais, jornais e revistas; acervos pessoais; documentos da própria instituição e outros de domínio público, principalmente aqueles disponibilizados pela Biblioteca Nacional e pelo Arquivo Nacional; audiovisuais, filmetes institucionais e longas-metragens. A estrutura do trabalho é de uma narrativa em ordem cronológica, que destaca e analisa a participação dos paraquedistas em episódios históricos de maior interesse, articulando os fatos destacados ao contexto sócio-histórico e ao cotidiano da tropa.

**Palavras-chave:** Exército Brasileiro. Brigada Paraquedista. Cultura organizacional.

## **ABSTRACT**

*This thesis consists of an investigation about the Brigade of Parachutist Infantry, a military organization based in the city of Rio de Janeiro. It is a study about the organizational culture and institutional memory of an entity that, over 75 years, actively participated in military interventions in Brazilian political and social life. The general objective of the research was to draw a broad historical and cultural panorama of the Brazilian parachutist troops, based on the hypothesis that such institution developed unique and original projects and experiences within the Armed Forces. There were two specific objectives: 1) to know the institution's past, reconstructing and narrating the history of its creation and evolution; and 2) to know the logic of its operation and its particularities in relation to other military organizations. It was also intended to verify the hypothesis that the researched institution fosters a peculiar organizational culture, encouraging the construction of memories and representations favorable to its own image. The study was based on the theory developed by Edgard Schein, and the methodology employed followed the precepts of the same author. The opening chapter presents information about the development of parachuting, its evolution and main characters. In the following, it starts from the beginning of the twentieth century, following the progress of the Brazilian Armed Forces in the field of aviation and skydiving; the 1940s were reached, the scene of the great world conflict; and the last 75 years are emphasized, the period of existence of the Brazilian parachutist troop. Sources include testimonies and unofficial records, such as personal letters, newspapers and magazines; personal collections; documents from the institution itself and others in the public domain, especially those made available by the National Library and the National Archives; audiovisual, institutional films and feature films. The structure of the work is a narrative in chronological order, which highlights and analyzes the parachutists' participation in historical episodes of greatest interest, articulating the facts highlighted to the socio-historical context and to the daily life of the troops.*

**Keywords:** *Brazilian Army. Brigada Paraquedista. Organizational culture.*

## RÉSUMÉ

*Cette thèse consiste en une enquête sur la Brigade d'Infanterie Parachutiste, une organisation militaire basée dans la ville de Rio de Janeiro. Il s'agit d'une étude sur la culture organisationnelle et la mémoire institutionnelle d'une entité qui, pendant 75 ans, a activement participé aux interventions militaires dans la vie politique et sociale brésilienne. L'objectif général de la recherche était de décrire un large panorama historique et culturel de la troupe de parachutistes brésiliens, basé sur l'hypothèse qu'une telle institution a développé des projets et des expériences uniques et originaux au sein des Forces armées. Il y avait deux objectifs spécifiques: 1 °) connaître le passé de l'institution, reconstruire et raconter l'histoire de sa création et de son évolution; et 2) connaître la logique de son fonctionnement et ses particularités par rapport aux autres organisations militaires. Il s'agissait également de vérifier l'hypothèse que l'institution recherchée favorise une culture organisationnelle particulière, favorisant la construction de mémoires et de représentations favorables à sa propre image. L'étude était basée sur la théorie développée par Edgard Schein, et la méthodologie employée a suivi les préceptes du même auteur. Le premier chapitre présente des informations sur le développement du parachutisme, son évolution et ses personnages principaux. Dans ce qui suit, elle commence au début du XXe siècle, suite aux progrès des Forces armées brésiliennes dans le domaine de l'aviation et du parachutisme; les années 40 ont été atteintes, le théâtre du grand conflit mondial; et les 75 dernières années sont soulignées, la période d'existence de la troupe parachutiste brésilienne. Les sources comprennent des témoignages et des dossiers non officiels, tels que des lettres personnelles, des journaux et des magazines; collections personnelles; les documents de l'institution elle-même et d'autres du domaine public, en particulier ceux mis à disposition par la Bibliothèque nationale et les Archives nationales; films audiovisuels, institutionnels et longs métrages. La structure de l'œuvre est un récit par ordre chronologique, qui met en évidence et analyse la participation des parachutistes à des épisodes historiques de plus grand intérêt, articulant les faits mis en évidence au contexte socio-historique et à la vie quotidienne des troupes.*

**Mots-clés:** *armée brésilienne. Brigada Paraquedista. Culture organisationnelle.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### 1. QUADROS

Quadro 1 – Primeiros paraquedistas da Força Aérea Brasileira .....	83
Quadro 2 – Os “pioneiros” .....	116
Quadro 3 – Segundo grupo de “pioneiros” .....	124
Quadro 4 – Terceiro grupo de “pioneiros” .....	124
Quadro 5 – “Pioneiros” de 1948 .....	127
Quadro 6 – Cursos e estágios relacionados à atividade de paraquedismo .....	182
Quadro 7 – Comandantes do Núcleo da Divisão Aeroterrestre .....	198
Quadro 8 – Comandantes da Brigada Aeroterrestre .....	242
Quadro 9 – Comandantes da Brigada Paraquedista .....	291
Quadro 10 – Testes físicos para admissão na tropa paraquedista .....	304
Quadro 11 – Atividades de instrução da Brigada de Infantaria Paraquedista .....	306
Quadro 12 – Distintivos dos cursos da Brigada de Infantaria Paraquedista .....	308
Quadro 13 – Identidade de cor das subculturas .....	310
Quadro 14 – Comandantes da Brigada de Infantaria Paraquedista .....	341

### 2. TABELAS

Tabela 1 – Paraquedistas formados no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (1952 – 1968)	158
Tabela 2 – Paraquedistas formados na Brigada Paraquedista (1972 – 1985) .....	289

### 3. FIGURAS

Figura 1 – O paraquedas de Garnerin .....	38
Figura 2 – Paraquedas na Abissínia .....	42
Figura 3 – Ascensão do aeróstato de Eduardo Heill .....	47
Figura 4 – Balão de observação empregado na Guerra do Paraguai .....	49
Figura 5 – <i>Miss</i> Alma Beaumont .....	51
Figura 6 – <i>Mr.</i> Stanley Edward Spencer (1868-1906) .....	52
Figura 7 – O dirigível de Augusto Severo .....	56

Figura 8 – O Balão Militar nº 1 .....	57
Figura 9 – O Balão Militar <i>Pilot</i> .....	59
Figura 10 – Carlos Chevalier se lança do Breguett nº 2 .....	67
Figura 11 – O salto de Carlos Chevalier .....	68
Figura 12 – Charles Astor no Campo dos Afonsos .....	80
Figura 13 – Paraquedistas da Aeronáutica .....	82
Figura 14 – Semana da Asa .....	93
Figura 15 – Roberto de Pessôa (1910-2010) .....	101
Figura 16 – “Grandes torres” .....	111
Figura 17 – “Pequenas torres” .....	112
Figura 18 – Embarque para o salto .....	126
Figura 19 – Distintivo da Escola de Paraquedistas .....	136
Figura 20 – Distintivo da Escola de Paraquedistas .....	138
Figura 21 – Conjunto de pavilhões da artilharia .....	147
Figura 22 – Cerimônia no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (1) .....	149
Figura 23 – “Brevetação” .....	151
Figura 24 – Cerimônia no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (2) .....	152
Figura 25 – Cerimônia no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (3) .....	154
Figura 26 – Ginástica calistênica na área de estágios .....	155
Figura 27 – Ginástica com toros e “falsa baiana” .....	156
Figura 28 – <i>Charge</i> das vias de acesso ao Regimento Santos Dumont .....	159
Figura 29 – <i>Charge</i> das instalações do Regimento Santos Dumont .....	160
Figura 30 – Vista do Regimento Santos Dumont, 1968 .....	161
Figura 31 – Área de estágios (pista de aparelhos) .....	164
Figura 32 – Área de estágios (falso avião) .....	165
Figura 33 – Área de estágios (balanço) .....	166
Figura 34 – Inspeção pelo mestre de saltos .....	169
Figura 35 – Área de estágios (portal) .....	177
Figura 36 – Área de estágios (região do cerimonial) .....	178
Figura 37 – Área de estágios (supedâneo do instrutor chefe) .....	179
Figura 38 – Distintivos .....	309
Figura 39 – Capa da revista Verde-Oliva: tenentes Ivi e Paula Raquel .....	333

## SUMÁRIO

	<b>DEDICATÓRIA</b> .....	iii
	<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	iv
	<b>EPÍGRAFE</b> .....	v
	<b>RESUMO</b> .....	vii
	<b>ABSTRACT</b> .....	viii
	<b>RÉSUMÉ</b> .....	ix
	<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	x
	<b>SUMÁRIO</b> .....	xii
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
1.1	OBJETO .....	19
1.2	OBJETIVOS .....	23
1.3	QUADRO TEÓRICO .....	24
1.4	METODOLOGIA E FONTES .....	27
<b>2</b>	<b>UMA HISTÓRIA PRELIMINAR</b> .....	34
2.1	PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES .....	34
2.2	BREVE HISTÓRIA DO PARAQUEDISMO .....	37
2.3	PRIMÓRDIOS DO PARAQUEDISMO NO BRASIL .....	45
2.4	O PARQUE DE AEROSTAÇÃO DE REALENGO .....	55
2.5	A ESCOLA DE AVIAÇÃO MILITAR .....	60
2.6	O “SALTO DA MORTE” DO TENENTE CHEVALIER .....	65
2.7	DA AVENTURA AO <i>SPORT</i> : AS DÉCADAS DE 1920 E 1930 .....	76
2.8	1940: MILITARES PARAQUEDISTAS E PARAQUEDISMO MILITAR .....	81
2.9	CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO .....	85
<b>3</b>	<b>A ESCOLA DE PARAQUEDISTAS (1945-1952)</b> .....	90
3.1	OS PARAQUEDISTAS VÃO À GUERRA .....	91
3.2	O EXÉRCITO NA ERA VARGAS .....	97
3.3	ROBERTO DE PESSÔA .....	99
3.4	NESTOR PENHA BRASIL .....	119
3.5	OS PRIMEIROS ANOS DA ESCOLA DE PARAQUEDISTAS .....	122
3.5.1	AS PRIMEIRAS ATIVIDADES AEROTERRESTRES .....	124
3.5.2	A MEMÓRIA DOS MORTOS .....	130

3.5.3	SÍMBOLOS, DISTINTIVOS – E OUTRAS RECOMPENSAS .....	134
3.6	QUATROCENTOS PARAQUEDISTAS NUM SALTO ESPETACULAR .....	139
<b>4</b>	<b>O NÚCLEO DA DIVISÃO AEROTERRESTRE (1952-1968) .....</b>	<b>142</b>
4.1	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....	142
4.1.1	A VILA MILITAR DE DEODORO .....	143
4.1.2	A COLINA LONGA .....	146
4.1.3	POUCOS RECURSOS, MUITA CRIATIVIDADE .....	148
4.1.4	A ÁREA DE ESTÁGIOS .....	155
4.1.5	ALÉM DA COLINA LONGA .....	157
4.1.6	USOS DO ESPAÇO .....	162
4.2	CURSOS E ESTÁGIOS .....	163
4.2.1	CURSO BÁSICO DE PARAQUEDISMO .....	165
4.2.1.1	<i>Curso básico paraquedista (oficiais e sargentos) .....</i>	<i>167</i>
4.2.1.2	<i>Estágio básico paraquedista (cabos e soldados) .....</i>	<i>168</i>
4.2.2	CURSO DE MESTRE DE SALTO .....	168
4.2.3	CURSO DE PARAQUEDISTA PRECURSOR .....	170
4.2.4	DOBRAGEM, MANUTENÇÃO DE PARAQUEDAS E SUPRIMENTO PELO AR .....	170
4.2.5	CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS .....	171
4.2.6	CURSO DE AÇÕES DE COMANDOS .....	172
4.2.7	ESTÁGIO DE SALTO LIVRE E ESTÁGIO DE SALTO LIVRE AVANÇADO .....	174
4.2.8	CURSOS DE TRANSPORTE DE TROPAS, DE DESTRUIÇÃO E DE TRANSMISSÕES ....	174
4.2.9	ASPECTOS SIMBÓLICOS E RITUAIS DOS CURSOS E ESTÁGIOS .....	174
4.2.9.1	<i>A “marcação de capacetes” .....</i>	<i>175</i>
4.2.9.2	<i>Cerimonial de entrada e de saída da área de estágios .....</i>	<i>176</i>
4.2.9.3	<i>“Brevetação” .....</i>	<i>180</i>
4.2.9.4	<i>Considerações .....</i>	<i>182</i>
4.3	FORÇAS PARAQUEDISTAS NA AMÉRICA DO SUL .....	183
4.3.1	REPÚBLICA ARGENTINA .....	184
4.3.2	REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA .....	185
4.3.3	REPÚBLICA DA COLÔMBIA .....	186
4.3.4	REPÚBLICA DO PARAGUAI .....	187
4.3.5	REPÚBLICA DO EQUADOR .....	188
4.3.6	REPÚBLICA DO PERU .....	190

4.3.7	ESTADO PLURINACIONAL DE BOLÍVIA .....	191
4.3.8	REPÚBLICA DO CHILE .....	192
4.3.9	REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI .....	193
4.3.10	GUIANA FRANCESA .....	194
4.3.11	REPÚBLICA DO SURINAME .....	194
4.3.12	REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA .....	195
4.3.13	NOTA .....	196
4.4	EXTINÇÃO DO NÚCLEO .....	197
<b>5</b>	<b>A BRIGADA AEROTERRESTRE (1969-1971) .....</b>	<b>199</b>
5.1	A BRIGADA AEROTERRESTRE .....	199
5.1.1	MITOS E HERÓIS DA BRIGADA AEROTERRESTRE .....	200
5.1.2	HÉRCULES 56 .....	202
5.1.3	LY ADORNO DE CARVALHO .....	206
5.2	O INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 104 .....	210
5.2.1	A COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES .....	211
5.2.2	DESASSOSSEGO NO NÚCLEO .....	214
5.2.2.1	<i>O “caso do feijão”</i> .....	218
5.2.2.2	<i>O “caso Mesquita”</i> .....	219
5.2.2.3	<i>O “caso Balalaica”</i> .....	220
5.2.2.4	<i>O caso Dominó</i> .....	220
5.2.2.5	<i>O caso da Caixa Econômica Federal</i> .....	221
5.2.2.6	<i>O atentado contra Lacerda</i> .....	224
5.2.3	OUTRAS CONSIDERAÇÕES .....	227
5.2.3.1	<i>Grupamento de Unidades Divisionárias</i> .....	231
5.2.3.2	<i>Regimento Santos Dumont</i> .....	234
5.2.3.3	<i>Grupo de Obuses Aeroterrestre</i> .....	235
5.2.4	CONSEQUÊNCIAS .....	237
5.3	SOB O TÍTULO DE “BRIGADA AEROTERRESTRE” .....	241
5.4	A TÍTULO DE DESFECHO .....	244
<b>6</b>	<b>A BRIGADA PARAQUEDISTA (1972-1984) .....</b>	<b>246</b>
6.1	MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS .....	246
6.1.1	A “AMEAÇA COMUNISTA” E A INSTRUÇÃO DO COMBATENTE AEROTERRESTRE	251
6.2	MUDANÇA CULTURAL E LIDERANÇA .....	260



6.2.1	BIOGRAFIA DE HUGO ABREU .....	264
6.3	A SAGA DO ARAGUAIA .....	271
6.3.1	PRIMÓRDIOS: ARAGARÇAS E JACAREACANGA .....	272
6.3.1.1	<i>A Revolta de Jacareacanga</i> .....	272
6.3.1.2	<i>A Revolta de Aragarças</i> .....	273
6.3.2	ARAGUAIA .....	274
6.3.2.1	<i>Primeira Campanha: Operação Peixe (março a maio de 1972)</i> .....	275
6.3.2.2	<i>Operação Presença (junho a setembro de 1972)</i> .....	276
6.3.2.3	<i>Operação Papagaio (15 de setembro a 7 de outubro de 1972)</i> .....	277
6.3.2.4	<i>Operação Sucuri (fevereiro a setembro de 1972)</i> .....	277
6.3.2.5	<i>Operação Marajoara (3 de outubro de 1974 a 30 de setembro de 1975)</i> .....	278
6.3.3	ARAGUAIA: A GRANDE SAGA INSTITUCIONAL DA BRIGADA PARAQUEDISTA ...	279
6.4	A GUERRILHA DO CAPARAÓ E A CENTELHA NATIVISTA .....	282
6.4.1	A GUERRILHA DO CAPARAÓ .....	284
6.4.2	A CENTELHA NATIVISTA .....	285
6.5	MIL NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO .....	287
6.6	COMANDANTES DA BRIGADA PARAQUEDISTA .....	291
<b>7</b>	<b>A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA (1985-2018)</b> .....	<b>293</b>
7.1	ESTRUTURA DO CAPÍTULO .....	295
7.2	ARTEFATOS VISÍVEIS .....	296
7.2.1	ESTRUTURA DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES .....	297
7.2.2	ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES .....	298
7.2.3	PROCESSOS DE SELEÇÃO .....	301
7.2.3.1	<i>Trajetória do soldado J.</i> .....	302
7.2.3.2	<i>Alistamento</i> .....	302
7.2.3.3	<i>Seleção Geral</i> .....	303
7.2.3.4	<i>Seleção especial</i> .....	304
7.2.3.5	<i>Seleção complementar</i> .....	305
7.2.3.6	<i>Incorporação</i> .....	305
7.2.3.7	<i>Pqd eu ei de ser...</i> .....	305
7.2.4	ÍCONES .....	307
7.2.5	HINOS E CANÇÕES .....	311
7.2.6	DIFICULDADES NA INTERPRETAÇÃO DOS ARTEFATOS .....	315

7.3	CRENÇAS E VALORES .....	316
7.3.1	DISTINÇÃO: BOINA, BOOT E BREVÊ, SÓ QUEM USA É PQD .....	320
7.3.2	CULTO À AUTORIDADE E À LIDERANÇA .....	322
7.3.3	A SOCIABILIDADE .....	323
7.3.4	A DEFESA DA IDEOLOGIA .....	325
7.3.5	COMENTÁRIOS .....	325
7.4	SUPOSIÇÕES OU PRESSUPOSTOS BÁSICOS .....	326
7.4.1	A CULTURA ORGANIZACIONAL TEM PROPÓSITOS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE .....	326
7.4.2	O COMPROMETIMENTO COM A INSTITUIÇÃO DEVE SER CELEBRADO .....	327
7.4.3	O PASSADO DEVE SER CELEBRADO .....	328
7.4.4	DESTOANTES DEVEM SER EXCLUÍDOS .....	328
7.4.5	A PARIDADE .....	330
7.5	ORGANIZAÇÕES DE SIMBOLISMO INTENSIVO .....	330
7.5.1	LIDERANÇA CARACTERIZADA PELO USO DE SÍMBOLOS, IMAGENS E RETÓRICA	331
7.5.2	INTENSA APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO DA IMPRESSÃO .....	332
7.5.3	TRATAMENTO DAS INOVAÇÕES COMO EVENTOS DRAMÁTICOS .....	332
7.5.4	PRESENÇA RELEVANTE DE ANALISTAS SIMBÓLICOS .....	334
7.6	OPERAÇÕES DE PAZ E GARANTIA DA LEI E DA ORDEM .....	335
7.6.1	OPERAÇÕES DE PAZ .....	335
7.6.1.1	<i>United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)</i> .....	336
7.6.1.2	<i>Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III)</i> .....	336
7.6.1.3	<i>Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)</i> ....	337
7.6.2	OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM .....	337
7.6.2.1	<i>Operação Arcanjo – Complexos do Alemão e da Penha</i> .....	339
7.6.2.2	<i>Operação São Francisco - Complexo da Maré</i> .....	340
7.7	EPÍLOGO .....	340
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>343</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>351</b>
1	FONTES PRIMÁRIAS .....	351
<b>1.1</b>	<b>Jornais e revistas</b> .....	<b>351</b>
<b>1.2</b>	<b>Legislação</b> .....	<b>353</b>
2	IMAGENS EM MOVIMENTO .....	361

3	LIVROS E ARTIGOS .....	361
4	SÍTIOS ELETRÔNICOS .....	373

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese consiste em uma investigação acadêmica sobre a Brigada de Infantaria Paraquedista, organização militar sediada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Sua proposta é coletar, ordenar e analisar fontes documentais relacionadas à criação e ao desenvolvimento histórico dessa unidade operacional singular do Exército Brasileiro, a fim de constituir um estudo acerca da cultura organizacional e da memória institucional de uma entidade que, ao longo de mais de setenta anos de existência, teve participação ativa nas intervenções militares na vida política e social brasileira.

Cabe desde já uma explicação sobre a pertinência do tema. Tradicionalmente, as organizações militares brasileiras receberam maior atenção pelas suas intervenções na ordem institucional (Fernandes, 2006), visão que há cerca de duas ou três décadas vem sofrendo transformações, materializadas em pesquisas sobre o cotidiano, identidades, cultura, pensamento e visões de mundo dos militares, terreno que desde então vem se revelando consideravelmente fértil.

A situação em relação à bibliografia internacional não era muito diferente:

*Military history has tended to emphasize politics, chronology, and great men. The narrative often represents attempts to analyze rulers and generals in order to understand the reasons behind their decisions. This traditional approach all too often descends to the level of “a chronicle of one damn battle after another”. In recent years a “New Military History” has emerged that eschews narration of events and is primarily interested in the social and institutional context of warfare. Its attention is not focused on battles, tactics, and weapons systems, but on social structures, military attitudes, relationships between officers and the rank-and-file, and on the interrelations between military and civil society (Knutson, 1987: 88).*

De uma maneira geral, o panorama anteriormente observado se justificava tanto pelas descrições dos organismos militares como instituições fechadas, punitivas e disciplinadoras, quanto pelas diferenças de valores e objetivos entre os pesquisadores e o universo militar (Fernandes, 2006). No caso brasileiro, deve-se ainda considerar o período de exceção vivido entre 1964 e 1985 e a relativamente recente reabertura política nacional, que tornam compreensível que os estudos privilegiassem certos aspectos, deixando outros à parte.

Também é evidente que esse panorama venha se modificando a partir da criação de espaços acadêmicos que acolhem e suportam o desenvolvimento de pesquisas ligadas ao tema, como o *UFJF Defesa*, da Universidade Federal de Juiz de Fora; o *Laboratório de Estudos sobre Militares*, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas; o *Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o *Instituto de Estudos Estratégicos*, da

Universidade Federal Fluminense; o *Arquivo Ana Lagôa*, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos; ou o *Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia*, da Universidade Federal do Pará. Nesse esforço, destaca-se a criação, em 2005, da *Associação Brasileira de Estudos de Defesa* (ABED) congregando pesquisadores que desenvolvem estudos sobre defesa nacional e seus temas correlatos, incluindo as relações entre Forças Armadas e sociedade<sup>1</sup>. Assim, tornou-se possível produzir conhecimento sobre personagens e instituições a respeito dos quais pouco se sabia e pesquisava, apesar de presentes e influentes na História e na sociedade.

### 1.1 OBJETO

Entre outros eventos, a Brigada de Infantaria Paraquedista foi empregada como força militar na contenção da revolta dos oficiais da Força Aérea Brasileira em Jacareacanga e Aragarças, no final da década de 1950; na reação à revolta dos sargentos em Brasília, na década de 1960; nas operações do Exército na região do Araguaia, na primeira metade da década de 1970; na composição das tropas das Forças de Paz da Organização das Nações Unidas em Suez, nas décadas de 1950 e 1960, e em Moçambique, Angola e Haiti, a partir dos anos 1990; e nas ocupações militares dos complexos de favelas da Penha e do Alemão, em 2010, e da Maré, em 2014, no Rio de Janeiro.

Uma sucessão de outros episódios poderia ser apontada para dar continuidade ao argumento da interferência da instituição na vida política e social brasileira, reflexo de certo ativismo político presente em sua história. Paradoxalmente, encontra-se muito desconhecimento e equívocos nas referências a esse personagem comum aos fatos destacados acima, que incluem algumas das interferências militares mais traumáticas na sociedade brasileira no período após a Segunda Guerra Mundial. Talvez esse fato seja derivado de duas situações. A primeira, a recorrência de interpretações que concedem maior ênfase às tensões políticas e sociais, considerando a força militar apenas um aparato coadjuvante, um instrumento ou recurso à mão do Estado; e a segunda, certa tendência homogeneizadora, derivada do desconhecimento de certas particularidades existentes entre os diversos grupamentos militares, que impede a constatação da presença de uma série de subculturas no seio da instituição. Então, a superação dessas duas condições se faz necessária para deslocar o foco de análise dos seus aspectos gerais para um quadro particular e contextualizado,

---

<sup>1</sup> *Histórico*. Disponível em <[https://www.abedef.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=182](https://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=182)>. Acesso em 12 de julho de 2019.

contribuindo para o desenvolvimento de um exame mais crítico sobre a ideologia das organizações militares e permitindo uma visão mais clara dos fatos e da História.

Com tudo isso em mente, a tese se inicia pela indagação da origem dos projetos, do modelo e da lógica que presidiram a criação da *Escola de Paraquedistas*, em 1945, na Vila Militar de Deodoro, no então Distrito Federal. As primeiras instalações da escola, incluindo a sua “área de estágios” (um recinto dotado de equipamentos próprios para o treinamento de paraquedismo), foram construídas nas terras da antiga fazenda Sapopemba, local onde ainda hoje se encontram, entre o Morro do Capistrano, a Colina Longa e o Arroio dos Afonsos, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A escolha dessa localização pode ser creditada, em parte, à presença na região da Base Aérea dos Afonsos, que por sua vez a ocupava pela proximidade com Realengo, sede, entre 1913 e 1944, da Escola Militar. Isso indica que sua própria localização geográfica liga a tropa de paraquedistas a projetos de modernização e reorganização do Exército Brasileiro, esboçados décadas antes de sua criação, situando-a em uma área progressivamente apropriada pelas Forças Armadas a partir da segunda metade do século XIX (Viana, 2009, 2010).

É informação corrente que, em meados da década de 1940, o então capitão Roberto de Pessôa, falecido em 2010 aos cem anos de idade, esteve à frente da implantação de um corpo nacional de paraquedistas militares. Em 1936, durante as Olimpíadas de Berlim, Pessôa visitou a Alemanha, e em 1944 foi aos Estados Unidos da América, onde realizou o curso de formação de paraquedistas do exército norte-americano, em *Fort Benning*, na Georgia. Nessas duas oportunidades, também tratou e se informou sobre assuntos ligados à criação das tropas aeroterrestres em exércitos europeus e no norte-americano, coletando materiais, plantas e esquemas relativos às áreas e às metodologias de treinamento do paraquedista militar. Modelos e ideias colhidos naquelas ocasiões subsidiaram a construção da versão nacional da área de estágios e a estruturação da *Escola de Paraquedistas*<sup>2</sup>, inaugurada em 1945, uma das primeiras instituições militares destinadas à formação de tropas paraquedistas na América Latina e, até poucos anos, a única no Brasil<sup>3</sup>. Em 1953, foram ampliadas a estrutura e as atividades da escola, dando origem ao *Núcleo da Divisão Aeroterrestre*<sup>4</sup>, que existiu até 1969. Naquele ano foi criada a *Brigada Aeroterrestre*<sup>5</sup>,

---

<sup>2</sup> Decreto-Lei nº 8.444, de 26 de dezembro de 1945. *Cria no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas e dá outras providências.*

<sup>3</sup> Atualmente, a Força Aérea Brasileira também ministra o curso básico de paraquedismo, que é conduzido pelo Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento – o PARA-SAR.

<sup>4</sup> Decreto nº 31.393, de 5 de setembro de 1952. *Constitui, no Exército, com a atual Escola de Paraquedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre.*

<sup>5</sup> Decreto nº 63.573, de 7 de novembro de 1968. *Transforma, cria e muda a denominação de organizações*

transformada, em 1971, em *Brigada Paraquedista*<sup>6</sup> e, finalmente, em *Brigada de Infantaria Paraquedista*<sup>7</sup>, no ano de 1985.

A falta de maiores informações e estudos acadêmicos sobre a história da Brigada de Infantaria Paraquedista já seria uma boa razão para justificar esta pesquisa, considerando a expressão da organização no cenário nacional, bem como no processo de modernização dos equipamentos e doutrinas das Forças Armadas, em particular do Exército Brasileiro, a partir da segunda metade do século XX. Mas essa dimensão foi ainda ampliada, através da análise da organização dentro de um quadro mais amplo, o que tornou esta tese, paralelamente, um estudo sociocultural e político sobre os militares, abrangendo outros recortes sobre o serviço e a profissão militar.

O quadro de pessoal da brigada se ampliou ao longo da segunda metade do século XX, acompanhando suas sucessivas reestruturações. Consta dos primeiros registros da unidade que entre 1944 e 1948 apenas 48 militares brasileiros frequentaram o curso de paraquedismo em *Fort Benning*. Mas, após isso, dados que englobam o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil, a Força Aérea Brasileira e Forças Armadas estrangeiras<sup>8</sup> atestam que a *Escola de Paraquedistas* formou 720 paraquedistas, no período de 1949 até 1951; o *Núcleo da Divisão Aeroterrestre* formou 18.516 militares, entre 1952 e 1969; a *Brigada Aeroterrestre*, em três anos, teve 4.486 alunos; a *Brigada Paraquedista* teve 18.879 alunos, entre 1973 e 1985; e sob a denominação *Brigada de Infantaria Paraquedista* a instituição formou 43.824 militares, de 1986 até julho de 2015. Assim, computa-se no início de 2020 a formação de mais de 92.000 paraquedistas militares, o que merece especial consideração, pois a tropa paraquedista é constituída exclusivamente por voluntários, característica única nas Forças Armadas brasileiras, que contam com o serviço militar obrigatório para sustentar a renovação anual de seus efetivos.

Esse quadro exige uma compreensão especial das motivações e objetivos dos indivíduos que ingressam na tropa paraquedista, sejam militares de carreira, sejam recrutas, uma vez que, sob a alegação da periculosidade das atividades e do desenvolvimento de características físicas e psicológicas desejáveis para o envolvimento no paraquedismo militar, os programas de treinamento são extremamente rigorosos, trazendo à tona o porquê da

---

*militares e dá outras providências.*

<sup>6</sup> Decreto Reservado nº 1, de 11 de novembro de 1971. *Modifica a organização da Força Terrestre e dá outras providências.*

<sup>7</sup> Decreto nº 92.170, de 18 de dezembro de 1985. *Dispõe sobre alteração de denominação de grandes unidades e seus respectivos comandos, de subordinação da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, no Ministério do Exército, e dá outras providências.*

<sup>8</sup> Conforme o *Almanaque do paraquedista*, disponível na página eletrônica do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil.

existência constante de novos voluntários. Tal problemática se acentua ao se observar os números do alistamento militar apresentados na dissertação de mestrado de Paulo Roberto Kuhlmann, intitulada *O Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional: Razões de permanência do modelo de recrutamento no Brasil* – que informa que, dos 1.513.864 alistamentos realizados em 2001, apenas 77.761 jovens foram incorporados às unidades militares, o que corresponde a 5,14% do universo de alistados. O mesmo autor afirma que o percentual de voluntários naquele ano foi de 57,50% a nível nacional, com a observação de variações quando se consideram as diferentes regiões do país. Nesse caso, os expoentes seriam a 12ª Região Militar (abrangendo Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), com um percentual de 85,50% de voluntários e, no outro extremo, a 2ª Região Militar (São Paulo), com 27,74% (Kuhlmann, 2001: 90).

Outras informações poderiam ser acrescentadas. Durante seis anos, este pesquisador participou da seleção de candidatos para o serviço militar na própria Brigada de Infantaria Paraquedista, observando que a expectativa de ingressar na instituição ultrapassava os motivos tradicionalmente apontados em pesquisas sobre o tema, tais como "desejo de seguir a carreira militar", "empregabilidade", "salários", etc. De fato, em contraste com as observações de outros autores: "A maioria dos entrevistados declarou ter tentado escapar do serviço militar, na época do alistamento" (Castro & Chinelli, 2006: 22); "o fato de terem sido recrutados, ou seja, estão aquartelados por obrigação, aparece como um atraso em suas pretensas aspirações na sociedade, pois a carreira militar, definitivamente, não é uma de suas opções" (Nummer, 2010: 69), prestar o serviço militar na *brigada* constitui a ambição de grande parcela dos jovens alistados anualmente no Rio de Janeiro e mesmo, embora em menor escala, em outros estados do país. Em média, existem ao menos seis candidatos para cada vaga, distorção considerável em relação aos números apresentados por Kuhlmann; e ainda, em oposição a certas conclusões de Fernanda Nummer, a classe social não parece ser um fator de influência considerável. Praticamente todas as regiões da cidade e do estado apresentam candidatos, algumas com maior participação, como os bairros do entorno da Vila Militar e do Grande Rio, mas até mesmo jovens moradores de estados próximos, como São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, deslocam-se para o Rio de Janeiro na época de seu alistamento com o intuito de serem selecionados para servir ao Exército como paraquedistas militares. Esse contraste entre os baixos percentuais de voluntários para o serviço militar e o excesso para a Brigada de Infantaria Paraquedista aponta novamente para a necessidade de um enfoque especial sobre a instituição, pois indica uma singularidade digna de investigação.



Como derradeira justificativa, pode ser apontado o modesto leque de abordagens nos estudos sobre os militares e suas organizações, em geral, e sobre a Brigada de Infantaria Paraquedista, em particular. Nos levantamentos bibliográficos foram encontradas fontes de consulta relativamente desorganizadas e, a nível acadêmico, uma quase total ausência de estudos sobre o assunto. As informações disponíveis, em sua maioria, são aquelas produzidas pela própria instituição, que mantém um espaço denominado “Museu Aero terrestre”, onde expõe a *militaria* reunida ao longo de sua existência, e uma pequena sala onde funciona a “Seção Histórica”, uma iniciativa praticamente individual, com um limitado acervo de documentos ligados à memória institucional. A seleção desse material é realizada sem maiores critérios técnicos e moldada segundo conveniências e ideologias internas. O banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior possui um único estudo a nível *stricto sensu*, a saber, a tese defendida por Daniela Bruno em 2010, que investiga a construção de identidades de oficiais paraquedistas através da narrativa de suas histórias de vida profissional; nesse nível, nenhuma outra referência foi encontrada nos periódicos especializados ou nos repositórios de publicações das principais universidades brasileiras. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que levanta e elucida questões não abordadas ou insuficientemente esclarecidas pela literatura atualmente disponível, criando subsídios e referências para outros estudos que discutam as instituições militares e contribuindo para os debates sobre o tema.

## 1.2 OBJETIVOS

A partir do que foi apresentado, considerou-se que a Brigada de Infantaria Paraquedista só poderia ser satisfatoriamente compreendida pela investigação de sua trajetória histórica e de suas referências culturais próprias. Por isso, foram reunidas e ordenadas fontes documentais relacionadas à sua criação e ao seu desenvolvimento, construindo-se um estudo acerca da história, da cultura e da memória da organização. A análise desse material subsidiou o cumprimento do objetivo geral da pesquisa: traçar um amplo panorama sócio-histórico e cultural da tropa paraquedista brasileira, assunto ainda inédito no campo acadêmico. As investigações também foram úteis para a prova da principal hipótese deste trabalho: que a tropa paraquedista abrigou, ao longo de seus mais de setenta anos de existência, projetos e experiências singulares e originais no seio das Forças Armadas Brasileiras.

O primeiro objetivo específico foi conhecer o passado da Brigada de Infantaria Paraquedista, reconstituindo e narrando a história da sua criação e evolução institucional. Isso

abrange a descrição e a análise da participação da instituição nas intervenções militares sobre a vida política e social brasileira, seja em suas atuações no controle repressivo da sociedade, mormente no período dos governos militares, seja nas intervenções ocorridas em períodos de normalidade democrática.

Foi preciso conhecer a lógica do funcionamento dessa unidade militar em particular, em que, e como ela diferia de outras organizações militares. Esse foi um segundo objetivo específico, alcançado por meio da investigação do cotidiano da tropa paraquedista, suas rotinas, cerimoniais e do universo simbólico que marca a vida naquela caserna.

Esses dois objetivos específicos estavam apoiados na hipótese de que é fomentada naquela instituição uma cultura organizacional peculiar, fundamentada na criação, na preservação e na divulgação de determinadas memórias e representações favoráveis à sua própria imagem, que se prolongam e acentuam apesar do passar dos anos. Embora essa proposição possa valer, em maior ou menor grau, para outras instituições, sugere-se que essa seja uma condição particularmente importante para aquela unidade militar, que, como será demonstrado, destaca a cultura, o passado, e um suposto desempenho superior como seus principais ativos, apelando largamente para a manipulação de elementos simbólicos como fator de conexão entre seus integrantes, particularidade que lhe concede uma forte identidade cultural e aumenta o seu grau de autonomia.

### 1.3 QUADRO TEÓRICO

O estudo se encontra embasado conceitualmente na teoria da cultura organizacional, conforme desenvolvida pelo psicólogo suíço-americano Edgard H. Schein. Em razão de seu tema e objeto, a tese transita entre as linhas de pesquisa *Instituições e Política* e *Memória e Cultura* do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. A abertura à interdisciplinaridade, característica marcante do programa, incentivou a utilização de um arcabouço teórico proveniente de um autor que não está fundamentalmente ligado à área da pesquisa histórica, mas cuja obra se relaciona com os temas centrais das teorias social e cultural, tornando-a adequada como referencial teórico de um estudo que buscou compreender e apresentar a história e a cultura de uma instituição.

Edgar Schein, conferencista sênior e professor emérito de administração da *Sloan of Management* do *Massachusetts Institute of Technology*, discutiu a questão da cultura das organizações de modo mais extenso no livro *Organizational Culture and Leadership*,

publicado inicialmente em 1985, apresentando idéias sobre os fenômenos culturais nas organizações de tal relevância que passaram a nortear grande parte das pesquisas da área (Fleury, 1992). Seu ponto central é que toda organização tem uma história, a partir da qual seus membros concebem e assimilam percepções particulares sobre as maneiras adequadas de pensar, sentir e agir em relação aos desafios de adaptação e integração enfrentados ao longo do tempo. As soluções mais eficientes encontradas pelo grupo são consideradas válidas, formando um conjunto de pressupostos básicos que são transmitidos aos novos membros como a forma correta de ser e estar no grupo. A cultura organizacional é então um reflexo da “aprendizagem acumulada e compartilhada por determinado grupo, cobrindo os elementos comportamentais, emocionais e cognitivos do seu funcionamento psicológico” (Schein, 2004: 17). A esse respeito, Idalberto Chiavenato comenta:

Cultura organizacional é o conjunto de hábitos, crenças, valores e tradições, interações e relacionamentos sociais típicos de cada organização. Representa a maneira tradicional e costumeira de pensar e fazer as coisas e que são compartilhadas por todos os membros da organização. Em outras palavras, a cultura organizacional representa as normas informais e não escritas que orientam o comportamento dos membros da organização no dia-a-dia e que direcionam suas ações para a realização dos objetivos organizacionais (Chiavenato, 2004: 372).

Voltando a Edgard Schein, aprende-se que a construção da cultura organizacional visa principalmente à obtenção de dois resultados: a solução de problemas internos e a redução da ansiedade grupal (Schein, 2004: 32). Esse pressuposto é inspirado em conceitos oriundos da Psicologia Social, e está relacionado à existência de certas necessidades humanas emocionais básicas, tais como estabilidade, consistência e busca por significado. Assim, a incorporação de fórmulas e comportamentos capazes de solucionar determinadas categorias de adversidades, dilemas ou impasses contribuiria para a redução da ansiedade no grupo, gerando ordem e consistência cognitiva.

Para Schein, a cultura organizacional seria um fenômeno histórico, uma força estabilizadora e integradora que se transforma apenas de modo lento e gradual. Dentre suas funções se destacariam: 1) definir fronteiras, que caracterizam e criam distinções entre as organizações; 2) proporcionar identidade aos membros da organização; 3) facilitar o comprometimento de cada membro do grupo para além de seus interesses individuais; e 4) estimular a estabilidade do sistema social, mantendo a organização coesa e orientando os padrões de comportamento organizacional, além de servir como sinalizadora de sentido e mecanismo de controle para todos esses comportamentos (Robbins, Judge & Sobral, 2010).

Tal proposição abarca a suposição da existência de valores compartilhados e suficientemente duradouros para definirem e conferirem certo nível de estabilidade a um

determinado grupo. Tais valores são reflexos de processos aprendidos, compartilhados e adotados como solução para os problemas enfrentados por uma organização no decorrer do tempo. Nesse aspecto, a cultura organizacional poderia ser comparada com a personalidade ou o caráter de um indivíduo: pode-se inferi-la a partir da observação do comportamento, mas não é possível ver as forças internas que a determinam. Assim como a personalidade orienta ou restringe o comportamento individual, a cultura guia ou cerceia o comportamento de um grupo, valendo-se de normas compartilhadas e assumidas pelos seus membros. Esquemáticamente, os elementos culturais se manifestariam em três níveis (Schein, 2004: 25):

1) o *nível dos artefatos visíveis*, representado pelo ambiente da organização, sua arquitetura, tecnologia, comportamentos manifestos, manuais de instruções etc.;

2) o *nível dos valores*, que governam o comportamento dos indivíduos e são os fundamentos para os julgamentos a respeito do “certo” e do “errado”, ou seja, o código ético e moral do grupo. É o nível intermediário entre os elementos culturais conscientes e inconscientes, constituindo os princípios que definem os artefatos; e

3) o *nível dos pressupostos básicos*, paradigmas inconscientes que determinam como os membros de um grupo percebem, pensam e sentem o mundo externo, a natureza da realidade, do tempo e do espaço, da atividade e das relações humanas, etc.

Esses três níveis se encontram intimamente relacionados. Os *pressupostos básicos* são premissas inconscientes compartilhadas, ou seja, crenças sobre a natureza humana e a realidade social que fogem ao reconhecimento cotidiano, formando o nível mais profundo da cultura. Já os *valores* são conteúdos conscientes, dotados de valor intrínseco e que justificariam os comportamentos observáveis, estando inconscientemente associados às *premissas básicas* e conscientemente aos *artefatos culturais*. Esses últimos são os padrões visíveis do comportamento humano, bem como o mundo físico, e se encontram fundamentados nos valores e nas premissas inconscientes. Considerando que esses traços representam um conjunto de sinais particulares e consideravelmente duradouros em uma determinada organização, seu levantamento se revela como uma estratégia para a análise não apenas da cultura, mas também da história institucional.

É necessário, porém, apontar que existem diversas críticas dirigidas à teoria de Schein. Em sua maioria, tais apreciações dizem respeito aos limites possíveis das mudanças culturais planejadas, que seriam inspiradas em simplificações da realidade e ignorariam a variedade de repertórios culturais no contexto organizacional (Mascarenhas, 2010: 248). Tal esquematismo imperaria principalmente, conforme explica o professor Claudio Bertolli Filho, entre os pesquisadores da cultura organizacional nos meios corporativo e empresarial, que em

sua prática tendem a pensar a cultura como uma entidade quantificável, visando ao fomento de transformações por meio de estratégias de "aperfeiçoamento" institucional (Bertolli Filho, 2005: 146). Embora seja importante registrar tais críticas, o aprofundamento nessa discussão pode ser dispensado, uma vez que este trabalho se afasta de tal tradição e pretende utilizar a teoria e os instrumentos metodológicos da teoria da cultura organizacional tão somente para apresentar, narrar e compreender a história institucional da Brigada de Infantaria Paraquedista, obviamente sem pretensão a intervenções, mas somente na medida em que tal análise permita um melhor conhecimento da organização.

#### 1.4 METODOLOGIA E FONTES

Foram adotados instrumentos de análise organizacional como suporte para os procedimentos de pesquisa, tanto pela coerência em seguir as sugestões metodológicas apresentadas pelo mesmo autor que baliza o quadro teórico, quanto pelo fato de os estudos sobre a dinâmica e as relações nas organizações se encontrarem nos domínios da Psicologia, integrando conhecimentos da formação acadêmica do autor do presente trabalho. Assim, a metodologia da investigação continua alinhada às propostas de Edgard Schein, particularmente à ideia de que as técnicas qualitativas são as mais adequadas ao estudo dos elementos culturais, cujos aspectos mais profundos somente são atingidos após um levantamento de dados que possibilite a identificação de certos padrões recorrentes, tais como séries de respostas, declarações ou manifestações de comportamentos claramente compartilhados pelo grupo.

Os instrumentos da análise organizacional também relacionam uma série de itens que constituíram os eixos do estudo, permitindo a construção de um roteiro para que fossem vasculhados tanto os momentos espetaculares, quanto o cotidiano da instituição e suas tramas internas. Desse modo, o suporte metodológico buscado na teoria da cultura institucional pode adquirir um certo sentido prático, lançando-se mão de alguns dos seguintes tópicos:

1. Declarações formais de filosofia organizacional, cartas, credos, materiais utilizados para recrutamento, seleção e socialização.
2. *Design* de espaços físicos, fachadas e edifícios.
3. Modelagem de papel deliberada, ensino e treinamento.
4. Processos de revisão, sistemas de *status* e critérios de promoção.
5. Histórias, lendas, mitos e parábolas sobre pessoas-chave e eventos.
6. O que os líderes prestam atenção, mensuram e controlam.
7. Reações a incidentes críticos e crises organizacionais (tempos em que a

sobrevivência organizacional está ameaçada, as normas não são claras ou são desafiadas, ocorrem insubordinações, eventos ameaçadores ou sem sentido).

8. Como a organização é projetada e estruturada (o *design* do trabalho, quem relata a quem, grau de descentralização, critérios funcionais ou outros para diferenciação, mecanismos utilizados para integração, mensagens implícitas do que os líderes assumem e valorizam).

9. Sistemas e procedimentos organizacionais (tipos de informações, controle e sistemas de apoio à decisão, ciclos de tempo, quem obtém quais informações e quando, como a avaliação do desempenho e outros processos de revisão são conduzidos).

10. Critérios utilizados para recrutamento, seleção, promoção, nivelamento, aposentadoria e "excomunhão" de pessoas, incluídos os critérios implícitos e possivelmente inconscientes utilizados para determinar quem "se encaixa" e quem não "se encaixa" na função de membro da organização (Schein, 1983: 22).

Foi o mapeamento desses tópicos, ou seja, sua utilização como um roteiro de pesquisa, que guiou o levantamento dos dados, permitindo incluir desde o nascimento e o desenvolvimento da instituição até aspectos das experiências de seus membros, suas memórias, percepções, comportamentos, práticas, crenças, compromissos, etc., tudo isso coadunado com o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

O recorte temporal compreende o início do século XX, acompanhando o processo de modernização e profissionalização das Forças Armadas brasileiras no período; atinge a década de 1940, quando a aproximação com os Estados Unidos da América reorientou as doutrinas e as aquisições de materiais de emprego militar, que transitaram dos modelos franceses e alemães das décadas anteriores para os padrões norte-americanos; e enfatiza os últimos 75 anos, período histórico de existência da tropa paraquedista. Nessas condições, a tese abrange também os vinte anos de interferência militar na vida política e social do Brasil após 1964, período marcante para a história do país e das organizações militares. A tudo isso, foi necessário acrescentar o texto que se tornou o capítulo de abertura, retrocedendo a eventos ainda anteriores ao século XX, com o intuito de questionar o mito de fundação da Brigada de Infantaria Paraquedista e apresentar informações gerais a respeito do desenvolvimento do paraquedismo militar, bem como sua evolução e principais personagens no Brasil.

A pesquisa histórica em estudos organizacionais está atrelada aos princípios da historiografia renovada, ou seja, assim como os historiadores vinculados à Nova História, procura explorar fontes alternativas, tais como a história oral e registros não oficiais, como cartas pessoais e jornais de época, permitindo um melhor escrutínio do cotidiano passado (Ferreira, 2010: 41). Com essa ideia em vista, foram reunidas fontes de três tipologias diversas. Em primeiro lugar, relatos de experiências pessoais de sujeitos que vivem ou viveram o cotidiano da organização. Observe-se a utilização da expressão *relatos de*

*experiências*, e não *entrevistas*. Trata-se de anedotas, casos, historietas, chistes, narrativas de eventos e situações, etc., apreendidos pelo pesquisador em formatos não estruturados ou em discursos espontâneos, fruto dos quinze anos em que esteve em serviço na própria unidade. Esse material também inclui memórias que não se restringem à expressão oral, incluindo acervos pessoais compostos por fotografias, vídeos, peças de fardamento, *souvenires* etc., ou seja, registros e informações que não se encontram confinados em arquivos, cobrindo diferentes épocas e incorporando diversos discursos.

Em segundo lugar, as fontes abarcaram arquivos da própria instituição, ou seja, a documentação oficial existente na Brigada de Infantaria Paraquedista, incluindo a coleção de “boletins internos”, documentação de guarda permanente que registra as atividades diárias das organizações militares. A finalidade principal dessa consulta foi a construção de uma “espinha dorsal” cronológica, fornecendo uma orientação temporal à pesquisa. Além disso, essa documentação também permitiu a comparação entre as memórias narradas pelos indivíduos e aquela registrada oficialmente, suas divergências e coerências. Porém, o leitor encontrará raríssimas referências diretas ou transcrições desse material, e isso precisa, desde já, ser justificado. O caso é que, apesar de franqueados ao pesquisador, muitos dados obtidos nos arquivos poderiam se enquadrar nas exceções previstas na Lei de Acesso à Informação<sup>9</sup>, por conterem referências pessoais que dizem respeito à intimidade, honra e imagem das pessoas citadas, casos em que não seriam, de fato, públicos. Para contornar esse entrave, tais informações foram cotejadas com fontes de domínio público – principalmente as disponibilizadas na rede mundial de computadores pela Biblioteca Nacional ou pelo Arquivo Nacional – e transcritas para a tese somente quando existentes sob essa rubrica. Nos casos em que isso não foi ocorreu, sua utilização foi descartada.

Finalmente, foi consultado o vasto acervo hemerográfico que contém referências ao paraquedismo militar no Brasil, cobrindo desde seus primeiros anos até o presente. Estão aí incluídas reportagens impressas e audiovisuais, filmetes institucionais e dois longas-metragens: *Pqd*, do cineasta Guilherme Coelho, e *Brigada Paraquedista*, de Evaldo Mocarzel. Tais obras atestam que ao longo de sua existência a Brigada de Infantaria Paraquedista atraiu a atenção pública, tanto em episódios relacionados a ações militares, quanto pelo interesse nas peculiaridades do seu cotidiano. A hemerografia também inclui uma curiosa categoria de jornais e revistas, produzidas pela própria instituição, de modo mais ou menos regular, desde

---

<sup>9</sup> Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.*

meados da década de 1960. São publicações periódicas, contendo ocorrências da vida cotidiana das unidades e de suas atividades operacionais. A *Revista da Brigada de Infantaria Paraquedista*, a *Revista do Regimento Santos Dumont*, o *Canhoneiro Alado* e *O Girante* são exemplos nessa categoria. Os exemplares encontrados foram disponibilizados pelo Museu Aeroterrestre, pela Seção Histórica da Brigada de Infantaria Paraquedista e pela Seção de Comunicação Social da Brigada de Infantaria Paraquedista.

A estrutura deste trabalho é de uma narrativa em ordem cronológica, que destaca e analisa a participação da Brigada de Infantaria Paraquedista em episódios históricos de maior interesse, com a articulação desses fatos ao contexto sócio-histórico e ao cotidiano da instituição. A tese está dividida em seis capítulos. Exceto pelo primeiro, cada um deles possui por título uma das denominações oficiais que a entidade recebeu ao longo de sua existência. Entende-se que as alterações na designação e na estrutura não devem ter possuído um efeito imediato em termos de mudanças culturais profundas na organização; mas, em todo caso, essas divisões foram úteis na ordenação lógica do texto. Essa, portanto, foi uma opção antes de tudo didática, embora tenha permitido acompanhar certas alterações na natureza da instituição e a distribuir temas centrais de análise em cada um dos períodos históricos a que se referem os capítulos. Exemplos dessa afirmação podem ser óbvios, como a exposição dos antecedentes históricos, que está, logicamente, situada no primeiro capítulo. Outras são mais sutis, como a mudança doutrinária do emprego das tropas paraquedistas, da guerra convencional para o combate na chamada “guerra subversiva” no início dos anos 1970 e a criação de uma subcultura associada a essa questão. Há outros exemplos: a *Brigada Aeroterrestre* não se defrontou com questões de gênero ou de assessoria jurídica, inexistentes ou irrelevantes em seu tempo histórico, mas esses temas foram críticos para a subsequente *Brigada de Infantaria Paraquedista*. Obviamente, todos esses recortes são opções do pesquisador, sempre com o sacrifício de outras possibilidades; mas sua relevância pareceu suficiente para o destaque que lhes foi concedido.

O guia do percurso contém os seguintes passos:

*Uma História Preliminar* examina e discute alguns aspectos do mito de fundação da Brigada de Infantaria Paraquedista, apresentando informações a respeito do desenvolvimento do paraquedismo no Brasil e no mundo, e identificando alguns dos personagens que participaram dessa história.

*A Escola de Paraquedistas (1945-1952)* descreve a criação e o desenvolvimento inicial da *Escola de Paraquedistas*, partindo do interesse dos militares brasileiros pela atividade aeroterrestre na década de 1940. Nesse capítulo também se encontram alguns temas



próprios dos estudos de cultura organizacional: a biografia dos “pais fundadores”; as reações a incidentes críticos; a adoção de símbolos, distintivos e recompensas.

Em *O Núcleo da Divisão Aeroterrestre (1952-1968)* encontra-se o estabelecimento da infraestrutura e uma explanação a respeito dos principais cursos e estágios conduzidos na instituição. Além desses pontos, o capítulo inclui um breve panorama da fundação, da evolução e da composição das tropas aeroterrestres nos demais exércitos do continente sul-americano.

*A Brigada Aeroterrestre (1969-1971)* tem a proposta de apresentar essa breve fase como um período que delimita dois momentos distintos da história da tropa paraquedista, identificando uma reformulação na cultura política da instituição. A ideia é demonstrar a ocorrência de certa mudança ideológica, o apagamento de determinados conflitos emergentes e sua substituição por uma nova memória institucional, mais adequada ao modelo desejado do “combatente aeroterrestre brasileiro”.

*A Brigada Paraquedista (1972-1984)* tem como tônica investigar as marcas culturais deixadas na organização pela conjuntura política dos anos 1970 e pelo evento mais marcante do período: a repressão à guerrilha do Araguaia. O capítulo se estende até à década de 1980, quando ocorre a derradeira transformação da unidade.

Finalmente, *A Brigada de Infantaria Paraquedista (1985-2018)* considera uma forma mais ultimada do desenvolvimento da instituição, premissa que permite que o foco da narrativa se volte para uma análise mais detalhada da sua cultura organizacional.

Como se pode ver, o tempo de vida da instituição foi longo o suficiente para que se consolidasse uma cultura específica e se atravessasse uma história consideravelmente complexa. Abraçar toda sua existência exigiu outro sacrifício: o da profundidade das análises. Por certo, não se trata de um efeito totalmente desejado em uma tese científica, mas há argumentos em sua defesa. O principal é que, por se tratar de um tema consideravelmente inexplorado no meio acadêmico, essa primeira aproximação também se destina a colocar em tela a potencialidade do estudo da Brigada de Infantaria Paraquedista, e assim instigar outras investigações que privilegiem pontos mais específicos das suas ações, seja em eventos de caráter mais público, seja quanto ao seu cotidiano institucional.

A formatação e a apresentação gráfica deste trabalho seguiram as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), consolidadas no *Manual ABNT: regras gerais de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos*, 4ª edição (2014), produzido pela Biblioteca Paulo Ernesto Tolle, da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Cabem então alguns comentários a respeito desse aspecto mais formal da redação, que embora pareça

trivial, pode talvez auxiliar futuros pesquisadores que se deparem com impasses semelhantes. Ocorre que existem certas particularidades nos arquivos militares, e uma delas deriva da redação típica de seus documentos. Seguindo normas específicas de padronização<sup>10</sup>, a correspondência castrense adota uma série de regras peculiares, que por vezes geram dúvidas sobre o modo como devem ser acompanhadas ou não na escrita acadêmica. Uma dessas questões é o emprego de maiúsculas: houve aqui certa hesitação, por exemplo, na grafia da palavra “arma”, que na terminologia militar pode possuir dois significados. O primeiro, mais usual, possui o sentido tradicional de “armamento”; o segundo, de “especialidade militar” (por exemplo, a “arma” de engenharia, a “arma” de infantaria, etc.). Na redação militar, “arma” é escrita com inicial maiúscula quando possui esse segundo sentido, embora como regra ortográfica essa prática não pareça ser reconhecida. Outro caso semelhante é o da palavra “unidade”, que além das definições mais comuns, como “item”, “elemento” ou “uniformidade”, é empregada nos quartéis com o sentido de “organização militar” de determinado porte, sendo também registrada com maiúsculas para ganhar esse significado.

A grafia das especialidades (infantaria, cavalaria, engenharia, etc.) também acompanha esse uso: documentos militares as grafam com maiúsculas, mesmo quando a regra não obriga a isso – exceto, talvez, se puderem ser enquadradas como “ciências” ou “áreas do conhecimento humano”. Essa anomalia também se verifica nas referências aos postos e graduações: “coronel”, “major”, “capitão”, etc.

A consulta a outros manuais de redação e estilo<sup>11</sup> revela a tendência, mas não a unanimidade, no emprego de minúsculas nas circunstâncias acima descritas. De fato, esse uso parece traduzir a intenção de conceder uma espécie de ênfase ou de deferência à expressão, e, no caso de palavras como “arma” ou “unidade”, um modo de discriminar seus dois sentidos. Levando em conta todas essas considerações, neste trabalho foram adotadas duas soluções. As transcrições literais preservaram seu formato original, para que o leitor possa perceber seus efeitos na escrita; nos demais casos, foram empregadas as iniciais minúsculas. Nos casos

---

<sup>10</sup> Por exemplo, a Portaria nº 041, de 18 de fevereiro de 2002. *Instruções gerais para a correspondência, as publicações e os atos normativos no âmbito do Exército (IG 10-42)*; a Portaria nº 055-EME, de 24 de julho de 2002. *Aprova o manual de campanha C 21-30 – Abreviaturas, símbolos e convenções cartográficas*; a Portaria Normativa nº 513/EMD/MD, de 26 de março de 2008. *Aprova o manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas – MD33-M-02 (3ª edição/2008)*; e a Portaria nº 769, de 7 de dezembro de 2011. *Aprova as instruções gerais para a correspondência do Exército (EB10-IG-01.001), 1ª edição, 2011 e dá outras providências*, entre outras.

<sup>11</sup> Defendem o emprego das iniciais minúsculas em tais situações, por exemplo, o *Manual de citações, padronização e convenções em textos da Fundação Casa de Rui Barbosa*; a obra *A construção do livro: princípios e técnicas de editoração*; e o *Manual de redação parlamentar da Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Como exceção, encontra-se o *Manual de redação da Fundação Oswaldo Cruz*, que preconiza o emprego de maiúsculas.

específicos de “arma”, “unidade” ou de seus assemelhados, deixou-se que o sentido da frase definisse seu significado. Já no que se refere às designações das entidades, seguiu-se a regra de empregar as maiúsculas apenas quando a expressão se refere a uma corporação constituída: “26º Batalhão de Infantaria Paraquedista”, ou “1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista”, em contraste com “uma companhia de engenharia” ou “um batalhão de comunicações”.

Outra questão inusitada é a da palavra “paraquedista”. Até o Acordo Ortográfico de 1945<sup>12</sup>, a regra previa seu uso *sem* hífen e sem acento agudo, passando então a vigorar o uso de “pára-quedista”, desde 1º de janeiro de 1946 até a vigência do Novo Acordo Ortográfico de 1990. Embora todas as publicações dos órgãos oficiais – inclusive as do Ministério da Defesa e do Comando do Exército – refiram-se agora em suas publicações à “Brigada de Infantaria Paraquedista”, os documentos internos da instituição, bem como os letreiros nas fachadas das organizações militares, insistem em manter a forma em desuso. Indagado a respeito, um oficial explicou que se tratava de uma “denominação histórica”, e que por isso não poderia ser modificada. Consultada a legislação pertinente<sup>13</sup>, constata-se que o argumento não é razoável – denominações históricas, quando concedidas, devem ser justapostas aos nomes das unidades, e não os substituir. A manutenção de “pára-quedista”, portanto, assemelha-se a uma renitência, uma idiossincrasia que em algum momento deverá ser superada. Sendo assim, neste trabalho, todas as referências foram atualizadas para sua forma correta.

---

<sup>12</sup> Decreto nº 35.228, de 8 de dezembro de 1945. *Acordo ortográfico*.

<sup>13</sup> Portaria nº 580, de 25 de outubro de 1999. *Instruções gerais para a concessão de denominações históricas, estandartes históricos e distintivos históricos às organizações militares do Exército (IG 11-01)*.

## 2 UMA HISTÓRIA PRELIMINAR

A transmissão de histórias, lendas, mitos e parábolas sobre personagens chaves e eventos históricos faz parte dos mecanismos utilizados pelas instituições para incorporar valor à sua cultura organizacional (Schein, 1983: 22). Relatos a respeito das façanhas de seus próprios integrantes ocupam uma posição central na cultura das instituições em geral, e as organizações militares não fogem à regra. Partindo dessas premissas, serão examinados neste capítulo alguns aspectos do mito de fundação da Brigada de Infantaria Paraquedista. Além disso, serão apresentadas informações a respeito do desenvolvimento do paraquedismo – com ênfase para sua vertente militar – investigando-se sua evolução no Brasil e identificando personagens, até agora olvidados, que participaram dessa história.

### 2.1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Uma questão inicial para a compreensão da cultura de uma organização são as narrativas a respeito de sua “criação”. No que diz respeito à Brigada de Infantaria Paraquedista, há mais de uma fonte onde é possível encontrar esse relato. A seguinte versão, por exemplo, se encontra disponível na página eletrônica oficial da instituição<sup>14</sup>:

A Brigada de Infantaria Paraquedista, tropa de elite, de pronto emprego e de alto grau de operacionalidade, integrante da Força de Ação Rápida Estratégica do Exército, foi criada em 1945, tendo como origem a Escola de Paraquedistas. No ano de 1944, o então capitão Roberto de Pessôa concluiu em *Fort Benning*, nos Estados Unidos da América, o curso de paraquedista, sendo brevetado como o primeiro paraquedista militar brasileiro. De 1945 a 1948 foram formados, também nos Estados Unidos, outros 46 paraquedistas militares do nosso Exército, que hoje, juntamente com o Gen De Pessôa, são denominados “PIONEIROS” da tropa paraquedista<sup>15</sup>.

Não se trata de apontar incorreções no texto, que factualmente possui sua precisão. A questão é certo viés na formatação dos dados, problema comum em narrativas produzidas pelas próprias corporações que os viveram, quase sempre interessadas em escrever a história que lhes convém, omitindo certos fatos e exaltando outros (Ferreira, 2010: 46). No caso presente, a citação já se generalizou como uma explicação unívoca da origem da instituição, mas se deve ter em mente que se trata de um recorte particular, uma reconstrução

<sup>14</sup> Portaria nº 1.313 do Comandante do Exército, de 23 de dezembro de 2013. *Aprova as instruções gerais para utilização da rede mundial de computadores pelo Exército Brasileiro*. Em seu artigo 14, tal legislação prevê que as organizações militares que possuem páginas na *internet* deverão divulgar, entre outras informações, dados históricos da unidade.

<sup>15</sup> *Histórico*. Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/historico.html>>. Acesso em 5 de junho de 2017.

da memória patrocinada pela própria instituição em um momento específico, que por fim foi consolidada como seu mito de origem. Sendo assim, esse curto enredo, muito provavelmente, deve refletir mentalidades, disputas e ideologias, além de apagar outras memórias.

Ainda que a versão transcrita acima já vigorasse pelo menos desde meados da década de 1960, observa-se no início dos anos 1990 um grande incentivo a essa narrativa, realizado sob a tutela do próprio Exército Brasileiro através da produção de obras e pesquisas sobre o passado e as origens da tropa paraquedista. Nesse passo, um papel importante foi desempenhado pela elaboração de coletâneas documentais e de trabalhos de conclusão de curso (monografias) na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, um de seus principais estabelecimentos de ensino militar.

O argumento será fortalecido mais à frente, mas inicialmente pode ser sustentado pela observação das obras sobre o tema cadastradas na biblioteca da ECEME, entre as quais, até 1992, apenas três possuíam referências à história do emprego militar de paraquedistas. Um dos primeiros a tratar do tema foi o major Jayro Alfredo Casarin, então aluno do curso de Comando e Estado-Maior, que em 1966 elaborou uma monografia sobre a evolução da doutrina de combate aeroterrestre, dedicando dois curtos parágrafos ao surgimento dessas tropas nos exércitos soviético e alemão (Casarin, 1966: 4), e nenhuma linha ao caso brasileiro. Passar-se-iam 25 anos para que o assunto fosse julgado relevante o suficiente para inspirar uma segunda monografia, até que outro aluno, o major Nelson Calvoso Pinto Homem, redigiu em 1991 *Peculiaridades da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro nas Operações de Assalto Aeroterrestre*, na qual resumiria a origem da Brigada Paraquedista à afirmação que “em fins de 1945, foi criada a Escola de Paraquedistas no Rio de Janeiro. Seus primeiros instrutores e monitores realizaram o curso básico de paraquedista em *Fort Benning* – EUA, ministrando o primeiro curso [no Brasil] em 1949” (Homem, 1991: 19). No ano seguinte, Victor Hugo Meninéa, com o tema *O apoio administrativo à Brigada de Infantaria Paraquedista: peculiaridades*, também apontaria simplesmente que “apoiado no exemplo de outros países, o Exército Brasileiro, visando sua modernização, criou, pelo Decreto-Lei nº 8.444, de 26-12-1945, a atual Brigada de Infantaria Paraquedista” (Meninéa, 1992: 1).

Então, em 1993, surgiria o *Paraquedismo militar no Brasil - origens, histórico e reflexos na atualidade*, um conjunto constituído por três monografias independentes (apesar de, curiosamente, partilharem o mesmo título) redigidas por Costa (1993), Lima Filho (1993) e Sá Junior (1993), inaugurando de fato as tentativas oficiais de elaboração de uma história do paraquedismo militar no Brasil. Após um breve intervalo de dois anos, a sequência prosseguiria com a *História do paraquedismo militar no Brasil e uma visão prospectiva de*

*seu emprego estratégico*, de Azevedo e Silva<sup>16</sup> (1995), seguido sete anos depois por *A evolução histórica da Brigada de Infantaria Pqdt no contexto da Força Terrestre brasileira*, produzido por Almeida (2002). Finalmente, até o momento desta redação, a pesquisa mais recente nesse campo havia sido apresentada com o título *Tradições paraquedistas: os símbolos e rituais da tropa aeroterrestre brasileira*, elaborada em 2016 pelo major Vandrê Machado. Nos últimos anos, praticamente todas as obras sobre a brigada produzidas na ECEME ou em outras escolas militares<sup>17</sup>, mesmo as que discutem aspectos operacionais e logísticos do emprego da tropa paraquedista e não se encontram catalogadas na área de “História Militar”, reproduzem em sua parte introdutória a invariável fórmula de origem, presente na página eletrônica da instituição, citada acima<sup>18</sup>.

Para Everton Rodrigues, trabalhos de História Militar produzidos pelos próprios oficiais das Forças Armadas possuem um caráter diletante e exalam “um saber histórico essencialmente episódico, factual e descritivo” (Rodrigues, 2010: 319). A série acima citada também se compõe de estudos empíricos, que oferecem uma história formada pelo simples relacionamento de episódios e pela exaltação de fatos e personagens, sem, contudo, apresentar análises mais aprofundadas ou contextualizadas. Ainda assim, há ao menos um motivo relevante para evocá-los como contraponto aos argumentos desenvolvidos nesta tese.

O caso é que esses trabalhos contêm as únicas narrativas existentes dos eventos que deram origem à Brigada de Infantaria Paraquedista e ao paraquedismo militar no Brasil. Sendo assim, sua versão circula e é repetida não somente no âmbito das Forças Armadas, que a transmite através de alusivos, revistas, citações, documentos, cerimônias e monumentos, mas também nas mais diversas mídias, que a veiculam sem grandes variações.

Tome-se como exemplo dessa última asserção a popularização de um personagem: o capitão Roberto de Pessôa, figura que será melhor abordada no capítulo seguinte. Pessôa tornou-se onipresente no mito de criação da brigada, transitando até mesmo

---

<sup>16</sup> Trata-se de Fernando Azevedo e Silva, que assumiria o cargo de ministro da Defesa no governo de Jair Bolsonaro. Registre-se que o militar também foi comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista no período de 4 de maio de 2007 até 23 de abril de 2009, quando foi regulamentada a criação do “Museu Aeroterrestre”, bem como construídas as instalações que aquele espaço cultural atualmente ocupa.

<sup>17</sup> Há, por exemplo, incontáveis trabalhos de conclusão de curso que abordam a história da Brigada de Infantaria Paraquedista (e repetem a consagrada fórmula de origem da instituição) nas diversas escolas militares, como a Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Sargentos das Armas e a Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.

<sup>18</sup> Ver, por exemplo: *O poder relativo de combate: a ênfase na análise do fator visibilidade no emprego da tropa paraquedista* (Ribeiro, 2010); *A especialização e o adestramento aeroterrestre da tropa paraquedista por intermédio do simulador virtual de lançamento* (Almeida Junior, 2014); *A aplicabilidade da modularidade logística às operações de garantia da lei e da ordem desenvolvidas pela Brigada de Infantaria Paraquedista* (Ottoni, 2014); *A formação do oficial, subtenente e sargento paraquedistas e o preparo para o emprego da Brigada de Infantaria Paraquedista em operações de assalto aeroterrestre* (Pio, 2015); ou *O apoio de fogo nas operações aeroterrestres e aeromóveis* (Luzia, 2016).

pela mídia de massa: “desde 1944, quando o então capitão Roberto de Pessôa, primeiro paraquedista militar brasileiro, concluiu o curso nos Estados Unidos (no ano seguinte, ele ajudaria a fundar a brigada no Rio)” (*O Globo*, 4 de abril de 2010). “O primeiro paraquedista militar do Brasil, general Roberto de Pessôa, morreu na madrugada de ontem no Rio, onde morava. Tinha cem anos e um orgulho: o de ter inspirado a criação da mais poderosa força especial do Exército Brasileiro, a Brigada de Infantaria Paraquedista”. (*O Estado de São Paulo*, 18 de setembro de 2010).

Para modificar essa perspectiva, será necessário pesquisar as décadas anteriores à criação da instituição, a fim de melhor determinar as origens do paraquedismo militar no Brasil. Dito isso, revela-se que a intenção deste primeiro capítulo é focar períodos anteriores ao ano de 1945, buscando traçar outras linhas narrativas e recuperar fatos e trajetórias biográficas que subsidiem uma releitura das versões existentes sobre a origem dos saltos de paraquedas pelos militares no Brasil, base da peculiar cultura que se desenvolveu na tropa paraquedista nacional.

## 2.2 BREVE HISTÓRIA DO PARAQUEDISMO

A prática do paraquedismo antecede em muito o seu emprego militar. Em geral, é aceito que o princípio de funcionamento do paraquedas já era conhecido há séculos: a célebre gravura do aparelho de forma piramidal de Leonardo da Vinci (1452-1519) comprova essa afirmação. Menos conhecidas, mas igualmente ancestrais, são as estampas do *homo volans* de Fausto Veranzio (1551-1617), que representam um homem que se lança de uma torre atado a um aparelho rudimentar, destinado a amortecer sua queda (White, 1978: 175).

Mas a construção de um equipamento que funcionasse na prática, bem como os registros de demonstrações públicas de seu uso, viria apenas no século XVIII. Em 1777, o francês Jean-Pierre Blanchard (1753-1809) fabricou um protótipo de paraquedas, aperfeiçoando-o durante oito anos até testá-lo em um cão, lançando o animal de um balão elevado à altura de quinhentos metros (Clermontel & Clermontel, 2009: 99). Outros pioneiros são os também franceses Louis-Sébastien Lenormand (1757-1839) e André-Jacques Garnerin (1769-1823). Lenormand, em 1783, construiu um pequeno paraquedas com o qual lançou pesos e pequenos animais do alto de uma torre, demonstrando com sucesso a aplicação do princípio de retenção do ar por um tecido para retardar a queda de um corpo. Anos depois, utilizando o mesmo fundamento, Garnerin também utilizou um tecido de algodão para construir um paraquedas circular de dimensões suficientes para carregar uma pessoa. Em 22

de outubro de 1797, o francês se equipou com a invenção e embarcou em um balão, elevando-se a cerca de seiscentos metros e saltando sobre a cidade de Paris, sob o testemunho de um grande público (Anderson, Graham e Williams, 2008).

**Figura 1 – O paraquedas de Garnerin.**



Figura 1 – O paraquedas de Garnerin. O francês André Jacques Garnerin realizou uma das primeiras descidas de paraquedas, em Paris, em 22 de outubro de 1797<sup>19</sup>.

Em 1839, John Hampton (1799-1881), utilizando o sistema de Garnerin, construiu um globo que foi inflado com 16.000 pés cúbicos de gás, do qual pendia, ligada por cordas, uma pequena barca. Perante uma grande plateia reunida em Londres, Hampton alcançou com seu balão uma altitude estimada em 7.000 pés, e munido de um paraquedas abandonou o dispositivo em pleno voo, tendo sua queda retardada com sucesso pelo equipamento. Observe-se tanto a precocidade da experiência quanto o fato de a notícia ter corrido o mundo, sendo publicada até mesmo em jornais brasileiros<sup>20</sup>.

O periódico nacional *Diário do Rio de Janeiro* também faria referência, em 24 de janeiro de 1842, a um opúsculo sobre a navegação com balões publicado por um certo

<sup>19</sup> *André Jacques Garnerin, entreprit la première descente en parachute le 22 octobre 1797 (1769-1823). A view of Mons. Garnerin's Balloon and Parachute by which he ascended from the Volunteers Ground, North Audley street, Grosvenor Square, September 21st, 1802. Gravure coloriée. Publiée par G. Thomfon, London.* Disponível em <<https://www.artcurial.com/en/lot-andre-jacques-garnerin-entreprit-la-premiere-descente-en-parachute-le-22-octobre-1797-1769-1823>>. Acesso em 28 de maio de 2019.

<sup>20</sup> *Descida em paraquedas. Jornal do Commercio*, 22 de fevereiro de 1839, página 1.



Cosmachi, de Bolonha, na Itália. Esse se queixava do parco desenvolvimento da aeronavegação em sua época, apontando as vantagens que o domínio do voo traria para o progresso da ciência. Apresentava, ainda, o esboço e a descrição de um aeróstato inflado com hidrogênio, com capacidade para transportar seis pessoas. A engenhoca seria equipada com uma escada de corda, uma âncora e um contrapeso, objetos que serviriam, respectivamente, para permitir a descida ao solo, fundear ou elevar o balão, conforme a manobra desejada pelo seu piloto. O projeto demonstrava a preocupação do inventor com eventuais acidentes, prevendo que o invólucro seria “*armado de tal indústria, que em caso de se esvazar o gás, e vir de chofre precipitado, toma a função de um paraquedas, e como tal serve*”<sup>21</sup>.

Tal aparelho não chegou a ser construído, e os paraquedas continuaram a ser desenvolvidos como um equipamento à parte dos aeróstatos, exceto, obviamente, pela dependência dos balões para se elevarem ao céu. Talvez os avanços na aeronavegação ainda não fossem tantos quantos desejava Cosmachi, mas certamente continuavam os esforços para o seu aperfeiçoamento. Um cronista do *Jornal do Commercio*, registrando naquele mesmo ano de 1842 a variedade do comércio e da indústria à disposição dos parisienses, relacionou os seguintes serviços encontrados na capital da França: médicos, sapateiros, pintores, arquitetos, seguradoras, comerciantes de alimentos e bebidas, açougueiros, padeiros, editores, tipógrafos, joalheiros e parteiras, dentro de uma lista extensa de comodidades. O artigo afirmava que “se alguém precisa refrigerar-se, 541 limonadeiros o esperam”; se quer “edificar uma casa, 568 arquitetos vão levar-lhes seus planos” e que “se lhe dá na cabeça subir em um balão e descer com paraquedas, dois aeroporistas lhe venderão ou alugarão aeróstatos de todos os feitios, de todas as capacidades, a gás hidrogênio, a ar rarificado”<sup>22</sup>.

Os primeiros modelos de paraquedas eram conduzidos distendidos, aumentando o risco de se inflarem acidentalmente com uma rajada de vento mais forte antes do momento do salto. Segundo Salecker (2010), o primeiro paraquedas dobrável e capaz de ser transportado no formato de um “pacote” foi inventado pelo norte-americano Thomas Scott Baldwin (1854-1923), que em 1887 projetou e construiu um aparelho que poderia ser acondicionado em um contêiner de lona, facilitando seu transporte e manuseio. Com o equipamento atado ao corpo por meio de cordas, Thomas saltou de um balão a 5.000 pés de altura sobre a cidade de São Francisco, em 30 de janeiro daquele ano. O arrasto do ar, causado pela velocidade da queda, extraiu do invólucro o paraquedas, que em menos de cinco segundos estava inteiramente aberto, conduzindo seu inventor em segurança para o solo.

---

<sup>21</sup> *Balões aerostáticos. Diário do Rio de Janeiro*, 24 de janeiro de 1842, página 1.

<sup>22</sup> *As necessidades dos habitantes de Paris. Jornal do Commercio*, 21 de setembro de 1842, página 2.

Outro avanço importante foi a criação do paraquedas semiautomático pelo engenheiro Gaston Hervieu, em 1911, na França. Pesando cerca de quinze quilos e destinado ao salvamento de aeronavegantes em caso de acidentes aéreos, o paraquedas de Hervieu era preso à cintura através de correias e conectado por um cabo à estrutura do assento do piloto, podendo ser liberado pelo acionamento de uma alavanca. O artefato foi testado em um manequim acondicionado na armação de um aeroplano, que foi arremessado do alto da Torre Eiffel perante uma comissão de militares e engenheiros, e seu funcionamento foi julgado satisfatório: na queda, conforme projetado, o boneco se despreendeu do seu assento, o paraquedas se abriu e desceu lentamente, enquanto a carcaça da aeronave chegava momentos antes ao solo, espatifando-se (Ashton, 2015).

Já o primeiro salto de paraquedas a partir de um avião é creditado ao americano Grant Morton (1857-19??) (Taylor, 2015; Salecker, 2010), que, em 1911, teria alçado voo em uma aeronave *Wright Brothers model B*, em Venice, Califórnia, conduzindo seu paraquedas nos braços. Na altitude conveniente, Morton largou o velame, que inflou e o conduziu em segurança até o chão. No ano seguinte, Albert Berry, um capitão do exército norte-americano, saltou de um aeroplano *Benoist* pilotado por Anthony Jannus, personagem que futuramente alcançaria fama como um dos primeiros pilotos de uma linha aérea regular. O equipamento era atado ao corpo do paraquedista por arreios e trazia o velame e as linhas acondicionados em um cone, que os mantinha compactados até o momento da abertura. Decolando de *Kinloch Field*, em *St. Louis County*, no Missouri, Berry abandonou a aeronave e se projetou para o solo de uma altura de 1.500 pés, enquanto em terra seus companheiros de caserna acompanhavam a queda. O paraquedas seguiu fechado por cerca de quinhentos pés, até que se abriu, atenuando a velocidade da descida, e entre aplausos o oficial chegou suavemente ao chão (Salecker, 2010).

O contêiner cônico não se mostrou muito prático, mas incentivou os paraquedistas a encontrarem outros métodos para embalar seus equipamentos. Em 1914, Charles Broadwick (1870-1943) introduziu avanços significativos nesse sentido (Burnett, 2011: 15). O paraquedas de Broadwick ficava acondicionado em uma mochila atada às costas do aviador e seu ápice era ligado por uma fita (*static line*) a um ponto seguro na estrutura da aeronave. Quando o paraquedista se lançasse no espaço seu peso distenderia a fita, extraindo o paraquedas da mochila, e o arrasto do ar produzido pela velocidade da queda se encarregaria de inflá-lo (Salecker, 2010: ix). Outro aperfeiçoamento foi introduzido quando os americanos Leslie Leroy Irvin (1895-1966) e James Floyd Smith (1884-1956) confeccionaram um novo mecanismo de abertura, mais eficiente e seguro. O paraquedas de Irvin e Smith podia ser

acionado por um controle manual depois que o homem abandonasse a aeronave, dispensando a fita de ligação. O equipamento possuía ainda tiras ajustáveis para as pernas, um fecho central situado no peito e um compartimento que mantinha o paraquedas fechado em um “pacote” posicionado nas costas do aviador. Em 1919, o próprio Irvin se lançou com sucesso de uma altura de 1.500 pés, demonstrando a segurança e a praticidade da invenção. Pouco depois, fundaria a *Irving Air Chute Co*, sediada em *Buffalo*, Nova York, que se tornaria a principal fornecedora de paraquedas para as Forças Armadas norte-americanas. Incentivado por um vantajoso contrato com o governo britânico, uma segunda fábrica foi aberta na Inglaterra, e os paraquedas de Irvin alcançaram o mercado internacional, sendo exportados para Rússia, Espanha, Japão, Chile, Brasil e outros trinta países<sup>23</sup>. Nas duas décadas seguintes, a empresa chegou a deter noventa por cento do comércio mundial de paraquedas<sup>24</sup>. Além da inexistência de concorrentes que fizessem frente à qualidade superior do seu equipamento, esse sucesso também pode ser creditado a uma demanda específica, oriunda do governo norte-americano, de onde partiram vultosos créditos para o empreendimento.

O interesse dos militares pelo invento merece exame. O período entre guerras foi permeado de ideias que visavam a restaurar a supremacia das operações ofensivas no campo de batalha, uma vez que as defesas estáticas, que caracterizaram as manobras da Primeira Guerra Mundial, haviam custado um alto preço em vidas humanas. Esse movimento convergiu com um surto de crescimento da indústria bélica, que adotaria tecnologias modernas para o aperfeiçoamento e a produção de novas armas, entre as quais os carros de combate e as aeronaves (Glantz, 1984: 2). O primeiro, com sua proteção blindada, oferecia a oportunidade de uma penetração relativamente segura através das linhas inimigas; já com as aeronaves, uma nova dimensão seria acrescentada ao campo de batalha, abrindo-se uma perspectiva inédita: o *envolvimento vertical*, manobra na qual a força atacante, deslocando-se por via aérea, contorna a posição principal do inimigo para conquistar um objetivo à sua retaguarda, forçando o abandono da posição defensiva ou o desvio de forças para fazer face à ameaça, transferindo assim o combate para um local e uma ocasião escolhidos pelo atacante<sup>25</sup>.

Cabe destacar que coube à Itália, ainda durante a Primeira Guerra Mundial, o uso pioneiro dos paraquedas como equipamento bélico, com o lançamento dos tenentes Alessandro Tandura, Ferruccio Nicoloso e Píer Arriga Bamaba, na retaguarda de linhas inimigas, em 9 de agosto de 1918, na região de Vitória Veneta (Sergent, 1974: 31). Durante a

---

<sup>23</sup> *Aviators of 38 nations do their jumping in U.S. parachutes. Life*, 22 de março de 1937, página 28.

<sup>24</sup> *Aviators of 38 nations do their jumping in U.S. parachutes. Life*, 22 de março de 1937, página 28.

<sup>25</sup> *Glossário das Forças Armadas* (2007). Verbetes “Envolvimento vertical” e “Envolvimento”, página 90.

segunda guerra Ítalo-Etíope (1935-1936), os italianos também utilizaram paraquedas para abastecer núcleos destacados no deserto, onde se tornava demorado o fornecimento de víveres e munições por via terrestre. Por bizarro que pareça, a aviação italiana lançou carneiros e búfalos vivos para suprir de carne fresca as tropas estacionadas no escaldante Danakil, no nordeste da Etiópia. O país também criou, em 1937, a Escola de Paraquedistas de Gastei Benito, próximo a Trípoli, e no ano seguinte formou o primeiro batalhão de paraquedistas líbio, com o efetivo constituído por tropas coloniais estrangeiras. Em 1940, formou-se outro batalhão, desta vez constituído exclusivamente por voluntários italianos, e uma segunda escola foi criada na Tarquínea, comuna italiana da região do Lácio, onde ainda hoje se encontra sediado o 2º *battaglione paracadutisti*; porém, ao declarar guerra contra a França naquele ano, a Itália interrompeu o desenvolvimento do paraquedismo militar<sup>26</sup>.

**Figura 2 – Paraquedas na Abyssinia.**

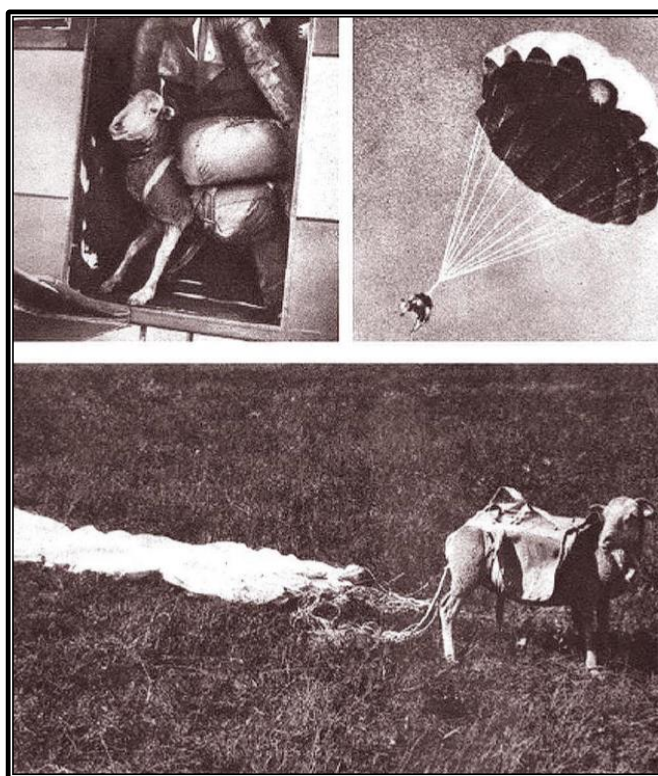


Figura 2 – Paraquedas na Abyssinia. Durante a segunda guerra Ítalo-Etíope (1935-1936), os italianos utilizaram paraquedas para abastecer núcleos destacados no deserto. Fonte: *Click*, 1938.

Embora as forças aeroterrestres viessem a constituir um escalão de dimensões modestas no exército italiano, o país apresentou contribuições consideráveis para o avanço do paraquedismo. Cocchi e Falciglia (2006) narram o desenvolvimento de um equipamento

<sup>26</sup> *Meat on the hoof parachuted to starving troops. Click: the national picture monthly, 1938.*

projetado por Prospero Freri, um napolitano que durante a Primeira Guerra Mundial serviu no Batalhão de Aviadores do Exército Real, e após o conflito passou a realizar voos regulares de transporte de correio e passageiros. Durante um voo de testes, uma aeronave pilotada por ele sofreu um acidente, causando a morte de um engenheiro que se encontrava a bordo. Freri, por sua vez, sofreu apenas algumas fraturas, mas adquiriu a convicção da necessidade de equipar os aviadores de um meio de resgate. Em 1921, ele começou a trabalhar no projeto de um paraquedas que pudesse oferecer um alto nível de segurança aos aviadores e, juntamente com seu parceiro Gennaro Maddaluno, abriu uma pequena oficina, lançando, no início de 1922, o primeiro exemplar do seu *aerodiscensore*. Perante uma comissão militar reunida em Nápoles, em 23 de julho de 1922, foram realizados testes com o equipamento, utilizando um manequim como contrapeso. Obtendo um resultado encorajador, os inventores foram convidados a oferecer uma nova demonstração, e no ano seguinte Freri utilizou o paraquedas para saltar de uma altura de quinhentos metros. Mais tarde surgiram diferenças entre Freri e Maddaluno – personagem que será mencionado novamente mais à frente – e a cooperação entre ambos foi interrompida. Freri logo encontrou um novo colaborador, o engenheiro Giuseppe Furmanik, com quem criou o modelo de paraquedas *Salvator-A*, mais tarde adotado como equipamento obrigatório em todas as aeronaves militares italianas<sup>27</sup>.

Mas o maior avanço no emprego do paraquedismo em operações militares se daria na Rússia, com o desenvolvimento dos conceitos doutrinários e a massiva formação de tropas aeroterrestres. Segundo o historiador norte-americano David Glantz<sup>28</sup>, entre 1929 e 1930, M. N. Tukhachevsky, comandante do Distrito Militar de Leningrado, conduziu manobras militares com emprego de paraquedistas e preparou um estudo intitulado *Ação das unidades aeroterrestres em operações ofensivas*, uma resposta aos contratempos dos combates defensivos travados em 1914-18. Com resultados obtidos na observação dos exercícios, ele propôs tabelas de organização de pessoal e material para formação de uma força estratégica de paraquedistas. Complementando o trabalho de Tukhachevsky, L. P. Ivanov e A. N. Lapchinsky, esse último chefe do Estado-Maior da Força Aérea do Exército Vermelho, escreveram um artigo explorando problemas específicos das operações aeroterrestres, como a articulação entre meios aéreos e tropas terrestres, a definição de áreas adequadas para o lançamento e questões sobre a organização e o tempo necessários para a mobilização de equipes de paraquedistas da dimensão de batalhões e regimentos. Simultaneamente, outras

---

<sup>27</sup> *Aviatori italiani all'estero. La rivista illustrata del Popolo d'Italia*, 1926, página. 76.

<sup>28</sup> David M. Glantz é um historiador militar norte-americano, autor de livros sobre as campanhas do Exército Vermelho durante a II Guerra Mundial.

instâncias trabalhavam para desenvolver materiais e equipamentos necessários para as operações, como evidencia a primeira produção doméstica de paraquedas na Rússia, em abril de 1930 (Glantz, 1984: 4).

Glantz também narra uma operação militar de maiores dimensões, ocorrida em 2 de agosto de 1930, nas proximidades da região de Voronezh, no distrito militar de Moscou. Privilegiando a análise de aspectos técnicos do lançamento, três aeronaves modelo R-1 lançaram dois destacamentos de doze paraquedistas cada, armados com metralhadoras e fuzis, na retaguarda de uma figuração inimiga. Os saltos em Voronezh foram realizados de alturas de trezentos e de quinhentos metros, com foco na solução de problemas técnicos, como a dispersão dos paraquedistas ao sabor do vento, a visibilidade dos homens no céu e o tempo necessário para a tropa voltar a se reunir e se tornar capaz de combater após a chegada ao solo. O exercício foi repetido no mês seguinte, dessa feita com o lançamento de uma equipe de onze homens a partir de uma aeronave ANT-9. As ações foram consideradas bem-sucedidas, levando à realização de exercícios aeroterrestres adicionais em 1931, quando foram explorados aspectos técnicos e táticos das missões. De 1933 em diante, praticamente todos os exercícios militares soviéticos passaram a incluir operações aeroterrestres (Glantz, 1984: 3).

As manobras do Exército Soviético de 1934, que envolveram a participação de dois batalhões de paraquedistas, contaram com a presença de militares franceses e alemães, convidados para assisti-las. As demonstrações causaram um grande impacto nos oficiais estrangeiros, e em 1935 uma missão militar de estudos francesa, composta de quatro oficiais da Força Aérea e um oficial do Exército, foi enviada de volta à Rússia a fim de frequentar um curso de paraquedismo naquele país. Após a formação, que incluía a realização de dez saltos de paraquedas, os capitães Geille Frédéric e André Durieu receberam o grau de monitores de paraquedismo. De volta à França, Geille foi incumbido pelo Estado-Maior da Força Aérea de organizar um centro de paraquedismo militar, que foi instalado em *Avignon-Pujaut*. No ano seguinte, seria realizado o treinamento dos primeiros instrutores de paraquedismo pelas Forças Armadas francesas, e em 3 de outubro de 1936 o ministro da Aeronáutica assinaria um decreto estipulando que a Força Aérea deveria organizar unidades da “infantaria do ar” no país (Féraud, 1986: 32).

Os oficiais alemães também ficaram fortemente impressionados com as grandes manobras russas de 1935. Visualizando o potencial bélico do desenvolvimento de unidades transportadas por via aérea, o comando da *Luftwaffe* decidiu formar suas próprias unidades aeroterrestres e instalou uma escola de paraquedistas a oeste de Berlim. O modelo de ensino implantado previa um treinamento duro e desgastante, voltado para jovens recrutas

voluntários e exaltados pela perspectiva de participar da novidade. Era necessária a realização de ao menos seis saltos para obter o *brevet* de *Fallschirmschützenabzeichen*, uma águia dourada com uma suástica pendente, rodeada por uma coroa de folhas de carvalho e louro, que logo se tornou uma valorizada distinção no seio da *Luftwaffe*. As primeiras unidades de paraquedistas alemães entraram em operação em 1938, consolidando-se para formar a 7ª Divisão Aerotransportada, pioneira nas ações aeroterrestres na Segunda Guerra Mundial (Nasse, 1997).

A academia de formação de paraquedistas britânicos surgiria um pouco mais tarde, estabelecida pela *Royal Air Force* no aeródromo de *Ringway*, perto da cidade de Manchester. Sua criação era defendida pelo primeiro-ministro Winston Churchill (1874-1965), que já desde a Primeira Guerra Mundial desejava dotar a Inglaterra de um corpo de paraquedistas militares, ideia que sofria a oposição do Alto Comando britânico. Mas mesmo após a entrada do país na Segunda Guerra, o desejo de Churchill de constituir “uma tropa de pelo menos 5.000 soldados paraquedistas, devidamente organizados e equipados” (Skinner, 2015: 4) ainda enfrentava resistência dos militares. Nem com uma intervenção direta, em 5 de junho de 1940, reiterada em 22 de junho do mesmo ano, o primeiro-ministro conseguiu obter o apoio necessário: naquele ano, o melhor que conseguiu foi colocar em ação uma força de apenas um décimo da sua proposta, além de tudo deficiente em treinamento e equipamentos (Devore, 2015: 49).

A partir de junho de 1941, Churchill voltaria a pressionar os militares. Suas novas intervenções resultariam finalmente na organização dos meios e na concessão de recursos adequados, e na segunda metade daquele ano o corpo de paraquedistas britânico se expandiria até o nível brigada. Ainda durante o conflito, as forças aerotransportadas inglesas atingiriam a dimensão de duas divisões de dezesseis batalhões de infantaria cada (Devore, 2015: 50), o que permitiu que o país participasse das maiores operações aeroterrestres da guerra.

### 2.3 PRIMÓRDIOS DO PARAQUEDISMO NO BRASIL

Como visto, o aperfeiçoamento dos equipamentos e das técnicas de paraquedismo caminhou em conjunto com os avanços da navegação aérea, desde as primeiras ascensões aerostáticas do século XVIII, até o advento da aviação, no século XX. Nos primórdios, o uso do paraquedas visava a realização de experiências científicas ou a segurança dos tripulantes das aeronaves, embora poucos anos após a invenção do avião já tenha surgido a ideia do desembarque de soldados combatentes em operações militares.

Será realizada agora uma tentativa de traçar uma história do paraquedismo no Brasil, onde a literatura sobre o assunto é falha e escassa<sup>29</sup>: pouco existe além das informações espalhadas pelas páginas da *web*. Mesmo uma referência aparentemente mais confiável, como o *Atlas do esporte no Brasil*, editado pelo Conselho Federal de Educação Física, propaga incorreções no seu verbete *paraquedismo*, afirmando, por exemplo, que o primeiro salto de paraquedas a partir de um balão aconteceu na Califórnia, nos Estados Unidos da América, em 1901, e que nas décadas seguintes esse tipo de salto passou a ser inserido em *shows*, com o saltador partindo da asa de uma aeronave (Bittencourt *et al*, 2006: 139). Equivoca-se ainda ao afirmar que o “paraquedismo se iniciou no Brasil em 1920, quando o americano Spencer Stanley realizou seu primeiro salto em São Paulo” (idem), para em seguida, também incorretamente, afirmar que o segundo-tenente João Pereira Lima foi o primeiro brasileiro a realizar um feito semelhante, em 1925, e que Rosa Helena Schorling, natural do Espírito Santo, tornou-se a primeira mulher paraquedista ao saltar, em 1940, no Campo de Marte, em São Paulo. Erros semelhantes, inclusive, são reproduzidos pelos escritores Alexandre Medeiros em *Santos Dumont e a física do cotidiano* (Medeiros, 2016), e Fernando Jorge em *As lutas, a glória e o martírio de Santos Dumont* (Jorge, 2018). Por um lado, tratam-se somente de efemérides; mas, deslocando os acontecimentos para fora de seu tempo e concedendo-lhes um destaque que não possuem, tais afirmações podem prejudicar avaliações mais precisas do tema.

Assim, a falta de uma bibliografia mais específica e precisa justifica o apelo às fontes primárias. Nos periódicos consultados, a primeira referência a um voo em território nacional tem a data surpreendentemente remota de 1855, quando Eduardo Heill, um francês estabelecido no Rio de Janeiro como fabricante e comerciante de encanamentos e artefatos de bronze, fez publicar nos jornais da cidade que subiria ao ar em um grande balão de seda envernizada, no dia 28 de outubro daquele ano, um domingo. Heill pôs à venda convites para o evento, que também contaria com a apresentação de uma banda de música militar. Por cautela, uma embarcação se posicionaria na Baía da Guanabara, para socorrer o aeronauta caso os ventos o levassem para o mar<sup>30</sup>.

Por motivos que não foram dados a conhecer, mas provavelmente relacionados ao clima, a apresentação foi frustrada e adiada em duas semanas, e novos anúncios foram

---

<sup>29</sup> Uma exceção é a série *Opúsculos*, editada e disponibilizada pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, que reúne um material de qualidade no que se refere à divulgação da história da aeronavegação brasileira.

<sup>30</sup> *A primeira ascensão aerostática no Brasil. Diário do Rio de Janeiro*, 28 de outubro de 1855, página 4.



publicados com a previsão de uma segunda tentativa em 11 de novembro<sup>31</sup>. Dessa feita, houve sucesso<sup>32</sup>. Os preparativos para a ascensão foram realizados na chácara do Senado<sup>33</sup>, às cinco horas da tarde, e contaram com a presença do próprio imperador D. Pedro II, notoriamente reconhecido pelo seu apreço ao universo científico. Previamente, foram liberados pequenos balões que indicariam a direção do vento, e às dezoito horas Heill cumprimentou o público, subiu no cesto do balão principal e ordenou que fossem liberadas as amarras que o retinham.

Figura 3 – Ascensão do aeróstato de Eduardo Heill.



Figura 3 – Ascensão do aeróstato de Eduardo Heill. Ilustração do balão *Brasil*, utilizada para divulgação da segunda ascensão do aeróstato do comerciante Eduardo Heill. Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 1855.

Entre aplausos, o aparelho subiu lentamente, e, conforme eram liberados os sacos de areia que serviam de lastro, foi ganhando altitude durante cerca de meia hora. Depois desceu rapidamente para os lados do Saco do Alferes<sup>34</sup>. Além dos pagantes, espectadores acompanhavam a manobra das janelas do paço do Senado, sobre os telhados e de cima das árvores. O povo carioca finalmente deixava de descreer nos voos aerostáticos, dos quais até então só tinha conhecimento por meio das notícias procedentes da Europa.

Heill se propôs a realizar novos voos, apelando para o divertimento proporcionado pelo espetáculo da vista do balão como motivo para cobrança de ingressos. Alegou também

<sup>31</sup> *Ascensão aerostática. Jornal do Commercio*, 11 de novembro de 1855, página 4.

<sup>32</sup> Afirma-se que os daguerrotipistas Biranyi & Kornis, que possuíam um estúdio na rua de São Pedro, 43, no Rio de Janeiro, registraram a ascensão do balão de Eduardo Heill (Ferraz, 2016: 213). Infortunadamente, não foi possível localizar essas imagens.

<sup>33</sup> A localidade ficava ao sul do atual Campo de Santana, na região central do Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> Próximo de onde se localiza hoje a Rodoviária Novo Rio, também na região central da cidade.

que as ascensões poderiam constituir oportunidade para a realização de diversos estudos científicos, e para isso solicitou o empréstimo de instrumentos meteorológicos a quem os pudesse dispor<sup>35</sup>. Sua segunda ascensão estava prevista para o dia 20 de janeiro de 1856, mas também foi adiada em duas semanas, por conta das fortes chuvas que geralmente castigam a cidade no mês de janeiro. Assim, acabou sendo realizada em pleno carnaval carioca, o que reduziu consideravelmente a quantidade de pessoas na assistência, embora contasse novamente com a presença do imperador. O voo também foi mais tímido. Pouco após as dezoito horas de um domingo, 2 de fevereiro de 1856, o balão foi liberado e subiu durante cerca de quinze minutos, para em seguida murchar e cair sobre o mar, próximo à praia de São Lázaro, de onde foi resgatado por escaleres do Arsenal de Marinha<sup>36</sup>.

Não há notícias sobre uma terceira ascensão, que provavelmente não ocorreu. O *Diário do Rio de Janeiro*, de 17 de fevereiro de 1856, revelou que o aeronauta planejava um novo voo em homenagem ao aniversário da imperatriz Teresa Cristina, que transcorreria em 14 de março. Mas em seguida Heill informava, em tom de queixa, que as duas primeiras demonstrações não haviam reunido um público pagante suficiente para custear as despesas do balão, o que tornava a apresentação economicamente inviável. No texto, o comerciante aeronauta também sugere que seria justo que o governo arcasse com o gasto “de dois a três contos de réis”, subsidiando um espetáculo que, além de “abrilhantar o aniversário de nossa augusta soberana”, daria ao povo “a ocasião de ter a sua parte de júbilo e de gozo nesse dia de grande regozijo nacional”<sup>37</sup>.

Aparentemente, Heill não obteve o subsídio desejado. O comerciante, que por meio dos jornais havia tornado suas apresentações conhecidas do público, divulgando a data, a hora, o local – e os valores dos ingressos – não fez publicar outros anúncios. Mesmo sem essa iniciativa por parte do aeronauta, é lícito supor que a imprensa deveria cobrir espontaneamente um evento tão singular quanto a ascensão de um balão naqueles tempos, a qual dificilmente passaria despercebida. O último destino conhecido do aparelho de Eduardo Heill foi um depósito do Arsenal de Marinha, para onde havia sido recolhido após a segunda e última queda.

O que se pode afirmar é que os primeiros investimentos do governo brasileiro nos aeróstatos não foram destinados para diversão e regalo do povo, ou mesmo para finalidades científicas: cerca de doze anos após as apresentações de Heill, em 1867, durante a Guerra do

---

<sup>35</sup> *Segunda ascensão aerostática. Jornal do Commercio*, 17 de janeiro de 1856, página 4.

<sup>36</sup> *A semana. Jornal do Commercio*, 3 de fevereiro de 1856, página 1.

<sup>37</sup> *Revista. Diário do Rio de Janeiro*, 17 de fevereiro de 1856, página 3.

Paraguai, foram adquiridos dos Estados Unidos dois balões aerostáticos, com a finalidade de serem utilizados como postos de observação na região do Tuiuti.

O historiador Francisco Doratioto fornece detalhes da operação: a compra foi realizada em março de 1867, a um custo de 10.000 dólares, e incluía a aparelhagem para produção do hidrogênio que inflaria os balões. Também foram contratados os serviços dos irmãos norte-americanos James e E. S. Allen para manusear toda a parafernália. O equipamento e seus operadores chegaram à região do conflito em 31 de maio de 1867, mas a primeira ascensão demorou mais de vinte dias para ser realizada. Ocorreu apenas em 24 de junho, quando um dos balões foi inflado e subiu a 330 metros de altura, preso a duas cordas retidas por soldados em terra.

**Figura 4 – Balão de observação empregado na Guerra do Paraguai.**

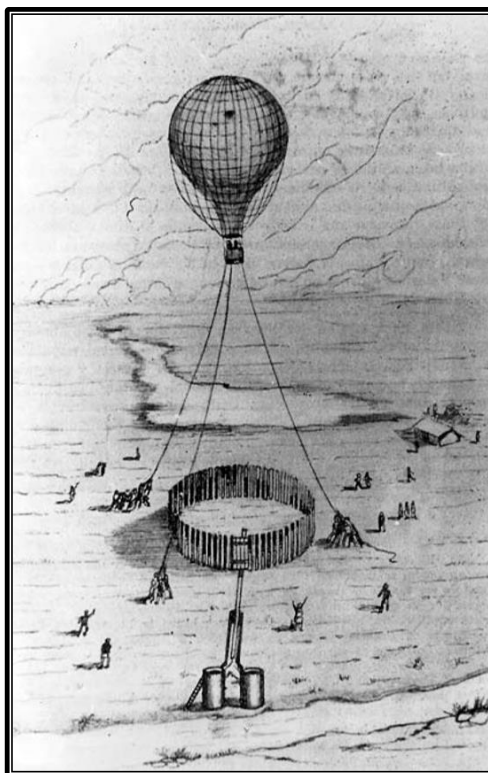


Figura 4 – Balão de observação empregado na Guerra do Paraguai. Durante o conflito, balões foram empregados como postos de observação. Fonte: INCAer, 2017.

Algumas outras ascensões foram efetuadas até o final de julho, mas as observações foram prejudicadas por nevoeiros e pela fumaça das inúmeras fogueiras que os paraguaios acendiam para dificultar a visão de suas posições.

O balão ficava amarrado por três cordas, para evitar oscilações com o vento, e levava dois observadores em sua cesta. Em terra, de três a cinco dezenas de homens

puxavam as cordas para as manobras de subida e descida do balão. O hidrogênio era produzido lentamente, pela reação de ácido sulfúrico e sucata de ferro. [...] O balão grande tinha diâmetro de pouco mais de doze metros e exigia 37.000 pés cúbicos de hidrogênio e jamais se conseguiu enchê-lo totalmente. Utilizou-se somente o pequeno, de 8,5 metros de diâmetro e que usava 17.000 pés cúbicos de gás (Doratioto, 2002: 295).

Ainda seguindo Doratioto, aprende-se que diversos contratemplos marcaram o primeiro uso militar de um artefato voador pelos brasileiros. Um dos principais obstáculos foi o enchimento do balão, pois a permeabilidade do tecido de baixa qualidade do invólucro permitia o escape do gás. Esse desperdício era agravado pela dificuldade para obtenção do hidrogênio, substância que deveria ser produzida através da reação química entre ácido sulfúrico e limalha de ferro, material indisponível e improvisadamente substituído por ferro-velho. Apesar de tudo, chegou-se a realizar um total de vinte ascensões, doze delas nos últimos dias do mês de junho. A operação, de um modo geral, deve ter sido considerada malsucedida ou estrategicamente improdutiva, uma vez que o conflito se estenderia ainda por quase três anos, mas em dezembro de 1867 os irmãos Allen já receberiam ordem do governo brasileiro de embarcarem de volta para o Rio de Janeiro, de onde retornariam para a América do Norte (Doratioto, 2002: 295).

Assim como os voos de balão de Eduardo Heill em 1855, os primeiros registros de lançamentos de paraquedas no Brasil também são de exposições públicas, que poderiam muito bem serem qualificadas como espetáculos circenses. Em 1876, seis anos após a campanha da Tríplice Aliança, ocorreriam as demonstrações do balonista mexicano Theodulo R. Ceballos e de sua esposa, a escocesa Sahara Ceballos. A dupla prometia executar “ascensões aerostáticas” e “números de paraquedismo” em uma espécie de apresentação mambembe, que já havia percorrido diversos países das Américas. No início daquele ano, os Ceballos realizaram exposições nas cidades de Curitiba<sup>38</sup> e de São Paulo<sup>39</sup>, sempre precedidas de anúncios na imprensa local, com o objetivo de atrair o público e de arrecadar dinheiro com a venda de ingressos para seu espetáculo. A *performance* era relativamente simples e inocente. A um balão eram afixados cabos com argolas, nas quais os aeronautas se penduravam para executar acrobacias durante uma breve subida. Na divulgação, o número de paraquedismo era por vezes anunciado com a promessa de ser executado por “seu companheiro de viagem” e em outras por “um habitante da cidade”. Tratava-se de um engodo: Ceballos levava na ascensão um pequeno cão, que era equipado com um paraquedas e lançado sobre o público.

---

<sup>38</sup> *Grande ascensão do balão monstro. Dezenove de Dezembro*, 22 de janeiro de 1876, página 4.

<sup>39</sup> *Theodulo R. Ceballos. Correio Paulistano*, 29 de abril de 1876, página 3.

Uma apresentação real de paraquedismo ocorreria somente quatro anos depois, em 1890, quando a norte-americana Alma Beaumont e o inglês Stanley Edward Spencer programaram uma série de exhibições na então capital brasileira, afirmando que a jovem Alma saltaria de um balão aerostático e se despenharia “no vácuo, sendo sua descida, a princípio vertiginosa, e depois, abrindo o seu luxuoso paraquedas”, conforme anunciavam os cartazes de divulgação do evento. As aventuras de *miss* Beaumont e *mister* Spencer na cidade do Rio de Janeiro, ainda que anedótica, merece ser resgatada: de fato, tão longe quanto esta pesquisa foi capaz de avançar, esse teria sido o primeiro salto de paraquedas realizado no Brasil.

**Figura 5 – Miss Alma Beaumont.**



Figura 5 – Miss Alma Beaumont. A jovem norte-americana Alma Beaumont executou, no Rio de Janeiro, o primeiro salto de paraquedas que se tem notícia em território nacional. Fonte: *Vida Fluminense*, 1890.

A exibição foi programada para ocorrer no Prado do *Derby Club*, na tarde de 26 de janeiro de 1890, um domingo<sup>40, 41</sup>, e uma multidão tentou se deslocar para o local da atração utilizando os péssimos serviços de bondes e trens da cidade. O resultado – que também não seria totalmente estranho nos tempos atuais – foi a formação de uma grande aglomeração na Estação Central, cujas bilheterias permaneciam fechadas. Funcionários da

<sup>40</sup> Uma ascensão “manquêe”. *Gazeta de Notícias*, 27 de janeiro de 1890, página 2.

<sup>41</sup> A ascensão de miss Alma. *Diário de Notícias*, 27 de janeiro de 1890, página 2.

ferrovia tentavam explicar que não havia previsão de trens especiais nem pessoal disponível para operar as linhas, em virtude de se tratar de uma ocorrência “inesperada”, apesar de os cartazes de divulgação do evento prometerem trens e bondes especiais a partir das quinze horas<sup>42</sup>. Afinal, a multidão forçou as portas da estação e invadiu um trem especial que a ferrovia conseguira improvisar.

**Figura 6 – Mr. Stanley Edward Spencer (1868-1906).**

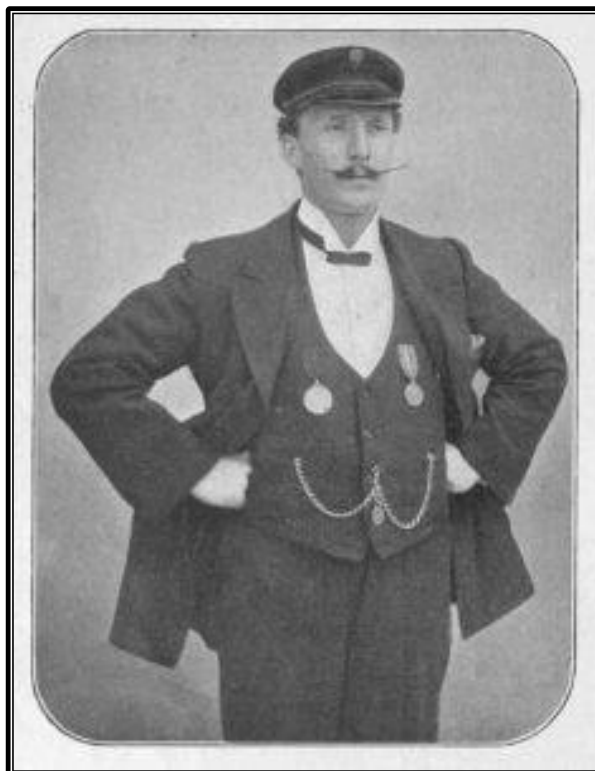


Figura 6 – Mr. Stanley Edward Spencer. Em 1890, o aeronauta inglês participou da primeira exibição de paraquedismo em solo brasileiro, realizada pela norte-americana Alma Beaumont. Fonte: *CMR Online*<sup>43</sup>.

Uma vez no *Derby*, onde a ascensão estava marcada para as cinco horas da tarde, foi a vez de o povo enfrentar uma entediante espera enquanto o balão era inflado. Já eram quase dezenove horas e se ouviam protestos exaltados contra a demora quando, enfim, surgiu Alma Beaumont, a “célebre rainha do ar” e “primeira *parachutista* (*sic*) do mundo”, que deveria “subir 3.000 metros acima do solo em seu luxuoso balão, deixando-se cair com um lindíssimo paraquedas de seda”<sup>44</sup>. O vento soprava forte, sacudindo o aeróstato que se erguia a alguns metros do solo, preso pelas últimas amarras. Para aumentar a impaciência da

<sup>42</sup> *Miss Alma Beaumont. Jornal do Commercio*, 26 de janeiro de 1890, página 8.

<sup>43</sup> Disponível em <<http://cmronline.co.uk/stanley-spencers-airship-flight-from-blackpool-october-21st-1902/>>. Acesso em 29 de maio de 2019.

<sup>44</sup> *Miss Alma Beaumont. Jornal do Commercio*, 26 de janeiro de 1890, página 8.

multidão, a equipe que conduzia a operação do aparelho desceu-o ainda uma vez, para realizar os últimos ajustes do paraquedas. A escuridão da noite que chegava pouco permitia ver do que se passava.

Alma, enfim, embarcou na pequena cesta que pendia do balão, pronta para a exibição. Mas o destino da empreitada daquela tarde (já noite!) era o insucesso, que foi selado em um rápido instante. Uma rajada de vento mais forte fez com que o balão executasse uma cambalhota, libertando-se das amarras e disparando na direção das nuvens, onde desapareceu carregando todo o aparato preparado para o grande salto – exceto *Miss* Beaumont, que em um átimo pulara de volta para a segurança do solo. Mas a proteção em terra firme era relativa, pois, ao invés da altitude, a aeronauta precisava agora enfrentar a turba frustrada, que a atacava tanto moralmente, com uma tempestade de assobios e vaias, quanto fisicamente, atirando-lhe objetos. Somente a custo um alferes e dois praças do Exército, que estavam presentes para assistir ao espetáculo, conseguiram escoltá-la para que se abrigasse no pavilhão central do *Derby*. Em seguida chegaram dois subdelegados, que pensaram ser possível conter os ânimos da multidão anunciando que haviam dado voz de prisão à desastrada equipe de balonistas e aos seus empresários, medida que não foi suficiente. Lá fora o povo exigia, além da prisão, a restituição do valor pago pela exibição que não ocorrera. Mas os empresários haviam desaparecido, e os infelizes Spencer, Alma e John Caro, preparador do balão, foram os únicos detidos.

A segurança do evento contava com apenas seis policiais, que juntamente com os prisioneiros se recolheram acudados ao pavilhão central, incapazes de conter a depredação do local. Choviam pedras, e tábuas eram atiradas de todos os lados. Cada vez mais enfurecida, exigindo a devolução do valor pago, a assistência quebrou bancos, arrombou portas e saqueou o bar que funcionava no local. Um oficial do Exército e um subdelegado tentavam convencer o público de que o dinheiro seria devolvido, mas não tiveram sucesso e também acabaram sendo agredidos. Somente após a notícia de que uma força policial estava prestes a chegar ao *Derby* foi que a multidão começou a deixar o local, mas ainda assim o tumulto não se encerrou. Parte do grupo se dirigiu para o teatro Sant'Anna, movido pela informação de que um dos empresários lá se recolhera, mas a busca foi frustrada por policiais que guarneciam o lugar. Outra parte do público, que decidiu retornar para suas casas, invadiu os trens, negando-se a pagar as passagens. Todos já se julgavam suficientemente lesados pela perda de tempo e pela diversão frustrada.

Finalmente, a *troupe* foi conduzida para a delegacia, onde apresentou sua versão do incidente: Alma afirmou que, ao se posicionar para iniciar a subida, havia sido impedida

por Spencer, que a agarrou advertindo que o aparato não estava bem posicionado; nesse instante a corda que retinha o aparelho escapou, fazendo com que o balão fugisse para o céu. Outra versão, propagada nos jornais como “mais aceitável”, dizia simplesmente que a paraquedista tivera receio de levar adiante a aventura, tendo em vista o vento e a tempestade que se aproximavam. A questão só foi encerrada pela chegada do comendador Heller, empresário dos balonistas, que devolveu na delegacia a renda das entradas, e pela promessa de Spencer e Alma de realizarem, no domingo seguinte, uma nova tentativa de ascensão, dessa feita, gratuitamente.

A segunda exibição foi programada para o dia 9 de fevereiro, mas precisou ser adiada em virtude de uma indisposição de *miss* Beaumont<sup>45</sup>. Até que finalmente, em 23 de fevereiro de 1890, a prometida demonstração gratuita de paraquedismo foi levada a cabo, dessa vez sem maiores incidentes. Sob calorosos aplausos da assistência, *miss* Alma Beaumont embarcou no *Star of the West*, elevando-se até as nuvens e saltando, tão logo percebeu ter atingido a altura apropriada, da pequena *nacelle* para o vazio. Seu paraquedas inflou de imediato e, soprado pelo vento, conduziu a paraquedista para o solo – ou, mais precisamente, para o telhado da casa localizada na rua Josefina, 28, em Vila Isabel, de onde a heroína desceu carregada nos braços pelo povo eufórico: *Miss* Alma Beaumont acabava de realizar o primeiro salto de paraquedas no Brasil. O balão, por sua vez, foi cair próximo ao mar, para os lados do Morro da Providência, onde foi resgatado por um carroceiro, que o devolveu aos seus donos<sup>46</sup>.

Uma terceira exibição foi marcada para a data de 23 de março de 1890, mas precisou ser adiada por conta do mau tempo. A fim de evitar os desgostos da primeira apresentação, Spencer prometeu que a preparação do balão seria feita de véspera, de modo que a partir das onze horas da manhã o público já pudesse visitá-lo. Também foram oferecidos recibos com os quais as pessoas pudessem reclamar a devolução da importância paga, caso algum imprevisto impedisse novamente a realização do espetáculo<sup>47</sup>. A providência foi oportuna, pois na noite anterior ventos violentos sopraram sobre a cidade, acompanhados de uma chuva forte e continuada que inundou ruas, derrubou casas e árvores e fez transbordar rios e valões. Um dos pontos mais atingidos pela tormenta foi justamente a Villa Guarany, onde ocorreria a exibição. Às quatro da manhã o vento desprende o balão das estacas que o retinham, fazendo com que subisse descontroladamente por alguns metros e em

---

<sup>45</sup> *Echos. Diário de Notícias*, 10 de fevereiro de 1890, página 1.

<sup>46</sup> *Notas. Diário de Notícias*, 24 de fevereiro de 1890, página 1.

<sup>47</sup> *Última e mais arriscada ascensão da célebre aeronauta miss Alma Beaumont. Jornal do Commercio*, 23 de março de 1890, página 8.



seguida explodisse, inutilizando-o e pondo fim à aventura dos aeronautas estrangeiros em céus cariocas<sup>48</sup>.

Depois desse acidente, Spencer separou-se de Alma e tentou realizar algumas apresentações individuais em outras capitais brasileiras. Teve sucesso em São Paulo, onde realizou duas ascensões<sup>49</sup>, mas sofreu um grave contratempo na última parada, em Recife. Após duas tímidas apresentações, nas quais não atingiu a altitude desejada, o balão explodiu enquanto era inflado com gás para uma terceira tentativa de ascensão, causando contusões e ferimentos nos operadores. Abalado e somando prejuízos, Spencer encerrou sua turnê brasileira<sup>50</sup>, embarcando para a Europa no vapor inglês *Trent*, no início de outubro de 1890<sup>51</sup>.

#### 2.4 O PARQUE DE AEROSTAÇÃO DE REALENGO

Não demorou muito para que os balões tivessem seu *status* de atração circense transformado novamente em equipamento bélico. As circunstâncias para isso surgiram cerca de três anos após a aventura de Alma e Spencer no Rio de Janeiro, com o início da Revolta da Armada, deflagrada sob o comando do almirante Custódio de Melo. No dia 13 de setembro de 1893, embarcações da Marinha começaram a bombardear os fortes do litoral fluminense, em protesto contra o governo do marechal Floriano Peixoto (Pereira, 2009: 138). Contando com forças insuficientes, o governo incentivou o recrutamento de voluntários, que se apresentaram para formar os chamados *batalhões patrióticos* (Pereira, 2009: 114), mas, além da deficiência de pessoal, o Ministério da Guerra enfrentava também a carência de meios materiais<sup>52</sup>. Diante desse quadro, foi acolhida a ideia do deputado Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1864-1902): construir um dirigível como posto de observação aérea contra os rebelados (Fernandes, 1981: 30).

O projeto foi submetido à análise do Clube de Engenharia, que deu parecer favorável à sua viabilidade. Financiado pelo governo, Severo então se reuniu aos engenheiros Gabriel Junqueira e Mário Rôxo, ao químico Domingos de Barros e ao coronel Eduardo de Borja Reis para construir o *Bartolomeu de Gusmão*, um dirigível inflável de 57 metros de comprimento e dotado de uma barca ligada ao bojo do balão por suspensão flexível, sistema cuja eficiência já havia sido comprovada em outros modelos de aeróstatos. O invólucro foi

---

<sup>48</sup> *Inundação. Jornal do Commercio*, 31 de março de 1890, página 1.

<sup>49</sup> *Aeronauta. Correio Paulistano*, 22 de abril de 1890, página 1.

<sup>50</sup> *Stanley Spencer. Diário de Pernambuco*, 23 de setembro de 1890, página 2.

<sup>51</sup> *Passageiros. Diário de Pernambuco*, 3 de outubro de 1890, página 2.

<sup>52</sup> Relatório do ministro da Guerra Bibiano Sérgio Macedo de Fontoura Cestallat, 1893, página 6.

encomendado ao *Atelier Lachambre* de Paris, firma especializada na construção de balões, e chegou ao Brasil no início de 1894 (Fernandes, 1981: 32).

**Figura 7 – O dirigível de Augusto Severo.**



Figura 7 – O dirigível de Augusto Severo. Durante a Revolta da Esquadra, em 1893, foi acolhida a ideia do deputado Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1864-1902): construir, no quartel de Realengo, um dirigível como posto de observação aérea contra os rebelados. Fonte: Visoni, 2013.

O restante do projeto foi executado ao lado da Escola Prática do Exército na Capital Federal<sup>53</sup>, localizada em Realengo, onde foi erguido um protótipo de base aérea, contando com um grande hangar e uma usina para a produção de hidrogênio. Mas apesar da viabilidade teórica, previamente atestada, a experiência prática sofreu diversos reveses. Um dos principais foi devido a inexistência no mercado nacional da liga de alumínio prevista para construção da armação da barca, que acabou sendo construída com o nativo bambu. Mas, além dos tripulantes, a estrutura deveria suportar um motor elétrico com suas baterias e resistir aos esforços durante o voo, e a fragilidade do material improvisado não permitiu bons resultados. Uma noite, metade do galpão, construído às pressas, ruiu em virtude do rompimento de suas amarrações, atrasando ainda mais o plano original. Por fim, embora em algumas evoluções realizadas em fevereiro de 1894 o balão tenha demonstrado equilíbrio para o voo, um acidente partiu a barca e danificou definitivamente sua estrutura, que não pode ser recuperada a tempo de demonstrar qualquer utilidade em combate.

As experiências de Severo em Realengo, embora não tenham alcançado seu objetivo principal, deixaram um parque de aerostação como legado para a Escola Prática. Nos

---

<sup>53</sup> A instituição teria sua denominação alterada, em 1898, para *Escola Preparatória e de Tática do Realengo* e, em 1905, para *Escola de Artilharia e Engenharia*, ambas antecedendo a *Escola Militar do Realengo*, que a partir de 1912 reuniria os cursos de formação de oficiais do Exército.

anos seguintes, o Ministério da Guerra enviou ao exterior alguns oficiais para que se habilitassem nas artes do voo, e constituiu comissões para a compra de material aeronáutico. Com um crescimento tímido, o parque contava, em 1908, com quatro balões adquiridos na França, utilizados em ensaios básicos de aeronavegação.

**Figura 8 – O Balão Militar nº 1.**

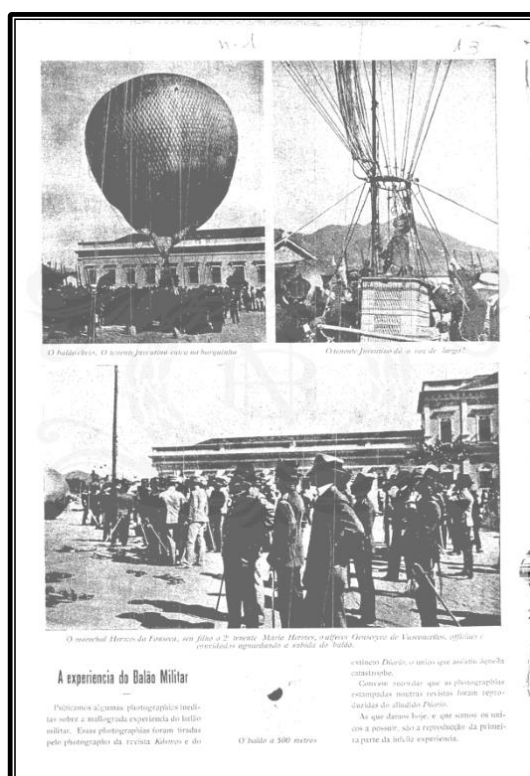


Figura 8 – O Balão Militar nº 1. Tripulado pelo tenente Juventino Fernandes da Fonseca, o balão deveria realizar um voo de demonstração para autoridades civis e militares. Fonte: Revista *Careta*, 1909.

Não raro, essas experiências culminavam em desastres. O próprio Severo foi uma de suas vítimas, falecendo em Paris, em 1902, devido à explosão do seu dirigível *Pax*. Em Realengo, os ensaios de voo também causariam a morte de um aeronauta, o tenente Juventino Fernandes da Fonseca. O oficial fazia parte do grupo de militares enviado à Europa para aperfeiçoamento de conhecimentos profissionais, e havia participado de treinamentos de navegação aérea na França. No retorno ao Brasil, deveria realizar uma demonstração às autoridades, tripulando um balão retido por cabo, no qual pretendia atingir a altitude de duzentos metros<sup>54</sup>. A experiência ocorreu na tarde de 11 de maio de 1908, sob a assistência do ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, e de autoridades militares, terminando tragicamente.

<sup>54</sup> *O Paiz*, 11 de maio de 1908, página 2.

O que ocorreu foi que durante a ascensão o cabo de retenção se rompeu e o balão, com o oficial a bordo, começou a subir descontroladamente, sendo arrastado pelo vento na direção da Serra do Barata, elevação próxima à localidade. Para não colidir com a serra, o piloto começou a lançar fora os lastros, aliviando o peso do aparelho e elevando o aparelho até cerca de oitocentos metros de altura, desviando assim das rochas e da corrente de vento inconveniente. Em seguida, Juventino se valeu da técnica preconizada para tal situação: esperou que a corrente de ar posicionasse o balão sobre uma região adequada para pouso e acionou a válvula de escape do gás, na tentativa de realizar uma descida lenta. Nesse ponto, selou-se sua infelicidade: com o impulso do aeronauta, a haste da válvula se entortou e partiu, permitindo o escape quase instantâneo do gás. A plateia, chocada, assistiria então ao balão desinflar, fechando-se como um guarda-chuva e caindo violentamente em uma gruta próxima à serra<sup>55</sup>.

Os jornais noticiaram amplamente a tragédia, que causou comoção tanto no meio militar, quanto entre a população da cidade. Com a perda do infeliz balonista, o funcionamento do parque de aerostação do quartel de Realengo precisou ser suspenso, e para dar continuidade às atividades foi designado o major Affonso Barrouin como seu novo encarregado, recebendo a incumbência de prosseguir com as experiências aeronáuticas de Juventino Fonseca<sup>56</sup>.

Uma breve pesquisa sobre a vida de Barrouin permite descrevê-lo como um bom modelo do chamado oficial “científico” ou “bacharel fardado”, envolvido na produção de escritos e na vida política paralelamente à carreira militar. Foi candidato a deputado em 1890, e em 1891 encaminhou à Câmara um projeto de reforma do ensino superior (Seki, 2010: 75). Também publicou, em 1893, o *Primeiro ensaio de um estudo racional sobre o aeróstato dirigível*, reivindicando haver descoberto uma solução para o problema da dirigibilidade dos balões. O reconhecimento intelectual parece ter sido perseguido pelo oficial desde os primeiros anos da carreira. Em outro de seus escritos científicos, quando ainda era tenente, havia questionado a aprovação de um livro adotado na Escola Superior de Guerra<sup>57</sup>, crítica que lhe valeu uma prisão e a submissão a um processo no conselho disciplinar, resultando em dois anos de afastamento da escola. De qualquer modo, a julgar pelo histórico de seus

---

<sup>55</sup> *Horrível desastre. O Paiz*, 22 de maio de 1908, página 3.

<sup>56</sup> *Horrível desastre. O Paiz*, 22 de maio de 1908, página 3.

<sup>57</sup> Embora compartilhe a denominação do estabelecimento que existe atualmente, a Escola Superior de Guerra aqui referida era um externato destinado a dar instrução técnica aos oficiais por meio de cursos de artilharia, estado-maior e engenharia. O estabelecimento foi criado pelo Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890. *Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exército*, e foi extinta pelo Decreto nº 2.881, de 18 de abril de 1898. *Aprova o regulamento para os Institutos Militares de Ensino*.

interesses, pode-se considerar que Barrouin seria um dos oficiais mais habilitados para a tarefa que lhe foi prescrita, e assim foi enviado para a Europa<sup>58</sup>, a fim de frequentar em Hamburgo o curso de *aerostação aplicada à arte da guerra* no exército alemão. Nesse mesmo tempo, outro oficial, o capitão Joaquim de Castro, recebeu apoio do Estado-Maior do Exército para realizar experiências com um dispositivo de sua criação, denominado *auto paraquedas*, que chegou a ser testado com sucesso em Realengo. Construído com a ajuda do Arsenal de Guerra, a proposta do aparelho era retardar a queda dos balões, permitindo aos tripulantes sobreviverem em casos de pane<sup>59</sup>.

**Figura 9 – O Balão Militar *Pilot*.**

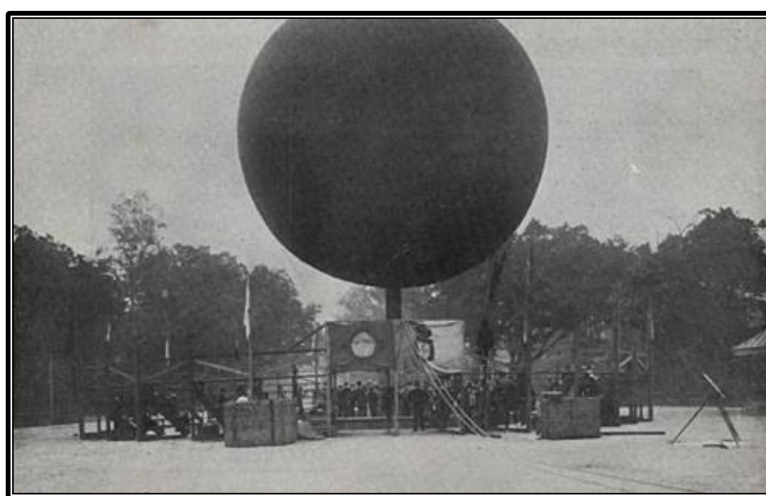


Figura 9 – O Balão Militar *Pilot*. Nesse aparelho, o piloto alemão Thewaldt realizou diversos voos sobre a cidade do Rio de Janeiro, acompanhado dos capitães do Exército Estellita Werner e Ricardo Kirk. Fonte: Revista *Careta*, 1910.

Barrouin nunca chegou a pôr em prática seus conhecimentos de navegação aérea. Depois do acidente do tenente Juventino, o parque de aerostação foi abandonado e seus equipamentos, importados da França, estragaram-se quase totalmente por falta de manutenção. Durante sua breve permanência à frente do Ministério da Guerra, o general José Bernardino Bormann (1844-1919) mostrou interesse em reativar o parque e delinear novos projetos para a aviação, mandando adquirir equipamentos e convidando um balonista estrangeiro, o ex-capitão alemão Thewaldt, para instruir os militares do Exército e da Marinha nas artes da navegação aérea<sup>60</sup>. Algumas ascensões foram realizadas no final de 1910, nas quais Thewaldt sobrevoou a cidade a bordo do “balão militar *Pilot*” acompanhado dos

<sup>58</sup> *Correio da Manhã*, 22 de julho de 1909, página 2.

<sup>59</sup> *Exército. Correio da Manhã*, 22 de outubro de 1909, página 4.

<sup>60</sup> *O Ministério da Guerra e a aerostação militar. Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1911, página 3.

capitães Estellita Werner e Ricardo Kirk<sup>61</sup>. Mas com a sucessão presidencial, em 15 de novembro de 1910, o ministério recebeu um novo titular, o general Emídio Dantas Barreto (1850-1931), que jamais se preocupou com o assunto. As instruções de aviação foram abandonadas e o material adquirido ficou esquecido nos porões do quartel-general. Somente no ano seguinte, após a saída de Dantas Barreto, seu sucessor, o general Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto (1846-1923), voltaria a incentivar as experiências aeronáuticas<sup>62</sup>.

## 2.5 A ESCOLA DE AVIAÇÃO MILITAR

Os conhecimentos trazidos da Europa por Barrouin se tornariam obsoletos já no final da década, quando os esforços para a evolução da navegação aérea passaram a se concentrar nos aeroplanos, relegando os aerostatos, senão ao abandono, ao menos ao segundo plano. A novidade chegou ao Brasil em janeiro de 1910 – quatro anos após Alberto Santos Dumont executar em Paris o primeiro voo em um avião – com a realização dos voos do *São Paulo*, um monoplano construído em Osasco pelo francês Dimitri Sensaud de Lavaud e pelo brasileiro Lourenço de Pellegati (Alexandria e Nogueira, 2010). Com grande cobertura jornalística, o brasileiro Gastão de Almeida também iniciaria na mesma época seus voos em território nacional, utilizando um avião biplano francês modelo *Voisin*. Essas ações, que constituiriam os primórdios da aviação civil brasileira, deveram-se a iniciativas individuais e isoladas, timidamente apoiadas pelas autoridades. Um quadro semelhante se registra na formação dos dois primeiros militares brasileiros que se deslocaram para a Europa a fim de realizar cursos de aviação, a saber, o tenente da Marinha Jorge Henrique Moller, que em abril de 1911 viajou para a França, onde obteve o *brevet* de aviador da *École d'Aviation d'Etampes*, e o tenente do Exército Ricardo Kirk – já citado como um dos participantes das experiências do alemão Thewald com o balão *Pilot* – que no ano seguinte também foi diplomado pela mesma escola (Sales, 2011: 11).

Outra iniciativa foi registrada em 1912, durante o governo do marechal Hermes da Fonseca, quando foi publicada a autorização para a criação de um parque de aviação militar e para a realização de um concurso de aeronavegação, que oferecia aos participantes prêmios de

---

<sup>61</sup> A ascensão do *Pilot* foi registrada por Marc Ferrez e Arnaldo Gomes de Souza, chegando a ser exibida nos cinemas durante o segundo semestre de 1910; lamentavelmente, o filme é dado como desaparecido pela Cinemateca Brasileira. Informação disponível em <<http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=000816&format=detail.pft>>. Acesso em 2 de outubro de 2016.

<sup>62</sup> *O Ministério da Guerra e a aerostação militar. Correio da Manhã*, página 3.

até 50:000\$<sup>63</sup>. Com o objetivo de criar uma escola de aviação, o governo também firmou um contrato, no início de 1913, com a empresa fundada pelos aviadores italianos Gian San Felice Gino, Vitório Bucelli, Eduino Orione e Arturo Jona. Gian havia chegado ao Brasil para realizar uma série de demonstrações de voo a pedido do recém-fundado *Aeroclube Brasileiro*, cujos membros haviam lançado a campanha "*Deem Asas ao Brasil*", visando a incentivar o progresso da aviação no país. Estabelecendo-se em Realengo, próximo à Escola Militar, a *Gino, Buccelli & Cia.* ofereceu assistência para a criação da escola de aviação do *Aeroclube*, mas a proposta foi recusada, e os italianos apresentaram seus serviços ao Ministério da Guerra, que os contratou para darem suporte técnico à criação da *Escola Brasileira de Aviação*, para a qual foi cedida parte das terras do Campo dos Afonsos.

Além de ceder a área, o Ministério da Guerra investiu 100:000\$000 para aquisição de aeroplanos e sua conservação<sup>64</sup>. A inauguração da Escola Brasileira de Aviação foi realizada no dia 2 de fevereiro de 1914, contando com a presença do próprio ministro da Guerra em uma cerimônia ornamentada por nove aviões recém-adquiridos, alinhados garbosamente em formatura. Mas a empresa dos italianos faliu em 18 de junho daquele mesmo ano, apenas cinco meses depois do evento, e assim as instalações do Campo dos Afonsos e seus "aviões velhos", conforme palavras de um de seus alunos, tornaram-se encargo apenas do Exército (INCAER, 1988: 394). Ainda assim, prosseguiriam os investimentos no Campo dos Afonsos como sede dos empreendimentos aeronáuticos militares, e dois anos depois, a Marinha também criaria uma escola semelhante na Ilha do Viana, na Baía da Guanabara<sup>65</sup>, logo em seguida regulamentada<sup>66</sup>. Mesmo com uma estrutura tão tímida, já ocorreriam na década de 1910 as primeiras operações militares brasileiras com emprego de aeroplanos, realizadas durante a *Campanha do Contestado*, na qual aeronaves seriam utilizadas em missões de reconhecimento.

Iniciada em outubro de 1912, na Região Sul do país, a guerra do Contestado opôs forças dos governos federal e estadual contra sertanejos que viviam na região disputada pelos estados de Santa Catarina e do Paraná. O conflito se estendeu por quatro anos, e estima-se que tenha deixado mais de 10.000 mortos (Radin & Corazza, 2018: 79). Em *Memórias: dados para a História do Brasil*, o general Setembrino de Carvalho (1950) narra o emprego das

---

<sup>63</sup> Lei nº 2.544, de 4 de janeiro de 1912. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1912.*

<sup>64</sup> Lei nº 2.842, de 3 de janeiro de 1914. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1914.*

<sup>65</sup> Decreto nº 12.167, de 23 de agosto de 1916. *Cria sem aumento de despesa, as Escolas de Aviação e de Submersíveis.*

<sup>66</sup> Decreto nº 12.364, de 17 de janeiro de 1917. *Aprova o regulamento da Escola de Aviação Naval.*

aeronaves e o acidente aéreo ocorrido durante aquela campanha, recordando que após a construção dos primeiros hangares no Campo dos Afonsos, o Exército adquiriu alguns aeroplanos na Europa, empreendimento que não obteve grande avanço, legando resultados minguidos à implantação da aviação militar. Apesar desse quadro, seria realizada a primeira tentativa de emprego do avião como arma de guerra no país, que seja pela deficiência dos recursos, seja pelo risco inerente à própria aviação, fez como vítima o tenente Ricardo Kirk (1874-1915), um dos então pouquíssimos militares do Exército habilitados em pilotagem. Kirk, como já foi visto, cursara a *École d'Aviation d'Etampes* de Paris, obtendo seu *brevet* em 22 de outubro de 1912. O piloto também era membro do *Aeroclube Brasileiro* e fazia exposições públicas no Rio de Janeiro, quando foi requisitado para participar da campanha do Contestado. Atendendo à convocação, deslocou-se de locomotiva do Rio de Janeiro para o sul com dois aeroplanos, sendo que durante a viagem um incêndio destruiu uma das aeronaves, que precisou ser substituída. Para possibilitar os pousos e decolagens, o Exército abriu campos nas localidades de União da Vitória, Caçador e Fazenda Claudino, de onde partiriam as missões de reconhecimento.

Na tarde de 1º de março de 1915, Kirk decolou de União da Vitória, pequena cidade paranaense à margem do rio Iguaçu, onde estava localizado o comando das operações militares. O objetivo da missão era auxiliar a regulação do tiro da artilharia no bombardeio de Santa Maria, onde se concentrava o último reduto dos sertanejos. Fortes ventos dificultavam a navegação. Um piloto argentino, a serviço do Exército Brasileiro, conduzia uma segunda aeronave, mas considerou as condições atmosféricas desfavoráveis e retornou à base. Kirk, porém, prosseguiu. Sua rota deveria seguir o eixo da via férrea de União da Vitória ao rio Uruguai, e as estações ferroviárias haviam recebido a ordem de avisar ao comando militar a passagem dos aparelhos.

Meia hora depois da decolagem, o piloto argentino regressou. Pouco depois, seria enviada uma mensagem interpelando a primeira estação a respeito da passagem do aparelho pilotado pelo tenente Kirk. Não havia aparecido. Nem na seguinte, nem nas próximas:

Não havia notícias. Temores nos assaltaram! Um desastre provavelmente. Após quatro horas de verdadeira angústia nos retiramos, já com a alma alanceada. Seguiram imediatamente pessoas a explorar a região que deveria ser percorrida pelo destemido aviador, sem que vestígios fossem encontrados. Somente às 16 horas recebemos comunicação do subdelegado de um lugarejo sito na estrada de União da Vitória a Palmas, de que um aeroplano havia caído nas proximidades da estrada, e que o aviador havia morrido. (Setembrino de Carvalho, 1950: 130).

Apesar de já declarada a sorte do infeliz aviador, ainda foram mobilizados recursos médicos e de transporte para, em último caso, transladar o corpo para União da



Vitória. Efetivamente, na manhã seguinte era recebido o cadáver do tenente. Às derradeiras homenagens, prestadas pela tropa, somou-se uma coroa de flores enviada pelo aeroclube do Rio de Janeiro à União da Vitória, onde o tenente Ricardo Kirk foi sepultado.

Em 1917, o Ministério da Guerra investiria mais 100:000\$ para aquisição de aeroplanos e organização da Escola de Aviação<sup>67</sup>. A iniciativa contou com o apoio do próprio Santos Dumont, que, após percorrer diversos países e testemunhar o desenvolvimento da aviação, julgava que no Brasil o assunto era negligenciado. Entretanto, o aviador apresentava ressalvas quanto à sua instalação no Campo dos Afonsos, que havia visitado dois anos antes:

Leio que o Governo vai, de novo, tomar posse do Campo dos Afonsos, onde será instalada a Escola Central de Aviação do Exército e que a Marinha vai transportar para a Ilha do Governador a sua Escola. Primeiro trataremos do Campo dos Afonsos: há dois anos o Exército, creio que reconhecendo a pouca praticabilidade desse campo, o abandonou... O Aero Club aí instalou o seu campo de aviação. Convidado pela diretoria deste clube, há anos, para visitar e dar a minha opinião sobre o dito campo, disse que o achava mais que ruim: achava-o péssimo. (Santos Dumont, 1917: 130).

Apesar das impressões do inventor, que julgava mais conveniente a construção de um campo de pouso em uma grande planície, ou mesmo a instalação de um aeródromo náutico na Baía da Guanabara, o Ministério da Guerra manteve a decisão de aproveitar a área da antiga fazenda dos Afonsos para a criação do serviço de aviação militar. Novos créditos de 2.000:000\$000 foram concedidos em 1918<sup>68</sup> e o mesmo valor no início de 1919<sup>69</sup>, investidos na organização, na construção de instalações, na compra de aeroplanos e na contratação de professores e operários.

Dessa vez, o curso de aviação foi organizado sob a orientação de especialistas franceses, componentes de uma missão militar contratada àquele país<sup>70</sup>, chefiada pelo coronel Etienne Magnin, que foi também o primeiro diretor de ensino da Escola de Aviação Militar. A aprovação do regulamento da escola veio em março de 1920<sup>71</sup>, e os primeiros diplomas de aviador foram concedidos no mesmo ano, para treze oficiais que constituíram sua primeira turma. Logo em seguida foi iniciado um novo curso, com a matrícula de 22 alunos. As primeiras aeronaves utilizadas foram adquiridas na França: oito aviões *Breguet*, doze aviões

---

<sup>67</sup> Lei nº 3.232, de 5 de janeiro de 1917. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1917.*

<sup>68</sup> Decreto nº 13.099, de 17 de julho de 1918. *Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de 2.000:000\$000, para organizar o serviço de aviação militar e outras despesas referentes ao mesmo serviço.*

<sup>69</sup> Decreto nº 13.417, de 15 de janeiro de 1919. *Abre ao Ministério da Guerra, o crédito especial de 2.000:000\$000, para a organização do serviço de aviação militar.*

<sup>70</sup> Decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919. *Autoriza o governo a contratar, na França, uma missão militar, para fins de instrução no Exército.*

<sup>71</sup> Decreto nº 14.121-A, de 31 de março de 1920. *Aprova o regulamento para a Escola de Aviação Militar.*

*Spad*, 23 aviões *Nieuport* de 23 metros quadrados e vinte aviões *Nieuport* de quinze metros quadrados<sup>72</sup>. Sob impulso dos recursos recebidos e da orientação francesa, o desenvolvimento da escola foi consideravelmente rápido: na parada do Dia da Independência de 7 de setembro de 1920, que contou com a presença do rei belga Alberto I, em visita ao Brasil, a escola já seria capaz de apresentar uma demonstração de voo com uma esquadrilha composta por quatorze aeronaves. Dois anos depois, em setembro de 1922, os festejos do centenário da Independência também contariam com demonstrações de voo, nas quais os aviadores franceses constituiriam a principal atração. Nessa ocasião ocorreria – 32 anos após o feito de *miss Alma Beaumont* – o primeiro salto de paraquedas a partir de um avião no Brasil.

Em 20 de setembro de 1922, mesmo dia da inauguração do mostruário do *Palácio do Distrito Federal* na Exposição Universal do Rio de Janeiro, foi organizada no *Jockey Club*<sup>73</sup> uma “tarde de aviação”, inserida nos festejos da exposição e contando com um programa de demonstrações de acrobacias, *loopings* e espirais, a cargo dos aviadores da Escola Militar. Os sobrevoos das aeronaves, pilotadas pelos oficiais franceses De Séguin, Etienne Magnin, Alfred Fronval, Mendes e René Fonck, arrancavam aplausos e gritos de admiração da assistência. Exibindo um espetáculo inspirado nos *raids* aéreos que já ocorriam com frequência na Europa, mas ainda inédito no território nacional, as aeronaves simulavam combates, voavam em formação, realizavam voos rasantes e acrobacias sobre a plateia.

Para o encerramento da exibição também estaria reservado um número até então absolutamente inédito no país. Equipado com um paraquedas, o tenente-coronel De Séguin embarcaria em um aparelho pilotado pelo aviador Fronval, sendo acompanhado do solo pela multidão reunida no Prado do *Jockey Club*, agora silenciosa. Entre volteios, a aeronave alcançou a altura de seiscentos metros, e eis que De Séguin se precipita no espaço. Após alguns instantes em queda livre, seu paraquedas se abre e, conforme a aproximação da descida o traz para mais perto do solo, a assistência pode distinguir em suas mãos duas bandeiras, uma da França e outra do Brasil<sup>74</sup>.

A empresa pode ter sido um sucesso como prova de coragem e de diplomacia, mas não de precisão técnica. Com a força do vento, a descida foi terminar distante do *Jockey Club*, nos jardins do Hospital Central do Exército, sob o testemunho dos soldados que se encontravam de guarda naquele estabelecimento. Mas pouco importava: assim que chegou ao

<sup>72</sup> A medida em metros quadrados incorporada à nomenclatura é referente à área das asas da aeronave.

<sup>73</sup> O *Jockey Club* estava localizado onde hoje se encontra o Estádio Mário Filho, no Complexo Esportivo do Maracanã. Observe-se que se trata da mesma localidade que foi palco da apresentação de *miss Alma Beaumont*, 32 anos antes.

<sup>74</sup> *As festas do centenário. Jornal do Brasil*, 21 de setembro de 1922, página 7.

solo, o aviador se desvencilhou do paraquedas e foi carregado de volta para a festa, entre gritos de “viva!” da multidão entusiasmada. E não era para menos: De Séguin havia se tornado a primeira pessoa a executar em solo nacional – empregando-se o jargão militar que seria adotado décadas depois, quando seu feito já teria sido esquecido – um salto de paraquedas a partir de uma aeronave militar em voo.

## 2.6 O “SALTO DA MORTE” DO TENENTE CHEVALIER

O artigo *As origens da EMBRAER*, de autoria da pesquisadora Maria Cecília Forjaz, traz uma interessante análise sobre a educação militar nos primeiros anos da Escola de Aviação. A autora observa que os candidatos que escolhiam a carreira aeronáutica precisavam se deslocar de Realengo, onde se localizava a Escola Militar, para o Campo dos Afonsos, onde permaneciam isolados e perdiam o contato com o Exército. A autora sugere que os jovens pilotos desenvolviam assim “um *ethos* militar diferente, baseado no individualismo, no espírito de aventura e na coragem exacerbada exigidos de futuros pilotos” (Forjaz, 2005: 282). Em consequência, conclui que aqueles que buscavam a aviação seriam menos apegados “à disciplina e à obediência, características próprias do espírito militar” (idem).

O pensamento da autora é parcialmente aceitável. De fato, a aviação foi inserida entre os cursos da Escola Militar do Realengo a partir do ano de 1919, e sua principal área de instrução foi estabelecida no Campo dos Afonsos, a cerca de cinco quilômetros de distância de Realengo. Com a normatização do funcionamento e a criação de um estabelecimento de ensino próprio para a nova arma, já em 1920, os alunos realmente passariam a reduzir o contato – não com o Exército, mas com a Escola Militar. Antes disso, alojavam-se em Realengo e pela manhã se dirigiam de ônibus ao aeródromo, onde recebiam a instrução de pilotagem, retornando ao quartel no fim da tarde. Essa rotina acelerada seria apontada como um fator de comprometimento da qualidade da formação e da especialização do pessoal da aviação, produzindo reflexos negativos na segurança do voo. Aliás, a necessidade de uma maior dedicação às atividades específicas da aeronáutica ainda era uma queixa dos pilotos no início da década de 1930<sup>75</sup>, que levaria a mudanças na própria legislação do ensino militar.

---

<sup>75</sup> Decreto nº 20.023, de 21 de maio de 1931. *Cria, a título provisório, o Grupo Misto de Aviação, com sede no Campo dos Afonsos, e dá outras providências*. O preâmbulo da legislação desenvolve, a título de considerações, observações tais como “que a segurança de nossos aviadores exige que o chefe, responsável pelo estado do material de voo, conheça profundamente o material que utiliza, o que não se pode verificar atualmente dado o congestionamento em que se encontra a Escola de Aviação Militar”; ou ainda, “que esta Escola de Aviação, como instrumento de ensino, não pode preocupar-se com a instrução de tropa de nossos aviadores prontos, assim como dessa instrução não se preocupa a Escola Militar do Realengo” etc.

Também é preciso lembrar que disciplina e obediência não estavam exatamente na ordem do dia entre os jovens oficiais na década de 1920, fossem aviadores ou não. O quadro era de crescente insatisfação com as condições do Exército e com o governo, tanto durante o mandato de Artur Bernardes, quanto de seu sucessor, Washington Luís, o que levou à eclosão de sedições e conspirações como o levante do Forte de Copacabana em 1922 e a Coluna Prestes, citando apenas dois dos episódios mais conhecidos. Esse ciclo, como hoje se sabe, somente seria encerrado ao culminar na Revolução de 1930. Por outro lado, evocar a presença de um espírito de aventura, coragem, arrojo – e, principalmente, de indisciplina – poderá ser útil para acompanhar as peripécias do primeiro militar brasileiro a se lançar de paraquedas: o tenente Carlos Saldanha da Gama Chevalier, que, um ano após o salto de De Séguin no *Derby Club*, executaria uma proeza semelhante, dessa vez perante uma comitiva militar que visitava o Campo dos Afonsos<sup>76</sup>.

Assim como as aventuras de Heill, Ceballos, Beaumont e Spencer, o feito de Chevalier vem sendo continuamente ignorado pelos historiadores da aeronáutica e do paraquedismo brasileiro, e seria justo resgatar aqui parte de sua biografia, não com a intenção de alçá-lo a um panteão de pioneiros; mas, antes, de exemplificar por suas ações o estado de coisas irregular, descentralizado, desorganizado e dependente de iniciativas individuais que caracterizou o desenvolvimento do paraquedismo no Brasil.

Nascido em 27 de junho de 1898, Carlos de Saldanha da Gama Chevalier sentou praça em 5 de julho de 1915, matriculando-se no curso de artilharia da Escola Militar do Realengo. Em 1921, ainda nos anos iniciais da carreira, foi designado para o curso de piloto observador oferecido pela recém-criada Escola de Aviação Militar, sendo diplomado juntamente com outros oito oficiais<sup>77</sup> no dia 11 de julho do mesmo ano. Pouco após a conclusão do curso, foi promovido ao posto de primeiro-tenente e, no final do ano, transferido para o 3º Regimento de Artilharia Montada, em Curitiba, no Paraná.

O jovem aviador não seguiria para a nova unidade. A movimentação foi revogada, e ele permaneceu como integrante da Escola de Aviação compondo a “Esquadilha Anhangá”, um grupo de pilotos que se adestrava em conjunto e participava de longos voos interestaduais, os *raids*. Sua excentricidade começaria a se manifestar publicamente no início de 1922, quando solicitou ao Ministério da Guerra autorização para reproduzir, com uma aeronave da escola, uma sequência de acrobacias a que havia assistido no cinema, nos filmes dos tenentes

---

<sup>76</sup> *A nossa aviação militar. Jornal do Brasil*, 28 de julho de 1923, página 16.

<sup>77</sup> Os outros integrantes da turma eram o capitão Newton Braga e os tenentes Eduardo Gomes, Ivo Borges, Amílcar Velloso Pederneiras, Gervásio Duncan de Lima Rodrigues, Ajalmar Vieira Mascarenhas, Sylvino Elvidio Bezerra Cavalcante e Plínio Paes Barreto.

Bret e Lockhear, aviadores do exército norte-americano que executavam manobras arriscadas como *loopings*, parafusos e passeios sobre as asas dos aviões em voo<sup>78</sup>. É plausível que essa intenção tenha sido manifestada através de um pedido inicial ao comando da escola, com o recurso à instância superior após o recebimento de uma primeira resposta negativa; certamente, a permissão foi negada também pelo ministro, pois não há notícias de realização de tal façanha.

**Figura 10 – Carlos Chevalier se lança do Breguett nº 2.**



Figura 10 – Carlos Chevalier se lança do Breguett nº 2. Equipado com um paraquedas *Huz*, de fabricação austríaca, o tenente Carlos Chevalier se tornou o primeiro brasileiro a realizar um salto de paraquedas. Embora os créditos narrem a fotografia como “o momento em que o tenente Chevalier se atirava do aparelho”, é visível que se trata de uma encenação para registro do feito. Fonte: *Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusante*, 1923.

Seja como for, não demorou muito para que surgisse uma oportunidade do tenente realizar a desejada exibição pública de suas habilidades. Nos seus primeiros anos de funcionamento, a Escola de Aviação se tornara a joia da coroa do Ministério da Guerra, de modo que as autoridades estrangeiras em visita ao Brasil eram frequentemente convidadas a conhecer suas instalações e a assistir a demonstrações de manobras aéreas. Uma dessas comitivas, formada pelos adidos naval e militar norte-americanos, pelo adido argentino e por militares franceses, encontrava-se no Campo dos Afonsos no final de julho de 1923, compondo uma pequena plateia à qual se somavam membros da própria Escola de Aviação, da imprensa e – um pouco mais à distância – moradores da vizinhança do campo, que tinham

<sup>78</sup> *Vontade de morrer. Correio da Manhã*, 12 de fevereiro de 1922, página 4.

nas manobras das aeronaves uma singular diversão. Dessa feita, um salto de paraquedas foi incluído como parte das atrações.

O estímulo para inclusão desse salto no programa pode ter vindo do próprio De Séguin, o diretor da Missão Militar Francesa de Aviação, que havia executado façanha semelhante no ano anterior. Mas também é preciso observar que há quase um mês os jornais cariocas vinham concedendo destaque ao paraquedismo, em razão da chegada ao Rio de Janeiro do italiano Umberto Ré, que prometera realizar o “salto da morte” no *Derby Club*, em 2 de julho de 1923. Uma vez que as telas de cinema já haviam certa vez lhe servido de inspiração, não é improvável que Chevalier tenha desejado copiar também o italiano. Em todo caso, na data marcada para o salto, Ré simplesmente não apareceu, levando a prova a cabo somente em 28 de julho, ou seja, um dia depois do salto de Chevalier em Afonsos.

**Figura 11 – O salto de Carlos Chevalier.**

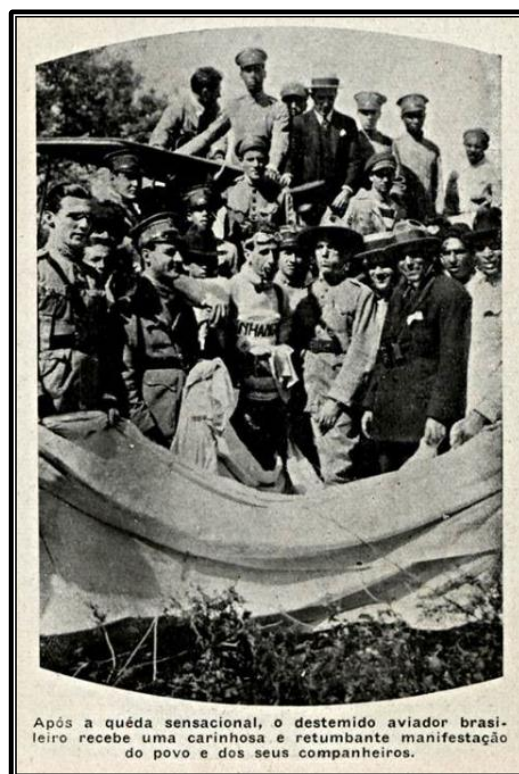


Figura 11 – O salto de Carlos Chevalier. O tenente Carlos Chevalier foi o primeiro militar do Exército a saltar de paraquedas. Fonte: *Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusante*, 1923.

Eram dez e meia da manhã do dia 27 de julho de 1923, quando decolou o *Breguet N° 2* pilotado pelo primeiro-tenente Haroldo Borges Leitão, conduzindo a bordo o tenente

Chevalier e o major Vallo<sup>79</sup>, integrante da seção fotográfica do Serviço Geográfico Militar. A aeronave atingiu rapidamente a altura de 2.000 metros e então, em pleno voo, eis que dela se destaca a silhueta de um homem contra o céu: abandonando o assento do *Breguet*, Chevalier se atira no espaço munido de um paraquedas *Huz*, de fabricação austríaca, que logo infla e o conduz em segurança até o solo. Preocupado em aparentar serenidade, o tenente ainda acrescentaria um detalhe pitoresco à cena: acendeu um cachimbo, que veio fumando em atitude *blasé* durante a descida. Aparentemente, obteve o efeito desejado, visto que os enviados do *Jornal do Brasil*, do *Correio da Manhã* e da *Revista da Semana*, presentes ao evento, referem-se ao pormenor, concordando que haviam testemunhado “o primeiro oficial do Exército, aliás, o primeiro brasileiro” a realizar a “estupenda e sensacionalíssima proeza”. Os cronistas, em tom entusiasmado, descrevem como o paraquedista, ao chegar ao solo, foi abraçado por seus colegas e pelos oficiais estrangeiros, que o louvavam pelo “admirável sangue frio e a audácia maravilhosa”. Além dos jornais, o feito também ficou registrado em imagens fotográficas gravadas pelo major Vallo, quando Chevalier se encontrava nas alturas, a caminho do solo<sup>80</sup>.

Os anos seguintes foram turbulentos para o tenente. Em julho de 1924, ele seria preso por suspeita de cumplicidade com a ação revolucionária ocorrida no estado de São Paulo e encarcerado no porão de um navio fundeado na Baía da Guanabara, sendo posteriormente transferido para a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Conseguiria fugir em novembro do mesmo ano, durante uma transferência para o Juízo da 7ª Pretoria Criminal, no bairro do Engenho de Dentro, permanecendo na clandestinidade durante os meses seguintes. Nesse período, articulava juntamente com outros oficiais uma conspiração para a derrubada do presidente Artur Bernardes, em um episódio que ficaria conhecido como *o caso da rua Flack*<sup>81</sup> - um complô desbaratado pela polícia em janeiro de 1925<sup>82</sup>, em uma operação na qual foi realizada a apreensão de armas e explosivos, além da prisão de diversos envolvidos. Junto com o material foi encontrado um “plano geral de operações simultâneas”, que relacionava Carlos Chevalier como responsável por sublevar a Companhia de Aviação. Embora não tenha sido capturado na ocasião, o tenente foi reconhecido na rua e preso novamente no final do mês de novembro<sup>83</sup>.

---

<sup>79</sup> O Major Eduardo Vallo era consultor técnico de aerofotografia da Missão Cartográfica Imperial Militar Austríaca, contratada para executar o treinamento dos oficiais do Exército Brasileiro no emprego de técnicas aerofotogramétricas (Silva, 2011: 1).

<sup>80</sup> *O salto de Anhangá. Revista da Semana*, nº 32, 4 de agosto de 1923, páginas 18-19.

<sup>81</sup> *O Caso da rua Flack. Correio da Manhã*, 4 de junho de 1919, página 6.

<sup>82</sup> *Prisões de oficiais do Exército e apreensão de bombas. Jornal do Brasil*, 14 de janeiro de 1925, página 8.

<sup>83</sup> *Foi preso o tenente Chevalier. Correio da Manhã*, 24 de novembro de 1925, página 2.

Submetido a julgamento por um Conselho de Justiça, Chevalier foi beneficiado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal que negava a possibilidade de conexão simultânea entre crimes políticos e deserção. Mesmo respondendo somente por esse último delito, foi condenado, em 8 de fevereiro de 1926, a cumprir uma pena de sete meses de prisão. Recolhido ao quartel do 1º Regimento de Infantaria Divisionária, realizou uma nova tentativa de fuga na madrugada do dia 22 de abril, juntamente com os tenentes Eduardo Gomes e Juarez Távora, que também se encontravam presos na unidade. O trio chegou a serrar uma das grades da cela, mas a dificuldade de cortar uma segunda grade e a chegada do oficial-de-dia frustraram sua intenção. Para prevenir novas tentativas, foram todos transferidos, em maio de 1926, para a Ilha de Trindade, a oitocentas milhas da costa do Espírito Santo. A pena terminaria em 26 de junho, mas o ministro da Guerra determinou a prorrogação da prisão, em virtude do estado de sítio sob o qual se passou grande parte do governo de Artur Bernardes. Assim, somente em novembro de 1926 foi autorizado o seu regresso ao Rio de Janeiro.

Debilitado pela estadia na ilha, Chevalier foi levado para o Hospital da Marinha e, em janeiro de 1927, ainda durante a internação, redigiu um artigo<sup>84</sup> no qual tecia críticas ao general Cândido Mariano da Silva Rondon, acusando-o de traição ao movimento de 1922. Seu ato foi interpretado como grave indisciplina e, assim, nem bem havia sido anistiado, o tenente já recebia uma nova pena disciplinar, desta feita de trinta dias de prisão no Regimento Naval<sup>85</sup>.

Finalmente em liberdade, Chevalier foi transferido no início de 1927 para o 5º Regimento de Artilharia Montada, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Embarcou para o sul em 2 de fevereiro, mas vinte dias depois retornava ao Rio de Janeiro, apresentando-se na Escola de Aviação. Lá, em 1º de outubro de 1927, repetiria a façanha de quatro anos antes, atirando-se desta vez da altura de oitocentos metros sobre o Campo dos Afonsos, equipado com um paraquedas *Heinecke*, cedido pela firma *Otto Renard & Cia*<sup>86</sup>.

O salto serviu de inspiração para outro aviador, o tenente Menna Barreto Monclaro, que pretendia reproduzi-lo em Afonsos, em 18 de outubro de 1927. A oportunidade era, mais uma vez, um evento festivo: a chegada ao Brasil da aeronave *Nungesser Coli*, pilotada pelos franceses Costes e Le Brix, que executavam o primeiro voo direto entre a África e a América do Sul. A chegada, com ampla cobertura da imprensa, levou à base aérea um grande número de autoridades civis e militares, políticos e diplomatas, que desde cedo

---

<sup>84</sup> *Abaixo as máscaras. O Jornal*, 1º de janeiro de 1927, página 5. O texto também foi divulgado nos periódicos *O Combate* e *O Imparcial*, entre outros.

<sup>85</sup> *A Rua*, 4 de fevereiro de 1927, página 2.

<sup>86</sup> *A arrojada experiência do tenente Chevalier. Correio da Manhã*, 2 de outubro de 1927, página 4.



ocupavam a Escola de Aviação à espera dos franceses. A exibição do salto de paraquedas seria uma atração extra, programada para a manhã daquele dia, antes do pouso de Costes e Le Brix, mas foi adiada para a tarde. Por volta das quatorze horas, já equipado, Menna Barreto embarcou no *Breguet 14* pilotado pelo capitão Átilla Silveira e pelo tenente Salustiano Franklin da Silva, pronto para se atirar do céu. Mas, pouco após a decolagem, a aeronave entrou em parafuso e caiu, incendiando-se e matando seus três ocupantes<sup>87</sup>.

O irrequieto Chevalier também planejou um terceiro salto, anunciando que pretendia dessa vez cortar as cordas do paraquedas em plena descida, para realizar uma demonstração do acionamento do paraquedas reserva. Sua intenção era realizar essa apresentação em 10 de julho de 1929, na festa do 10º aniversário de criação da Escola de Aviação Militar, ocasião que contaria com um público numeroso, visto que já havia uma programação de acrobacias aéreas e demonstrações de voo sendo divulgada na imprensa pela Diretoria de Aviação Militar.

Entre as atrações prometidas, constava o lançamento de três pequenas cargas inertes – de fato, sacos de areia – equipadas com paraquedas de fabricação francesa, adquiridos através da missão militar daquele país. A prudência de lançar apenas as cargas podia ser um reflexo do acidente de dois anos atrás, pois naquela nefasta oportunidade o comandante da Escola de Aviação, coronel Otto Santos, havia negado permissão para a decolagem, que só ocorreu por autorização do ministro da Guerra, Sezefredo Passos, uma das autoridades presentes ao evento. A demonstração de Menna Barreto, como se viu, terminou em tragédia, e a precaução no novo evento foi oportuna: dos três lançamentos, apenas um teve sucesso, enquanto os outros dois se despenharam com os paraquedas fechados e chegaram ao solo em condições imprestáveis, para constrangimento dos oficiais da missão militar e dos fornecedores franceses presentes.

O vexame aumentaria com a inesperada aproximação de uma pequena aeronave modelo *Clemenn*, pertencente ao Aeroclube do Rio de Janeiro, que havia alçado voo fora da programação oficial. A bordo estava Chevalier, que se lançou sobre a festa equipado com um paraquedas de fabricação alemã, sendo recebido e aclamado no solo pela multidão. Mas a proeza que despertou a admiração da assistência também acendeu a ira do diretor da Aviação Militar, general Guilherme Mariane, que determinou ao comandante da escola que prendesse imediatamente o inopinado paraquedista. Embora Chevalier não houvesse cumprido a promessa de cortar as cordas do paraquedas, a demonstração era um evento imprevisto: de

---

<sup>87</sup> *O Campo dos Afonsos foi, ontem, teatro de lamentável desastre. O Jornal*, 18 de outubro de 1927, página 3.

fato, havia sido divulgada pelo aeroclube sem a autorização da Escola de Aviação, que não realizava treinamentos regulares para saltos de paraquedas. Além disso, o mal-estar das autoridades militares brasileiras aumentava frente ao embaraço dos franceses, constrangidos com o insucesso das experiências realizadas com seus equipamentos face à equipagem alemã utilizada por Chevalier. Seja como for, Otto Santos, alegando que a disciplina havia sido ferida, aproximou-se do tenente, ainda rodeado pela multidão, e lhe deu voz de prisão<sup>88</sup>.

A interpretação de que o ato constituía uma desobediência às prescrições militares foi aceita pelo ministro da Guerra, que determinou ao aviador o cumprimento de trinta dias de prisão. Contra a decisão, Chevalier impetrou um *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Militar<sup>89</sup>, que foi julgado em 30 de julho, quando o militar já estava recolhido havia vinte dias. Durante a defesa, Chevalier esclareceu que, após a ordem de prisão, havia sido escoltado para a sala do Estado-Maior da Escola de Aviação, onde aguardou até o anoitecer. Conseguindo finalmente uma entrevista com o diretor, recebeu a explicação de que o seu recolhimento se devia ao fato de haver “saltado de paraquedas sem licença”, ao que refutou que o salto teria sido apenas um “meio de locomoção” pelo qual exercia o intuito de comparecer à festa e “prestar homenagens” aos seus camaradas. Seu argumento foi desconsiderado e no dia seguinte o tenente foi levado ao Departamento da Guerra, onde a acusação foi confirmada. Recebido pelo general Mariane, Chevalier repetiu suas justificativas, acrescentando que as leis não restringiam a escolha do seu meio de transporte. Como resposta, ouviu um inacreditável “então o senhor está preso porque estragou a festa”, contra o qual argumentou que não seria possível um simples tenente provocar um dano tão grande, e que, além disso, seus intuítos também eram festivos. Face a réplica do tenente, a autoridade apresentou um terceiro motivo: “então o senhor está preso porque foi à festa sem ser convidado”. Confrontado com essa terceira alegação, Chevalier desistiu do diálogo e pediu para se retirar da audiência<sup>90</sup>.

A nota de prisão de Chevalier, redigida em linguagem típica dessas publicações, foi transcrita no boletim 165 do Departamento de Guerra, com o seguinte teor:

Prendo por 30 dias, por ter no dia 10 do corrente, em traje civil, sem permissão das autoridades militares competentes, tomado uma aeronave particular e munido de seu paraquedas soltando-se do aparelho sobre o aeródromo militar, em momento de intenso movimento para fazer a experiência perigosa, interrompendo e perturbando a execução do programa de festas organizado, em flagrante desobediência às

<sup>88</sup> *As festas em comemoração ao 10º aniversário da Escola de Aviação Militar. Correio da Manhã*, 11 de julho de 1929, página 3.

<sup>89</sup> A denominação “Supremo Tribunal Militar” vigorou até a Constituição de 1946, quando o órgão teve seu nome alterado para “Superior Tribunal Militar” (Souza & Silva, 2016: 374).

<sup>90</sup> *Preso por ter feito um arrojado voo. Correio da Manhã*, 1º de agosto de 1929, página 2.

prescrições observadas quanto aos voos naquele aeródromo, ato que poderia trazer riscos à assistência e aos aparelhos que em grande número evoluíam, aterravam e decolavam continuamente sobre o campo.

O tenente – experiente, deve ser lembrado, no papel de réu em tribunais – havia dispensado a presença de advogados e apresentava sua defesa por conta própria. Perante os juízes, contestou os argumentos acusatórios, refutando cada um dos pontos apresentados. Sua peça explorava especialmente a falta de regulamentação específica para a atividade de paraquedismo no Exército, mas, por outro lado, também aproveitava para destilar ironia e críticas sobre a Diretoria e sobre a Escola de Aviação:

(...) quando se salta de um paraquedas, não se sabe onde vai cair. Paraquedas não é dirigível. Assim é que tendo eu caído dentro do campo, poderia tê-lo feito fora, o que já me aconteceu uma vez. Ainda, se certeza houvera do lugar onde deveria cair, por certo o senhor general Mariane teria ordenado que o saco de areia atirado pouco antes da minha chegada caísse dentro do campo, e não sobre o telhado de uma casa, com risco de vida para os moradores e prejuízo monetário para a escola, que terá que custear o conserto<sup>91</sup>.

Seu tom irônico prossegue, repelindo agora a acusação de haver ingressado sem autorização no local da festa:

(...) como militar, não me poderia ser negada a entrada em qualquer repartição militar, em dia de festa ou mesmo sem o ser, salvo motivos especiais que não existem no meu caso. O que se exige do militar ao entrar nas referidas repartições é achar-se devidamente uniformizado e a sua apresentação ao comando respectivo, o que foi por mim feito, recebendo nessa ocasião a ordem de prisão<sup>92</sup>.

A referência ao “intenso movimento” de aeronaves durante o festejo forneceria outra oportunidade para Chevalier destilar sarcasmo, asseverando que as esquadrilhas da escola eram formadas por três aviões apenas, constituindo uma circunstância notável a reunião de cinco aparelhos. Por fim, conclui que seu ato não podia ser qualificado como “experiência”, muito menos uma “experiência perigosa”, por se tratar já de seu terceiro salto de paraquedas<sup>93</sup>.

Posto em votação, o *habeas corpus* teria resultado desfavorável ao aviador. Embora o próprio relator do processo, o marechal Mendes de Moraes, entre elogios à cultura e à bravura do tenente, declarasse que em seu entendimento a prisão era ilegal, os arraigados princípios de salvaguarda da hierarquia e da disciplina dominantes na instituição militar, aliados à necessidade de preservação da autoridade do general que determinara a prisão, tiveram maior peso. Posicionando-se pela liberdade do réu, Moraes fez diversos apartes aos

<sup>91</sup> *Julgamento de sensação no tribunal militar. Jornal do Brasil*, 1º de agosto de 1929, página 9.

<sup>92</sup> *Julgamento de sensação no tribunal militar. Jornal do Brasil*, 1º de agosto de 1929, página 9.

<sup>93</sup> *Julgamento de sensação no tribunal militar. Jornal do Brasil*, 1º de agosto de 1929, página 9.

colegas e protagonizou uma fala inusitada ao comentar a acusação de que o tenente havia entrado no aquartelamento por local proibido: “ora, e por onde deve entrar no campo um oficial aviador em serviço de voo? Penso que pelo ar...”<sup>94</sup>.

Com apenas dois votos favoráveis e cinco contrários à sua liberdade, Chevalier foi escoltado de volta à sua já conhecida prisão do 1º Regimento de Infantaria Divisionária, a fim de cumprir os dias restantes da pena.

Em julho de 1930, Chevalier foi promovido ao posto de capitão. Aderindo à Aliança Liberal, tomou parte na revolução de outubro, que depôs Washington Luís e colocou Getúlio Vargas no poder. Foi nomeado pelo governo provisório como 4º delegado do Departamento de Polícia, mas deixou o cargo em poucos dias, e retornando à vida castrense, realizou, em 10 de julho de 1931, um quarto salto de paraquedas<sup>95</sup>. No final daquele ano concluiu o curso de aperfeiçoamento de oficiais e foi indicado para a função de adjunto da Diretoria de Aviação, um cargo burocrático que lhe renunciava, enfim, um futuro tranquilo.

A serenidade durou pouco menos de três anos. Em 1933 foi promovido a major, mas sua carreira militar seria encerrada precocemente em abril do ano seguinte, quando foi dispensado da função de adjunto da aviação e transferido administrativamente para a reserva<sup>96</sup>, como resultado de uma sindicância que concluiu pela sua incapacidade moral para o serviço militar. Chevalier chegou a solicitar ao ministro da Guerra a revisão do ato, mas teve seu pedido indeferido. Recorreu em seguida ao Supremo Tribunal Federal, alegando que a motivação de sua exclusão teria sido uma tentativa de aliciar um colega de caserna para participar do movimento revolucionário, o que enquadraria seu caso na previsão legal de anistia para crimes políticos, contida na Constituição de 1934<sup>97</sup>. Mas, em pouco tempo, veio a público aquela que era a verdadeira razão do seu afastamento: o envolvimento com uma quadrilha que produzia selos de consumo falsificados. Outra estadia na cadeia, com uma passagem pelo manicômio judiciário, do qual foi liberado em outubro de 1937, encerraram melancolicamente mais de uma década de ousadias aéreas e conspirações revolucionárias.

Há ainda duas passagens dignas de nota antes do encerramento dessa breve narrativa das peripécias do primeiro militar paraquedista brasileiro. A primeira, datada de 1931, foi sua proposta de organizar uma expedição ao nordeste brasileiro, utilizando meios da aviação militar para tentar eliminar o bando de Virgulino Ferreira, o cangaceiro conhecido

---

<sup>94</sup> *Julgamento de sensação no tribunal militar. Jornal do Brasil*, 1º de agosto de 1929, página 9.

<sup>95</sup> *A Escola de Aviação Militar completou o seu 12º aniversário. Diário da Noite*, 10 de julho de 1931, página 9.

<sup>96</sup> Decreto do ministro da Guerra de 19 de abril de 1934, publicado no Diário Oficial da União nº 92, de 23 de abril de 1934.

<sup>97</sup> O artigo 19 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, concedeu anistia ampla a todos quantos houvessem cometido crimes políticos até aquela data.

como Lampião<sup>98</sup>. Bem ao gosto de Chevalier, a proposta causou sensação nos noticiários, sendo até mesmo apresentada ao ministro da Justiça. Mas o inusitado plano nunca chegaria a ser posto em prática.

A segunda passagem é um pouco mais extensa. Em 1930, durante um breve período de paz com o governo, Chevalier militou ativamente pela construção de um monumento em homenagem aos revolucionários de 1922 e 1924, em especial aos combatentes do episódio dos *18 do Forte*. Com o apoio do *Correio da Manhã*, lançou uma campanha pública de arrecadação de fundos para custear a obra<sup>99</sup>, sendo autorizado pelo governo a explorar uma loteria com a mesma finalidade<sup>100</sup>. Outros valores se somariam, arrecadados com a venda de uma coletânea sobre Siqueira Campos publicada pelo próprio Chevalier, com a organização de “chás dançantes” e com leilões de “reliquias”: um fragmento da Bandeira Nacional hasteada no Forte de Copacabana em 1922, um retalho da roupa que João Pessoa usava quando foi alvejado – além de quantias oriundas de doações populares<sup>101</sup>. O projeto teve várias versões, sendo afinal decidido que seria confeccionada uma grande escultura. Com o valor arrecadado, foi bancado o trabalho do artista e da fundição, e a estátua, com três metros de altura e uma tonelada de bronze, ficou pronta em 13 de maio de 1934. Como os recursos estavam esgotados, a obra foi deixada no Forte de Copacabana, aguardando um pedestal que seria construído com o apoio de Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal e simpatizante da causa tenentista. Mas o prefeito foi preso em abril de 1936, acusado de envolvimento com o levante comunista de novembro de 1935 (Motta, Freire & Sarmiento, 2004: 39) e a estrutura não chegou a ser concluída.

Do Forte, a estátua foi levada para o Arsenal de Guerra do Rio, onde esteve sob ameaça de ser fundida para reaproveitamento do bronze. Passada uma década, Chevalier tentou retomar o projeto, mas descobriu que a obra havia desaparecido do arsenal. Seguindo as poucas pistas que lhe foram fornecidas, chegou a viajar para o interior dos estados de Minas Gerais e de São Paulo para tentar localizá-la, mas sem sucesso. A busca se estendeu por quase três décadas, e somente a publicação de uma matéria no *Jornal do Brasil*, de 5 de agosto de 1973, intitulada *Paradeiro do monumento aos heróis do Forte é mistério*, ajudou a pôr fim ao enigma do desaparecimento. Fosse este um conto, seu final seria julgado

---

<sup>98</sup> *A caça a Lampeão. Correio da Manhã*, 19 de março de 1931, página 2.

<sup>99</sup> *Perpetuando a memória dos mortos da revolução brasileira. Correio da Manhã*, 11 de novembro de 1930, página 5.

<sup>100</sup> Decreto nº 20.480, de 3 de outubro de 1931. *Concede ao capitão Carlos de Saldanha da Gama Chevalier autorização para extrair uma loteria denominada "Loteria dos 18 do Forte"*.

<sup>101</sup> *O pedaço da bandeira que pertenceu ao tenente Newton Prado. Correio da Manhã*, 28 de novembro de 1930, página 1.

inverossímil: a escultura se achava em um pequeno bosque no 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista – vizinho ao Campo dos Afonsos – rodeada de placas gravadas com o nome de paraquedistas mortos em acidentes no serviço<sup>102</sup>. O acaso havia levado o monumento extraviado, idealizado pelo militar paraquedista que nunca obteve o reconhecimento de seu pioneirismo, para um memorial implantado no seio da própria Brigada Paraquedista. O efeito dramático do combatente ferido, tombando com o fuzil na mão, deve ter despertado em alguém a ideia de que aquela era uma imagem adequada para adornar o local, denominado *Bosque dos Campeões*.

Finalmente, em 1974, 52 anos após o levante do Forte, o projeto foi retomado e o monumento foi inaugurado. A estátua foi assentada sobre um pedestal erguido na avenida Atlântica, em frente à rua Siqueira Campos, em Copacabana, e foi marcada uma solenidade que contou com a presença do ex-presidente Garrastazu Médici, do vice-presidente da República, general Adalberto Pereira dos Santos, e do governador do estado da Guanabara, Antônio de Pádua Chagas Freitas. Também estava presente o brigadeiro Eduardo Gomes, último sobrevivente do episódio, que dividia homenagens com outro revolucionário, o marechal Juarez Távora. Afastado da multidão, um Chevalier idoso assistia a tudo com expressão de satisfação<sup>103</sup>. Talvez pudesse ter se apresentado e reivindicado mais um momento de fama, não apenas como revolucionário, mas também como idealizador do projeto que demorara quatro décadas para ser finalizado. Mas se aproximou do monumento apenas quando todos já haviam partido, e pediu apenas para um amigo que o acompanhava que tirasse uma fotografia sua junto à escultura.

Carlos Saldanha da Gama Chevalier deixou dois livros publicados: *Memórias de um revoltoso ou legalista?*, de 1927, e a coletânea *Os 18 do Forte*, de 1931. O primeiro paraquedista brasileiro faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 1983, e foi sepultado no cemitério São João Batista, na zona sul da cidade.

## 2.7 DA AVENTURA AO *SPORT*: AS DÉCADAS DE 1920 E 1930

A prática do paraquedismo no Brasil durante a década de 1920 se resumia às exposições realizadas durante os *raids*, os *meetings* e as “tardes de aviação”, eventos geralmente patrocinados pelo governo, pelos aeroclubes ou pelas nascentes empresas de

<sup>102</sup> *Estátua dos 18 do Forte que sumiu há 30 anos é achada em Mal. Hermes. Jornal do Brasil*, 17 de março de 1974, página 7.

<sup>103</sup> *Monumento em Copacabana homenageia os 18 do Forte. Jornal do Brasil*, 6 de julho de 1974, página 4.

aviação civil. Não se deve inferir que cada uma dessas instâncias estivesse isolada das outras. Durante as apresentações, pilotos e paraquedistas civis e militares, profissionais e amadores, nacionais e estrangeiros, dividiam os céus, e o interesse comum pela aeronáutica seria condição para a construção de redes de sociabilidade entre esses novos personagens. As principais ocasiões para as demonstrações eram as solenidades em comemoração de datas cívicas, que também constituíam oportunidades para a difusão da ideia da aviação como meio de transporte de massa e para a publicidade comercial de fornecedores de equipamentos aeronáuticos. O fabricante de paraquedas *Otto Rernard & Cia*, por exemplo, já possuía representantes na capital em 1927.

Pelas descrições do sucesso dos saltos realizados nessas ocasiões, sabe-se que os dispositivos e as técnicas de paraquedismo já haviam atingido uma notável evolução no final da década de 1920. Mas o contato dos militares brasileiros com os paraquedas se resumia ao lançamento de pequenos fardos e aos saltos do tenente Chevalier. O equipamento fazia parte do aparato de segurança dos pilotos, mas seu uso era reservado para eventuais emergências<sup>104</sup>.

A Força Pública de São Paulo, outra entidade oficial que operava um campo de aviação, também deixou o registro de um salto de paraquedas, executado em 19 de novembro de 1925 por um de seus integrantes, o tenente Antônio Pereira Lima. Uma anedota conta que a demonstração deveria ser realizada pela aviadora suíça Jeanne Caillet Pimentel, que fora convidada para realizar uma série de evoluções aéreas, seguidas de um salto no Campo de Marte. Uma indisposição a impediu de cumprir o programado, e um oficial superior teria determinado ao tenente que executasse o salto em seu lugar<sup>105</sup>. Observe-se que a data do evento – o *Dia da Bandeira* – corrobora a tese sobre a execução dos saltos de paraquedas como espetáculos em datas comemorativas e eventos cívicos.

Progressivamente, seria observada ao longo da década uma mudança nos olhares sobre o paraquedismo. Umberto Ré, em 1923, realizaria uma “arriscadíssima prova” – o “salto da morte”; apenas quatro anos depois, em 1927, quando Eurico Walbert realizou um salto da altura de 2.000 metros sobre o Palácio Monroe, no Centro do Rio de Janeiro – o infeliz paraquedista foi carregado pelo vento até o Morro da Urca, onde ficou preso às árvores – a façanha seria descrita como uma “arrojada *prova desportiva*” e Walbert seria qualificado como um “audacioso *sportman*”. A imprensa não abandonaria a cobertura dos saltos de

---

<sup>104</sup> Em 21 de maio de 1930, um piloto da aviação naval se salvou saltando de um aparelho modelo *Consolidated* (*Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1930, página 5). Em 9 de junho de 1930, o tenente-coronel Newton Braga precisou saltar do aparelho que pilotava em função de uma pane, ocorrida logo após sua decolagem do Campo dos Afonsos (*Diário de Pernambuco*, 10 de junho de 1930, página 3).

<sup>105</sup> Câmara Legislativa de São Paulo. Indicação nº 441/79, de 24 de abril de 1979, de autoria do vereador Antônio Sampaio.

paraquedas, espetáculos que sempre atraíram a atenção do público, mas as crônicas migrariam para o caderno de esportes e, na década de 1930, a expressão “salto da morte” não seria mais encontrada nos jornais. Logicamente, o fenômeno não foi uma exclusividade nacional, sendo antes o arremedo de outros países que passavam a descrever o paraquedismo como um misto de esporte e entretenimento, como se pode acompanhar pelos registros de saltos realizados na Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Rússia, Argentina, México e Japão.

Timidamente, a prática do paraquedismo se expandia no Brasil, com o registro de apresentações mais regulares no Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. Em Recife, Juliette Brille, Theodomiro Martins e José Arão efetivaram os primeiros saltos em *meetings* realizados no mês de outubro de 1927<sup>106</sup>. Juliette também se apresentou em Belo Horizonte, em setembro de 1928<sup>107</sup>. Seria então como atividade esportiva que o paraquedismo chegaria à década de 1930, surgindo agora na cena principal o italiano Genaro Maddaluno e o argelino Charles Astor, não mais como mambembes excêntricos: agora, seu *status* era de atletas.

Essa não é a primeira referência a Maddaluno, já citado como coinventor de um paraquedas para a aviação militar italiana em 1921. Será reencontrado na América do Sul, mais precisamente na cidade de Santa Fé, na Argentina, onde apresentou uma exibição de paraquedismo junto com Maria Elena Silva, em 1º de agosto de 1928, como parte do festival de aviação organizado pela empresa aeronáutica de W. Schmidt<sup>108</sup>. Meses depois, o italiano realizaria sua primeira apresentação no Brasil, em 23 de dezembro de 1928<sup>109</sup>, na abertura de uma partida de futebol entre o Corinthians e o Palestra Itália, no Parque Antarctica. Na oportunidade, Maddaluno utilizou um paraquedas de sua própria fabricação para saltar sobre o estádio. Anunciado como “campeão internacional de paraquedismo”, ele realizaria diversas outras apresentações nos “encontros de aviação”, em feiras de exposição<sup>110</sup> e em eventos esportivos, notadamente jogos de futebol. Na partida entre Flamengo e Botafogo no estádio de São Januário, em 18 de outubro de 1931<sup>111</sup>, Maddaluno saltou de um avião a oitocentos metros de altura e pousou no centro do campo, uma atração inserida em um programa esportivo variado que também contava com provas de ginástica em aparelhos e de ciclismo.

Mesmo entre os interessados pela história do paraquedismo será difícil encontrar quem já tenha ouvido falar dos personagens mencionados até aqui. O mesmo não ocorrerá

<sup>106</sup> *Dois animados “saltos da morte” em paraquedas. O Jornal*, 23 de outubro de 1927, página 7.

<sup>107</sup> *Realizou-se com êxito, a tarde de aviação. O Jornal*, 18 de setembro de 1928, página 8.

<sup>108</sup> *La gran aventura del paracaidas. El Orden*, 30 de junho de 1928, página 2.

<sup>109</sup> *O grande jogo Palestra-Corinthians. Diário Nacional*, 21 de dezembro de 1928, página 8.

<sup>110</sup> *O Diário da Noite na feira de amostras. Diário da Noite*, 14 de agosto de 1931, página 3.

<sup>111</sup> *Madaluno vai atirar-se de um paraquedas, domingo, no campo de São Januário. Correio da Manhã*, 17 de outubro de 1931, página 5.



com o nome de Charles Astor (1900-1972), que por quase três décadas foi instrutor de paraquedismo e de ginástica acrobática de centenas de oficiais aviadores, de pilotos civis e de paraquedistas civis e militares. Astor alcançaria fama como “pioneiro do paraquedismo” no Brasil, embora tenha realizado seus primeiros saltos ao menos seis meses após a exibição inicial de Maddaluno e vários anos depois das apresentações de Alma Beaumont, Umberto Ré, De Séguin e Carlos Chevalier. A força da associação de seu nome ao paraquedismo provavelmente se deve tanto às suas habilidades técnicas quanto à sua capacidade de construir redes de sociabilidade, que lhe valeram inclusive um cargo público vitalício quando da criação do Ministério da Aeronáutica.

Seu nome de batismo era Achilles Hipolyto Garcia, nascido em 1900, em *Castiglione*, na Argélia francesa. Após passar oito anos (entre 1919 e 1927) na Legião Estrangeira, onde se identificava como *sargent* Jové Charles Henri Louis, imigrou em 1928 para o Brasil, onde se nacionalizou e adotou o nome de Charles Astor. Era um homem de muitos dons: além da prática e do ensino de paraquedismo e de ginástica, Astor trabalhou como encarregado da seção de obras estrangeiras da livraria Civilização Brasileira, e também foi autor de dois livros – um deles didático, a *Metodologia do Ensino da Ginástica Acrobática*, de 1957, e outro de contos, *Histórias Rudes*, de 1958.

Quando deixou a Legião Estrangeira Francesa, em 1927, o argelino formou uma parceria com o artista circense Antônio Pisápia, com o qual percorreu a França, os Estados Unidos e a Argentina, apresentando *performances* acrobáticas. Chegando ao Brasil em 1928, a dupla foi contratada pelo Cine Central, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, onde se exibiu durante um mês (Santos, 2015: 6). A trajetória de Charles Astor como paraquedista se iniciaria então em agosto de 1929, quando foi contratado, juntamente com o aviador S. H. Holland, um ex-capitão da *Royal Air Force*, pelos organizadores do 2º Congresso Pan-americano de Estradas de Rodagem, como parte das atrações em um evento de propaganda da aviação comercial<sup>112</sup>. O número era consideravelmente arriscado: enquanto Holland pilotava, Astor realizava passeios e acrobacias sobre as asas do avião. Em seguida, a dupla se apresentou na capital paulista, em 13 de outubro de 1929<sup>113</sup>, repetindo a caminhada sobre as asas e acrescentando ao *show* a execução de acrobacias em uma barra disposta no dorso da aeronave. O número foi encerrado com um salto de paraquedas, que Astor realizou acompanhado do paulista José Camargo, abandonando a aeronave a cerca de mil metros de

---

<sup>112</sup> *Em propaganda da aviação comercial. Correio Paulistano*, 18 de agosto de 1929, página 2.

<sup>113</sup> *No Campo de Marte realiza-se, hoje, uma festa da aviação. Diário Nacional*, 13 de outubro de 1929, página 8.

altitude. Seguiram-se apresentações em diversas outras cidades, incluindo uma atuação em Belo Horizonte, Minas Gerais, em prol da construção do monumento dos “18 do Forte”, a convite de Carlos Chevalier.

Embora seus biógrafos sejam pródigos na exaltação de sua coragem e carisma, atribuindo a essas características pessoais sua inspiração e motivação para incentivar o desenvolvimento do paraquedismo no Brasil, parece realista acrescentar que Astor também teve a perspicácia de perceber que o ensino de paraquedismo era um nicho comercial ainda inexplorado no país. Assim, já em 1932, o argelino formava a primeira turma de paraquedistas civis brasileiros, diplomando 184 alunos e abrindo inscrições para novos interessados na prática do – agora – esporte.

**Figura 12 – Charles Astor no Campo dos Afonsos.**

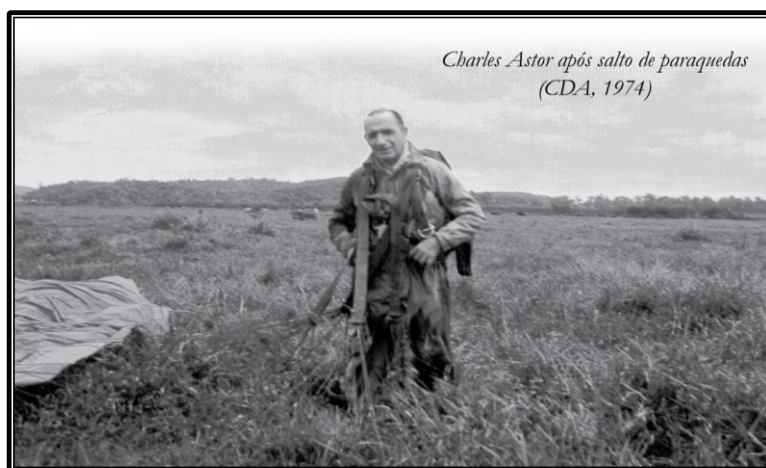


Figura 12 – Charles Astor no Campo dos Afonsos. No final da carreira, Charles Astor computava a realização de mais de seiscentos e cinquenta saltos de paraquedas. Fonte: INCAER, 2015.

Charles Astor também estabeleceu conexões pessoais e profissionais com diversos oficiais aviadores. Assim, quando o major Júlio Américo dos Reis, diretor do Parque Aeronáutico de São Paulo, fundou uma escola de paraquedismo naquele estado, o argelino foi contratado como seu instrutor, e na apresentação realizada na “Semana da Asa” no Rio de Janeiro, em outubro de 1941, Astor compareceu ao evento acompanhado de dezoito dos mais de sessenta alunos que possuía. A oferta, até então única no país, do curso oferecido em São Paulo, transformou a escola em um polo de difusão do paraquedismo. Na inauguração do campo de aviação da cidade de Itajubá, construído para possibilitar a operação de um serviço regular de transporte aéreo entre o sul de Minas Gerais e Belo Horizonte, também foram criadas uma escola de pilotagem e uma “filial” do seu curso de paraquedismo, na qual Humberto Gelfi, até então auxiliar de Charles Astor na capital paulista, assumiria a função de

instrutor. Outros dois discípulos foram enviados para fundar centros de paraquedismo em capitais brasileiras: Dirceu Meira, em Porto Alegre, e Oscar Nelson, em Recife<sup>114</sup>.

Após a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941<sup>115</sup>, a Escola de Aeronáutica admitiu Charles Astor como instrutor de paraquedismo<sup>116</sup>, função criada especificamente para regularizar sua situação de servidor do ministério, que manteria até o fim da vida. No final de sua carreira, Astor computava ter realizado mais de 650 saltos de paraquedas e instruído mais de 2.000 paraquedistas civis e militares. Ainda em vida, recebeu numerosas homenagens, entre as quais a Medalha do Mérito Aeronáutico, concedida pelo Ministério da Aeronáutica, a Medalha do Pacificador, pelo Ministério do Exército, e a Medalha da Ordem do Mérito do Trabalho, pelo Ministério do Trabalho. A própria Brigada Paraquedista lhe entregou, pelas mãos de seu primeiro comandante, o então coronel Nestor Penha Brasil, o único diploma de paraquedista militar conferido a um civil em toda a sua história (Santos, 2015: 29).

O argelino viveu no Brasil até falecer, em 17 de agosto de 1972, aos 72 anos de idade. Como homenagem póstuma, o ginásio de esportes da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena, Minas Gerais, foi batizado com seu nome.

## 2.8 1940: MILITARES PARAQUEDISTAS E PARAQUEDISMO MILITAR

O interesse pela atividade de paraquedismo cresceria nos círculos militares brasileiros no início da década de 1940. No final de 1942, o comandante da Escola de Aeronáutica, Henrique Fontenelle, enviaria a São Paulo dez cadetes do terceiro ano, a fim de que participassem de um estágio organizado por Charles Astor, que na ocasião ainda atuava como instrutor da escola fundada por Júlio Américo.

O curso foi realizado entre os dias 23 de dezembro de 1942 e 8 de janeiro de 1943, e, além de receber a instrução teórica, cada aluno realizou três saltos de paraquedas. Na época, o evento obteve repercussão como marco da primeira iniciativa de formação de paraquedistas militares, e os cadetes foram levados à presença do ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, que desejou cumprimentá-los pessoalmente pelo feito. Mas o evento nunca chegou a ser incorporado à “memória oficial” do paraquedismo militar

---

<sup>114</sup> *Campo de treinamento dos paraquedistas. Diário de Pernambuco*, 9 de novembro de 1943, página 3.

<sup>115</sup> Decreto-Lei nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941. *Cria o Ministério da Aeronáutica*.

<sup>116</sup> Decreto nº 22.469, de 18 de janeiro de 1947. *Altera as Tabelas Numéricas, Ordinárias e Suplementares, de Extranumerário-mensalista de repartições do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências. Diário Oficial da União*, 24 de janeiro de 1947, seção 1, página 2.

brasileiro, o que exige uma análise, ainda que breve, do seu “esquecimento”. Uma objeção possível à sua inclusão nessas memórias seria que, embora utilizando técnicas de paraquedismo e realizando o curso por demanda de uma organização militar, os objetivos da habilitação desses paraquedistas, futuros pilotos de aeronave, seria distinto do modelo inspirado nos *paratroopers* americanos, que serviria de paradigma ao Exército Brasileiro e cujo centro de formação se destinava ao treinamento de grandes contingentes de tropa para serem lançados em situações de combate. Mas esse é um sentido puramente excludente, e de um modo ou de outro o registro deveria ao menos se encaixar na história do encadeamento de ações que antecederam a criação da tropa paraquedista.

**Figura 13 – Paraquedistas da Aeronáutica.**



Figura 13 – Paraquedistas da Aeronáutica. Desde 1943 a Força Aérea Brasileira já realizava o treinamento regular de paraquedistas. Fonte: Arquivo Nacional.

A aventura dos cadetes não é a única prova do interesse dos militares brasileiros pelo domínio das técnicas e equipamentos de paraquedismo em uma fase anterior a 1945, quando seria criada a tropa aeroterrestre nacional. Uma publicação do Aero Clube do Brasil, datada do início da década de 1940<sup>117</sup>, transcrevia um artigo do já conhecido Prospero Freri, que antecipava notavelmente as características que uma futura escola de paraquedistas militares deveria possuir. O plano era detalhado: propunha, inicialmente, que tal órgão deveria ser “puramente aeronáutico”, isto é subordinado à Força Aérea; assim sendo, aquela Força forneceria o material e o pessoal para o seu funcionamento. Dois oficiais, auxiliados por certo número de subalternos, suboficiais e outros militares especializados, deveriam dirigir a

---

<sup>117</sup> *Asas – Órgão Oficial do Aero Clube do Brasil*. n° 155-156-157, out., nov., dez., 1940. v. IX, página 32-33. A publicação de três números do periódico em uma mesma edição foi justificada pela alta no preço do papel de imprensa e na irregularidade com que o mesmo, em virtude da guerra, estava sendo negociado no país.

organização. Designados pelas autoridades competentes, esses elementos seriam incumbidos tanto das instruções aeronáuticas quanto das de lançamento, e também desempenhariam as funções especializadas necessárias para levar a cabo as atividades de apoio aeroterrestre, como por exemplo, a dobragem dos paraquedas. Caso a escola se tornasse uma entidade autônoma, deveria contar também com um determinado número de pilotos, para a condução dos seus variados aparelhos (Freri, 1940: 32).

**Quadro 1 - Primeiros paraquedistas da Força Aérea Brasileira.**

Nome
Francisco Aurélio Figueiredo Guedes
João Edson Rebelo e Silva
José de Araújo Figueiredo
Leon Roussolieres Lara de Araújo
Owerbeck Bolick da Silva
Pedro Augusto Valente do Couto
Roland Rittmeister
Silvio Constantino de Carvalho
Valter Feliu Tavares
Valter da Silva Barros

Quadro 1 - Primeiros paraquedistas da Força Aérea Brasileira. No final de 1942, dez cadetes da Escola de Aeronáutica concluíram um estágio de paraquedismo, realizado em São Paulo sob a direção de Charles Astor. Fonte: *Correio da Manhã*, 13 de janeiro de 1943.

O artigo detalhava, ainda, o material necessário ao funcionamento da escola: uma seção ou esquadrilha de aparelhos modernos de transporte, para lançamentos coletivos com paraquedas e, obviamente, um suficiente número de paraquedas padronizados em modelos adotados oficialmente. Suas instalações deveriam ser dotadas de um ginásio (a futura área de estágios?), para que os homens praticassem os exercícios de salto, como também outras instalações secundárias que contemplassem os apetrechos necessários ao treinamento (Freri, 1940: 32). A instrução dos paraquedistas compreenderia duas fases: a primeira, teórica, na qual o aluno realizaria exercícios ginástico-esportivos, visando a melhoria do seu preparo físico, e tomaria contato com o material aeroterrestre, aprendendo as regras para seu uso e manutenção, além de receber orientação sobre a descida e a aterrissagem. Na segunda fase, os alunos deveriam aprender as técnicas de equipagem e desequipagem do paraquedas; aprenderiam a “dominar os aparelhos”, conhecendo perfeitamente todas as partes que o compõem; adquiririam habilidade nos sistemas de enganchamento e desenganchamento, assim como experiência dos comandos de abertura; treinariam, ainda durante a instrução em terra, as manobras e as normas para chegar em terra, com ou sem vento, além dos meios de

evitar obstáculos como fios de alta tensão, árvores, fossos, muros, construções várias, etc. Por fim, destaca-se o papel dos instrutores, que velariam “pela execução perfeita dos exercícios, da qual depende o êxito do lançamento, porque se deve ter presente que é necessária a repetição, inúmeras vezes, até que a posição do lançamento se transforme em um verdadeiro hábito” (Freri, 1940: 33).

Tudo isso guarda uma notável correspondência com os programas que seriam adotados nas décadas seguintes, demonstrando que as ideias que serviriam de base para a instrução do paraquedista militar, tantas vezes propagadas como oriundas da experiência do capitão Roberto de Pessôa em território norte-americano, já estavam em circulação entre os militares brasileiros ao menos quatro anos antes da ida daquele oficial aos Estados Unidos. Nessa mesma linha, outro aspecto que deve ser destacado no artigo de 1940 é sua preocupação com o chamado “preparo psicológico” do futuro paraquedista, um ponto que de fato seria central nos anos posteriores:

A execução de um salto em paraquedas é a resultante de um esforço físico e moral bastante notável, e através da instrução preparatória o aluno adquire o necessário treino. Portanto, o preparo físico e moral é realizado pela escola, com um grande sentido de responsabilidade. Ela deve seguir e controlar o gradual treinamento, com muita atenção, para certificar-se do efetivo preparo do aluno, quando este, por assim dizer, está verdadeiramente nas condições de arriscar-se nos lançamentos, com certo domínio tanto da sua personalidade como do aparelho (Freri, 1940: 32).

O autor assim explicava: o domínio sobre a personalidade deveria significar a exclusão, condicionada pelo rigor do treino físico, de todo “excesso de tensão que pudesse influir sobre o sistema nervoso”. O treinamento em si deveria constituir “uma verdadeira escola de coragem”, que levaria o aluno a “se familiarizar com o vácuo”, vencendo a “tendência instintiva do indivíduo, não perfeitamente calmo e não dotado do sangue frio, de se segurar a alguma coisa no instante do lançamento”, o que poderia impedir a perfeita abertura do paraquedas, com “consequências perigosas e algumas vezes fatais” (Freri, 1940: 33). Observe-se a preconização do controle emocional, bem como do condicionamento físico, como componentes destacados, que de fato sofreriam extrema valorização quando por ocasião da futura institucionalização da tropa paraquedista.

Outros pontos tipificariam o paraquedismo militar, como a previsão do aprendizado de ações em conjunto, com a aplicação mais rígida da disciplina e do controle dos homens (Freri propõe, por exemplo: “os *grupos* se dispõem nas cabines com a *ordem numérica* que lhes foi determinada”; ou ainda, que quando “os *grupos* [são] considerados suficientemente instruídos e prontos para o lançamento *coletivo* no vácuo, o comandante dá a ordem de lançamento”). O ensino deveria ser conduzido em uma instituição específica: “não

se pode ser hábil paraquedista se não se frequenta uma escola”. Os cursos deveriam dispor dos meios para proporcionar aos alunos o preparo tanto para as atividades bélicas, quanto para a experiência do paraquedismo, esse último, de outro modo muitas vezes inacessível financeiramente ao recrutado. Por fim, o paraquedista militar deveria ser educado “moral e fisicamente”: “o paraquedismo é também uma escola de coragem moral e de audácia física” (Freri, 1940: 32). Todas essas ideias, já foi dito, antecipam ao menos em cinco anos os primeiros rumores para a criação da tropa paraquedista nacional, e em décadas o que seria efetivamente posto em prática, até se tornarem aspectos marcantes da cultura da instituição.

Tenha-se em mente a experiência prática de Prospero Freri em relação ao seu escrito. Em 1940, o italiano possuía o posto de tenente-coronel e se ocupava, desde março de 1938, do adestramento técnico na escola de paraquedistas militares italianos que funcionava no aeroporto de Castel Benito, em Trípoli. Sua visão, portanto, não se voltava apenas para o uso tradicional do paraquedas na aviação militar, como um apetrecho de salvamento; sua abordagem era do transporte de soldados e equipamentos a um determinado ponto, onde “os homens da infantaria aérea deverão aterrissar para agir eficazmente em especialíssimas ações bélicas”. Sendo assim, ao traduzirem e transcreverem seu artigo na revista do *Aeroclube*, os editores anteciparam e deixaram registrados grande parte dos fundamentos que norteariam a criação e o desenvolvimento da tropa paraquedista nacional, falando contra um conceito caro na história institucional da tropa: a originalidade da experiência do capitão Pessôa, que será acompanhada com maiores detalhes no próximo capítulo.

## 2.9 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

O *mito* é “uma história contada e um esquema lógico que o homem cria para resolver problemas que se apresentam sob planos diferentes, integrando-os numa construção sistemática” (Lévi-Strauss, 1970: 140). Obviamente, o conceito de “mítico” não é aqui evocado como equivalente do falso ou irreal. Antes, está alinhado com Arnáiz (2016), que também discorda das concepções pejorativas do termo, assinalando que o mito supõe um entendimento do mundo simbólico que é próprio do homem de todas as épocas, constituindo um sistema de elementos que permite o conhecimento e a compreensão da realidade que o rodeia e de si mesmo, e que não se opõe ao racional - mas o complementa.

O mito de origem da Brigada de Infantaria Paraquedista, se não produzido, foi em grande parte sustentado, principalmente nos discursos oficiais, pelo conteúdo de monografias elaboradas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, citadas no início deste

capítulo. Mas essas obras foram seletivas e dirigidas para a exaltação de fatos e personagens específicos. Traçando uma linha cronológica de eventos que alcançam, somente no Brasil, mais de cem anos de história da utilização de meios aéreos e de décadas do paraquedismo no âmbito militar, demonstrou-se que já antes de 1944 existiram militares brasileiros que efetuaram saltos de paraquedas e frequentaram cursos de paraquedismo.

Comparando essa linha cronológica com as informações que constam do *Paraquedismo militar no Brasil* da ECEME, percebe-se que poucos tópicos enumerados nesta pesquisa guardam semelhanças com os levantamentos realizados pelos oficiais. De fato, aqueles trabalhos omitem passagens e personagens, prejudicando até mesmo o valor empírico das obras, tão caro à modalidade de pesquisa por elas proposta. Mas, afinal, mais do que pela sua contribuição ao conhecimento acadêmico, o diálogo com essas pesquisas foi necessário na medida em que nelas se identifica a importância para a Brigada de Infantaria Paraquedista da exaltação do passado e das tradições da instituição. Não se trata de afirmar que os três textos homônimos de 1993 *fundam* essa importância, mas que certamente a *fundamentam*. Tanto é que, passados mais de vinte anos, seus textos obtiveram a grande visibilidade possibilitada pela migração de informações para os suportes eletrônicos. Mas os anos 1990 terão lugar mais à frente nesta tese, e por ora há duas questões a serem respondidas. A primeira é menor: esclarecer o porquê de três trabalhos distintos, três monografias de conclusão de curso, partilharem tema, contemporaneidade e, de modo menos usual, título. Além disso, também merecem exame as opções entre registros e omissões presentes no seu modo particular de narrar os anos que precederam a criação da *Escola de Paraquedistas*.

A resposta parcial à primeira questão foi obtida graças à feliz oportunidade de contatar um dos autores. Segundo esclareceu o militar, o tema havia sido sugerido aos alunos da ECEME em razão da proximidade de um evento do qual, em função do tempo decorrido, o oficial não conseguia se recordar. Por conjectura, devia se tratar dos cinquenta anos de existência da unidade paraquedista, marco simbólico que se avizinhava, e em função do qual uma série de eventos comemorativos fora programada.

Por sua vez, a similaridade dos títulos se explica por determinada idiossincrasia acadêmica pertinente à escola, na época. Somente no início de 1999 seria aprovada a Lei de Ensino do Exército<sup>118</sup>, logo em seguida regulamentada<sup>119</sup>. A lei e seu regulamento introduziram a ideia de “equivalência” entre os graus do sistema de ensino do Exército e os

---

<sup>118</sup> Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. *Dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.*

<sup>119</sup> Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. *Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.*



níveis de educação previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>120</sup>. Assim, o ensino no Exército passou a ser dividido em três graus, sendo o mais elevado deles o “universitário ou superior, destinado à qualificação de pessoal para a ocupação de cargos militares e o desempenho de funções próprias de oficiais e de oficiais-generais”<sup>121</sup>. Em consequência, os diplomados em cursos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, obedecendo à certas condicionantes, passariam a receber a titulação de pós-graduação, *stricto sensu*, de doutores em Política, Estratégia e Administração Militar. Foi a partir de então que o estabelecimento passou a tentar adequar sua produção intelectual aos formatos e às exigências metodológicas semelhantes aos adotados nos programas de pós-graduação universitários. Anteriores a essas exigências, os trabalhos de 1993 ainda seguiam regras próprias, que à primeira vista podem causar estranhamento – como no caso dos títulos semelhantes.

A resposta à segunda questão, ou seja, aos critérios de adoção dos recortes de eventos que seriam ou não considerados “memórias” do paraquedismo militar brasileiro, exige, antes de tudo, o reconhecimento que as escolhas feitas pelos oficiais se deveram a uma combinação entre circunstâncias fortuitas e outras mais ou menos intencionais.

Em primeiro lugar, há um conceito particular, perceptível nas obras, que marca a diferença entre “as origens” e “os antecedentes” do paraquedismo militar. Embora essa ideia não seja exposta de forma explícita, percebe-se que para eles a primeira categoria abrange fatos e personagens ligados institucionalmente à organização fundada em 1945 sob a denominação de “Escola de Paraquedistas”, enquanto a segunda categoria poderá reunir qualquer evento no qual um personagem – militar ou não – tenha se utilizado de um paraquedas. É assim que os autores apelam para uma lógica peculiar que aponta as decisões legislativas e os eventos ocorridos no final de 1945 – que serão vistos no capítulo seguinte – como fatos mais diretamente relacionados com o objetivo manifesto de criação de uma unidade nacional de paraquedistas militares. Esse critério serve para excluir até mesmo alguém como Carlos Chevalier, o primeiro militar do Exército Brasileiro a se lançar de paraquedas de uma aeronave em voo, da história/mito de origem da instituição.

Mas a questão possui outros desdobramentos, mesmo admitindo a noção particular de “experiências antecedentes” que as pesquisas assumem. Qual o sentido de se relacionar (como as monografias o fazem) o desenvolvimento do paraquedismo com chineses que saltaram da Grande Muralha, com as experiências de Leonardo da Vinci, de Lenormand e

---

<sup>120</sup> Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.*

<sup>121</sup> Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. *Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.*

Garnerin, dos norte-americanos Morton e Berry, e em determinado momento – aproximadamente nos anos 1920 – interromper a narrativa, criar um hiato, uma lacuna, uma omissão, e transformar a aventura de Pessoa, em 1944, em sua continuidade? Mesmo as pesquisas mais recentes, que demonstram grande preocupação em relacionar os “pioneiros” do paraquedismo militar<sup>122</sup>, são omissas no que se refere a certos fatos e personagens. A que isso se deve?

Sabendo que não há neutralidade nos diálogos acerca do passado, podem ser propostas ao menos duas hipóteses para justificar tais omissões. A primeira é a possibilidade de que os exemplos apresentados neste trabalho não tenham sido, por assim dizer, descobertos anteriormente pelos pesquisadores, ou seja, que eles não tenham obtido acesso a esses materiais; a segunda hipótese, em outro extremo, é que tal material não tenha passado despercebido, mas que tenha sido deliberadamente omitido.

Pode ser seguida, ainda, uma terceira via. Talvez as pesquisas tenham sido iniciadas já com certa predisposição a aceitar quais valores, personagens e símbolos seriam ou não enquadrados como adequados à memória do paraquedismo militar brasileiro. Certos elementos, por razões de coerência com o universo cultural da organização, talvez não possam estar explicitados na história oficial.

A história do paraquedismo nacional careceria de “bons exemplos”. Eduardo Heill, Theodulo Ceballos, Alma Beaumont, Stanley Spencer e Genaro Maddaluno não eram mais do que estrangeiros mambembes, exibicionistas que subiam aos céus em balões coloridos por um punhado de dinheiro. Carlos Chevalier, que poderia ter cabido no papel de herói, foi proscrito e teve sua carreira interrompida precocemente sob uma das acusações mais graves para um oficial do Exército – a incapacidade moral para o serviço militar. Júlio Américo dos Reis, tão ativo em sua época quanto o celebrado Charles Astor, chegou a atingir o generalato, mas foi reformado<sup>123</sup> por força de “investigações sumárias”, fundamentadas no Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Posteriormente, respondeu a um inquérito por crime de peculato e falsidade, acusado, juntamente com outros militares, de um desfalque de mais de sessenta milhões de cruzeiros na Fábrica do Galeão<sup>124</sup>, sendo anistiado pela Comissão Especial dos Processos de Anistia somente em 19 de julho de 1980, após falecido<sup>125</sup>.

---

<sup>122</sup> Almeida (2002) utiliza o termo “pioneiros” nada menos que 62 vezes nas 196 folhas de sua monografia.

<sup>123</sup> Decreto de 26 de setembro de 1964, publicado no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 1964.

<sup>124</sup> Certidão do Departamento de Vigilância Social, datada de 27 de julho de 1966. Disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=0777&imagem=811](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0777&imagem=811)>. Acesso em 6 de junho de 2017.

<sup>125</sup> Despacho do ministro da Aeronáutica no ofício nº 054/CEPA/80, publicado no Diário Oficial da União de 24 de junho de 1980.

Ignorando esses personagens, as obras citadas apresentam uma série de falhas na contribuição para uma historiografia do paraquedismo, civil e militar, no Brasil. A primeira e mais persistente delas está condensada em afirmações como a de que “o marco da origem e evolução do paraquedismo militar no Brasil se deu ainda em terras estrangeiras (...) indo consolidar-se junto à ingente tropa de paraquedistas dos Estados Unidos da América (EUA) a partir da “brevetagem” do então capitão Roberto de Pessôa em *Fort Benning*, Georgia, em 23 de outubro de 1944” (Almeida, 2002: 19). Esse pioneirismo pode e deve ser enxergado nas iniciativas e ações do tenente Carlos Saldanha da Gama Chevalier e do major Júlio Américo dos Reis, nas quais já podem ser discernidos ao menos os esboços de tais origens. A atuação desses antecessores podem ser tomadas como um prenúncio, uma espécie de antecipação do que futuramente viria a suceder com o paraquedismo militar brasileiro no período após a Segunda Guerra Mundial, seja nos aspectos técnicos, seja nos componentes que constituiriam seu universo simbólico.

Por fim, deve ser apontado que as obras com as quais se dialogou gozam de um *status* muito específico em relação à própria liberdade intelectual. Atadas ao imperativo de homologação por um estabelecimento de ensino que é simultaneamente um órgão militar, seus conteúdos são aprovados na medida em que explicam e justificam a própria ordem vigente na instituição. Nesse contexto hegemônico, que desconhece ou desconsidera certos personagens, definindo previamente quem “deve” e quem “não deve” ocupar o papel de “herói”, é inevitável que sejam apagadas algumas memórias, negando inclusive a possibilidade de que o paraquedismo, ainda que experimental e rudimentar, já estivesse em vias de constituição nas Forças Armadas brasileiras em épocas anteriores a 1944. Afinal, em um nível prático, a preservação da memória dos heróis na caserna exige mais do que o resgate de registros antigos. “Sem a vigilância comemorativa”, ensina Nora (1993: 11), “a história depressa os varreria”. É preciso que esses registros sejam permanentemente percebidos e revividos no dia a dia, por meio de rituais, cerimônias, formaturas, comemorações de aniversários, construção de monumentos, leituras de alusivos e, como visto, até mesmo da produção de obras – presumivelmente – científicas.

### 3 A ESCOLA DE PARAQUEDISTAS (1945-1952)

Neste capítulo serão descritos a criação e o desenvolvimento da *Escola de Paraquedistas*, primeira forma institucional assumida pela atual Brigada de Infantaria Paraquedista. Inicialmente, será retomada a narrativa do interesse dos militares brasileiros pela atividade aeroterrestre nos primeiros anos da década de 1940, situação que culminaria na ativação, no final de 1945, do *Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas*, forma embrionária da escola. Seguindo a trajetória da organização, o recorte temporal se estenderá até meados de 1952, quando a unidade foi transformada em *Núcleo da Divisão Aeroterrestre*.

Além de cumprir um dos objetivos específicos da pesquisa, qual seja, a narrativa do desenvolvimento histórico da tropa paraquedista em seus primeiros anos, neste capítulo também se encontram os seguintes temas, próprios dos estudos da cultura organizacional:

*A biografia dos “pais fundadores”*: o início da história de uma organização pode ser caracterizado como um período de sobrevivência. É o tempo mítico no qual se passam as histórias sobre os atos de coragem dos heróis, figuras que personificam valores e modelos de comportamento (Fleury, 1987: 15). Os principais representantes dessa categoria são os “pais fundadores”, praticantes de ações que evidenciam sua coragem pessoal e seu comprometimento com a organização, tornando-se os legítimos portadores das verdades sobre o destino da instituição, sobre o perfil adequado de seus membros, os padrões de relações desejados, etc. (Fleury, 1987: 15). Nesse sentido, foram investigados os dados biográficos dos dois personagens que, ao longo do tempo, foram eleitos para encarnarem os heróis maiores da instituição: o capitão Roberto de Pessôa, primeiro oficial do Exército Brasileiro a frequentar o *airborne course* no exército norte-americano, e o coronel Nestor Penha Brasil, que em 1946 foi nomeado como primeiro comandante da recém-criada tropa paraquedista.

*Reações a incidentes críticos*: a perda dos primeiros paraquedistas vitimados em acidentes de salto, logo nos seus anos iniciais, levou a organização a desenvolver estratégias de enfrentamento da angústia frente à morte, criando rituais e adotando uma linguagem funcionalizada que fornecessem aos seus membros significados de aceitação e de transcendência do sofrimento pela finitude precoce dos companheiros. Observada a perenidade das estratégias desenvolvidas pela instituição a esse respeito, o tema mereceu consideração para ser desenvolvido neste capítulo.

*Símbolos, distintivos e recompensas*: por fim, cuida-se de outro eixo de investigação elencado entre os tópicos de interesse para os estudos de cultura organizacional: a constituição da rede de símbolos, que junto com a introdução de uma gratificação monetária

específica, funcionou como uma estratégia de incentivo ao recrutamento e à coesão dos seus membros. Ainda que o capítulo não esgote o assunto, essa primeira abordagem foi realizada em vista da coerência de citar o aparecimento desses elementos em sua cronologia histórica, visto que introduzidos de modo praticamente simultâneo à criação da unidade.

### 3.1 OS PARAQUEDISTAS VÃO À GUERRA

Um cronista do *Jornal do Brasil* observaria, no final de 1941, que um “gênero ousado da aviação esportiva”, como aquele praticado pelos alunos das escolas de paraquedismo de Charles Astor e Júlio Américo, também seria “nos dias que correm, um dos recursos da guerra”<sup>126</sup>. De fato, os dias que corriam eram os últimos em que se manteria a posição de neutralidade brasileira na Segunda Guerra Mundial. A 23 de maio de 1942, foi firmado um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, prevendo a criação de comissões técnico-militares compostas por integrantes das Forças Armadas de ambos os países, que ficariam encarregadas da elaboração de planos de defesa mútua contra o Eixo, abrangendo acordos sobre comando e responsabilidades nos teatros de operações<sup>127</sup>. Com a instalação de bases norte-americanas no nordeste do país, os alemães reagiriam torpedeando navios brasileiros, o que levaria o Brasil a declarar-lhes guerra em agosto daquele ano.

Mas ao tempo em que os tais “recursos” brasileiros se resumiam aos alunos de Astor e Américo, Rússia e Alemanha já haviam transformado em realidade o emprego dos paraquedistas militares. Grandes centros de treinamento já funcionavam naqueles países na segunda metade da década de 1930, e suas tropas aeroterrestres seriam utilizadas desde as primeiras manobras da Segunda Grande Guerra. Embora os militares russos tenham sido os pioneiros a ensaiar esse emprego, foram os alemães que montaram as primeiras operações ofensivas de grande envergadura. No início da guerra, a Alemanha já dispunha de uma divisão de desembarque aéreo com um efetivo de 6.700 homens, além de três regimentos de infantaria paraquedista. Seis meses após a deflagração do conflito, esse contingente receberia o reforço de um batalhão de comunicações e de outros elementos, sendo o conjunto incorporado à 7ª Divisão da Força Aérea (*Luftwaffe*). Mais tarde, essa tropa evoluiu para constituir uma divisão de paraquedistas, sob o comando de seu idealizador, o general Karl Student (Velho, 1955).

---

<sup>126</sup> *Os paraquedistas de São Paulo. Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1941, página 6.

<sup>127</sup> *Estado-Maior das Forças Armadas. Resumo histórico da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos*. Ofício nº 021, de 31 de outubro de 1978, do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos - Núcleo Executivo do Encerramento.

A organização e o poderio militar dos paraquedistas germânicos eram noticiados com assombro durante os primeiros anos do conflito. Os alemães, mesmo sofrendo pesadas baixas iniciais, continuariam aperfeiçoando a formação dos *Fallschirmjäger*<sup>128</sup>, obtendo resultados estrategicamente importantes com seu emprego nas campanhas da Noruega e da Dinamarca, em abril de 1940, além de maiores sucessos na Bélgica, na Holanda e na França no mesmo ano. Ainda segundo Octavio Velho (1955), após metade da 7ª Divisão Paraquedista ter sido dizimada na invasão da Ilha de Creta, em maio de 1941, Adolf Hitler não mais autorizaria novas operações aeroterrestres de vulto. Todavia, no início do ano seguinte, as forças alemãs também utilizaram paraquedistas para desbaratar uma ofensiva iniciada pelos russos contra o corredor alemão em Leningrado, e mesmo em missões puramente terrestres, a tropa paraquedista continuaria tendo atuação destacada, como na frente ocidental, por ocasião das operações de 1944, quando apareceu o I Exército Paraquedista, também comandado pelo general Student.

França, Itália e Inglaterra seguiriam o exemplo dos russos e alemães, criando ou reforçando seus centros de treinamento de paraquedistas nos primeiros anos da guerra, e outros países também os acompanhariam. A Iugoslávia fundou uma escola de paraquedistas em maio de 1940<sup>129</sup>; a Romênia, com o apoio de uma missão militar alemã, também reuniu voluntários e criou sua própria tropa de paraquedistas, em junho de 1941<sup>130</sup>. Vale destacar um modelo alternativo de recrutamento para essas tropas, no qual a tímida sugestão do *Jornal do Brasil*, ao se referir às escolas de paraquedismo brasileiras, parece ter sido inspirada: na União Soviética, grande parte dos voluntários para o serviço militar recebiam uma pré- formação no OSOAVIAKhIM<sup>131</sup>, entidade encarregada de incentivar entre seus membros, jovens civis, a prática de exercícios físicos e o treinamento de tiro, pilotagem, saltos de paraquedas e defesa contra ataques químicos, entre outras atividades julgadas de interesse da segurança nacional. O modelo foi frutífero: contando com duas escolas de aviação com novecentos alunos (reunidos nesse número os praticantes de pilotagem, paraquedismo e planadorismo) em 1932, os soviéticos possuiriam, no início da década de 1940, mais de 180 aeroclubes, nos quais já haviam sido formados mais de 121.000 estudantes, uma reserva considerável, à disposição tanto da aviação civil quanto do serviço militar (Higham, Greenwood, e Hardesty, 1998: 251).

<sup>128</sup> Literalmente: soldado paraquedista.

<sup>129</sup> *Febrilmente executados os preparativos para a defesa iugoslava. Jornal do Brasil*, 16 de maio de 1940, página 7.

<sup>130</sup> *O Exército Romeno também vai ter paraquedistas. Correio da Manhã*, 14 de junho de 1941, página 6.

<sup>131</sup> Abreviatura de *Obschestvo družhei oborony i aviatsionno-khimicheskogo stroitel'stva* (*The society for facilitating defense, aviation and chemical construction* / Sociedade para o desenvolvimento da defesa, aviação e indústria química).

A escalada das tensões no hemisfério norte e a iminência de participação no conflito também inspiraram no Brasil a *Campanha Nacional de Aviação* e os movimentos *Dar Asas à Juventude Brasileira* e *Deem Asas ao Brasil*, contribuindo para elevar o número de aeroclubes no país. Essas organizações, assim como as europeias, visavam ao recrutamento de jovens da sociedade, convocando-os a se engajarem nas campanhas da aviação civil e constituírem reservas para a aviação militar (Fay & Fontes, 2017: 29). O governo se responsabilizaria pelo pagamento de horas de voo nos aeroclubes e escolas de pilotagem, e a Força Aérea Brasileira cederia aeronaves em algumas oportunidades, como para os alunos de Astor durante a “Semana da Asa” de 1941<sup>132</sup> e para o salto dos cadetes no final de 1942 – embora o apoio oficial nesses dois últimos exemplos possa ser creditado em grande parte aos interesses de Júlio Américo e à sua influência, como oficial superior, junto ao então recém-criado Ministério da Aeronáutica.

**Figura 14 – Semana da Asa.**



Figura 14 – Semana da Asa. Paraquedistas embarcam em uma aeronave da Força Aérea Brasileira para realizar uma demonstração de saltos por ocasião das comemorações do Dia do Aviador, instituído pela Lei nº 218, de 4 de julho de 1936<sup>133</sup>. Fonte: Arquivo Nacional.

Assim como a Grã-Bretanha, as Forças Armadas dos Estados Unidos da América nada possuíam em matéria de tropas aeroterrestres ao se iniciar a guerra. Somente após a ofensiva alemã contra a Bélgica e os Países Baixos, em maio de 1940, e particularmente depois da queda das até então consideradas inexpugnáveis fortificações de Eben Emael<sup>134</sup>,

<sup>132</sup> *A Semana da Asa. Jornal do Brasil*, 2 de outubro de 1941, página 6.

<sup>133</sup> Lei nº 218, de 4 de julho de 1936. *Institui o Dia do Aviador, 23 de outubro*.

<sup>134</sup> Na batalha da fortaleza de Eben-Emael, ocorrida entre 10 e 11 de maio de 1940, a *Luftwaffe* realizou o lançamento de quase quinhentos paraquedistas em planadores, atacando a fortaleza, capturando-a e aprisionando

tomadas de assalto por paraquedistas alemães, é que foi organizado o núcleo inicial do paraquedismo militar norte-americano, o *Parachute Provisional Group*, em *Fort Benning*, sede da Escola de Infantaria do Exército. Mesmo assim, no final do ano seguinte, os Estados Unidos ainda dispunham de apenas três batalhões de paraquedistas, e só após o ataque a *Pearl Harbor*, em 7 de dezembro de 1941, é que foram intensificados os esforços para organização de tropas aeroterrestres de grande porte.

Maiores detalhes devem ser fornecidos a respeito da criação do corpo de paraquedistas militares dos Estados Unidos, ao qual está ligada a trajetória da tropa congênera brasileira. Em 3 de outubro de 1940 – mais de um ano antes da entrada do país no conflito – o Departamento de Guerra norte-americano anunciaria que estava em plena formação um corpo aeroterrestre para o exército. *O Globo*, de 4 de outubro de 1940, noticiava que o primeiro batalhão de paraquedistas dos Estados Unidos já estaria composto, contando com um efetivo de quinhentos homens – anúncio que foi feito às vésperas da visita de uma comitiva de oficiais latino-americanos a *Fort Benning*, na Georgia, onde funcionaria o centro de treinamento da nova especialidade<sup>135</sup>.

A base de *Fort Benning* foi estabelecida perto de *Columbus*, Georgia, durante a I Guerra Mundial. A unidade foi criada para consolidar três escolas de treinamento militar, inicialmente localizadas no Kansas, na Califórnia e em Oklahoma. Uma escola de infantaria foi estabelecida no local em 1920, e na década de 1950 a base se destacaria como o mais importante centro de treinamento da infantaria dos Estados Unidos (Stelpflug & Hyatt, 2007). Atualmente, o forte continua sediando vários regimentos, além do Museu Nacional da Infantaria e da Escola de Infantaria do Exército. Cabe lembrar que nas Forças Armadas norte-americanas os batalhões de paraquedistas não foram constituídos somente no exército. Um centro de treinamento também foi instalado na base aeronaval de *Lakehurst, New Jersey*, para treinamento de fuzileiros navais (Rottman, 2007: 8).

A comitiva que visitou o *Fort* em outubro de 1940 foi ciceroneada pelo major-general Charles I. Scott, que afirmou que a visita serviria para uma “esclarecida troca de ideias sobre assuntos militares, em benefício recíproco”. Dezoito oficiais superiores de nove países latino-americanos, entre os quais o general Guilherme Mohr, chefe do Estado-Maior do Exército Argentino, e o general Pedro Aurélio de Gois Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, presenciaram as demonstrações de grandes manobras militares e a

---

os militares belgas que a defendiam. Disponível em *Centro de Visitas de Eben-Emael* <<http://www.fort-eben-emael.be/en>>. Acesso em 26 de julho de 2017.

<sup>135</sup> *A visita dos oficiais latino-americanos aos EE. Unidos. Jornal do Brasil*, 18 de outubro de 1940, página 7.



apresentação de armamentos e equipamentos bélicos, tudo isso contando com uma ampla cobertura da imprensa<sup>136</sup>.

A agenda de negociações e os debates sobre o alinhamento político e militar entre o Brasil e os Estados Unidos envolviam a concessão de financiamentos e a assessoria norte-americanos para a modernização das Forças Armadas brasileiras. Um dos primeiros resultados dessas discussões foi a criação, em outubro de 1940 – mesmo mês das demonstrações dos paraquedistas – da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, com a finalidade de trabalhar no aprimoramento das medidas comuns de defesa. Ainda naquele ano, um pequeno contingente de oficiais brasileiros já seria enviado para frequentar cursos em escolas militares norte-americanas (Svartman, 2014: 3). Em janeiro do ano seguinte, um acordo assinado entre os dois países permitiu a instalação no Rio de Janeiro de duas missões militares norte-americanas (no Exército e na Aviação), e a assinatura de um novo acordo, em maio de 1942, criou comissões nos dois países, encarregadas de desenhar os planos de defesa conjunta e elevar a capacitação dos militares brasileiros. A primeira dessas comissões se instalou em Washington, a 25 de agosto de 1942, com o nome de Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos e apresentou, em outubro do mesmo ano, a sua "Recomendação nº 10", versando sobre a organização e o funcionamento da Comissão<sup>137</sup>.

Todas essas ações estão inseridas em um contexto mais amplo, que Gerson Moura (1984) identificou como uma ostensiva campanha de penetração cultural desencadeada no início dos anos 1940, como parte da estratégia dos Estados Unidos frente ao desafio de enfrentar o Eixo e se consolidar como grande potência. Com essa finalidade, foi criado, em agosto de 1940, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), diretamente vinculado ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos.

O amplo espectro das ações norte-americanas pela aproximação entre os países enquadraria, portanto, desde o convite realizado aos militares em outubro de 1940 até a oferta feita em junho de 1943 pelo *National Press Club*, de Washington, aos jornalistas brasileiros Motta Lima, do *Correio da Manhã*, Arlindo Pasqualini, da *Folha da Tarde* de Porto Alegre, Wilson Lins, do *Imparcial* da Bahia, e Hugo Barreto, do *O Globo*, para uma excursão de cinco semanas pelas indústrias bélicas e instalações militares norte-americanas. No programa, estava incluída justamente uma passagem por *Fort Benning*, onde os convidados assistiriam a demonstrações de manobras e da formação de paraquedistas. Se o intuito do convite era

---

<sup>136</sup> A visita dos oficiais latino-americanos aos EE. Unidos. *Jornal do Brasil*, 18 de outubro de 1940, página 7.

<sup>137</sup> *Estado-Maior das Forças Armadas*. Ofício nº 021, de 31 de outubro de 1978, do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos - Núcleo Executivo do Encerramento.

formar opiniões e influenciar positivamente os objetivos de aproximação norte-americanos, a estratégia foi bem-sucedida. Já em agosto, o *Correio da Manhã* publicaria em suas páginas principais uma série de artigos assinados por Motta Lima, intitulado *Nos arsenais da vitória*, nos quais os adjetivos de admiração pela organização e pelo poderio bélico dos Estados Unidos se entremeavam com as impressões de “afeto”, “cordialidade” e “apreço”:

O pouso era em *Miami Beach*. Ao chegar ao [hotel] *Versailles*, senti que éramos esperados como brasileiros. Duas enormes bandeiras – a auriverde e a estrelada – ornamentavam a entrada principal, e, lá dentro, aguardavam-nos os primeiros sinais de cordialidade como um abraço de amigos que se reviam depois de curta ausência. Senti – e sentiram-no igualmente os meus companheiros – o ambiente de afeto que se criava para o Brasil, aliado de agora e amigo de sempre<sup>138</sup>.

A sedução aos jornalistas, que incluía o pagamento integral das despesas da viagem – transportes, hotéis e refeições – estava perfeitamente orquestrada entre as diversas agências envolvidas, particulares e oficiais, civis e militares. Uma publicação distribuída em Nova York pelo *International News Service* chamava a atenção para a necessidade de uma “especial cordialidade” para o “distinto grupo de jornalistas brasileiros”, vindos do país que, recebendo os aliados, estava “encurtando a guerra”. Em *Fort Benning*, durante a demonstração do lançamento de paraquedistas, os militares não ficariam atrás:

No enorme campo de aviação (...) ia ocorrer alguma coisa de inédito para quem não viu a guerra de perto. Seis transportes aéreos evoluíam lá em cima e, em pouco, depois de rápidas manobras, largavam das suas portas abertas 36 *paratroopers* equipados. Todos baixavam sem acidentes, dando cambalhotas no solo segundo a técnica, e dominando os enormes paraquedas que os arrastariam longe, deles se desprendendo com precisão, tomando posição própria no terreno. Depois, mais uma esquadrilha repetiu com êxito idêntico o lançamento de seus homens, de um dos aparelhos caindo um grupo de jovens com duplos paraquedas em cores brasileiras. Mas ia haver outra surpresa. Um último avião mandou de cima, não soldados equipados em guerra, mas portadores de *sandwiches* e refrescos, que eles mesmos, de avental, serviram aos convidados. O calor era intenso...<sup>139</sup>

Uma outra visita foi programada para os militares brasileiros em agosto de 1943. Dessa vez o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, estaria acompanhado dos generais Leitão de Carvalho, Zenóbio da Costa e Alcio Souto, e a comitiva percorreria estaleiros, fábricas, escolas e bases militares norte-americanas – incluindo no roteiro a base de *Fort Benning*, onde foi recebida pelos comandantes da Escola de Infantaria e da Escola de Paraquedistas. Nessa oportunidade, também seriam realizadas as demonstrações de lançamentos aeroterrestres e simulações de combate<sup>140</sup>, similares as que haviam sido apresentadas aos jornalistas.

<sup>138</sup> *Nos arsenais da vitória*. *Correio da Manhã*, 3 de agosto de 1943, página 1.

<sup>139</sup> *Correio da Manhã*, 4 de agosto de 1943, página 1.

<sup>140</sup> *A viagem do ministro da Guerra. A Noite*, 27 de agosto de 1943, página 16.

### 3.2 O EXÉRCITO NA ERA VARGAS

No final do ano de 1945, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, encontrava-se investido da chefia do governo brasileiro, em virtude da destituição de Getúlio Vargas e da inexistência do vice-presidente da República, bem como dos presidentes das duas casas do Congresso, fechadas desde 1937<sup>141</sup>. Em 26 de dezembro, Linhares assinou um decreto-lei<sup>142</sup> que tinha como origem um extenso relatório redigido pelo capitão do Exército Roberto de Pessôa, que em meados de 1944 realizara o *Airborne Course* em *Fort Benning*, na Georgia, e passara o ano seguinte selecionando e organizando uma nova turma de voluntários, que também seguiu para os Estados Unidos e frequentou o curso de paraquedismo do exército daquele país. Não se tratava de uma experiência isolada: Eduardo Svartman afirma que um grande número de oficiais brasileiros realizou cursos e estágios em diferentes unidades do Exército norte-americano a partir de meados de 1943, uma prática que teria surgido nos entendimentos da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (Svartman, 2014: 167).

Com a assinatura do decreto, estava criada oficialmente a *Escola de Paraquedistas* do Exército Brasileiro, inspirada na tropa aeroterrestre norte-americana, e formada, inicialmente, por um pequeno grupo de 47 militares reunidos por Pessôa, que constituiriam o núcleo de uma das primeiras instituições destinadas à formação de tropas paraquedistas no mundo e, até pouco tempo, a única no Brasil.

A principal lembrança evocada pelo ano de 1945 será, certamente, o final da Segunda Guerra Mundial. Internamente, o Brasil atravessava o processo de redemocratização que poria fim ao Estado Novo, em uma conjuntura de busca pela estabilidade política e pela democracia. Mas a guerra e o regime de Vargas, ambos encerrados quase simultaneamente, foram de fato dois eventos notáveis em suas implicações para o desenvolvimento experimentado pelo Exército Brasileiro ao final da primeira metade do século XX.

Em primeiro lugar, destaca-se o suporte concedido pelos militares na articulação e no apoio armado ao movimento revolucionário de 1930, com a subsequente nomeação de oficiais das Forças Armadas para a ocupação de importantes e variados cargos na administração federal e dos estados durante os quinze anos do governo de Vargas. Uma das principais contrapartidas a esse apoio foram os grandes investimentos financeiros que

---

<sup>141</sup> Verbete *José Linhares*. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/linhares-jose-1>>. Acesso em 1º de abril de 2017.

<sup>142</sup> Decreto-Lei nº 8.444, de 26 de dezembro de 1945. *Cria no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas e dá outras providências*.

possibilitaram a modernização e o desenvolvimento da infraestrutura do Exército. Para citar apenas o caso da cidade do Rio de Janeiro, pode-se assinalar que datam desse período a construção e a revitalização de fortalezas, quartéis, edifícios, depósitos, fábricas, moradias, áreas de instrução e até mesmo linhas ferroviárias mantidas sob administração militar, instaladas tanto em localidades tipicamente caracterizadas como sede de aquartelamentos, como a Vila Militar de Deodoro e o Campo dos Afonsos, quanto em outros bairros, como São Cristóvão, Realengo, Triagem, Copacabana e Grajaú. Na área central da cidade, ocorreu a remodelação da atual sede do Comando Militar do Leste, então ocupada pelo Ministério da Guerra. De fato, em 1940, ou seja, em um período de dez anos *após* a revolução, já serão encontradas descrições das condições estruturais do Exército bastante diversas daquelas apresentadas pelo ministro da Guerra João Pandiá Calógeras ao presidente da República, Epitácio Pessoa, dez anos *antes* da ascensão de Vargas, em junho de 1920:

Na 1ª Região Militar, que tem por sede a Capital da República, verdadeiros pardieiros alojam alguns corpos, tais como os Batalhões de Caçadores de Niterói e da Vitória, e o 3º Regimento de Infantaria. Os próprios quartéis da Vila Militar, insuficientes e faltos de certas acomodações, exigem reparos por não terem sido devidamente cuidados. Os prédios à disposição do Serviço de Saúde são deficientes. Nem ambulâncias divisionárias existem, quanto mais Companhias de Saúde. O depósito de viaturas e de material sanitário só agora vai ter instalação tolerável. O Hospital Central, a pedir conservação mais minuciosa, pede ampliação regular. Depósitos de Material Bélico, de material de Engenharia, de Intendência, tem de ser edificados ou aumentados. O Quartel-General, acanhado para os serviços a que preside, precisa ultimar suas construções. Escola de Estado-Maior, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Administração, tem de achar pouso em casa própria, saindo dos cômodos onde se acham por empréstimo<sup>143</sup>.

O quadro descrito pelo ministro demonstra a falta das condições mais básicas nos aquartelamentos da própria capital da República, e não era nada favorável em relação às demais regiões do país. Embora a administração de Calógeras seja reconhecida como bastante expressiva na introdução de melhorias na infraestrutura do Exército e no preparo de recursos humanos da Força, a imagem tecida por ele serve como um bom parâmetro da evolução da instituição nos anos pós-1930. Em contraste, por exemplo, com as cinco escolas de formação ou aperfeiçoamento que funcionavam nas duas primeiras décadas do século XX, em 1939 já existiam 25 estabelecimentos de ensino militar no País, em grande parte instalados em edificações novas, com obras em andamento ou recentemente concluídas, impulsionadas pelos recursos financeiros concedidos pelo governo (Viana, 2010: 94).

Em segundo lugar, as tensões do período pré-guerra não poderiam deixar de exercer influência sobre as decisões do governo em relação ao preparo operacional das forças

---

<sup>143</sup> Relatório do ministro da Guerra Pandiá Calógeras, 1919, página 32.

militares. Após a Primeira Guerra Mundial, os exércitos dos países centrais haviam passado a considerar a importância do desenvolvimento dos meios ofensivos como solução para a imobilidade da guerra defensiva de trincheiras, que constituiu uma das principais características do conflito. Entre esses meios, destacam-se a criação dos veículos blindados e os avanços tecnológicos na artilharia e na aviação. O Exército Brasileiro, embora com restrições, procurou acompanhar esses avanços no período entre guerras, e em 1921 criou a 1ª Companhia de Carros de Assalto<sup>144</sup>, sua primeira unidade de carros de combate. Ainda na década de 1920, foram realizados investimentos na aviação militar, sob a influência da missão militar de aviação francesa. Na década seguinte, houve uma ampla remodelação das unidades de artilharia, contando com a orientação de especialistas norte-americanos, bem como a concessão de recursos que permitiriam a modernização de equipamentos e infraestrutura.

Por fim, o alinhamento político da década de 1940 com os Estados Unidos possibilitaria ao Exército Brasileiro adotar novos materiais, métodos, táticas e doutrinas de emprego militar. De fato, tratava-se da consolidação de um processo em curso: mesmo nos anos anteriores à guerra já era observado o trânsito progressivo, dos padrões alemães e franceses dominantes nas décadas anteriores, para os novos conceitos e materiais bélicos oriundos dos Estados Unidos e adotados pelo Exército Brasileiro durante a guerra. Esse processo não se encerrou após a breve participação do Brasil no conflito; antes, a guerra até mesmo reforçou a percepção da necessidade de modernização, como revelam as considerações finais do Relatório Anual do Estado-Maior do Exército de 1945, que também enfatizava a conveniência da adoção da organização e da doutrina militar norte-americana (Rodrigues, 2008: 13). Em uma nova excursão à América do Norte, realizada em julho de 1945, o general Gustavo Cordeiro de Farias, Diretor de Ensino do Exército, percorreria diversos centros de ensino especializado, e no retorno seria mais uma das vozes a ressaltar a “amizade Brasil-Estados Unidos” e a “possibilidade de adoção dos métodos de ensino militar” daquele país<sup>145</sup>.

### 3.3 ROBERTO DE PESSÔA

Foi, portanto, sob a tutela e a influência estrangeiras que se realizaram as aproximações entre os exércitos nacional e norte-americano, permitindo que o capitão Roberto de Pessôa realizasse o curso de paraquedismo da *Airborne School*, no ano de 1944.

---

<sup>144</sup> Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921. *Organiza o Exército ativo em tempo de paz.*

<sup>145</sup> *Impressões dos Estados Unidos. Correio da Manhã*, 4 de julho de 1945, página 2.

A trajetória biográfica desse personagem merece destaque, e para segui-la foram pesquisados o livro de memórias e a compilação dos relatórios que ele produziu quando retornou de *Fort Benning*, além de manuscritos, correspondências, documentos pessoais e transcrições de entrevistas que se encontram nos acervos do Museu Aero terrestre e da Seção Histórica da Brigada de Infantaria Paraquedista. Há também alguns depoimentos que foram prestados a Sá Júnior e a Otávio Costa, em 1993, constantes dos já citados trabalhos de conclusão de curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; uma outra entrevista foi concedida ao coronel Lobo Loureiro, para edição de uma biografia publicada em 2003<sup>146</sup>. Por fim, muito da vida de Pessoa pode ser encontrado nos jornais de sua época, em vista de algumas funções de destaque desempenhadas pelo oficial.

Roberto de Pessoa nasceu na Paraíba, em 25 de fevereiro de 1910. Ingressou na Escola Militar do Realengo em 1928 e foi declarado aspirante a oficial em 1932, vivenciando, portanto, o auge da fase de reformas implementadas pelo coronel José Pessoa, comandante da escola entre 1930 e 1934, que atingiram a formação profissional e o padrão de socialização dos jovens militares (Castro, 1994). Ao término do curso, foi designado para servir no 2º Regimento de Infantaria, na Vila Militar do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1935, ano em que se matriculou na Escola de Educação Física do Exército. Assinale-se que frequentar cursos de especialização constituía uma relativa novidade para os militares nos anos 1930, mas não se tratava de nenhuma excepcionalidade, dada a farta oferta de vagas<sup>147</sup>. Ao término do curso, Pessoa foi nomeado chefe da 6ª Divisão do Departamento Militar e instrutor de Educação Física da Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos, substituindo o major aviador Ignacio de Loyola Daher nessa função.

A relação dos militares com a Educação Física durante o Estado Novo, é assunto já explorado, do qual trataram Castro (1997), Grunennvaldt (1997), Melo (2007), Albuquerque (2009), Almeida (2010), Mosko, Capraro & Mosko (2010), e Henn & Nunes (2013), entre outros. Segundo Castro (1997), a hegemonia militar na área durante o governo Vargas foi inquestionável. Grande parte dos professores de Educação Física era militar;

---

<sup>146</sup> Nas páginas seguintes, a ausência de notas bibliográficas adicionais indica que as informações foram obtidas através do livro de memórias de Roberto de Pessoa. Trata-se de uma compilação de relatos, recortes, fotografias e reproduções de documentos que o próprio oficial reuniu ao longo de sua carreira militar. A obra, não editada, faz parte da *memorabilia* doada por Pessoa ao Museu Aero terrestre, onde se encontra em exposição.

<sup>147</sup> Em meados da década de 1930, além dos cursos da Escola de Educação Física do Exército, também eram oferecidos aos oficiais cursos de especialização nos seguintes estabelecimentos: Escola de Geógrafos do Exército; Escola de Aeronáutica; Escola de Artilharia de Costa; Escola de Saúde do Exército; Escola de Veterinária do Exército; Escola de Intendência do Exército; Escola de Transmissões; Escola de Instrução de Moto-mecanização e no Centro de Defesa Antiaérea (Relatório do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1939, página 61).

outros, civis formados pelos militares na Escola de Educação Física do Exército ou em cursos especiais ministrados em diversos estados. Dos 2.187 profissionais formados entre 1925 e 1942, 1.289 eram militares, e 898, civis (Cantarino Filho, 1982: 147, *apud* Castro, 1997).

**Figura 15 – Roberto de Pessôa (1910-2010).**



Figura 15 – Roberto de Pessôa (1910-2010). O oficial foi o primeiro militar brasileiro a realizar o curso de paraquedismo no exército norte-americano, e esteve à frente das iniciativas para implantação de uma tropa nacional de paraquedistas. Fonte: <<http://www.cporr.eb.mil.br/>>.

Não é difícil, portanto, entender o contexto que levou o jovem Pessôa a integrar, no ano de 1936, a delegação brasileira que participou dos Jogos Olímpicos de Berlim, na Alemanha, na condição de subchefe da Delegação de Estudantes de Educação Física, a fim de participar do Congresso Internacional que se desenrolaria paralelamente aos jogos. De fato, outros três militares também integravam o grupo: como chefe da delegação, seu antigo conhecido, o major Loyola Daher, além do capitão João Franco Pontes e o segundo-tenente Affonso de Moura Castro<sup>148</sup>. Mas, no dia seguinte à chegada à Alemanha, Loyola se desligaria da comitiva a fim de frequentar um curso de voo por instrumentos na *Luftwaffe*, e Pessôa assumiria a chefia da equipe.

<sup>148</sup> *Diário Oficial da União*, 3 de julho de 1936, página 42, seção 1.

Setenta e seis anos após esse evento, Roberto de Pessôa concederia uma entrevista tornando pública a versão – até então mantida supostamente em segredo – de que sua viagem teria sido uma incumbência pessoal e secreta do presidente Vargas, para que o oficial espionasse os métodos de treinamento físico do *Reich*. Uma reportagem intitulada *Espionagem e Esporte*, produzida e editada pelo jornalista Régis Rösing e exibida em um domingo, 17 de janeiro de 2010, no *Esporte Espetacular* – um popular programa esportivo da Rede Globo – ajudou a divulgar amplamente a história. No documentário, de pouco mais de vinte minutos de duração, Pessôa é apresentado como um “espião do Exército Brasileiro”, que se infiltrou no departamento de esportes da Alemanha Nazista, o *Reichssportfeld*, para obter os segredos das técnicas alemãs de preparação física.

No vídeo, Pessôa fornece detalhes da aventura. Lembra que no dia da abertura dos Jogos teve um raciocínio estratégico: se fosse visto perto de Adolf Hitler, obteria acesso também às autoridades da Academia de Esportes, seu alvo. Com uma credencial de imprensa – que teria sido providenciada pelo Exército, como parte do plano elaborado para aproximá-lo do ditador – posicionou-se junto à tribuna no estádio Olímpico, logo na primeira fila abaixo do cordão de segurança. Fazendo uso da credencial, transpôs a barreira e se encontrou face a face com o próprio Hitler: “Eu me lembro como se fosse hoje. Apertei a mão de Hitler, e Hitler me apertou a mão. Nos cumprimentamos cordialmente. Com um cumprimento de americano e não com um *heil Hitler*”. E conclui: “Então respondi com uma continência de soldado brasileiro. Um cumprimento cordial, um contato amável, até”. A ousadia teria lhe rendido uma apresentação ao ministro dos esportes alemão, general Hans von Tschammer, abrindo-lhe, conforme esperado, as portas para a Academia de Esportes.

Essa entrevista ocorreu no final de 2009. Pessôa completaria cem anos de idade em 25 fevereiro de 2010, e poucos meses depois viria a falecer, em 17 de setembro. De modo algum estava senil; ao contrário, pode-se afirmar que foi lúcido até o fim da vida. Mas grande parte de sua narrativa ao *Esporte Espetacular* pode ser considerada uma fantasia, ou, antes, mescla fatos que realmente ocorreram com elementos oriundos de devaneio: na melhor explicação, é um relato ucrônico, no sentido que Alessandro Portelli empresta ao termo<sup>149</sup>. É uma memória na qual se projetou o sonho de um heroísmo possível, mas não realizado (Portelli, 1993).

Em primeiro lugar, de secreto – ou mesmo de militar – pouco havia na missão. Pessôa, que ocupava então o posto de primeiro-tenente, havia obtido permissão para viajar até

---

<sup>149</sup> Em sua análise do relato de Alfredo Filippini, líder da resistência *partigiani* durante a Segunda Guerra Mundial.



Berlim e assistir aos Jogos em caráter particular, ou seja, com a condição que a viagem fosse custeada por ele mesmo e não pelos cofres públicos<sup>150</sup>. Outros oficiais do Exército, além dos membros militares já citados da comitiva, também haviam sido liberados pelo Departamento Pessoal na mesma condição: os capitães Arauld da Silva Bretas e Virgílio Alves Bastos, e os tenentes Antônio Pereira Lyra e Ruy Pinto Duarte<sup>151</sup>.

As versões de fatos narrados após muitas décadas podem mesclar realidade e fantasia, assim como podem ser construídas por meio da união de situações vividas em tempos distintos. Deve pesar o fato de que a formação na Escola Militar da década de 1930 se dava em um ambiente, como revelou Fernando Rodrigues no livro *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*, intencionalmente excludente de tipos considerados indesejáveis, como negros e judeus, ao passo que era exaltado e admirado o elemento germânico. Assim, a curiosidade e o deslumbre que o oficial nutria pelos métodos de treinamento físico do *Reich* poderiam constituir um interesse generalizado no Exército, mas nada indica que em algum momento tenham sido elaborados planos para obtê-los como parte de uma “missão secreta” articulada pelo governo brasileiro. O próprio encontro com Adolf Hitler, no palanque das autoridades, parece ter sido inspirado em outro episódio, narrado para Octávio Costa, em 1993: em certa oportunidade, quando servia em Pernambuco, Pessôa desempenhava simultaneamente as funções de diretor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e de diretor da Escola Normal de Educação Física, e fora incumbido de preparar uma equipe infantil para realizar uma demonstração de ginástica para o presidente Getúlio Vargas e para o general Mascarenhas de Moraes. Ao final da apresentação, foi chamado ao palanque e cumprimentado pelo ditador – o brasileiro, não o alemão – pela exibição que havia organizado (Costa, 1993: 6, 7).

De qualquer modo, uma versão mais prosaica e factível já havia sido apresentada pelo velho oficial ao entrevistador de 1993. Na qualidade de representante da *Revista da Escola de Educação Física do Exército*, Pessôa fora convidado para uma reunião social na *Reichsport Academia*, onde, por intermédio do professor Walter Schiliter, que atuava como intérprete da comitiva, conheceu o general Von Tshammer, ministro dos Desportos. Dessa entrevista surgiria a oportunidade de visitar o batalhão *Fallschirmjager*, localizado na base militar de *Wenningstedt*, na ilha de *Sylt*, e conhecer a escola de planadores que funcionava em instalações vizinhas. Várias dessas escolas funcionavam no país, administradas pela *Luftwaffe*,

---

<sup>150</sup> A autorização para a viagem, *sem ônus para a União*, foi publicada no Diário Oficial da União de 3 de julho de 1936, página 42, seção 1.

<sup>151</sup> *Oficiais do Exército que vão às Olimpíadas de Berlim*. *Diário de Notícias*, 28 de junho de 1936, página 10.

mas franqueadas aos civis alemães como estratégia para formação de reservas militares, restritas pelo Tratado de Versalhes. Seguindo os passos de Loyola Daher, Pessôa procurou a Embaixada Brasileira em Berlim e solicitou o envio de um expediente ao Ministério da Guerra, requerendo autorização para realizar o curso de planadorismo. Desse modo, permaneceu na Alemanha mesmo após o retorno da delegação de estudantes ao Brasil, frequentando as aulas de voo e habilitando-se como piloto de planadores.

No retorno ao Rio de Janeiro, o oficial – interessado pela aeronáutica desde seus tempos na Escola Militar – passaria a frequentar o Aeroclube do Brasil, beneficiado pela habilitação conquistada na Alemanha, tornando-se piloto civil e instrutor de pilotagem. Em 1937, seria transferido para o 3º Regimento de Infantaria, sediado em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1940, quando recebeu um convite do general Mascarenhas de Moraes, recém-nomeado comandante da 7ª Região Militar, em Recife, para acompanhá-lo ao Nordeste e assumir o comando do núcleo de Educação Física instalado no 14º Regimento de Infantaria, em Jaboatão dos Guararapes.

Como já foi visto, vivia-se a época da expansão dos aeroclubes e dos clubes de aviação e paraquedismo no país. No início de 1940, Recife também passaria a contar com uma organização desse tipo. A criação do Aeroclube de Pernambuco, sob a presidência de Gercino Pontes, Secretário da Viação e Obras Públicas, havia sido comunicada ao Departamento de Aeronáutica Civil em março daquele ano<sup>152</sup>, recebendo logo em seguida autorização para funcionamento. Seus estatutos foram votados em 24 de março de 1940, e em pouco mais de quinze dias a associação já contava com mais de duzentos filiados<sup>153</sup>. Chegando a Recife em julho, Pessôa tratou de se apresentar a Gercino como representante do Aeroclube do Brasil e, em um gesto de simpatia, colocou o aparelhamento médico do Serviço de Saúde do Exército à disposição para a realização de exames nos candidatos a alunos do aeroclube local<sup>154</sup>.

A abordagem foi bem-sucedida. Em setembro, Pessôa seria designado diretor de instrução do aeroclube<sup>155</sup>, e em dezembro, por ato direto de Agamenon Magalhães, interventor federal em Pernambuco, seria nomeado para o cargo de presidente da instituição. O ato transparece o autoritarismo do interventor em favorecimento do protegido de Mascarenhas de Moraes, mas a imprensa é silenciosa quanto à real repercussão da nomeação.

---

<sup>152</sup> *Instalado o Aeroclub de Pernambuco. Diário de Pernambuco*, 17 de março de 1940, página 2.

<sup>153</sup> *Pernambuco integrado na campanha em prol do desenvolvimento da aeronáutica civil. Diário de Pernambuco*, 24 de março de 1940, página 11.

<sup>154</sup> *Aeroclub de Pernambuco. Diário de Pernambuco*, 24 de julho de 1940, página 6.

<sup>155</sup> *Tomam posse os diretores de instrução e técnico. Diário de Pernambuco*, 27 de setembro de 1940, página 5.

Uma breve nota no *Diário de Pernambuco* diria secamente que “O interventor federal designou, na data de ontem, para exercer o cargo de presidente do aeroclube, o capitão Roberto de Pessôa”<sup>156</sup>. Obviamente, a situação política não favorecia a manifestação de contrariedades, em especial em relação aos atos da maior autoridade militar da região e do interventor federal no estado. Seja como for, os fatos demonstram mais uma vez o viés particular com que eram narradas as memórias do velho oficial, nas quais sempre ocuparia o papel central de “pioneiro” dos eventos. Para um dos seus biógrafos, Pessôa contou que teria recebido o apoio das autoridades e de Assis Chateaubriand, dos *Diários Associados*, para criar o Aeroclube de Pernambuco, onde teria dado início a uma campanha nacional de aviação, arregimentando candidatos para a pilotagem e para o paraquedismo desportivo (Costa, 1993: 9); para outro, afirma que ao chegar a Recife “empenhou-se de logo na criação do Aeroclube de Pernambuco, *partindo da estaca zero*” (Loureiro, 2003: 63).

O que é possível extrair de suas narrativas e confirmar por outras fontes é que a sua rede de relações pessoais se expandiu consideravelmente nos dois anos seguintes. Além do convívio com Mascarenhas de Moraes, de quem Pessôa se tornara próximo a ponto de frequentar jantares, seus compromissos tanto como militar, quanto como presidente do aeroclube ajudariam a alimentar importantes vínculos sociais, entre os quais se contavam os principais personagens ligados à aviação no Brasil, como o jornalista Assis Chateaubriand, o ministro Salgado Filho, o brigadeiro Eduardo Gomes, o coronel Júlio Américo, Charles Astor, e até mesmo o próprio presidente Getúlio Vargas. Em março de 1941, essas relações já começariam a render bons frutos, e Pessôa seria nomeado diretor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 7ª Região Militar, um cargo considerado de grande prestígio e visibilidade no meio militar. Acumularia essa função com a de diretor da Escola Normal de Educação Física de Pernambuco, colocando-se em suas memórias como fundador também dessa entidade.

Após três anos no Nordeste, surgiria a oportunidade de retornar ao Rio de Janeiro para exercer uma nova e cobiçada comissão. Em julho de 1943, Pessôa seria nomeado diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, o que não se configurava como um fato atípico, já que médicos e militares teriam presença marcante na formação do quadro docente e nos cargos de direção da escola em seus anos iniciais<sup>157</sup>. O primeiro diretor já havia sido um militar, o major Ignácio Freitas Rolim, e além de Pessôa,

---

<sup>156</sup> *Aeroclub. Diário de Pernambuco*, 20 de dezembro de 1940, página 5.

<sup>157</sup> Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. *Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos*.

mais dois oficiais do Exército (Hermílio Ferreira e Antônio Pereira Lyra) foram diretores da Escola no período de 1939 a 1946 (Silva, 2013: 29).

Seu retorno para o Rio de Janeiro se daria em um momento de grande visibilidade das ações aeroterrestres na Segunda Guerra Mundial, além de coincidir com as visitas à América do Norte realizadas pelos jornalistas brasileiros, em junho, e por Eurico Dutra e sua comitiva, em agosto de 1943. Já foi demonstrado que as informações sobre *Fort Benning* circulavam amplamente, tanto no âmbito militar quanto na imprensa, e não é difícil conceber que, em vista de seu interesse pela aviação e pelo paraquedismo – diga-se de passagem, comum a muitos outros militares naquela época, Pessôa já tivesse tomado conhecimento das atividades da *Parachutist School*. A própria ideia da criação de uma tropa de paraquedistas brasileiros não era absolutamente inédita. Segundo entrevista concedida por Charles Astor a Assis Chateaubriand, já haveria em janeiro de 1943 a intenção de organizar um batalhão de paraquedistas militares no Rio de Janeiro, sob a orientação técnica do major Joaquim Soares d'Ascensão. O argelino também citaria uma relação de oficiais “partidários entusiastas do paraquedismo”: o brigadeiro Gervásio Duncan, comandante da IV Zona Aérea, em São Paulo; o major Hildeberto Vieira de Melo, então superintendente da Delegacia de Ordem Política e Social; o ministro Salgado Filho; e o já conhecido coronel Júlio Américo dos Reis<sup>158</sup>.

O fato é que Pessôa decidiu fazer valer mais uma vez sua rede de relações sociais e tomou a iniciativa de escrever uma carta pessoal para o ministro da Guerra, voluntariando-se para realizar o curso de paraquedista militar no exército norte-americano.

Exmo. Sr. Ministro Gaspar Dutra

Respeitosos cumprimentos:

O País inteiro acompanhou com vivo interesse a brilhante excursão de V. Exa. à América do Norte. Natural, entretanto, que, no seio dos comandados de V. Exa., esse interesse se tivesse revestido de um aspecto todo especial, principalmente entre os Oficiais devotados às suas carreiras e preocupados em que o Exército alcance as suas aspirações.

A restauração do Exército, presidida por V. Exa., deu a seus Oficiais uma certeza de que ingressamos numa fase de franco e extraordinário aperfeiçoamento.

Nos Estados Unidos, viu, V. Exa., os Centros onde se preparam as tropas especiais de paraquedistas e se adestram os Corpos da Infantaria do Ar, que tantas honras tem oferecido aos Exércitos em luta.

Pois bem, Senhor Ministro.

Como Oficial de Infantaria, que só não ingressou na Aviação Militar, como Cadete, por não haver vagas, apesar de ter sido considerado Apto em Inspeção de Saúde a que fui submetido; como piloto civil, possuindo um curso de planadores, feito na Alemanha, e curso de instrutor de pilotagem pelo Aero clube do Brasil, penso que, talvez, tenha chegado o momento de dar uma aplicação a essas aptidões correlatas

<sup>158</sup> *O paraquedismo no Brasil. Diário de Pernambuco*, 17 de janeiro de 1943, página 4.

que reuni, dedicando-me a um curso de paraquedistas, para cujo eficiente emprego, não se podem improvisar homens, como ao estudo da organização de Infantaria do Ar que tenhamos de possuir.

O honroso cargo de que me acho investido, numa função civil, onde entendeu V. Exa. que eram necessários os meus serviços, dá uma situação material e de realce, no Ministério da Educação, que me põe à vontade para aspirar a novos trabalhos de interesse para o Exército e para os quais tenho vivo entusiasmo.

Tudo isso vem coincidir com um convite que acabo de receber do Diretor da Aeronáutica Civil, Dr. Junqueira Aires, para organizar no Aeroclube do Brasil, um curso de paraquedistas e voo à vela, à semelhança do que deixei preparado no Aeroclube de Recife.

Mas, entendo, Sr. Ministro, que meu esforço nesse sentido, num momento de guerra, não pode ser visto sob o aspecto meramente esportivo.

Se me fosse possível inaugurar atividades dessa natureza, só o faria, na minha qualidade de Oficial, visando a trabalhar para o Exército.

Assim, pensei em submeter a V. Exa. o meu desejo de ir aos Estados Unidos para fazer um curso de especialização desses assuntos, para aplicá-los aqui, quando e como entendesse o Estado-Maior, oportuno.

A minha qualidade de Instrutor e Professor de Educação Física, dá-me atributos especiais para encarar essa questão sob o prisma de seleção e preparação necessários do elemento humano a ser utilizado nos Corpos de Paraquedistas, como V. Exa. bem o sabe. Pensei, também, que poderia fazer essa viagem com a dupla finalidade de estudar esse assunto militar e de verificar a organização dos serviços congêneres de Educação Física no seio universitário da América do Norte, para compará-lo com o que se faz na Escola que dirijo atualmente.

Mas, não dei passo algum nesse sentido, muito embora ainda sinta a necessidade palpitante de dar-se um cunho objetivo à Escola Nacional de Educação Física da nossa Universidade, porque entendo que o primeiro assunto, o do Exército, tem preferência de tratamento.

Essa matéria, se parecesse interessante, poderia ser resolvida por V. Exa. em concordância com o Sr. Ministro da Educação, que estou certo, não seria infenso a dar-se um passo à frente para o aprimoramento de um dos problemas de formação da juventude.

Pedindo desculpas pela extensão dessa carta, que espero merecer a honrosa acolhida de V. Exa., renovo-lhe os protestos de admiração e respeito<sup>159</sup>.

Essa transcrição foi publicada na monografia de 1993 de Octávio Costa, a partir do original que lhe foi fornecido pelo próprio Roberto de Pessôa. Mas, ressalvada a gratidão pela recuperação do registro, haveria ao menos um problema em depositar grande confiança em suas informações. Nessa versão, a missiva tem a data de 17 de junho de 1943, mas a viagem do ministro se daria somente dois meses depois. Logo, a referência à “brilhante excursão à América do Norte”, na qual Dutra teria visto “os centros onde se preparam as tropas especiais de paraquedistas e se adestram os corpos da infantaria do ar”, só poderia ter sido feita *após* agosto. Lobo Loureiro (2003) reproduz o cabeçalho com a mesma data, enquanto Azevedo e Silva (1995), Almeida (2002) e Machado (2016) contornam o problema afirmando apenas que o contato com Dutra se deu em 1943, sem precisar o mês. A versão

<sup>159</sup> Carta do capitão Roberto de Pessôa ao ministro da Guerra Gaspar Dutra. (17 de junho?) de 1943.

mais antiga da carta, constante do livro de memórias de Pessôa, é a fonte de que beberam todos esses autores, mas também aponta somente o ano de 1943 como referência, e desse modo a questão permanece inconclusa.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu propõe que, ao construir sua autobiografia, o indivíduo obedece à propensão de selecionar certos acontecimentos significativos para aplicá-los a si próprio, no quadro de uma intenção global que desejaria levar a cabo (Bourdieu, 2006: 184). O texto de Roberto de Pessôa materializa essas afirmativas. Conforme se descreve, o oficial reúne em si as qualidades que julga necessárias para convencer o interlocutor da conveniência do cumprimento de seu próprio desejo, a saber, seu histórico de interesse pregresso pela aviação militar, suas “habilidades correlatas” como piloto de aeronaves e seus “atributos especiais” como instrutor e professor de Educação Física. É como se apontasse previamente os atributos necessários para o paraquedista militar, e isso possuirá um efeito curiosamente prolongado na história futura da instituição. Mas ocorre que, por conta de sua situação na Escola Nacional de Educação Física, certas formalidades deveriam ser observadas. Seria necessário abrir mão, precocemente, da função de direção que recentemente ocupara, e que agora tornava os processos burocráticos ainda mais demorados em vista da necessidade de articulação entre diferentes ministérios e da autorização do próprio Vargas para liberá-lo do cargo civil.

O movimento lento da administração militar demoraria para produzir retorno, e para agilizá-la Pessôa apelou novamente para a intervenção do antigo protetor, Mascarenhas de Moraes, que retornara ao Rio de Janeiro para organizar a Força Expedicionária Brasileira. Beneficiado pelo acesso do general a Vargas, Pessôa o fez portador de seu preito, escrevendo também ao presidente:

Rio de Janeiro, 17-11-43.

Excelentíssimo Senhor Dr. Getúlio Vargas D.D. Presidente da República;

Embora compenetrado da importância da missão que me fora confiada pelo Governo da República, como Diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, cargo a que venho dando o mais cuidadoso e dedicado desempenho, peço licença para expor, hoje, a V. Excelência, um imperativo do Dever Militar.

Atendendo à situação do País em guerra, pus-me imediatamente à disposição do Senhor Ministro Gaspar Dutra e S. Exa. entendeu, agora, de destacar-me para, antes do mais, ir aos Estados Unidos fazer um Curso de Especialização de Paraquedismo, na Escola do *Fort Benning* e estudar a organização da Infantaria do Ar.

Envaideço-me dessa oportunidade e peço a aquiescência de V. Excelência.

Sempre esperei ter a honra de poder manifestar, pessoalmente, a Vossa Excelência os meus agradecimentos pela prova de confiança com que me distinguiu e bem assim para relatar o que pude fazer na Escola, visando a dar maior objetividade ao

magno problema que motivou a sua criação.

Com admiração e profundo respeito, reafirmo a Vossa Excelência a minha dedicação de Soldado<sup>160</sup>.

O tempo decorrido entre a carta dirigida a Dutra e essa segunda, endereçada a Vargas, torna-se incerto em virtude da dificuldade na determinação da primeira data. Um trecho do segundo parágrafo dá a entender que o oficial já estava autorizado a ir aos Estados Unidos, o que aumenta a confusão. Nos relatos futuros, a percepção de Pessôa será de uma morosidade excessiva, pois afirmaria que durante a espera teria um novo encontro com Mascarenhas de Moraes, no qual ambos estranhariam a demora da resposta. Nesse encontro, inclusive, o general ter-lhe-ia oferecido uma comissão junto à Força Expedicionária Brasileira, prometendo tratar com Dutra sobre sua dispensa da Escola Nacional de Educação Física a fim de seguir para a campanha na Itália. Mas, antes que concretizassem esse plano, tomariam conhecimento da manifestação do ministro da Guerra, que em dezembro encaminhou a seguinte solicitação para o presidente da República:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Uma das inovações no emprego da Tropa decorrente da presente guerra e de mais alto sucesso nas operações foi a criação da Infantaria do Ar: Tropas especialmente adestradas para o transporte aéreo e preparadas a fundo para se lançarem de surpresa dos aviões sobre certos e importantes objetivos, em proveito das operações em terra.

Nesse sentido ainda nada possuímos, não passando os exercícios de paraquedismo entre nós tentados de meras demonstrações de eficiência dos aparelhos na salvação das equipagens de aviões em caso de acidentes.

Objetivando a futura e indispensável organização da Infantaria do Ar em nosso Exército, julgo de toda a conveniência mandar estudar sua organização e seu funcionamento nos Estados Unidos, aproveitando-nos das facilidades que aquele País nos oferece.

Nesse sentido, tenho a honra de solicitar a aprovação de V. Exa. para comissionar nessa tarefa preliminar o capitão Roberto de Pessôa, presentemente à disposição do Ministério da Educação, no exercício das funções de Diretor da Escola Nacional de Educação Física.

Aproveito-me do ensejo para renovar a V. Exa. os protestos do seu mais profundo respeito.

(a) Gen Eurico Gaspar Dutra<sup>161</sup>

O processo finalmente havia caminhado. Em janeiro de 1944, Getúlio Vargas despacharia a liberação de Pessôa, e alguns dias depois Mascarenhas de Moraes telefonaria para o capitão, informando-lhe que havia comparecido ao Estado-Maior do Exército e lá tomado conhecimento de um expediente do ministro da Guerra que o indicava *nominalmente* para o curso da escola de paraquedistas na Geórgia.

<sup>160</sup> Carta do capitão Roberto de Pessôa ao presidente da República Getúlio Vargas, de 17 de novembro de 1943.

<sup>161</sup> *Ministério da Guerra*. Ofício nº 111-37/Secreto, de 29 de dezembro de 1943.

É preciso realizar uma breve digressão sobre a palavra grifada nesse último parágrafo: *nominalmente*. Não há meios de precisar se o termo foi realmente utilizado por Mascarenhas de Moraes, se foi inserido posteriormente na memória de Pessôa a partir de sua reinterpretação do passado, ou, ainda, se foi um recurso de linguagem utilizado para salientar a invulgar posição que o oficial julgava ocupar entre seus pares. O que se pode afirmar é que a expressão tem um valor peculiar na cultura militar. *Nominal* é a missão atribuída a um indivíduo específico, seja por uma exigência legal, seja pelas habilidades exclusivas reunidas pelo militar para cumpri-la. Isso quer dizer que o ministro da Guerra não estava autorizando apenas que *alguém* fosse encaminhado para *Fort Benning*; antes, afirmava que o capitão Roberto de Pessôa, com todos os seus “atributos especiais”, era o homem mais capaz para realizar com sucesso o *airborne course*, e deveria ser enviado aos Estados Unidos especialmente com essa finalidade.

Além disso, a atribuição *nominal* da missão resguarda o militar da interferência dos escalões intermediários, que poderiam desviar certas comissões mais cobiçadas, favorecendo seus próprios apadrinhados, e isso também revela que poderiam existir outros militares interessados na missão, cada qual talvez reunindo seus próprios atributos e disputando a oportunidade, caso, ao invés de uma indicação *nominal*, houvesse a determinação de uma *seleção* de voluntários.

Enfim, mesmo garantido pelo expediente *nominal*, Pessôa ainda precisaria aguardar por mais seis meses os últimos acertos da missão, que se estenderiam até 29 de julho de 1944, quando seria concedida sua exoneração do cargo na Escola Nacional de Educação Física. Finalmente, no início de agosto, o oficial embarcou em uma aeronave C-47 *Douglas*, do exército norte-americano, com destino aos Estados Unidos. Um último contratempo o atrasou: uma infecção intestinal, contraída durante uma escala em Belém, levou-o diretamente para um hospital militar em Miami, onde permaneceu em tratamento por 28 dias. Assim, somente no final de agosto de 1944 o capitão chegaria a *Fort Benning*, e o diário de sua estadia em território norte-americano nos permite conhecer os pormenores das atividades que eram realizadas pelos candidatos ao *brevet*.

O *airborne basic course* era um exemplo do poder de organização militar norte-americano. Tinha um funcionamento contínuo, e a cada sábado ingressava uma nova turma formada por cerca de 2.000 voluntários. Sua duração era de quatro períodos, com uma semana cada, em um regime diário de seis horas de trabalho, divididas em sessões de cinquenta minutos de atividades por dez minutos de intervalo. Invariavelmente, as tarefas se iniciavam com uma longa corrida, e em seguida eram realizadas sessões de ultrapassagem de obstáculos



de cordas, ginástica com toras de madeira ou outros aparelhos rústicos, exercícios de quedas e rolamentos no solo, ginástica calistênica e treinamento de lutas.

No segundo período, permaneciam as corridas diárias, sendo introduzidas noções técnicas do salto da aeronave e da chegada do paraquedista ao solo, denominada *aterragem*. Para isso, eram utilizadas estruturas de madeira, simulando as dimensões dos aviões, além de plataformas de diversas alturas, balanços para treinamento de aterragem e equipamentos nos quais o candidato ficava suspenso para praticar os procedimentos de emergência. Durante as tardes e as noites, completava-se a instrução com o aprendizado da dobragem e da manutenção dos paraquedas, além da preparação de cargas para lançamento.

**Figura 16 – “Grandes torres”.**

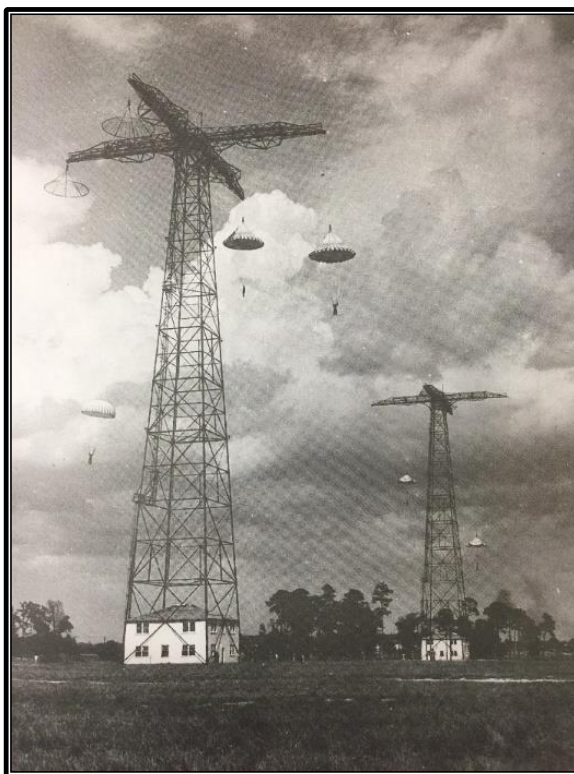


Figura 16 – “Grandes torres”. Nas “*big towers*”, o aluno, equipado com um paraquedas, é içado à grande altura e liberado, experimentando assim a dirigibilidade do velame e o choque com o solo. Fonte: <[https://www.reddit.com/r/pics/comments/75pryb/1941\\_fort\\_benning\\_parachute\\_tower/](https://www.reddit.com/r/pics/comments/75pryb/1941_fort_benning_parachute_tower/)>.

A intensidade dos exercícios físicos aumentava no terceiro período, e o aluno agora também se adestrava em grandes torres, nas quais, equipado com um paraquedas, era içado à grande altura e liberado, experimentando assim a dirigibilidade do velame e o choque com o solo. Em outro treinamento, eram postas em funcionamento aeronaves sem asas, cujas hélices produziam uma intensa ventania e na frente das quais os alunos, equipados com um

paraquedas aberto, deveriam ensaiar a técnica de controle do arrastamento em caso de rajadas de vento durante a aterragem.

Finalmente, a quarta semana era destinada aos saltos de paraquedas, sendo quatro com a luz do dia e um durante a noite. O primeiro deles era realizado a partir de uma aeronave isolada, com um intervalo moderado no tempo de saída entre os saltadores; o segundo era executado em cadência maior; o terceiro e o quarto com as aeronaves voando em formação, ao ritmo de lançamento de doze paraquedistas em oito segundos. No quinto salto, executado à noite, os militares estariam armados e equipados, constituindo frações enquadradas em uma situação tática fictícia, na qual eram exigidas a rapidez na reorganização e a eficiência no cumprimento de uma pequena missão.

**Figura 17 – “Pequenas torres”.**

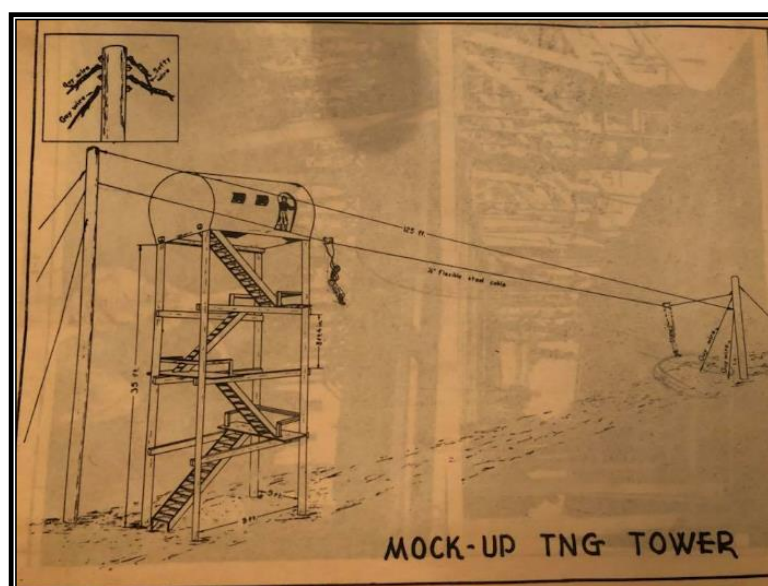


Figura 17 – “Pequenas torres”. O aparelho constitui um dos principais meios para o treinamento do paraquedismo. Fonte: <<https://www.facebook.com/>>.

Todas as tarefas tinham por objetivo colocar os candidatos à prova. Durante o curso, qualquer desatenção ou conduta incorreta por parte dos estagiários eram sancionadas com exigências físicas adicionais, que se alternavam entre flexões de braços e exercícios de pernas, vulgarmente denominados “cangurus”. A disciplina, a pontualidade e a boa apresentação dos uniformes eram exigidas com rigor. Concluídas todas as etapas, os estagiários eram diplomados, sendo os norte-americanos designados para compor o 501º Regimento de Infantaria Paraquedista.

Concluído o treinamento básico, Pessoa procurou o tenente-coronel Seroa da Motta, representante brasileiro na *Joint Brasil United States Defense Commission*, e pediu sua

intervenção junto ao general Leitão de Carvalho, adido militar do Brasil em Washington, no sentido de reformular a programação da viagem. Como resultado, obteve permissão para realizar em *Fort Benning* os cursos de *jump master*, *demolition* e *advanced training*. Ainda nos Estados Unidos, o oficial também se qualificou como piloto de planadores no Centro de Transporte Aéreo do Exército em *Camp Mackall*, na Carolina do Norte, completando seis meses em treinamento nas escolas militares americanas antes de regressar ao Rio de Janeiro.

Em 4 de abril de 1945, o *Correio da Manhã* noticiava que Pessôa havia completado os “treinamentos básico e adiantado em técnicas paraquedistas”, e, em agosto de 1945, o jornal *O Globo* publicava, sob a epígrafe *O Brasil terá também seus corpos de paraquedistas*, a seguinte notícia:

Será fundado no Rio, um centro semelhante aos mais famosos do mundo – as primeiras providências do Ministério da Guerra – aberto o voluntariado – a Aeronáutica vai dar parecer. O paraquedismo no Exército, ao que estamos seguramente informados, vai tornar-se realidade, devendo, dentro em breve, ser criada a respectiva escola nos moldes do *Fort Benning*, dos Estados Unidos, e de outros estabelecimentos mundialmente conhecidos. Para isso, o Ministério da Guerra já está realizando o trabalho preparatório de abertura do voluntariado dos corpos de tropa a fim de que, uma vez estabelecida em lei, a fundação do estabelecimento referido, esteja já composto o seu corpo de alunos. Já se cogita também da seleção dos futuros instrutores que irão adquirir os conhecimentos necessários naquele instituto militar de ensino norte-americano. Ao mesmo tempo, o respectivo titular já submeteu o anteprojeto de criação da escola à consideração do Ministério da Aeronáutica, que deverá apresentar sugestões e o seu parecer. O precursor da ideia, entre nós, é o capitão Roberto de Pessôa, ex-diretor da Escola Nacional de Educação Física que vem de fazer o curso de paraquedismo no referido forte.

Ocorre que Pessôa havia sido autorizado pelo ministro da Guerra a iniciar uma série de palestras, nas quais teria a oportunidade de relatar suas experiências, visando à reunião de candidatos. Nos meses seguintes ele percorreu a Escola Militar de Resende, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o Estado-Maior da Aeronáutica, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e as sedes das 1ª, 2ª, 3ª e 7ª Região Militar, além de se apresentar no Aero clube do Brasil e no Iate Clube do Rio de Janeiro. Em meados do ano, após toda essa propaganda, seria ativado o *Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas*, que sob sua supervisão selecionaria novas turmas de voluntários para frequentar o *Basic Airborne Course*.

Inicialmente, a seleção foi realizada no âmbito de cada Região Militar. Aos sargentos voluntários seria exigido que já possuíssem os cursos da Escola de Sargentos das Armas e de comandante de pelotão, além de aptidão em exames médicos, físicos e psicotécnicos comuns a todos os candidatos. 187 militares foram pré-selecionados e se apresentaram na Escola de Educação Física do Exército, onde passaram por novos testes

físicos e exames médicos. Entre as provas a que foram submetidos, estavam incluídas flexões de braço em uma barra fixa, lançamento de granadas, corridas de cem e duzentos metros, corridas de cinco e dez quilômetros com fardamento completo e equipamento de combate, subida em uma corda, travessia de uma viga suspensa a quatro metros e meio de altura, exercícios de ginástica acrobática e luta-livre, transposição de pistas de obstáculos e salto sobre aparelhos.

Ao final de um período de quase dois meses de provas e treinamentos, os candidatos estavam reduzidos a 34, entre os quais se encontravam 25 oficiais e nove sargentos. Os voluntários aguardaram até 17 de novembro de 1945, quando foi expedida a autorização de embarque da primeira turma, composta por dezenove estagiários, para *Fort Benning*. Três dias depois, em 20 de novembro, os militares partiriam para os Estados Unidos, retornando após a conclusão do treinamento de paraquedismo, em 20 de dezembro de 1945.

É preciso abrir aqui um pequeno desvio no curso da narrativa para que sejam tecidas algumas observações sobre a memória institucional dessa viagem. Em 1995, por ocasião da passagem dos cinquenta anos da ida do primeiro grupo a *Fort Benning*, surgiu na Brigada de Infantaria Paraquedista um movimento de resgate da história da instituição, sendo então realizada uma série de homenagens dirigidas aos militares que integraram aquela delegação. Um marco de pedra foi inaugurado em frente ao quartel-general, onde foram afixadas placas de bronze gravadas com os nomes daqueles primeiros voluntários, que passaram a receber o tratamento de “pioneiros”, além de permanentes deferências e destaques por ocasião das comemorações e solenidades militares. Dez anos depois, em dezembro de 2005, essas ações foram expandidas com a inauguração de novas instalações para o “Museu Aeroterrestre”, que passou a exibir objetos pessoais, fotos e imagens das atividades desenvolvidas pelos “pioneiros” e por outros personagens ligados ao desenvolvimento do paraquedismo militar ao longo do tempo.

Quem foram os pioneiros? O grupo que viajou aos Estados Unidos entre 1945 e 1948 era composto por 49 militares, dois dos quais, integrantes da primeira turma<sup>162</sup>, foram dispensados já em *Fort Benning*, por terem se incompatibilizado com Pessoa (o oficial esteve na iminência de ser submetido a uma sindicância, por ter tomado a iniciativa de rejeitar os estagiários sem consultar os órgãos superiores). Entre os 47 voluntários restantes, encontravam-se 28 oficiais e dezenove praças, cobrindo todos os postos e graduações entre terceiro-sargento e capitão, exceto a de subtenente.

---

<sup>162</sup> Tratavam-se do capitão Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá e do primeiro-tenente médico Emanuel Rodrigues Bruno.

Esses militares, como visto, foram recrutados em diversas regiões do país, e possivelmente suas motivações também teriam origens distintas. Alguns poderiam ser realmente entusiastas da atividade proposta, mas não se pode descartar outros fatores. Ainda não estava definida, como ocorreria mais tarde, uma gratificação monetária própria para a atividade de paraquedismo, mas os oficiais enviados para frequentar estágios nos Estados Unidos tinham um ordenado mensal acrescido de três vezes seus vencimentos no posto<sup>163</sup>, um benefício material considerável, além da perspectiva de movimentação para a nova escola, o que gerava certa vantagem pecuniária. Casemiro Scepaniuk, um terceiro-sargento que recebeu o convite para compor a última turma que seguiu para os Estados Unidos, já em 1948, depôs<sup>164</sup> que aceitou a proposta para participar da seleção em virtude do temor de ser dispensado do serviço do Exército, que na época vinha liberando o excesso de contingente, desnecessário no pós-guerra. Por fim, a expectativa de uma viagem ao exterior patrocinada pela instituição, ainda nos tempos atuais é vista como um privilégio, uma oportunidade de afastamento da modorrenta rotina de burocracia, cerimônias e exercícios que marcam o dia a dia dos quartéis.

Ainda em relação aos pioneiros, cabe ser ressaltado um aspecto interessante da valorização do passado, peculiar à instituição, que foi o estabelecimento de uma numeração que ordena cada um dos militares que concluíram o curso básico paraquedista, desde 1944 até os dias atuais. Roberto de Pessôa recebeu o número “01”, e sucessivamente foi sendo aplicada tal ordenação em uma sequência cronológica de conclusão do curso de paraquedismo, independentemente da precedência hierárquica. Essa ordem concede certo *status*, com um valor simbólico crescente, no sentido inverso ao valor numérico, ou seja: quanto *menor* o *número de paraquedista*, maior o *status* reconhecido pelos demais, encontrando-se no ápice os “pioneiros”, que possuem os números de “01” até “48”.

Mas a respeito desse culto aos “pioneiros” há um fato curioso. O oficial do Exército Octávio Alves Velho servia como professor de Língua Portuguesa na Academia Militar de *West Point* entre 1948 e 1951<sup>165</sup>, e durante suas férias, no verão de 1949, deslocou-se até *Fort Benning* para realizar o curso de paraquedismo (Castro, 2015: 108), mesmo sem passar pelo crivo de Roberto de Pessôa, nem se submeter a seus critérios de seleção. No retorno ao Brasil, foi classificado na Escola de Paraquedistas e lá submetido à chamada

---

<sup>163</sup> Ofício nº 3-2 (RESERVADO) do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, de 26 de janeiro de 1944.

<sup>164</sup> Conforme depoimento prestado em 2011 ao jornalista Lino Tavares, relatado em *Uma lenda viva do paraquedismo militar*, disponível em <<http://gibanet.com/2011/10/29/uma-lenda-viva-do-paraquedismo-militar/>>. Acesso em 29 de setembro de 2017.

<sup>165</sup> Diário Oficial da União, 19 de junho de 1948, seção 1, página 13.

“revalidação” – uma espécie de revisão do curso em território nacional, exigida para os militares que haviam obtido o *brevet* no estrangeiro. Como a “numeração oficial” só foi estabelecida décadas depois, quando a memória do seu feito já havia se perdido, Octávio Velho recebeu o número de ordem 768, ficando posicionado, juntamente com alguns poucos oficiais, no quarto curso realizado por soldados no ano de 1952. Tornou-se, dessa forma, um “pioneiro esquecido”, ao qual não foram prestadas as homenagens concedidas aos militares selecionados por Pessôa.

**Quadro 2 - Os “pioneiros”.**

Nome	Grau hierárquico
Adhemar Machado Ribeiro	primeiro-tenente
Alberto Andres	segundo-sargento
Alírio Granja	segundo-tenente
Armando Renan D`Avila Duarte	primeiro-tenente
Celso Nathan Guaraná de Barros	segundo-tenente
Darcy Tavares de Carvalho Lima	capitão
Décio Teixeira Borges	segundo-sargento
Demócrito Soares de Oliveira	capitão
Edegar Marques	segundo-sargento
Edy Miró Mendes de Moraes	capitão
Fernando Retumba Carneiro Monteiro	primeiro-tenente
Gastão Mayer de Oliveira	segundo-sargento
Gladstone Maia	primeiro-tenente
Hortilho de Oliveira Chueire	primeiro-sargento
José Roberto Monteiro Wanderley	segundo-tenente
José de Escobar Beviláqua	segundo-tenente
Octávio Magdalena Lobianco	segundo-tenente
Paulo Aury Bollick Angelo	segundo-tenente
Waldo Russo	primeiro-tenente

Quadro 2 – Os “pioneiros”. Relação dos “pioneiros”, o primeiro grupo de militares selecionados por Roberto de Pessôa e enviado pelo Brasil aos Estados Unidos para frequentarem o *Airborne Course*, concluído em 20 de dezembro de 1945 em *Fort Benning*. Fonte: *Almanaque do Paraquedista*.

Retomando então o curso da narrativa: como derradeira missão na América do Norte, Pessôa foi designado para estagiar junto à Comissão de Compras do Exército Brasileiro em Washington, onde deveria fazer um levantamento detalhado de todo o material necessário ao funcionamento da futura Escola de Paraquedistas no Brasil. Desempenharia essa tarefa enquanto os demais brasileiros frequentavam o estágio de paraquedismo, de modo que, no final de dezembro, todos retornariam em conjunto ao país. Esse retorno foi imediatamente sucedido pela expedição do Decreto-Lei 8.444, de 26 de dezembro de 1945, que criava no Ministério da Guerra a *Escola de Paraquedistas*, destinada à formação da tropa dessa especialidade.

## DECRETO-LEI Nº 8.444, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

*Cria no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas e dá outras providências.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1º Fica criado no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas (E. Pqdt.), destinada à formação da Tropa dessa especialidade.

Parágrafo único. O Comando da Escola de Paraquedistas caberá a um Oficial Superior com o Curso de Estado Maior, de preferência especializado.

Art. 2º Integrarão a Escola de Paraquedistas, além dos órgãos de administração constituídos por duas Companhias de Tropa da Escola, um Corpo de Alunos constituídos por duas Companhias de Infantaria, uma Bateria de Artilharia, uma Seção de Engenharia e uma Companhia de Especialistas com Pelotões de Transmissões, Destruições e Conservadores-Artífices.

Art. 3º O Ministério da Aeronáutica atenderá às necessidades em transporte aéreo da Escola de Paraquedistas, segundo seus programas de instrução e ensino.

Parágrafo único. A Unidade Aérea destinada a esse fim deverá ser suprida em pessoal e material, pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 4º Os Ministérios da Guerra e da Aeronáutica baixarão, conjuntamente, normas e instruções que regulem o funcionamento coordenado dos órgãos permanentes, destinados ao adestramento do Corpo de Alunos da Escola e da Tropa que a integra.

Art. 5º O Ministério da Guerra baixará instruções para a instalação progressiva da Escola de Paraquedistas, sua organização e funcionamento, bem assim determinará sobre o regime especial da Tropa Paraquedista, vantagens a lhe serem abonadas, uniformes e distintivos adequados.

Art. 6º Fica o Ministério da Guerra autorizado, desde já, a instalar um Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas, que servirá de base à organização da Escola prevista neste Decreto-Lei.

Parágrafo único. Para a instalação do Núcleo previsto neste artigo o Governo abrirá os créditos necessários.

Art. 7º Ficam os Ministérios da Aeronáutica e da Guerra autorizados a planejar e propor a criação de uma Escola de Pilotos de Planadores e outros Órgãos necessários ao desenvolvimento progressivo das Tropas Aeroterrestres, em geral.

Art. 8º O presente Decreto-Lei, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

JOSÉ LINHARES.

CANROBERT PEREIRA DA COSTA.

ARMANDO F. TROMPOWSKY.

O decreto previa uma escola integrada por órgãos de administração, duas companhias de tropa, um corpo de alunos constituído por duas companhias de infantaria, uma bateria de artilharia, uma seção de engenharia e uma companhia de especialistas, com pelotões de transmissões, destruições e conservadores-artífices. Os Ministérios da Aeronáutica e da Guerra também foram autorizados a se articularem para planejar e propor a criação de uma escola de pilotos de planadores, mas isso nunca chegou a ser concretizado.

A *Escola de Paraquedistas* foi instalada na Vila Militar do então Distrito Federal. Suas primeiras estruturas, incluindo a “área de estágios” (área dotada de equipamentos próprios para o treinamento de paraquedismo), foram construídas no local onde ainda hoje se encontram: as terras da antiga fazenda Sapopemba, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, em uma localização convenientemente próxima da Base Aérea dos Afonsos, que supriria sua necessidade de apoio aéreo.

Ao extenso e detalhado relatório que elaborou no retorno dos Estados Unidos da América, Roberto de Pessôa anexou um “Anteprojeto do Decreto-Lei de Criação da Escola de Paraquedistas” de sua própria autoria, cujo texto, praticamente sem alterações, foi aquele assinado em 26 de dezembro de 1945 e publicado no Diário Oficial da União dois dias depois. Entretanto, para seu dissabor, a única alteração acrescida à sua proposta seria justamente a que viria a contrariar seu intento de se tornar o primeiro comandante da tropa de paraquedistas brasileiros. Na redação de Pessôa, o artigo primeiro do decreto previa que seria “criada, no Ministério da Guerra, a Escola de Paraquedistas, destinada à formação da tropa dessa especialidade”. Mas um parágrafo único foi introduzido no artigo, acrescentando que o comando da Escola de Paraquedistas caberia a um *oficial superior* com o curso de estado-maior, *de preferência especializado*. Na prática, a expressão grifada trazia embutida a determinação de que o curso de paraquedismo não seria condição obrigatória para a função de comandante da unidade, mas sim o curso de estado-maior, que Pessôa não possuía. De passagem, observe-se que nenhum dos selecionados por Pessôa para a viagem a *Fort Benning* era hierarquicamente superior a ele, o que lhe garantiria o comando da tropa caso sua proposta não houvesse sofrido alterações. Mas o acréscimo excluía a sua possibilidade de assumir aquele cargo, e a tarefa coube ao coronel Nestor Penha Brasil, oficial que recentemente havia retornado da campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália. O inconformismo de Pessôa com a preterição foi causa de rugas pessoais entre os dois oficiais, e, após poucos meses de um convívio tumultuado, ele foi afastado da Escola de Paraquedistas, para onde retornaria apenas em 1957, após a partida de Penha Brasil. Nesse segundo período, exerceria o comando do Regimento Santos Dumont, participando inclusive de exercícios militares na zona do Canal do Panamá junto ao exército norte-americano<sup>166</sup>. Promovido ao posto de coronel em 28 de dezembro de 1959, passou à inatividade em 1966, sendo simultaneamente promovido ao posto de general de brigada da reserva<sup>167</sup>.

---

<sup>166</sup> *Representação da nossa tropa paraquedista nas grandes manobras do Panamá vista pelo ministro Denys. Correio da Manhã*, 3 de março de 1960, página 14.

<sup>167</sup> *Reserva. Correio da Manhã*, 21 de outubro de 1966, página 2.



A frustração pelo preterimento no comando da Escola de Paraquedistas parece ter acompanhado Pessôa por toda a vida. Em 1992, quase meio século após o episódio, ele foi convidado a transmitir uma mensagem aos leitores de uma publicação militar portuguesa, e se referiu às dificuldades enfrentadas para a implantação do paraquedismo militar no Brasil, atribuindo-as às “limitações, agravadas pela falta de mentalidade reinante e ausência de um estado-maior devidamente qualificado”, além do “amolecimento do pós-guerra, período desprimoroso”, que precisou ser enfrentado pela “vontade férrea dos pioneiros já qualificados”<sup>168</sup>. O discurso, interpretado à luz dos fatos, de certo modo parece voltado a atingir Penha Brasil e sua experiência como combatente, uma vez que pertenceria ao “estado-maior desqualificado e amolecido” no pós-guerra, e valorizar, simultaneamente, a experiência no exterior de Pessôa e dos voluntários por ele selecionados.

### 3.4 NESTOR PENHA BRASIL

Diversamente do que Pessôa propagava, Nestor Penha Brasil possuía experiência e qualificação como militar e combatente, que ademais não se resumiam à campanha na Itália. Mas, no imaginário coletivo da tropa paraquedista, a biografia do primeiro comandante permaneceu, por muitos anos, inexpressiva e bem menos colorida do que a de seu desafeto. Esse talvez seja o efeito de uma série de condições na construção da narrativa da vida do general, devidas particularmente à sua morte relativamente precoce e ao fato de não ter gerado uma “linhagem” que perpetuasse e defendesse sua memória no interior do Exército<sup>169</sup>. Até mesmo o tributo póstumo prestado pela concessão de seu nome ao Centro de Instrução, que a partir de 1965<sup>170</sup> passaria a ser denominado *Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil*, teria sido visto com ressalvas por alguns integrantes da unidade, que defendiam a ideia que a homenagem deveria ser prestada a Roberto de Pessôa.

Nascido no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 13 de maio de 1900, Nestor Penha Brasil ingressou na Escola Militar do Realengo em fevereiro de 1917, de onde saiu aspirante a oficial da arma de artilharia, em dezembro de 1919. Em fevereiro do ano

<sup>168</sup> *Paraquedismo militar no Brasil. Boina Verde – Revista de informação do corpo de tropas paraquedistas*, nº 163, out/dez 1992, página 21.

<sup>169</sup> Ao falecer, em 21 de maio de 1964, Penha Brasil deixaria no Exército apenas um sobrinho, o tenente-coronel Celestino Alves Bastos Netto, ao passo que a memória de Roberto de Pessôa encontraria ativos defensores nos filhos Pedro Aurélio de Pessôa e Antônio Carlos de Pessôa, ambos oficiais do Exército e paraquedistas militares. Além deles, Roberto de Pessôa Neto, da terceira geração de oficiais paraquedistas da família, também seguiria os passos do avô na carreira militar.

<sup>170</sup> Aviso do ministro da Guerra nº 144-RP, de 30 de maio de 1967, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 1967, página 13, seção 1.

seguinte foi servir no 1º Grupo de Artilharia a Cavalos, sediado em Itaqui, no Rio Grande do Sul, e ainda em abril de 1920 foi promovido ao posto de segundo-tenente. Em março de 1921, foi transferido para o 4º Regimento de Artilharia Montada, localizado em Itu, no estado de São Paulo, e em maio seguinte recebeu a patente de primeiro-tenente. Permaneceu na guarnição de Itu até janeiro de 1922 e, entre junho do ano seguinte e março de 1925, serviu na Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Após realizar o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, entre março e dezembro de 1925, Penha Brasil foi designado para participar das operações de repressão à Coluna Prestes, passando assim os três primeiros meses de 1926 no nordeste do país. Retornando ao Rio de Janeiro, iniciou o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e, em outubro do ano seguinte, foi promovido a capitão. Concluiu o curso em novembro de 1928 e, em janeiro seguinte, foi designado professor-estagiário e auxiliar de ensino daquela mesma escola.

Posicionando-se contra a Revolução de 1930, que resultou na deposição de Washington Luís e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder, Penha Brasil deixou a Escola de Estado-Maior em abril de 1932, e em julho daquele ano desertou do Exército para participar da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Com a derrota dos paulistas, em outubro de 1932, foi punido pelas autoridades militares, sofrendo reforma em agosto do ano seguinte. Mas, beneficiado pela anistia concedida por Vargas, retornaria ao serviço ativo em janeiro de 1934, sendo então designado para servir no quartel-general da 4ª Divisão de Infantaria, sediado na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, onde permaneceria até o mês de setembro. Movimentado para Porto Alegre, exerceria na capital gaúcha a função de adjunto do estado-maior da Inspeção do 2º Grupo de Regiões Militares e a chefia da 4ª Divisão do Departamento Militar.

Retornou ao Rio de Janeiro no ano seguinte, vivenciando um primeiro contato com a aviação militar no Campo dos Afonsos, onde exerceu o cargo de instrutor de artilharia antiaérea na Escola de Aviação Militar. Chegou a chefiar uma esquadrilha durante uma viagem de inspeção para Vitória, no Espírito Santo, mas o convívio com a aeronáutica foi breve, já que em julho de 1935 seria nomeado oficial de gabinete do ministro da Guerra. Em setembro do mesmo ano foi promovido a major e, no mês seguinte, seguiu para Paris, onde cursou, juntamente com o então capitão Humberto de Alencar Castello Branco, a Escola Superior de Guerra daquele país durante dois anos<sup>171</sup>.

---

<sup>171</sup> Ambos também alcançariam simultaneamente, em 25 de julho de 1962, o posto de general de exército, que em tempos de paz é o mais alto grau hierárquico da Força Terrestre.

Regressando ao Brasil em novembro de 1938, Penha Brasil voltaria a integrar os quadros da Escola de Estado-Maior em dezembro de 1939, na função de instrutor do curso de artilharia. Durante os anos seguintes, exerceria diversos cargos naquela escola: instrutor-chefe de tática geral e estado-maior; subdiretor de ensino; e instrutor-chefe do segundo ano. Promovido ao posto de tenente-coronel em dezembro de 1941, foi transferido para a guarnição de Pernambuco, onde comandou a unidade denominada de 7ª Formação de Intendência Regional, sediada em Olinda, entre dezembro de 1942 e junho de 1943. Embora não se encontre menção em suas biografias, é bastante provável que nessa função tenha mantido algum tipo de contato com Roberto de Pessôa, que também se encontrava na mesma guarnição naquele período.

Com a definição da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e a consequente constituição da Força Expedicionária Brasileira, em agosto de 1943, Penha Brasil foi designado para integrar o 3º Grupo de Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Durante a fase de estruturação da unidade, a exemplo de vários oficiais brasileiros, foi enviado novamente ao exterior – dessa feita aos Estados Unidos, para participar de cursos em bases militares norte-americanas, retornando ao Brasil no final de outubro do mesmo ano.

Entre janeiro e junho de 1944, Penha Brasil exerceu a função de chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da Artilharia Divisionária da Força Expedicionária Brasileira. Em julho seguinte assumiu a chefia do estado-maior da unidade, embarcando em 22 de setembro para a Itália, junto ao 2º escalão, comandado pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias. Em novembro de 1944, já no teatro de operações, voltou a chefiar a 3ª Seção do Estado-Maior, função que desempenhou até abril de 1945. Neste último mês, foi designado subchefe do estado-maior, cargo que exerceu até seu retorno ao Brasil, em junho de 1945. Nesse mesmo ano foi promovido a coronel, e entre setembro e novembro esteve novamente na Europa, a convite do governo norte-americano.

Em 27 de janeiro de 1946, o oficial foi nomeado comandante do Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas do Exército, mas somente em janeiro de 1949 realizaria o curso de paraquedismo<sup>172</sup>, habilitando-se também, em março de 1950, como mestre de saltos<sup>173</sup>. Em agosto de 1952, foi promovido a general de brigada, permanecendo à frente da tropa paraquedista, então transformada em *Núcleo da Divisão Aeroterrestre*, até fevereiro de 1955, quando iniciaria o curso da Escola Superior de Guerra. Por fim, entre 24 de

---

<sup>172</sup> *Ministério da Guerra*. Boletim Reservado do Exército nº 3, de 25 de março de 1949, página 153.

<sup>173</sup> *Ministério da Guerra*. Boletim Reservado do Exército nº 4, de 25 de abril de 1950, página 122.

janeiro de 1963, até a data de seu falecimento, exerceria a função de presidente da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos<sup>174</sup>.

Penha Brasil revelava-se “orgulhoso de haver sido o criador e organizador do primeiro escalão de paraquedistas do Exército”<sup>175</sup>. Seus quase nove anos à frente da Escola de Paraquedistas e do Núcleo da Divisão Aeroterrestre tornaram seu comando o mais longo da história da tropa, superando em muito a média de dois anos de duração que caracteriza esse tipo de comissão. Falecido no Rio de Janeiro no dia 21 de maio de 1964, foi promovido *post mortem* ao posto de marechal, e como homenagem póstuma seu nome foi agregado à organização militar originada na Escola de Paraquedistas.

### 3.5 OS PRIMEIROS ANOS DA ESCOLA DE PARAQUEDISTAS

Um mês após a publicação do decreto-lei que criou a Escola de Paraquedistas, o coronel Nestor Penha Brasil foi indicado – nominalmente – como seu primeiro comandante, frustrando as intenções do capitão Roberto de Pessôa, que almejava a posição. Pessôa não permaneceria por muito tempo na escola, já que em março voltaria aos Estados Unidos para assessorar a comissão de compras do Exército em Washington na aquisição de material para a prática de paraquedismo. Retornando ao Brasil em junho, afastaria-se novamente dois meses depois, para cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Reapareceria no início de 1947, mas em julho seria exonerado após um “encontro às portas fechadas” com Penha Brasil – um eufemismo para designar uma alteração mais calorosa travada com o comandante do núcleo, ferindo a disciplina e selando seu afastamento da unidade.

Não foi possível determinar a natureza das discussões que levaram Penha Brasil ao comando da Escola de Paraquedistas, ou como a comissão surgiu em sua trajetória profissional. Também não foi encontrada uma memória documentada a respeito do assunto, nem material a respeito das opiniões e pontos de vista pessoais do general anteriores a sua designação para o comando da tropa aeroterrestre. Essa lacuna, como já foi apontado, provavelmente é um dos efeitos da construção da memória daqueles primeiros tempos, que fez do capitão Roberto de Pessôa o grande personagem da saga institucional, embora a duras penas se sustente a já tão prolongada versão de sua responsabilidade isolada pela “ideia, concepção e criação do paraquedismo militar no Brasil”, conforme desejam seus biógrafos.

---

<sup>174</sup> *Estado-Maior das Forças Armadas. Resumo histórico da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos*, página 5.

<sup>175</sup> *Forças Armadas coesas não tem divergência ideológica. Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1961, página 14.

Mas foi ele quem no imaginário coletivo se encaixou no papel do herói que, como explica Bertolli Filho (2005), faz a história avançar, define o destino do grupo e (como será visto posteriormente) sai triunfante da empreitada. Coube-lhe, assim, forjar, ou ao menos autorizar, a versão apropriada do nascimento da instituição.

Líderes e fundadores possuem grande importância na moldagem dos padrões culturais, das crenças e dos valores que prevalecerão em uma organização (Schein, 1983). Os primeiros líderes, particularmente, são responsáveis pelo desenvolvimento de soluções para os problemas iniciais enfrentados pela instituição, processo no qual acabam transmitindo aos demais membros seus pontos de vista particulares a respeito da realidade e do papel que a organização deve desempenhar no mundo (idem). Mesmo colocando à parte os aspectos míticos ou fantasiosos, é indubitável que na história dos primeiros anos da Brigada de Infantaria Paraquedista, as figuras dos “líderes” e “fundadores” estão materializadas nos personagens Roberto de Pessôa e Nestor Penha Brasil. Mas, além deles, também se encontram outros heróis “menores”, representados pelos “pioneiros” – os integrantes das seis turmas que entre 1945 e 1948 foram enviadas para a Geórgia e que atuaram como instrutores dos primeiros cursos de paraquedismo. Apresentados como coadjuvantes no desenvolvimento de soluções para os desafios iniciais encarados pela instituição, os “pioneiros” também encontrariam seus lugares nos discursos que se reportam aos primeiros tempos da brigada.

É habitual que a história de uma instituição seja exaltada através da lembrança dos esforços para superação dos períodos de crise ou de risco, e o enredo da criação da Escola de Paraquedistas não foge à regra: de fato, as narrativas dos episódios críticos permeiam o cotidiano da tropa, suas rotinas e seus cerimoniais. Uma das melhores ilustrações dessa afirmativa seria a formatura do “jubileu”, que ocorre anualmente no mês de dezembro, celebrando a data de assinatura do decreto que criou a unidade<sup>176</sup>. Nessa ocasião, a tropa formada e milhares de convidados, entre os quais militares das Forças Armadas e Auxiliares, antigos integrantes da brigada e seus familiares participam de uma festividade na qual, entre outras atividades, ouve-se a leitura de um alusivo que relata as dificuldades experimentadas pelos pioneiros, renovando a admiração e o culto pela saga iniciada há quase oito décadas.

Alguns elementos são perenes nessa narrativa. A perseverança e a audácia de Roberto de Pessôa e dos pioneiros, cujas biografias são cerimoniosamente lembradas; a construção e a ocupação dos primeiros quartéis; as primeiras atividades aeroterrestres; a

---

<sup>176</sup> Como já foi visto, o Decreto-Lei nº 8.444, de 26 de dezembro de 1945. *Cria no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas e dá outras providências*. A cerimônia é usualmente antecipada em algumas semanas, para que não coincida com as comemorações de fim de ano.

homenagem aos mortos em acidentes com paraquedas; e a exaltação dos distintivos e símbolos do paraquedista militar, são alguns dos principais pontos explorados nessa ocasião, renovando a memória, incentivando o culto ao passado e estabelecendo liames entre “os novos” e “os antigos” integrantes da instituição. Alguns desses itens serão novamente abordados nos capítulos seguintes, mas, por ora, três deles serão explorados, a fim de permitir que se discuta a memória, resgate-se a história e se avance na compreensão da formação da cultura institucional da atual Brigada de Infantaria Paraquedista.

### 3.5.1 AS PRIMEIRAS ATIVIDADES AEROTERRESTRES

Somente depois de uma espera de três anos a Escola de Paraquedistas daria início às atividades de instrução de paraquedismo. De fato, seja por falta de recursos, seja por um planejamento deficiente, nada pudera ser feito de imediato nesse sentido. Por ocasião de sua criação, a escola não possuía nem mesmo uma sede definida; para possibilitar os primeiros despachos, Penha Brasil ocuparia de improviso uma sala na biblioteca da Diretoria de Material Bélico, no 7º andar do Ministério da Guerra<sup>177</sup>. Nos meses seguintes, o efetivo seria deslocado para a Colina Longa, localidade sediada entre a Vila Militar de Deodoro e o Campo dos Afonsos. Alojada inicialmente em galpões, a unidade se consolidaria progressivamente naquela área, ocupando a região com seus quartéis. Não obstante, seguiu-se o roteiro prescrito no ano anterior, e duas novas turmas seguiram para os Estados Unidos logo no início de 1946. A primeira era formada por apenas três militares.

**Quadro 3 - Segundo grupo de “pioneiros”.**

Nome	Grau hierárquico
EDGAR RIBEIRO AYROSA	segundo-tenente
GERALDO MACHADO	segundo-sargento
JOÃO GONÇALVES DO NASCIMENTO JÚNIOR	terceiro-sargento

Quadro 3 – Segundo grupo de “pioneiros”. Relação do segundo grupo de militares enviado pelo Brasil aos Estados Unidos para frequentarem o *Airborne Course*, concluído em 24 de janeiro de 1946 em *Fort Benning*.

Dois meses depois, seguiria outra turma, um pouco mais numerosa, também formada pelos voluntários selecionados por Roberto de Pessôa no ano anterior.

**Quadro 4 - Terceiro grupo de “pioneiros”.**

Nome	Grau hierárquico
ALBERTO AZEVEDO DA ROCHA PARANHOS	segundo-tenente
ARIDIO MARTINS DE MAGALHÃES	primeiro-tenente

<sup>177</sup> *Notícia histórica do paraquedismo militar no Brasil. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1966, página 9.

AYRTON MAIA	segundo-tenente
DICKSON MELGES GRAEL	segundo-tenente
GERALDO CARNEIRO DO NASCIMENTO	segundo-sargento
HÉLIO RUBENS VAZ DE MELLO	segundo-tenente
JOSÉ DE VASCONCELLOS SAMPAIO	segundo-tenente
NEWTON LISBOA LEMOS	capitão
ORLANDO BRAZ DIAS CORRÊA	primeiro-tenente
ROBERTO AZEVEDO DA ROCHA PARANHOS	segundo-tenente
SYLVIO WALTER XAVIER	capitão
TELMO CAVALCANTE SPRINGER	segundo-sargento

Quadro 4 – Terceiro grupo de “pioneiros”. Relação do terceiro grupo de militares enviado pelo Brasil aos Estados Unidos para frequentarem o *Airborne Course*, concluído em 24 de janeiro de 1946 em *Fort Benning*.  
Fonte: *Almanaque do Paraquedista*.

A falta de uma infraestrutura adequada no primeiro ano de funcionamento da Escola de Paraquedistas não impediria de todo a prática de saltos de paraquedas. Ao final de 1946, a Diretoria de Especialização e Extensão<sup>178</sup> autorizaria que nove oficiais – incluindo Penha Brasil, que não possuía a habilitação formal em paraquedismo – e dois sargentos tomassem parte em uma demonstração de saltos sobre a Baía da Guanabara, que ocorreria em 26 de novembro como parte das comemorações da “Semana da Asa”, atividade na qual o núcleo registraria o primeiro salto de paraquedas de sua história. Tratava-se de uma exibição de paraquedismo, como outras já citadas, apoiada pela Força Aérea com o intuito de arregimentar jovens para a prática da aviação e para promover a congregação entre militares e integrantes dos aeroclubes. De fato, uma demonstração semelhante, realizada no ano anterior, havia contado com a participação de vinte militares da Escola de Aeronáutica, em cujo Departamento de Educação Física funcionavam, desde 1944, cursos regulares de paraquedismo. Diga-se, de passagem, que aquela escola, sob a direção do major Jerônimo Bastos e a orientação técnica de Charles Astor, já havia habilitado, no final de 1945, mais de cem militares paraquedistas, entre cadetes, oficiais e sargentos.

Talvez devido aos mesmos empecilhos – ou seja, a falta de estrutura e planejamento – somados ao escasso limite de tempo, no ano de 1946 não foi aberto o recrutamento de soldados voluntários para comporem a tropa paraquedista; somente em 25 de fevereiro de 1947 seriam incorporados os primeiros 93 recrutas que prestariam o serviço militar na nova unidade. Como o núcleo ainda não possuía condições para a formação de paraquedistas, aquela turma de soldados, assim como aquela que incorporou no ano seguinte, não chegou a embarcar em nenhuma aeronave: foi empregada principalmente como mão de obra para a construção de galpões e torres de madeira, que seriam futuramente utilizadas como áreas de instrução.

<sup>178</sup> Boletim Interno da Diretoria de Especialização e Extensão nº 245, de 24 de outubro de 1946.

A primeira oportunidade de emprego dentro de uma situação tática ocorreria no final de 1947, com a participação nas manobras da Zona Militar Leste, um exercício realizado ao final de cada ano de instrução. Reunindo diversas unidades e dirigida pelo general Zenóbio da Costa, a manobra reproduzia um quadro clássico – o confronto entre duas forças oponentes, divididas em “exército azul” e “exército vermelho” (em que, invariavelmente, os azuis saíam vencedores). O ápice do exercício ocorreria na manhã do dia 12 de dezembro, com a execução de bombardeios de artilharia e de aviação, seguidos pelo lançamento de um pelotão de paraquedistas que destruiria duas pontes sobre os arroios Carabuí e Dalouça, em Gramacho. O lance, inédito em terras brasileiras, despertaria não apenas o interesse nos meios armados, mas também nas autoridades e na imprensa, tanto que seria assistido pelo próprio presidente da República, Eurico Dutra, além de diversos outros convidados, incluindo políticos, jornalistas, oficiais norte-americanos e adidos militares estrangeiros<sup>179</sup>.

**Figura 18 – Embarque para o salto.**



Figura 18 – Embarque para o salto. Militares da Escola de Paraquedistas embarcam em uma aeronave C-82 da Força Aérea Brasileira. Fonte: Arquivo Nacional.

No primeiro semestre do ano seguinte, embarcariam para os Estados Unidos os quatro últimos grupos de “pioneiros”, cujos integrantes teriam a oportunidade de realizar, além do curso básico de paraquedismo, outras habilitações aeroterrestres, como os cursos de *rigger* (dobragem e manutenção de paraquedas), *pathfinder* (paraquedista precursor) e *master jump* (mestre de saltos). No retorno, todos esses militares também seriam transferidos para a Escola de Paraquedistas.

<sup>179</sup> *O emprego dos paraquedistas nas manobras, após o bombardeio da artilharia e da aviação. Diário de Notícias*, 10 de dezembro de 1947, página 5.



Os conhecimentos adquiridos em terras estrangeiras já estavam agora mais próximos de serem postos em prática. No segundo semestre de 1948, surgiria a oportunidade de realizar os primeiros testes de lançamento de cargas, como parte do adestramento conjunto entre os paraquedistas e as tripulações das aeronaves. Aviões de transporte *Douglas C-47* da Força Aérea Brasileira foram utilizados em apoio a esses exercícios, que constaram do lançamento de víveres e outros materiais de subsistência para um grupo acampado no campo de instrução de Gericinó<sup>180</sup>.

**Quadro 5 - “Pioneiros” de 1948.**

Data	Nome	Grau hierárquico
24 de fevereiro de 1948	HÉLIO ALBERTO MOORE	primeiro-tenente
	LEÔNIDAS DE SALLES FREIRE	capitão
9 de março de 1948	JOSÉ WADIH CURY	primeiro-tenente
27 de maio de 1948	LUIZ DE ARAÚJO NUNES	terceiro-sargento
	OCTAVIO BARROS SOUZA E MELLO	segundo-sargento
	PAULO DE ARAÚJO LIMA	segundo-sargento
	SYLVIO DE LIMA BASTOS	segundo-sargento
11 de junho de 1948	CASEMIRO SCEPANIUK	terceiro-sargento
	DARCY BRUM MADUEL	terceiro-sargento
	DELSON CORRÊA SANTOS	terceiro-sargento
	FRANCISCO DE PAULA COSTA	terceiro-sargento
	GLÁDIO PRESTES DE MORAIS	terceiro-sargento

Quadro 5 – “Pioneiros” de 1948. Relação dos militares enviados pelo Brasil aos Estados Unidos para frequentarem o *Airborne Course* em *Fort Benning*, na Geórgia, durante o ano de 1948. Fonte: *Almanaque do Paraquedista*.

Administrativamente, a Escola de Paraquedistas nasceria em 7 de janeiro de 1949, concomitantemente com a extinção do Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas<sup>181</sup>. Naquele ano, finalmente, realizar-se-iam também as suas primeiras atividades de instrução. Os “pioneiros” de *Fort Benning* seriam matriculados no “curso de revalidação” – um evento de certo modo simbólico, uma vez que já se tratavam de paraquedistas habilitados pelo exército norte-americano, e outros dezesseis oficiais e sargentos voluntários, incluindo Penha Brasil, realizariam o curso básico<sup>182</sup>. Em meados do ano também seria realizado o primeiro curso de paraquedismo para os cabos e soldados, alcançando-se o final de 1949 com o registro da formação de 133 alunos.

A grande campanha em prol do desenvolvimento da aviação dos anos da guerra chegaria ao fim no início da década de 1950, mas a Escola de Paraquedistas continuaria vivendo o desafio de recrutar voluntários para seus quadros. Parte da estratégia adotada para

<sup>180</sup> *Exercício de paraquedismo em Gericinó. Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1948, página 6.

<sup>181</sup> *Ministério da Guerra*. Portaria nº 4-4, de 7 de janeiro de 1949 (Reservada). *Organização da Escola de Paraquedistas*. Boletim Reservado do Exército nº 1, de 25 de janeiro de 1949.

<sup>182</sup> *Ministério da Guerra*. Boletim Reservado do Exército nº 3, de 25 de março de 1949, páginas 153-154.

solucionar esse problema era semelhante à da campanha: divulgar a tropa através da participação em *shows* e demonstrações aéreas. Assim, ocorreria nos anos seguintes uma série de exibições pelo país, sempre com grande cobertura da imprensa: cem paraquedistas saltaram de seis *Douglas DC 3* sobre Águas de São Pedro, em São Paulo, em uma festa de confraternização dos aviadores americanos, em 20 de agosto de 1950<sup>183</sup>; em 10 de outubro do mesmo ano, foi levado a efeito no campo de Gramacho, na estrada Rio-Petrópolis, um exercício transformado em demonstração, em comemoração ao quarto aniversário de fundação da escola, para o qual foram convidados autoridades civis, militares e jornalistas<sup>184</sup>. Esse exercício com ares de espetáculo também foi realizado em 1951<sup>185</sup>. No ano seguinte, foram realizadas demonstrações em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul<sup>186</sup>, em Fortaleza, no Ceará<sup>187</sup>, e em Juiz de Fora, em Minas Gerais<sup>188</sup>. O povo da distante Macapá, no Amapá, também teria a oportunidade de assistir a uma demonstração dos paraquedistas militares durante a VII Exposição de Animais e Produtos Econômicos, em agosto de 1953<sup>189</sup>.

Por justiça, deve ser lembrado que ao menos em uma oportunidade o emprego da tropa paraquedista naqueles primeiros anos se revestiria de um caráter prático. Isso ocorreu em 29 de abril de 1952, quando o luxuoso avião “Presidente”, um *Boeing Strato-Cruiser* da *Pan American World Airways*, desapareceu na selva amazônica, após decolar do Rio de Janeiro com destino a Nova Iorque, levando a bordo 41 passageiros e nove tripulantes<sup>190</sup>. As buscas contaram com aeronaves da Força Aérea Brasileira, da Força Aérea dos Estados Unidos e com aeronaves civis enviadas pela empresa proprietária do *Boeing*. Depois de três dias de buscas, os destroços foram localizados na divisa entre o Mato Grosso e o Pará, a cerca de 65 quilômetros da Ilha do Bananal.

A região era remota e inóspita. O primeiro plano de salvamento envolvia o lançamento de paraquedistas norte-americanos, que chegaram a sobrevoar o local do acidente, mas julgaram arriscado e desnecessário saltar sobre a selva, uma vez que não havia sinais de sobreviventes. Enquanto se organizava uma expedição oficial de resgate, surgiram rumores de que o avião transportava vultosos valores e contrabando de joias, atraindo aventureiros que,

---

<sup>183</sup> *Espetacular demonstração da guerra moderna. Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1950, página 2.

<sup>184</sup> *Exercício-demonstração da Escola de Paraquedistas. Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1950, página 2.

<sup>185</sup> *Brilhantes as comemorações do quinto aniversário da Escola de Paraquedistas. Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1951, página 3.

<sup>186</sup> *Um grupamento da Escola de Paraquedistas saltará hoje em Porto Alegre. Correio da Manhã*, 18 de março de 1952, página 6.

<sup>187</sup> *Exercício de paraquedistas. Correio da Manhã*, 26 de abril de 1952, página 6.

<sup>188</sup> *Demonstração da Escola de Paraquedistas na sede da 4ª Região Militar. Correio da Manhã*, 26 de julho de 1952, página 8.

<sup>189</sup> *Novas possibilidades econômicas para a Amazônia. Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1953, página 2.

<sup>190</sup> *Ainda desaparecido o avião Presidente. Correio da Manhã*, 30 de abril de 1952, página 5.

sob pretexto humanitário, partiram em busca dos despojos. Uma expedição organizada por paraquedistas da Força Pública de São Paulo e chefiada pelo deputado paulista Lino de Matos recebeu apoio financeiro do ex-governador Ademar de Barros para se deslocar até o local, e, embora a ação tenha sido criticada como uma manobra demagógica do político, que se encontrava em campanha para candidatura à Presidência da República, os paulistas foram os primeiros a chegar ao avião acidentado.

As agruras da floresta logo se fariam sentir. Despreparados para sobreviver naquele ambiente hostil, os aventureiros atemorizaram-se com a presença de indígenas, com a ameaça de animais selvagens, com o clima rigoroso, e com a falta de víveres e água. Ansiosos para abandonar o local, entraram em atrito com os integrantes da expedição de investigação e inquérito do Ministério da Aeronáutica, que chegara em um helicóptero, exigindo serem evacuados por via aérea; como não foram atendidos, aproveitaram-se do fato de estarem fortemente armados para fazerem reféns um oficial da Força Aérea Brasileira e um funcionário do Departamento de Aviação Civil norte-americano, impedindo-os de abandonar o local até que o grupo fosse resgatado.

Na imprensa, circulavam boatos de saques dos despojos, de transporte de contrabando e de sabotagem. A escalada das tensões fez com que o Ministério da Aeronáutica recorresse ao Ministério da Guerra, solicitando o envio de tropas ao local a fim de restabelecer a ordem. Embora o Exército dispusesse de guarnições mais próximas, foram designados para a missão os soldados da Escola de Paraquedistas, que, sob o comando do coronel Alfredo Soares Pinheiro Filho, seguiram para o Pará em três aviões da Força Aérea Brasileira, com a tarefa de “por ordem naquele local, a qualquer preço”<sup>191</sup>. Penha Brasil partiu no dia seguinte, acompanhado de cinco oficiais, incluindo um médico, conduzindo mantimentos e material de socorro<sup>192</sup>. Os militares assumiram o controle do local, os civis foram evacuados e os mortos foram sepultados na própria floresta<sup>193</sup>.

A ideia de empregar paraquedistas para a prestação dos primeiros socorros a vítimas de acidentes aéreos em locais remotos teria sido apresentada por Charles Astor, durante um congresso da Federação Aeronáutica Internacional realizado em Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1947 (Santos, 2015: 6). O episódio do avião “Presidente” demonstrou que não bastaria usar os paraquedas para transportar socorristas com agilidade até o local do sinistro: seria necessário que os homens fossem capazes de cumprir certas missões especiais,

---

<sup>191</sup> *Novo e dramático capítulo na tragédia do “Presidente”*. *Correio da Manhã*, 20 de maio de 1952, página 10.

<sup>192</sup> *Novo e dramático capítulo na tragédia do “Presidente”*. *Correio da Manhã*, 20 de maio de 1952, página 10.

<sup>193</sup> *Ministério da Aeronáutica*. Ofício nº GM-2.426, de 15 de julho de 1952.

como conferir proteção aos acidentados, enfrentar adversidades, sobreviver em áreas hostis e se orientar em locais remotos. Nesse sentido, a ação dos soldados de Penha Brasil foi precursora do surgimento das Esquadrilhas Aeroterrestres de Salvamento, organizadas alguns anos depois pelo Ministério da Aeronáutica<sup>194</sup>, que constituíram o protótipo do PARA-SAR, unidade de paraquedistas voltada para socorro e resgate de vítimas de acidentes aeronáuticos.

### 3.5.2 A MEMÓRIA DOS MORTOS

A construção da cultura organizacional visa à obtenção de dois resultados principais: a solução dos problemas da instituição e a redução da ansiedade de seus integrantes (Schein, 2004: 32). Esses efeitos estão interligados, uma vez que a incorporação de fórmulas e comportamentos capazes de solucionar adversidades contribui para a redução da ansiedade do grupo, mantendo a ordem e a consistência cognitiva. Esse enunciado é sustentado em premissas do campo da Psicologia Social, que asseveram a existência de necessidades humanas básicas de estabilidade emocional e busca por significado.

Os militares – particularmente os paraquedistas – estão entre as classes profissionais que interagem com uma das experiências mais ansiógenas enfrentadas pelo ser humano: a morte. Por mais que os dados afirmem que a quantidade de acidentes fatais durante a realização de saltos com paraquedas é estatisticamente baixa, sua frequência é suficiente para constituir uma preocupação real e constante entre os praticantes da atividade. De fato, o primeiro comandante da unidade já enfrentaria a circunstância de ter subordinados mortos em exercícios aeroterrestres, pois no ano seguinte ao início dos cursos de paraquedismo já ocorreriam acidentes fatais na tropa.

A primeira vítima foi o soldado Roberto Fernandes da Costa, em 15 de setembro de 1950. Durante um voo sobre a Baía de Guanabara, Roberto estava próximo à porta de salto quando seu paraquedas reserva foi acionado acidentalmente e inflou. O militar foi violentamente extraído da aeronave, caiu no mar e se afogou<sup>195</sup>. Seu corpo foi encontrado na Ilha de Paquetá, após dois dias de buscas<sup>196</sup>. Menos de um mês depois, em 10 de outubro de 1950, durante uma manobra na região de Gramacho, em Duque de Caxias, uma pane impediu a abertura do equipamento do sargento João Alves Diniz, que despencou em queda livre sobre o paraquedas do cabo Paulo Wilhelm Neto, que já estava no ar. Com o impacto, ambos

---

<sup>194</sup> Decreto nº 52.432, de 2 de setembro de 1963. *Organiza, no Ministério da Aeronáutica, esquadrilhas aeroterrestres de salvamento.*

<sup>195</sup> *Caiu ao mar um aluno da Escola de Paraquedistas. Diário Carioca*, 16 de setembro de 1950, página 9.

<sup>196</sup> *Encontrado o corpo do paraquedista Roberto. Diário Carioca*, 19 de setembro de 1950, página 9.

perderam a sustentação e morreram em uma queda violenta<sup>197</sup>. Questionado sobre a que poderia ser atribuído esse último acidente, Penha Brasil se pronunciou do seguinte modo:

Apenas e simplesmente à obra da fatalidade. Embora tenha a escola providenciado a instauração do necessário inquérito, estamos certos que os desastres dessa natureza na tropa paraquedista são inevitáveis, até porque as próprias estatísticas norte-americanas estimam casos como este um para 10.000 paraquedistas. E a Escola de Paraquedistas, com quatro anos de existência e já tendo sua tropa alcançado 10.000 saltos, somente este caso, infelizmente, foi verificado até aqui.

Certamente as estatísticas não eram tão favoráveis, pois um acidente a cada 10.000 *saltos* representa uma frequência bem maior do que a aludida média norte-americana de um acidente para cada 10.000 *paraquedistas*. Além disso, apesar dos quatro anos de existência da tropa, as atividades de salto haviam se iniciado há menos de dois anos e já contavam, inclusive, com o acidente fatal do mês anterior, omitido na fala à imprensa.

Até o final da década seriam computados mais oito óbitos, sendo três na zona de lançamento de Gramacho. Em 16 de abril de 1953, o sargento João de Oliveira Vieira se afogou ao cair em um canal durante a realização de um salto noturno<sup>198</sup>, e, em 21 de agosto do mesmo ano, foi vitimado o soldado Eudóxio Fernandes<sup>199</sup>. Outro soldado, Pedro Antônio Pestana, faleceu em 13 de junho de 1955, ao saltar de uma aeronave C-47<sup>200</sup>. Já o sargento Adenilton Miranda e o soldado João Rodrigues da Silva faleceram durante manobras em Resende, no sul do estado do Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1957<sup>201</sup>. Em 26 de outubro de 1958, três militares morreram durante uma demonstração de saltos sobre o mar, em frente à praia de Copacabana: o tenente-coronel Ney Linhares Barros, o sargento Hamilton Argolo Sacramento e o soldado José Ribamar Gama Lopes<sup>202</sup>.

A morte, além de um fenômeno biológico natural, contém uma dimensão simbólica, impregnada de valores e significados dependentes do contexto sociocultural e histórico em que se manifesta (Combinato & Queiroz, 2006: 209). Schein observa que a morte é um acontecimento intrinsecamente misterioso e imprevisível, fora de controle – e, por isso, assustador – que todo grupo inevitavelmente enfrenta (Schein, 2004: 130).

Em nossa cultura, comprometida com a razão e a ciência, há uma tendência a criar explicações para todos os tipos de fenômenos naturais. O misterioso é somente o que ainda permanece inexplicado (Schein, 2004: 129). Mas, até que se desmistifique um fato que não

<sup>197</sup> *Irmãos no ideal, companheiros na morte. A Noite*, 17 de outubro de 1950, página 16.

<sup>198</sup> *Encontro de paraquedas no rio Sarapuí. Correio da Manhã*, 19 de janeiro de 1957, página 7.

<sup>199</sup> *Soldado paraquedista Eudóxio Fernandes. Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1953, página 6.

<sup>200</sup> *Acidente mortal com um paraquedista. Diário de Notícias*, 15 de junho de 1955, página 5.

<sup>201</sup> *Missa no Núcleo da Divisão Aeroterrestre. Diário de Notícias*, 21 de novembro de 1957, página 5.

<sup>202</sup> *Promoção post mortem para paraquedistas acidentados e mortos em Copacabana. Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1958, página 14.

pode ser controlado ou entendido, são necessárias bases alternativas para reduzir o acontecido a um contexto significativo (Schein, 2004). A fala de Penha Brasil, apontando para a fatalidade e para as estatísticas, revela a primeira tentativa de adoção de estratégias para simbolizar a morte no âmbito da instituição, e, embora à primeira vista possa parecer pouco eficiente, transmite uma mensagem tanto de resignação quanto de ênfase nos aspectos técnicos e burocráticos do acidente, que por longo tempo seria reproduzida como solução simbólica para a questão.

Logicamente, havia também que se respeitar o modo cultural mais amplo de tratar a morte, inserindo-a no contexto social tradicional. Assim, a notícia da fatalidade seria transmitida para os parentes dos acidentados pelo capelão militar<sup>203</sup>, um modo de gerenciar o evento crítico através da religião. A própria instituição também tomaria as demais providências típicas nesse campo: as missas fúnebres, sempre realizadas na capela militar; os anúncios nos obituários dos jornais; o sepultamento – que, na falta de um mausoléu ou um cemitério militar como Arlington ou Pistóia, seria realizado em cemitérios públicos, com espaços compartilhados entre os rituais de exéquias e as honras militares.

Ainda em nossos dias, a religião continua fornecendo um importante suporte emocional para lidar com a perda. Porém, na Missa exequial, a liturgia prevê somente uma breve homilia, excluindo qualquer gênero de elogio fúnebre<sup>204</sup>. Isso é insuficiente para a instituição militar, que criará uma ocasião própria para o enaltecimento do morto, proporcional inclusive ao seu grau hierárquico<sup>205</sup>. Mormente será organizada uma solenidade específica, com um protocolo próprio. Em casos como os acidentes em saltos de paraquedas, considerados atos de serviço, os mortos poderão até mesmo ser promovidos<sup>206</sup> e condecorados<sup>207</sup>. Diversamente do que ocorre na cerimônia religiosa, em tais condições

---

<sup>203</sup> O capitão Alberto Trevisan, matriculado em 1949 no segundo curso básico paraquedista, era um sacerdote católico.

<sup>204</sup> Segundo o *Ritual Romano – Celebração de Exéquias*.

<sup>205</sup> Ver artigo 124 e seguintes do Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997. *Dispõe sobre o regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas*.

<sup>206</sup> No âmbito do Exército Brasileiro, tais casos são regulamentados pela Portaria nº 036-DGP, de 6 de março de 2017. *Aprova as normas técnicas para os processos de promoção post mortem no âmbito do Exército Brasileiro (EB30-N-60.018)*, 2ª Edição, 2017.

<sup>207</sup> Ver, por exemplo, as previsões constantes do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 3.522, de 26 de junho de 2000 (*Aprova o regulamento da Ordem do Mérito Militar, e dá outras providências*); o inciso XVI do artigo 5º da portaria nº 724-Cmt Ex, de 25 de junho de 2015 (*Aprova as normas reguladoras da Medalha do Pacificador e dá outras providências*); o artigo 9º da portaria nº 1.548, de 28 de outubro de 2015 (*Aprova as normas para a concessão da Medalha Militar e dá outras providências*); o artigo 8º da portaria nº 1.550, de 28 de outubro de 2015 (*Aprova as normas para a concessão da Medalha de Serviço Amazônico e dá outras providências*); o artigo 8º da portaria nº 1.552, de 28 de outubro de 2015 (*Aprova as normas para a concessão da Medalha Corpo de Tropa e dá outras providências*); o artigo 9º da portaria nº 1.553, de 28 de outubro de 2015 (*Aprova as normas para a concessão da Medalha Marechal Osório - O Legendário e dá outras providências*); o artigo 8º da Portaria nº 1.554, de 28 de outubro de 2015 (*Aprova as normas para a concessão*

solenes os participantes sentir-se-ão impedidos de expressar suas emoções de luto, reservado a um sofrimento individual, solitário e discreto.

Não é incomum que, para lidar com eventos críticos, as organizações desenvolvam recursos internos equivalentes aos processos culturais mais gerais (Schein, 2004: 130). Mas nem todas as experimentações são bem-sucedidas. Após a morte do soldado Roberto Fernandes da Costa, realizou-se uma cerimônia na qual foi incinerado em frente à tropa o paraquedas que o vitimou. O efeito simbólico pretendido poderia ser o expurgo do objeto nefando, a garantia de que a peça não faria novas vítimas. Porém, além de se tratar da destruição de um item de eventual valor em uma perícia judicial, deve ter constituído um espetáculo deveras macabro para a assistência a cena do fogo consumindo o velame, o odor do tecido queimado, os rolos de fumaça negra em direção ao céu. A ideia foi abandonada e não se transformou em tradição.

Todo o interessante aparato da “morte militar” mereceria uma etnografia que ultrapassasse a mera descrição que pode realizada nesta pesquisa, que assim se restringe à descrição de alguns comportamentos manifestos e que mais tarde devem ajudar a revelar parte dos valores culturais do grupo. Nesse sentido, pode ser acrescentado outro detalhe. Embora não haja uma previsão regulamentar a respeito, era corrente entre a soldadesca a informação de que o luto pela morte de um companheiro poderia ser manifestado por meio da exposição da fita negra que arremata internamente a borda da boina. Essa fita, que serve como ajuste da peça na cabeça, termina em um laço na posição da nuca, detalhe que permanece usualmente oculto, mas que poderia ser exposto como um arremedo discreto do antigo costume do uso de roupas pretas como manifestação da perda, sem, entretanto, descaracterizar o uniforme ou acrescentar peças não previstas ao fardamento.

O sepultamento é uma providência que tem por fim isolar e separar os mortos, colocando-os longe do meio urbano e do convívio social (Combinato & Queiroz, 2006: 210). Tal providência tem fundamento em questões de saúde pública. Entretanto, para uma instituição como o Exército, na qual o *sacrifício da própria vida* constitui um compromisso<sup>208</sup>, seria um contrassenso relegar os mortos ao isolamento e ao esquecimento. Afastar os corpos e simultaneamente manter viva sua memória é uma importante questão, e

---

da Medalha Mérito Aeroterrestre e dá outras providências); o artigo 10º da portaria nº 1.555, de 28 de outubro de 2015 (*Aprova as normas para a concessão da Medalha Sargento Max Wolff Filho e dá outras providências*); e o artigo 6º da portaria nº 219-Cmt Ex, de 14 de março de 2016 (*Cria a Medalha Exército Brasileiro, aprova as normas para a concessão e dá outras providências*).

<sup>208</sup> Ver o cerimonial do *Compromisso dos recrutas*, conforme inciso V, artigo 172, do Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997. *Dispõe sobre o regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas, e dá outras providências*.

desde cedo foi adotada uma das formas mais tradicionais de solucioná-la: conceder os nomes dos falecidos às ruas, alamedas, prédios, praças, alojamentos e outras instalações localizadas em áreas públicas ou militares. Uma segunda solução foi a inauguração, em 21 de maio de 1958, do “Bosque dos Campeões”, uma praça arborizada localizada no aquartelamento do atual 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista. Nela são afixadas pequenas placas metálicas contendo gravados os nomes dos militares mortos e as datas dos acidentes que os vitimaram; pequenas lápides sem féretros, eternizando no metal a memória dos falecidos. Uma homenagem que renova a cada acidente o culto à memória dos antigos e a ligação entre o passado e o presente.

Para o homem ocidental moderno, a morte é sinônimo de fracasso, impotência e vergonha. Tenta-se vencê-la a qualquer custo e, quando tal êxito não é atingido, ela é escondida e negada (Combinato & Queiroz, 2006: 210). Nesse aspecto, o “Bosque dos Campeões” é uma saída original, pois, ao mesmo tempo que expõe a morte, seu próprio nome atribui uma acepção oposta ao sacrifício supremo, que assume a essência de heroísmo, permanência e glória, invertendo simbolicamente as representações socialmente estabelecidas e transformando os caídos em vencedores.

### 3.5.3 SÍMBOLOS, DISTINTIVOS – E OUTRAS RECOMPENSAS

Não será esgotada neste capítulo a discussão relativa à função dos símbolos e dos distintivos adotados pela tropa paraquedista; do mesmo modo, no decorrer deste trabalho será preciso voltar a abordar o incentivo representado pela gratificação monetária especial devida aos militares pela atividade de paraquedismo. O fato de esses elementos terem surgido quase simultaneamente nos primórdios da criação da tropa é o que justifica essa primeira abordagem. A opção de tratá-los em conjunto se deve ao fato de serem aqui considerados equivalentes como fontes motivacionais, e, além disso, demarcarem uma das distinções mais expressivas entre a Brigada de Infantaria Paraquedista e outras organizações militares.

A introdução desses elementos remonta aos primeiros anos da Escola de Paraquedistas e é possível propor que sua concepção visava, em grande parte, à solução do considerável problema de recrutamento de voluntários para a tropa. Notas publicadas na imprensa no início da década de 1950 demonstram que os primeiros oficiais já pretendiam apelar para ambos os aspectos – simbólico e monetário – como estratégia para atrair candidatos para a escola. Em janeiro de 1950, o *Correio da Manhã* publicaria que:



O comandante da Escola de Paraquedistas avisa aos que ainda não fizeram o serviço militar que poderão fazê-lo ganhando mais 860 cruzeiros, para o que basta que se apresentem voluntários paraquedistas até o dia 15 de fevereiro na Escola de Paraquedistas em Deodoro<sup>209</sup>.

Embora a legislação, em sua forma mais atual, justifique o adicional na parcela remuneratória “para compensação de desgaste orgânico resultante do desempenho continuado de atividades especiais”<sup>210</sup>, é notório o seu apelo como expediente para o recrutamento. Para efeito comparativo, em janeiro de 1950 essa gratificação era equivalente a mais de duas vezes o valor de um salário mínimo, estabelecido em Cr\$ 380,00<sup>211</sup>. E esse era somente o montante pago a um recruta: para os demais postos da carreira militar, a soma era escalonada, produzindo valores ainda mais elevados. Um subtenente paraquedista, por exemplo, teria um acréscimo em seu contracheque que chegaria a dobrar seu soldo, conforme pode ser constatado através da leitura do artigo 135 do *Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares* em vigor na época:

LEI Nº 1.316, DE 20 JANEIRO DE 1951

*Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares*

(...)

Art. 135. O direito à gratificação de paraquedismo, independe da percepção de outras vantagens a que faça jus o militar e será pago da seguinte forma:

- a) para o segundo-tenente, igual ao soldo deste posto;
- b) para cada um dos postos seguintes, um aumento sucessivo de 10% sobre a gratificação de paraquedismo de segundo-tenente;
- c) para o aspirante-a-oficial, 90% da gratificação de paraquedismo de segundo-tenente;
- d) para o subtenente, igual ao soldo mensal desta graduação;
- e) para o primeiro-sargento, igual a 90% da gratificação de paraquedismo de subtenente;
- f) para segundo-sargento, 90% da gratificação de paraquedismo de subtenente;
- g) para terceiro-sargento, 70% da gratificação de paraquedismo de subtenente;
- h) para os cabos e soldados, igual a 50% da gratificação de paraquedismo de subtenente.

Outra nota fornecia orientações detalhadas para o alistamento, esmiuçando os critérios para o recrutamento e a seleção dos voluntários, além de apontar as recompensas e vantagens oferecidas. Em contrapartida, a unidade se reservava o direito de realizar

<sup>209</sup> *Aos que ainda não fizeram o serviço militar. Correio da Manhã*, 15 de janeiro de 1950, página 3.

<sup>210</sup> Conforme Item V, Art. 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. *Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.*

<sup>211</sup> Conforme *Série histórica do salário mínimo*, disponível em <<https://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>>. Acesso em 27 de agosto de 2017.

exigências mais elevadas dos candidatos, que deveriam satisfazer as seguintes condições: residir no Distrito Federal ou no estado do Rio de Janeiro; ter mais de dezessete e menos de 25 anos de idade, podendo ou não já ter sido convocado para o serviço militar (caso em que seria liberado da convocação anterior e direcionado para a Escola de Paraquedistas); poderia também ser reservista, isto é, já haver prestado o serviço militar; menores de idade deveriam apresentar consentimento do pai ou responsável; exigia-se alfabetização e aprovação em exames médicos e físicos específicos, os quais seriam aplicados na própria escola.

**Figura 19 – Distintivo da Escola de Paraquedistas.**



Figura 19 – Distintivo da Escola de Paraquedistas. Essa peça, conhecida como “bolacha”, era utilizada na boina grená. Foi substituída, nos anos 1990, pelo símbolo do Exército Brasileiro.

A nota enumerava as seguintes vantagens do soldado paraquedista: “prestar serviço na própria Capital Federal, na mais moderna e atraente especialidade do Exército”; receber “alimentação especial” e usufruir da oportunidade de praticar os “mais variados esportes”; possuir “uniforme próprio à tropa aeroterrestre” e receber uma “gratificação especial de Cr\$ 860,00, além dos vencimentos de soldado, logo que termine a instrução básica aeroterrestre”. A unidade, que ainda possuía seus quadros incompletos, também oferecia “acesso às graduações de cabo e sargento, com conseqüente aumento dos vencimentos e da gratificação” e acenava com a oportunidade de permanência nas fileiras do Exército como militar de carreira, após o término do serviço militar obrigatório<sup>212</sup>.

Ao longo do tempo, talvez nenhum desses itens tenha despertado tanto fascínio nos recrutas quanto o “uniforme próprio à tropa aeroterrestre”. A boina vermelha seria

<sup>212</sup> *Vantagens que serão concedidas aos novos soldados para a Escola de Paraquedistas do Exército. Correio da Manhã*, 1º de novembro de 1953, página 2.

adotada apenas em 1964, mas as outras duas peças, os *boots* marrons e os *brevets* prateados, já seriam utilizados de imediato. O *brevet* havia sido introduzido em 1946<sup>213</sup>, e os calçados diferenciados, embora adotados desde o retorno dos Estados Unidos, tiveram seu uso regulamentado no sexto ano após a fundação da escola:

DECRETO Nº 30.163, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1951

*Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército e dá outras providências.*

(...)

#### CAPÍTULO VII

##### DA ESCOLA DE PARAQUEDISTAS E PARA TROPAS AEROTERRESTRES

Art. 65. Os uniformes da Escola de Paraquedistas e tropas aeroterrestre tem a mesma composição que os do Plano Geral artigos 1º, 2º e 3º, com exceção do calçado que é substituído pela bota paraquedista, de cor marrom, em todos os uniformes exceto nos arts. 1º, 2º, 3º e 4º (e sua combinação).

Distintivos

Art. 67. Os distintivos são os seguintes:

a) da Escola – um escudo azul celeste, tendo em primeiro plano, no centro, uma estrela de cor branca, e abaixo dela uma águia dourada, em voo descendente, com as garras abertas. No segundo plano um paraquedas branco. Esse distintivo é orlado de vermelho escuro;

b) da Tropa – um escudo orlado de vermelho escuro tendo no fundo azul celeste um paraquedas branco, encimando o número da Unidade (estrela para as Unidades da Escola) e as iniciais do Estabelecimento ou Unidade.

Art. 68. Os distintivos acima descritos são usados:

a) o da Escola – pela administração, instrutores, monitores e alunos, no terço superior da manga esquerda da túnica ou blusão, acima das divisas, quando for o caso;

b) o da Tropa:

1 – pelos Oficiais, Aspirantes-a-Oficial, Subtenentes e Sargentos – nas mesmas condições da letra a);

2 – pelos cabos e soldados – no lado esquerdo do gorro.

Coexistiriam, portanto, desde os primeiros tempos da Brigada de Infantaria Paraquedista, duas classes de incentivo para recrutamento de voluntários para suas fileiras, constituídas tanto de recompensas materiais, quanto outras de natureza simbólica. Para interpretar essa dualidade é obrigatório recorrer ao sociólogo norte-americano Charles Moskos, que a analisa a partir de duas diferentes formas de abordagem da profissão militar. A primeira seria o modelo *institucional*, tradicional e apoiado em valores como honra, pátria e dever (*honor, homeland and duty*), no qual os membros das Forças Armadas são vistos como seguidores de uma “vocação” e as gratificações simbólicas (trajes, divisas, condecorações,

<sup>213</sup> Aviso Ministerial nº 1.089, de 23 de agosto de 1946. *Distintivos para tropa aéreo-terrestres (Aprovação)*.

etc.) possuem um alto valor. Em contraste, um segundo modelo, classificado como *ocupacional*, prioriza os valores que guardam certo equilíbrio e equivalência com a racionalidade do mercado de trabalho da sociedade civil, no qual a adesão e a permanência na carreira são motivadas por fatores de ordem material e financeira, como proventos e outros benefícios (Moskos, 1981).

**Figura 20 – Distintivo da Escola de Paraquedistas.**



Figura 20 – Distintivo da Escola de Paraquedistas. Esse símbolo foi oficializado pelo Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951.

Nesse esquema, existem duas figuras: de um lado se encontraria o militar “profissional”, figura ligada ao modelo conceitual de *instituição*, essencialmente legitimada em termos de valores e normas que implicam a “vocação para o serviço”; do outro, estaria o militar “ocupacional”, associado com as estruturas empresariais e melhor definido em termos contratuais do mercado de trabalho. O militar profissional, ainda segundo Moskos (1981), teria maior tendência a valorizar as compensa es de significado simbólico, que serviriam como satisfa es psicológicas de cont do emocional; já o ocupacional se basearia na oferta e demanda, apreciando as gratifica es fundadas em um critério semelhante ao sistema mercantil, o qual estabelece um contrato entre o empregador e o empregado, pago por seus serviços na presun o de que realizará um trabalho eficiente.

Já os oficiais portugueses Fernando Sousa e Jorge Esteves, estudiosos da obra de Charles Moskos, relacionam no artigo *Compara o da Orienta o Institucional / Ocupacional dos Oficiais do Exército e da GNR* uma série de críticas a esse esquema, partidas de pesquisadores que defendem a coexistência de características múltiplas e contraditórias na institui o militar. Os autores citam, por exemplo, o sociólogo norte-americano David Segal,

que afirma que os pólos institucional/ocupacional não são dimensões opostas, mas sim interdependentes, e que o militar poderia expressar, num dado momento, uma mistura de orientações institucionais e ocupacionais (Sousa & Esteves, 2010: 88). O caso concreto em estudo parece tender a confirmar essa última posição, pois se pode observar claramente que o incentivo ao recrutamento na tropa paraquedista brasileira já era composto, desde seus primeiros tempos, do apelo simultâneo aos elementos simbólicos – dimensão institucional – e à remuneração privilegiada – dimensão ocupacional da questão.

### 3.6 QUATROCENTOS PARAQUEDISTAS NUM SALTO ESPETACULAR

Essa mesma epígrafe foi publicada no noticiário do Diário Oficial da União de 29 de novembro de 1952, encabeçando o relato de uma exibição da Escola de Paraquedistas apresentada para o presidente da República, Getúlio Vargas, e para diversos outros espectadores. Com algumas poucas variações, a matéria também foi reproduzida nos principais jornais da época<sup>214</sup>.

As circunstâncias dessa apresentação foram as seguintes. Até o final de 1952, ou seja, após seis anos de existência da Escola de Paraquedistas e três anos de funcionamento dos seus cursos, 811 voluntários haviam sido habilitados como paraquedistas militares, um número que parecerá tímido se for recordado que em *Fort Benning* a máquina de guerra norte-americana formava 2.000 candidatos a cada semana. Por certo, o conflito mundial já era findo e os esforços para o combate deveriam ser naturalmente diminuídos, mas, mesmo pesando esses argumentos, o efetivo de paraquedistas estava consideravelmente abaixo do necessário para o estabelecimento da ambicionada Divisão Aeroterrestre, cuja futura constituição era a razão de ser da própria escola. Uma unidade militar é um órgão da administração pública, e como tal o número de seus integrantes é limitado pela quantidade de cargos regularmente previstos, por sua vez ditados pela natureza da própria unidade; como se almejava aumentar a quantidade de oficiais e praças especializados em paraquedismo, a solução seria a transformação, pela via legislativa, da *Escola de Paraquedistas no Núcleo da Divisão Aeroterrestre*<sup>215</sup>, manobra que permitiria redimensionar a quantidade de vagas no órgão, elevando-as. Desse modo, a Escola de Paraquedistas passou a constituir uma entidade à parte,

<sup>214</sup> Ver, por exemplo: o *Correio da Manhã*, 29 de novembro de 1952, página 8; o *Diário da Noite*, 20 de novembro de 1952, página 8; o *Diário de Notícias*, 29 de novembro de 1952, página 5; ou o *Jornal do Brasil*, 29 de novembro de 1952, página 6.

<sup>215</sup> Decreto nº 31.393, de 5 de setembro de 1952. *Constitui, no Exército, com a atual Escola de Paraquedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre.*

uma unidade subordinada ao comando do núcleo, com o qual até então se confundia, ao lado dos demais elementos orgânicos que também tiveram seus efetivos aumentados. Em agosto, Penha Brasil havia alcançado o generalato, e a ampliação da unidade, ademais, justificaria sua permanência no comando<sup>216</sup>.

Nada seria melhor para comemorar tais conquistas do que organizar, em homenagem ao chefe do governo, uma grande demonstração de saltos de paraquedas. Assim, em uma manhã de sexta-feira, 28 de novembro de 1952, autoridades civis e militares, além de um grande público, seguiram mais uma vez para o platô de Gramacho, à margem da estrada Rio-Petrópolis, para assistirem a uma nova exibição da Escola de Paraquedistas, francamente semelhante às demonstrações que os norte-americanos preparavam para as comitivas estrangeiras alguns anos antes.

Vargas se faria acompanhar de uma longa lista de convidados, incluindo o chefe do Gabinete Militar da Presidência, seu subchefe, secretários, chefe do cerimonial e ajudantes-de-ordens. Chegando em um jipe militar ao palanque de onde assistiria aos lances do exercício, foi recebido pelos ministros da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha, além de membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados<sup>217</sup>. Registrava-se ainda a presença de oficiais das Forças Armadas, de inúmeros populares e curiosos, familiares dos militares, representantes da imprensa e até do clero<sup>218</sup>, todos atraídos pela manobra militar convertida em entretenimento.

Poucos minutos após a chegada do presidente, tiveram início as demonstrações. Ao longe, roncaram os motores de dezoito aviões de transporte, cada um deles conduzindo quinze homens<sup>219</sup>. Ao sobrevoar o Campo de Gramacho, os paraquedistas saltaram, e sob os aplausos dos presentes cobriram o céu com centenas de velames. Teatralmente, à medida que chegavam à terra, alguns soldados tomavam posição de combate, ao mesmo tempo que outros recolhiam o material bélico lançado das aeronaves. Ao final da breve manobra, a tropa encerraria o espetáculo desfilando em continência ao presidente da República.

Manobras dessa natureza certamente constituíam algo de excepcionalmente interessante. Tanto que, em agosto do ano seguinte, seriam repetidas como parte da

---

<sup>216</sup> Desse modo, Penha Brasil passaria o comando da Escola de Paraquedistas (cuja denominação seria alterada para *Centro de Instrução Especializada Aeroterrestre*) para o tenente-coronel Alfredo Pinheiro Soares Filho, e assumiria o comando do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, a frente do qual permaneceria até o ano de 1955. A mudança da denominação da unidade consta na Nota Ministerial nº 13, de 19 de janeiro de 1953.

<sup>217</sup> *Quatrocentos paraquedistas num salto espetacular. Diário Oficial da União*, 29 de novembro de 1952, seção 1, página 6.

<sup>218</sup> *Empolgante demonstração realizada em Gramacho por quatrocentos paraquedistas do Exército. Correio da Manhã*, 29 de novembro de 1952, página 8.

<sup>219</sup> Perfazendo, portanto, 270 homens, o que contradiz a chamada para o espetáculo de quatrocentos saltadores.

programação da visita oficial do ditador peruano Manoel Odria ao Brasil<sup>220</sup>. Mas, como agora se sabe, o flerte de Vargas com os militares não teria uma longa duração, nem um final feliz. Muitos dos oficiais presentes no palanque naquelas oportunidades seriam, provavelmente, os mesmos que endossariam os manifestos de agosto de 1954, exigindo a renúncia do presidente e precipitando os acontecimentos que culminariam em seu trágico desaparecimento um ano depois da segunda exibição dos paraquedistas.

De volta a 1953, o grande simulacro de guerra aeroterrestre em Gramacho encerraria simbolicamente a primeira fase da trajetória histórica da tropa paraquedista brasileira, na qual, depois de quase seis anos de esforços, haviam sido habilitados a saltarem de uma aeronave, armados e equipados para o combate, menos de mil militares. Quase 63 anos após a jovem Alma Beaumont realizar o primeiro salto de paraquedas no Brasil, a tropa formada por homens de coragem e determinação<sup>221</sup> seguia o preconizado 98 anos antes por Eduardo Heill e computava mais uma vez, entre suas principais missões, a participação em um *show* aéreo, para regalo das autoridades e do público.

---

<sup>220</sup> *Unidos pelo mesmo ideal pan-americanista os exércitos do Peru e do Brasil. Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1953, página 5.

<sup>221</sup> A expressão é uma referência ao mote do 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista.

## 4 O NÚCLEO DA DIVISÃO AEROTERRESTRE (1952-1968)

Como visto no final do capítulo anterior, em meados de 1952 a *Escola de Paraquedistas* foi convertida em *Núcleo da Divisão Aeroterrestre*, denominação que perduraria até o ano de 1968. Foram elencados como marcos desse novo período o estabelecimento da infraestrutura e a consolidação (em alguns casos, a criação) dos principais cursos e estágios conduzidos na instituição. Além desses pontos, esta seção inclui um breve panorama da fundação, da evolução e da composição das tropas aeroterrestres nos demais exércitos do continente sul-americano. Essas organizações, assim como a congênere brasileira, surgiram no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, e em sua maioria também foram calcadas, em algum grau, na *United States Army Airborne School*, adquirindo contornos específicos conforme os contextos de seus próprios países.

### 4.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Em 5 de setembro de 1952, o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto que transformou a *Escola de Paraquedistas* em *Núcleo da Divisão Aeroterrestre*, engendrando assim as condições para a expansão dos efetivos da unidade e o consequente aumento da quantidade de militares habilitados em paraquedismo no Exército Brasileiro. Único oficial-general paraquedista da Força, o recém-promovido Nestor Penha Brasil permaneceria por mais três anos no comando da organização, função em que já se encontrava desde o início de 1946<sup>222</sup>. O texto do documento rezava:

DECRETO Nº 31.393, DE 5 DE SETEMBRO DE 1952

Constitui, no Exército, com a atual Escola de Paraquedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e de acordo com o art. 3º da Lei nº 1.632, de 30 de junho de 1952, combinado com o disposto nos arts. 20 do Decreto-lei nº 9.100 de 27 de março de 1946, e 18 do Decreto-lei nº 9.120, de 2 de abril de 1946,

Decreta:

Art. 1º A atual Escola de Paraquedistas e a sua tropa passam a constituir o Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

Art. 2º A medida prevista no artigo anterior será realizada sem aumento de despesa.

<sup>222</sup> O dispositivo que determinava a ocupação da função por um oficial-general, entretanto, só obteve força de lei quatro anos depois, quando entrou em vigor o Decreto nº 40.003, de 19 de setembro de 1956, designando o cargo de comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre como função privativa do posto de general de brigada combatente.



Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de setembro de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

Getúlio Vargas

Cyro do Espírito Santo Cardoso<sup>223</sup>

O ato administrativo seria fundamental para o processo de expansão da tropa paraquedista, mas, obviamente, nem de longe esgotava as necessidades reais da instituição, carente sobretudo de uma infraestrutura adequada para abrigar todo o seu efetivo e para possibilitar a realização das atividades para a qual fora criada. Quando Penha Brasil assumiu a função de comandante, em 7 de março de 1946, seu gabinete e a sede da unidade não passavam de uma sala na biblioteca da Diretoria de Material Bélico, no 7º andar do Ministério da Guerra<sup>224</sup>; somente em agosto seria formada uma comissão, composta por ele próprio, pelo tenente-coronel Jorge de Oliveira Tinoco, pelo coronel-aviador Clóvis Monteiro Travassos e pelo capitão Philip G. Walker, do exército norte-americano<sup>225</sup>, a fim de escolher o local destinado à construção da sede da Escola de Paraquedistas<sup>226</sup>. Após poucas semanas de trabalho, a região estava definida.

A escolha, lógica, recaiu sobre a Vila Militar de Deodoro, no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

#### 4.1.1 A VILA MILITAR DE DEODORO

A região compreendida pela Vila Militar de Deodoro, pelo Campo de Instrução de Gericinó e pelo Campo dos Afonsos se destaca nos mapas cariocas como uma grande área que intercepta a expansão da mancha urbana em direção à zona oeste da cidade (Fernandes, 2006). Ela é constituída por unidades do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, que a ocuparam progressivamente a partir da primeira década do século XX. Cabe assinalar que uma área contígua, também de extensão expressiva, é ocupada mais a oeste do conjunto pelo Complexo Naval Guandu do Sapê, sob a jurisdição da Marinha do Brasil.

<sup>223</sup> Cyro do Espírito Santo Cardoso (1898-1979) foi ministro da Guerra do governo Vargas, entre 6 de março de 1952 e 23 de fevereiro de 1954.

<sup>224</sup> *Notícia histórica do paraquedismo militar no Brasil. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1966, página 9.

<sup>225</sup> O militar norte-americano exercia a função de adjunto da seção terrestre da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos. Era considerado herói de guerra, tendo participado das campanhas da África e da Itália, onde saltou de paraquedas sobre as posições nazistas em Monte Cassino. Além de integrar a comissão que definiu o local de implantação da Escola de Paraquedistas, Walker também participou de diversos saltos de paraquedas com os militares brasileiros. Conforme: *Herói da "airborne" faz uma demonstração de saltos. A Noite*, 26 de fevereiro de 1947, página 5.

<sup>226</sup> Boletim Interno nº 56, de 21 de agosto de 1946, da Diretoria do Pessoal do Exército.

O termo *vila militar* surgiu nos relatórios do Ministério da Guerra em 1901. A ideia consistia em concentrar um conjunto tático em uma única região, reunindo aquartelamentos, residências, depósitos, campos de instrução e outras instalações militares, visando racionalizar o controle administrativo e econômico das tropas (Viana, 2010: 104, 105). No mesmo ano, membros da Diretoria Geral de Engenharia formaram uma comissão, a fim de organizar um projeto de “vila militar tipo” (modelo) que seria construída nos diversos distritos militares do país. No Rio de Janeiro, em particular, os argumentos para a transferência dos quartéis do Exército, até então distribuídos entre as regiões do centro e do litoral, para a zona rural da cidade, respaldavam-se no fato de que os antigos edifícios eram velhos, com acomodações precárias que necessitavam de contínuos reparos<sup>227</sup>. Sua capacidade para alojar pessoal e armazenar o material bélico era limitada, bem como a disponibilidade de áreas para realização de exercícios, manobras de combate e prática de tiro.

A localidade escolhida para a construção da vila militar fizera parte do antigo engenho de Sapopemba, o maior em extensão de terras da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá (Pedroza, 2008: 67). A região foi o centro da produção canavieira do recôncavo da Guanabara até o final do século XVIII (idem), e embora os engenhos já não fizessem parte da paisagem carioca no início do século XX, a área ainda formava um grande vazio demográfico, cujos principais acessos eram a Estrada de Ferro Central do Brasil e a estrada de Santa Cruz, ambas atravessando a cidade em direção ao oeste, a caminho do Curato de Santa Cruz<sup>228</sup>. As terras, que então eram de propriedade da Empresa Industrial Brasileira da Fazenda Sapopemba, foram adquiridas pelo governo juntamente com a fazenda Gericinó<sup>229</sup>, pelo valor de setecentos contos de réis<sup>230</sup>, e incorporadas ao patrimônio do Ministério da Guerra em 1907.

Efetuados os primeiros levantamentos, a comissão construtora providenciou o desenho das plantas, os cálculos de terraplenagem e o nivelamento dos terrenos, e em 18 de novembro de 1907 foi realizada a cerimônia de assentamento da pedra fundamental da vila<sup>231</sup>. A fazenda Sapopemba foi rasgada por uma larga avenida e retalhada em quarteirões, nos

<sup>227</sup> Relatório do ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, 1901, página 78 e 79.

<sup>228</sup> Naquele tempo, a atual zona oeste da cidade correspondia aos domínios das chamadas *freguesias rurais* (Guaratiba, Jacarepaguá, Santa Cruz e Campo Grande). Em 1918, no governo do prefeito Amaro Cavalcanti, foi criada uma *zona rural* no território daquelas freguesias. Segundo Lucena (2009), essa transformação atendia ao projeto de constituição de um cinturão agrícola, para promover no então Distrito Federal um mercado próprio, onde a abundância e facilidade de transporte proporcionasse a redução de preços dos alimentos.

<sup>229</sup> Relatório do ministro da Guerra Hermes da Fonseca, 1907, página 57.

<sup>230</sup> Decreto nº 6.386, de 28 de fevereiro de 1907. *Abre ao Ministério da Guerra o crédito extraordinário de 700:000\$ para execução do disposto no art. 23, letra f, da Lei nº 1617, de 30 de dezembro de 1906.*

<sup>231</sup> Relatório do ministro da Guerra Hermes da Fonseca, 1907, página 68.

quais, além dos quartéis, também foram construídas algumas unidades residenciais. Após cinco anos de trabalho, o Ministério da Guerra já propagava que as instalações erguidas podiam ser consideradas “as mais modernas que o Exército dispunha”, em contraste com as antigas unidades aquarteladas em “edifícios velhos e sem acomodações”, que tornavam mais viável sua transferência para a nova vila do que a execução de obras de reparo<sup>232</sup>.

Em 1920, foi estabelecido que a fazenda Gericinó – uma área de 35.000 quilômetros quadrados, contígua à Vila Militar e que se estende da linha férrea até o sopé da Serra de Madureira – ficaria destinada à instrução de tiro, aos exercícios táticos e aos ensaios e experiências com material bélico. No mesmo ano, a área militar ainda seria expandida com a incorporação das fazendas Engenho Novo da Piedade, Tatajuba<sup>233</sup> e Cabral<sup>234</sup>. As duas primeiras eram de propriedade de João de Moraes Macedo, que rejeitou uma proposta por suas terras, oferecida pelo Ministério da Guerra, no valor de 50:000\$ em apólices da dívida pública. A fazenda Cabral pertencia aos herdeiros de Francisco Soares da Silva Iguassú, a saber, Gabriel Ferreira da Cruz, Luiza Francisca de Oliveira Cruz e Francília Iguassú dos Reis Pacheco, que também rejeitaram uma oferta no valor de 15:000\$. Com a recusa, todos tiveram suas terras desapropriadas e postas sob a jurisdição do diretor do campo de instrução.

A fazenda dos Afonsos, ao sul, pertencia à administração pública desde 1906, quando foi adquirida para serventia do Regimento de Infantaria da Polícia Militar do Distrito Federal. Em 1912 foi autorizada pelo governo a criação de um parque de aviação militar no local<sup>235</sup>, e embora o empreendimento não tenha prosperado de início, a criação do curso de aviação na Escola Militar, sob a orientação da Missão Militar Francesa de Aviação, em 1919<sup>236</sup>, deu-lhe fôlego: no ano seguinte, a escola já concederia os primeiros diplomas de aviador para os treze oficiais que constituíram sua primeira turma. A antiga fazenda foi renomeada como “Campo dos Afonsos”, e lá seria estabelecida uma das principais bases aéreas do país.

No final da década de 1930, agora sob o impulso de verbas concedidas ao Ministério da Guerra durante o Estado Novo, iniciou-se um novo ciclo de obras na Vila Militar de Deodoro<sup>237</sup>. Foram concluídas as construções da Policlínica Militar e do quartel-

<sup>232</sup> Relatório do ministro da Guerra Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, 1912, página 72.

<sup>233</sup> Decreto nº 14.392, de 6 de outubro de 1920. *Desapropria a fazenda do Engenho Novo da Piedade, de propriedade de João de Moraes Macedo.*

<sup>234</sup> Decreto nº 14.562, de 22 de dezembro de 1920. *Desapropria as terras que formam a fazenda Cabral.*

<sup>235</sup> Lei nº 2.544, de 4 de janeiro de 1912. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1912.*

<sup>236</sup> Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919. *Estabelece bases para a reorganização do ensino militar e criação de cursos de aviação, veterinária e outros.*

<sup>237</sup> Relatório do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1938, página 6.

general da Infantaria Divisionária; os 1º e 2º Regimento de Infantaria, o Grupo-Escola e a Escola das Armas foram ampliados; foram reformados os quartéis do 1º Regimento de Artilharia Montada, do Centro de Instrução de Motorização e Mecanização e a Escola Municipal Rosa da Fonseca; iniciaram-se obras para construção de um estádio; foram erguidos outros tantos imóveis residenciais, e diversas ruas foram pavimentadas<sup>238</sup>. As melhorias adentrariam 1939, com a instalação de iluminação pública na vila dos sargentos e na estrada São Pedro de Alcântara, uma das principais vias da região.

Com tudo isso, soa congruente que Penha Brasil e sua comissão tenham escolhido a recém-modernizada Vila Militar como sede da Escola de Paraquedistas: a localidade ainda possuía grandes terrenos vazios para acomodar novas construções, já dispoendo para isso de uma razoável infraestrutura; posicionava-se convenientemente próxima do Campo dos Afonsos, que supriria as necessidades de apoio aéreo para os exercícios de salto de paraquedas; possuía um grande campo de instrução onde, efetivamente, foram realizadas as primeiras instruções de lançamento aeroterrestre; situava-se em um grande centro urbano, rodeado de municípios tributários do serviço militar, que proveriam o universo de jovens alistáveis do qual seriam selecionados os futuros recrutas; e, por fim, permaneceria no antigo Distrito Federal, capital da República e centro geopolítico do país, onde estavam fixados mais de um quarto do total dos efetivos da Força (Fernandes, 2006), colocados estrategicamente à disposição do Ministério da Guerra e do Governo Federal.

#### 4.1.2 A COLINA LONGA

Para o transeunte que percorre a avenida General Benedito da Silveira, na Vila Militar de Deodoro, e contempla os quartéis onde hoje se situam parte das unidades paraquedistas, poderá passar despercebido que aqueles edifícios já integraram um grandioso projeto arquitetônico. Descaracterizado e escondido por um muro, encontra-se um complexo de pavilhões erguido há mais de setenta anos, cuja função original seria abrigar e modernizar as unidades de artilharia do Exército. A obra teve início em abril de 1942, e já no ano seguinte um pavilhão do grupo de metralhadoras, o rancho e a enfermaria foram parcialmente abertos e ocupados pelo 1º Grupo do 1º Regimento de Artilharia Antiaérea. Mas somente ao final do conflito, em 30 de julho de 1945, seriam inaugurados os quinze blocos previstos originalmente. O empreendimento era ambicioso: as instalações podiam abrigar três baterias

---

<sup>238</sup> Relatório do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1938, página 7.

de canhões, duas baterias de projetores e mais duas baterias de metralhadoras, além de contar com prédios destinados à administração da unidade. Os refeitórios tinham capacidade para 1.200 cabos e soldados, com subtenentes e sargentos e quarenta oficiais, e o complexo também contava com lavanderia, rede subterrânea de eletricidade e uma estação de tratamento de esgoto<sup>239</sup>.

**Figura 21 – Conjunto de pavilhões da artilharia.**



Figura 21 – Conjunto de pavilhões da artilharia. As edificações da direita, parte do grandioso projeto para a arma de artilharia, foram desmembradas do conjunto original e cedidas para a Escola de Paraquedistas. Fonte: Google Maps.

A harmonia do conjunto seria desfigurada em razão da distribuição dos seus edifícios para organizações militares diversas, exigindo adaptações, remodelações e reformas para atender às novas funções. O processo de fracionamento, de fato, foi iniciado no mesmo ano da inauguração, com a determinação do ministro da Guerra para que dois pavilhões fossem cedidos ao Centro de Instrução de Defesa Antiaérea<sup>240</sup>. Já no ano seguinte, outro pavilhão seria desocupado e cedido para o Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas<sup>241</sup>, que em 8 de outubro de 1946 realizou uma solenidade marcando a posse do local<sup>242</sup>. Assim, dez meses após sua criação, e três anos antes que houvesse a possibilidade de formar sua primeira turma, a tropa aeroterrestre lançava seus alicerces na localidade conhecida como *Colina Longa*, parte das terras da antiga fazenda Sapopemba. Um ano depois, Penha Brasil registrava:

<sup>239</sup> *O novo quartel do 1º Grupo do 1º Regimento de Artilharia Antiaérea. Jornal do Brasil*, 31 de julho de 1945, página 6.

<sup>240</sup> *Notícias militares. Jornal do Brasil*, 23 de outubro de 1945, página 6.

<sup>241</sup> Ordem Ministerial nº 1.194, de 20 de setembro de 1946, transcrita no Boletim Interno do Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas nº 26, de 8 de outubro de 1946.

<sup>242</sup> *Instala-se o Núcleo de Paraquedistas. Correio da Manhã*, 9 de outubro de 1946, página 12.

Faz hoje um ano que o Núcleo de Paraquedistas se instalou provisoriamente no atual quartel em que nos encontramos. A princípio ocupávamos um único pavilhão, e, logo a seguir o nosso desenvolvimento exigiu um outro. A despeito de todas as dificuldades do momento, estamos crescendo. O campo de calistenia está pronto, a pequena torre e o pavilhão para abrigar as “falsas portas” estão concluídos. O pavilhão para abrigar o equipamento suspenso e outros menores estão em vias de conclusão. Está em preparo o campo de salto, no Km 42 da estrada Rio-São Paulo; no início do corrente mês o nosso rancho começou a funcionar em um barracão adaptado ao lado do quartel. As nossas seções de manutenção, nossas oficinas, nosso pelotão de transporte, estão em pleno funcionamento. Temos recebido material de todas as diretorias e o material especializado encomendado nos Estados Unidos, está nos chegando, pouco a pouco. Eis aí, em poucas palavras, o esforço de um ano de instalação. É com satisfação que faço consignar no boletim de hoje o nosso progresso no primeiro ano de instalação e concito a todos os meus comandados do Núcleo de Paraquedistas a continuarem a trabalhar com o mesmo entusiasmo, a fim de chegarmos ao final do ano em condições de iniciar a formação dos primeiros paraquedistas do Brasil.

Mesmo em tom otimista, as palavras do comandante revelam o problema basilar da organização, para o qual seriam direcionados seus primeiros esforços: a construção da própria infraestrutura. Diversamente do grande projeto de modernização do quartel de artilharia vizinho, as diligências para a estruturação e o ordenamento da tropa aeroterrestre ficariam a cargo, em grande medida, dos seus próprios integrantes. Seriam eles que definiriam as prioridades e labutariam para o desenvolvimento da unidade, dando forma, naquele primeiro ano, ao embrião, ao centro geográfico da futura brigada: dois pavilhões tomados do quartel ao lado, para alojar os homens; oficinas; um barracão para servir de cozinha e refeitório; e, por fim, os rudimentos da área de estágios. Tal era o resultado do “esforço de um ano” e o fato de merecer registro indica que o feito se somava, orgulhosamente, aos primeiros avanços da organização. Décadas à frente, esse progresso extrapolaria sua prosaica materialidade, e passaria a dizer respeito a uma importante dimensão simbólica da luta para implantação do paraquedismo no Exército Brasileiro.

#### 4.1.3 POCOS RECURSOS, MUITA CRIATIVIDADE<sup>243</sup>

Além do relato de Penha Brasil, algumas poucas fotografias atravessaram os anos e agora servem para a tentativa de reconstrução da paisagem daqueles primeiros tempos. Uma dessas coleções pertence ao acervo do Arquivo Nacional, onde compõe o fundo do antigo jornal *Correio da Manhã*. Trata-se, portanto, de um registro jornalístico de uma ocasião notável, imagens de si própria que a instituição *desejou* divulgar. A maioria dos recortes

---

<sup>243</sup> Essa expressão era utilizada como título em uma coluna do *Noticiário do Exército*. A matéria que se seguia destacava processos para redução de gastos ou otimização de recursos nas organizações da Força, geralmente oriundas de iniciativas individuais como a criação de novos procedimentos, reaproveitamento de materiais inservíveis ou a criação de engenhocas improvisadas.

encontrados também privilegia eventos como cerimônias e visitas de autoridades; outros registram cenas de instruções de paraquedismo e saltos de aeronaves.

Algumas dessas primeiras imagens retratam uma cerimônia de “brevetação”, ou seja, de entrega de diplomas e distintivos aos militares que haviam concluído o curso de paraquedismo. A data é certamente posterior a agosto de 1952, pois Penha Brasil já ostenta os galardões de general de brigada; uma das imagens mostra a entrega do *brevet* ao coronel Augusto Cezar Moniz de Aragão, o que situa a cena, com mais precisão, no início de 1953, quando o militar realizou o curso.

**Figura 22 – Cerimônia no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (1).**



Figura 22 – Cerimônia no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (1).  
Flagrante de uma cerimônia de “brevetação” em 1953. Fonte: Arquivo Nacional.

A profundidade das áreas vazias, livres de cercas ou muros, as poucas construções aparentes, e a falta de calçamento e iluminação reforçam a ideia de que o sítio, embora inserido na malha urbana do Rio de Janeiro – em franca expansão na segunda metade do século XX – ainda possuía consideráveis espaços ociosos, com capacidade para que as ambicionadas instalações da Escola de Paraquedistas fossem erguidas.

Mas, enquanto tal estrutura não era providenciada, as atividades se desenrolavam com um alto grau de improviso. A própria solenidade retratada é um exemplo disso: as autoridades, diversamente de outras imagens de cerimoniais militares, não ocupam palanques, tribunas ou sequer estão protegidas por um toldo, uma situação que seria absolutamente inaceitável nos anos posteriores; uma cadeira e uma mesa de madeira trabalhada, claramente móveis de gabinete, foram deslocadas de seus locais originais e posicionadas no campo,

soluções visivelmente improvisadas para acomodar os convidados; na falta de instalações elétricas adequadas, há fios estendidos pelo chão para alimentar o sistema de som.

Trata-se apenas de estratégias estranhas, de detalhes sem maior importância? Talvez; mas, a considerar que a relação de uma instituição com o espaço revela suas práticas, e através delas, suas crenças e valores (Schein, 2009: 72), pode-se atinar que essas imagens contém elementos preciosos para serem analisados, posto que constituem verdadeiros atestados da cultura do improviso vigente naqueles primeiros tempos, que discursos captados alhures também confirmam:

(...) a despeito de todos os esforços, os meios aeroterrestres surgiram e se desenvolveram entre nós de maneira altamente irregular, desordenadamente. Não houve, de início, medidas e providências que disciplinassem a formação daquela tropa. Parece que o governo e as autoridades não acreditavam no seu surgimento e desenvolvimento em face aos meios julgados indispensáveis, inexistentes entre nós<sup>244</sup>.

Embora as imagens contem com mais de sessenta anos, não se tratará de pura especulação ou anacronismo reconhecer nelas os paliativos, as soluções de véspera para a deficiência de meios enfrentada pela escola. A cerimônia retratada evidencia a tendência ao improviso, que mais do que reflexo de um momento inicial de carência, em seguida superado, constituiria uma marca na cultura da tropa paraquedista brasileira. Poderia testemunhar essa asserção um eventual leitor que tenha cumprido o serviço militar em anos posteriores, que não teria dificuldade em recordar o frenesi que as visitas oficiais sempre causavam nos comandantes e na tropa. Esse leitor poderia, inclusive, reconhecer nas imagens apresentadas os vestígios dessa agitação: o mato recentemente ceifado, o chão varrido há pouco, as árvores podadas, as mesas e cadeiras deslocadas de seus locais comuns, as muretas e meios-fios caiados de fresco, tudo denunciando o esforço despendido nos dias anteriores, fruto da falta de organização e de planejamento que levariam os comandantes a condutas imediatistas, estabelecendo prioridades que mormente passariam por cima do bem-estar dos homens. Jornadas prolongadas de faxina, ensaios exaustivos de ordem unida, inspeção de uniformes e de cortes de cabelo, redação de alusivos, reuniões, treinamentos e revisão às pressas de toda a sorte de detalhes seriam a rotina dos dias que antecederiam essas oportunidades.

Por triviais que possam parecer, esses fatos devem ser levados em conta no esforço de identificação de uma “cultura paraquedista”, posto que incluídos, desde os primeiros tempos, entre os principais desafios enfrentados pela tropa. Nesses termos, todo esforço se destinava a:

---

<sup>244</sup> *Notícia histórica do paraquedismo militar no Brasil. Revista do Regimento Santos Dumont, 1966, página 9.*



(...) convencer as autoridades competentes de que o início das atividades aeroterrestres não deveria nem poderia tardar, sob pena de o empreendimento cair no descrédito e morrer no nascedouro. A falta de verbas e de qualquer auxílio dos Estados Unidos eram os causadores do entrave do paraquedismo em nosso país. Mesmo assim, os trabalhos em Deodoro, dos quais ressaltamos a construção da Área de Estágio [sic], embora lentos, progrediram, graças ao auxílio dos primeiros voluntários incorporados em março de 1947<sup>245</sup>.

Um oficial próximo a Góes Monteiro confidenciaria, em 1952, ter ouvido do próprio ministro a afirmação “vamos cozinhando o Penha, que isso não é pra sair” como resposta às inúmeras solicitações de meios e recursos para pôr em funcionamento a Escola de Paraquedistas<sup>246</sup>. Vencer a natureza, construir condições materiais para seu próprio funcionamento, apresentar resultados nesse sentido: eis os problemas enfrentados pelos primeiros integrantes da organização.

**Figura 23 – “Brevetação”.**



Figura 23 – “Brevetação”. Flagrante da entrega do *brevet* de paraquedista militar ao coronel Augusto Cezar Moniz de Aragão (1953). Uma torre de saltos aparece ao fundo. Fonte: Arquivo Nacional.

A cultura de uma organização, deve ser recordado, é criada a partir de suposições e pressupostos, assimilados pela coletividade conforme sua eficácia em solucionar os problemas de adaptação externa e de integração interna, bem como de reduzir a ansiedade que

<sup>245</sup> *Notícia histórica do paraquedismo militar no Brasil. Revista do Regimento Santos Dumont, 1966, página 9.*

<sup>246</sup> *Notícia histórica do paraquedismo militar no Brasil. Revista do Regimento Santos Dumont, 1966, página 9.*

o grupo experimenta frente às adversidades. À medida que funcionem bem o suficiente para serem consideradas válidas, tais suposições são transmitidas como o modo correto de perceber, pensar e sentir-se em relação aos problemas. (Schein, 2009: 16). Tal processo não ocorre apenas nos momentos mais críticos, embora seja tentadora a proposta de reconhecer seus fundamentos, como na expressão de Piero Leirner, no “horizonte da atividade-fim dos militares, a guerra” (Leirner, 2008: 196). Mas “as presunções de uma organização a respeito de seu ambiente são confirmadas na prática e no cotidiano” (Chiavenato, 2004: 513), e nos momentos mais espetaculares, o comportamento do grupo é, geralmente, apoiado em tendências que se formaram no dia a dia – laços de camaradagem, confiança no líder, etc. Assim, a sobrevivência inicial do grupo de paraquedistas, como instituição, dependia de fatores consideravelmente ordinários e banais, como a sua acomodação ao território rude que lhe fora destinado, e a transmissão de uma impressão positiva junto às autoridades que detinham poder e recursos para permitir seu desenvolvimento. Essa era uma tarefa primária, a questão em torno da qual deveriam se desenvolver o consenso e as convicções.

**Figura 24 – Cerimônia no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (2).**



Figura 24 – Cerimônia no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (1953). Ao fundo, um *quonset hut*. Fonte: Arquivo Nacional.

Acrescente-se que, ao menos nos dois anos iniciais do paraquedismo militar brasileiro, os próprios recrutas cooptados para fazerem parte da organização não faziam mais do que trabalhos braçais. Ora, o emprego da mão-de-obra dos soldados na conservação dos quartelamentos não é, obviamente, uma prática que nasce com a Escola de Paraquedistas. Já foi descrito como os alunos da malsucedida Escola de Sargentos, criada – e logo extinta – no

final do século XIX, tiveram como principal atribuição a execução de faxinas e a manutenção de equipamentos na área de Realengo, com a simples finalidade de mantê-los ocupados (Viana, 2010: 58). Mas a questão aqui é *como* atividades dessa natureza foram *ressignificadas* na peculiar estrutura cultural que agora se formava. Na posteridade, essa fase seria exaltada como parte de uma saga, na qual a própria existência da instituição estava em estado de risco, do qual foi salva pela ação oportuna dos *pioneiros*, seus heróis. Quando a *Revista do Regimento Santos Dumont* registrou, em 1964, o duro trabalho executado pelos soldados naqueles primeiros tempos, a matéria destacava que:

O comandante do batalhão – o Maj Carlos Alberto Goulart Pereira e o subcomandante, o Maj Edgard Sarmento e Silva, incentivavam a todo momento essa equipe valiosa, estudando as propostas apresentadas, liderando a equipe e dando o seu apoio moral e material, sem o qual nada poderia ser levado a bom termo.

O que poderia justificar, ou ao menos explicar, o envolvimento e a atenção dos oficiais de mais alto posto do aquartelamento em tarefas tão corriqueiras? Ou o destaque de seus nomes como “líderes” naqueles momentos? Por certo que se trata de uma tentativa institucional de personificação de “heróis”, personagens que incorporam os valores e condensam a força da organização (Freitas, 1991: 75). Mas também parece se desenvolver aqui uma estratégia para que fainas “menos nobres”, como arrumações, limpezas e faxinas fossem encaradas como tarefas mais “honrosas”, já que fundamentais para o funcionamento e para a sobrevivência da organização.

Mesmo nos anos que se seguiram, esses pressupostos não foram abandonados; arraigados no inconsciente coletivo e transmitidos entre as gerações, tais convicções sobreviveram longamente ao tempo. A esse respeito, pode se observar que na década de 1990, após mais de quarenta anos de existência da organização, as áreas da brigada ainda possuíam um aspecto agreste, exigindo grandes esforços para torná-las apresentáveis quando autoridades externas decidiam vistoriar os quartéis. Os dias que antecederiam essas visitas ainda eram atravessados com desconforto e ansiedade, com os horários de expediente estendidos e ocupados por atividades de faxina, manutenção, capina e treinamentos. Mas, ao final das inspeções, eram distribuídas recompensas sob a forma de elogios e dispensas, potencializando o alívio do grupo. Em uma dessas ocasiões, depois de atravessado com sucesso o acontecimento, o oficial comandante expressaria sua satisfação dirigindo-se do seguinte modo aos seus subordinados:

(...) ao término da visita de inspeção administrativa feita a 1ª Cia E Cmb Pqdt, pelo comandante da Bda Inf Pqdt no dia 11 de junho de 1991, é com satisfação e cumprindo um dever de justiça que louvo a atuação do \*\*\*, por ter se dedicado com

afinco, não medindo esforços, no sentido de muito bem preparar e elevar o nome desta unânime [*sic*] Unidade de Engenharia Paraquedista. Agradeço a colaboração obtida desejando-lhe sucesso e que continue a trilhar o caminho do dever<sup>247</sup>.

Gratificações dessa natureza funcionam como reforços positivos, facilitando a incorporação de comportamentos e aprendizados. Elas desempenham um papel relevante dentro de um mecanismo onde as tarefas são encaradas com uma importância exacerbada, principalmente pelos elementos em posição de comando, os mais expostos pelas eventuais falhas na sua execução. Já para os executores em si, ocupantes dos níveis subalternos da hierarquia, elas poderiam ser encaradas com certa aversão – como, por exemplo, no caso das extensas jornadas de trabalho braçal para transformação da Colina Longa em uma área minimamente decente de aquartelamento. No fundo, o mais importante não era apenas transmitir as ordens para execução das tarefas – o que de resto poderia ser imposto através do mando hierárquico – mas representar os encargos como imprescindíveis para que os objetivos maiores da instituição fossem atingidos, como realizações mais elevadas em relação às quais todos os esforços se justificariam.

**Figura 25 – Cerimônia no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (3).**



Figura 25 – Cerimônia no Núcleo da Divisão Aeroterrestre. À direita da imagem, o general Penha Brasil. Fonte: Arquivo Nacional.

Conta ainda o fato dessas empreitadas exigirem a capacidade dos homens de despenderem esforço e demonstrarem resistência física, atributos valorizados já desde os tempos da seleção dos primeiros voluntários por Roberto de Pessôa; e o uso linguístico também se configura estratégico, como revela o emprego, usual na caserna, do termo

<sup>247</sup> Boletim Interno nº 112, da 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista, de 18 de junho de 1991.

“missão” para designar o mais simples dos serviços. Tudo isso revela que a atribuição de relevância capital à mais simples das tarefas é um pressuposto básico na cultura da instituição. Assim, seus membros agem – cumprem “missões” – conforme os interesses e crenças de seus comandantes, que os gratificam em um momento posterior. Tais recompensas, ainda que simbólicas, criam uma percepção de sucesso compartilhado que facilita a incorporação dos valores e crenças ao imaginário coletivo. Eis, de modo resumido, uma proposta de entendimento tanto da construção da cultura organizacional da tropa paraquedista brasileira como resultado da necessidade de solucionar problemas e de reduzir a ansiedade grupal, quanto da longa duração de seus efeitos.

#### 4.1.4 A ÁREA DE ESTÁGIOS

Entre as edificações julgadas prioritárias naqueles momentos iniciais estava a *área de estágios*, local de desenvolvimento do curso de paraquedismo e talvez o espaço mais expressivo para o paraquedista militar, tanto pela sua finalidade de ensino técnico, quanto pela carga emocional vivida entre seus muros pelos neófitos.

**Figura 26 – Ginástica calistênica na área de estágios.**



Figura 26 – Ginástica calistênica na área de estágios. Os equipamentos da área de estágio são destinados ao preparo físico e técnico do futuro paraquedista. Fonte: Arquivo Nacional.

As instalações da área de estágios tiveram prioridade para implantação, ocupando a região central das instalações desde então construídas. Seus equipamentos se dividem entre os dispositivos para o treinamento de saltos de paraquedas – nos quais se destacam as três torres de salto – os equipamentos e espaços para a prática de exercícios físicos, e alguns

recintos para atividades administrativas, aí incluídas instalações sanitárias, posto de saúde e depósitos de material.

Nas figuras que acompanham esta pesquisa podem ser encontradas algumas cenas de atividades na área de estágios. Uma delas retrata uma sessão de treinamento físico: alguns soldados atravessam a *pista de cordas*, um conjunto de obstáculos que deve ser transposto com o auxílio de cabos de sisal; em outra, os militares se exercitam na *ginástica com toros*, erguendo ritmicamente troncos rústicos de eucalipto. Como já foi visto, desde a seleção dos primeiros voluntários vigorou a ideia de conjugar o domínio das técnicas de salto com um preparo físico excepcional, conceito fortemente incorporado aos pressupostos institucionais. Assim, não apenas a área de estágios, mas todos os aquartelamentos da brigada foram contemplados com áreas e equipamentos onde os recrutas são exercitados fisicamente, visando ao desenvolvimento de sua força física e habilidades psicomotoras.

**Figura 27 – Ginástica com toros e “falsa baiana”.**



Figura 27 – Ginástica com toros e “falsa baiana”. Flagrante de exercícios físicos na área de estágios. Fonte: Arquivo Nacional.

Os equipamentos da *área* foram inspirados nos similares de *Fort Benning*. A torre de salto mais antiga se encontra atualmente desativada e, em nome da memória da instituição, foi incorporada ao acervo do Museu Aeroterrestre. O motivo de seu abandono foi a demarcação dos limites entre o aquartelamento da Colina Longa e a área de estágios, sendo que uma rua foi aberta entre os dois espaços, dividindo-os e definindo funções próprias para cada um deles. Outras três torres foram erguidas e hoje se encontram em funcionamento. Tratam-se de estruturas de concreto armado, com altura equivalente a um prédio de quatro andares, que constitui um dos principais meios para o treinamento do paraquedismo. O

exercício consiste em saltar da casinhola no topo da torre, através de uma porta que simula as dimensões daquela de uma aeronave; entretanto, ao invés de um paraquedas, o saltador estará atado a uma tirolesa, deslizando em segurança por um cabo ao invés de cair no solo. O equipamento é um símile do utilizado em *Fort Benning*, onde também existem as chamadas “*big towers*”, nas quais o aluno, equipado com um paraquedas, é içado à grande altura e liberado, experimentando assim a dirigibilidade do velame e o choque com o chão. Seja pelo custo econômico, seja pela falta de espaço físico, as grandes torres nunca foram construídas no Brasil.

Os galpões que aparecem nas imagens da área de estágios nas figuras 26 e 27 abrigam aparelhos utilizados nos treinamentos: equipamentos suspensos para a prática das técnicas de controle e procedimentos de emergência do paraquedas; balanços e plataformas para aprendizado da chegada ao solo; a fuselagem de um *falso avião*, onde são ensaiados os procedimentos e movimentos que as equipes devem realizar no interior das aeronaves. Os usos e funções desses equipamentos, retratados a mais de sessenta anos, mas que ainda se encontram em operação em seus locais originais, são detalhados ainda hoje nos diversos manuais que tratam dos cursos e estágios conduzidos na brigada. Ou seja, a julgar pela estrutura física da *área*, a formação técnica do paraquedista militar pouquíssimo se alterou ao longo das décadas.

#### 4.1.5 ALÉM DA COLINA LONGA

Mesmo tomadas de outros ângulos, as imagens continuam registrando poucas edificações. Destacam-se os *quonset huts*, galpões militares de origem estadunidense, construídos com chapas metálicas corrugadas. Em tempos de paz, os *quonset* foram adaptados a diversos programas (habitação social, igrejas, mercados, ginásios) e distribuídos para países sob a influência norte-americana, ante a chave da cooperação internacional (Inglez de Souza, 2009: 166). No Rio de Janeiro, também podiam ser adquiridos no comércio, possuindo como representante a firma *Leland E. Metcalf Co.*, situada no bairro de Bonsucesso<sup>248</sup>. Os *barracões*, como são chamados no relato de Penha Brasil, foram montados ao lado dos pavilhões tomados da artilharia, servindo como cozinha, refeitório e depósito de materiais<sup>249</sup>. São mais um elemento que revela o grau de improviso daqueles primeiros tempos de

<sup>248</sup> Edifícios pré-fabricados *quonset*. *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1948, página 4.

<sup>249</sup> Por ocasião da desmontagem dos *quonsets*, as cozinhas e os refeitórios de alvenaria que os substituíram foram construídos no mesmo local, no qual se encontram ainda hoje.

existência da tropa paraquedista, já que substituem contingencialmente as edificações definitivas, para as quais ainda não havia planejamento ou recursos.

Mas nem por isso deixaria de ser crescente a necessidade da unidade de ocupar instalações definitivas e adequadas ao seu efetivo. Como demonstra o gráfico, a quantidade de militares paraquedistas cresceu a cada ano, entre 1953 e 1957. Ora, soldados precisam ser alojados e alimentados, além de treinados em locais específicos; armas, viaturas e equipamentos também devem ser estocados em condições apropriadas. Ano após ano, o efetivo do núcleo se elevava, tanto por meio do recrutamento quanto do interesse dos militares da Força em integrar a nova especialidade.

**Tabela 1 – Paraquedistas formados no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (1952 – 1968).**

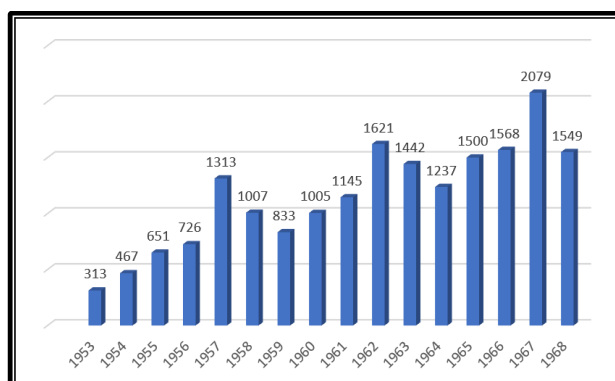


Tabela 1 – Paraquedistas formados no Núcleo da Divisão Aeroterrestre (1952 – 1968). Quantidade de militares que concluíram o curso de paraquedismo entre os anos de 1952 e 1968. Fonte: construído pelo autor a partir de dados do *Almanaque do Paraquedista*.

Para atender a todo esse efetivo, outros três edifícios foram tomados da ala oeste dos pavilhões da artilharia, e foi parcialmente ocupado, em 1954, o aquartelamento do 2º Regimento de Infantaria, localizado nas proximidades. Essa situação deveria ser passageira, mas se estendeu por bastante tempo. Somente em 1957, mais de dez anos após a fundação do núcleo, ficou pronto seu quartel-general, um prédio de três andares erguido a oeste da Colina Longa. As sedes das demais unidades, descritas a seguir, também foram erguidas nas cercanias da colina e da área de estágios, tornando-as o centro geográfico e simbólico da futura brigada.

O *Grupamento de Unidades Divisionárias*, formado em 1952, reunia os elementos de apoio<sup>250</sup> do *Núcleo da Divisão Aeroterrestre*, e ocupava desde a data de sua criação os pavilhões da Colina Longa. Renomeada em 1968 para *Grupamento das Unidades de Apoio*

<sup>250</sup> Isto é, serviços de transporte, intendência e saúde.



*Aeroterrestre*<sup>251</sup> e em 1972 para *20º Batalhão Logístico Paraquedista*<sup>252</sup>, a unidade foi movida, em 31 de março de 1993, para as antigas instalações do 1º Batalhão de Comunicações Divisionário, nas proximidades da estação ferroviária de Deodoro, onde permanece até hoje.

**Figura 28 – Charge das vias de acesso ao Regimento Santos Dumont.**

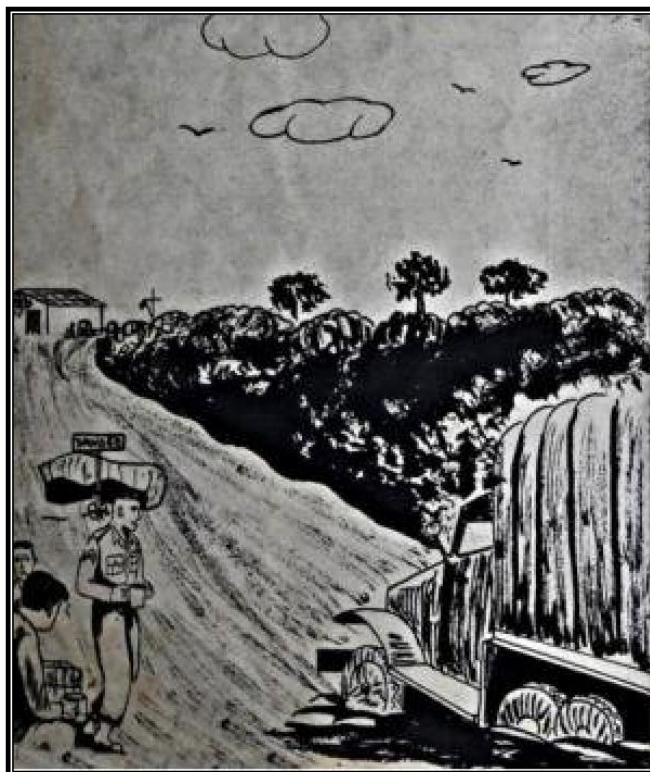


Figura 28 – Charge das vias de acesso ao Regimento Santos Dumont. A legenda registrava: “A lama, a maldita lama, era senhora absoluta das estradas, que atolavam qualquer viatura que as enfrentassem num dia de chuva”.  
Fonte: *Revista do Regimento Santos Dumont*, 1964.

O *Batalhão de Infantaria Aeroterrestre* evoluiu a partir de uma subunidade da Escola de Paraquedistas, formada pelas duas companhias de fuzileiros previstas no decreto de criação<sup>253</sup>. Até 1953, a unidade também ocupava um dos pavilhões tomados da Escola de Artilharia na Colina Longa, sendo transferida, em 1954, para uma ala do 2º Regimento de Infantaria, na Vila Militar. Dotado de pessoal e material acima da capacidade das instalações que lhe foram destinadas, suas viaturas, armamentos e outros materiais não passavam de um

<sup>251</sup> Decreto nº 63.573, de 7 de novembro de 1968. *Transforma, cria e muda a denominação de organizações militares e dá outras providências.*

<sup>252</sup> Portaria Ministerial 041, de 7 de novembro de 1972.

<sup>253</sup> Conforme o Artigo 2º do Decreto-Lei nº 8.444, de 26 de dezembro de 1945. *Cria no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas e dá outras providências.* A unidade foi elevada a *Batalhão de Infantaria Aeroterrestre*, com o respectivo incremento da lotação de pessoal e dotação de material, por meio da Portaria nº 187 (secreta), de 26 de outubro de 1956.

mundo de coisas amontoadas, sem espaço adequado. Uma das companhias estava abrigada em uma garagem aberta, sem camas, colchões ou armários; suas poucas viaturas ficavam ao relento<sup>254</sup>. Malgrado os esforços de acomodação, uma nova ordem determinou sua mudança para um quartel ainda em fase de construção, junto ao Arroio dos Afonsos.

**Figura 29 – Charge das instalações do Regimento Santos Dumont.**

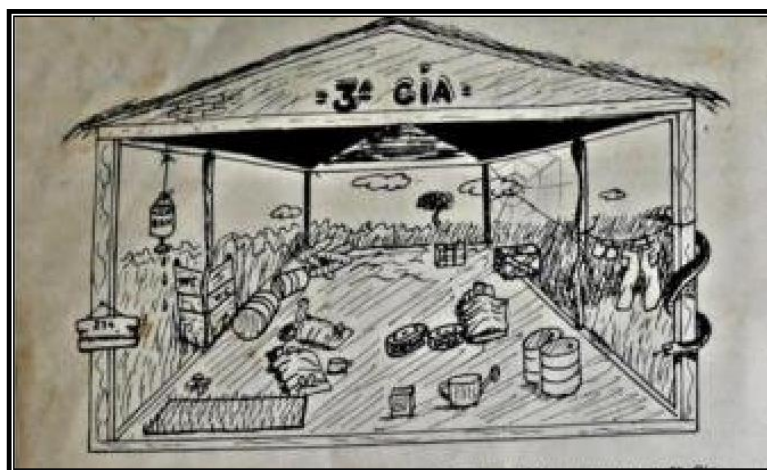


Figura 29 – Charge das instalações do Regimento Santos Dumont. A charge denuncia a falta de recursos e estruturas dos primeiros anos da Escola de Paraquedistas. “Haviam problemas graves: a 3ª Companhia, morando em garagem aberta, sem camas, sem colchões, sem armários”. Fonte: *Revista do Regimento Santos Dumont*, 1964.

Com as obras ainda em andamento, os problemas foram surgindo e se acumulando. Os refeitórios e alguns pavilhões ainda estavam sendo erguidos; “o capim era dono da região, que não possuía uma árvore sequer; a lama, a maldita lama, era a senhora absoluta das estradas que atolavam qualquer viatura que as enfrentasse num dia de chuva”<sup>255</sup>. Mesmo assim, a unidade foi desdobrada em três<sup>256</sup> – os 1º, 2º e 3º Batalhões de Infantaria Aeroterrestre<sup>257</sup>, a fim de, juntas, comporem o *Regimento Aeroterrestre*, sob a alcunha de *Regimento Santos Dumont*<sup>258</sup>. Os batalhões permaneceriam definitivamente na região do arroio, juntamente com a Companhia de Suprimento e Manutenção de Paraquedas<sup>259</sup>, e assim como seus pares na Colina Longa, os soldados ainda labutariam por muito tempo por melhores condições do próprio quartel.

<sup>254</sup> *Um pouco da história do Regimento Santos Dumont. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1964, página 2.

<sup>255</sup> *Um pouco da história do Regimento Santos Dumont. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1964, página 3.

<sup>256</sup> Decreto nº 49.683, de 11 de janeiro de 1961. *Cria o Regimento de Infantaria Aeroterrestre, com sede em Deodoro – Rio de Janeiro (estado da Guanabara), subordinado ao Núcleo da Divisão Aeroterrestre.*

<sup>257</sup> Atualmente denominados 25º, 26º e 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista.

<sup>258</sup> O título já havia sido concedido ao então Batalhão de Infantaria Aeroterrestre pelo Decreto nº 40.169, de 22 de outubro de 1956. *Denomina “Batalhão Santos Dumont” o Batalhão de Infantaria do Núcleo da Divisão Aeroterrestre.*

<sup>259</sup> Atualmente, Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar.

O *Grupo de Obuses*<sup>260</sup> também derivou de uma subunidade prevista no decreto de criação da Escola de Paraquedistas. Os artilheiros ocupariam uma posição ao sul do conjunto das unidades aeroterrestres, depois de transitar por instalações provisórias durante anos. Em 1950, estavam alojados nos fundos da Escola de Defesa Antiaérea; em 1957, em um conjunto de quatro galpões pertencentes às garagens do Regimento de Infantaria Aeroterrestre. Em meados de 1961, dadas as suas precárias condições de aquartelamento, foi transferido de volta para os pavilhões da artilharia, mas no mesmo ano uma nova ordem o moveu para as dependências do 2º Batalhão de Carros de Combate, que desocupara um quartel em Deodoro. Após 1962, a unidade estabilizou ali sua permanência<sup>261</sup>. Por ocasião da criação da 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea Paraquedista, em 2004<sup>262</sup>, as instalações do grupo foram divididas com a nova unidade, até que a bateria ocupasse um aquartelamento próprio, cedido pela 9ª Bateria de Artilharia Antiaérea, transferida para a cidade de Macaé, no litoral norte do Rio de Janeiro.

**Figura 30 – Vista do Regimento Santos Dumont, 1968.**



Figura 30 – Vista do Regimento Santos Dumont, 1968. Pavilhão "H" do 3º Batalhão de Infantaria Paraquedista, atualmente 25º Batalhão de Infantaria paraquedista. Ao fundo, o Campo dos Afonsos. Fonte: *Revista do Regimento Santos Dumont*, 1968.

Em 1971, a *Seção de Engenharia*, transformada em *Companhia de Engenharia Aeroterrestre*<sup>263</sup>, foi transferida da Colina Longa para o Morro do Girante, ao norte, adaptando instalações que haviam servido ao 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado

<sup>260</sup> Atualmente, 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista.

<sup>261</sup> *Grupo de Obuses – 105 AET. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1967, página 74.

<sup>262</sup> Portaria nº 005-SEF, de 5 de fevereiro de 2004. *Desvincula administrativamente do 21º Grupo de Artilharia de Campanha a 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea e vincula administrativamente ao Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista a 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea Paraquedista.*

<sup>263</sup> Portaria nº 188 (secreta), de 26 de outubro de 1956.

durante os treinamentos para a campanha da Itália, e também de área de acantonamento para o 6º Regimento de Infantaria, no retorno da Força Expedicionária Brasileira<sup>264</sup> dos campos europeus. Atualmente denominada 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista, a unidade permanece no mesmo local, tendo como vizinhos o 36º Pelotão de Polícia do Exército Paraquedista e o 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista.

A história dessa última unidade, embora mais recente, repete a das demais. Criada em 21 de dezembro de 1981<sup>265</sup>, previa-se sua instalação na área da extinta Escola de Veterinária, no bairro de Guadalupe, com a promessa de distribuição de efetivos e provisão de recursos<sup>266</sup>. Mas o esquadrão foi instalado provisoriamente em uma barraca, atrás do quartel-general da brigada. Um mês depois, mudou-se para o terceiro andar do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, e em setembro de 1984, para antigas instalações na Colina Longa, que remontavam à época da Escola de Paraquedistas. Finalmente, em 1993, o quartel foi transferido para o prédio onde hoje se encontra, próximo ao Morro do Girante, reformando e readaptando antigas instalações que já haviam servido a diversas outras unidades nas décadas anteriores. Ao longo do tempo, a história se repetia: os integrantes das novas unidades não deixariam de viver a mesma saga das antigas.

#### 4.1.6 USOS DO ESPAÇO

Conforme ensinava o geógrafo Nelson Fernandes, “os espaços militares têm uma grande força de permanência, num sentido comparável à das instituições religiosas e seus edifícios, bem como uma lógica espacial subordinada a seus interesses e objetivos particulares” (Fernandes, 2006). Uma vez estabelecida, a presença militar em determinada área pode durar séculos, como testemunham as diversas fortificações do litoral carioca, que uma vez esgotada sua função militar, ainda permanecem sob a administração da Força até os dias atuais (Corrêa-Martins, 2011: 13).

A continuidade da *brigada* no mesmo território ao longo de sete décadas é, notoriamente, um dos fatores que permitiram que sucessivas gerações de paraquedistas compartilhassem experiências similares, embora separadas no tempo; daí, em certa medida, deriva a unidade de sua identidade cultural. Dito de outro modo, a cultura da instituição foi

<sup>264</sup> *O Brasil a seus heroicos soldados. A Noite*, 19 de julho de 1945, página 11.

<sup>265</sup> *Esquadrão de Infantaria Paraquedista (Criação)*. Portaria Ministerial nº 77-Reservada, de 21 de dezembro de 1981, publicada no Boletim Reservado do Exército nº 12, de 31 de dezembro de 1981.

<sup>266</sup> *Esquadrão de Infantaria Paraquedista (Organização)*. Portaria Ministerial nº 078-Reservada, de 21 de dezembro de 1981, publicada no Boletim Reservado do Exército nº 12, de 31 de dezembro de 1981.

fundada – e continua se reproduzindo – nas experiências atravessadas pelos sujeitos, ao longo das décadas, no mesmo espaço concreto. Como produtoras do espaço, essas gerações deram à estrutura das edificações uma visão de suas concepções sobre como as coisas deveriam ser, seja em termos do desenvolvimento de atividades, seja em termos das interações que o grupo estabelece entre si e com os outros. Desse modo, o espaço e a paisagem, além de referências concretas, constituem e reproduzem valores e princípios institucionalmente estabelecidos.

Uma reflexão mais aprofundada sobre esses pontos precisará ser adiada até que sejam reunidos e examinados outros elementos. Mas registre-se que, segundo os princípios da análise organizacional, o espaço físico denuncia as regras e pressupostos que governam as condutas; que a partir dele, podem ser compreendidos os mecanismos de distribuição de poder entre os níveis hierárquicos, a ordenação social, o modo de gestão das tarefas, a distribuição de benesses ou privilégios etc.; que, em suma, a arquitetura e o *layout* de uma instituição refletem um aspecto importante da cultura organizacional: os pressupostos vigentes na instituição a respeito das relações humanas (Schein, 2009: 73).

Por ora, serão descritas as ações realizadas nos espaços cujo desenvolvimento foi narrado. Como outras instituições, a brigada “funciona por meio de um aparato material, cuja natureza só pode ser compreendida se relacionada aos usos a que efetivamente se presta” (Firth, 2016: 195). Explorar então os usos do espaço e de seus equipamentos pode auxiliar no conhecimento de uma das principais atividades da organização: os cursos e estágios.

## 4.2 CURSOS E ESTÁGIOS

Por definição, a oferta de treinamentos em uma instituição se refere à capacitação profissional de seus integrantes, com a finalidade de corrigir ou aprimorar suas competências; de um modo geral, a aderência aos treinamentos está ligada à perspectiva de desenvolvimento e carreira (Oliveira-Castro, Pilati & Borges Andrade, 1999: 35).

Ainda que esses aspectos devam ser considerados, o caso em estudo possui certas peculiaridades. Ao longo dos anos, os *cursos* da Brigada de Infantaria Paraquedista passaram a constituir uma das mais importantes atividades da instituição, conferindo um *status* especial aos militares que os frequentam. Os aspectos mais visíveis e concretos (artefatos) dessa situação seriam o acréscimo de pontuação no sistema de valorização do mérito<sup>267</sup>, o direito de

---

<sup>267</sup> O sistema de valorização do mérito funciona mediante a avaliação de componentes da profissão militar, definidos pela política de pessoal. Com base em avaliações periódicas, são conferidas pontuações que ordenam os militares por mérito, à parte da hierarquia, visando processos seletivos internos, promoções etc. Ver: Portaria

envergar peças de uniforme ou distintivos específicos, e, em alguns casos, a percepção de adicionais na remuneração; já em um sentido simbólico (valores e pressupostos), o *curso* é visto como fonte de prestígio e destaque social no meio militar.

**Figura 31 – Área de estágios (pista de aparelhos).**



Figura 31 – Área de estágios (pista de aparelhos). Vista da pista de aparelhos, ou treinamento em circuito. Fonte: <<http://www.cipqdt.eb.mil.br/>>.

Treinar o paraquedista, equipá-lo, embarcá-lo, lançar os homens da aeronave, reagrupá-los taticamente no solo, preparar e lançar material, suprimentos, armamentos e munição: uma operação aeroterrestre se reveste de grande complexidade, em vista do que é necessária uma gama de especialistas trabalhando em conjunto para levá-la a cabo. Alguns dos treinamentos que permitiriam aos integrantes da tropa paraquedista desempenharem todas essas funções já estavam previstos desde a criação da Escola de Paraquedistas, em 1945; outros foram introduzidos no período de 1952 a 1968. Foi nesse segundo momento que se consolidaram determinados aspectos da formação do “combatente aeroterrestre”, seja no sentido técnico, seja no sentido simbólico – não menos importante para o presente estudo. Para introduzir essa discussão, serão detalhados em seguida os cursos que habilitam os homens ao desempenho das funções militares específicas da atividade aeroterrestre: o *curso básico de paraquedismo*; o *curso de mestre de salto*; o *curso de precursor paraquedista*; o *curso de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar*; o *curso de forças especiais*; e o *curso de ações de comandos*. Além desses, há outras três atividades que, por

possuírem um tempo menor de duração – inferior a duas semanas – recebem a denominação de *estágios*: o *estágio de salto livre*; o *estágio de salto livre avançado* e o *estágio de transporte aéreo*.

**Figura 32 – Área de estágios (falso avião).**



Figura 32 – Área de estágios (falso avião). Vista do “falso avião”, um equipamento utilizado para o treinamento da técnica aeroterrestre. Fonte: <<http://www.cipqdt.eb.mil.br/>>.

Atualmente, com exceção dos cursos de ações de comandos e de forças especiais, as atividades de ensino são conduzidas pelo Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, que realiza a especialização de militares do Exército Brasileiro para a ocupação de cargos na própria Brigada de Infantaria Paraquedista ou no Comando de Operações Especiais. Além disso, uma determinada cota de vagas é usualmente destinada à Marinha do Brasil e à Força Aérea Brasileira, bem como a militares de outras nações.

#### 4.2.1 CURSO BÁSICO DE PARAQUEDISMO

O curso básico de paraquedismo habilita o militar a realizar o salto *semiautomático* ou *enganchado*, no qual a abertura do paraquedas depende apenas da ação de enganchar, ou seja, de ancorar a fita de abertura do paraquedas a um ponto fixo no interior da aeronave. Quando o saltador abandona o avião, a fita é responsável por provocar uma série de distensões e arrebentamentos, extraindo o paraquedas do invólucro no qual se encontrava acondicionado e permitindo sua abertura, que reduz a velocidade da queda e estabiliza o corpo do paraquedista durante a descida até o solo.

Os cursos de paraquedismo começaram a funcionar no Exército Brasileiro a partir de 1949, quando foram qualificados os primeiros paraquedistas militares no país e, simultaneamente, revalidados os cursos realizados nos Estados Unidos<sup>268</sup>. Desde então, a atividade passou a ser conduzida com regularidade, em moldes que repetem a experiência das primeiras turmas formadas no exterior. Até o mês de maio de 2018, mais de 90.000 militares já haviam concluído o curso básico de paraquedismo<sup>269</sup>.

**Figura 33 – Área de estágios (balanço).**



Figura 33 – Área de estágios (balanço). Vista do “balanço”, um dos equipamentos que a área de estágios dispõe para o treinamento das técnicas aeroterrestres. Fonte: <<http://www.cipqdt.eb.mil.br/>>.

Os alunos são organizados por “turnos”, denominados pelo ano de realização do curso e pela ordem cronológica dentro do ano (por exemplo, 1986/3, ou simplesmente 86/3, indica o terceiro curso realizado no ano de 1986). O pressuposto do ensino é que o treinamento prático faz com que o homem adquira os reflexos necessários para a tarefa de se lançar do avião, condicionando-o pela repetição exaustiva dos procedimentos<sup>270</sup>. O programa do curso básico abrange, além de intensas sessões de treinamento físico, os seguintes tópicos: utilização do equipamento aeroterrestre; técnica de saída da aeronave; saltos da torre de instrução; técnica de controle do paraquedas; procedimentos em emergências e em caso de arrastamento pelo vento; aterragem; recolhimento do paraquedas; noções sobre as aeronaves de transporte de tropa; e reorganização após o salto.

<sup>268</sup> Ofício nº 6 - Reservado, do comandante da Escola de Paraquedistas, de 17 de março de 1949, publicado no Boletim Reservado do Exército nº 3, de 25 de março de 1949, página 153-154.

<sup>269</sup> *Nossos cursos*. Disponível em <<http://www.cipqdt.eb.mil.br/>>. Acesso em 15 de julho de 2018.

<sup>270</sup> Portaria nº 4-COTER, de 17 de julho de 2013. *Aprova o caderno de instrução de treinamento e técnica básica do paraquedista militar (EB70-CI-11.001), 1ª edição, 2013 e dá outras providências.*



O programa não sofreu grandes alterações desde sua introdução, há mais de setenta anos. Até meados da década de 1960, os cursos eram conduzidos sem distinção de grau hierárquico, reunindo oficiais, sargentos, cabos e soldados para receberem simultaneamente as mesmas instruções. Constituía exceções apenas alguns turnos destinados a oficiais superiores<sup>271</sup>. A partir de 1965, as turmas foram separadas, e desde então, foram introduzidas algumas pequenas variações, apresentadas em seguida.

#### *4.2.1.1 Curso básico paraquedista (oficiais e sargentos)*

O militar, voluntariamente, deve cumprir uma primeira etapa burocrática, iniciada com o preenchimento de um requerimento no qual solicita a sua matrícula no curso. A documentação deve ser acompanhada de uma série de informações sobre sua aptidão física, seu estado de saúde, conceito disciplinar, parecer sobre a conveniência para o serviço, etc. Após uma seleção preliminar, novos testes físicos e exames de saúde serão realizados. Ultrapassadas essas fases, o candidato aprovado poderá se dirigir ao Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, onde efetivamente realizará o curso.

As instruções acontecem na área de estágios, ao longo de seis semanas. As três primeiras funcionam em regime de meia jornada, pela manhã, destinadas quase que exclusivamente à prática do treinamento físico. Ao término da terceira semana é realizado um novo teste de aptidão física, de caráter eliminatório, de cujo resultado o aluno dependerá para prosseguir no curso.

A segunda fase tem a duração de três semanas, agora em regime de trabalho integral, ou seja, oito horas de atividade por dia. As duas primeiras semanas se destinam ao aprendizado das técnicas aeroterrestres propriamente ditas, e a terceira semana de instrução é reservada para a realização dos saltos de paraquedas, normalmente executados sobre o Campo dos Afonsos, a uma altura de 1.200 pés, cerca de quatrocentos metros. Um novo teste físico, denominado “teste de saída”, semelhante ao realizado no final da terceira semana, é aplicado antes do período de execução dos saltos. Normalmente, o aluno tem a oportunidade de executar cinco saltos de paraquedas, mas em períodos de carência de meios aéreos esse número pode ser reduzido. A realização bem-sucedida dos saltos encerra o curso, garantindo ao concluinte o título de paraquedista militar.

---

<sup>271</sup> O Aviso nº 485 do Gabinete do ministro, de 27 de julho de 1954, previa que o oficial no posto de tenente-coronel, coronel ou general, não dependeria das provas físicas para ingresso na instrução básica aeroterrestre. *Instruções para o recrutamento para a tropa aeroterrestre*, Diário Oficial da União, 11 de outubro de 1954, seção 1, página 9.

#### 4.2.1.2 Estágio básico paraquedista (cabos e soldados)

Por ocasião do alistamento para o serviço militar obrigatório<sup>272</sup>, o jovem que se declara voluntário para a tropa paraquedista é encaminhado a uma comissão de seleção especial, onde realizará exames médicos complementares e testes físicos específicos. Os candidatos aprovados e selecionados serão *incorporados*, ou seja, incluídos em uma organização militar, no início do ano seguinte.

Lá, o agora *recruta* receberá a instrução militar básica, que é padronizada no âmbito do Exército Brasileiro, até por volta da sexta semana após a incorporação, quando será iniciado o *estágio básico paraquedista*, que funciona em moldes semelhantes ao curso básico descrito acima. A alteração mais notável é que a primeira fase do curso será realizada na unidade de origem, ou seja, no quartel onde o recruta incorporou; a segunda fase se desenvolverá na própria área de estágios, sob supervisão do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil.

Atualmente, os saltos de paraquedas exigidos para a formação dos recrutas têm seu número reduzido para três; anteriormente, a exigência era de quatro saltos, sendo o último deles executado com a condução de armamento e equipamento de campanha. Após realizá-los, o soldado deverá ainda atravessar a fase da instrução básica de combate, uma árdua jornada de campo que coroa o treinamento.

#### 4.2.2 CURSO DE MESTRE DE SALTO

Segundo o *Manual Técnico do Mestre de Salto Paraquedista*, o mestre de salto tem a função de conduzir as frações paraquedistas durante o embarque, o voo e o lançamento:

O mestre de salto é o combatente paraquedista habilitado a comandar o lançamento de pessoal, material leve e animais de uma aeronave militar em voo, na vertical de um ponto de lançamento materializado no solo ou na “luz verde”, a comando rádio do precursor paraquedista. Assiste técnica e moralmente seus comandados, instruindo-os e incentivando-os para o perfeito cumprimento da missão recebida, devendo transmitir tranquilidade e segurança. (...) além do conhecimento do avião e do paraquedas (Pqd) utilizado, visando à segurança do pessoal, do material e da aeronave, necessita ter conhecimentos referentes à técnica individual paraquedista, ao material em uso na GU Pqdt, à segurança nos aeródromos e, durante os voos, aos procedimentos nos casos excepcionais, à conduta nos impedimentos do salto e nas emergências em voo<sup>273</sup>.

<sup>272</sup> Ou seja, no ano em que completar dezoito anos de idade, conforme o parágrafo único, do artigo 13, da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. *Lei do Serviço Militar*.

<sup>273</sup> Portaria n. 02 DECEX, de 12 de janeiro de 2015. *Aprova o manual técnico do mestre de salto paraquedista (EB60-MT-34.402) 1ª edição, 2015 e dá outras providências*.

O curso de mestre de salto visa complementar a formação básica paraquedista, habilitando o militar para preparar, inspecionar e realizar o lançamento de pessoal, material leve e animais (cães de guerra) de uma aeronave em voo<sup>274</sup>. O curso e seu programa de matérias foram inspirados no *master jump course* do exército norte-americano, realizado pelos militares das primeiras turmas de brasileiros que seguiram para *Fort Benning*, nos primórdios da Escola de Paraquedistas. Sua primeira edição no Brasil teve a participação de sete militares, e foi concluída em 17 de fevereiro de 1949<sup>275</sup>.

**Figura 34 – Inspeção pelo mestre de saltos.**



Figura 34 – Inspeção pelo mestre de saltos. O mestre de salto é um militar habilitado para preparar, inspecionar e realizar lançamentos de paraquedistas a partir de uma aeronave. Fonte: Arquivo Nacional.

No âmbito do Exército Brasileiro, o curso de mestre de saltos é realizado exclusivamente pelos oficiais e sargentos em serviço na Brigada de Infantaria Paraquedista ou no Comando de Operações Especiais, sendo-lhes exigida a habilitação prévia em paraquedismo. Tem a duração aproximada de cinco semanas, e sua realização é condição

<sup>274</sup> *Glossário das Forças Armadas* (2007). Verbetes “Mestre de salto”, página 157.

<sup>275</sup> Boletim Reservado do Exército nº 3, de 25 de março de 1949, página 154. Tratam-se dos capitães Newton Lisboa Lemos, Leonidas Sales Freire e Onaldo da Cunha Raposo; primeiros-tenentes Edgardo Sarmento e Silva e Edgard Ribeiro Airosa; primeiro-sargento Geraldo Machado e segundo-sargento João Gonçalves do Nascimento Júnior.

prévia para outras duas atividades de ensino conduzidas pelo Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil: o curso de precursor paraquedista e o curso de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar.

À parte o curso de paraquedismo, o curso de mestre de saltos é a atividade de ensino aeroterrestre com o maior número de concluintes: até julho de 2018, mais de 6.600 alunos haviam passado pela especialização<sup>276</sup>.

#### 4.2.3 CURSO DE PARAQUEDISTA PRECURSOR

O *precursor paraquedista* é um combatente especializado que precede os escalões da força paraquedista, conduzindo o próprio lançamento e auxiliando na reorganização da tropa após os saltos<sup>277</sup>. Entre suas atribuições, as mais características são a operação de zonas de desembarque de tropa aeroterrestre, além de operações de inteligência, reconhecimento e vigilância. A especialidade também foi trazida dos Estados Unidos, onde o tenente Celso Nathan Guaraná de Barros, integrante do grupo de pioneiros, realizou o *pathfinder course*, entre 26 de abril e 23 de junho de 1946. Retornando ao Brasil, o oficial passou a transmitir os conhecimentos adquiridos, atuando como instrutor no primeiro curso de precursor aeroterrestre conduzido pela Escola de Paraquedistas, que contou com a participação de seis alunos<sup>278</sup>, em 1951 (Pereira, 2016: 30). O curso tem como pré-requisito as habilitações de paraquedismo e mestre de salto, sendo executado exclusivamente por militares de carreira.

Com a duração de 24 semanas, o curso de precursor paraquedista é uma das mais longas atividades operacionais de ensino do Exército Brasileiro. Dada a complexidade de suas tarefas, o precursor conta com o apoio de cabos e soldados especialmente habilitados, recrutados nas organizações militares da Brigada de Infantaria Paraquedista e submetidos ao *treinamento específico de auxiliar de precursor*.

#### 4.2.4 DOBRAGEM, MANUTENÇÃO DE PARAQUEDAS E SUPRIMENTO PELO AR

A origem do curso de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar também remonta à época da criação da Escola de Paraquedistas. O decreto de criação da

---

<sup>276</sup> *Curso de mestre de salto*. Disponível em <<http://www.cipqdt.eb.mil.br/>> Acesso em 16 de julho de 2018.

<sup>277</sup> *Glossário das Forças Armadas* (2007). Verbetes “Precursor paraquedista”, página 207.

<sup>278</sup> Os seguintes militares participaram da atividade: primeiros-tenentes Carlos Eduardo de Miranda Lisboa e José de Vasconcellos Sampaio; primeiro-sargento João Gonçalves do Nascimento Júnior; segundos-sargentos Arly Pinheiro de Lima, Francisco Rodrigues Leite e Geraldo Cavalcante da Cunha.

escola já previa a existência de uma *companhia de especialistas*, composta por *conservadores artífices*, responsáveis pelo trato especializado com o material aeroterrestre. Em 1951, a companhia recebeu a denominação mais adequada de *companhia de manutenção de paraquedas*, tendo como encargo o ensino da dobragem de paraquedas aos alunos do curso básico<sup>279</sup>. Mais tarde, sob inspiração norte-americana, o conceito foi modificado e a preparação do velame para o salto passou a ser responsabilidade desses elementos especializados. Oficiais da companhia de manutenção de paraquedas foram então encaminhados aos Estados Unidos, onde realizaram o *rigger course*, com o objetivo de criar no Brasil um curso equivalente, denominado DoMPSA<sup>280</sup>.

O curso DoMPSA também possui como pré-requisito a conclusão dos cursos de paraquedismo e de mestre de salto. É executado exclusivamente por oficiais e sargentos do serviço de intendência, que se tornam capacitados a planejar e executar atividades como o recebimento, inspeção, dobragem, armazenamento, manutenção e distribuição de paraquedas; preparação e lançamento aéreo de cargas; testes, pesquisas e estudos no material aeroterrestre.

Assim como os precursores paraquedistas, o DoMPSA também conta com cabos e soldados especializados, denominados *auxiliares de DoMPSA*, que secundam os especialistas nas atividades de dobragem e manutenção, bem como no lançamento aéreo de materiais, equipamentos e suprimentos durante as operações aeroterrestres.

#### 4.2.5 CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

*Operações especiais* são ações conduzidas por forças especialmente organizadas, treinadas e equipadas, com a utilização de meios não convencionais, em áreas hostis ou sob controle do inimigo, nas situações de crise, de conflito armado ou de guerra<sup>281</sup>.

O *curso de operações especiais* teve sua primeira edição no ano de 1957. Os voluntários, após aprovados numa série de exames, atravessavam um período de nove meses de instrução, ficando habilitados para atuar em ações da chamada *guerra irregular*. Cabe destacar que, segundo um breve registro encontrado no *Correio da Manhã*, a implantação do curso teria contado com a colaboração do capitão Bernardo Leoffke, do exército norte-americano, fato geralmente omitido nas versões a respeito da criação das forças especiais no

---

<sup>279</sup> A partir de 1º de janeiro de 1986<sup>279</sup>, a unidade foi transformada no Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar, com o correspondente aumento de seu efetivo, conforme a Portaria Ministerial nº 087, de 27 de dezembro de 1985 (Reservada). *Cria o Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar*.

<sup>280</sup> Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar.

<sup>281</sup> *Glossário das Forças Armadas* (2007). Verbetes “Operações especiais”, página 183.

Exército Brasileiro<sup>282</sup>. De qualquer modo, a inspiração estadunidense é confirmada pelo fato de que já nos primórdios da atividade, em 1960, seis militares brasileiros frequentaram, durante doze semanas, o curso de operações especiais naquele país<sup>283</sup>.

Originalmente, a instrução se dividia em duas fases. A primeira, denominada *instrução básica*, era subdividida em *estágios de instrução*: operações na selva, em montanha e guerra insurrecional, capacitando o aluno a executar missões tipo *comandos* (ou *ranger*, para utilizar o termo do exército norte-americano que lhe serviu de modelo). Na fase seguinte, a *instrução avançada*, o foco seriam as ações irregulares, não convencionais, como técnicas de infiltração e de combate à guerrilha. O coroamento do curso constava de um período de aplicação, no qual seriam executados cinco exercícios finais, um em cada região do país. Nesse período, também foi criado o Destacamento de Operações Especiais<sup>284</sup>, elevado em 1983 ao nível de unidade, o 1º Batalhão de Forças Especiais.

Atualmente, o curso tem como pré-requisito as habilitações em *paraquedismo* e em *ações de comandos*, e é executado exclusivamente por pessoal de carreira. Seu programa possui uma grande variedade de atividades: técnica aeroterrestre, comunicações, armamento, destruições, treinamento médico, montanhismo, salto livre, operações subaquáticas, combate corpo-a-corpo, sobrevivência na selva, guerrilha e antiguerrilha, sabotagem, técnicas de infiltração e operações psicológicas. Os exercícios são realizados em variadas regiões do país, conferindo aos combatentes habilidades para atuar em diversos tipos de terreno.

#### 4.2.6 CURSO DE AÇÕES DE COMANDOS

*Ações de comandos* são operações realizadas por tropa especializada, de valor e constituição variáveis, contra alvos de valor estratégico localizados em áreas hostis<sup>285</sup>. Tais operações são consideradas de altíssimo risco, devendo ser executadas na retaguarda da tropa inimiga, em áreas remotas ou em locais que não estejam sob o controle das forças amigas.

---

<sup>282</sup> *Brasil iniciou treinamento de suas forças especiais. Correio da Manhã*, 4 de maio de 1962, página 8. O capitão Bernardo Leoffke servia no Rio de Janeiro como ajudante de ordens do general Raymond E. Bell, chefe da seção do Exército Americano na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos. A respeito das omissões, ver os sítios eletrônicos oficiais do Exército Brasileiro, da Brigada de Infantaria Paraquedista e do Comando de Operações Especiais, além de Azevedo e Silva, (1995), Almeida (2002) e Machado (2016).

<sup>283</sup> *Vão cursar nos EE. UU. Diário de Notícias*, 21 de dezembro de 1960, página 10. Tratavam-se dos primeiros-tenentes Taumaturgo Sotero Vaz, José Carlos Saraiva dos Santos, Hamilton Franklin de Melo e Carlos Buch Neto, além dos sargentos Genival Montenegro Guerra e Dalton Malfacini.

<sup>284</sup> Hamilton Franklin de Melo. *O Curso de operações especiais. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1965. página 6-7.

<sup>285</sup> *Glossário das Forças Armadas* (2007). Verbetes “Ação de comandos”, página 14.

Nesse contexto, o treinamento expõe o candidato a situações de extremo realismo<sup>286</sup>. O *curso de ações de comandos* pode ser realizado por oficiais nos postos de 2º tenente, 1º tenente ou capitão de carreira das armas, do quadro de material bélico ou dos serviços de intendência e saúde, e por 3º, 2º ou 1º sargentos de carreira, de qualquer qualificação militar<sup>287</sup>.

Atualmente, os cabos e soldados em serviço no Comando de Operações Especiais podem frequentar o *curso de formação de cabos comandos*, considerado o treinamento mais completo e difícil que os soldados do Exército Brasileiro podem realizar<sup>288</sup>. Esse curso tem origem no *estágio básico de comandos*, concebido no Núcleo da Divisão Aeroterrestre no ano de 1966. Tal atividade, que será detalhada mais a frente, foi projetada como uma “segunda fase” do curso de paraquedismo, fornecendo aos soldados uma complementação de sua formação como combatentes aeroterrestres. Durava cinco semanas, nas quais grupos de 450 homens realizavam estágios de seis dias de instrução praticamente ininterrupta, com exercícios práticos e de aplicação individual, na região de Xerém, no sopé da serra de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro.

Montadas com a ideia de se dar à instrução condições de grande realidade, as atividades exigiam o máximo de esforços físicos e mentais, submetendo os alunos a uma pressão contínua. Os assuntos incluíam sobrevivência, transposição de obstáculos, técnicas de emboscada e contra-emboscada, tiro diurno e noturno, orientação na selva e patrulhas. No final, o estagiário deveria participar de um exercício de *fuga e evasão*, atravessando um percurso árduo e perigoso, à noite, em uma região de mata cerrada.

Embora tenha constituído uma experiência de curta duração, o estágio originou ao menos duas atividades que permanecem em desenvolvimento, a saber, o treinamento básico de instrução de combate, conduzido até os dias atuais como complemento à instrução básica dos soldados paraquedistas, e o curso de formação de cabos comandos, que habilita soldados do Comando de Operações Especiais, sediado em Goiânia, para atuarem em conjunto com elementos das forças especiais. Além disso, atividades similares foram implantadas nas escolas militares, como a *instrução básica de combate* da Escola de Sargentos das Armas, e a *seção de instrução especial* na Academia Militar das Agulhas Negras.

---

<sup>286</sup> O curso de ações de comandos (CAC). Disponível em <[http://www.eb.mil.br/o-exercito?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_assetEntryId=1016974&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=16541&\\_101\\_urlTitle=o-curso-de-aco-es-de-comandos-cac&inheritRedirect=true](http://www.eb.mil.br/o-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1016974&_101_type=content&_101_groupId=16541&_101_urlTitle=o-curso-de-aco-es-de-comandos-cac&inheritRedirect=true)>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

<sup>287</sup> Portaria nº 482-EME, de 23 de novembro de 2016. *Aprova a diretriz reguladora para a inscrição, seleção, matrícula e execução dos cursos do Centro de Instrução de Operações Especiais (EB 20-D-01.048)*.

<sup>288</sup> *Comando de Operações Especiais*. Disponível em <<http://www.copesp.eb.mil.br/index.php/editoria-b/1-bac/109-os-novos-soldados-comandos-do-exercito>>. Acesso em 20 jan. 2019.

#### 4.2.7 ESTÁGIO DE SALTO LIVRE E ESTÁGIO DE SALTO LIVRE AVANÇADO

O *salto livre* é aquele em que o próprio paraquedista comanda a abertura de seu paraquedas, após um determinado tempo em queda livre<sup>289</sup>. O *estágio de salto livre*, realizado pela primeira vez no ano de 1966, habilita oficiais e praças ao desempenho dos cargos e funções de saltador livre operacional – modalidade na qual o indivíduo salta da aeronave conduzindo equipamento e armamento, visando seu emprego em operações militares. Já o *estágio de salto livre avançado* capacita os militares já possuidores do estágio de salto livre a se tornarem *mestres de salto livre* e comandarem equipes de saltadores.

Desde 1970, a tropa paraquedista mantém uma equipe especializada em salto livre, que atua como representante do Exército em competições nacionais e internacionais de paraquedismo desportivo, além de se apresentar em diversos eventos festivos, civis ou militares, realizando exposições a título de instrumento de comunicação social.

#### 4.2.8 CURSOS DE TRANSPORTE DE TROPAS, DE DESTRUIÇÃO E DE TRANSMISSÕES<sup>290</sup>

O *curso de transporte de tropas*, previsto entre os encargos de instrução da Escola de Paraquedistas, assumiu a forma mais simples de *estágio de transporte aéreo*. Atualmente, tem a duração de uma semana e o objetivo de 1) habilitar oficiais e aspirantes-a-oficial ao planejamento e fiscalização de operações de transporte aéreo de pessoal e material, e de 2) habilitar subtenentes e sargentos para executarem operações de transporte aéreo.

Os cursos de destruição e de transmissões, também previstos nos projetos iniciais, nunca chegaram a ser postos em prática. Atualmente, atividades equivalentes são desenvolvidas na Escola de Instrução Especializada e na Escola de Comunicações, organizações que não possuem vínculos com a Brigada de Infantaria Paraquedista.

#### 4.2.9 ASPECTOS SIMBÓLICOS E RITUAIS DOS CURSOS E ESTÁGIOS

Mesmo que a habilitação de pessoal para funções específicas tenha surgido como uma resposta para problemas concretos, é notável que além dos procedimentos técnicos, ou seja, do programa de matérias práticas e teóricas, todas as atividades vistas acima concedam

---

<sup>289</sup> *Manual técnico do mestre de salto paraquedista* (EB 60-MT-34.402), 1ª edição, 2015, página 3-3.

<sup>290</sup> A execução desses cursos estava prevista no Boletim Reservado do Exército nº 9 (Especial), de 15 de outubro de 1951, página 17-18.



um considerável espaço para ações de caráter simbólico, à primeira vista irracionais ou até mesmo contraproducentes (Islam & Zyphur, 2009: 8) se consideradas em termos de ensino e aprendizagem cognitiva ou psicomotora. De fato, a formação do paraquedista militar está permeada de ritos, rituais e cerimônias, “atividades planejadas que têm consequências práticas e expressivas, tornando a cultura mais tangível e coesa” (Freitas, 1991: 75).

Trice e Beyer (apud Islam & Zyphur, 2009: 4) afirmam que os termos *rito* e *ritual* estão intimamente relacionados, sendo o segundo a ideia geral, da qual o primeiro constitui a instância específica; por sua vez, o termo *cerimonial* descreve os contextos nos quais os ritos ocorrem (idem). Os mesmos autores apontam o estudo dos ritos e cerimoniais como uma maneira de acessar versões “reduzidas” de formas culturais, o que por outros métodos demandaria uma quantidade considerável de tempo. A partir dessa terminologia, torna-se possível examinar alguns modos como os ritos, rituais e cerimônias se apresentam nas atividades de ensino da tropa paraquedista; para tanto, seguem três exemplos desses eventos, que embora digam respeito ao curso básico paraquedista, inspiram e guardam alto grau de semelhança com aqueles praticados nos demais cursos e estágios da instituição.

#### 4.2.9.1 A “marcação de capacetes”

A “marcação de capacetes” é uma atividade preliminar do curso básico de paraquedismo, mas possui equivalentes em *todos* os demais cursos e estágios conduzidos pela Brigada de Infantaria Paraquedista. Trata-se da aplicação de um numeral ao capacete (ou ao gorro) utilizado pelo estagiário, com a função de substituir seu nome de guerra durante as atividades de instrução. A distribuição dos números é realizada conforme a precedência hierárquica, no caso dos oficiais e sargentos, ou em ordem decrescente da altura do indivíduo, no caso dos cabos e soldados.

Em termos práticos, a ação é simples e não vai além da expressão que a nomeia: consta da reunião dos candidatos pré-selecionados, um ou dois dias antes do início das atividades; nessa ocasião, os indivíduos são organizados em grupos e subgrupos, e lhes é designado um numeral, que será aplicado por tinta ou adesivo na parte da frente e na parte de trás do capacete, item obrigatório nas instruções de técnica aeroterrestre (como as sessões de treinamento físico são realizadas sem o uso dessa peça, números adicionais são posicionados no cinto, permitindo a identificação do aluno quando nessa atividade). O numeral substituirá o nome e o posto ou graduação do aluno durante o período na área de estágios, facilitando as observações e o preenchimento das diversas fichas de registro de desempenho.

Mas a simplicidade do evento e sua conotação supostamente pragmática podem ocultar outros significados e efeitos. O fato é que a substituição do *nome* – e, principalmente, da posição hierárquica – por um *número*, suspende, ainda que temporariamente, a regra vigente nos quartéis<sup>291</sup>, que preconiza tratamentos específicos entre superiores e subordinados. Nesse caso, a operação 1) elimina – relativamente – certas formalidades, principalmente nos casos em que o *neófito* tem uma precedência hierárquica superior à do *instrutor*, e ainda que não anule totalmente a regra geral, ela atenua, por exemplo, a necessidade da referência ao posto superior do aluno, que pressuporia toda uma série de deferências devidas, etc. Paralelamente, o sistema 2) permite a preservação das posições entre os estagiários – que poderão identificar a hierarquia do companheiro a partir de sua própria posição numérica relativa. Como em um ritual de degradação (Trice & Bayer, 1984), a substituição do nome pelo número dissolve a identidade social e retira poder do aluno, redefinindo papéis e reafirmando a importância e o valor das regras específicas válidas no interior da *área*. Em alguns casos, como no curso de precursor paraquedista, o aluno deve se despojar até mesmo de suas insígnias ou distintivos de outros cursos, exacerbando o nivelamento entre os aprendizes e sua depreciação em relação aos instrutores, independentemente, ressalta-se, da posição na escala hierárquica em que se encontra. Assim, o indivíduo ingressa no espaço ambíguo da liminaridade, no qual lhe são furtados os estados e posições que normalmente determinam sua localização na rede de classificações do espaço cultural (Turner, 1974: 117).

O ritual da marcação de capacete se conclui com o treinamento do *cerimonial de entrada e de saída da área de estágios*.

#### 4.2.9.2 *Cerimonial de entrada e de saída da área de estágios*

O cerimonial é diário, marcando a abertura de cada jornada, e se inicia com a chegada dos estagiários ao quartel da Colina Longa. Lá, são conferidas as presenças e todos entram em formação. Um líder (*xerife*, no termo nativo) previamente designado, é o responsável por organizar o grupo. Novamente, há uma diferença entre os turnos compostos

---

<sup>291</sup> A regra faz parte do conjunto de códigos que formalizam a vida militar e se encontra especificada no *Regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas*; por exemplo: Art. 8º Para falar a um superior, o militar emprega sempre o tratamento "senhor" ou "senhora".

(...)

§ 3º No mesmo posto ou graduação, poderá ser empregado o tratamento "você", respeitadas as tradições e peculiaridades de cada Força Armada.

Art. 9º Para falar a um mais moderno, o superior emprega o tratamento "você".

por oficiais ou sargentos e os compostos por cabos e soldados. No primeiro caso, o “xerife” é o aluno de maior precedência hierárquica; no segundo, um graduado já possuidor do curso de paraquedismo assume a tutela do grupo.

**Figura 35 – Área de estágios (portal).**



Figura 35 – Área de estágios (portal). Na entrada da área de estágios encontram-se grafadas as expressões: “Aqui se aprende a ser paraquedista” e “Sê mais um paraquedista e orgulha-te de ti mesmo”. Fonte: <<http://www.cipqdt.eb.mil.br/>>.

Aguarda-se então o horário de início das atividades, marcado pelo soar de uma sirene. Ao ouvi-la, o turno se desloca para a área de estágios, o que é feito em formação, passo acelerado, com a cadência acompanhada por palmas, cantos e gritos de guerra a plenos pulmões. Os movimentos são estereotipados: joelhos exageradamente suspensos, pés batendo com violência no solo, cabeças erguidas e o tronco reto. Todo esse excedente da postura e das atitudes é valorizado, pois tem a finalidade de demonstrar a “vibração”, ou seja, externar o ânimo e convencer os instrutores quanto ao entusiasmo dos alunos com a atividade. As canções entoadas exaltam a atividade aeroterrestre e o esforço despendido nas atividades de instrução, como pode ser acompanhado no seguinte exemplo:

*Estou ralando todo dia  
e nunca mais vou me esquecer  
vou visitar Rosa Maria  
e dar a ela o meu brevet  
Vou ver meu neto todo dia  
vovô o que o senhor fazia  
meu neto a gente corria  
e nem sabia onde ia  
Mais um belo dia  
todo equipadão  
vovô se lançou  
lá do avião  
Vovô eu também quero*

*quando eu crescer  
ter a minha boina  
boot e brevet*

Abandonando o quartel da colina, o grupo ingressa na área de estágios, transpondo um portal<sup>292</sup> e percorrendo um circuito padronizado, até atingir a chamada “área de cerimonial”, onde os instrutores, também em formação, o aguardam. A área de cerimonial tem o epíteto de “área dos toquinhos”, visto que o posicionamento dos homens é balizado por pequenas peças cilíndricas de concreto, semienterradas no chão de terra nua. Ao alcançarem o local, o “xerife” emitirá o comando de “alto” (parar) e realizará a “apresentação” ao instrutor-chefe, sempre utilizando fórmulas de expressão pré-determinadas. O instrutor-chefe poderá então “receber” a apresentação e assumir a chefia do grupo, caso julgue que o deslocamento foi executado satisfatoriamente (isto é, com entusiasmo, dispositivo alinhado, etc.). Caso contrário, poderá determinar que o circuito seja repetido. Alternativamente, poderá determinar a execução de exercícios suplementares, a todo o grupo ou a indivíduos específicos.

**Figura 36 – Área de estágios (região do cerimonial).**



Figura 36 – Área de estágios (região do cerimonial). Cerimônias e rituais ocupam um papel destacado na formação do paraquedista militar. Fonte: <<http://www.cipqdt.eb.mil.br/>>.

O instrutor-chefe – que é o oficial de maior precedência hierárquica entre os instrutores (admite-se instruendos de postos superiores, que deverão aceitar determinadas sujeições convencionadas), posiciona-se no alto de uma pequena pirâmide de concreto, pintada de azul, formada por três degraus. Cada nível da pirâmide traz uma frase gravada em

<sup>292</sup> Note-se que o portal, originalmente, trazia grafada a expressão “Aqui se aprende a ser paraquedista” em sua face externa, ou seja, visível para aqueles que entravam na área de estágios. No lado interno, visível para aquele que abandona o local, lia-se a frase “Sê mais um paraquedista e orgulha-te de ti mesmo”. Atualmente, os dísticos se localizam, ambos, na face externa do portal, gravados nos seus muros laterais.

letras pretas: “SIM SENHOR”, “NÃO SENHOR” e “QUERO IR EMBORA”. Supostamente, seriam as únicas expressões permitidas aos estagiários durante o curso, quando no interior da área de estágios. Os demais instrutores formam em linha a cada lado da pirâmide.

**Figura 37 – Área de estágios (supedâneo do instrutor-chefe).**



Figura 37 – Área de estágios (supedâneo do instrutor-chefe). Tingida de azul, a estrutura possui gravadas as três expressões permitidas ao aluno quando no interior da área de estágios. Fonte: <<http://www.cipqdt.eb.mil.br/>>.

A cerimônia prossegue com a emissão de um silvo de apito pelo instrutor-chefe – todos os instrutores utilizam esse instrumento – respondido com o brado de “Brasil, acima de tudo”<sup>293</sup>. Em seguida, sempre obedecendo a comandos, os homens retiram o capacete, posicionando-o ao lado do corpo, e aguardam a “inspeção individual” realizada pelos instrutores, que verificam a boa apresentação pessoal, os cuidados com a higiene e o asseio (barba feita, cabelo aparado, fardamento condizente etc.), a padronização e a homogeneidade das posturas. Caso encontrem alguma não conformidade durante a revista, os instrutores aplicam ao faltoso uma série de exercícios suplementares, dosados na proporção da falta. O cerimonial se encerra com a divulgação de ordens para as atividades seguintes, e só então os alunos seguem para as instruções diárias.

<sup>293</sup> O brado foi adotado na década de 1970, originando-se em eventos que serão narrados posteriormente.

Existe também um “cerimonial de saída da área de estágios”, que segue um formato semelhante ao do cerimonial de entrada. Ao término das atividades de instrução, os subgrupos são deslocados para a área do cerimonial a fim de receberem as últimas orientações do dia, sendo finalmente conduzidos para a região da Colina Longa, percorrendo no sentido inverso o trajeto realizado na chegada.

Assim como o ritual de “marcação de capacetes” pode ser identificada como o estágio pré-liminar de um rito de passagem mais extenso – representado pelo curso como um todo – o cerimonial de entrada e saída parece delimitar na prática as ações da fase *liminar*, ou seja, aquela em que tem lugar de fato o ritual da formação. Durante as horas atravessadas no interior da *área de estágios*, o tempo, o espaço e os indivíduos se descolam da vida cotidiana, posto que se encontram sob influência de uma atmosfera simbólica que ressignifica e transforma seus atributos e *status* (Islam & Zyphur, 2009: 8). O final do processo – representado na prática pela execução dos saltos de paraquedas – também possui seus ritos específicos, que reintegrarão o indivíduo à sociedade em uma conclusão repleta de simbolismo, como será visto a seguir: a *cerimônia de “brevetação”*.

#### 4.2.9.3 “Brevetação”

A precária cerimônia de formatura e entrega de condecorações e diplomas, conduzida por Nestor Penha Brasil nos tempos primordiais do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, pode ter preservado seu objetivo, mas atingiu dimensões formidáveis nos anos seguintes. O acréscimo do efetivo da tropa paraquedista, principalmente no círculo de cabos e soldados, refletiu-se proporcionalmente na quantidade de formandos, de convidados e de outros envolvidos, aos quais se somam antigos integrantes da brigada, que acorrem em multidão para assistir ao ato de entrega dos distintivos e boinas aos novos paraquedistas. Realizado anualmente, o evento reúne cerca de mil formandos e, via de regra, tem lugar no estádio do antigo regimento aeroterrestre, uma ampla área ao ar livre nas proximidades do Campo dos Afonsos. No caso de turmas mais reduzidas – como os turnos de oficiais e sargentos, que comportam, no máximo, pouco mais de duzentos alunos, ou quando se trata dos demais cursos, que possuem um número menor de participantes, a cerimônia usualmente é realizada na própria área de estágios.

Regularmente, os eventos constam do seguinte: de início, os formandos se alinham no campo de parada, envergando os chamados uniformes de passeio. Nesse momento, já foram incorporados à vestimenta os coturnos marrons, peça de fardamento

privativa, no âmbito do Exército Brasileiro, ao paraquedista militar. Aguardam então a chegada das autoridades, que ocupam um palanque em plano mais elevado, posicionado a frente do dispositivo. O cerimonial, como em outras solenidades castrenses, inclui o canto de canções militares, o hasteamento da Bandeira Nacional, discurso das autoridades, homenagens aos elementos que eventualmente se destacaram durante o curso e, finalmente, um desfile. Um alusivo exaltando a conquista dos alunos é, via de regra, lido para os presentes. Eis um excerto de uma dessas alocações:

Esses são os 74 que conquistaram uma posição nesta solenidade; outros vinte, aqui não puderam estar presentes, caíram, pelas árduas jornadas que precederam esta festa; deixaram, com um aceno e um olhar, e, muitas vezes, uma indiscreta lágrima, de seguir seus companheiros na luta ingente – e porque não dizer gloriosa – pela consecução de seus propósitos. Foram eles traídos pela inaptidão ao aprendizado técnico. Realmente surpreendidos pelas reações nervosas incontáveis; denunciadas por um estado de vigor físico aquém das necessidades mínimas para a prática do salto, foram, de fato, vítimas de acidentes ou lesões musculares que lhes impediram de prosseguir na campanha<sup>294</sup>.

O ponto alto da cerimônia, sem dúvida, é a entrega das boinas vermelhas e dos *brevet* prateados, isso, logicamente, no caso do curso de paraquedismo; nos demais casos, são entregues prêmios e distintivos correspondentes ao curso concluído. A aposição do *brevet* é uma prerrogativa dos instrutores, enquanto a boina é entregue por uma “madrinha”<sup>295</sup> escolhida previamente pelo formando em seu círculo social. O espetáculo é completado por demonstrações de atividades aeroterrestres, como saltos livres ou semiautomáticos, sobrevoo de aeronaves, lançamento de cargas ou rapel<sup>296</sup> de helicópteros, conforme a disponibilidade de meios para tal.

A cerimônia de “brevetamento” corresponde à fase pós-liminar do rito de passagem. A reapresentação dos novatos – agora no estado de “novos paraquedistas” – à comunidade, sob o manto da tradição e da festa, possui uma série de funções, entre as quais podem ser elencadas: a expressão e a transmissão de valores e crenças institucionais; a intensificação da identificação e da solidariedade entre as pessoas que dela participam; a diminuição das tensões, crises e conflitos gerados durante o período do curso; e, por fim, a orientação para os novos lugares que os indivíduos ocuparão na organização (Fossá, 2004: 7).

<sup>294</sup> A *Marinha de Guerra* já possui a sua primeira turma de paraquedistas. *Correio da Manhã*, 15 de fevereiro de 1958, página 7

<sup>295</sup> Um ponto que mereceria destaque em estudos futuros seria exatamente o do feminino dentro da cultura paraquedista, que até a “brevetamento” das primeiras paraquedistas – as tenentes Ivy e Paula Raquel, no ano de 2006, estava relegado a papéis subalternos e tradicionais, tais como o da “madrinha” que surgia no evento festivo ou a “companheira” cantada na canção *Irmãos do Condor*, aguardando no lar o retorno do herói.

<sup>296</sup> O *rapel* é um processo de desembarque no qual o combatente utiliza um dispositivo especial para deslizar controladamente por um cabo, dispensando o pouso da aeronave.

#### 4.2.9.4 Considerações

Como visto, os cursos e estágios atravessados pelos paraquedistas militares não constituem apenas um espaço de aprendizagem técnico, mas também de construção da identidade profissional, tanto individual quanto coletivamente. O quadro seguinte recapitula os cursos e estágios relacionados à atividade de paraquedismo no âmbito do Exército:

**Quadro 6 – Cursos e estágios relacionados à atividade de paraquedismo.**

Curso / estágio	Habilitações / atribuições
Básico paraquedista	Saltar de uma aeronave militar em voo, com paraquedas semiautomático <sup>297</sup> .
Mestre de salto	Comandar o lançamento de pessoal, material leve e animais de uma aeronave militar em voo, pelo tipo vertical da letra código ou luz verde <sup>298</sup> .
Precursor paraquedista	Ocupar cargos e desempenhar funções de precursor paraquedista <sup>299</sup> .
Dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar	Desempenhar cargos e exercer funções ligadas às atividades de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar <sup>300</sup> .
Salto livre	Realizar o salto livre militar <sup>301</sup> .
Mestre de salto livre	Realizar o lançamento livre de pessoal <sup>302</sup> .
Forças especiais	Planejar e a conduzir operações de guerra não convencional, reconhecimento especial, ações indiretas, operações contra forças irregulares e contraterrorismo <sup>303</sup> .
Ações de comandos	Planejar e executar ações bélicas diretas (chamadas de <i>ações de comandos</i> ) <sup>304</sup> .

Quadro 6 – Cursos e estágios relacionados à atividade de paraquedismo. Habilitações conferidas pelos cursos e estágios típicos da atividade aeroterrestre, organizados na Brigada de Infantaria Paraquedista sob coordenação do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil. Após a criação da *Brigada de Operações Especiais* (atualmente *Comando de Operações Especiais*) os cursos de *ações de comandos* e de *forças especiais* passaram a ser conduzidos por aquela unidade, por intermédio do *Centro de Instrução de Operações Especiais*. Fonte: esquematizado pelo autor a partir da legislação pertinente.

Cada uma dessas atividades confere distinções específicas, que se sustentam não apenas por conferir habilidades técnicas e competências cognitivas, mas porque atestam que o sujeito atravessou uma série de provas, podendo agora compartilhar um conjunto de

<sup>297</sup> Conforme o Artigo 1º da Portaria nº 034-EME, de 26 de fevereiro de 2015. *Normaliza as condições de funcionamento do curso básico paraquedista para subtenentes e sargentos e revoga a Portaria nº 161-EME, de 19 de março de 2010.*

<sup>298</sup> *Manual técnico do mestre de salto paraquedista*. 1ª edição, 2015, página 1-1.

<sup>299</sup> Conforme o artigo 1º da Portaria nº 60-EME, de 1º de abril de 2014. *Altera as condições de funcionamento do curso de precursor paraquedista para oficiais e revoga a Portaria nº 044-EME, de 3 de abril de 2013.*

<sup>300</sup> Conforme o Artigo 1º da Portaria nº 211-EME, de 29 de novembro de 2006. *Normaliza o curso de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar para oficiais.*

<sup>301</sup> Conforme o Artigo 1º da Portaria nº 117-EME, de 16 de agosto de 2010. *Altera o universo de seleção para o estágio de salto livre para oficiais.*

<sup>302</sup> Conforme o Artigo 1º da Portaria nº 52-EME, de 8 de junho de 2005. *Altera as condições de funcionamento do estágio de mestre de salto livre (Oficiais).*

<sup>303</sup> Conforme o parágrafo 1º, artigo 36, da Portaria nº 482-EME, de 23 de novembro de 2016. *Aprova a diretriz reguladora para a inscrição, seleção, matrícula e execução dos cursos do Centro de Instrução de Operações Especiais (EB 20-D-01.048).*

<sup>304</sup> Conforme o artigo 4º da Portaria nº 482-EME, de 23 de novembro de 2016. *Aprova a diretriz reguladora para a inscrição, seleção, matrícula e execução dos cursos do Centro de Instrução de Operações Especiais (EB 20-D-01.048).*



elementos restritos aos iniciados: símbolos, lemas, canções, distintivos. Assim, além de formar peritos ou especialistas, os cursos, com seu aspecto ritualístico, sustentam uma parte importante do sistema coercitivo da organização, explorando aspectos afetivos que proporcionam um controle mais intenso do que aquele oriundo das normas e regulamentos.

É inequívoco que a formação ritualística do paraquedista militar brasileiro comporta as três fases dos ritos de passagem identificadas por Van Gennep (Riviére, 1997: 42), a saber, 1ª) a separação e ruptura em relação ao mundo profano; 2ª) a marginalização em um espaço sagrado e a formação para uma nova maneira de ser; e 3ª) a ressurreição simbólica e a agregação solene na comunidade, com um estatuto superior. É possível, inclusive, adaptar o caso em estudo à fala de Riviére: os cursos se iniciam com uma “morte simbólica que marca uma ruptura em relação ao passado”, após a qual os novatos são submetidos a interditos – inclusive sexuais e alimentares, visto as condições de reclusão na qual a maioria das atividades ocorre – e são orientados por instrutores, antigos iniciados. O período dos cursos é aquele do recebimento de saberes, da aquisição de novos esquemas de pensamento e comportamento, através da aprendizagem dos ritos e, literalmente, do fornecimento de provas de coragem e habilidade que condicionam à resistência física e à observância de um código moral rigoroso. Por fim, a “brevetação” é exatamente aquela grande festa na qual a mudança de estatuto se manifesta sob o testemunho dos membros da sociedade circundante, e na qual os neófitos adquirem o direito de utilizar uma nova linguagem, novos adereços e nova indumentária (Riviére, 1997: 43).

Tal configuração também concede um grande espaço ao enaltecimento dos valores organizacionais, reproduzindo uma ordem vigente que enfatiza formas de pensamento, valores e padrões já consagrados; por isso se revela, como nas palavras de Freitas, um mecanismo de controle social, que conforma condutas e homogeneiza os modos de pensar e viver a organização (Freitas, 1991: 74).

#### 4.3 FORÇAS PARAQUEDISTAS NA AMÉRICA DO SUL

Como afirma Bertolli Filho, uma instituição não existe isolada; ela depende de uma ampla gama de relações com outras instituições. No caso da Brigada de Infantaria Paraquedista, essas relações abarcam desde outras entidades civis e militares nacionais, aí incluídas as instituições políticas e a sociedade como um todo, até exércitos de outras nações.

Tais relações configuram desde elos de solidariedade e ajuda até de competição e conflito. Nesses termos, a cultura institucional fundamenta uma identidade própria que se

coloca como parâmetro avaliador do que os "outros" fazem (Bertolli Filho, 2005: 162). Mas a quem corresponderiam esses congêneres? Não seriam, certamente, as poderosas divisões aerotransportadas dos exércitos dos países centrais, com vultosos orçamentos, largo emprego de tecnologia e variadas experiências em combate. A comparação possível seria com as forças paraquedistas dos exércitos sul-americanos, que inclusive são contemporâneas, na maior parte dos casos, à fase de consolidação do Núcleo da Divisão Aeroterrestre no Exército Brasileiro.

De fato, um período de apenas trinta anos separa a criação pioneira da *Escuela de Tropas Aerotransportadas* da Argentina, em 1942, da fundação do *Batallón de Infantería Paracaidista 14* no Uruguai, em 1971. Um breve histórico do estabelecimento das tropas aeroterrestre nos exércitos do continente permitirá conhecer um pouco da história, das características e da composição de cada uma dessas forças, permitindo o estabelecimento de analogias entre o sistema brasileiro e outros, distintos histórica e geograficamente.

#### 4.3.1 REPÚBLICA ARGENTINA

O Exército Argentino se apregoa como o primeiro do continente e o quinto no mundo a possuir tropas paraquedistas, atrás dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha e Rússia. Com efeito, suas Forças Armadas iniciaram os estudos para a criação da *infantaria do ar* já em 1942, e em 11 de outubro do ano seguinte foi fundada a *Escuela de Tropas Aerotransportadas*, sediada no Campo de Mayo, na província de Buenos Aires, inicialmente como uma dependência da *Escuela de Infantería* do Exército<sup>305</sup>.

Em 1º de maio de 1944, o estabelecimento foi transferido para Córdoba, passando a fazer parte do Instituto Aeronáutico do Exército. Com a criação da *Fuerza Aérea Argentina*, em 1º de janeiro de 1945, a escola passou a ser subordinada à nova Força, sendo renomeada para *Escuela Militar de Paracaidistas* (Ministerio de Defensa, 2003). Seis anos depois, uma resolução conjunta dos ministros militares e do secretário de Estado de Defesa Nacional faria com que seu controle voltasse ao Exército, restaurando também a sua denominação original de *Escuela de Tropas Aerotransportadas* (*Fuerza Aérea Argentina*, 2017: 14).

O primeiro lançamento de paraquedistas militares no país, ocorrido no ano de 1944, teve a participação do diretor da escola, o major Ulises Efraín Ibarra, acompanhado pelos *comodoros* Ernesto Galeleo Riportella, Elías Juan Mendizábal, Oscar Valarche, José Ricardo Bonafina e Edmundo Roque Binotti; do *vicecomodoro* Jorge Héctor Lima; do capitão

---

<sup>305</sup> *Cronograma histórico de la IVta Brigada Paracaidista*. Disponível em <<http://www.brigadaivtaparacaidista.ejercito.mil.ar/historia.htm>>. Acesso em 26 de dezembro de 2017.

Raúl Héctor Roca; do primeiro-tenente Horacio Jorge Balmaceda Moreno; e dos suboficiais Mario Galasso e Roberto Camossa. Assim como os “pioneiros” brasileiros, esses militares obteriam reconhecimento da posteridade como precursores e fundadores do paraquedismo militar argentino (*Fuerza Aérea Argentina*, 2017: 28, 94).

Desde seu surgimento, até os dias atuais, a unidade sofreu diversas modificações em sua estrutura e designação. A principal foi a criação, em 1964, do *Comando de la IVta Brigada de Infantería Aerotransportada*, denominação alterada em 1992 para *IVta Brigada Aerotransportada*, e, finalmente, em 1999, para *IVta Brigada Paracaidista*, mantida até hoje.

Atualmente, a brigada está sediada em Córdoba e conta com dois regimentos de infantaria, um esquadrão de exploração de cavalaria, um grupo de artilharia, uma companhia de engenharia, uma companhia de comunicações, uma companhia de apoio de lançamentos aéreos e uma base de apoio logístico (Verdous, 2013: 12).

#### 4.3.2 REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Assim como os brasileiros, os paraquedistas militares venezuelanos também foram formados inicialmente pela *Infantry School*, em *Fort Benning*, nos Estados Unidos. Os primeiros *brevets* foram concedidos aos venezuelanos em 16 de novembro de 1948, e os primeiros saltos no país foram executados em Caracas, em 25 de junho de 1949. Mas somente oito anos depois, em 1957, seria criado o *Destacamento-Escuela de Paracaidistas*, elevado no ano seguinte a *Batallon Escuela de Paracaidistas*, recebendo como aditivo o nome de *Jose Leonardo Chirinos*. Em 1966, o batalhão teve seus efetivos aumentados e passou a ser denominado *Grupo Aerotransportado Aragua*.

Atualmente, o *Ejército Bolivariano* mantém um regimento de paraquedistas e uma brigada de *rangers* sediados em Caracas, na denominada “Região Militar 1”, que cobre os estados de Táchira, Mérida, Barinas e Apure<sup>306</sup>. Além desses elementos, o país possui a *42 Brigada de Infantería Paracaidista*, parcialmente ativa, localizada na cidade de Maracay, no estado de Aragua, composta pelas seguintes unidades<sup>307</sup>: *4201 Compañía de Comando*; *4204 Compañía de Comunicaciones*; *4209 Compañía de Francotiradores*; *421 Batallón de Infantería Paracaidista “José Leonardo Chirinos”*; *422 Batallón de Infantería Paracaidista “Cnel. Antônio Nicolas Briceño”* e *423 Batallón de Infantería Paracaidista “Cnel. Ramón*

<sup>306</sup> *Ejército Bolivariano*. Disponível em <<https://www.globalsecurity.org/military/world/venezuela/army.htm>>. Acesso em 25 de dezembro de 2017.

<sup>307</sup> *42 Brigada de Infantería Paracaidista*. disponível em <<http://www.ejercito.mil.ve/42-brigada-de-infanteria-paracaidista/>>. Acesso em 25 de dezembro de 2017.

*García de Sena*”. Além dessas, há um projeto de criação de novos elementos de apoio, que virão se somar às unidades atuais: *4202 Compañía de Exploración y Reconocimiento*; *4203 Compañía de Abastecimiento y Transporte*; *4207 Compañía de Ingenieros*; *4208 Compañía de Empaque, Mantenimiento y Entrega Aérea*; e a *4210 Compañía de Sanidad*.

#### 4.3.3 REPÚBLICA DA COLÔMBIA

As Forças Armadas colombianas foram as próximas a estabelecer tropas aeroterrestres no continente sul americano. A criação desse contingente teve origem entre os anos de 1959 e 1960, quando foi realizada uma série de estudos no âmbito do Exército, visando ao aperfeiçoamento de técnicas e táticas de combate. Entre os planos e diretrizes apresentados, encontrava-se a ideia de criar unidades de paraquedistas militares, que serviriam para o enfrentamento de grupos revolucionários. Os planos foram acelerados após o movimento insurrecional que eclodiu em 1961 na localidade de Santa Rita, na região de Vichada. A dificuldade de acesso à localidade – quatro dias ao menos por via terrestre – acentuou para o governo a necessidade de possuir tropas com capacidade para ações mais imediatas. Desse modo, em 3 de junho de 1963, o Ministério da Guerra emitiu uma resolução convertendo o *Batallón de Infantería No. 21 “Vargas”* em *Batallón de Infantería Aerotransportado No. 21 “Vargas”*, determinando também a adaptação de instalações e a construção de áreas de treinamento especializado na guarnição de Apiay, sediada no Departamento de Meta.

Concomitantemente, foi enviado aos Estados Unidos um grupo de oficiais e sargentos do Exército e da Força Aérea, a fim de se habilitarem como paraquedistas<sup>308</sup> e atuarem como organizadores da nova unidade. O país também contou com o apoio de uma missão militar norte-americana, encabeçada pelo tenente-coronel Howar Kinner, que prestou assessoria e forneceu os primeiros instrutores de paraquedismo. Para completar os quadros da unidade foram solicitados voluntários, selecionados através de seus históricos profissionais e de exames de aptidão física. Tal efetivo integrou a formação inicial do batalhão aerotransportado, compondo uma companhia de comando e uma de fuzileiros.

O primeiro comandante da unidade foi o tenente-coronel Lucio Parra Hernandez, que em 19 de setembro de 1963 também seguiria para os Estados Unidos, a fim de realizar o

---

<sup>308</sup> O grupo era composto pelos seguintes militares: capitães César Negret Velasco, Carlos Narváez Casallas, Carlos Gil González e Alberto Botero Quintero; segundos-sargentos Marcos Fidel Pérez Salas e Luis Alejandro Estupiñan, todos do Exército; e pelo sargento Cristobal Ortégón Manrique, da Força Aérea.

*airborne course*. Em novembro do mesmo ano, uma resolução ministerial modificou a denominação da unidade, que passou a se chamar *Batallón de Infantería Aerotransportado No. 1*, subordinado à Sétima Brigada. No ano seguinte já ocorreriam os primeiros cursos de paraquedismo em território colombiano<sup>309</sup>.

Atualmente, o país conta com a *Escuela de Paracaidismo Militar*, que compõe um dos departamentos do *Centro Nacional de Entrenamiento*, sediado no Forte Militar de Tolomaida, maior complexo militar do Exército Colombiano. O curso de paraquedismo tem a duração de quatro semanas, e após adquirir a habilitação básica o aluno estará apto a realizar as especializações de *empacador* (dobragem e manutenção de paraquedas); mestre de salto, *explorador* (equivalente ao precursor brasileiro) ou o *I.A.G.A* (*expertise* em infiltrações a grande altura, ou seja, o *salto livre operacional*).

As forças aeroterrestres do exército colombiano estão concentradas na *Decima Brigada Aerotransportada*, formada pelas seguintes unidades: *Comando de Brigada*; *Batallón de Infantería Aerotransportado No. 28 Colombia*; *Batallón de Infantería Aerotransportado No. 29 Rifles*; *Batallón de Infantería Aerotransportado No. 30 Bogotá*; *Grupo de Caballería Aerotransportado No. 10*; *Batallón de Artillería Aerotransportado No. 10*; *Batallón de Ingenieros Aerotransportado No.10*; *Batallón de Servicios No. 10*; e *Compañía de Intendencia Local de Brigada*. (Delgado et al, 2017: 48). Além disso, militares paraquedistas também integram a *División de Fuerzas Especiales*, composta de três regimentos, um dos quais sediado na cidade de Bogotá e outros dois no Forte Militar de Tolomaida, na região de Cundinamarca (*Ministerio de Defensa Nacional*, 2017).

#### 4.3.4 REPÚBLICA DO PARAGUAI

No Paraguai, a tropa de paraquedistas é subordinada à Aeronáutica, e não ao Exército como é visto com mais frequência em outras Forças Armadas. Até mesmo o primeiro salto de paraquedistas militares no país, ocorrido em 26 de julho de 1941 na base aérea de Ñu Guazú, foi realizado por mecânicos de voo, com a utilização dos paraquedas de emergência que equipavam as aeronaves<sup>310</sup>.

No ano seguinte foi criado o *Batallón de Paracaidistas*, e em 23 de abril de 1949 o *Regimiento de Paracaidistas “Silvio Pettirossi”*. Entretanto, um acidente ocorrido durante a

<sup>309</sup> *Victoria es el grito de lucha. El Tiempo*, 7 de agosto de 1998. Disponível em <<https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-741397>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

<sup>310</sup> *Reseña Histórica*. <<http://www.fuerzaaerea.mil.py/index.php/organiza/unidades/bat>>. Acesso em 27 de dezembro 2017.

realização de um salto, em 1953, ocasionou o falecimento do tenente Carlos Romero Pereira, e o paraquedismo militar foi abandonado no país<sup>311</sup>.

Doze anos após a fatalidade, dois oficiais e dois sargentos foram enviados ao Brasil para realizar o curso de paraquedismo no Núcleo da Divisão Aeroterrestre. Com isso, em 1965, a atividade aeroterrestre renasceria no país, contando com a orientação técnica do major do Exército Brasileiro Ítalo Mazzoni da Silva, que integrou a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai na função de “assessor de paraquedismo”. No ano seguinte, Mazzoni e os paraquedistas paraguaios formados no Brasil coordenaram a criação da *Escuela de Paracaidismo* e a realização dos primeiros cursos básico paraquedista e de mestres de salto em terras guaranis. Em 1972, a escola também passou a oferecer o curso de salto livre<sup>312</sup>.

Dezessete oficiais integraram sucessivamente a Missão Militar Brasileira, até 1994, quando os trabalhos de assessoria de paraquedismo foram interrompidos. Seu retorno ocorreu em 2015, com o estabelecimento da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai. Desde então, o Brasil passou a manter regularmente ao menos um oficial e um sargento como instrutor e monitor da *Escuela de Paracaidistas*, recebendo também militares paraguaios que buscam especializações no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil.

A reorganização geral das Forças Armadas paraguaias, em 1991, elevou o Regimento Aeronáutico Silvio Pettirossi à categoria de *Brigada Aerotransportada*. Sediada em Ñu Guazú, a brigada é formada pelas seguintes unidades: o *Cuartel General*, o *Batallón de Paracaidistas N° 1 (Instrucción)*, o *Batallón de Paracaidistas N° 2 (Comando, Apoyo y Servicio)* e a *Escuela de Paracaidismo*<sup>313</sup>.

#### 4.3.5 REPÚBLICA DO EQUADOR

Assim como no mito de criação da Brigada de Infantaria Paraquedista, a tropa aeroterrestre equatoriana também venera um “pai fundador”: o capitão Alejandro Romo Escobar, “*pionero y fundador del paracaidismo militar en el Ejército y en las Fuerzas Armadas*” (Yépez, Núñez & Aguirre, 2014: 21). Romo alcançou tal fama por ter organizado, em 1956, um destacamento de sete oficiais e 28 soldados voluntários, que realizaram os primeiros saltos de paraquedas no país.

<sup>311</sup> Idem.

<sup>312</sup> *Assessoria de paraquedismo brasileira na Brigada Aerotransportada*. Disponível em <<http://www.cmbpáginaeb.mil.br/index.php/pt/component/content/article?id=96>>. Acesso em 27 de dezembro 2017.

<sup>313</sup> *Anuário latino americano de defensa – 2015*. Disponível em <<https://docplayer.es/76276012-Eva-cervera-directora-4-anuario-latinoamericano-de-defensa-2015-cartas-de-presentacion.html>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

O empreendimento começou no mês de setembro de 1955, com a convocação dos voluntários. Submetidos a exames físicos, médicos e acadêmicos, restaram aprovados 35 candidatos, que se juntaram ao capitão Romo. O curso foi conduzido pelo *sargent-major* James Roger, integrante da Embaixada dos Estados Unidos em Quito. O planejamento previa uma duração de quatro semanas para as atividades, que culminariam com a realização de cinco saltos diurnos de paraquedas e um noturno, além de dois saltos nos quais os combatentes estariam armados e equipados. No entanto, dificuldades na aquisição dos paraquedas levaram as instruções teóricas e a fase de condicionamento físico a se prolongarem por quase um ano.

O processo foi conduzido com bastante rusticidade. Baseados no quartel do *Batallón de Infantería N° 1*, sediado em Quito, os voluntários realizaram seus treinamentos de salto a partir de uma torre improvisada, ou até dos galhos de uma árvore; a carcaça de um avião fornecido pela Força Aérea foi utilizada para marcar o posicionamento dos soldados dentro das aeronaves.

Finalmente, graças ao apoio da missão militar americana em Quito e do general Truman London, chefe do Comando Aéreo dos Estados Unidos na Zona do Caribe, foi possível obter a doação de cem paraquedas principais e outros cem reservas, modelos T7 remanescentes da Segunda Guerra Mundial. Assim, após uma prolongada espera de 310 dias, os pioneiros viajaram para a península de Santa Elena, onde realizaram seus primeiros saltos a partir de uma aeronave C-47, na localidade de Muey, em Salinas.

Depois da realização desses saltos, o comando militar do país decidiu enviar a equipe de novos paraquedistas para completar a fase de adestramento no exterior. Desse modo, o segundo-tenente Cristóbal Navas, o suboficial Jorge Lucero, e os cabos Luis Peña, Carlos Flores e Edwin Santamaría seguiram para *Fort Benning*, onde realizaram o curso de *Rangers*, cujo modelo serviu de base para a criação do curso de *comandos* no Equador. Foi formado assim o *Destacamento Especial de Paracaidistas*, subordinado à *Escuela de Paracadismo*, responsável pelo treinamento de operações aeroterrestres no país. Ao longo do tempo, outros três destacamentos especiais, baseados em Quevedo, Santo Domingo e Esmeraldas também seriam organizados.

Desde sua origem até o ano de 2014, a escola desenvolveu 187 cursos de paraquedismo, graduando mais de 15.000 alunos. Na atualidade, conduz os cursos de comandos, paraquedismo, mestre de salto, chefes de salto, salto livre, salto livre operacional, guerra de montanha, adestramento de cães, precursores paraquedistas, manutenção de paraquedas, contraterrorismo, contraguerrilha e artes marciais.

#### 4.3.6 REPÚBLICA DO PERU

O paraquedismo militar peruano foi iniciado por integrantes da Força Aérea do país, que no final da década de 1930, lançando mão de técnicas experimentais, executaram os primeiros saltos no âmbito das suas Forças Armadas<sup>314</sup>.

Também se encontra registrado que em setembro de 1940 um grande exercício de lançamento de paraquedistas foi realizado na Base Aérea de Chiclayo, como parte da celebração do *Dia da Aviação* no país. Já no ano seguinte, durante um conflito deflagrado entre o Peru e o Equador, três suboficiais peruanos saltaram de um bombardeiro *Caproni Ca-111* sobre Puerto Bolívar, na noite de 31 de julho, surpreendendo os equatorianos que guarneciam a localidade. Após uma breve escaramuça, os peruanos conseguiram expulsar os defensores e capturar a praça, incluindo um trem com armas, munições e equipamentos. Dias depois, a cidade de Machala, em território equatoriano, também foi tomada com uma manobra semelhante. Teriam esses sido os primeiros – e talvez únicos – combates na América do Sul com intervenção de elementos aeroterrestres<sup>315</sup>.

Apesar do sucesso daquelas empreitadas, somente em 1956 as providências para estruturar uma tropa de paraquedistas foram adotadas no país, com o envio de dez militares ao Brasil, a fim de realizarem o curso de paraquedismo no Núcleo da Divisão Aeroterrestre. Ao mesmo tempo, foi criado o Batalhão de Infantaria Paraquedista “Comandante Espinar” nº 19, e em 4 de novembro de 1957, a *Escuela de Paracaidistas del Ejército*, com sede no distrito de Lima, Chorrillos (*Comisión Permanente de la Historia del Ejército del Perú*, 2001).

No mês seguinte, os paraquedistas enviados ao Brasil completaram seus treinamentos, alcançando as especializações de mestres de salto, precursores, técnicos em manutenção, dobragem e reparação de paraquedas e lançamento de carga de aeronaves em voo. Em 1958, outros dois oficiais cursaram a Escola de Tropas Aerotransportadas do Exército Argentino, e somados aos formados em território brasileiro, constituíram o corpo inicial de instrutores de paraquedismo para as Forças Armadas do Peru. Esses militares ministraram o primeiro curso básico de paraquedismo no país, que culminou com a realização de lançamentos, em 11 de novembro de 1959.

No final de 1965, foi organizado o *Destacamento de Fuerzas Especiales*, constituído por um quartel-general, pelos Batalhões de Infantaria nº 19 e nº 39, a Escola de

---

<sup>314</sup> *Reseña histórica - Ejército del Perú* <<https://www.ejercito.mil.pe/escueladeparacaidistas/>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

<sup>315</sup> Idem.



Paraquedistas e de Comandos, e a Companhias de Comando e Serviços. Esse destacamento serviu de base para a criação, em 20 de abril de 1970, da *Primeira Divisão Aerotransportada*.

Vale assinalar que os paraquedistas peruanos foram empregados na retomada da residência do embaixador japonês em Lima, onde o comando terrorista *Tupac Amaru* manteve 72 funcionários do Peru e do Japão como reféns por 126 dias. A ação de resgate, em 22 de abril de 1997, resultou na morte de quatorze guerrilheiros e dois militares, além de um refém.

Em 2003, as unidades aeroterrestres peruanas foram reorganizadas como batalhões de comandos e agregados em torno da Primeira Brigada de Forças Especiais. A formação atual reúne as seguintes unidades: *Batalhão de Comandos “Comandante Espinar n° 19”*; *Batalhão de Comandos “Coronel Juan Valer” n° 39*; *Batalhão de Comandos “Guard Chalaca” n° 40* (ativado em 1980); *Batalhão de Comandos “Coronel Narciso de la Colina” n° 61* (ativado em 1996); e o *Esquadrão de Reconhecimento Aéreo n° 61*. A brigada é complementada ainda pelos seguintes elementos de base e apoio: *Batalhão de Serviços Aéreo n° 61*; *Companhia de Comando n° 61*; *Companhia de Comunicações Aérea n° 61*; *Companhia de Manutenção e Reparo de Paraquedas*; e o *Destacamento de Transporte de Veículos*.

Desde 2015, a Escola de Paraquedistas do Exército do Peru conta com a presença de dois militares brasileiros, que desempenham a função de instrutores nos diversos cursos de formação e especialização realizados naquele estabelecimento, servindo como uma maneira de “estreitar os laços de camaradagem e fraternidade entre esses dois países, além de intercambiar conhecimentos técnicos e táticos na referida atividade”<sup>316</sup>.

#### 4.3.7 ESTADO PLURINACIONAL DE BOLÍVIA

O *Centro de Instrucción de Paracaidismo* do Exército Boliviano foi criado em 1962, com sede na cidade de La Paz, ocupando inicialmente parte das instalações do *Colegio Militar del Ejército*. A formação da unidade se iniciou com a seleção de setenta homens, que constituiriam a base de um futuro regimento. A empreitada contou com a colaboração de militares argentinos, que ministraram a instrução básica e forneceram o equipamento necessário<sup>317</sup>, e de oito instrutores norte-americanos, oriundos do Grupo de Forças Especiais

---

<sup>316</sup> *Instrutores de paraquedismo na República do Peru*. Disponível em <[http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset\\_publisher/MjaG93KcunQI/content/instrutores-de-paraquedismo-na-republica-do-peru->](http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/instrutores-de-paraquedismo-na-republica-do-peru->)>. Acesso em 18 de janeiro de 2018.

<sup>317</sup> Boletim de Informações n° 10/62, do Estado-Maior das Forças Armadas (Brasil) de 9 novembro de 1962, página 26. O boletim revela, ainda, a preocupação dos oficiais brasileiros com o propósito argentino de, através desse apoio, ampliar seu prestígio junto aos bolivianos, neutralizando a fraca influência do Brasil naquele país.

de *Fort Gulick*, no Panamá<sup>318</sup>. Em setembro do mesmo ano, os bolivianos já realizariam uma série de demonstrações, saltando sobre as cidades de Cochabamba e Viacha<sup>319</sup>.

Além de contar com a assessoria das missões estrangeiras no país, o exército também enviou oficiais para realizarem cursos de aperfeiçoamento na Espanha e nos Estados Unidos. Então, em 29 de setembro de 1963, foi criado o *Centro de Instrucción de Tropas Especiales*, composto por uma companhia antiguerrilha e por uma companhia de paraquedistas. No que se refere às atividades aeroterrestres, o programa de instruções do centro incluía os cursos de paraquedismo e de mestres de salto<sup>320</sup>.

Suas instalações atuais estão localizadas no departamento de Cochabamba, na Província de Cercado. Desde 2010, a unidade é designada pelo nome de *Regimiento de Fuerzas de Comandos Aerotransportado 18 - Victoria*. Subordinada à Sétima Divisão do Exército, desenvolve as instruções de paraquedismo, dobragem e manutenção de paraquedas, salto livre e de operações de paz. (*Ministerio de Defensa*, 2012: 78), contando com o apoio da *Compañía de Aviación de Ejército 1 López*, para a realização dos treinamentos de salto (*Ministerio de Defensa*, 2012: 123).

#### 4.3.8 REPÚBLICA DO CHILE

Segundo Alberto Roldan, a primeira iniciativa chilena para a formação de paraquedistas militares foi a realização de um *curso de comandos*, entre 1º de outubro e 30 de novembro de 1962, na *Escuela de Infantería*, com a participação de dezenove alunos e seis instrutores. O curso contou com a assessoria de *rangers* e de *special forces* do exército norte-americano. Ainda com assistência estadunidense, os primeiros paraquedistas do exército chileno foram formados entre os anos de 1963 e 1965, na Escola das Américas, na Zona do Canal do Panamá. Esses militares constituíram a base do *Batallón de Paracaidistas del Ejército*, criado em 2 de abril de 1965, posteriormente, denominado *Escuela de Paracaidistas y Fuerzas Especiales* (Roldan, 1972: 281).

Atualmente, os paraquedistas do exército chileno são empregados na *Brigada de Operaciones Especiales "Lautaro"*, sediada no Campo Militar Peldehue, ao norte da cidade de Santiago. Além dos elementos administrativos e logísticos, a brigada possui as seguintes

<sup>318</sup> *Paracaidista militar*. Disponível em <[http://www.ejercito.mil.bo/articulos/la\\_institucion/paracaidista.html](http://www.ejercito.mil.bo/articulos/la_institucion/paracaidista.html)>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

<sup>319</sup> Boletim de Informações nº 11/62, do Estado-Maior das Forças Armadas (Brasil), de 5 de dezembro de 1962.

<sup>320</sup> *Paracaidista militar*. Disponível em <[http://www.ejercito.mil.bo/articulos/la\\_institucion/paracaidista.html](http://www.ejercito.mil.bo/articulos/la_institucion/paracaidista.html)>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

unidades operacionais<sup>321</sup>: *Escuela de Paracaidistas y Fuerzas Especiales*; *Batallón de Paracaidistas nº 1 "Pelantaru"*; *Agrupación de Fuerzas Especiales del Ejército*; e a *Compañía de Comandos nº 12 "Galvarino"*.

O quartel da *Escuela de Paracaidistas* fica sediado no campo militar de Peldehue, onde se desenvolvem os cursos básico de paraquedista, mestre de saltos, dobragem e manutenção de paraquedas, guias de lançamento, salto livre militar, mergulhadores paraquedistas e salto livre esportivo<sup>322</sup>.

#### 4.3.9 REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

O Exército Uruguaio possui uma única unidade de paraquedistas, o *Batallón de Infantería Paracaidista 14*, com sede em Toledo, Canelones. A unidade possui um efetivo de cerca de 415 militares<sup>323</sup> e divide-se em duas subunidades: o *Centro de Instrucción de Paracaidistas del Ejército*, que realiza a instrução e o treinamento de paraquedistas militares, e o *Centro de Instrucción de Fuerzas Especiales del Ejército*, que capacita militares já paraquedistas em técnicas especiais de comandos, franco-atiradores e contraterrorismo.

O batalhão foi criado como *Batallón de Infantería 14*, em 30 de novembro de 1971, ocupando uma sede provisória no atual Complexo Desportivo do Exército. No ano seguinte foi transferido para o prédio do Liceu Militar General Artigas, e em abril de 1975, passou a ocupar sua sede atual. No mesmo ano, foi formada uma comissão para estudar a implantação do paraquedismo no exército, tendo como resultado a organização de um centro que reuniria as atividades relacionadas à essa atividade<sup>324</sup>. Assim, oito militares uruguaiois, assessorados pelo major Charles F. Fry, do exército norte-americano, foram designados para realizar um curso de salto livre, com apoio de meios da *Escuela Militar de Aeronáutica*. Outros dois oficiais foram enviados ao Chile, para realizar o curso básico de paraquedismo militar, o curso de dobragem e manutenção de paraquedas e o curso de mestre de saltos. Contando com os militares habilitados nesses cursos, foi criado o *Centro de Instrucción de Paracaidistas del Ejército*, e em 5 de março de 1977 foi iniciado o primeiro curso básico de paraquedismo militar no país. No ano seguinte, a unidade passou a treinar pessoal para combate a atos terroristas, sendo criada a *Companhia Especial Antiterrorista*.

<sup>321</sup> *Organigrama*. Disponível em <<https://www.ejercito.cl/?menu&cid=14>>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

<sup>322</sup> *Idem*.

<sup>323</sup> *Ejército fortaleció y amplió los comandos antiterroristas*. Disponível em: <<http://www2.ejercito.mil.uy/noticia.php?idA=4592&idC=1&idSc=1>>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

<sup>324</sup> *Ejército del Uruguay*. Disponível em <<http://www2.ejercito.mil.uy/bni14/index.php/historia>>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

A denominação *paracaidista* foi acrescentada ao *Batallón 14* em 1981, em vista da alta porcentagem de paraquedistas no seu efetivo. Em 1987, continuando sua transformação para uma unidade especial, foi realizado o primeiro curso de *comandos*, que permaneceu sob tutela do *Centro de Instrucción* até o ano 2000, quando foi criado o *Centro de Treinamento das Forças Especiais do Exército*.

#### 4.3.10 GUIANA FRANCESA

A Guiana Francesa, coletividade territorial de ultramar da França, é o menor território sul-americano e a única unidade política não independente da América do Sul. Assim, não dispõe de Forças Armadas próprias. A segurança é garantida pela polícia nacional, a *Gendarmerie*, composta por cerca de 470 policiais, e por algo em torno de 450 militares que integram as forças móveis, responsáveis pela defesa do território. Seus objetivos principais, além do policiamento regular, são a proteção do centro espacial, o combate à imigração ilegal e o combate à garimpagem clandestina (Duarte, 2016: 28).

A mesma autora ressalta que, embora o país não detenha poder militar de fato, a França é uma potência nesse sentido, investindo 2,6% do seu Produto Interno Bruto nas Forças Armadas e participando ativamente de intervenções militares, unilateralmente ou em coalizões. O território da Guiana Francesa serve como sede do quartel-general do 3º Regimento de Infantaria da Legião Estrangeira, composto por cerca de 670 homens, organizados em cinco companhias (Duarte, 2016: 15). Como outras unidades da legião, a tropa é altamente especializada e profissional, e em seu meio também se encontram soldados paraquedistas. Frequentemente, o Regimento Estrangeiro de Paraquedistas, sediado em Calvi, na França, realiza exercícios nas selvas do país.

#### 4.3.11 REPÚBLICA DO SURINAME

A República do Suriname possui uma fronteira de 593 km com o Brasil, uma região de baixa densidade demográfica coberta por barreiras naturais (a Serra do Tumucumaque e a floresta equatorial), bem como por áreas de preservação ambiental e indígena. Com isso, a cooperação em defesa e segurança é um pilar importante da relação entre os dois países<sup>325</sup>.

---

<sup>325</sup> *República do Suriname*. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6479-republica-do-suriname>>. Acesso em 2 de junho de 2019.

As forças de defesa (*Nationaal Leger*) do Suriname consistem em Marinha (*Marine*), Exército (*Landmacht*), Aeronáutica (*Luchtmacht*) e Polícia Militar (*Militaire Politie*)<sup>326</sup>, sendo compostas por cerca de 2.200 homens. O exército do Suriname é composto por apenas quatro unidades (Sanjay, 2017: 4): um batalhão de infantaria leve (33º Batalhão de Infantaria), um corpo de forças especiais, uma unidade de apoio e um corpo de polícia militar.

A limitadíssima capacidade operativa de sua Força Aérea – segundo o autor acima citado, as únicas aeronaves disponíveis seriam três helicópteros *Chetak*, recebidos da Índia em 2015 – restringe as possibilidades de treinamentos regulares de paraquedistas.

#### 4.3.12 REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA

A Força de Defesa da Guiana (*Guyana Defence Force* ou *GDF*) foi criada em 1º de novembro de 1965, sob a orientação de uma equipe de instrutores do Reino Unido, quando o país ainda era uma colônia inglesa. Sua estrutura contava com a Força de Voluntários da Guiana Inglesa (*British Guiana Volunteer Force* ou *BGVF*), a Unidade de Serviços Especiais (*Special Service Unit* ou *SSU*), a Força Policial da Guiana Inglesa (*British Guiana Police Force* ou *BGPF*) e os Voluntários Civis (*Civilian Volunteers*)<sup>327</sup>.

A independência do país foi alcançada poucos meses depois, em 26 de maio de 1966. A *GDF* foi reorganizada, passando a contar com as seguintes unidades: *Defense Headquarters, 1st and 2nd Infantry Battalion Groups, Artillery Company, Special Forces Squadron, Engineer Battalion, Air Corps, Regimental Band* e a *Coast Guard*. Em janeiro de 1987, o efetivo total dessas forças alcançava cerca de 5.000 homens<sup>328</sup>.

O pessoal, os recursos e os equipamentos do *GDF* são empregados com regularidade em tarefas comunitárias, no desenvolvimento nacional e em missões de emergência. A Força, por exemplo, produz seu próprio alimento através do *Agriculture Corps* e costura seus uniformes na unidade denominada *Ordinance Corps*. Sua Força Aérea realiza voos regulares para prestar assistência médica em áreas do interior, e o corpo de engenheiros constrói estradas, pistas de pouso e outras obras de infraestrutura.

Atualmente, a Força de Defesa da Guiana treina seus oficiais na *Escola de Cadetes Coronel Ulric Pilgrim*, criada em setembro de 1981. Os militares também são

<sup>326</sup> *Leiding Van Het Nationaal Leger*. Disponível em <<http://www.gov.sr/ministerie-van-defensie/het-nationaal-leger.aspx>>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

<sup>327</sup> *GDF History*. Disponível em <<http://www.gdf.mil.gy/index.php/about-us/history/where-it-all-began.html>>. Acesso em 27 de dezembro de 2017.

<sup>328</sup> *Dados sobre o Exército Guianense (Military Balance 86/87)*, constantes do Parecer nº 002-4ªSC/87, do Estado-Maior do Exército (Brasil), de 21 de janeiro de 1987.

enviados para a *Royal Military Academy*, para a *Infantry Training* e para a *Royal Naval Academy*, instituições do Reino Unido. Os recrutas recebem o treinamento básico no próprio país, na *Colonel John Clark Military School*.

A atividade de paraquedismo da *GDF* está restrita a um esquadrão de forças especiais, baseado na localidade de *Camp Stephenson*, que desenvolve com regularidade o *Basic Paratrooper Course* e o *Basic Freefall Course*<sup>329</sup>.

#### 4.3.13 NOTA

Pode-se observar que os exércitos sul-americanos compartilham certas características na implantação do paraquedismo militar. Uma delas é o fato que suas forças aeroterrestres foram criadas em um momento histórico específico - o período subsequente ao final da Segunda Guerra Mundial. De modo geral, a história dessas tropas também atesta a ingerência norte-americana sobre as forças militares da região naquele momento, materializada na provisão de equipamentos e armas, nas ofertas de treinamento de pessoal, no fornecimento de assessores militares, etc.

Deriva daí também a inspiração direta dos Estados Unidos, ao menos no primeiro momento, em sua maneira de empregar os paraquedistas em quadros de guerra convencional. Jayro Casarin, que em 1966 elaborou um estudo sobre a doutrina de emprego da tropa paraquedista, refere-se ao manual de campanha *31-30 - Tactics and techniques of airborne troops*, editado pelo exército norte-americano em maio de 1942, como uma das primeiras notas doutrinárias sobre o emprego de paraquedistas em operações militares: a ideia inicial era utilizá-los como unidades de assalto, para conquistar e manter cabeças de ponte aérea em grandes operações de desembarque de tropas. O modelo da divisão aeroterrestre, na qual se inspiraram os exércitos da América do Sul, baseava-se nesse conceito. Mas essa organização pressupunha enormes efetivos. A estrutura divisionária norte-americana previa um regimento de paraquedistas e dois de planadores; a britânica, duas brigadas de paraquedistas e uma de planadores; os alemães organizavam destacamentos especiais, não menos numerosos, combinando-os na proporção necessária à natureza de cada missão (Casarin, 1966: 10, 11).

Já no cenário sul-americano, nenhum país dispunha de doutrinas próprias, uma vez que na época da grande guerra suas tropas paraquedistas nem mesmo haviam sido criadas. No pós-guerra o cenário evoluiria para a constatação pelos comandos militares locais de que

---

<sup>329</sup> *Guyana Defence Force. Training doctrine*, 2010, página 28.

seria desnecessário manter um alto número de paraquedistas, uma vez que a natureza dos conflitos da região não se moldava à necessidade, grosso modo, de grandes efetivos saturando a retaguarda de um campo de batalha. Os saltos em massa – ou seja, o lançamento simultâneo de vastos contingentes de paraquedistas – nunca chegaram a se concretizar, exceto sob a forma de treinamentos ou de exposições. Considerada a carência de material e a falta de planejamento a longo prazo, fica claro que faltariam os meios (muitas aeronaves para lançamento da tropa, pessoal treinado, etc.) para isso. Assim, poderia-se dizer que na região, inclusive no Brasil, a idéia de implantar forças paraquedistas a nível divisão de exército já nasceu condenada à morte.

Mas como o próprio Casarin observou, ainda em 1966, o exército norte-americano estava atento as possibilidade de emprego da tropa paraquedistas em operações de guerra não convencional, particularmente em operações de contra-insurreição (Casarin, 1966: 16). De fato, na maioria dos exércitos do continente sul-americano o paraquedismo se tornaria orgânico das unidades de forças especiais e comandos, efetivos reduzidos mas altamente treinados para atuação em situações de crise. Mais recentemente, o emprego dessas tropas também se voltaria para operações contra o crime organizado, o contrabando e o narcotráfico, além de segurança de grandes eventos e outras ações de caráter tipicamente policial.

Assim, pode ser afirmado que, no momento, apenas a Venezuela, a Argentina e o Brasil mantém brigadas de paraquedistas, uma exceção nas tendências da região. No contexto geopolítico, faltam a esta tese elementos que possibilitem análises mais refinadas para avaliar o fenômeno, que na análise organizacional pode ser encarado como uma evidência da adaptação das organizações militares paraquedistas aos problemas enfrentados ao longo de seu desenvolvimento, que moldaram não apenas a cultura, mas também sua própria estrutura.

#### 4.4 EXTINÇÃO DO NÚCLEO

Seguindo a tendência do continente, a ambição do estabelecimento de uma *divisão aeroterrestre* no Exército Brasileiro acabou sendo substituída pela ideia, muito mais modesta, de uma *brigada aeroterrestre*. O decreto de transformação<sup>330</sup> traria a rubrica do presidente Artur da Costa e Silva, antecedendo em pouco menos de um mês a assinatura do Ato

---

<sup>330</sup> Decreto nº 63.573, de 7 de novembro de 1968. *Transforma, cria e muda a denominação de organizações militares e dá outras providências.*

Institucional nº 5<sup>331</sup>. Considerada a questão do efetivo de pessoal e da estrutura material já existentes, pouca mudança ocorreria; na prática, tratava-se quase que apenas de um rearranjo administrativo e organizacional.

**Quadro 7 – Comandantes do Núcleo da Divisão Aeroterrestre.**

Comandante	Período
Nestor Penha Brasil	7 de março de 1946 até 11 de fevereiro de 1955
Djalma Dias Ribeiro	11 de fevereiro de 1955 até 5 de março de 1958
Sylvio Américo Santa Rosa	5 de março de 1958 até 10 de abril de 1960
Paulo Francisco Torres	10 de abril de 1960 até 27 de março de 1962
Sylvio Américo Santa Rosa	27 de março de 1962 até 20 de maio de 1963
Alfredo Pinheiro Soares Filho	20 de maio de 1963 até 6 de dezembro de 1963
João Costa	9 de dezembro de 1963 até 1º de junho de 1964
Augusto Cezar Moniz de Aragão	1º de junho de 1964 até 22 de janeiro de 1965
João Dutra de Castilho	22 de janeiro de 1965 até 1º de dezembro de 1966
Adauto Bezerra de Araújo	11 de janeiro de 1967 até 14 de dezembro de 1969

Quadro 7 – Comandantes do Núcleo da Divisão Aeroterrestre. Relação nominal dos comandantes do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, contendo o período em que estiveram à frente da unidade. Fonte: página eletrônica da Brigada de Infantaria Paraquedista<sup>332</sup>.

Durante os quinze anos de existência do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, o Brasil conheceu nada menos do que dez presidentes da República, que se alternaram no poder entre o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, e o afastamento de Artur da Costa e Silva, em agosto de 1969. O conturbado cenário político do período também teve seus efeitos sobre a instituição, posto sua articulação à estrutura central do governo; pode-se observar, por exemplo, a quantidade de oficiais que se alternaram no comando do núcleo, alguns exercendo a comissão por apenas poucos meses.

De qualquer modo, a fase encerrada deixaria suas próprias marcas na história e na cultura da unidade. Do mesmo modo como as narrativas institucionais a respeito da Escola de Paraquedistas haviam sido dominadas pela saga dos pioneiros, a história do Núcleo da Divisão Aeroterrestre também destacaria seus próprios heróis, exaltados por enfrentarem as dificuldades iniciais, consolidarem a existência da instituição e salvá-la do estado de risco.

<sup>331</sup> Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. *São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.*

<sup>332</sup> *Comandantes*. Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/antigos-comandantes.html>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2018.



## 5 A BRIGADA AEROTERRESTRE (1969-1971)

A proposta deste capítulo é apresentar a breve existência da *Brigada Aeroterrestre* como um período que delimita dois momentos distintos da história da tropa paraquedista. Partindo do princípio de que as instituições sociais moldam as cognições e os valores dos indivíduos que delas participam (Ibañez, Wen & Fernandez, 2005: 118), serão narrados determinados episódios, particularmente situações vividas em torno do movimento de 1964, que permitem identificar certa reformulação na cultura política<sup>333</sup> da instituição.

Obviamente, isso não se deu no curto intervalo de três anos em que vigorou a denominação “Brigada Aeroterrestre”, nem se restringe aos episódios ora relatados; antes, a proposta é que tal período seja, no âmbito desta tese, considerado como um marco, um divisor entre o antigo e o novo, entre o Núcleo da Divisão Aeroterrestre e a futura Brigada Paraquedista. A ideia é que entre essas instituições há mais do que a alteração da nomenclatura por força da evolução da doutrina militar: há também uma mudança ideológica, o apagamento de conflitos e sua substituição por uma nova memória institucional, mais adequada ao modelo desejado do “combatente aeroterrestre brasileiro”.

Outro desdobramento dessa posição é que a necessidade de evidenciar certos contrastes entre a história antes e depois da “Brigada Aeroterrestre” tornou necessário retroagir a narrativa até questões em voga em um período anterior aos anos de 1969-71; por isso, antecipa-se escusas ao leitor pelo recuo de trechos do texto até eventos ocorridos ainda sob a epígrafe de *Núcleo da Divisão Aeroterrestre*.

### 5.1 A BRIGADA AEROTERRESTRE

A partir de 1º de janeiro de 1969, o *Núcleo da Divisão Aeroterrestre* passou a ser denominado *Brigada Aeroterrestre*. Além disso, o Regimento de Infantaria Aeroterrestre foi desmembrado em três batalhões de infantaria e foram criados um grupamento de unidades de apoio e um grupamento de saúde. Até então, quase 20.000 militares já haviam obtido a qualificação de paraquedista militar no Brasil.

Antecedendo em pouco menos de um mês a assinatura do Ato Institucional nº 5, o decreto de transformação da unidade seria redigido nos seguintes termos:

---

<sup>333</sup> O conceito, de modo resumido, remete ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado às posições dos indivíduos em relação aos processos políticos, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores (Goulart, 2015: 112).

DECRETO Nº 63.573, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1968

Transforma, cria e muda a denominação de Organizações Militares e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 83, inciso II da Constituição e de conformidade com o disposto no art. 19 da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956,

Decreta:

Art. 1º São transformados:

- o Núcleo da Divisão Aeroterrestre em Brigada Aeroterrestre;
- o Quartel-General do Núcleo da Divisão Aeroterrestre em Quartel-General da Brigada Aeroterrestre;
- a Companhia de Quartel-General do Núcleo da Divisão Aeroterrestre em Companhia do Quartel-General da Brigada Aeroterrestre, e
- o Regimento de Infantaria Aeroterrestre - Regimento Santos Dumont em 1º Batalhão de Infantaria Aeroterrestre - Batalhão Santos Dumont.

Art. 2º São criados:

- os 2º e 3º Batalhões de Infantaria Aeroterrestre;
- o Grupamento de Unidades de Apoio Aeroterrestre, e
- o Grupamento de Saúde Aeroterrestre.

Art. 3º O Grupo de Obuses 105 Aeroterrestre passa a denominar-se 1º Grupo de Artilharia Aeroterrestre (1º GAAet).

Art. 4º O Ministro do Exército regulará, mediante atos complementares, a execução pormenorizada e progressiva das disposições deste decreto, inclusive quanto à nova subordinação das Organizações Militares que constituíam o Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

Art. 5º O presente decreto entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

Artur da Costa e Silva

Aurélio de Lyra Tavares

A denominação “Brigada Aeroterrestre” teria vida curta, perdurando apenas até o final do ano de 1971, quando a unidade seria renomeada para “Brigada Paraquedista”. O mesmo ocorreria com suas unidades subordinadas, que também renovariam seus epítetos, adotando o título “paraquedista” em substituição a “aeroterrestre”.

### 5.1.1 MITOS E HERÓIS DA BRIGADA AEROTERRESTRE

O período da história da tropa paraquedista na qual a organização foi conhecida por *Brigada Aeroterrestre*, ainda que curto, possui enredo, personagens e heróis próprios. Para apresentá-los, recorre-se novamente às monografias da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, uma vez que os apontamentos encontrados nessas obras são, em grande

parte, correspondentes aos mitos que circulam nos discursos e no imaginário institucional. Mais uma vez assinala-se que o recorte temporal dos eventos narrados neste capítulo será extrapolado em alguns momentos para fora dos limites de 1969-71, dentro da ideia de que esses três anos serão tomados como uma fase de transição, uma etapa central entre dois momentos distintos na história da mentalidade e da cultura política da instituição, cujas transformações constituem o foco da investigação deste trecho da pesquisa.

Os eventos em questão, em sua versão oficial, podem ser assim resumidos: no início da década de 1970, chegou ao conhecimento dos órgãos de informações do Exército que o Partido Comunista do Brasil estaria treinando militantes na região sul do estado do Pará, próximo às localidades de Xambioá e Marabá. Um pequeno destacamento militar, enviado de Brasília na tentativa de confirmar os informes, travou uma escaramuça com os guerrilheiros, restando morto o cabo do Exército Odílio Cruz Rosa (Azevedo e Silva, 1995: 41; Almeida, 2002: 178).

A participação dos paraquedistas no conflito se iniciaria com o envio de uma equipe do destacamento de forças especiais da Brigada Aeroterrestre para a área, a fim de resgatar o corpo do militar e realizar patrulhas<sup>334</sup>. Posteriormente, em outubro de 1972, seria realizada uma grande manobra na região, com a participação de tropas regulares e de uma companhia do 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista, além de homens das forças especiais. Mas, apesar do grande efetivo empregado, não foram obtidos resultados expressivos. Então, no ano seguinte, foi desencadeada a *Operação Sucuri*, na qual elementos dos órgãos de informações do Exército se infiltraram na área, ao mesmo tempo em que na Brigada Paraquedista eram realizados intensos treinamentos. Nos meses finais de 1973, os paraquedistas foram deslocados para a região, constituindo pequenas patrulhas que se valeram do auxílio da população local e de mateiros (rastreadores) conhecedores da área. A guerrilha foi sendo destruída no decorrer das ações, até que no dia 25 de dezembro daquele ano uma patrulha dizimou a maioria dos guerrilheiros, então reunidos a oeste do rio Araguaia (Azevedo e Silva, 1995: 13).

Evidentemente, circulam narrativas dessa história produzidas por correntes ideológicas diversas, e com essa breve transcrição se deseja tão somente explorar a versão que transita de modo mais generalizado no imaginário coletivo da instituição em estudo. De fato, poder-se-ia dizer que a memória institucional a respeito do período se concentra no emprego

---

<sup>334</sup> Nenhum desses autores especifica a data do ocorrido. Mas o *Diário de Notícias*, de 9 de dezembro de 1970, faz alusão a duas equipes de forças especiais e uma companhia de fuzileiros paraquedistas, que dentro de uma situação de “exercícios” teria participado de operações de “cerco e destruição” de uma força de guerrilheiros naquela área. Ver: *Exercícios de paraquedismo. Diário de Notícias*, 9 de dezembro de 1970, página 12.

de seus integrantes no mecanismo repressivo do regime militar, particularmente na atuação dos grupos de forças especiais e tropas de infantaria paraquedista na região amazônica do Araguaia, mas de modo geral no combate ao que institucionalmente se convencionou chamar de “guerrilha rural e urbana”. Como de praxe, a memória oficial exalta, sobretudo, os oficiais comandantes. A figura maior, nesse caso, seria o “Gen Bda Hugo de Andrade Abreu (Cmt da Bda Pqdt nos anos 1970-1974) [que] comandou os Pqdt durante a luta contra a guerrilha no Araguaia” (Almeida, 2002: 160).

De fato, Abreu foi um dos dois comandantes que estiveram à frente da unidade durante sua curta vida sob a denominação de *Brigada Aeroterrestre*. Seu período de comando, como visto, ficou conhecido e lembrado por conta do emprego dos paraquedistas no combate aos focos de guerrilha instalados na região do Araguaia. Mas há outros elementos nessas memórias, apagados dos enunciados atuais, que precisam ser resgatados para uma melhor compreensão da história. A começar pela chegada desse oficial ao comando da brigada, que na verdade se deu como reação a um incidente crítico: o afastamento da unidade do general de brigada Adauto Bezerra, no final de 1969.

Para uma organização, um dos gatilhos mais poderosos para a mudança são os escândalos e crises institucionais. Tais eventos revelam que alguns dos ideais e valores supostamente adotados podem não estar vigorando na prática, levando à reavaliação de quais são as suposições culturais mais profundas que estão realmente operando, ou não (Schein, 2009: 108). Como será visto adiante, havia muitos motivos para que uma intervenção tão dramática quanto a exoneração de um comandante fosse realizada, e será mesmo possível afirmar que a jogada foi extremamente bem-sucedida no sentido da produção de mudanças em determinados aspectos da cultura organizacional paraquedista; mas, antes de confirmar essa suposição, é preciso expor a escalada de crises que tornou necessária tal intercessão.

### 5.1.2 HÉRCULES 56<sup>335</sup>

O general de brigada Hugo de Andrade Abreu chegou ao comando da Brigada Aeroterrestre em razão do afastamento de Adauto Bezerra de Araújo, no final do ano de 1969. Sua nomeação foi emergencial: o militar nem mesmo possuía o curso de paraquedismo, que somente viria a concluir em fevereiro do ano seguinte, após assumir a função de comandante

---

<sup>335</sup> Foi tomado de empréstimo o título do documentário de 2006, dirigido por Sílvia Da-Rin, sobre o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick, ocorrido em 1969. Em troca do diplomata, quinze presos políticos foram libertados e conduzidos ao México na aeronave C-130 Hércules, de prefixo 56, da Força Aérea Brasileira.

da unidade<sup>336</sup>. Tratava-se da tentativa de controlar uma grave crise interna, gerada pela participação de oficiais paraquedistas em um frustrado golpe de mão contra o avião que transportaria para o exílio os quinze prisioneiros políticos trocados pela liberdade do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick.

O caso foi um dos mais emblemáticos nos embates entre o governo militar e os movimentos de oposição ao regime. Nomeado embaixador no Brasil em 1969, Elbrick já se encontrava no Rio de Janeiro em 31 de agosto daquele ano, quando a Junta Governativa Provisória<sup>337</sup> substituiu no poder o presidente Costa e Silva, enfermo e incapacitado<sup>338</sup>. Em 4 de setembro, o diplomata americano foi sequestrado por militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro e da Ação Libertadora Nacional, que exigiam a libertação de quinze presos políticos e a divulgação de um manifesto nos meios de comunicação<sup>339</sup>.

Em cinco de setembro, a Junta divulgou uma nota em que declarava aceitar as condições. A decisão suscitou descontentamento no seio da oficialidade em geral, e provocou entre os paraquedistas uma minirrebelião que teve como personagem central o tenente-coronel Dickson Melges Graef, que exercia a função de comandante do 1º Grupo de Artilharia Aeroterrestre (Chirio, 2012: 151). Na tarde de sábado, 6 de setembro de 1969, Graef organizaria e lideraria um grupo formado por 26 oficiais da Brigada Aeroterrestre e três oficiais alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que se deslocou para a Base Aérea do Galeão, na Ilha do Governador, com o intento de impedir a decolagem do avião que transportaria os prisioneiros libertados. A interceptação falhou – a aeronave já havia partido quando os paraquedistas chegaram ao aeroporto – e no retorno para o quartel os militares invadiram a estação transmissora da Rádio Nacional, localizada no bairro de Parada de Lucas. Por volta das 22 horas, interromperam à força a transmissão (estava sendo irradiada uma partida de futebol entre América e Portuguesa) e colocaram no ar uma mensagem em que criticavam a decisão<sup>340</sup>:

6 de setembro – 22:30 hs. – Radio Nacional

ATENÇÃO PARA UM COMUNICADO À NAÇÃO BRASILEIRA

A tropa de paraquedistas e outras tropas, insurgidas contra a decisão da Junta

<sup>336</sup> *Abreu, novo paraquedista. Correio da Manhã*, 18 de fevereiro de 1970, página 5.

<sup>337</sup> A Junta governou de 31 de agosto de 1969 até 30 de outubro de 1969. Era composta pelos três ministros militares: o general Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército; o almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha; e o Brigadeiro Márcio Melo, ministro da Aeronáutica.

<sup>338</sup> *Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. Arquivo Nacional, 2009, página 139.

<sup>339</sup> *Junta Militar. Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. Arquivo Nacional, 2009, página 145.

<sup>340</sup> *A rebelião militar que o trânsito abortou. Jornal do Brasil*, 21 de maio de 1995, página 13.

Governmental, de fazer a entrega de presos condenados pela Justiça, numa demonstração de fraqueza e à revelia das Forças Armadas – lança – nesse momento, uma proclamação ao povo brasileiro de repúdio a tal medida impatriótica.

Conclamamos à união e tomada de consciência de que existe em nosso país, declarada guerra interna revolucionária de comunistas, contra a qual iniciamos neste momento, ações militares de repressão.

Para cumprimento desta determinação patriótica, estamos dispostos ao mais alto sacrifício.

Em nome de Deus

Brasil acima de tudo<sup>341</sup>.

No dia seguinte Grael ainda se recusaria a conduzir o Grupo de Artilharia para o desfile do Dia da Independência. O conjunto da obra lhe valeria duas semanas de prisão e a transferência para o Comando da 8ª Região Militar, em Belém (o deslocamento para uma guarnição remota era um artifício institucional bastante comum para afastar militares perturbadores da ordem ou desarticular suas redes de ação). Inconformado, o oficial ainda pronunciou, no dia de sua exoneração, um discurso no qual fez seu relato do caso, mencionando publicamente que suas atitudes haviam contado com o apoio unânime tanto de seus subordinados, quanto de seus superiores hierárquicos, inclusive do comandante da brigada (Chirio, 2012: 151).

Entre os nomes conhecidos dos outros paraquedistas participantes da aventura se encontram o de José Aurélio Valporto de Sá, Francimá de Luna Máximo, Adalto Luiz Lupi Barreiros, Victor Pacheco Motta, Álvaro Souza Pinheiro, Edivaldo José de Oliveira Santos, Aldo Demerval do Rio Branco Fernandes e Mário Miquelino da Cunha Filho<sup>342</sup>. Ao fim do episódio, todos foram punidos com prisão disciplinar, o que aponta para uma grande condescendência dos comandos superiores, que facilmente poderiam enquadrar as ações do grupo como crimes militares, mas

(...) o ato foi considerado uma “manifestação de indisciplina”, e o comandante do I Exército determinou a abertura de uma sindicância, dela encarregando o coronel Luiz Cesário da Silveira. Na solução, os oficiais envolvidos foram punidos com 25 dias de prisão, "por terem se ausentado de seu quartelamento, onde deveriam permanecer por estarem de prontidão, utilizarem viatura militar sem que para isso estivessem autorizados, provocarem discussão com companheiros de outra Força

---

<sup>341</sup> O manifesto está reproduzido em Melo, 2012, página 44. Embora se trate de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, a referência apresentada é incerta, pois aquele pesquisador recolheu o texto no sítio eletrônico do *Grupo Terrorismo Nunca Mais*, página que divulga obras de conteúdo revisionista em relação ao período do governo militar brasileiro. Serrão (2014) também reproduz o texto, fornecendo, inclusive, a imagem de uma carta datilografada do mesmo; mas também se trata de uma página eletrônica <<http://www.alertatotal.net/2014/09/>> com conteúdo similar ao *Ternuma*. Por fim, Casali (2018) afirma que a veracidade do material foi atestada por um dos participantes do episódio, o general Alvaro de Souza Pinheiro, que em entrevista teria até mesmo identificado o redator do manifesto: o capitão Francimá de Luna Máximo.

<sup>342</sup> *Que tal sequestrar o embaixador? Jornal do Brasil*, 19 de abril de 1997, página 4.

Armada, censurar atos de seus superiores através da imprensa falada e promover manifestações de caráter coletivo - transgressões graves"<sup>343</sup>.

As sanções não atingiriam apenas os oficiais que participaram diretamente da façanha; o comandante da Brigada Aeroterrestre, general de brigada Aduino Bezerra de Araújo, seria exonerado e deslocado para uma obscura subchefia no Departamento de Produção e Obras<sup>344</sup>, deixando a unidade sob o comando interino do coronel Darcy Tavares, seu chefe de estado-maior, que transmitiria o cargo a Hugo Abreu em oito de janeiro do ano seguinte, em uma tímida cerimônia sem discursos<sup>345</sup>. No futuro, o episódio ainda lhe custaria a quarta estrela: em 1976, Geisel o acusaria de tibieza no comando da unidade durante o incidente, preterindo-o na promoção para o posto de general de exército, prevista para março daquele ano (Frota, 2006: 384).

Apesar da sequela caída sobre o antigo comandante, deve ser afastada a ideia de que o caso tenha vindo a produzir maiores efeitos ou prejuízos sobre a carreira militar dos envolvidos. Alguns deles atingiriam no futuro o generalato; outros não. Inexiste um padrão em suas trajetórias que torne possível afirmar a influência do ato de rebeldia em seus destinos profissionais. Decorrido certos prazos regulamentares, os registros da transgressão seriam apagados de seus assentamentos e não produziram mais efeitos legais ou administrativos. Passados alguns anos, restava na própria brigada apenas desinteresse pelo tema. Porém, antes de indicar certo “curso natural das coisas”, esse desfecho sugere algo mais: insinua um desprezo artificial, produzido, fabricado a partir de afastamentos progressivos, como se houvesse receio da reprodução daqueles fatos que poderiam ter levado alguns à ruína. O episódio, em suma, passaria a fazer parte da aprendizagem do grupo através do silêncio e do afastamento do assunto.

Assim, durante muito tempo, a lembrança da tentativa de assalto ao Hércules 56 foi tratada como um tabu organizacional. O tema apenas recentemente escaparia do seu terreno na área das proibições, campo que orienta os comportamentos enfatizando aquilo que não é permitido no grupo. Notável é que aquela que foi uma das mais graves crises atravessadas pela unidade, foi também a última, o que sugere uma escalada, uma progressão na instabilidade organizacional até um limite não mais suportado. Mas, para que isso seja melhor demonstrado, será preciso apresentar outros exemplos, e um deles se encontra no caso narrado a seguir.

---

<sup>343</sup> Centro de Inteligência do Exército. *Relatório Periódico de Informações nº 210/69*, de 10 de novembro de 1969.

<sup>344</sup> *Paraquedistas vão ter novo comando. Diário de Notícias*, 4 de janeiro de 1970, página 14.

<sup>345</sup> *Solenidade foi sem discursos. Correio da Manhã*, 8 de janeiro de 1970, página 9.

### 5.1.3 LY ADORNO DE CARVALHO

No dia 22 de fevereiro de 2015, o capitão Ly Adorno de Carvalho, um antigo integrante da tropa paraquedista, foi sepultado no *Parque da Paz*, localizado na cidade de Vitória, no Espírito Santo.

Na ocasião, a Brigada de Infantaria Paraquedista lhe prestaria suas últimas homenagens. Uma guarda fúnebre composta por oito soldados da Companhia de Precursores Paraquedista foi enviada para executar as honras militares, e, além disso, o jazigo foi atravessado por uma faixa verde, confeccionada em *nylon* de paraquedas, contendo a inscrição *Para um grande soldado e paraquedista os sentimentos da Bda Inf Pqdt*. Por fim, foram depositados sobre a lápide quatro objetos: um gorro vermelho, outro preto, um par de coturnos marrons e uma boina grená.

Como usual nessas despedidas, foi redigido um obituário, que durante algum tempo ficou disponível na página eletrônica da Brigada de Infantaria Paraquedista na rede mundial de computadores, registrando os fatos mais marcantes da carreira do oficial: nascido em 7 de agosto de 1928 em Baliza, Goiás, Adorno iniciou sua vida militar em 1948, quando incorporou no 17º Batalhão de Caçadores, sediado em Corumbá, então estado do Mato Grosso. Sua aproximação da tropa paraquedista se deu em 1951, quando se matriculou no curso básico. Em 1953, realizou os cursos de mestre de salto e de precursor paraquedista; em 1958, concluiu o curso de forças especiais. Foi um dos pioneiros na prática do salto livre no âmbito do Exército Brasileiro, sendo o primeiro integrante da Força a realizar esse salto equipado para o combate.

Também ficaram registradas as datas das promoções alcançadas pelo militar durante a carreira: cabo, em 30 de agosto de 1948; terceiro-sargento, em 10 de novembro de 1950; segundo-sargento, em 30 de dezembro de 1953; primeiro-sargento, em 31 de dezembro de 1958; subtenente, em 31 de dezembro de 1966; segundo-tenente, em 25 de agosto de 1969; primeiro-tenente, em 25 de abril de 1970; e, finalmente, o posto máximo da carreira de um praça do Exército Brasileiro, capitão, em 25 de abril de 1976. Entre as honrarias recebidas ao longo desse tempo, contava-se a medalha militar e o título de *Cidadão do Estado do Rio de Janeiro*, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado<sup>346</sup> após sua passagem para a reserva, em 1982. O texto ainda assinalava que o capitão Ly Adorno era dotado de um elevado vigor físico, lembrando sua atuação em diversas modalidades esportivas: futebol,

---

<sup>346</sup> Resolução nº 741, de 7 de dezembro de 1990, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Concede o título de cidadão do estado do Rio de Janeiro ao senhor Ly Adorno de Carvalho.*



atletismo, basquetebol e outras. Finalmente, consignava que o militar “por circunstâncias especiais teve que afastar-se da tropa paraquedista no ano de 1964, tendo recebido até então 46 elogios, evidenciando sua excelente carreira e capacidade profissional”<sup>347</sup>.

Mesmo na inatividade, o capitão continuaria mantendo laços com a unidade. Frequentava tanto os eventos oficiais, quanto os organizados por antigos companheiros, e lançou um livro – *Ser Paraquedista*, uma coletânea de poesias de sua autoria e de histórias da brigada de seu tempo. Em 1995, por ocasião das comemorações pelos cinquenta anos do paraquedismo militar no Brasil, Adorno foi homenageado pelo próprio comandante da brigada, e lhe foi dada a oportunidade de realizar um salto de paraquedas sobre o Campo dos Afonsos, juntamente com outros veteranos.

Mas a memória do oficial não está sendo evocada com vistas a reforçar mitos ou apresentar um outro herói. Antes, há algo no necrológio que faz com que o caso de Adorno mereça atenção, e não é sua carreira excepcionalmente regular ou sua produção literária. É a menção às “circunstâncias especiais” de seu afastamento do Exército: de fato, a expressão não é mais do que um eufemismo para assinalar sua transferência do Núcleo da Divisão Aeroterrestre para uma guarnição consideravelmente isolada na época – o 27º Batalhão de Caçadores, então sediado na cidade de Manaus – e sua posterior demissão do serviço ativo, por meio de um decreto assinado em 15 de setembro de 1964 pelo presidente Humberto Castelo Branco<sup>348</sup>. Entre as acusações que pesavam contra o militar, a principal delas era a de ser o articulador da formação de um “batalhão de sargentos”, visando o amotinamento e a tomada do próprio aquartelamento<sup>349</sup>.

A demissão atingiu ainda outros 43 militares paraquedistas, aí incluído um ex-chefe do estado-maior do Núcleo da Divisão Aeroterrestre<sup>350</sup>. Sobre Ly Adorno pesava a acusação de formar, juntamente com outros dois companheiros de caserna - o subtenente José Álvaro Diniz Nogueira e o sargento Genival Montenegro Guerra<sup>351</sup>, uma “trindade inseparável [...] nociva à disciplina e ordem, exercendo como figura de proa, condenável atuação em todos os acontecimentos políticos verificados entre 1961 e 1963”. O libelo ainda

---

<sup>347</sup> O texto, embora não esteja mais disponível na página eletrônica da Brigada de Infantaria Paraquedista, pode ser consultado em *Nota de falecimento do Cap QAO R1 Ly Adorno de Carvalho. Operacional, defesa e segurança*. Disponível em <<https://www.revistaoperacional.com.br/2015/exercito/nota-de-falecimento-do-cap-qao-r1-ly-adorno-de-carvalho/>>.

<sup>348</sup> *Mais 43 foram reformados ou demitidos no Exército. Jornal do Brasil*, 16 de setembro de 1964, página 13.

<sup>349</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 64-65 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>350</sup> *Esposa de coronel condena expulsões. Correio da Manhã*, 17 de setembro de 1964, página 13.

<sup>351</sup> Um dos pioneiros do curso de forças especiais, com formação específica no exército norte-americano, conforme visto no capítulo anterior.

acrescentava que no episódio da renúncia de Jânio Quadros, Adorno, solidário à assunção de João Goulart, havia se constituído em líder dos sargentos do núcleo, planejando ações de sabotagem em Brasília e realizando ligações com o Rio Grande do Sul sublevado; que frequentava reuniões de cunho político de linha “socialista, esquerdista, progressista” com outros sargentos e civis; que atuava em favor de um parlamentar, o deputado Antônio Garcia Filho<sup>352</sup>, de quem recebia tarefas e de cuja campanha eleitoral havia participado como integrante de uma “equipe de pichadores”, em “eloquente atestado de seu fanatismo” que agravava o processo de “esquerditização” dos sargentos e cuja “apoteose infausta” seriam os comícios e assembleias realizadas no Sindicato dos Metalúrgicos, na Central do Brasil e no Automóvel Clube do Brasil<sup>353</sup>.

A acusação, por fim, concluía: Adorno se destacara “no exercício de ações subversivas e no plano de distorção do regime democrático, em detrimento dos exigidos padrões da autoridade constituída e da ordem, em todos os seus conceitos”. Suas ações indicavam que havia “se divorciado por completo das suas obrigações militares, de maneira tão profunda e radicalmente partidária”, que tornava “impraticável a sua permanência no serviço ativo”<sup>354</sup>.

Após o afastamento, Ly Adorno nunca voltou a integrar a tropa paraquedista. Em 1979, ele recorreria<sup>355</sup> à Lei da Anistia e faria parte do primeiro grupo de militares reintegrados à Força pelo então ministro do Exército, Walter Pires. Nenhum deles retornou ao Exército, por já haverem ultrapassado a idade limite para permanência no serviço ativo, mas passaram a receber proventos relativos ao tempo que serviram, acrescido dos anos que permaneceram excluídos das fileiras militares, ou seja, desde a data em que foram atingidos pelos atos de demissão até agosto de 1979. Adorno foi considerado transferido para a reserva remunerada a contar de 3 de março de 1980, na graduação de primeiro-sargento<sup>356</sup>. As

---

<sup>352</sup> Antônio Garcia Filho (1926-1999) foi eleito deputado federal pelo estado da Guanabara em 1962, tornando-se até então o único sargento empossado numa cadeira legislativa, função vedada à categoria pela Constituição de 1946. Em abril de 1964, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, com base no Ato Institucional nº 1, e passou para a clandestinidade com o intuito de organizar movimentos de resistência ao regime militar. Em 1970 foi preso por 41 dias e em seguida expulso do Exército. Anistiado em 1979, passou para a reserva no posto de primeiro-tenente. Faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro de 1999. Conforme verbete GARCIA FILHO, Antônio, disponível em <<http://fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/garcia-filho-antonio>>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.

<sup>353</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 64-65 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>354</sup> Idem.

<sup>355</sup> Despacho do ministro da Guerra no Processo nº 122/80 (requerimento datado de 17 de dezembro de 1979, em que ex-primeiro-sargento Ly Adorno de Carvalho solicita os benefícios da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979). Publicado no *Diário Oficial da União* de 4 de março de 1980, seção 1, página 34.

<sup>356</sup> Portaria nº 769 S3-DIP, de 27 de junho de 1980.

promoções seguintes, embora consideradas a partir das datas que o militar as teria obtido, caso estivesse no serviço ativo, também foram obtidas pela via administrativa.

Tudo isso pode parecer bastante traumático, exigindo um esforço especial para sua correta interpretação. Como hipótese, propõe-se que o cerne da questão seria a possibilidade da instituição de organizar e manter certas relações peculiares de solidariedade, laços simbólicos que seriam capazes de sobreviver até mesmo às poderosas divergências ideológicas e políticas que a afetaram naquela época. Hoje se observa que tais conflitos internos foram praticamente apagados, mais ou menos sutilmente, da memória oficial, em grande parte pela simples omissão dos fatos; para tanto, foram postos em ação certos filtros de comunicação entre os detentores dessas memórias, seja sob a forma de registro, seja no sentido individual – e os “novos” integrantes da instituição. Ou seja: por trás de uma aparente espontaneidade, essa seletividade da memória evoca aquele fenômeno assinalado por Michael Pollak: longe de constituir uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, a memória coletiva acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo (Pollak, 1989: 3).

Pollak esmiúça esse fenômeno recorrendo à obra de Maurice Halbwachs, que insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de "negociação" para conciliar memória coletiva e memórias individuais:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (Pollak, 1989: 3, 4).

Nesse processo, o assalto ao Hércules 56 se despiu do que possuía de transgressão ou delito, e se transformou em um episódio de heroísmo, uma história de guerra; e a carreira do capitão Adorno adquiriu para a posteridade um colorido que realça tão somente os valores institucionalmente adequados que, durante certo tempo, moldaram a carreira do oficial.

Admite-se que essas últimas análises possam talvez causar certo incômodo ao leitor; esse mal estar se originaria, provavelmente, em certas objeções que sobre elas possam ser levantadas, e a principal seria a acusação de uma generalização excessiva a partir de eventos que poderiam ser interpretados como isolados, singulares. É necessário, portanto, situá-los em um contexto mais amplo, de modo a demonstrar como, em sua época, eles representaram uma tendência que foi sufocada antes que um abalo mais poderoso atingisse as estruturas da organização.

## 5.2 O INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 104

A exoneração de Aduino Bezerra, a insubmissão de Dickson Graef e o afastamento de Ly Adorno fazem parte de um passado posto de lado pelas memórias oficiais, mas evidenciam certas fragmentações e lançam indagações sobre o imaginário da tropa paraquedista e de seus antepassados históricos como um grupo ideologicamente coeso, sem conflitos internos marcantes e com uma orientação política conservadora e de direita.

O registro mais relevante de uma ferida nessa visão hegemônica seria o Inquérito Policial Militar nº 104, instaurado nos primeiros dias de abril de 1964. Os eventos aos quais esse processo se refere giram em torno do 31 de março de 1964, e o principal *corpus documental* para pesquisá-lo é o próprio inquérito, que teve como encarregado o tenente-coronel Aloysio Alves Borges<sup>357</sup>. Sua finalidade foi

(...) apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no Núcleo da Divisão Aeroterrestre, tenham desenvolvido ou estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

A estreita fração de militares envolvidos no episódio e expurgados em consequência das conclusões do inquérito poderá parecer insuficiente para sustentar a ideia de que a instituição sofria da falta de coesão ideológica interna. Mas a trama mostrará que a organização social e as tendências políticas daquele período foram mais complexas do que usualmente admitido, e que, ao menos nos primeiros momentos do regime militar, essas divergências foram suficientes para acarretar poderosas tensões e produzir cisões que, ainda hoje, são negadas no imaginário oficial, constituindo em si autênticos tabus organizacionais.

Ressaltando esse último ponto, observe-se que tão grande quanto a crise, foi a sua obliteração da memória coletiva. É digno de destaque que a “Revista do Batalhão” publicada no Regimento Santos Dumont (uma espécie de anuário ou almanaque da unidade, que já em 1964 se encontrava em sua quarta edição, com uma tiragem de 10.000 exemplares), tenha lançado no último mês daquele ano uma edição na qual qualquer referência aos grandes expurgos ocorridos pouco tempo antes já seriam cuidadosamente desvanecidos por meio de uma amena mensagem de abertura:

A revista do Regimento Santos Dumont leva em seu bojo uma mensagem de paz, de fraternidade, de esperança por um mundo melhor, de amor ao próximo, de honestidade, no trato daquilo que a Nação confiou a nossa guarda – ordem e soberania.

<sup>357</sup> Memorando s/nº, Aj G, de 9 de abril de 1964, do general comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

Leva, também, um voto de repúdio – mas não de ódio – aos homens sem Deus e sem Pátria, bem como inabalável fé de que os mesmos haverão de abrir olhos e ouvidos à luz da verdade.

Aos paraquedistas do mundo inteiro, nossa admiração e amizade; aplausos pela decisão com que transpõem a porta aberta do avião em voo, únicos no perigo, na bravura, no ideal e na fortaleza moral da fé e de caráter; pois ser paraquedista é algo mais que um estado de espírito, está dentro de nós, nos impulsiona para frente, nos une na vida, no perigo, na vitória ou na morte.

À Democracia, a certeza de que nos poderá incluir entre os seus adeptos, que preferem sucumbir a serem postergados os sagrados “Direitos do Homem”.

Aos companheiros de Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Material Bélico, Intendência, de Serviços, de Motomecanização, Técnicos, Engenheiros, à Força Aérea Brasileira – desde o General, Brigadeiro, ao Soldado que nos apoia – à gloriosa Marinha de Guerra do Brasil, que como nós labuta no cumprimento do DEVER, a afirmação de que estamos irmanados por ideal e objetivos comuns, na construção de um Brasil cristão, uno, indivisível e eterno.

Aos chefes de família, às mães, aos jovens de todas as idades, a confiança na eficiência de nossa conduta, para que o nosso trabalho não tenha sido em vão, e para que o Brasil, ao lado das Nações Amigas, possa marchar rumo a um porvir glorioso, em que o amor e o respeito sejam os sentimentos dominantes no coração dos homens, tornando-os elos de uma imensa cadeia, sem cogitação de raças ou de latitudes<sup>358</sup>.

Ora, tal texto, dado o caráter menos formal da publicação, teria provavelmente maior penetração entre a soldadesca do que as solenes ordens do dia, também emitidas nessas ocasiões simbólicas. Notável, como dito, que a mensagem já trata, conscientemente, de embaçar na memória institucional – não exatamente pela omissão, mas por recursos de linguagem – as muitas divergências e conflitos ocorridos naquele ano específico. É como se houvesse ocorrido uma escolha entre a supressão dos fatos (que poderia, talvez, ser traduzida por pusilanimidade ou insensibilidade) e a disputa (cuja necessidade foi precocemente captada) pela memória, artifício mais eficiente, como agora pode ser reconhecido.

### 5.2.1 A COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES

O Inquérito Policial Militar nº 104 atendia às prescrições da célebre *Comissão Geral de Investigações*, instituto que perdurou durante grande parte do regime militar. Na verdade, existiram duas dessas comissões. A primeira delas teve a incumbência de promover as *investigações sumárias* a que se referia o Ato Institucional de 9 de abril de 1964<sup>359</sup>, que estabelecia também a suspensão por seis meses das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. Tais investigações seriam realizadas com o fim de aplicar

<sup>358</sup> *Mensagem*, por José Augusto da Escóssia. *Revista do Regimento Santos Dumont*, 1966.

<sup>359</sup> Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. *Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa.*

demissões, dispensas, aposentadorias e transferências compulsórias para a reserva, bem como suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos.

A Comissão de 1964 era composta por um presidente, o marechal Estevão Taurino de Resende, e mais três membros nomeados pelo presidente da República, a quem estava vinculada com intermediação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Tinha um prazo de atuação definido: seis meses para realizar as investigações sumárias atinentes ao artigo 7º<sup>360</sup> e sessenta dias para aquelas relacionadas ao artigo 10º<sup>361</sup> do Ato Institucional de 9 de abril de 1964<sup>362</sup>. Essas investigações podiam ser iniciadas e dirigidas por iniciativa da própria comissão, por determinação do presidente da República, dos ministros de Estado, dos chefes dos gabinetes civil e militar da Presidência da República ou em decorrência de representação de dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas, de governadores e prefeitos. Cada investigação concluída deveria ser encaminhada à autoridade competente no nível do poder em que atuasse o servidor investigado – se federal, ao ministério correspondente; se estadual ou municipal, ao respectivo governador ou ao prefeito.

Aquela que seria a primeira Comissão Geral de Investigações foi extinta pelo Decreto nº 54.609, de 26 de outubro de 1964<sup>363</sup>. Concomitantemente, o decreto rezava que seu presidente deveria remeter, em um prazo de dez dias, todos os processos resultantes das investigações sumárias aos órgãos competentes.

Em 17 de setembro de 1968 foi criada uma nova Comissão Geral de Investigações<sup>364</sup>, desta vez no âmbito do Ministério da Justiça, também com a finalidade de promover investigações sumárias, mas dessa vez para confisco de bens adquiridos de maneira ilícita no exercício de cargo ou função pública. A nova comissão, com jurisdição em todo o

---

<sup>360</sup> O §1º do artigo 7º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 rezava: “mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos”.

<sup>361</sup> O artigo 10º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 rezava: “No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os comandantes-em-chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos”.

<sup>362</sup> Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964. *Regulamenta os artigos 7º e 10º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Diário Oficial da União* de 27 de abril de 1964, página 3.690.

<sup>363</sup> Decreto nº 54.609, de 26 de outubro de 1964. *Extingue a Comissão Geral de Investigações, criada pelo Decreto n. 53.897, de 27 de abril de 1964, e dá outras providências. Diário Oficial da União*, seção 1, 27 de outubro de 1964, página 9.731.

<sup>364</sup> Decreto-Lei nº 359, de 17 de setembro de 1968. *Cria a Comissão Geral de Investigações e dá outras providências.*

território nacional, era composta de representantes da Marinha e do Exército, e seu primeiro presidente foi novamente o marechal Taurino. Sua sede central era na cidade do Rio de Janeiro, em parte de instalações pertencentes ao Instituto Nacional de Previdência Social. Também havia subcomissões estaduais, algumas delas localizadas em quartéis, como ocorreu com a de São Paulo, que funcionava na sede do 4º Comando Aéreo Regional. No ano de 1974, as subcomissões já instituídas eram em número de 24, funcionando em sua quase totalidade nas capitais dos estados e territórios. A partir de denúncias que podiam ser apresentadas por qualquer pessoa, a comissão instaurava investigações sumárias e sigilosas, com dupla função: a de um “tribunal administrativo especial, destinado a promover investigações sumárias para propor ao presidente da República o confisco de bens” e a de “promover investigações para apurar atos de corrupção ativa e passiva, ou contrários à preservação e consolidação da Revolução, para os efeitos de aplicação do Ato Institucional nº 5”. No entanto, sua área de atuação foi alargada, incluindo a sugestão de medidas repressivas sobre os casos de “subversão”.

Os trabalhos eram minuciosamente regulamentados e regidos: ao menos duas vezes por semana havia reuniões ordinárias, sendo comum a convocação de reuniões extraordinárias; para cada ocasião, uma ata era lavrada. As pautas mais constantes eram as denúncias, relatórios de investigações e pareceres técnicos. Os acusados tinham um prazo de oito dias para apresentação de defesa; caso não o fizessem, nomeava-se um defensor dativo<sup>365</sup>. As decisões eram tomadas pelo voto da maioria dos membros e transformadas em “resoluções”. Ao término das apurações havia dois caminhos: o arquivamento do processo, no caso de inexistência de fato delituoso ou de provas; ou a proposição do ato de confisco, encaminhado ao presidente da República para decisão final. Nesse último caso, o processo também era enviado ao Ministério Público, para as sanções penais cabíveis<sup>366</sup>.

Entre 1968 e 1973, a comissão analisou 1.153 processos, dos quais mais de mil foram arquivados, restando 58 propostas de confisco, das quais 41 foram efetivamente sancionadas pelo presidente da República<sup>367</sup>. As investigações atingiam qualquer um – civil ou militar – e seu instrumento principal eram justamente os Inquéritos Policial Militar, que proliferavam quase sem controle. De fato, a origem da comissão se devia justamente a esse problema, pois foi para coordenar os inquéritos que Castelo Branco criou a primeira comissão

---

<sup>365</sup> Decreto nº 64.203, de 17 de março de 1969. *Aprova o Regulamento da Comissão Geral de Investigação.*

<sup>366</sup> *Comissão Geral de Investigações.* Disponível em <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/comissao-geral-de-investigacoes-3>>. Acesso em 9 de junho de 2019.

<sup>367</sup> Idem.

geral<sup>368</sup>, tornando o marechal Taurino responsável por “um estranho IPM, mãe de todos os IPMs” (Lopes, 2014). O próprio Taurino foi considerado responsável pela proliferação da papelada, ao declarar que “cada corporação, órgão ou entidade deveria tomar a iniciativa de abrir inquéritos sobre os fatos havidos”<sup>369</sup>.

Os procedimentos eram evidentemente mal conduzidos, razão pela qual o ministro da Justiça frequentemente os submetia à consulta do presidente da República, pedindo instruções sobre como proceder: se devia ser aplicada a legislação ordinária ou a revolucionária; se devia preparar ou não o decreto de confisco. Várias vezes os processos foram paralisados devido a injunções políticas, o que rebaixava a importância da comissão, que foi afinal extinta no final do governo de Ernesto Geisel, em 1979<sup>370</sup>.

### 5.2.2 DESASSOSSEGO NO NÚCLEO

O Inquérito Policial Militar é a apuração sumária do fato, que nos termos legais, configura crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal<sup>371</sup>.

A extensão desse inquérito – 1.156 páginas, parcialmente disponibilizadas pelo Arquivo Nacional entre os documentos de órgãos extintos, como a *Comissão Geral de Inquérito* e o *Serviço Nacional de Informações*, permite recompor o pesado clima que pairava sobre o Núcleo da Divisão Aeroterrestre nos primeiros dias de abril de 1964. Permite, ainda, traçar a rota dos eventos, bem como acompanhar o desenlace do episódio.

O ponto de partida seria a alusão a um “conjunto de informações” que relatava o “ambiente de desassossego” existente no Grupamento de Unidades Divisionárias<sup>372</sup> – vale dizer, as unidades concentradas geograficamente na região da Colina Longa – do Núcleo da Divisão Aeroterrestre na noite de 2 para 3 de abril de 1964. Essas informações ganhariam corpo na parte<sup>373</sup> do oficial-de-dia daquela data, que registraria e encaminharia ao comando do grupamento a agitação percebida durante o serviço.

Por esperada que pareça a tensão nos quartéis em vista dos acontecimentos então recentes, as desconfianças recairiam na possibilidade da inquietação ter sido provocada por

<sup>368</sup> Ato complementar nº 9, de 14 de abril de 1964.

<sup>369</sup> *Castelo diz ao Supremo que não coagiu Mauro Borges. Correio da Manhã*, 21 de novembro de 1964, página 11.

<sup>370</sup> *Comissão Geral de Investigações*. Disponível em <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/comissao-geral-de-investigacoes-3>>. Acesso em 9 de junho de 2019.

<sup>371</sup> *Código de Processo Penal Militar*. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, artigo 9º.

<sup>372</sup> Parte nº 1 E/2 (Secreto), do Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de 9 de abril de 1964.

<sup>373</sup> A *parte* é uma modalidade de correspondência que tramita no âmbito de uma organização militar, por meio da qual o militar se comunica com um de seus pares ou superior hierárquico, em objeto de serviço.



“grupos de sargentos” articulados com “elementos civis ligados a movimentos de massas humanas armadas oriundas da baixada fluminense”, que tentariam invadir a Guanabara em apoio às manifestações contrárias ao movimento militar<sup>374</sup>. Também era provável, segundo os informes, que a ameaça não se tenha materializado em vista da “desarticulação do conjunto” ou da surpresa pela indefinição da data do movimento. Em todo caso, o despacho do comandante naquele primeiro documento determinava a abertura de um Inquérito Policial Militar e indicava alguns militares que deveriam ser ouvidos para elucidação do fato<sup>375</sup>.

Como encarregado do inquérito, foi designado o tenente-coronel Aloysio Alves Borges, que então exercia o cargo de comandante do Centro de Instrução Aeroterrestre. O oficial abriria os trabalhos com a seguinte declaração:

Examinando-se atentamente o presente Inquérito Policial Militar, em que na máxima utilização de seu caráter informativo e sumaridade do Ato Institucional, verifica-se que, pela complexidade dos fatos que o originaram, pela pouca consistência dos indícios iniciais, pelas circunstâncias particulares de premência de tempo e especiais de precária disponibilidade de meios e dos elementos implicados para prestarem depoimento, por em sua maioria haverem sido transferidos da GU Aet, cercou-se o encarregado deste inquérito do cuidado de, pelo instrumento das testemunhas de inquirição, poder transformar, *mutatis mutandi*, nos termos deste próprio relatório, testemunhas em indiciados e vice-versa.

Vale a pena lembrar que naqueles dias a condução de uma investigação deveria adotar caminhos e formas passíveis de serem apresentados às autoridades – ou seja, tanto a condução do processo quanto suas conclusões deveriam estar prudentemente alinhadas à posição ideológica oficial. Também se sabe que esses procedimentos inquisitoriais, embora possuíssem um encarregado formalmente designado para as apurações, geralmente sofriam grande influência dos comandos superiores, o que acabava por conduzir as investigações em determinadas direções pré-estabelecidas.

Talvez por isso o preâmbulo do inquérito já reservasse espaço para atribuir a agitação observada no núcleo à ação de elementos “arregimentados ideologicamente” por um “processo comunizante”, termos, aliás, retirados da corrente de justificativas para a tomada do poder pelos militares em 1964. Essas expressões também seriam constantemente repetidas no corpo do documento, que se iniciava pelo autojulgamento do encarregado de se encontrar em uma “feliz situação”, visto já ter desempenhado anteriormente a função de chefe do estado-maior do Núcleo da Divisão Aeroterrestre<sup>376</sup>, o que supostamente lhe daria uma visão privilegiada dos acontecimentos.

<sup>374</sup> Parte nº 1 E/2 (Secreto), do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de 9 de abril de 1964.

<sup>375</sup> A documentação cita os seguintes nomes: subtenente Itamar; sargentos Vilassanti, Chamorro, Dias, Almeida, Osvaldo Silva, Marinho, Régis, Lofrano, Alcântara, Gildo, Otoniel, Nabib, Tribuzi e Claros.

<sup>376</sup> O oficial exerceu essa função entre maio de 1962 e julho de 1963.

Aloysio também destacaria que quando foi nomeado para aquela função, em maio de 1962, havia se apresentado ao general Osvino Ferreira Alves, então comandante do I Exército, e que nessa ocasião o general lhe dissera que colocaria o núcleo no seu “dispositivo de segurança”, dispondo os paraquedistas nos serviços de guarda do Palácio da Guerra e do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, tudo isso sob a justificativa de mantê-los “em constante atividade”. Perguntando a opinião de Aloysio sobre o assunto, o general ouviu a resposta que achava oportuna a situação das unidades de guardas, uma vez que poderia constituir boa propaganda ao voluntariado da tropa aeroterrestre. Entretanto, acrescentou, ainda desconhecia a situação do núcleo quanto aos meios e instrução, e que dentro do plano de segurança do I Exército, a unidade constituía reserva, e como tal, visava um emprego estratégico, uma réplica que desagradou o general<sup>377</sup>.

A atitude de Osvino seria interpretada posteriormente por Aloysio como uma estratégia que visava a aproximação entre os paraquedistas e o I Exército, objetivando criar um clima de confiança e a certeza do apoio da unidade de elite. Além disso, supunha o coronel, havia objetivos mais escusos: testar a fidelidade da tropa e criar uma facção simpática a atuações revolucionárias, que possivelmente seriam coordenadas com ações de apoio aos movimentos sindicais, deflagração de greves etc. O histórico do general dava-lhe respaldo para essa interpretação. Em 1952, por ocasião de uma greve e princípio de rebelião popular em Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, Osvino, recém-promovido ao posto de general de brigada, comandava a 3ª Divisão de Infantaria, e colocara tanques na rua para garantir o prosseguimento da paralisação; Leonel Brizola, líder da bancada governista na Assembleia Legislativa daquele estado, foi enviado por Ernesto Dornelles, governador, para negociar uma solução, mas foi recebido como “reacionário”, enquanto Osvino era saudado como um “general do povo”.

Em outra oportunidade – a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 – Osvino também havia se colocado no lado oposto aos ministros militares, que se manifestaram contra a transferência do cargo a João Goulart. Encontrando-se no Rio de Janeiro sem função junto à tropa, o general viajou para o Rio Grande do Sul e se aliou a Brizola, então governador daquele estado, e ao general José Machado Lopes, comandante do III Exército, que organizavam uma resistência com vistas a garantir a posse do sucessor legal de Jânio. Em 20 de setembro de 1961, poucos dias depois da posse de Goulart, Osvino assumiu o comando do I Exército, no Rio de Janeiro. Duas semanas depois, voltou a causar

---

<sup>377</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 3 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

apreensão junto à oficialidade, que o considerava excessivamente comprometido com as posições políticas do novo governo. Nos dois anos seguintes, como comandante do I Exército e considerado como um dos principais conselheiros de Goulart, Osvino garantiria o livre movimento das forças populares, permitindo inclusive a realização de comícios em locais anteriormente proibidos<sup>378</sup>.

Chegaria então o mês de abril de 1963, quando elementos vinculados à Presidência da República, tendo à frente os generais Albino Silva, chefe do Gabinete Militar, e Amauri Kruehl, ministro da Guerra, sob o pretexto de promoverem um desagravo a João Goulart por injúrias que lhe teriam sido feitas pelo governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, articularam a realização de um comício no Largo do Machado, no Rio de Janeiro. Na trama, o povo assaltaria o Palácio Guanabara após o evento, justificando assim a mobilização do Exército e a intervenção federal no estado para afastar Lacerda. Osvino se recusou a garantir a manifestação e aconselhou aos dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores e demais líderes da esquerda a não apoiá-la. A concentração acabou por não se realizar. Quatro meses depois, em agosto, os generais Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra, e Peri Bevilacqua, comandante do II Exército, manifestaram a disposição de considerar ilegais as greves políticas e de reprimi-las, entrando em atrito com os sindicatos e o CGT. O conflito, acirrado por uma sucessão de greves, eclodiu justamente no momento em que Osvino deixava o comando do I Exército e passava para a reserva no posto de marechal. O comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, marcando sua posição de alinhamento ao antigo chefe, organizaria um churrasco de despedida, sob a alegação de que não poderiam os paraquedistas ficar à margem de uma última homenagem, visto o prestígio de Osvino como sustentáculo da política anterior<sup>379</sup>.

Evento simbólico: general do povo, mas agora sem tanques sob seu comando, Osvino foi nomeado presidente da Petrobras em janeiro de 1964<sup>380</sup>, e seu afastamento da tropa debilitaria ainda mais as linhas de defesa do governo. Goulart perderia o controle da situação militar e a conspiração começaria a envolver um número crescente de oficiais. Com a promulgação do Ato Institucional nº 1, em 9 de abril de 1964, os adversários do novo regime sofreriam cassações, demissões e expulsões. Destituído da presidência da Petrobras e preso por alguns dias no Forte de Copacabana, Osvino teria os direitos políticos cassados, figurando

---

<sup>378</sup> ALVES, Osvino Ferreira. *Verbete. Dicionário histórico biográfico brasileiro*, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

<sup>379</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 10 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>380</sup> *Osvino assume Petrobras com aplauso da esquerda. Tribuna da Imprensa*, 29 de janeiro de 1964, página 9.

já nas primeiras listas de punidos do novo governo<sup>381</sup>. Chancelado como inimigo do regime, não seria difícil associá-lo ao dito processo de “arregimentação ideológica” que envolvia o grupo de oficiais “nacionalistas” e de sargentos “altamente trabalhados pela política separatista-comunizante”, através da afirmação que os mesmos estariam articulados em torno de Osvino e de sua cobertura política.

É nesse macrocosmos que o coronel Aloysio Borges situaria os eventos que haviam inflamado os ânimos dos paraquedistas naquele início de abril. Mas as formalidades burocráticas do inquérito incluíam a necessidade de individualização das responsabilidades, que seria atingida através do resgate de uma série de fatos – que em algum outro momento teriam sido quase folclóricos, ou no máximo enquadrados como manifestações de indisciplina militar – como “referentes à uma atuação orquestrada para o envolvimento do núcleo em um ‘processo de agitação crescente’”, que teria por finalidade “radicalizar os sargentos à política separatista-comunizante”.

#### 5.2.2.1 O “caso do feijão”

O “caso do feijão” já havia obtido certo destaque na imprensa; logo, é certo que algumas de suas versões já circulassem entre os militares mesmo antes da apuração formal. No inquérito, o caso seria apresentado através do depoimento do terceiro-sargento Ely Rodrigues Vieira, um dos primeiros inquiridos. Em outubro de 1962, uma guarnição composta por cinco paraquedistas havia sido destacada para a compra de feijão preto para o serviço de abastecimento do núcleo em depósitos da localidade de Bulhões, no estado do Rio de Janeiro, tendo em vista sua falta nos mercados da Guanabara. Quando chegaram ao local, os militares encontraram em volta do depósito uma aglomeração de populares que tentavam adquirir o alimento, mas a especulação havia elevado seu preço, tabelado em 55 cruzeiros, para 150 cruzeiros o quilo. Efetuada a compra e carregada a viatura com a mercadoria, os paraquedistas decidiram por si próprios que corrigiriam a injustiça: sacaram as armas e ameaçaram os vendedores, determinando que o feijão fosse fornecido à população local pelo valor tabelado. Em seguida deixaram o local, sem maiores sobressaltos<sup>382</sup>.

Os comerciantes denunciaram o fato às autoridades locais, que por sua vez procuraram o comandante do I Exército para se queixarem. Mas o general não as atendeu; ao

---

<sup>381</sup> Ministério da Guerra. Decretos de 7 de outubro de 1964. Diário Oficial da União de 8 de outubro de 1964, folha nº 9.137.

<sup>382</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 4 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

que consta, Osvino inclusive havia ficado satisfeito com a iniciativa dos paraquedistas. Para o encarregado do inquérito, o exame do ocorrido denunciava perfeitamente a existência de uma trama, com a preocupação de envolvimento dos paraquedistas, para produzir manchetes nos jornais e mantê-los em tensão<sup>383</sup>.

#### 5.2.2.2 O “caso Mesquita”

Ainda mais rumoroso foi o “caso Mesquita”<sup>384</sup>, que em sua época também ganharia destaque dos jornais: uma ocorrência registrada na delegacia policial de Mesquita, localidade próxima à Vila Militar de Deodoro, envolvendo a agressão de um militar pertencente ao efetivo do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, acabaria por despertar a solidariedade dos paraquedistas residentes nos bairros vizinhos, que correriam para Mesquita a fim de socorrer o companheiro.

A situação foi deflagrada em uma noite de domingo, quando um integrante do núcleo foi expulso a socos e pontapés de um clube de *rock*. Duas versões circularam a respeito dos motivos para a agressão. A primeira dizia que se tratava de um soldado, cuja identificação havia sido tomada à força por integrantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que, em desprezo à posição do militar, ainda haviam entregue o documento a uma “mundana”. Outra versão contava que um sargento havia sido agredido pelos policiais a mando do presidente do clube, integrante da força estadual e candidato a vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Seja como for, o desfecho do episódio era o mesmo. Tomando conhecimento da agressão, outros oito sargentos do núcleo se reuniram, armaram-se com revólveres e metralhadoras, e na madrugada varreram de tiros as portas e janelas de um prédio na praça Manoel Duarte. Hostilizados por populares que presenciaram a cena, os militares se retiraram da praça, mas tão somente para se dirigirem ao Regimento Santos Dumont, onde desencadearam uma verdadeira operação de guerra, mobilizando cerca de setenta soldados e retornando a Mesquita, que foi ocupada militarmente<sup>385</sup> – no sentido literal do termo.

Tomando a praça, os sargentos dessa vez fizeram questão de afastar os populares. Somente a presença de dois oficiais residentes na localidade, que invocaram os códigos disciplinares, tornou possível apelar aos belicosos que se retirassem. Mesmo assim, antes de abandonar o local, os graduados foram até a delegacia de Mesquita para conferenciar com as

---

<sup>383</sup> Idem.

<sup>384</sup> *Paraquedistas promovem desordem em Mesquita. Correio Braziliense*, 21 de setembro de 1962, página 7.

<sup>385</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 4 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

autoridades, que não foram mais encontradas. Apesar do grave tumulto, o próprio comando do núcleo agiu condescendentemente com o episódio, pois o caso só gerou um inquérito dois anos depois, e ao final nenhuma responsabilidade foi apurada<sup>386</sup>.

#### 5.2.2.3 O “caso Balalaica”

A escalada das arruaças promovidas se estenderia até a zona sul da cidade, agora com o envolvimento de um grupo de sargentos residentes no bairro de Copacabana, mancomunados com integrantes da Polícia do Exército. O bando promovera uma baderna generalizada na boate Balalaica, em um ato de vandalismo e indisciplina que foi interpretado no inquérito de Aloysio como mais uma ação pensada para “criar impacto na opinião pública” e dar curso ao “processo de agitação” que ameaçava arrastar a tropa paraquedista ao “processo separatista”, sob a máscara da solidariedade e da união entre seus integrantes<sup>387</sup>.

Estopim de outras ações, o êxito na luta com os seguranças da boate encorajaria avanços mais desassombrados, e os paraquedistas agora frequentavam o reduto dos “infernhos” em busca de confrontos. Mas um desfecho trágico os aguardava.

#### 5.2.2.4 O caso Dominó

Na noite de 4 de dezembro de 1962, os sargentos Luis Pereira Gomes e Osvaldo da Silva, envolvidos nas arruaças anteriores, tentaram entrar à força na boate *Dominó*, situada na rua Carvalho de Mendonça, em Copacabana, e foram barrados pelos seguranças da casa, já advertidos de suas intenções. Frustrados, os paraquedistas agrediram um dos porteiros e fugiram, mas foram perseguidos pelo leão-de-chácara da boate vizinha *Tabarim*, que sacou uma arma e atirou, atingindo e matando o sargento Gomes.

Um inquérito foi instaurado para apurar o caso, tendo como encarregado o comandante do Grupo de Obuses Aeroterrestre, coronel Abelardo de Alvarenga Mafra. Recém-chegado na tropa paraquedista, vindo de uma função burocrática na 3ª Seção do I Exército, o oficial não daria conta de um processo daquela dimensão. Por determinação superior, o inquérito passaria às mãos de um oficial-general, mas mesmo assim a apuração de responsabilidades permaneceria inconclusa. Tudo isso tornaria estéreis os esforços do

---

<sup>386</sup> Idem.

<sup>387</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 4-5 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

comando do núcleo, tanto no sentido de esclarecer as circunstâncias da morte do sargento, quanto de impedir um revide; quanto a esse último ponto, nada mais se conseguiu fazer além de emitir recomendações de cautela para a tropa. Inúteis, pois à guisa de vingança, e supostamente acobertados por algumas autoridades, os paraquedistas se rebelariam e criariam, clandestinamente, o *pelotão do diabo*<sup>388</sup>.

Madrugada do dia 1º de fevereiro de 1963. Copacabana dormia – exceto os bares e inferninhos, como o *Dominó*. De repente, três caminhões militares param em frente à boate e dezenas de paraquedistas desembarcam e disparam suas armas em direção ao prédio. Um homem cai morto: era o porteiro da casa, Vicente Marcelino dos Santos. A fachada da boate fica inteiramente destruída pelos tiros e os três caminhões partem. Na retirada, os agressores continuam atirando para os lados da rua. No dia seguinte, os jornais noticiaram:

Acontecimento que muito desagradou ao Comando do I Exército ocorreu na madrugada de 1º do corrente, em Copacabana, envolvendo elementos militares do I Exército. Foi depredada uma boate, morto um civil e ferido um sargento paraquedista. A tropa de choque do I Exército, enviada imediatamente para o local, não foi empregada em sua ação repressiva, dada a rapidez dos acontecimentos. Providenciou, entretanto, o isolamento da área para fins de investigações e perícia, o que procedeu de imediato<sup>389</sup>.

Várias testemunhas e frequentadores, entre as quais o porteiro da boate *Carousel*, vizinha do estabelecimento atacado, e um promotor de justiça, teriam visto os agressores e chegaram a testemunhar que todos eles usavam fardas iguais às do Exército, bem como calçados militares. Dois inquéritos foram instaurados, um na justiça civil e outro, sigiloso, na esfera da justiça militar. Meses depois, ambos terminaram por concluir pela inocência dos militares acusados, atestando “não ser possível positivar a participação de qualquer militar paraquedista no caso”.

#### 5.2.2.5 O caso da Caixa Econômica Federal

Tanto quanto os episódios anteriores, o caso constante do inquérito sob a epígrafe de *Caixa Econômica Federal* talvez não devesse ser considerado mais do que uma outra bandalheira, ou no máximo um crime comum. A questão girava em torno da concessão de empréstimos fraudulentos para militares do núcleo, mas para o coronel encarregado do inquérito constituía mais uma evidência de um movimento em curso, de um

<sup>388</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 5 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>389</sup> *Soldados paraquedistas ocuparam a rua e destruíram completamente uma boate. Correio da Manhã*, 2 de fevereiro de 1963, página 5.

(...) instrumento usado em larga escala, pelo governo passado, e de grande efeito corruptor e catequizador, seja pela maneira conveniente dos favoritismos para aqueles da mesma linha do governo ou seja, ainda, pelo suborno, particularmente no meio militar, para os de linha política contrária aliciando-os ou afrouxando-os, através de empréstimos para a compra de automóveis e de casa própria.

A trama, em si, pouco continha de ideologia política. Uma companhia de fuzileiros paraquedistas do Regimento Santos Dumont, que havia sido destacada para compor a guarda presidencial, em Brasília, seria a ponta da lança do esquema, irradiando os beneplácitos, de início para o seu próprio regimento, e em seguida para todo o efetivo do núcleo. A peça chave era o capitão Newton Fernandes Assunção, um dos integrantes do destacamento, que pela proximidade com o Gabinete Militar da Presidência conseguia obter a assinatura do próprio João Goulart nas propostas de empréstimo, utilizando artifícios tais como obter as fichas de cadastro, preenchê-las e, nos comícios ou cerimônias, cercar o presidente para assiná-las. Entre os companheiros de farda, o capitão passaria a ser conhecido como pessoa de prestígio, que conseguia, com facilidade, financiamentos para a compra de automóveis e empréstimos na carteira hipotecária da Caixa Econômica Federal, além de “quaisquer bons negócios” na Petrobras.

As fraudes prosperaram por algum tempo, e só nos empréstimos para compra de carros os integrantes do Regimento Santos Dumont já haviam recebido um total de 39 veículos – uma grande distorção em relação à distribuição realizada através dos trâmites legais. Mas um atentado contra o governador da Guanabara, que será narrado mais a frente, levaria o governo a afastar os paraquedistas de Brasília, ocasionando a suspensão dos empréstimos e frustrando todo o esquema.

O jogo viraria novamente após o 31 de março, com a instauração de um Inquérito Policial Militar na Caixa Econômica, em atendimento às prescrições da Comissão Geral de Inquérito. O processo seria presidido pelo tenente-coronel Onaldo Raposo, que convidaria um amigo pessoal – exatamente o capitão Newton Assunção – para auxiliar nas investigações. Nessa posição, o oficial instalaria um verdadeiro terror no órgão, restabelecendo assim seu controle sobre as operações de financiamento de automóveis (nessa época, também desapareceriam as peças de uma sindicância mandada realizar para apurar as negociatas havidas na carteira de financiamento de carros, na qual o próprio capitão era acusado de tráfico de influência).

Mas uma acusação contra o oficial chegaria ao comandante do núcleo, general Moniz Aragão, em 6 de junho de 1964, sob a forma de uma carta enviada por Olympio de Sá Tavares, secretário de segurança em exercício do estado da Guanabara. Segundo a denúncia,



Newton Fernandes, na companhia de outros dois oficiais paraquedistas, o capitão Eduardo Vilaça Contreira e o tenente Helio Moura Luz, teria invadido o escritório do bacharel Francisco Vieira Filho, espancando-o barbaramente e destruindo móveis e utensílios, tudo para cobrar o pagamento de juros de dinheiro emprestado, tratando-se, segundo o secretário, de questões de “agiotagem e safadeza”<sup>390</sup>.

A acusação geraria a abertura de um inquérito, e Francisco Vieira Filho seria intimado a comparecer no quartel do núcleo para depor, o que fez no dia 7 de julho. Revelou então todas as falcatruas nas quais tinha conhecimento do envolvimento do capitão Newton, declarando que era devedor ao militar de certa importância empregada em operações ilícitas de compra de faturas de fornecimento à Petrobras, pagando-lhe juros mensais que variavam de dezoito a vinte por cento. A dívida vinha sendo quitada regularmente até o mês de abril, quando a situação financeira do advogado se complicou, obrigando-o a suspender os pagamentos. Detalhou, ainda, que o esquema se dava através de um contato na tesouraria da Petrobrás, que articulava repasses aos fornecedores, antes do prazo, de faturas emitidas pela empresa, o que rendia juros lucrativos, e que era justamente de tais operações que participava o capitão Newton Fernandes. Em sua defesa, o oficial apresentaria a alegação de que o dinheiro investido provinha de colegas seus, aos quais também precisava pagar juros. Dentre os seus financiadores (como ele próprio revelaria no depoimento), estariam o capitão Eduardo Vilaça Contreiras e o tenente Helio Moura Luz, além dos civis Helio Managgia, Orlando Santa Rita, Jorge Martins e Emanuel Rabelo<sup>391</sup>.

A má sorte se prolongaria, e no final do ano o promotor Santos Nery, da 6ª Vara Criminal, pediria a prisão preventiva do capitão. Paralelamente, um novo inquérito seria instaurado no núcleo, acusando o oficial de agiotagem, e ele finalmente confessaria as fraudes. O inquérito seria enviado à Justiça da Guanabara no dia 12 de outubro de 1964, transformando-se no processo 24/124-64, do qual constava o laudo do exame de corpo de delito de Francisco Vieira Filho, atestando os ferimentos sofridos por ocasião do espancamento. Mas havia falhas no processo, cometidas para impedir a condenação de “quem tanto trabalhou pela revolução”. O próprio coronel Onaldo Raposo teria contribuído para que os autos contivessem tais erros em benefício de Newton Fernandes, pois assim evitaria a desmoralização do primeiro processo, aquele instaurado na Caixa Econômica, do qual o capitão era um dos encarregados<sup>392</sup>.

---

<sup>390</sup> *Membro de IPM será preso por agiotagem. Correio da Manhã, 24 de dezembro de 1964, página 1.*

<sup>391</sup> *Membro de IPM será preso por agiotagem. Correio da Manhã, 24 de dezembro de 1964, página 1.*

<sup>392</sup> *Membro de IPM será preso por agiotagem. Correio da Manhã, 24 de dezembro de 1964, página 1.*

### 5.2.2.6 O atentado contra Lacerda

Por fim, uma crônica das barafundas promovidas pelos paraquedistas naqueles momentos não poderia deixar de incluir o canhestro atentado contra Carlos Lacerda, ocorrido em outubro do ano anterior; de fato, lá estaria o episódio, posicionado por Aloysio logo após a narrativa dos estelionatos realizados em desfavor da Caixa Econômica Federal.

É verdade que tal referência se resume a duas ou três linhas, que laconicamente afirmam que “sobre o ocorrido há inquérito em curso, tendo como encarregado o Exmo Sr Gen Lira Tavares<sup>393</sup>”. Seguramente, há aqui receio em se revelar mais do que se pode ou deve, visto que o assunto já se encontrava em outra esfera de investigação. Entretanto, recorrendo a diferentes fontes, o episódio pode ser reconstruído.

Como é amplamente conhecido, em agosto de 1954, Carlos Lacerda, jornalista e então candidato a deputado federal, havia escapado de uma tentativa de assassinato, encomendado pela guarda pessoal de Getúlio Vargas, que resultou na morte do major Rubens Vaz, que escoltava Lacerda na ocasião (Chirio, 2012: 32). Já uma segunda tentativa, aquela que Aloysio Borges cita no inquérito, talvez não merecesse nem mesmo o título de atentado. Fomentada com a participação do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre e de seu chefe do estado-maior, a operação – que contou inclusive com a oposição de oficiais do próprio núcleo – foi um redundante fracasso.

Na noite de 3 para 4 de outubro de 1963, o general Alfredo Pinheiro Soares Filho, comandante do núcleo, se reunira no Palácio Laranjeiras com o presidente João Goulart, o coronel Sarmiento, chefe da Casa Militar da Presidência da República, e o deputado Leonel Brizola, voltando em seguida para a Vila Militar em companhia do seu chefe do estado-maior, o já conhecido tenente-coronel Abelardo Mafra. Chegando ao aquartelamento por volta das três horas da manhã, Mafra emitiu uma ordem ao comandante do Grupo de Artilharia Aeroterrestre para que formasse um grupo composto exclusivamente de oficiais e sargentos, e que esses, fortemente armados, preparassem uma emboscada para eliminar o agora governador Carlos Lacerda, que na manhã seguinte estaria em visita ao hospital Miguel Couto, na zona sul da cidade. Como artifício, alegaria que a ação se dava em consequência de haver sido decretado o estado de sítio pelo presidente Goulart, e que conforme informação do ministro da Guerra ao general Pinheiro, o Exército iria intervir na Guanabara<sup>394</sup>.

---

<sup>393</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 5 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>394</sup> *Exército desmente manobra contra CL. Correio da Manhã*. 26 de outubro de 1963, página 2.

Surgiu então o primeiro contratempo. O comandante do grupo, tenente-coronel Boaventura, recusou a missão, afirmando que somente deslocaria sua tropa mediante ordem por escrito do general comandante. Em vista do malogro, Mafra se comunicou com o coronel José Aragão Cavalcante, comandante do Regimento Santos Dumont. Nova tentativa frustrada, sob a mesma argumentação. Como último recurso, Mafra apelou para a tropa do Grupamento de Unidades Divisionárias, efetivo em sua maioria composto por elementos de apoio logístico. Contando com a inexperiência do recém-nomeado comandante da Companhia de Engenharia Aeroterrestre, capitão Francisco Zangerolame, conseguiu mobilizar aquela companhia sob suas ordens pessoais. Para secundá-lo, constitui ainda um estado-maior composto por três oficiais intendentess, uma vez que os oficiais combatentes se negaram a participar da ação. A empreitada passou também a admitir cabos e soldados, em vista da dificuldade de formar uma tropa apenas com oficiais e sargentos profissionais, conforme desejado inicialmente<sup>395</sup>.

Apesar de todos os empecilhos, Mafra conseguiria dar início à operação, deslocando a companhia em direção ao hospital Miguel Couto. No caminho, um acidente automobilístico na avenida Niemeyer, escolhida como rota para o objetivo, retardaria ainda mais a coluna, que chegaria a usar de esforço pessoal para desimpedir a via, removendo os carros abalroados. Chegando finalmente ao local, as viaturas foram distribuídas pelas esquinas que circundam o hospital, e a tropa recebeu ordens para permanecer embarcada e atacar o automóvel do governador logo que esse ali chegasse. Mas Lacerda e sua comitiva não apareceram – ou melhor, já haviam deixado o lugar da cilada algum tempo antes. Utilizando um telefone emprestado pelo Clube de Regatas Flamengo, vizinho ao local, Mafra então realizou diversos contatos, após os quais regressou à Vila Militar, declarando no trajeto que recebera ordens do ministro para suspender a operação<sup>396</sup>.

Enquanto tudo isso se passava, no quartel do núcleo a oficialidade exigia um encontro com o general Pinheiro, para que fosse esclarecido o que realmente estaria ocorrendo. Durante a reunião os coronéis Aragão e Boaventura se manifestaram, afirmando que somente cumpririam ordens estritamente legais. Pinheiro tentaria contornar o assunto apelando para a pilhéria, sem sucesso; ante a firme atitude dos demais oficiais, confessaria que a ordem era para prender Lacerda, e que a mesma havia partido do ministro da Guerra, Dantas Ribeiro.

---

<sup>395</sup> *Sindicancia afirma que Pinheiro foi infeliz, mas não o culpa de atentado*. *Jornal do Brasil*, 26 de outubro de 1963, página 4.

<sup>396</sup> *Exército desmente manobra contra CL*. *Correio da Manhã*. 26 de outubro de 1963, página 2.

A falta de repercussão do episódio na historiografia torna agora difícil detalhar sua posição na conjuntura política mais ampla. O que se pode afirmar é que o alinhamento de Alfredo Pinheiro com João Goulart era antigo. Ainda coronel, como comandante do Batalhão de Guardas, em Brasília, o oficial oferecia jantares aos quais o presidente comparecia, e sua promoção ao posto de general de brigada, em 25 de julho de 1962, se dera por escolha pessoal de Goulart<sup>397</sup>. Esclareça-se ainda que Alfredo, assim como o marechal Osvaldo, também recebia dos jornais a alcunha de “general do povo”, como se tornaram informalmente conhecidos os generais mais ligados a Goulart.

No dia seguinte surgiria uma explicação oficial para a movimentação dos paraquedistas em local tão distante do seu quartel. O pronunciamento seria realizado pelo ministro da Justiça, Abelardo Jurema, que negaria que a presença dos paraquedistas nas proximidades do hospital Miguel Couto tivesse qualquer relação com o governador Carlos Lacerda; a tropa, afirmaria o ministro, costumava realizar exercícios em diversos pontos da cidade e estava realmente nas imediações do nosocômio, mas se recolhera quando soube da presença do político, a fim de evitar “más interpretações”. Soube-se depois – acrescentaria maliciosamente – que o governador se apavorara com as cores das fardas dos soldados e retornara às pressas ao palácio.

Versão insustentável, principalmente porque o comandante do Grupo de Obuses Aeroterrestre, Francisco Boaventura, começaria a propagar que teria sido ele próprio quem impedira o crime. Em represália, o oficial seria transferido da sua unidade algumas semanas mais tarde, mas, considerando a movimentação como uma punição por não haver compactuado com a violência, enviou uma carta ao ministro da Guerra, que acabaria sendo lida no Senado pelo deputado Daniel Krieger em 23 de novembro de 1963. Uma sindicância também foi instaurada, tendo como encarregado o general Antônio Henrique Almeida de Moraes, e foi concluída em um prazo excepcionalmente rápido. Em 25 de outubro o ministro da Guerra já exarava no processo de investigação sumária os despachos de “aprovo” e “arquite-se”. No relatório, restava declarado que não ficara provado ter o general Alfredo Pinheiro Soares Filho “o efetivo propósito de atentar contra a pessoa do governador do estado da Guanabara”, embora realmente houvesse emanado a ordem ao capitão Zangerolame para deslocar a Companhia de Engenharia até a zona sul, como uma manobra de “simples adestramento da tropa”<sup>398</sup>.

---

<sup>397</sup> *Oposição denuncia na Câmara atentado militar a Lacerda. Jornal do Brasil*, 8 de outubro de 1963, página 12.

<sup>398</sup> *Exército desmente manobra contra CL. Correio da Manhã*. 26 de outubro de 1963, página 2.

Para o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, a mais importante consequência do episódio seria o afastamento de seu comandante. A notícia da despedida do general seria antecipada pela imprensa ainda em meados de outubro<sup>399</sup>, e em pouco mais de um mês o Diário Oficial da União<sup>400</sup> de fato publicaria a exoneração de Alfredo Pinheiro – decorridos apenas seis meses após assumir a função de comandante do núcleo, bem como a nomeação do general de brigada João Costa para seu substituto. Pinheiro seria deslocado para o Comando da Infantaria Divisionária de Pelotas, cargo no qual também não teria vida longa. Pouco tempo depois, em 11 de abril de 1964, um dos primeiros atos do chamado “Comando Supremo da Revolução” seria transferi-lo para a reserva, juntamente com outros 121 oficiais das três Forças<sup>401</sup>.

### 5.2.3 OUTRAS CONSIDERAÇÕES

É importante, a essa altura, recordar que a narrativa do passado da Brigada de Infantaria Paraquedista é uma tarefa listada entre os objetivos desta tese. É certo que a exploração dos dados contidos no Inquérito Policial Militar nº 104 foi iniciada com a finalidade manifesta de conhecer certos aspectos da formação da mentalidade política dos integrantes da unidade; adicionalmente, como se pode ver agora, o documento também permite acompanhar certos lances da história da instituição que, se não perdidos, estariam hoje esparsos em coleções documentais diversas, ou mesmo teriam restado apenas nas memórias individuais.

Isso só foi possível porque, em um grande exercício de retórica, Aloysio Borges tratou de abarcar todos os fatos narrados acima em um viés único, com matizes ideológicas e doutrinárias. Para o encarregado do inquérito, tudo estaria ligado em uma grande trama, que teria sido tecida a serviço do “processo comunizante” que atingira os “quadros administrativos da nação” nos anos anteriores, em busca da mudança de regime<sup>402</sup>. Todas as ocorrências em que os paraquedistas se envolveram naqueles tempos – arruaças, estelionatos, indisciplinas – compunham para ele um conjunto de ações que visava “a afetação violenta do organismo militar em todos os escalões”, e que se daria através do aliciamento dos postos mais sensíveis – a saber, a classe dos sargentos, a fim de levar o Exército ao “afrouxamento e

---

<sup>399</sup> *Pinheiro vai ser afastado do comando de paraquedistas por ordem de Jair. Jornal do Brasil*, 18 de outubro de 1963, página 4.

<sup>400</sup> *Diário Oficial da União*, 26 de novembro de 1963.

<sup>401</sup> *122 Oficiais foram ontem para a reserva. Correio da Manhã*. 12 de abril de 1964, página 2.

<sup>402</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 3-4 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

quebra da disciplina, pela inversão da autoridade e pela abertura de um processo separatista no meio militar”<sup>403</sup>.

O “processo comunizante”, prosseguiram as conclusões do oficial, havia sido “habilmente engendrado e apoiado pelo governo passado”, com um relevante destaque para a inclusão de sargentos em postos eletivos. Essa conquista, em particular, pressupunha a existência de uma orientação central e do desenvolvimento de uma política de apoio àquela classe pelos partidos de esquerda. Essa lógica pode ser considerada uma extensão da crítica que setores militares teciam ao lançamento da candidatura de dois sargentos às Assembleias Federal e Estadual pelo Rio Grande do Sul<sup>404</sup> – tratava-se dos primeiro-sargento Leão Serrano de Oliveira Brito e do segundo-sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, respectivamente – com plataformas “calcadas em técnicas esquerdistas”. Outro exemplo teria acontecido no próprio estado da Guanabara, onde o sargento Antônio Garcia Filho chegara a tomar posse, executando um mandato em apoio supostamente exclusivo à sua classe. O sargento-deputado, “liderando um grupo de sargentos esquerdistas” que o assessorava, já teria até mesmo levado a política oposicionista ao Círculo Social dos Sargentos do Exército, com vistas a “criar um permanente clima de tensão no meio militar”, contando ainda uma vez com o apoio da esquerda. Em contrapartida, o clube abrigaria uma “diretoria obediente”, que receberia benefícios do governo para projetar os sargentos como peças importantes no dispositivo militar, testemunhando-lhes um “apreço demagógico” que visaria promover a arregimentação da classe para a causa comunista – campo fértil, de vez que a “cultura do sargento sendo limitada”, teriam eles uma atuação até então restrita ao campo das reivindicações<sup>405</sup>.

A tropa paraquedista, em particular, já teria sofrido sequelas por conta da movimentação dos “esquerdistas” em direção ao poder. Um dos principais ataques à sua autonomia se relacionava à formação de seus combatentes, tema caro aos integrantes do núcleo em todos os níveis hierárquicos. Certas imposições oriundas dos escalões superiores, nos quais se alojavam militares supostamente alinhados com a política oposicionista, haviam sido recebidas ao longo daquele ano e eram agora percebidas como um golpe para atingir a instrução básica aeroterrestre “em parte dos seus alicerces, mesmo a despeito dos esforços do Centro de Instrução Especializada”, e tudo fazia crer que tais diretrizes, “emanadas sem o devido conhecimento de causa da formação aeroterrestre” e que haviam incidido “numa parte

---

<sup>403</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 3 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>404</sup> *Sargentos serão candidatos. Diário Carioca*, 4 de maio de 1962, página 1.

<sup>405</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 3-4 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

da instrução muito bem organizada e com resultados excelentes” visavam a “promover um amolecimento na formação do paraquedista”<sup>406</sup>.

A intromissão estaria se efetivando pela omissão de apoio ao núcleo e às suas demandas, uma experiência que na década anterior havia sido interpretada como falta de adesão à ideia da implantação de um corpo de paraquedistas no Exército, um efeito do domínio de burocratas na gestão dos recursos e do desinteresse dos escalões superiores em seu desenvolvimento. Agora, entendia-se que as influências nocivas visavam atingir e controlar as atividades de instrução. Ilustrava tudo isso o funcionamento do curso de operações especiais, que sofrera imposições para não ocorrer naquele ano. Faria parte da jogada a determinação do deslocamento dos seus instrutores e monitores para tomarem parte do campeonato mundial de paraquedismo do *International Military Sports Council* (CISM), realizado na França naquele ano. As ordens recebidas eram no sentido de que somente participassem da competição os instrutores dos cursos de especialização do Centro de Instrução Aeroterrestre, “naturalmente para empenhá-los na atividade do salto livre e anular as possibilidades de funcionamento do referido curso [de forças especiais]”. A chegada de um novo oficial no Centro de Instrução, em meados do ano, reabriria tais possibilidades, mas “tão logo isso foi notado, a sua transferência foi anulada”. Duas razões justificavam oficialmente a suspensão: gastos elevados e a falta de definições doutrinárias das missões de operações especiais no Exército. Mas a razão suposta e denunciada no seio do núcleo seria outra: o currículo das forças especiais, formado por assuntos como guerra revolucionária, guerra insurrecional, guerra psicológica, enquadramento de tropa irregular etc., o que dava ao homem “um alto gabarito na formação anticomunista, impróprio à mudança de regime preconizada pelo governo deposto”<sup>407</sup>.

Aloysio, que agora ocupava o cargo de diretor do Centro de Instrução, já havia tratado do assunto com o próprio general Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, defendendo a necessidade da criação dos destacamentos de operações especiais com missões definidas, “particularmente de combate ao comunismo”, como aqueles que “alguns exércitos estrangeiros já os possuíam”<sup>408</sup>. Aqui, insistentemente e mais uma vez, o tema da ameaça comunista é empregado na argumentação, e não deixa de ser notável que um braço operacional apresentasse considerações dessa natureza a uma instância que, teoricamente,

---

<sup>406</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 3-4 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>407</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 6 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>408</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 6 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

devia regular seu funcionamento e sua orientação ideológica. Mas a sina de encontrar seus próprios caminhos, aparentemente, já estava implantada na cultura da organização, em vista de tantos outros percalços.

Outros assuntos, mais ordinários, também seriam englobados sob o enfoque ideológico da “ameaça comunista”. Uma demanda antiga dos sargentos do núcleo era a abertura de vestiários nos aquartelamentos, uma carência sentida pela tropa e que ainda não fora contemplada nas constantes adaptações e improvisos de instalações que as unidades viviam. Agora, mais do que uma necessidade prática, o encarregado julgava que a reivindicação de um local para troca de uniformes visava a “reunir sargentos de várias unidades”, o que possuiria “grande efeito no processo comunizante”, já que “incidia frontalmente nos textos regulamentares, predispondo à indisciplina” e punha em perigo a segurança dos aquartelamentos. No Grupo de Obuses Aeroterrestres a demanda dos sargentos havia sido atendida pelo seu comandante, o já conhecido coronel Abelardo de Alvarenga Mafra, que havia autorizado a abertura de vestiários para os sargentos junto ao corpo da guarda da unidade. Mas, em março de 1963, chegaria ao comando do núcleo uma informação secreta oriunda do escalão superior, dando conta que estava em curso a formação de um “batalhão de sargentos”, visando a tomada do aquartelamento para junho daquele ano. A denúncia trazia nomes: os sargentos Claros, Ly Adorno e Almeida seriam os mentores do movimento. No mês seguinte, outra ordem secreta do I Exército advertia para a possibilidade de uma atuação hostil de pequena envergadura, e determinava a revisão dos planos de segurança. Na posição retrospectiva que Aloysio se encontra, analisando toda a situação em meados de 1964, a situação prevista elucidaria as “facilidades” que haviam sido criadas pelo tenente-coronel Mafra, visto que o oficial, aliado à causa dos sargentos, seria também um simpatizante do movimento comunista<sup>409</sup>.

Como se pode observar, diversas tensões se encontravam em curso de choque. Para melhor ilustrá-las, seria interessante acompanhar as tramas menores que se espalhavam sobre cada uma das unidades paraquedistas, dividindo-as no conturbado início de abril de 1964. Por outra circunstância feliz para a pesquisa, o extenso inquérito cobriria as três regiões geográficas em que então se dividia o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, a saber, a localidade da Colina Longa e do quartel-general, o regimento Santos Dumont, às margens do Arroio dos Afonsos, e o quartel do Grupo de Artilharia Aeroterrestre, mais próximo de Marechal Hermes e da Vila Militar.

---

<sup>409</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 9 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).



### 5.2.3.1 Grupamento de Unidades Divisionárias

O “desassossego” dos dias 1º e 2 de abril, principal pretexto para a instauração do inquérito, teria se manifestado com maior vigor no Grupamento de Unidades Divisionárias<sup>410</sup>, onde a agitação expressaria o inconformismo do grupo "nacionalista", apoiador do governo deposto, com a evolução dos acontecimentos. Com os primeiros resultados em favor do movimento militar, o grupo se inquietara, tentando se articular e encontrar uma oportunidade para deflagrar um movimento invocando a legalidade e a lealdade a João Goulart.

Naqueles primeiros dias, seriam identificadas duas tentativas de estouro desse movimento dentro da área da Colina Longa. A primeira se daria sob a alegação do núcleo se encontrar “em passagem de comando forçada”: de fato, o comandante recentemente empossado, general João Costa, seria substituído por Augusto Cezar Moniz de Aragão logo nos primeiros dias de abril, sem que maiores explicações fossem prestadas à tropa. Nesse clima de boatos e agitações, Aragão visitaria a unidade na quarta-feira, dia 1º de abril, calçado já de *boots* marrons, causando espécie aos "nacionalistas", que de imediato tentariam se articular, enviando um representante, o sargento Vilassanti, para parlamentar com o general Oromar Osório, comandante da 1ª Divisão de Infantaria, na Vila Militar – considerado apoiador da causa nacionalista – sem autorização superior<sup>411</sup>.

Após o encontro, o comandante da divisão se reuniria com João Costa, o que de certo modo faria a tensão se abrandar. Mas, na tarde daquele mesmo dia, o clima se agravaria novamente com uma nova visita do general Aragão ao núcleo. O "grupo nacionalista" se confunde: chegam notícias de que o presidente foi deposto; a “cadeia da legalidade” se acha em silêncio<sup>412</sup>. Isolado e desesperançado, o grupo encontraria um líder no subtenente Itamar Maximiano Gomes, e todos saíam à cata do comandante do Grupamento de Unidades Divisionárias, a fim de manifestar seu desagrado com a evolução dos acontecimentos, especialmente contra a presença do general Aragão. O ato seria considerado um atestado flagrante de indisciplina e uma prova do

(...) estado progresso de vida irregular daquele ao processo dissoluto de que vinha sendo envolvido o Núcleo e que em realidade, sentindo-se autêntico fiador dos

<sup>410</sup> Unidades divisionárias são organizações militares que atuam em proveito de uma divisão. O Grupamento de Unidades Divisionárias do Núcleo da Divisão Aeroterrestre era formado pelos elementos de apoio logístico e apoio ao combate. Eram essas as unidades que, geograficamente, estavam reunidas na Colina Longa, compartilhando refeitórios, alojamentos, etc.

<sup>411</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 24 e seguintes (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>412</sup> *Cadeia da Legalidade*: tratava-se do programa radiofônico editado por Leonel Brizola como uma das ações para defender a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros (Delgado, 2005: 495).

acontecimentos, a exemplo de atos do passado, vangloria-se e insurge-se em atitudes criminosas contra seus superiores hierárquicos<sup>413</sup>.

Após uma rápida reunião, o comandante do grupamento repeliria a atitude dos sargentos, demovendo-os dos seus propósitos e determinando que todos se recolhessem às suas subunidades; paralelamente, emitiria um alerta para o Centro de Instrução Especializada Aeroterres e para o Quartel-General, cujos comandantes também adotariam medidas contra qualquer movimento do grupo.

A situação de prontidão impediria que os militares retornem para seus lares no final do expediente, e desse modo a inquietação se prolongaria durante o jantar do dia 2 de abril, mormente pelo inconformismo dos nacionalistas, que não aceitavam o desfecho da situação. Mas, mal articulados, os sargentos teriam seus esforços de organização minados. As ligações com as unidades da Vila Militar eram precárias, e a falta de notícias sobre a disposição das tropas do entorno desencorajava algum movimento mais arriscado, que poderia ser sufocado rapidamente por parte dos outros quartéis. Quanto aos oficiais, apenas um pequeno número deles se posicionaria em apoio ao governo deposto, em contraste à maioria, que mantinha os comandados sob vigilância cerrada<sup>414</sup>.

A segunda oportunidade vem junto com uma onda de boatos que propagam o deslocamento de tropas pela Baixada Fluminense, determinadas a aderir à causa nacionalista, visando a um levante semelhante ao que ocorria no Rio Grande do Sul sublevado. Mas os acontecimentos se desenvolvem distantes, com rápida evolução e se torna difícil acompanhá-los, ainda mais pela vigilância dos oficiais sobre os praças. O clima é tenso, e confinados em seus aquartelamentos, os nacionalistas não encontram condições de coordenar um movimento que envolvesse ao mesmo tempo as áreas do Grupamento de Unidades Divisionárias, do Centro de Instrução Especializada e do Quartel-General, que se encontram com comando e oficialidade intransigentes contra qualquer levante. Há exceções; um capitão do Grupo de Obuses Aeroterrestre, de nome Juarez Alberto de Souza, é um apoiador declarado de João Goulart, e não obstante ter sido dispensado pelo general comandante desde a tarde do dia 1º de abril, vem se postar pela manhã seguinte, clandestinamente, em Deodoro, próximo aos aquartelamentos paraquedistas. Sua presença traz a esperança de uma tentativa de motim, que o capitão supostamente comandaria<sup>415</sup>.

---

<sup>413</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 24 e seguintes (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>414</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 24 e seguintes (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>415</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 24 e seguintes (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

O grupo dos sargentos faz então da sala do subtenente Itamar um verdadeiro centro de informações, realizando reuniões que são ocasionalmente pilhadas pelos oficiais. Mas se trata de um estratagema, estimulado pelo próprio subtenente, por um lado para se fazer alvo das atenções em benefício das articulações que pudessem ser promovidas pelo capitão Juarez, e por outro para demonstrar que existe uma resistência ativa, tentando estimular adesões ao movimento reacionário. A situação chega a propiciar aos sargentos algum alento, mas o movimento é sufocado por duas condições críticas: a falta de comunicação e de informações, e o fato de os oficiais estarem armados e os sargentos não, o que apontava para a possibilidade de um massacre em caso de qualquer tentativa de reação. Nos dias seguintes, medidas de controle mais concretas são implantadas. Determina-se estrita vigilância sobre o “movimento im procedente de sargentos a qualquer hora do dia e da noite, de um lado para outro”; implanta-se um controle especial sobre “as idas do contingente da companhia para o quartel-general e vice-versa”, vigia-se “as aglomerações de sargentos por ocasião do rancho”, pois são as “ocasiões mais propícias para as articulações e difusão de boatos”<sup>416</sup>.

Doravante, vigorarão muitas dessas “medidas mais efetivas de controle”: os serviços passarão a obedecer “aos rigores exigidos em tais circunstâncias [de prontidão]”, particularmente no tocante à guarda do aquartelamento; as rotinas de segurança, que durante as duas noites anteriores se “apresentaram precárias”, passarão a adotar maior rigidez em pontos como a identificação da aproximação de militares, civis e viaturas; serão implantados sistemas de alerta, dispositivos de defesa, registros de entrada e saída de viaturas, impedimentos nos acessos aos portões e estabelecimento de ligações entre os postos de guardas; cria-se novos serviços de ronda, etc.<sup>417</sup>.

Além de tudo isso, serão organizados nas unidades serviços de informações bem atuantes, que deverão “extirpar a infiltração comunista da caserna”<sup>418</sup>. As relações pessoais e qualquer atuação em movimentos coletivos passam a ser alvo de atenção. Empréstimos monetários, trocas de favores, situação financeira pessoal – tudo será alvo de observação por parte dos comandantes, desembocando em críticas que perduram até os dias atuais sobre a atuação dos militares ligados aos serviços de informação. Pode-se dizer que não são ações pontuais, que se amortizariam com o tempo. No futuro, uma infinidade de fichas de controle, de anotações de movimento de pessoal, de procedimentos de ronda, de preenchimento de

---

<sup>416</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 25 e seguintes (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>417</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 24 e seguintes (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>418</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 27 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

livros de partes – toda uma cadeia de vigilância, registros e cobranças será incorporada às rotinas<sup>419</sup>, de modo que o controle se multiplique até o mais elevado grau. A observância estrita de cada uma dessas prescrições será chamada de disciplina, e de algum modo incorporada ao padrão de atitudes do soldado paraquedista.

### 5.2.3.2 *Regimento Santos Dumont*

O inquérito também é uma mensagem aos escalões superiores; por isso, tem a necessidade de assegurar lealdade ao novo governo, o que se dá por duas vias. Por um lado, é preciso demonstrar controle sobre os desviantes e disposição em sacrificá-los; por outro, é preciso preservar a integridade da instituição, corroborando sua disposição em servir ao novo regime, já que não ia longe o tempo em que a própria existência da tropa paraquedista se encontrava em estado de risco.

Por esse prisma podem ser interpretados os apontamentos reservados ao Regimento Santos Dumont<sup>420</sup>. A abertura do tópico no inquérito já afirmava que desde 1963, a unidade vinha, *através de sua oficialidade*, acompanhando os atos do governo passado, e, em *todas as necessidades*, teria sido *decisiva* a posição assumida por seus integrantes em proveito do novo regime. A exposição ainda salientaria que, na infantaria, os “caracteres aglutinadores da formação militar *do oficial, em particular*”, constituíam a “balaustrada intransponível à penetração da ação comunizante”, e que a “esperança do restabelecimento do país à normalidade” constituía “a condicionante inspiradora daquela *oficialidade* a se manter intransigente, unida e decidida sobre qualquer ato que viesse a afetar a integridade do juramento prestado”, bem como disposta a repelir “qualquer acontecimento ocorrido no país, em decorrência da ação comunizante desenvolvida pelo governo deposto”<sup>421</sup>.

Mas, a despeito dessa posição, o mesmo não ocorria com parte das praças, “intensamente trabalhadas não só pela ação comunizante, mas também pela ação governamental, forjando-lhes uma falsa posição no organismo militar”. A coesão de propósitos apenas teria sido mantida por se tratar de uma “unidade de infantaria, que além de ser dotada de grande enquadramento militar”, possuía os “altos padrões morais inerentes de uma tropa aeroterrestre”, condicionados à “grande disposição de sua oficialidade”. Logo, nada

---

<sup>419</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 26 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>420</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 97 e seguintes (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>421</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 97 e seguintes (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

de grave poderia ocorrer, de vez que os comandos enquadrantes, em todos os níveis, “desencorajariam e desarticulariam qualquer ação de rebeldia”<sup>422</sup>.

Também aqui, os comandantes das unidades são retratados como verdadeiros heróis, cujas ações “se revestem de aspectos personalíssimos”; no caso do Regimento Santos Dumont, essa alegoria se materializaria na “eficiente ação de seu comandante, o tenente-coronel Aragão, coadjuvado pela seleta oficialidade” que não permitiria manifestações semelhantes às ocorridas no Grupamento de Unidades Divisionárias<sup>423</sup>. Há então um receio de contaminação, de que influências nocivas se propaguem a partir da classe dos sargentos para o restante da tropa? Talvez sim, já que esse pensamento produz um outro efeito de longa duração, dessa vez nos próprios rituais da instrução paraquedista: é exatamente a partir do ano seguinte que os cursos da formação básica aeroterrestre passam a segregar oficiais e praças, e dentro desse segundo círculo os cabos e soldados também são afastados dos sargentos.

Essa alteração representa uma ferida na cultura da organização, visto que contradizia os discursos, já tradicionais, de equilíbrio entre competências no desempenho das atividades aeroterrestres, independentemente do grau hierárquico. Nesse ponto, a crise político-administrativa central, que desencadeou toda a série de conflitos internos, finalmente conseguiria alterar um dos mais caros valores e modificar os procedimentos operacionais que compunham marcas típicas da instituição, deixando uma cicatriz perene na identidade coletiva, redistribuindo poderes e modificando estratégias dos atores.

### 5.2.3.3 *Grupo de Obuses Aeroterrestre*

Por fim, chega-se ao Grupo de Obuses, considerado uma “peça estratégica” nos famigerados “planos de tomada de aquartelamentos”. Aloysio enumerará os motivos para assim compreendê-lo, produzindo mais uma vez as surpreendentes associações e cumplicidades que supostamente ligavam os eventos passados com a crise atual.

Em primeiro lugar, predomina o ponto de vista da estratégia militar: o grupo gozaria de localização ímpar, confinando em ponto dominante os demais quartéis e se tornando a ameaça interna mais temida. Com já foi visto, o quartel da artilharia paraquedista, após transitar por quase duas décadas entre instalações improvisadas, terminaria por se fixar na entrada leste da Vila Militar, dominando geograficamente três das quatro vias de acesso à

---

<sup>422</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 6 e seguintes (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>423</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folhas 97 e seguintes (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

guarnição. Embora pareça que nenhuma das informações disponíveis indique uma possibilidade real de confronto entre as unidades, tal preocupação pode ser justificada pela tensão do momento; afinal, como agora se sabe, nenhum combate ocorreria.

Somada à ameaça no plano material, entra novamente em cena a questão ideológica, campo no qual a unidade “se encontrava *quase* comprometida”, em razão de ser comandada por um dos poucos oficiais superiores manifestamente alinhados com o governo deposto – o coronel Abelardo Mafra, cujo histórico recente indicava que seu quartel já havia se tornado um “centro de articulação do processo comunizante”; é assim que, apesar de seu passado de serviços à tropa aeroterrestre, na qual desempenhara inclusive a destacada função de chefe do estado-maior, o oficial seria acusado de conspirador, sendo logo em seguida preso e atingido pelos primeiros atos de cassação promovidos pelo governo militar<sup>424</sup>.

Ponto sugestivo da “nocividade” do comando de Mafra seria a existência, na unidade, de um expressivo número de oficiais “já contaminados pela ideologia comunista” e subordinados aos ideais dos nacionalistas, indicativo da “fácil sementeira e copiosa colheita de resultados maléficos” dos conspiradores no seio da tropa de artilheiros, tudo isso como reflexo também da existência de sargentos “de mesmas linhas” e “com destacada liderança” sobre os demais. Finalmente, revela-se que a importância estratégica da unidade no processo comunizante se afigurava ainda mais notória devido à “conjugação do espírito de arma do artilheiro com o de paraquedista”, um “espírito de corpo singular” e aglutinado durante os esforços para reconstrução do antigo quartel do 2º Batalhão de Carros de Combate, que a organização agora ocupava<sup>425</sup>; tese, aliás, que corrobora a ideia exposta no capítulo anterior, segundo a qual os encargos de fainas seriam simbolizados como objetivos maiores, realizações dignas de esforços, capazes, como em um esforço de combate, de desenvolver laços de companheirismo, espírito de corpo e contribuir na formação do caráter grupal.

Como conclusão, a exposição concederia espaço para realçar as ações do novo comandante, que conseguiria “manter a unidade dentro dos dispositivos disciplinares”, a ponto de não permitir a configuração das implicações previstas nas manifestações anteriores. Um arremate que, dentro da narrativa, não surpreende: trata-se de uma atualização, uma nova personificação daquelas atitudes heroicas que evidenciam o comprometimento dos líderes e os tornam legítimos portadores de verdades sobre o destino da organização, sobre o perfil adequado dos subordinados e sobre os padrões de relação desejados (Fleury, 1987: 15).

---

<sup>424</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 81 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>425</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 82 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

#### 5.2.4 CONSEQUÊNCIAS

Ao final do inquérito, restariam propostas de sanções diversas: demissões, reformas, transferências e punições disciplinares. Como ditado pela burocracia estatal, o resultado das apurações seria enviado à Comissão Geral de Inquérito, que por sua vez o encaminharia ao Ministério da Guerra, a fim de que as medidas repressivas fossem homologadas<sup>426</sup>. Como a comissão trabalhava com acusações individualizadas, o inquérito também foi fracionado e transformado em outros tantos conjuntos documentais, por vezes acrescidos de peças acessórias e diligências complementares. Desse modo, frações da papelada podem hoje ser encontradas distribuídas em processos diversos, formando um *corpus documental* que ainda carece de melhor exploração.

De modo geral, o que se observa é que a oportunidade de realizar uma investigação tão ampla não serviu apenas para identificar possíveis agitadores de momento ou inimigos políticos do regime; de fato, a ocasião foi conveniente para promover um verdadeiro expurgo no Núcleo da Divisão Aeroterrestre. As ações levadas a cabo procuraram não só eliminar dos quadros da unidade aqueles indivíduos que, de um modo ou de outro, manifestaram solidariedade ao governo deposto ou à sua ideologia, mas também buscaram depurar o núcleo daqueles elementos que, mesmo sem possuírem uma posição política “nociva”, não correspondiam ao perfil idealizado para o paraquedista.

A primeira categoria foi atingida mais cedo: o general Alfredo Pinheiro Soares Filho, veterano da Escola de Paraquedistas, foi transferido para a reserva em 11 de abril de 1964<sup>427</sup> e já em seguida reformado, em 22 de setembro de 1964<sup>428</sup>. Seu braço direito no comando, o tenente-coronel Abelardo de Alvarenga Mafra, foi demitido das fileiras do Exército em 15 de setembro de 1964<sup>429</sup>. Outras onze recomendações de exclusão das fileiras do Exército por “prática de crime”, na forma do parágrafo primeiro do artigo 7º do Ato Institucional, “sem prejuízo das ações penais correspondentes” também foram acatadas na íntegra em 15 de setembro de 1964, resultando na reforma, no mesmo posto e sem prejuízo das sanções penais, dos capitães Juarez Alberto de Souza Moreira e Cezarino Augusto Cesar Pereira, e do primeiro-tenente José de Jesus Melo Mendes; na demissão, com expulsão das fileiras do Exército, do segundo-tenente Itamar Maximiano Gomes, do subtenente Leonor

---

<sup>426</sup> Ofício nº 292/IPM-4, encaminhado ao Chefe do Gabinete do ministro da Guerra pelo Chefe do Gabinete do Mar R-1 Estevão Taurino Rezende Neto, encarregado de IPM, pela Portaria nº 1, de 14 de abril de 64, do Comando Supremo da Revolução.

<sup>427</sup> *Coletânea* - Atos da Revolução de 1964, página 32.

<sup>428</sup> *Coletânea* - Atos da Revolução de 1964, página 79.

<sup>429</sup> *Coletânea* - Atos da Revolução de 1964, página 76.

Tuasco, dos primeiros-sargentos Ly Adorno de Carvalho, Filemon de Lima Cardoso e Duílio Caldeira, e dos segundos-sargentos André Avelino Vilassanti Filho e Onyer Porto Alegre de Almeida; e na reforma do terceiro-sargento Régis Gonçalves do Nascimento.

Outros dezenove militares foram acusados de adotarem “conduta contrária aos ideais e interesses da Revolução”, com a recomendação de exclusão das fileiras do Exército. Dezesesseis foram efetivamente sancionados. Em 15 de setembro de 1964 foram reformados, no mesmo posto e sem prejuízo das sanções penais, os majores Virgílio Marones de Gusmão Filho e Nelício Mário dos Santos; os capitães Rodovalho Alves dos Reis e Antônio Augusto da Porciúncula; os primeiros-tenentes Afonso Celso de Andrade Aragão, Sesostres de Souza Moreira e Samuel Conceição Schueler<sup>430</sup>. Na mesma data foram reformados, na mesma graduação e sem prejuízo das sanções penais, o subtenente José Álvaro Diniz Nogueira; o primeiro-sargento Othoniel Nunes; os segundos-sargentos Genival Montenegro Guerra<sup>431</sup>, Waldeir Marconi e Ernesto Severino da Rocha; e o terceiro-sargento Anivanir de Souza Leite<sup>432</sup>. Além desses, também em 15 de setembro de 1964, o primeiro-tenente Edison Pinto Sobrinho sofreu demissão das fileiras do Exército<sup>433</sup>; o segundo-sargento Jamiro Dias de Oliveira foi demitido, com expulsão das fileiras do Exército<sup>434</sup>; e, em 30 de julho de 1964, o terceiro-sargento Oswaldo Silva foi reformado, com expulsão das fileiras do Exército<sup>435</sup>.

Outros sete militares foram acusados de prática de transgressões à disciplina, sendo-lhes aplicadas sanções administrativas pelo próprio comando do Núcleo da Divisão Aeroterrestre<sup>436</sup>. Por fim, outros 58 foram considerados “inculpáveis”, sob a recomendação de que permanecessem sob controle de suas próprias organizações, onde seriam “objeto de reeducação, visando sua total recuperação”<sup>437</sup>. Ainda assim, sete desses paraquedistas seriam atingidos por sanções mais duras no futuro, alguns já sob a égide da Brigada Aeroterrestre: o segundo-sargento Dilermano Rosseto foi demitido das fileiras do Exército em 2 de abril de 1969<sup>438</sup>; a mesma punição foi aplicada em 21 de maio de 1970 ao segundo-sargento Carlos

---

<sup>430</sup> *Coletânea* - Atos da Revolução de 1964, página 75.

<sup>431</sup> Observe-se que se trata de um dos seis militares brasileiros que frequentaram, em 1960, o curso de operações especiais no exército norte-americano.

<sup>432</sup> *Coletânea* - Atos da Revolução de 1964, página 75-76.

<sup>433</sup> *Coletânea* - Atos da Revolução de 1964, página 76.

<sup>434</sup> *Coletânea* - Atos da Revolução de 1964, página 77.

<sup>435</sup> *Coletânea* - Atos da Revolução de 1964, página 51.

<sup>436</sup> Solução de Inquérito Policial Militar, folha 2 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>437</sup> Solução de Inquérito Policial Militar, folha 2-3 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>438</sup> Diário Oficial da União de 2 de abril de 1969, página 2.853.



Humberto Alves Moreira<sup>439</sup>, e em 9 de junho de 1970 aos segundos-sargentos Sebastião de Souza<sup>440</sup> e Ayrton Cardoso<sup>441</sup>, bem como aos terceiros-sargentos Luiz Lofrano Braga, Ely Rodrigues Vieira e Jairo Cabral da Silva<sup>442</sup>.

Todos esses apontamentos se referem aos militares citados no Inquérito Policial Militar nº 104, mas também é possível apontar a existência de registros de outras sanções aplicadas a paraquedistas e que não constam desse processo. Como exemplos, o segundo-tenente Edair Nunes Neto foi demitido, em 1969, sob a acusação de subversão e aliciamento<sup>443</sup>, e o capitão Lourival de Souza Moreira Filho<sup>444</sup>, reformado sob o argumento de “envolvimento com a esquerda”. No mesmo ano, foi efetivada a reforma do coronel Francisco Boaventura Cavalcante Junior<sup>445</sup>.

Assinale-se que a dimensão real da questão é ainda mais complexa, pela existência de casos que nem mesmo foram registrados na compilação dos Atos Institucionais. Entre esses destinos mais trágicos está o do terceiro-sargento Paulo Guerra Tavares, um integrante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre que foi transferido para João Pessoa, na Paraíba em outubro de 1963. Em julho do ano seguinte, Paulo desertou e viajou para o Uruguai, onde se asilou com a família. Para a esposa, explicou que não poderia retornar ao Exército, em razão de estar sendo perseguido e ameaçado por força de suas atividades políticas, contrárias ao regime<sup>446</sup>. Em 1965, regressou ao Brasil como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sendo morto a tiros em São Paulo, em 29 de maio de 1972<sup>447</sup>, por quatro homens que levaram seus documentos, mas deixaram intacto o dinheiro que carregava. A imprensa divulgou que, pelas características do crime, Paulo estaria na cidade para algum encontro ilegal. Em seu bolso, a polícia encontraria o endereço da família no Rio de Janeiro, avisando-a para reconhecer o corpo, que foi enterrado no cemitério São Pedro, na capital paulista. Um companheiro confirmaria que o ex-paraquedista constituía uma peça importante da VPR, em vista de sua experiência em táticas de guerrilha, combate e assalto, sobrevivência na selva, manuseio de armamento, camuflagem e fabricação de bombas<sup>448</sup>.

---

<sup>439</sup> Diário Oficial da União de 21 de maio de 1970, página 3.793.

<sup>440</sup> Diário Oficial da União de 9 de junho de 1970, página 4.273.

<sup>441</sup> Diário Oficial da União de 9 de junho de 1970, página 4.272.

<sup>442</sup> Diário Oficial da União de 9 de junho de 1970, página 4.273.

<sup>443</sup> Diário Oficial da União de 13 de março de 1967, página 3.014.

<sup>444</sup> Diário Oficial da União de 6 de março de 1967, página 2.692.

<sup>445</sup> Diário Oficial da União de 19 de maio de 1969, página 4.238.

<sup>446</sup> Conforme relato de André Del Pino Guerra Tavares, filho de Paulo Guerra Tavares, no dossiê encaminhado ao presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.

<sup>447</sup> Relatório das Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Tomo III, páginas 2-3. 2013.

<sup>448</sup> Declaração de Almir Dutton Ferreira, de 19 de setembro de 2003. Dossiê de Paulo Guerra Tavares, página 86.

Como crise organizacional, o inquérito merece destaque. Por seu potencial punitivo, o envolvimento no processo, em qualquer grau que fosse, provavelmente despertou nos integrantes da instituição algo da natureza do medo. As investigações, cobertas pelo sigilo que caracteriza esses procedimentos, certamente geravam uma tensão constante, tanto entre aqueles tidos como potenciais culpados, quanto em relação a possibilidade de alguém, ainda que injustamente, ser citado nas denúncias. Além disso, é notável que nem todos os sancionados tenham sido acusados diretamente pelo envolvimento com manifestações políticas, ou seja, as ações punitivas também foram animadas a partir de certo mito do combatente aeroterrestre, sugestivo da autonomia da tropa no sentido de gerir a personalidade e atributos de seus próprios integrantes, que poderiam ser considerados adequados para as fileiras militares, mas não bons o suficiente para a guarnição paraquedista. Observe-se o caso do terceiro-sargento Gildo Luz da Silva. Mesmo sem culpa consignada, o militar foi transferido “para região distante e sem projeção política” por ter sofrido um desmaio no refeitório, o que “revelava sua falta de vigor físico, necessário aos que formam na Grande Unidade Aeroterrestre”<sup>449</sup>. O segundo-sargento Luiz João Membri Petuco “tirava serviço por dinheiro, a título de necessidades pecuniárias”, o que recomendava sua transferência e punição “no interesse da disciplina militar”<sup>450</sup>. O primeiro-tenente Edmar Luiz Cavaca também deveria ser transferido por ter se tornado “incompatível com os padrões requeridos nas atividades aeroterrestres”, uma vez que durante o período de prontidão havia realizado uma ligação telefônica com o quartel vizinho, “num desequilíbrio inadequado à sua condição de oficial”, seguido de “uma crise de choro injustificada”<sup>451</sup>. O cabo Valdeci Mattos Pimenta foi excluído do Exército “pela completa falta de noção do cumprimento do dever”<sup>452</sup>.

Esse é um diferencial, uma particularidade no modo como o Núcleo da Divisão Aeroterrestre foi afetado e reagiu ao movimento de 1964. Sabe-se que inquéritos semelhantes foram abertos em outras guarnições militares. Em São Paulo, por exemplo, o coronel João de Moura Dias seria demitido após acusações sustentadas por argumentos muito semelhantes aos utilizados no caso dos paraquedistas: permitir que sargentos sob suas ordens encontrassem, impunemente, campo aberto para atividades subversivas, favorecendo um clima de constante agitação que constituía “ato de guerra revolucionária”, com a finalidade de fazer cair tanto o

---

<sup>449</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 71 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>450</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 110 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>451</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 72 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>452</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 111 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

governo quanto o regime, mantendo grande intimidade com os sargentos da unidade, participando de suas reuniões e permitindo um ambiente de indisciplina e animosidade entre subalternos e oficiais<sup>453</sup>. Mas, na tropa aeroterrestre, o sentido dos expurgos não se esgotou no campo político; a esse se somou o caráter pragmático de eliminação daqueles elementos considerados heterogêneos ou nocivos à instituição, transmitindo certa lição, traçando linhas de caráter, determinando limiares de conduta. Os integrantes do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, outrora tão ativos politicamente, passariam então a valorizar o espaço do silêncio e da neutralidade nesse campo, transmutados em uma espécie de “disciplina intelectual” a ser incorporada aos valores da Brigada Aeroterrestre.

### 5.3 SOB O TÍTULO DE “BRIGADA AEROTERRESTRE”

Os quatro comandantes que sucederam a crise tiveram vida curta à frente da unidade. João Costa exerceu a função entre 9 de dezembro de 1963 e 1º de junho de 1964, embora sua substituição já estivesse prevista, como conta a história, desde os primeiros dias de abril. O tempo de comando de seu substituto, Augusto Cezar Moniz de Aragão, não seria mais duradouro: estender-se-ia somente até 22 de janeiro do ano seguinte, quando João Dutra de Castilho assumiria a função. Menos de dois anos depois, uma nova substituição traria Aduino Bezerra de Araújo para o comando da tropa, de onde sairia após a crise de setembro de 1969.

Seu sucessor, Hugo de Andrade Abreu, finalmente rompeu esse padrão, mantendo-se à frente da tropa paraquedista entre 7 de janeiro de 1970 e 11 de março de 1974. Abreu, assim como o primeiro comandante, Nestor Penha Brasil, era um veterano dos campos de batalha da Itália na Segunda Guerra Mundial, e também não possuía o curso de paraquedismo quando assumiu o comando da unidade. Mesmo assim, deixou sua personalidade marcada no imaginário institucional como um “tipo ideal” de comandante, solidário e presente junto à tropa em todos os momentos (por exemplo, seu *brevet*, conquistado em fevereiro de 1970, seria apostado em sua farda apenas em maio, na mesma cerimônia que os soldados<sup>454</sup>). O general também alimentaria um retorno de ideais aos tempos míticos da Escola de Paraquedistas, buscando, mais do que reprimir, promover a reconciliação entre seus comandados. Organizaria competições desportivas internas; valorizaria a

---

<sup>453</sup> *IPM quer prisão de bispo e 37 líderes militares em São Paulo. Correio da Manhã*, 23 de junho de 1965, página 2.

<sup>454</sup> *Novos paraquedistas recebem brevet hoje. Diário de Notícias*, 29 de maio de 1970, página 10.

comemoração de datas, as manifestações rituais e tudo que dizia respeito aos aspectos simbólicos da vida do paraquedista. Sob sua direção, as cerimônias de “brevetação” ganhariam ares de grande evento; por determinação sua também seria organizado um museu, “visando guardar todas as peças que tenham algum sentido histórico na vida da unidade”<sup>455</sup>; o brado “Brasil acima de tudo”, futuramente incorporado como lema maior da tropa paraquedista, seria registrado oficialmente, pela primeira vez, no seu discurso de despedida.

**Quadro 8 – Comandantes da Brigada Aeroterrestre.**

Comandante	Período
Adauto Bezerra de Araújo	11 de janeiro de 1967 até 14 de dezembro de 1969
Hugo de Andrade Abreu	7 de janeiro de 1970 até 11 de março de 1974

Quadro 8 – Comandantes da Brigada Aeroterrestre. Relação nominal dos comandantes da Brigada Aeroterrestre, contendo o período em que estiveram à frente da unidade. Fonte: página eletrônica da Brigada de Infantaria Paraquedista<sup>456</sup>.

Seu comando também inovaria os processos de comunicação e a construção de relações entre a organização e o público externo. A brigada chegaria a homenagear os tricampeões da Copa do Mundo de futebol de 1970, organizando para os atletas e dirigentes uma programação da qual constava a exibição de saltos de paraquedas, almoço no quartel-general e uma partida de futebol entre os jogadores e um time de paraquedistas<sup>457</sup>. Em certa oportunidade, uma equipe saltou sobre o estádio do Maracanã, na abertura de um jogo entre Flamengo e Atlético<sup>458</sup>; em outra, sobre o Hospital Estadual de Curupaiti, em Jacarepaguá, em comemoração ao aniversário de fundação do nosocômio<sup>459</sup>.

Essas ações se multiplicariam: escolares e universitários seriam frequentemente convidados para visitar a unidade<sup>460</sup>; no final do ano, votos de boas festas seriam enviados à redação dos jornais. Na década anterior, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre havia frequentado os noticiários, principalmente, devido ao envolvimento dos seus integrantes em negociatas, arruaças, tiroteios, espancamentos e violências diversas; agora jornalistas e radialistas seriam convidados para visitar a Brigada Aeroterrestre e participarem de um almoço dito de *confraternização*<sup>461</sup>. Dupla função dessa visita, pois ao mesmo tempo em que assim se obtinha divulgação das atividades da tropa – oficialmente a função da visita era “proporcionar

<sup>455</sup> *Paraquedistas organizam museu. Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1970, página 11.

<sup>456</sup> *Comandantes*. Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/antigos-comandantes.html>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

<sup>457</sup> *Paraquedistas com os tricampeões. Diário de Notícias*, 16 de setembro de 1970, página 9. Participaram da visita João Havelange, o técnico Zagalo, Nilton Santos, Claudio Coutinho – capitão do Exército e paraquedista militar – e Admildo Chirol, entre outros.

<sup>458</sup> *Paraquedistas sobre o Aterro e Maracanã. Diário de Notícias*, 21 de agosto de 1971, página 8.

<sup>459</sup> *Paraquedistas saltam para divertir enfermos. Diário de Notícias*, 14 de outubro de 1973, página 10.

<sup>460</sup> *Paraquedistas tem Olimpíada. Diário de Notícias*, 25 de setembro de 1973, página 19.

<sup>461</sup> *Paraquedistas com a imprensa: encontro. Diário de Notícias*, 24 de maio de 1970, página 5.

uma mostra da série de realizações, meios e ação de pessoal do interesse do Exército”, a atividade também funcionaria como um desagravo ao ataque que os próprios paraquedistas haviam realizado a um órgão da imprensa poucos meses antes, por ocasião da tentativa de interceptação do Hércules 56.

Não havia chegado a época em que a Força teria estruturado seu próprio órgão de comunicação social, que não passava ainda de uma tímida divisão de relações públicas do gabinete ministerial. Mas todas essas ações, que se transformavam em informações e notícias, eram conduzidas com certa estratégia. As ações preliminares para as operações no norte do país, por exemplo, receberam cobertura da imprensa e foram divulgadas nos jornais sob a epígrafe de “exercícios de paraquedismo”, conforme ilustra o *Diário de Notícias* de 9 de dezembro de 1970. Outra função da aproximação aos meios de comunicação pode ser identificada nas manchetes do *Correio da Manhã*, de 14 de outubro de 1970: revelar o poderio e a disposição dos paraquedistas como força de combate contra os opositores do regime, utilizando a exibição como método de dissuasão. No mesmo período, as façanhas dos integrantes das forças especiais, sua resistência física, preparo profissional e disposição para o combate também foram exaltadas, através de uma equipe de jornalistas convidada para acompanhar as atividades do curso de ações de comandos.

O sucesso da posição de Abreu se consolidaria, enfim, em sua estabilidade no cargo mesmo após uma ação desastrosa da unidade, que aqui será contada em um último parêntese. A versão oficial<sup>462</sup> do ocorrido conta que, no dia 2 de abril de 1971, uma equipe da Brigada Aeroterrestre estava realizando diligências no bairro de Campo Grande, processando um informe que dava como suspeito um casal residente à rua Niquelândia, nº 23. Verificando se tratar realmente de um “aparelho” a equipe se preparou para prender seus ocupantes, que deveriam chegar em um Volkswagen.

O casal chegou ao local por volta das 23 horas, mas desembarcou de um taxi – o que desconcertou a equipe. Percebendo a cilada, os ocupantes do veículo dispararam, ferindo mortalmente o major José Tulio Roja Martinez Filho. No tiroteio, foi morto também o civil Mário de Souza Prata, identificado como dissidente do Partido Comunista Brasileiro, e ferida gravemente, “vindo a falecer posteriormente”, Marilene Pinto Carneiro Mendonça. No aparelho foram apreendidos armas, munições, explosivos e uniformes da Polícia Militar do Estado da Guanabara, além de “material doutrinário” e levantamentos com endereços de embaixadores e oficiais generais.

---

<sup>462</sup> Informação nº 81/DPPS/RJ, de 18 de maio de 1971.

A narrativa da morte de Martinez nos jornais corresponderia à versão apresentada pelos militares, incluindo a explicação de que o incidente se originou em um lance de nobreza do oficial, que não reconheceu o casal como ocupante do aparelho e teria tentado adverti-los para liberarem o local. O episódio se concluiria com uma homenagem – uma rua em frente ao quartel-general da brigada seria batizada com seu nome – mas a história de um dos raros combatentes paraquedistas caídos em ação também esmaeceria com o tempo.

#### 5.4 A TÍTULO DE DESFECHO

Em tempos mais recentes, um oficial intitularia a tropa paraquedista de “elite do combate contra forças irregulares”, sustentando o mote em referências aos entreveros do Araguaia e invocando a homogeneidade da unidade no apoio ao regime militar e no enfrentamento de forças subversivas nas décadas de 1960 e 1970<sup>463</sup>. A expressão, surgida no bojo de uma argumentação que defendia a existência de paralelos entre aquelas operações e as ações de pacificação nas comunidades do Rio de Janeiro, parece sugerir também a vocação do paraquedista militar para o profissionalismo, a disciplina, o patriotismo e o respeito à hierarquia. Como demonstrado, tudo isso passa longe de uma disposição natural: tratou-se muito mais de uma conversão institucional, que só se tornou possível após a introdução de determinados mecanismos de controle disciplinar; do aprimoramento da capacitação profissional; da reinterpretação de certas memórias e da aplicação de determinados filtros a outras tantas; além da promoção de vastos expurgos entre integrantes indesejados na organização.

Quanto à breve vida da unidade sob a designação *aeroterrestre* há que ser fornecida alguma explicação, e esta é relativamente simples. Uma organização “aeroterrestre” está apta ao movimento de forças paraquedistas ou aerotransportadas. Paraquedistas, por definição, valem-se de paraquedas para desembarcar na área de emprego; tropas aerotransportadas se deslocam por via aérea, chegando ao destino mediante o pouso da aeronave<sup>464</sup>. Modificada a intenção de constituir uma custosa divisão aeroterrestre – estrutura composta pela combinação de brigadas paraquedistas e aerotransportadas – restou a brigada paraquedista, para a qual já se dispunha de uma quantidade suficiente de homens treinados para a utilização dos paraquedas como meio de desembarque.

---

<sup>463</sup> *Guerra Irregular: Bda Inf Pqd do Exército Brasileiro na pacificação das favelas do RJ*. Disponível em <http://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/20843/Guerra-Irregular--Bda-Inf-Pqd-do-Exercito-Brasileiro-na-pacificacao-das-favelas-do-RJ/>. Acesso em 16 de maio de 2018.

<sup>464</sup> Verbetes “Aeroterrestre” e “Aerotransportado”. *Glossário de termos militares*, página 23.

O *Núcleo da Divisão Aeroterrestre*, com sua natureza embrionária – como indicava o título de *núcleo*, apontava para a intenção inicial de composição de uma divisão de exército, formada por uma combinação de brigadas aeroterrestres e paraquedistas. Com o abandono da ideia, o que se criou foi somente a unidade de paraquedistas, erroneamente batizada de Brigada Aeroterrestre. Assim, pode-se dizer que o título adotado durante três anos se tratava de um equívoco, logo desfeito.

À primeira vista, trata-se apenas de uma mudança sutil, uma reorganização administrativa. Seja como for, cabem aqui novamente as palavras da abertura deste capítulo: a Brigada Aeroterrestre foi um divisor entre o antigo e o novo, entre o Núcleo da Divisão Aeroterrestre e a Brigada Paraquedista. Entre as duas instituições houve mais do que a mudança de uma nomenclatura por motivos doutrinários: houve toda uma transformação política e ideológica, o apagamento de conflitos e sua substituição por uma nova memória, que entre outros efeitos, extinguiu o ativismo político que marcou a tropa na década de 1960; criou no imaginário coletivo um novo “inimigo”, materializado na “ameaça comunista”; e inseriu no seio da tropa a ideia dos paraquedistas como um corpo disciplinado e coeso, afastado de heroísmos e iniciativas individuais ou descoladas das ordens emanadas pela cadeia de comando.

## 6 A BRIGADA PARAQUEDISTA (1972-1985)

No capítulo anterior foi apresentada a proposta de que a curta existência da *Brigada Aeroterrestre* delimitou dois momentos da história da tropa paraquedista. Defendeu-se a ideia de que os três anos vividos sob aquela denominação separariam dois períodos distintos, que permitiriam caracterizar uma cultura institucional “antiga” e uma outra “nova”, associadas, respectivamente, ao Núcleo da Divisão Aeroterrestre e à Brigada Paraquedista.

Nesse cenário, foi concedida ênfase ao papel do general Hugo Abreu, que assumiu o comando da tropa aeroterrestre no início de 1970, considerando-se que, por meio de suas ações, aquele oficial obteve sucesso na implantação de determinadas transformações culturais, obtidas através do cultivo de normas e valores julgados mais adequados ao padrão comportamental desejado para o paraquedista militar brasileiro, bem como na inauguração de novos moldes de relacionamento da instituição com agentes externos.

Agora, este novo capítulo se inicia com uma síntese da conjuntura histórica e política do país nos primeiros anos da década de 1970, investigando as marcas culturais deixadas na Brigada Paraquedista por aquele período. Em seguida, tendo em vista a importância atribuída a Hugo Abreu na vida da organização, é apresentada uma breve biografia do oficial, e na sequência, um resumo do evento mais marcante do seu período à frente da unidade: a repressão à guerrilha do Araguaia.

A transformação organizacional geralmente enfrenta resistências de elementos que desejam a manutenção de um determinado estado de coisas. Esse antagonismo, caracterizado pelo apego a antigas posições e ideais políticos, pode ser identificado nas ações de remanescentes dos dois grupos que ameaçaram conduzir a instituição em direção à cizânia durante a cultura “antiga”. Serão apontados alguns dos principais representantes desses grupos e suas atividades durante a “nova” fase cultural, na qual a tropa, de um modo geral, encontrava-se em uma espécie de estado de latência no que diz respeito à interferências em assuntos de ordem política. Por fim, a tese chegará à década de 1980, na qual ocorreu a derradeira transformação da unidade, com o recebimento da atual denominação de *Brigada de Infantaria Paraquedista*, coincidente com o início da redemocratização brasileira.

### 6.1 MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS

Pesquisadores dos fenômenos institucionais propõem que a cultura das organizações receba influência de níveis culturais mais abrangentes – nacionais, regionais,



sociais, etc. O conceito aí expresso é o de que os componentes sociais e estruturais mais amplos não podem deixar de estar presentes e integrados às dimensões simbólica e ideológica de alguma organização em particular (Barreto *et al*, 2013: 35). Essa premissa baliza a ideia de que a existência da Brigada Paraquedista deve ser contextualizada dentro da conjuntura nacional do período em que a instituição floresceu.

A denominação “Brigada Paraquedista” foi adotada a partir de 11 de janeiro de 1972<sup>465</sup>. Contudo, os fatos ocorridos nesse período serão melhor compreendidos com o recuo da visão ao menos até 30 de outubro de 1969, quando o general de exército Emílio Garrastazu Médici tomou posse como o vigésimo oitavo presidente da República, o terceiro do regime militar, sucedendo a Junta Governativa Provisória de 1969. Dez dias antes, havia entrado em vigor a Emenda Constitucional nº 1, que incorporava à Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 as medidas de exceção previstas no Ato Institucional nº 5. O país entrava em um período marcado pela repressão política, pela censura aos meios de comunicação e também pelas denúncias de perseguição e tortura aos presos políticos.

Por sua vez, a esquerda intensificou as ações de resistência, e várias organizações optaram pela luta armada, surgindo os focos de guerrilha rural, entre eles o do Vale do Ribeira, em São Paulo, e o do Araguaia, no Pará. Ocorreria ainda a intensificação da guerrilha urbana, com assaltos e sequestro de aeronaves e diplomatas estrangeiros. Em resposta, o governo criaria o *Comando de Operações de Defesa Interna* (CODI), que receberia a atribuição de coordenar as atividades dos *Departamentos de Operações e Informações* (DOIs)<sup>466</sup>, órgãos de inteligência destinados ao combate de ameaças à segurança nacional. Ao seu lado o governo contava, ainda, com efetivos das polícias militar e civil dos estados, além de guarnições das Forças Armadas e de seus serviços de inteligência: o *Centro de Informações do Exército*<sup>467</sup>, o *Centro de Informações da Marinha*<sup>468</sup> e o *Centro de Informações da Aeronáutica*<sup>469</sup>.

Fernando Pedrosa, em recente tese apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, relativiza a participação das Forças Armadas nas ações repressivas desencadeadas durante o regime militar, afirmando que a debilidade das

<sup>465</sup> Decreto Reservado nº 1, de 11 de novembro de 1971. *Modifica a organização da Força Terrestre e dá outras providências*. Boletim Reservado do Exército nº 11, de 30 de novembro de 1971.

<sup>466</sup> Emílio Garrastazu Médici, *general. Os Presidentes e a República*, página 150.

<sup>467</sup> Decreto nº 60.664, de 2 de maio de 1967. *Cria o Centro de Informações do Exército e dá outras providências*. *Diário Oficial da União* de 3 de maio de 1967, seção 1, página 4.949.

<sup>468</sup> Decreto nº 42.688, de 21 de novembro de 1957. *Aprova o regulamento para o Centro de Informações da Marinha*. *Diário Oficial da União*, 27 de novembro de 1957, seção 1, página 26.617.

<sup>469</sup> Decreto nº 63.005, de 17 de julho de 1968. *Cria no Ministério da Aeronáutica o Serviço de Informações da Aeronáutica e dá outras providências*. *Diário Oficial da União*, 18 de julho de 1968, seção 1, página 6.075.

organizações que se levantaram contra o governo, caracterizadas pela falta de unidade e de apoio popular, permitiu que tais ações fossem conduzidas com o emprego mínimo de forças militares. Na concepção daquele pesquisador, o cerne do aparato estaria na comunidade de informações e nos órgãos policiais, resguardando-se assim a estrutura da Força Terrestre, cujas unidades regulares não teriam efetivamente participado, a não ser de modo muito eventual, na repressão à luta armada (Pedrosa, 2018: 103).

De qualquer modo, recentemente reestruturada, com efetivos aumentados e especialmente adestrados para o enfrentamento da guerrilha, a Brigada Paraquedista somaria muitos de seus integrantes às forças de repressão. A unidade estava vivenciando um processo de modernização em diversos aspectos. No início da década de 1970 tiveram início as primeiras operações aeroterrestres com a utilização das aeronaves *De Havilland Canada C-115 Buffalo*, em conjunto com o *Lookheed C-130 Hércules*, sendo desativados os antigos *C-119 G* que estavam em atividade desde 1962. A brigada também consolidaria sua posição de centro de formação dos *comandos* e das *forças especiais*, conduzindo uma rigorosa instrução militar direcionada para as operações contra as forças irregulares, um outro título para a “formação anticomunista” preconizada desde a década anterior, mas que havia então sofrido resistências para implantação por parte de alguns setores da cadeia de comando. Oficiais paraquedistas seriam enviados ao exterior para adestramento no campo das operações especiais, disseminando para a tropa as novas técnicas aprendidas para atuação em ações daquela natureza. A instrução militar dos cabos e soldados paraquedistas, de modo geral, também seria intensificada nesse sentido, com a introdução de assuntos como “guerra revolucionária”<sup>470</sup> e o surgimento de um árduo exercício de campo como corolário da formação básica aeroterrestre, que além dos aspectos de caráter mais técnico, carregar-se-ia de um viés ideológico. Ações efetivas contra o novo inimigo – os “subversivos” – aumentariam o grau de envolvimento da tropa paraquedista no esquema repressivo, em uma medida que atualmente pode ser estimada pela quantidade de citações à instituição e aos integrantes da sua cadeia de comando na documentação oficial sobre os eventos do período, como os relatórios da *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*<sup>471</sup> ou da

---

<sup>470</sup> A principal referência teórica para a instrução militar, nesse campo, seria o manual denominado “*Instruções Provisórias (IP 31 15) - O pequeno escalão nas operações contra-guerrilha*”, cuja edição data de 1969. Essa publicação permanecia em uso ao menos até o início dos anos 1990. Em todo caso, a emergência e a preocupação com o tema no período podem ser avaliadas pela quantidade de títulos relacionados ao assunto produzidos nas escolas militares, que podem ser contados às dezenas.

<sup>471</sup> Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. *Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Diário Oficial da União*, 5 de dezembro de 1995.

*Comissão Nacional da Verdade*<sup>472</sup>. O episódio central seria, indubitavelmente, a repressão ao movimento de guerrilha do Araguaia – que será examinado mais adiante neste capítulo – mas mesmo em outros teatros de operação, como na área urbana do Rio de Janeiro, a brigada seria atuante. O próprio Hugo Abreu, que ao longo da vida demonstrou reservas quanto ao assunto, terminaria por atestar esse envolvimento em um de seus livros, quando se refere ao episódio da morte do major José Júlio Toja Martinez, narrada no capítulo anterior:

Não vou relatar aqui, pois este não é o escopo deste depoimento, a ação da Brigada Paraquedista durante os dias agitados que medeiam entre 1970 e princípios de 1974. Quero apenas fazer uma breve referência sobre as lutas em que se empenharam elementos da tropa paraquedista, no combate à guerrilha rural e urbana, e nas quais se sacrificou, entre outros, o major Toja Martinez, morto em ação em 1971, quando do controle de um ‘aparelho’ subversivo, na área de Campo Grande, no Rio de Janeiro. A intrepidez e o heroísmo do major Martinez constituem exemplo para as gerações futuras e seu sacrifício está incorporado às tradições de idealismo da Brigada Paraquedista. Equipes de paraquedistas participaram intensamente da luta contra a guerrilha urbana no Rio de Janeiro e estiveram presentes em todas as ações contra focos de guerrilha rural que surgiram no país entre 1970 e 1974 (Abreu, 1979: 21).

A unidade, confessa Abreu, viveu “dias agitados” como integrante do esquema de repressão na primeira metade da década. Mas a partir do final do ano de 1974 seria observado o declínio de sua participação naquelas atividades. Leve-se em conta que as forças de oposição ao regime, fustigadas por vários lados, mostravam-se exauridas já no início do governo do general Ernesto Geisel (1907-1996), que iniciaria o processo – assim denominado pelo próprio, em discurso de 29 de agosto de 1974 – de “distensão lenta, gradual e segura”<sup>473</sup>.

O governo Geisel se caracterizaria por certa contradição na direção desse processo. Por um lado, seria observada a continuidade da atuação dos órgãos de repressão e do emprego dos dispositivos de segurança implantados após 1964; por outro, a condução de uma política de tendência liberal. Ainda no ano da posse seria autorizada a realização da propaganda eleitoral, proibida desde a edição do Ato Institucional nº 5, e os candidatos do Movimento Democrático Brasileiro à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal obteriam expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas. No início daquele ano também havia expirado o prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados pelo Ato Institucional nº 1, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e, em 1975, teria fim a censura prévia ao jornal *O Estado de São Paulo*, medida estendida em seguida a outros órgãos da imprensa<sup>474</sup>.

<sup>472</sup> Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União*, 18 de novembro de 2011, edição extra.

<sup>473</sup> *Presidente adverte radicais e anuncia distensão gradual. Jornal do Brasil*, 30 de agosto de 1974, página 1.

<sup>474</sup> *Ernesto Geisel, general. Os Presidentes e a República*, página 156.

As iniciativas liberais ressoariam entre os paraquedistas. A partir de 1975 o adestramento da tropa, embora não abandonasse a ideia do “combate contra a subversão”, deixaria ao menos que essa vertente se concentrasse nas forças especializadas, como os *comandos*, as *forças especiais* e os *precursores*. Os soldados, de modo geral, passariam a receber uma instrução novamente focada nas operações aeroterrestres, consolidadas na execução de ao menos um exercício anual de grande vulto – a chamada *Operação Saci* – no fundo, mais preocupado em resolver os problemas logísticos do emprego de aeronaves para o transporte e lançamento de grandes efetivos, em um quadro que se reaproximaria da doutrina de emprego de paraquedistas em teatros de operação convencionais, como os preconizados quase trinta anos antes, durante a Segunda Guerra Mundial.

Esse retorno às origens corresponderia também a um período de ausência de demandas à tropa paraquedista para atuar em ações de repressão como as do início da década. Como dito, as forças da guerrilha haviam praticamente se esgotado, e os recuos autoritários do governo se caracterizariam principalmente pela pressão contra as organizações clandestinas e o Partido Comunista Brasileiro, seja buscando respaldo nos dispositivos dos Atos Institucionais, seja empregando os contingentes da comunidade de informação e das forças policiais. Assim, ainda que se registre o envolvimento de militares paraquedistas em determinados episódios de repressão mais radicais nessa nova fase, tratam-se geralmente de elementos que migraram da brigada para outros órgãos, e não de ações diretas da tropa.

As relações dos militares com o mundo político no período republicano já foram tema de pesquisa de grande número de autores<sup>475</sup>, e certamente o modo como foram expostas aqui se encontra extremamente condensado, pois o interesse principal seria pensar na influência dos anos do regime militar para a história e para a formação da cultura institucional da Brigada Paraquedista. Essa direção reforça uma hipótese já apresentada: a de que uma das principais peculiaridades da cultura da unidade seria a importância conferida às atividades de instrução – cursos e estágios – posto que na ausência de operações reais de combate, essas seriam as maiores fontes de prestígio e destaque social na organização. O que se segue também fornece elementos que sustentam aquela que foi chamada de principal hipótese desta

---

<sup>475</sup> Longe de esgotar a quantidade de títulos disponíveis sobre o assunto, algumas referências que sustentam tal afirmação seriam as obras *Os militares na política - as mudanças de padrões na vida brasileira* (Stepan, 1975); *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894* (Schulz, 1994). *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política* (Castro, 1995); *Tudo é política* (Sodré, 1998); *Forças armadas e política no Brasil* (Carvalho, 2005); *Sistema político brasileiro: uma introdução* (Avelar & Cintra, 2007); *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul* (D'Araújo, 2010); *Militares e Política no Brasil* (Rocha, 2011); *A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura* (Chirio, 2012); *De Vargas aos Militares: Autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil* (Abreu, 2014); *Exército e política no Brasil: origem e transformação das intervenções* (Pinto, 2016); *Militares e Política no Brasil* (Barbosa et al, 2018).

pesquisa: a de que a tropa paraquedista abrigou, ao longo de sua existência, projetos e experiências singulares e originais no seio das Forças Armadas Brasileiras. O argumento é que a necessidade de preparação para a guerra contra as “forças subversivas”, mesmo após se distanciar do horizonte de ameaças mais imediatas, deixou como herança uma nova subcultura para a instituição e um novo modelo ideal de combatente: o homem das forças especiais – doravante considerado no meio militar como uma espécie de soldado de elite, servindo como protótipo e inspiração para a criação de congêneres nas demais Forças Armadas e policiais no país.

#### 6.1.1 A “AMEAÇA COMUNISTA” E A INSTRUÇÃO DO COMBATENTE AEROTERRESTRE

Inicialmente, é necessário definir o que a cultura organizacional entende por *subcultura*: o termo é aplicado para se referir às divisões existentes em uma cultura complexa, um resultado da combinação de características peculiares e distintivas dos vários segmentos em que um grupo pode ser dividido (Piovesan, 1970: 87). A subcultura se caracteriza quando um subgrupo, originário da cultura maior, separa daquele seus próprios costumes, crenças, linguagem, símbolos etc., que não são necessariamente seguidas pelo grupo mais amplo.

Acima foi afirmado que a necessidade de preparação para o combate contra as chamadas “forças subversivas” deixou como herança uma nova subcultura para a Brigada Paraquedista. Observe-se, antes de tudo, o quanto retrocede no tempo a inquietação das Forças Armadas brasileiras – e por extensão, dos governos militares – com a possibilidade de uma revolução comunista e da “tentativa de tomada do poder” por parte de tais grupos. Essa preocupação pode ser acompanhada seguindo os raciocínios desenvolvidos no “Projeto Orvil” – uma compilação tendenciosa favorável ao regime militar, elaborada pelos serviços de informação do Exército – segundo o qual a ameaça revolucionária já se faria presente em território nacional ao menos desde 25 de março de 1922, com a fundação da seção brasileira da Internacional Comunista (Maciel & Nascimento, 2012: 94). Percorrendo outros episódios, como a Intentona Comunista de 1935, a reorganização do Partido Comunista Brasileiro em 1943, ou as crises políticas de junho e julho de 1962, o *Orvil* apontaria a década de 1960 como o ápice de um projeto orquestrado internacionalmente para a expansão comunista; consequentemente, um período de apreensão máxima dos militares brasileiros com possíveis ataques à integridade nacional.

É possível recolher algumas evidências da entrada dos militares nesse estado de alerta. Em 1958, o Estado-Maior da Armada faria publicar, para distribuição interna, a

tradução de alguns estudos franceses sobre guerra revolucionária. Em seguida, no final daquele mesmo ano, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército promoveria um seminário com o tema *A guerra moderna*, constituindo grupos de estudos que concluiriam pela necessidade de inclusão no currículo daquela escola de assuntos relativos à “guerra revolucionária”, também nomeada “guerra insurrecional” (Fragoso, 1959: 7).

Fernando Pedroza, já citado acima, fornece outras informações. O autor afirma que em 1959 a Escola Superior de Guerra daria continuidade às elucubrações a respeito da questão, promovendo uma conferência com o tema *Introdução ao estudo da guerra revolucionária*. A querela prosseguiria ao longo da década de 1960, com a publicação na revista *A Defesa Nacional* de dezenas de artigos sobre “guerras revolucionárias e insurrecionais”, “guerra de guerrilha”, “movimento comunista internacional” e outras supostas ameaças que estariam rondando os países da América Latina. A *Revista Militar Brasileira*, publicada pelo Estado-Maior do Exército, também acompanharia o tema, publicando estudos a seu respeito na segunda metade daquela década. Outros esforços dos militares para a prevenção contra insurreições de orientação comunista, ao menos no plano teórico, podiam ser encontrados nos cursos sobre “guerra contrarrevolucionária” dirigidos a oficiais gerais e superiores, que o Estado-Maior do Exército passaria a realizar a partir do ano de 1961 (Pedrosa, 2018: 101).

No que se refere à tropa aeroterrestre, tudo isso contextualiza e confere maior inteligibilidade a certos fatos narrados no capítulo anterior. O viés ideológico com que o tenente-coronel Aloysio Borges interpretaria os embaraços apresentados no Inquérito Policial Militar nº 104, por exemplo, revela-se como que contaminado pelo assombro dos escalões superiores com a possibilidade de que a revolução comunista estivesse batendo à porta dos próprios quartéis, desqualificados para enfrentar ameaças dessa natureza. Esse despreparo, inclusive, seria uma das teses expostas na *Introdução ao estudo da guerra revolucionária*, de autoria do coronel Augusto Fragoso, publicado pela Escola Superior de Guerra no ano de 1959. A obra parece ter alcançado uma considerável influência no seu tempo, pois logo após a conferência que lhe deu origem, o chefe do Estado-Maior do Exército determinaria que fosse publicada, no *Noticiário do Exército* de 2 de setembro de 1959, a nomeação de uma comissão que estudaria um programa e coordenaria estudos relativos ao assunto.

Fragoso parte do princípio de que nos períodos de normalidade – ou seja, na ausência de guerras – a legislação vigente não estaria adaptada à luta contra as ações subversivas. Isso implicaria que a repressão às forças hostis dessa natureza não ultrapassaria as responsabilidades da polícia (preservação da ordem pública) e da justiça (procura e prisão

dos delinquentes). As Forças Armadas, se tanto, poderiam participar das ações repressivas, e apenas em casos excepcionais, como elementos de execução, limitando-se à manutenção da ordem e subordinando-se à estrita formalidade da prévia requisição (Fragoso, 1959: 22).

Nesses termos, tanto a polícia, quanto os militares, dispunham de um campo muito limitado em relação às técnicas e aos meios legais empregáveis, enquanto os revolucionários considerariam válidos todos os meios imagináveis de luta (Fragoso, 1959: 22). As Forças Armadas, organizadas em função da guerra convencional e só chamadas a intervir na guerra revolucionária após o irrompimento da violência, enfrentariam sérias dificuldades para adaptar sua organização, ao menos em curto prazo, para a luta contra o terrorismo urbano ou contra os bandos armados de guerrilheiros nos campos (Fragoso, 1959: 40). Esse estado de desarranjo seria ainda mais notável no caso brasileiro, visto que tal modalidade de enfrentamento não era nem mesmo reconhecida como parte da experiência dos nacionais: para citar exemplos desses conflitos, o coronel precisaria recorrer a casos estrangeiros, como a guerra da Indochina e as guerras revolucionárias da Grécia e do Irã.

Mas ao mesmo tempo em que no alto escalão o assunto era tratado através de seminários e publicações teóricas, entre os paraquedistas a resposta viria no campo pragmático da formação dos combatentes aeroterrestres. Para tanto, a unidade lançaria mão da considerável autonomia que possuía sobre seus próprios programas de treinamento, com a criação de novos cursos e estágios ou com a adaptação dos existentes para o combate contra a nova ameaça. Parte da inspiração viria dos destacamentos de operações especiais norte-americanos, que por sua vez possuíam missões especificamente definidas de combate ao comunismo (Fragoso, 1959: 40). Em 1956, a formação profissional desses destacamentos seria alvo da observação do tenente-coronel Adauto Bezerra de Araújo e do capitão Gilberto Antônio Azevedo e Silva, integrantes da Escola de Paraquedistas. Os oficiais haviam sido enviados aos Estados Unidos da América para frequentar uma série de cursos de especialização<sup>476</sup>, incluindo o *Infantry Communications Officer Course*, o *Basic Airborne Course*, o *Jumpmaster Course*, o *Air Transportability Course* e o *Indotration Course*, e no retorno ao país obteriam apoio do comando do Núcleo da Divisão Aeroterrestre para por em funcionamento, em 1957, uma versão nacional do *special forces* norte americano, sob o título de *curso de operações especiais*<sup>477</sup>.

---

<sup>476</sup> *Paraquedistas em unidades do exército dos EE.UU. Diário de Notícias*, 5 de maio de 1956, página 5.

<sup>477</sup> *Centro de Instrução de Operações Especiais recebe denominação histórica*. [http://www.eb.mil.br/avisos?p\\_p\\_id=56&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-1&p\\_p\\_col\\_count=1&\\_56\\_groupId=10138&\\_56\\_articleId=6693262](http://www.eb.mil.br/avisos?p_p_id=56&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_56_groupId=10138&_56_articleId=6693262). Acesso em 12 de setembro de 2019.

Para superar o estranhamento com o fato da primeira edição do curso de operações especiais anteceder em alguns anos a discussão do tema da guerra revolucionária por parte dos escalões superiores, deve ser apontado que esse protótipo não tem sua criação creditada exclusivamente à preparação para o combate contra forças insurrecionais. Essa afirmação é corroborada por um depoimento da época<sup>478</sup>: em sua origem, a ênfase seria na criação de uma força de salvamento e resgate, cujos integrantes desenvolvessem habilidades para sobrevivência e orientação em locais inóspitos, visando ações como as desenvolvidas por ocasião da tentativa de salvamento dos passageiros e tripulantes do avião Presidente no trágico acidente ocorrido em 1952, quando foi considerado principalmente o aspecto da mobilidade da força aeroterrestre, que poderia atingir rapidamente qualquer ponto do território nacional. A mesma possibilidade havia sido considerada quando foi aventado o emprego dos paraquedistas para conter as revoltas de oficiais da Aeronáutica em Jacareacanga, em 1956, e Aragarças, em 1959, demandas que ressaltariam a necessidade não apenas de chegar aos objetivos com rapidez, mas também de neles guerrear. Para tanto, os programas de treinamento do combatente aeroterrestre deveriam incorporar conteúdos que dissessem respeito ao enfrentamento de forças insurgentes, sob condições adversas e em áreas geograficamente isoladas.

Seguindo esses raciocínios, chega-se até aquela que seria considerada a principal área isolada do território brasileiro: a selva, ambiente que exigiria uma preparação bastante específica dos combatentes, pois além de tudo, o inimigo que lá se encontrasse não estaria organizado como uma força convencional, mas insurrecional. O modelo que reforçaria essa premissa seria a linha *foquista*: baseado no protótipo da revolução cubana, esse princípio dita que as revoluções deveriam ser iniciadas através de um pequeno núcleo de guerrilheiros – o *foco* – que escolheria lugares favoráveis no campo, procurando, num primeiro momento, conhecer o terreno e estabelecer relações com a população, a fim de ganhar o seu apoio. Os terrenos mais propícios para a luta armada, nesse caso, seriam os locais de montanhas e selvas, pouco acessíveis para as forças regulares.

As instruções de natureza especial da tropa paraquedista brasileira nascem no período contemporâneo à circulação dessas ideias. Como dito acima, as discussões nos altos escalões culminavam na realização de seminários e na produção de escritos teóricos sobre a natureza da guerra revolucionária e de suas características, muitas vezes propondo formas de enfrentá-la no campo político – teatro de operações dos níveis superiores da Força. Enquanto

---

<sup>478</sup> *Operações especiais. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1964, página 61.



isso, os paraquedistas iniciariam, já em 1957, uma série de ações práticas de preparo de seus homens para o combate além das técnicas convencionais e do adestramento clássico.

Foi então criado um programa experimental para preparação das “forças especiais”, em cuja primeira versão os candidatos desempenhariam simultaneamente o papel de alunos e de instrutores. Esse programa constava de um curso, por diversas vezes remodelado ao longo da década de 1960, frequentado exclusivamente por oficiais e sargentos voluntários e já qualificados como paraquedistas. O curso foi dividido em duas fases. A primeira foi denominada “estágio básico”, e durava de dois a três meses. Nela, ocorriam instruções intensificadas a respeito de assuntos recolhidos de planos de ensino das escolas militares, com grande ênfase sobre o treinamento físico, um valor institucional que, como já foi visto, possuía a mais alta importância na cultura aeroterrestre. Além disso, haviam instruções técnicas com assuntos variados: comunicações, ataque e defesa, demolições, fotografia aérea, liderança e chefia, minas e armadilhas, observação e conduta de tiro de artilharia, material químico, biológico e nuclear, socorro de urgência, sobrevivência e topografia. Instruções de caráter mais prático compreendiam técnicas de emboscada, ataques a posições fortificadas, assalto à praia com paredão, combate e vida na selva e patrulhas<sup>479</sup>.

Finda essa fase, o candidato atravessaria quatro estágios bastante específicos, que agora fugiam às instruções mais características da tropa. O primeiro era o “estágio de guerra irregular”, compreendendo assuntos de técnica de controle de tumultos, guerra insurrecional, guerrilha, guerra psicológica e combate em localidade. Em seguida, o estágio de armamento, com a prática de tiro com a maioria dos armamentos disponíveis no Exército, desde pistolas e carabinas, até granadas de mão e canhões<sup>480</sup>.

Seguia-se o estágio de “guerra na selva”, organizado nos moldes do *Jungle War Training Center* norte-americano, desenvolvido no Panamá. Tal atividade foi introduzida no curso de operações especiais em 1959, ou seja, em sua terceira edição, passando então a funcionar regularmente e admitindo a participação, além dos alunos do curso, de outros militares do Exército, da Força Aérea Brasileira e da Marinha de Guerra. Finalmente, a fase do treinamento básico incluía um estágio de guerra em montanha, realizado na região do Pico das Agulhas Negras, no sul do estado do Rio de Janeiro<sup>481</sup>.

Encerrado o treinamento *básico*, teria lugar o *avançado*, com duração entre três a quatro meses. Nele seriam ministradas instruções bastante ecléticas – introduzidas talvez a

---

<sup>479</sup> *Operações especiais. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1964, página 61.

<sup>480</sup> *Operações especiais. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1964, página 61.

<sup>481</sup> *Operações especiais. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1964, página 62.

partir de uma representação do conceito de validade do emprego de “todos os meios imagináveis de luta” apontados pelo coronel Fragoso como a grande vantagem do inimigo. Para equilibrar o jogo, a instrução incluiria direção de veículos (carros de combate, trens, bondes, motocicletas etc.), instrução equestre, treinamento médico, técnica aeroterrestre, comunicações, indilogia, guerra psicológica, guerra irregular, operações contra infiltrações, forças especiais e estudo das regiões de operações.

A reunião de todos esses assuntos em um único programa de ensino foi algo bastante original e pioneiro, não apenas no âmbito do Exército, mas nas Forças Armadas brasileiras como um todo. Seriam processos de preparação bastante ousados em relação ao que acontecia no entorno, implicando inclusive a necessidade de reestruturação e mudanças na organização das unidades. Nada disso se faria sem o enfrentamento de determinada inércia administrativa no seio da própria Força, que como já foi visto, apontaria a falta de definições doutrinárias para o funcionamento e o desenvolvimento dos cursos de operações especiais. Na verdade, discussões mais amplas sobre a reorganização do Exército atravessariam toda a década de 1960, e até o ano de 1968 o Estado-Maior do Exército ainda não havia concluído tais estudos (Pedrosa, 2018: 165). Essa resistência reforçaria a impressão vigente entre os paraquedistas a respeito do domínio de burocratas na gestão dos recursos e do desinteresse dos escalões superiores em assuntos de ordem operacional – ou, ainda mais grave, da amistosidade de alguns oficiais, ao menos até os expurgos de 1964, para com a ideologia “inimiga”, visto o currículo de formação das forças especiais conter assuntos que conferiam ao combatente, conforme registrado por Aloysio Borges no Inquérito Policial Militar nº 104, “um alto gabarito na formação anticomunista”<sup>482</sup>. De qualquer modo, os sucessivos comandantes do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, agindo de modo consideravelmente independente, tomariam a iniciativa de nomear comissões internas com o propósito de estudar e definir o currículo e os objetivos dos cursos de operações especiais, propondo ainda a estrutura, a organização, a composição e o emprego dos destacamentos de forças especiais<sup>483</sup>.

As conclusões do coronel Augusto Fragoso aconselhavam a organização de unidades das Forças Armadas especialmente adestradas na luta antirrevolucionária (Fragoso, 1959: 49). Nos moldes estabelecidos pelo Núcleo da Divisão Aeroterrestre, os elementos que recebiam tal formação não encontrariam de início uma unidade específica para abrigá-los, sendo reunidos em um *destacamento de forças especiais*, que provisoriamente integraria o

---

<sup>482</sup> Relatório de Inquérito Policial Militar, folha 6 (anexo ao Ofício nº 83, E2 – Secreto, do comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, de agosto de 1964).

<sup>483</sup> *Aula inaugural do 67/CFE. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1967, página 78.

organograma do Centro de Instrução Especializada Aeroterrestre. Mas quase dez anos após a criação do curso, o destacamento ainda aguardava seu reconhecimento oficial<sup>484</sup>, e diversamente do esperado no núcleo, o Exército materializaria a primeira organização militar exclusiva para abrigar tropas de natureza especial no *Centro de Instrução de Guerra na Selva*<sup>485</sup>, que surgiria em março de 1964, com sede em Manaus, no estado do Amazonas. A criação desse centro, inclusive, sugere certo grau de disputa em relação à prerrogativa de formação das tropas especiais, tão ambicionada entre os paraquedistas. Observe-se que entre os quinze militares considerados “pioneiros” do curso de operações na selva<sup>486</sup>, apenas um deles possuía o curso de paraquedismo, e resquícios mais informais dessa contenda foram preservados em uma espécie de rumor ou boato, que circulou por determinado tempo, afirmando ter sido recorrente a reprovação de paraquedistas que tentassem concluir o curso de operações na selva, bem como dos “guerreiros de selva” que frequentassem a área de estágios. É certo que afirmações desse tipo são de difícil comprovação e que merecem ser classificadas como “intrigas institucionais”, ou seja, são informações que possuem fins não declaradamente expostos e que geralmente são desqualificadas pelos estudiosos como eventos pouco sujeitos à investigação científica (Bertolli Filho, 2005: 161-162). Ainda assim, são ideias que constituem parte das tradições da tropa paraquedista brasileira, e seu conhecimento de algum modo deve levar à aproximação de sua realidade histórica e cultural.

Investigar as discussões e movimentos que levaram à criação do Centro de Instrução de Guerra na Selva fugiria por demais ao escopo deste trabalho; restringindo então o foco às articulações desenvolvidas no Núcleo da Divisão Aeroterrestre, podem ser identificadas três frentes nas investidas da instituição para afirmar sua posição como local de preparo das forças de operações especiais brasileiras. A primeira delas, como visto, foram os esforços para o desenvolvimento do próprio *curso de operações especiais*, lançado em 1957 e restrito aos militares já qualificados como paraquedistas. Em segundo lugar, estaria a implantação de atividades de natureza especial no currículo do curso de formação de *precursores paraquedistas*. Esse último, embora anteceda cronologicamente o curso de forças especiais, posto que existente desde os tempos primordiais da Escola de Paraquedistas, também incorporaria, para além das funções de controle de aeródromos e zonas de

<sup>484</sup> *O curso de operações especiais. Revista do Regimento Santos Dumont*, 1966, página 8.

<sup>485</sup> Decreto nº 53.649, de 2 de março de 1969. *Cria o Centro de Instrução de Guerra na Selva, com sede em Manaus, (AM), subordinado ao Grupamento de Elementos de Fronteira. Diário Oficial da União*, 3 de março de 1964, Seção 1, página 2.081.

<sup>486</sup> Estabelecendo uma ordenação semelhante à organizada pelos paraquedistas, o “Almanaque do Centro de Instrução de Guerra na Selva” lista como pioneiros os quinze oficiais que frequentaram, em 1957, o *jungle expert*, conduzido pelo exército norte-americano no *Jungle Operations Training Center*, no Panamá.

lançamento, típicas de sua atividade, diversos aspectos do adestramento para operações especiais, tais como ações em regiões de selva ou montanha e missões de combate contra guerrilha; a unidade, inclusive, reivindicaria futuramente a posição de “berço” das forças de operações especiais brasileiras. Por fim, e talvez de maior importância em vista de seu alcance na difusão de um determinado imaginário cultural sobre as forças de natureza especial, o *estágio básico de comandos* para cabos e soldados.

Essa atividade surgiu em 1966, no intervalo entre a criação do Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus, e a transferência para lá do curso de ações de comandos, que ocorreria em 1971. À sombra dos debates a respeito da formação de efetivos aptos a combater a “ameaça comunista” em regiões de selva, os conhecimentos adquiridos no desenvolvimento das operações especiais levaram à concepção de uma “segunda fase” para o curso de paraquedismo, que forneceria aos soldados recém-qualificados uma complementação da instrução técnica aeroterrestre. O treinamento, que se apropriou do título de “comandos”, consistia em um estágio de seis dias, desenvolvido em áreas agrestes no entorno do Rio de Janeiro. No final da década de 1960, a localidade escolhida foi Xerém, ao pé da Serra do Mar. Em seguida o estágio transitou (já com a denominação alterada para *instrução básica de combate*), conforme a disponibilidade de recursos ou a facilidade de acesso, por áreas verdes ou campos de instrução nas cercanias do município, como a serra de Madureira, em Nova Iguaçu, a serra do Mendanha, em Campo Grande, a grande área verde de Camboatá, em Guadalupe, o campo de instrução de Gericinó e a área de instrução Coronel Uruahy, situada na própria Vila Militar e vizinha da Brigada Paraquedista. No programa, invariavelmente, estariam as técnicas de sobrevivência e combate em áreas de floresta, em uma versão reduzida das instruções vistas nos cursos de ações de comandos ou de operações especiais.

Foi sugerido acima que o direcionamento dessa atividade para os cabos e soldados foi importante para a circulação de ideias e para a difusão do imaginário a respeito dos combatentes não convencionais. Assim como na maioria das organizações militares, esse círculo hierárquico sempre constituiu o maior quantitativo da tropa paraquedista, possuindo uma posição provisória dentro da organização e por isso servindo como difusor das atividades internas junto ao meio civil. Ao longo do tempo, os próprios soldados fariam circular a noção de uma espécie de hierarquia quanto aos graus de complexidade e de resistência física e psicológica exigidas na instrução básica de combate, substituta do estágio de comandos. Essa medida de exigência, embora subjetiva, concederia certo *status*, mais uma vez relacionado ao local e ao ano no qual o paraquedista atravessou o treinamento. O ápice desse grau seriam os anos inaugurais, quando a atividade foi realizada em Xerém; aos seus concludentes, inclusive,

seria concedida a prerrogativa de ostentar o distintivo da caveira atravessada por um punhal, símbolo do curso de ações de comandos.

Finalmente, no final da década de 1960 tudo isso seria alvo de regulamentação pelo Estado-Maior do Exército, que em 1969 aprovaria um quadro de organização experimental, através do qual seriam atribuídas cinco missões ao então denominado Centro de Instrução Aeroterrestre General Penha Brasil, três das quais dizendo respeito ao emprego das forças especiais. As duas primeiras, de natureza mais conservadora, tratavam: 1º) da formação básica do combatente aeroterrestre; e 2º) da habilitação de oficiais, subtenentes e sargentos paraquedistas para o desempenho de missões de precursor aeroterrestre, de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar, e da execução do salto livre. Paralelamente, o centro receberia a incumbência de: 3º) habilitar oficiais, subtenentes e sargentos, paraquedistas ou não, ao emprego de táticas e técnicas utilizadas em operações de frações de unidade convencional ou de contraguerrilha, desenvolvidas em combates em locais e sob condições geográficas e climáticas extremas; 4º) habilitar oficiais, subtenentes e sargentos, paraquedistas ou não, possuidores do curso de comandos, ao emprego de doutrinas e técnicas sobre guerrilhas e operações de forças especiais, de acordo com o grau hierárquico dos instruídos; e 5º) contribuir para o desenvolvimento da doutrina de emprego de forças aeroterrestres especiais<sup>487</sup>. Nesse bojo, o curso de ações de comandos foi transferido para o Centro de Instrução de Guerra na Selva, que seria então renomeado como *Centro de Operações na Selva e Ações de Comandos*<sup>488</sup>. Com a perda da competência para condução do curso, que apenas em 1978 seria devolvida ao Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, o estágio de comandos para cabos e soldados foi transformado em *treinamento individual básico de combate*. O estágio de comandos para esse círculo hierárquico ressurgiria, remodelado, somente em 1984, após a criação do 1º Batalhão de Forças Especiais, então subordinado à Brigada Paraquedista.

Posteriormente, quando a necessidade de preparação para o combate contra guerrilheiros nas selvas se distanciou das hipóteses de emprego mais prováveis da tropa, ou foi assumida por outras unidades da Força, a instrução do soldado paraquedista já havia incorporado essa etapa da formação, muito mais pela força de uma tradição do que propriamente como um imperativo operacional. Assim, além da passagem pela área de estágios, com seus aspectos técnicos e rituais, a exigência da execução do treinamento

---

<sup>487</sup> *Brigada Aeroterrestre – QO – Aprovação*. Portaria nº 02, de 21 de janeiro de 1969 – Reservada.

<sup>488</sup> Decreto nº 67.458, de 29 de outubro de 1970. *Muda a denominação do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) para Centro de Operação na Selva e Ações de Comandos (COSAC)*. Diário Oficial da União, 30 de outubro de 1970, seção 1, página 9.243.

individual básico de combate se consolidou como uma etapa para a formação completa do paraquedista, impregnando no imaginário da tropa a importância da sobrevivência e do combate em ambientes de mata, uma herança que a Brigada Paraquedista receberia e conservaria ao longo de toda a sua história.

Ao longo da década de 1970, o preparo operacional da tropa paraquedista retornaria a uma vertente mais tradicional de adestramento, focando novamente na capacidade da organização de enfrentar conflitos convencionais. Isso não significa que os projetos de preparação para o combate insurrecional tenham sido abandonados, mas a suspensão dos cursos de ações de comandos e dos estágios correspondentes para os cabos e soldados causou uma redução considerável na quantidade de vagas disponíveis para ingresso nos treinamentos de qualificação para as operações especiais, de certa forma generalizados durante o período de quatro anos em que o estágio de ações de comandos integrou a formação básica. Em consequência, foram adotados critérios de seleção mais complexos e rigorosos, o que, aliado às dificuldades inerentes às provas a que eram submetidos os candidatos durante o curso, fez emergir uma escala de atributos supostamente voltada para avaliar a capacidade dos combatentes de serem adestrados para tais operações. Tal escala seria regulada em termos de antigos valores da tropa: resistência física, coragem, resiliência psicológica, etc., ou seja, uma exacerbação de valores institucionais já consolidados entre os próprios paraquedistas. Essa medida deveria servir também para estimar a capacidade de cada indivíduo de operar através de uma subordinação menos fixa aos escalões hierárquicos, e ainda assim permanecer extremamente fiel aos mecanismos disciplinares. A consequência direta desse projeto foi o surgimento de uma subcultura, da qual participaria exclusivamente um militar altamente especializado, um novo conceito de padrão para o combatente aeroterrestre: o homem das forças especiais, considerado uma elite dentro da elite, detentor de um *status* muito menos acessível e conseqüentemente mais valorizado pela cultura institucional.

## 6.2 MUDANÇA CULTURAL E LIDERANÇA

As primeiras teorias sobre as organizações caracterizavam-nas como grupos sociais marcados pelo envolvimento moral e pelo compartilhamento de determinados valores entre seus membros (Mascarenhas, 2010: 248). Vínculos dessa natureza sem dúvida foram construídos entre os integrantes da tropa aeroterrestre ao longo dos 25 anos de história com os quais a organização contava quando foi renomeada para “Brigada Paraquedista”. A unidade também atravessara as décadas anteriores buscando uniformidade e coesão, mas em diversos

pontos seu corpo se mostrava fraturado e heterogêneo. A interação social, após os episódios narrados no capítulo antecedente, aparecia como problemática, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento da identidade cultural, das ideologias e dos fundamentos em que as relações estavam baseadas. Nesse ponto surge um interessante personagem: o general Hugo de Andrade Abreu, cujas ações parecem sugerir uma resposta calculada para sanar esses problemas, revidando as tendências de desagregação social e de quebra dos padrões culturais.

Ao defender a ideia de que um processo de mudança cultural foi conduzido por naquele momento parece desnecessário acrescentar que seu sucesso na empreitada deva ter sido calcado muito mais em suas características pessoais de liderança, do que em conceitos teóricos de mudança planejada. O general foi, em mais de uma oportunidade, cognominado o “pacificador dos paraquedistas”<sup>489</sup>, e de fato, sua tarefa principal quando foi nomeado para o comando da unidade era a de sufocar as convulsões internas que há quase uma década configuravam a tropa paraquedista como um corpo – para dizer o mínimo – indisciplinado. No ápice da rebeldia, um grupo de oficiais paraquedistas tomou a iniciativa de invadir a Base Aérea do Galeão com vistas a interceptar a aeronave que levaria para o exterior os presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano Charles Elbrick. Como narrado, os participantes do episódio seriam afastados da tropa paraquedista, bem como o próprio comandante, Adauto Bezerra de Araújo, substituído por Abreu, que seria incumbido de contornar a crise instaurada e que conduziria seu comando dentro de padrões que podem ser reconhecidos como um processo efetivo de *mudança cultural planejada*.

Para explicar tal conceito é preciso retornar a Edgard Schein. Pioneiro nos estudos que sugeriam uma maior atenção aos aspectos simbólicos da vida institucional, Schein propunha que a *cultura organizacional* seria o fator explicativo para as diferenças de *performance* entre organizações concorrentes. Sabendo-se que suas pesquisas visavam à geração de maiores retornos em termos de produtividade, pode ser afirmado que o conceito de *mudança cultural* surgiu na busca por fórmulas para que as organizações alcançassem patamares superiores de desempenho, através do desenvolvimento de novas estratégias de gestão e controle (Mascarenhas, 2010: 248). Tal proposta levaria os pesquisadores do tema à ideia de que a cultura de uma organização poderia ser gerenciada por líderes dispostos a desempenhar papéis inspiradores e a manipular as manifestações e entendimentos culturais. Para tanto, a dimensão simbólica da vida organizacional deveria constituir um domínio da

---

<sup>489</sup> Entre outros depoimentos de caráter mais informal, encontra-se esse registro da alcunha de “pacificador” em uma reportagem publicada na extinta revista *Manchete*: “Em determinada ocasião em Brasília, o nome do general Hugo Abreu perante vários ministros foi apresentado da seguinte forma: ‘este foi o homem que pacificou os paraquedistas’”. *Quem é o general Hugo Abreu. Manchete*, nº 1.379, 23 de setembro de 1978, página 25.

ação e do controle gerencial, com ênfase para conceitos que, até a emergência das propostas de Schein, teriam sido negligenciados, tais como a autoridade moral, a integração cultural, a qualidade da liderança e os valores compartilhados, construtos que estruturariam a dinâmica organizacional (Mascarenhas, 2010: 248). O processo de mudança cultural consistiria na aplicação de determinadas técnicas, incluindo ações planejadas para a formatação de processos sociais e manifestações culturais, conduzidas de maneira a influenciar a construção coletiva de crenças e valores. Assim, a mudança cultural planejada seria vista como uma engenharia gerencial, que atuaria através da manipulação e da transmissão de símbolos e significados, e nesse processo, o papel dos líderes incluiria, entre outras tarefas, a geração da segurança psicológica necessária ao comprometimento, a promoção de discussões em busca de diagnósticos, de consensos, da aceitação, da consolidação e da manutenção de novos entendimentos, constituídos por exemplos da cultura desejada (Mascarenhas, 2010: 249).

Atualmente, uma considerável quantidade de estudos defende a interdependência de relações entre liderança e cultura organizacional. Essas relações podem ser esquematicamente descritas do seguinte modo: de um lado, há um líder que assume o papel de criar, de manter ou de modificar a cultura, e nesse sentido suas habilidades pessoais são fundamentais para definir a natureza, a direção e o impacto das medidas que pretende implantar; por outro lado, considera-se que o líder – tanto no campo cognitivo, quanto no afetivo – também é moldado pelo padrão da cultura organizacional que o precede na instituição. Assim, a habilidade para compreender e agir no interior de uma determinada cultura seria um dos principais requisitos para uma liderança eficaz (Barreto *et al*, 2013: 35).

Foi certamente esse o caso do exercício de liderança de Hugo Abreu, que embora tenha chegado até a tropa paraquedista sem nem mesmo possuir a habilitação para saltar de uma aeronave – o que, supostamente, o excluiria do universo alegórico do paraquedismo militar – já dera provas de compreender a importância da vida simbólica institucional em outras unidades militares pelas quais passara durante sua carreira. O período entre 1965 e 1967, quando comandou o Batalhão de Guardas, no Rio de Janeiro, está repleto de exemplos dessa característica do oficial. Valorizando sobremaneira as ocasiões solenes da vida castrense, Abreu organizava com estilo próprio as cerimônias militares, convocando autoridades e imprensa – circunstância afortunada, visto que vem a fornecer os devidos registros – para solenidades repletas de componentes que beiram o teatral. Em 18 de outubro de 1965, por exemplo, a cerimônia de compromisso à Bandeira Nacional, uma das formalidades que marcam a incorporação dos novos soldados aos quartéis, incluiria uma exibição de “controle de distúrbios civis”: soldados à paisana encenavam um comício,



desfeito por rajadas de festim disparadas por outros soldados devidamente fardados<sup>490</sup>. Como complemento, o evento contava com apresentações de ginástica sincronizada e desfiles da tropa. No seu segundo ano de comando, os festejos do aniversário de criação da unidade também incluíam a mobilização de seus setecentos soldados para a simulação de uma saída de emergência que deveria ser realizada em menos de cinco minutos<sup>491</sup>, assistida novamente pela imprensa, por autoridades militares e pelos familiares dos próprios soldados. A *ordem do dia* lida na ocasião também não fica a dever no que se refere ao estímulo aos valores simbólicos, constando de passagens da história da unidade e à exaltação de sua origem como “batalhão do imperador” – embora a organização completasse apenas seis anos naquela data.

As intervenções de Abreu na Brigada Paraquedista – algumas das quais já citadas no capítulo anterior – seguem uma linha bastante semelhante. Em alguns episódios, observa-se a ênfase concedida às realizações grupais da unidade, enfatizando as ideias comuns, os valores, os padrões e os modos coletivos de agir. Até então, contava-se entre os rituais já consolidados entre os paraquedistas a comemoração de cada militar ao contabilizar um determinado número de saltos. Nas edições da já citada *Revista do Regimento Santos Dumont*, existem exaltações especiais aos que acumulam determinadas marcas. Essa tradição nunca seria abandonada, mas, durante seu comando, Abreu determinaria a realização de verdadeiros festejos pelo fato de a brigada haver alcançado, *coletivamente*, meio milhão de saltos realizados. As comemorações consistiriam em demonstrações no Campo dos Afonsos, constando da exibição pública de saltos e do lançamento de cargas a partir de aeronaves da Força Aérea Brasileira, nas quais se viam escritas as legendas “Brasil acima de tudo” e “Santos Dumont 1873-1973” como homenagem especial ao Pai da Aviação<sup>492</sup>.

É certo que esses curiosos modos de festejo – o aprestamento da tropa, a demonstração de operacionalidade, a encenação da manobra militar como espetáculo público, não foram introduzidos na tropa aeroterrestre por Hugo Abreu, pois já haviam sido empregados em outros tempos. Mas há algo particular no modo como esses recursos foram utilizados sob seu comando, tornando-se uma espécie de marca cultural da organização, que sobrevive até os dias atuais. Diversamente de momentos em que exibições dessa natureza haviam sido empregadas no passado, essas ações parecem, no início dos anos 1970, não apenas apresentar publicamente as possibilidades operacionais da tropa, mas manipular determinados elementos da cultura organizacional – seus valores, símbolos e rituais – com o

---

<sup>490</sup> *Mensagem aos soldados do Batalhão de Guardas foi de que banidos não voltam. Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1965, página 4.

<sup>491</sup> *Batalhão de Guardas festeja anos com operação de alarma. Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1966, página 15.

<sup>492</sup> *Paraquedistas. Diário de Notícias*, 13 de setembro de 1973, página 19.

objetivo de fornecer aos membros da unidade estímulos à identificação, ao consenso e à solidariedade, bem como propostas de uma auto representação como guardiões da estabilidade política e da ordem nacional, que no plano interno estabilizariam a insegurança psicológica inerente àquele conturbado período da história brasileira.

Tudo isso confirma que a cultura organizacional funciona também como um poderoso mecanismo de controle, que visa a conformar condutas e homogeneizar maneiras de pensar e viver nas organizações, introjetando em seus membros uma imagem positiva, onde todos – ainda que não *iguais*, possuem ao menos valores e objetivos comuns. Assim, escamoteiam-se as diferenças e conflitos inerentes a um sistema hierárquico, levando subordinados a aceitarem melhor a autoridade que emana de papéis formalmente estabelecidos, de regras e regulamentos impostos (Barreto *et al*, 2013: 37). Pelo sucesso que Hugo Abreu obteve nessa empreitada, o general merece ser incluído entre os personagens da tropa paraquedista que fazem jus a uma biografia mais detalhada neste trabalho.

### 6.2.1 BIOGRAFIA DE HUGO ABREU

Para se compreender os desdobramentos de uma organização de natureza estatal, faz-se necessário identificar certos personagens relevantes, bem como especificar suas preferências e seus recursos políticos, analisando as maneiras pelas quais suas decisões são influenciadas pelas estruturas sociais e políticas vigentes (Kaufmam, 1998: 44). A biografia apresentada a seguir tem exatamente a intenção de trazer luz sobre determinados lances da vida do militar que representou, para a tropa paraquedista, o mais importante ator institucional de sua época: o general Hugo Abreu.

Natural de Juiz de Fora, Minas Gerais, Hugo de Andrade Abreu nasceu em 27 de dezembro de 1916. Passou a juventude em sua cidade natal, até que em 1934 foi aprovado nos exames para admissão à Escola Militar do Realengo<sup>493</sup>, no Rio de Janeiro. Declarado aspirante-a-oficial de infantaria em janeiro de 1937<sup>494</sup>, foi classificado no 12º Regimento de Infantaria<sup>495</sup>, e em novembro do mesmo ano, foi promovido ao posto de segundo-tenente.

A promoção seguinte, ao posto de primeiro-tenente, veio em setembro de 1938<sup>496</sup>, e em fevereiro de 1941 Abreu foi movimentado para a Companhia de Guardas do Quartel-

<sup>493</sup> *Escola Militar. Correio da Manhã*, 28 de março de 1934, página 7.

<sup>494</sup> *A cerimônia de declaração dos novos aspirantes-a-oficial. Correio da Manhã*, 10 de janeiro de 1937, página 9.

<sup>495</sup> *Classificação de aspirantes a oficial de infantaria e cavalaria. Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1937, página 26.

<sup>496</sup> *Numerosas promoções no Exército. Correio da Manhã*, 10 de setembro de 1939, página 5.

General de Minas Gerais<sup>497</sup>. Permaneceu pouco tempo na unidade, retornando em dezembro do mesmo ano para a Escola Militar, agora na função de auxiliar de instrutor de infantaria<sup>498</sup>. Em dezembro de 1943 foi promovido ao posto de capitão<sup>499</sup>, e no ano seguinte foi designado para participar da Força Expedicionária Brasileira, como integrante do 3º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria. Voltaria dos campos de batalha da Itália em setembro de 1945<sup>500</sup>, condecorado com a Cruz de Combate de Primeira Classe<sup>501</sup> por sua atuação em Montese.

Em 1946, Hugo Abreu foi matriculado na Escola de Estado-Maior<sup>502</sup>, sendo diplomado dois anos depois<sup>503</sup>. Em 1950 foi designado para servir na então recentemente criada Escola Militar de Resende, na função de ajudante do Corpo de Cadetes<sup>504</sup>. Em outubro de 1951 foi promovido ao posto de major<sup>505</sup> e designado para frequentar o *Infantry Officer Advanced* em *Fort Benning*, nos Estados Unidos<sup>506</sup>, de onde regressou em junho de 1952<sup>507</sup>. Nos dois anos seguintes exerceu as prestigiadas funções de instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais<sup>508</sup> e da Escola de Estado-Maior<sup>509</sup>, até que em dezembro de 1955 foi transferido, por determinação do ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, para a 10ª Circunscrição de Recrutamento<sup>510</sup>, em Alegrete, Rio Grande do Sul. Lá permaneceu até ser movimentado para a Diretoria do Serviço Militar, em setembro de 1957<sup>511</sup>. Promovido ao posto de tenente-coronel em dezembro do mesmo ano<sup>512</sup>, retornou em dezembro de 1958 para a função de instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército<sup>513</sup>.

Sua promoção ao posto de coronel ocorreu em abril de 1964<sup>514</sup> e foi seguida pela designação, em dezembro daquele ano, para o cargo de comandante do 1º Batalhão de

<sup>497</sup> No Ministério da Guerra. *Correio da Manhã*, 28 de fevereiro de 1941, página 7.

<sup>498</sup> *Atos do ministro da Guerra. Correio da Manhã*, 21 de dezembro de 1941, página 15.

<sup>499</sup> *Outros decretos. Correio da Manhã*, 28 de dezembro de 1943, página 2.

<sup>500</sup> *A tropa expedicionária que viaja a bordo do "General Meigs". Correio da Manhã*, 12 de setembro de 1945, página 2.

<sup>501</sup> Decreto-lei nº 6.795, de 17 de agosto de 1944. *Cria, no Exército, as condecorações denominadas Medalha de Guerra, Medalha de Campanha e Cruz de Combate*. A Cruz de Combate era destinada aos militares que se distinguiram em ação, sendo a de 1ª classe para premiar atos de bravura ou espírito de sacrifício no desempenho de missões em combate. *Diário Oficial da União*, 19 de agosto de 1944, seção 1, página 14.537.

<sup>502</sup> *Conquistaram o direito de matrícula. Correio da Manhã*, 21 de abril de 1946, página 10.

<sup>503</sup> *Os diplomados. Correio da Manhã*, 22 de dezembro de 1948, página 7.

<sup>504</sup> *Movimentação de oficiais. Diário de Notícias*, 30 de julho de 1950, página 5.

<sup>505</sup> *Notícias do Exército. Diário de Notícias*, 27 de outubro de 1951, página 5.

<sup>506</sup> *Vão cursar escolas nos Estados Unidos. Diário de Notícias*, 6 de setembro de 1951, página 5.

<sup>507</sup> *Boletim Interno nº 120 da Diretoria do Pessoal do Exército*, de 5 de junho de 1952.

<sup>508</sup> *Boletim Interno nº 185 da Diretoria do Pessoal do Exército*, de 12 de agosto de 1952.

<sup>509</sup> *Boletim Interno nº 23 da Diretoria Geral do Pessoal do Exército*, de 28 de janeiro de 1954.

<sup>510</sup> *Boletim Interno nº 285 da Diretoria Geral do Pessoal do Exército*, de 21 de dezembro de 1955.

<sup>511</sup> *Boletim Interno nº 204, da Diretoria do Pessoal da Ativa do Exército*, de 6 de setembro de 1957.

<sup>512</sup> *Promoções de Natal no Exército. Correio da Manhã*, 27 de dezembro de 1957, página 2.

<sup>513</sup> *Boletim Interno nº 286, da Diretoria do Pessoal da Ativa do Exército*, de 26 de dezembro de 1958.

<sup>514</sup> *Notícias do Exército. Diário de Notícias*, 28 de abril de 1964, página 6.

Guardas, no Rio de Janeiro<sup>515</sup>. Lá permaneceu por três anos, deixando a unidade para assumir a posição de adido militar junto à representação diplomática do Brasil nos Estados Unidos<sup>516</sup>. Finalmente, em março de 1969, Abreu alcançaria o posto de general de brigada<sup>517</sup>, sendo nomeado para comandar a 2ª Brigada de Infantaria Mista<sup>518</sup>, em Corumbá, no estado do Mato Grosso. Sua permanência na nova unidade foi breve. No início de dezembro seu nome foi sugerido pelo ministro Orlando Geisel para assumir o comando da Brigada Aeroterrestre<sup>519</sup>.

Permaneceu nessa posição até o ano de 1974, quando foi convidado para a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República no governo do general Ernesto Geisel. A cerimônia para sua despedida da Brigada Paraquedista foi realizada às dez horas e trinta minutos do dia 11 de março de 1974, quando passou o cargo, interinamente, ao coronel Arídio Martins, seu chefe de estado-maior. Ao se despedir da tropa, Abreu assim se manifestou:

É com emoção que hoje, após quatro anos e dois meses à frente desta Grande Unidade, despeço-me de todos meus companheiros paraquedistas: oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados. Ofereço meus agradecimentos, minha admiração, meu elogio, de um soldado para soldados, a todos vocês, integrantes desta extraordinária tropa, cujo valor e alto espírito de disciplina a situam em nível destacado entre as melhores Grandes Unidades Paraquedistas de todo o mundo.

Agradeço a excelente e honesta colaboração sempre eficiente da Força Aérea Brasileira, particularmente da V Força Aérea de Transportes Aéreos, companheira inseparável em todas as missões aeroterrestres, tanto nos momentos de festas, quanto nas dificuldades. Neste momento não posso deixar de extravasar o orgulho em ter permanecido tanto tempo como comandante da nossa Brigada Paraquedista, por ter podido identificar-me com seu espírito de soldado de escol, por ter podido colocar o coração no compasso de sua extraordinária vibração, por ter conseguido – e porque não dizer – jamais desapontá-los em suas aspirações mais legítimas.

Olhando para trás, lembrando os quatro anos de labor intenso, nos quais tive a honra de conviver com vocês e ser considerado também um soldado paraquedista – sinto que talvez não tenha podido fazer pela nossa Brigada tudo o que deveria ter sido feito. Estejam certos, porém, de que dei ao cumprimento da missão a mim confiada toda minha capacidade, todo esforço, e todo entusiasmo de minha alma de soldado. Não duvido, porém, de que muito recebi, muito lucrei, muito aprendi no convívio diário com tão magníficos comandados. Levo comigo para o futuro, para o desempenho das missões que o destino me reservou, todas as lições aqui aprendidas – as de lealdade insofismável, fé, coragem e determinação. Essas virtudes são o apanágio da tropa paraquedista.

No passar de quatro anos estive com vocês e fui um soldado paraquedista. Juntos sentimos a violência dos choques das aterragens. E quantas vezes sentado com vocês no avião, ombreando com oficiais e praças, senti a profunda emoção de admirar em seus olhares a confiança e orgulho pela presença de seu comandante.

Afasto-me hoje de vocês para o cumprimento de nova missão: a de chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Sinto-me realizado como militar. Em todos os meus quarenta anos de serviço, vividos na paz e na guerra, jamais pude em

<sup>515</sup> *Notícias do Exército. Diário de Notícias*, 17 de dezembro de 1964, página 14.

<sup>516</sup> *Notícias do Exército. Diário de Notícias*, 18 de fevereiro de 1967, página 5.

<sup>517</sup> *Notícias do Exército. Diário de Notícias*, 26 de março de 1969, página 12.

<sup>518</sup> *Nomeações na área militar. Diário de Notícias*, 11 de abril de 1969, página 3.

<sup>519</sup> *Generais em novas comissões. Diário de Notícias*, 4 de dezembro de 1969, página 12.

outra ocasião sentir-me mais soldado. Sinto-me ufano e orgulhoso de ter comandado a Brigada Paraquedista. Ela, sem dúvida, é uma Grande Unidade disciplinada, exemplarmente adestrada e possui o mais alto espírito combativo, modelo de um grande Exército. Seu lema diz bem do valor e do espírito de sacrifício desta tropa extraordinária: “Brasil acima de tudo”<sup>520</sup>.

O longo tempo no comando da Brigada Paraquedista constitui uma das possibilidades de explicação da liderança e influência que ele continuou exercendo junto à tropa. Enquanto o tempo máximo em comissões de comando beira os dois anos, Abreu permaneceu nada menos do que quatro anos e dois meses à frente da brigada – e duas circunstâncias fornecem o porquê dessa permanência prolongada: em primeiro lugar, não havia no Exército oficiais-generais habilitados a saltar de paraquedas ou que tivessem disposição ou condições físicas para realizar o curso de paraquedismo; por outro, as operações conduzidas no Araguaia não recomendavam a mudança de comando da unidade, que constituía então uma peça estratégica naquelas ações.

Hugo Abreu foi empossado no cargo de chefe do Gabinete Militar da Presidência da República em 15 de março de 1974<sup>521</sup>. Durante o período em que esteve à frente do gabinete, destacou-se, entre outros episódios, pela participação na exoneração do ministro do Exército, general Sílvio Frota, encerrando aquela que foi chamada de “a mais grave crise” do regime militar, resultante da dissensão do ministro com o governo, motivada pelo debate sobre a sucessão presidencial. Ocupando, além da chefia do Gabinete Militar, a secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, Abreu comandou, em nome do presidente, o delicado processo de demissão de Frota, desde a leitura da nota oficial comunicando o fato até as articulações dentro do próprio Exército, com o intuito de eliminar possíveis núcleos de resistência solidários ao ex-ministro. Sua aproximação com a Brigada Paraquedista, sustentada pela fidelidade que gozava junto à tropa, levou-o a convocar a unidade para a situação de prontidão nos momentos mais tensos do caso.

No início do ano seguinte, o general João Batista Figueiredo foi indicado como candidato oficial do governo às eleições presidenciais indiretas que se realizariam em 15 de outubro de 1978. Discordando da indicação, Hugo Abreu apresentaria, já em 3 de janeiro, seu pedido de dispensa da chefia do Gabinete Militar, alegando que ao articular a exoneração do ministro Sílvio Frota julgara que a medida não visava beneficiar nenhuma outra candidatura à presidência, propósito que alegou sentir burlado com a indicação de Figueiredo. No dia seguinte deixou o cargo, sendo no mês seguinte nomeado subchefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército.

---

<sup>520</sup> *Hugo se despede dos paraquedistas na Vila. Diário de Notícias*, 12 de março de 1974, página 18.

<sup>521</sup> *Geisel toma posse ante o Congresso. Jornal do Brasil*, 16 de março de 1974, página 2.

Sua posição encontrou ecos no seio do Exército, intensificando as dissidências que já abandonavam o apoio ao regime implantado em 1964. Na legenda do próprio partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional, o senador José de Magalhães Pinto se lançou como candidato civil à sucessão, percorrendo o país a fim de dar impulso à própria campanha. Ao mesmo tempo, entre os grupos militares que se opunham ao nome de Figueiredo, começava a ser articulada a candidatura do general da reserva Euler Bentes Monteiro. Abreu, com postura já assumidamente antigovernista, começou a se destacar como um dos principais articuladores da candidatura de Bentes, lançada inicialmente pela Frente Nacional de Redemocratização, mas que acabou recebendo o apoio do Movimento Democrático Brasileiro, que a aprovou oficialmente em sua convenção nacional de 28 de agosto de 1978.

Aos 61 anos de idade, dos quais 44 passados na caserna, Hugo Abreu se transformaria agora em um personagem constante no noticiário político, chegando a ser descrito como “o adversário mais renitente da candidatura Figueiredo”<sup>522</sup>. Seria visto em companhia do senador Magalhães Pinto e do general Euler Bentes Monteiro, candidato de sua preferência à Presidência da República. Embora evitasse conceder entrevistas, resguardando-se das restrições impostas pelo regulamento militar, travava constantes conversas com políticos e jornalistas.

Manter precauções, entretanto, não parece ter sido o ponto mais forte de sua personalidade. Tanto que, pouco antes das eleições do dia 2 de outubro, surgiria contra Abreu uma acusação de transgressão contra o regulamento disciplinar do Exército, por ter enviado a outros oficiais-generais um documento onde esclarecia o motivo de sua demissão do Gabinete Militar e acusava de corrupção e abuso de poder vários integrantes do governo. A infração lhe renderia vinte dias de prisão disciplinar – cumprida em sua própria residência, conforme o regulamento prescrevia para sua posição – durante os quais receberia visitas de solidariedade de diversos oficiais paraquedistas.

A revolta com o governo animava muitos desses oficiais. Um deles, em entrevista a um semanário, chegaria a afirmar que a prisão fora determinada por “burocratas que nunca deram tiro nem de festim”<sup>523</sup>. Mas o fato é que as reações dos paraquedistas se resumiriam a tais visitas e declarações, que assim como podem testemunhar o apreço e a admiração em relação ao antigo e carismático comandante, também podem ser apresentadas como uma última prova do sucesso de Abreu na pacificação da tropa, que apesar das manifestações de

---

<sup>522</sup> *Quem é o general Hugo Abreu. Manchete*, n. 1.379, 23 de setembro de 1978, página 25.

<sup>523</sup> *Hugo Abreu foi preso por burocratas que nunca deram nem tiro de festim. Movimento*, 16 a 22 de outubro de 1978, página 7.

apoio, manter-se-ia letárgica em relação à prisão. Outro oficial declararia que a cisão de Abreu com o governo havia transformado a Brigada Paraquedista em um “barril de pólvora”<sup>524</sup>, mas, exceto pelas demonstrações de solidariedade, de resto anônimas, e alguns depoimentos à imprensa nas mesmas condições, nenhum movimento mais brusco foi feito em relação à punição imposta ao general. Aparentemente, já se fora o tempo em que havia paraquedistas dispostos a comprometer a carreira militar em razão da luta política.

Após o cumprimento da pena, Abreu prestaria declarações à imprensa, afirmando que considerava a punição um ato político, em represália ao fato de haver ele assumido uma posição definida em favor da redemocratização do país. Não obstante todo o esforço, o general viu seu candidato ser derrotado nas eleições indiretas de 15 de outubro seguinte, recebendo 226 votos do Colégio Eleitoral, contra 355 alcançados pelo vencedor. Assim, em 15 de março de 1979, João Batista de Oliveira Figueiredo assumiria a Presidência da República, iniciando seu extenso mandato de seis anos à frente do Poder Executivo brasileiro.

Dez dias antes da posse de Figueiredo, Abreu ainda provaria do mesmo remédio aplicado a Sílvio Frota: seria transferido para a reserva, por meio de um decreto assinado pelo presidente Geisel em 5 de março de 1979. Oficialmente, o ato se dava em decorrência de seu nome ter sido retirado pela segunda vez da lista de oficiais candidatos à promoção ao posto de general de exército<sup>525</sup>, o que implicaria a passagem obrigatória para a inatividade; por outro lado, parecia claro se tratar da mesma estratégia aplicada para tirar de cena o antigo ministro.

Em 14 de março, véspera da posse de Figueiredo, Hugo Abreu deixaria a subchefia do Departamento-Geral de Pessoal do Exército, sendo substituído pelo general Geraldo Knaak de Sousa, passando então oficialmente à reserva. Mas não abandonaria de imediato a cena política. No mês seguinte, lançaria no Rio de Janeiro seu primeiro livro, intitulado *O outro lado do poder*, tratando sobre o período em que servira no Gabinete Militar da Presidência da República. Em suas páginas figuravam novas acusações contra colaboradores de Geisel<sup>526</sup>. Sob a alegação de que as revelações infringiam normas hierárquicas e disciplinares, o então ministro do Exército, Walter Pires, penalizou-o, em 7 de maio de 1979, com uma nova prisão pelo período de vinte dias, dessa feita nas dependências do quartel-general da 1ª Divisão do Exército, na Vila Militar do Rio de Janeiro<sup>527</sup>. Após o cumprimento da pena, Abreu concederia uma entrevista à imprensa, manifestando-se

<sup>524</sup> *Paraquedistas: democracia, volver?. Movimento*, 16 a 22 de outubro de 1978, página 7.

<sup>525</sup> As promoções em questão beneficiaram os generais-de-divisão Ernani Airoso, Walter Pires de Albuquerque e João Baptista Figueiredo, sendo preteridos Hugo Abreu e Andrade Serpa, embora os dois ocupassem melhores posições no almanaque do Exército.

<sup>526</sup> *Livro traz 12 acusações. Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1979, página 21.

<sup>527</sup> *Hugo Abreu volta à prisão por 20 dias. Jornal do Brasil*, 8 de maio de 1979, página 1.

favorável à anistia e contrário à reforma eleitoral, que considerava inútil se processada fora de um regime democrático. Revelaria ainda seu intuito de escrever outro livro, seguindo a mesma linha do anterior, do qual já possuía inclusive um esboço, elaborado durante o período em que estivera preso<sup>528</sup>.

O general, que há quase uma década se tornara figura constante no noticiário político nacional, retirou-se então da vida pública para o apartamento que possuía em Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, disposto a se dedicar ao projeto do novo livro. No entanto, não viveria tempo suficiente para vê-lo publicado. Poucos meses depois, em um domingo, 2 de dezembro de 1979, Abreu compareceu à festa de aniversário de um de seus netos, e os familiares que o viram naquela ocasião o descreveriam como bastante bem-disposto e animado. Porém, no dia seguinte, após o jantar, começou a vomitar enquanto transcrevia originais para sua obra. Encaminhado para o hospital Procardíaco, em Botafogo, foi internado no centro de tratamento intensivo da unidade, onde permaneceu até a tarde de terça-feira, quando foi levado para a Santa Casa de Misericórdia, a fim de realizar uma tomografia. O exame constatou um edema, provocado por acidente vascular cerebral. Transferido para o hospital Samaritano, foi ainda submetido a uma cirurgia a fim de instalar um dreno e manter a circulação sanguínea. Sem sucesso; apesar dos esforços médicos, Abreu viria a falecer às dezesseis horas e 45 minutos do dia 5 de dezembro de 1979<sup>529</sup>.

As rusgas com o governo lhe renderam um enterro sem as devidas honras militares, alegadamente “porque o Exército não ofereceu nem a família pediu”. Entre as manifestações oficiais, destaca-se a do desafeto João Figueiredo, que laconicamente afirmava “lamentar, pela família”, a morte do general. Na tarde de 6 de dezembro de 1979, Hugo de Andrade Abreu foi sepultado no jazigo número 12.603 do cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Apesar da negligência oficial, diversos generais compareceriam à cerimônia, que foi acompanhada por cerca de duzentas pessoas, entre as quais muitos de seus ex-comandados na Brigada Paraquedista e pracinhas integrantes da Associação Nacional dos ex-Combatentes. Esses formaram na saída da capela e prestaram sua última continência na passagem do ataúde, coberto com a bandeira brasileira, no qual descansava o corpo do general<sup>530</sup>.

Uma última anedota merece ser narrada, no mínimo como prova da personalidade combativa do velho oficial. Em uma conversa com Geisel, Abreu transmitira sua inquietação

---

<sup>528</sup> *Hugo Abreu passa o fim de semana com parentes e pede anistia para pacificação. Jornal do Brasil, 28 de maio de 1979, página 2.*

<sup>529</sup> *Hugo Abreu morre após 24 horas em coma. Jornal do Brasil, 6 de dezembro de 1979, página 5.*

<sup>530</sup> *General Hugo Abreu tem enterro simples e com homenagem de pracinhas. Jornal do Brasil, 7 de dezembro de 1979, página 2.*



com informações que teria recebido sobre alegados “atos de corrupção” do ministro Golbery do Couto e Silva. Geisel lhe deu essa resposta: “o general Golbery ganhava mais de 100.000 contos na *Dow Chemical*! Ele trocou esse salário fabuloso pela chefia do Gabinete Civil, para ganhar muito menos”. Abreu insistiu: “mas no Gabinete Civil o general Golbery poderá até prestar melhores serviços a *Dow*...”. Então, irritadíssimo, o presidente bateu com as duas mãos na mesa e explodiu: “assim não é possível conversar com o senhor!”<sup>531</sup>.

Seu segundo livro, *Tempo de crise*, foi publicado alguns meses após sua morte<sup>532</sup> e figurou entre os dez mais vendidos na categoria não-ficção no ano de seu lançamento (Paz, 2019: 10). Sua esposa, Consuelo Abreu, redigiu o prefácio da obra, lançada pela editora Nova Fronteira em 1980. Na capa, um Hugo Abreu sorridente, com farda de campanha e equipamento aeroterrestre, aguarda no Campo dos Afonsos o embarque para um salto de paraquedas. Na fotografia, o general está sentado no solo, ao ar livre – uma postura mais do que rara entre oficiais do seu grau hierárquico– encarnando o papel que aparentemente mais lhe agradava: o de um soldado entre seus soldados.

### 6.3 A SAGA DO ARAGUAIA

A participação na tentativa de resgate do avião *Presidente*, acidentado na região amazônica em abril de 1952, pode ser considerada a matriz das operações da tropa paraquedista em áreas de selva. Naquela oportunidade, foi considerada a possibilidade de prover socorro, com a agilidade conferida pelo desembarque por paraquedas, em regiões de difícil acesso. Foi então constatado que os homens empregados também deveriam ser capazes de cumprir certas missões especiais, como enfrentar adversidades, sobreviver em áreas hostis e se orientar em locais remotos. Essas diretrizes, somadas ao ideal de desenvolvimento das forças de operações especiais ao longo da década de 1960, orientaram a criação dos cursos de operações especiais e ações de comandos, que por sua vez inspiraram a implantação de uma segunda fase na formação dos soldados paraquedistas, composta por atividades militares em áreas de mata.

Esses projetos consolidariam a concepção da tropa paraquedista como um corpo apto para operar em regiões de selva, bem como para enfrentar forças insurretas naquele

<sup>531</sup> *Sonegação de 120 milhões*. Veja, 7 de junho de 1978, página 29.

<sup>532</sup> No primeiro livro, intitulado *O outro lado do poder*, Hugo Abreu faz um relato dos principais acontecimentos que presenciou durante o tempo que exerceu a função de Chefe do Gabinete Militar do governo Geisel. *Tempo de crise*, o segundo livro, continua discutindo algumas dessas questões, mas também concede destaque para a crise sucessória e os atritos com os generais João Baptista Figueiredo e Sylvio Frota, além de expor sua percepção a respeito da corrupção e dos desmandos do governo para com o dinheiro público.

ambiente. Com tal reputação, a Brigada Paraquedista seria chamada a participar dos confrontos ocorridos na região do Araguaia nos primeiros anos da década de 1970, evento que constituiria a grande saga do seu tempo.

### 6.3.1 PRIMÓRDIOS: ARAGARÇAS E JACAREACANGA

Ainda que na tragédia do avião *Presidente* não houvesse maior conotação política, dois episódios subsequentes, ambos ocorridos na segunda metade da década de 1950, levaram os paraquedistas de volta à região amazônica, agora como força de reação militar. Tratam-se das revoltas de Jacareacanga e Aragarças, sintetizadas nas linhas seguintes.

#### 6.3.1.1 A Revolta de Jacareacanga

A segunda oportunidade de emprego dos paraquedistas em ações em área de selva surgiria em 1956, e dessa feita a conotação política era evidente. Um breve histórico da ação reúne os seguintes lances: após o chamado “golpe preventivo” de 11 de novembro de 1956, Juscelino Kubitschek confirmaria nos cargos os dois principais articuladores do movimento que viabilizou sua posse: o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, e o comandante do I Exército, general Odílio Denys, mantidos nessas posições por quase todo o seu mandato. Entretanto, ao assumir a presidência, Juscelino se defrontaria com uma rebelião deflagrada por oficiais da Aeronáutica, que reclamavam sua deposição (Burnier, 1993: 49).

Na noite de 10 de fevereiro de 1956, um sábado de Carnaval, um grupo de oficiais da Força Aérea, liderados pelo major Haroldo Veloso e pelo capitão José Chaves Lameirão, partiram do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, instalando-se na base aérea de Jacareacanga, no sul do Pará. Encontrando pouca resistência, e contando com a cumplicidade de colegas de farda, os revoltosos também tomariam posse dos aeródromos das localidades de Itaituba, Belterra e da cidade de Santarém, esse último uma importante escala na rota Belém-Manaus. Ao tomar conhecimento das invasões, o governo federal decidiu adotar uma reação enérgica: a Aeronáutica enviou efetivos para ocupar os demais aeródromos da região e o Exército deslocou um contingente de paraquedistas para Belém<sup>533</sup>.

A intervenção dos paraquedistas no episódio recebe certa relevância nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, bem como em alguns testemunhos esparsos. Entretanto,

---

<sup>533</sup> Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*, volume 1, dezembro de 2014, página 92.

depoimentos contemporâneos aos acontecimentos sugerem uma participação absolutamente irrelevante, exceto se julgado o aspecto “psicológico” da ação<sup>534</sup>. O que essas narrativas afirmam é que os paraquedistas nem mesmo chegaram a serem empregados para debelar o levante. Após alguns sobrevoos sobre as bases de Santarém e de Jacareacanga, foi constatado que a descida de paraquedas não poderia ser realizada em segurança em nenhum dos dois locais, pois os troncos das árvores ao redor das pistas, logo seguidos da densa floresta, tornavam impraticável a operação<sup>535</sup>.

Assim, seria um franco exagero a informação de que a rebelião teria sido “esfrangalhada graças à intervenção das tropas paraquedistas” (Argolo, 2008: 63). Claro até aqui é que o imaginário a respeito da tropa se alimenta desse tipo de informação, visto que coerente com seus mitos. Após um imbróglio de quase vinte dias, no qual os confrontos mais enérgicos não passaram do campo das bravatas, o episódio foi encerrado no dia 29 de fevereiro. Apaziguando os ânimos, o presidente Juscelino Kubitschek enviaria um anteprojeto ao Congresso, concedendo anistia a todos os envolvidos<sup>536</sup>.

### 6.3.1.2 A Revolta de Aragarças

A “Revolta de Aragarças” foi chefiada pelo então tenente-coronel da Força Aérea Brasileira João Paulo Moreira Burnier, e na prática consistiu na ocupação, por pouco mais de 24 horas, do aeródromo de Aragarças, em Goiás. O episódio durou apenas da noite de 2 de dezembro até a madrugada de 4 de dezembro de 1959. Seu estopim teria sido a decisão de Jânio Quadros, presidenciável apoiado pela União Democrática Nacional, de renunciar à candidatura para a disputa eleitoral de outubro de 1960. Os militares entenderam que a desistência permitiria a Juscelino Kubitschek eleger seu sucessor e perpetuar seu partido no controle do país<sup>537</sup>.

O movimento eclodiu em três frentes. Na base aérea do Galeão, oficiais da Aeronáutica se apoderaram de três *Douglas C-47*, rumando para Aragarças. Ao mesmo tempo, em Belo Horizonte, outros oficiais tomaram um *Beechcraft* particular, que seguiu para

<sup>534</sup> *Em Fortaleza os paraquedistas. Correio da Manhã*, 24 de fevereiro de 2019, página 1.

<sup>535</sup> *Iniciada a operação de Jacareacanga. Correio da Manhã*, 24 de fevereiro de 1956, página 7.

<sup>536</sup> Decreto Legislativo nº 22, de 1956. *Concede anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 10 de novembro de 1955 até 1º de março de 1956. Diário Oficial da União*, 24 de maio de 1956, seção 1, página 10.409.

<sup>537</sup> *Em 1959, militares sequestraram avião com passageiros e tentaram derrubar JK*. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/em-1959-militares-sequestraram-aviao-com-passageiros-e-tentaram-derrubar-jk>>. Acesso em 16 de julho de 2019.

o mesmo destino, assim como um avião comercial da *Panair* que foi sequestrado no Rio de Janeiro pelo major Teixeira Pinto e pelo civil Charles Herba. Na estratégia traçada pelos revoltosos, essa última aeronave teria a missão de buscar combustível em outras bases e servir para a fuga, caso a rebelião fracassasse (Burnier, 1993: 43 e seguintes).

Embora encontrasse apoio no destino, o plano rebelde esbarrou em sérias dificuldades. Os aeroportos de Jacareacanga e Santarém foram preventivamente controlados por tropas militares, e na madrugada de 4 de dezembro, informados de que o governo enviaria paraquedistas para as imediações de Aragarças, os rebeldes tomaram os aviões e fugiram. Alguns seguiram para o Paraguai, outros para a Bolívia e a Argentina. Em seguida à partida, um grupo de quarenta paraquedistas desembarcou em Aragarças, recuperando o controle da localidade e de seu campo de pouso<sup>538</sup>. Poucos dias depois, Jânio Quadros anunciou que era de novo candidato presidencial, vencendo a disputa eleitoral de 1960 e esfriando os ânimos conspiratórios das Forças Armadas.

Em abril de 1960, a bancada da União Democrática Nacional apresentaria um pedido para que os participantes da rebelião fossem anistiados, mas a proposta seria recusada pela maioria do Congresso. Do exílio, os rebeldes também anunciaram não estar interessados no projeto de anistia. Burnier, Veloso e os outros “revolucionários” só retornariam ao Brasil no primeiro semestre de 1961, quando Jânio Quadros ocupou a presidência. Detidos na chegada, foram postos em liberdade após argumentar que a finalidade da revolta de Aragarças teria sido evitar o êxito de uma rebelião “esquerdista” (Burnier, 1993: 43 e seguintes).

### 6.3.2 ARAGUAIA

É com tais experiências pregressas, já então situadas a mais de uma década, que a Brigada Paraquedista se veria inserida no conflito que ocorreu nos primeiros anos da década de 1970 na região do Araguaia, e que consistiria na experiência de combate mais realista já vivida pela unidade.

Fugiria ao escopo deste trabalho apresentar com minúcias as circunstâncias do episódio que ficaria conhecido como *Guerrilha do Araguaia*. Pesquisas mais amplas sobre o tema, às quais o leitor interessado no tema poderá se remeter, constam dos relatórios da *Comissão Nacional da Verdade* e da *Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos*. No âmbito acadêmico, a tese defendida por Hugo Studart Corrêa junto ao Programa

---

<sup>538</sup> *Comissão Nacional da Verdade. Relatório*, volume 1, dezembro de 2014, página 93.

de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Brasília, intitulada *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*, também apresenta um apreciável volume de informações. O resumo que se segue, embora deixe de lado as pertinentes análises elaboradas por Corrêa, utiliza a cronologia de eventos por ele apresentada, dividindo a campanha militar em cinco episódios<sup>539</sup> de ações operacionais<sup>540</sup>, nos quais se dão os seguintes eventos.

### 6.3.2.1 Primeira Campanha: Operação Peixe (março a maio de 1972)

A primeira campanha foi iniciada em 25 de março de 1972, quando os militares chegaram ao Araguaia para investigar informações relativas à presença de focos de guerrilha na região. Dela participaram cerca de 120 homens, quase todos recrutas, pertencentes ao 2º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Belém, contando ainda com uma equipe de 47 militares da Força Aérea Brasileira, enviada para fornecer apoio de transporte e comunicações. Também se registra a participação de paraquedistas nessa operação, com os seguintes efetivos e atribuições: um destacamento de forças especiais, com emprego previsto especificamente em ações denominadas de “caça”, e uma companhia de infantaria, encarregada de mobilizar pontos de bloqueio e realizar vasculhamentos na região norte da Serra das Andorinhas<sup>541</sup>.

Concomitantemente, a 3ª Brigada de Infantaria, sediada no Comando Militar do Planalto, enviaria para a região uma equipe de inteligência sob a chefia-operacional do capitão Lício Augusto Ribeiro Maciel, um oficial paraquedista em serviço naquela unidade. Essa equipe foi reforçada por trinta agentes do Centro de Informações do Exército, além de quinze integrantes do Centro de Informações da Aeronáutica e outros cinco do Centro de Informações da Marinha. Registra-se que as equipes de inteligência teriam se recusado a trabalhar sob as ordens do preposto da 8ª Região Militar, tendo em vista a ascendência hierárquica de seus chefes, oficiais-generais, sobre os comandantes locais. O embate foi deslindado com a criação de uma operação paralela, denominada *Operação Ouriço*.

<sup>539</sup> Corrêa relaciona as seguintes ações militares: *Operação Peixe*, *Operação Presença*, *Operação Papagaio*, *Operação Marajoara* e *Operação Sucuri*. Por sua vez, o documento *Memória reveladas*, elaborado pelo Arquivo Nacional, relaciona onze ações militares: *Operação Mesopotâmia*, *Operação Peixe*, *Operação Presença*, *Operação Ouriço*, *Operação Papagaio*, *Operação Marajoara*, *Operação Extermínio*, *Operação Limpeza*, *Operação Sucuri*, *Operação Axixá*, e *Operação Cigana*, conduzidas entre os anos de 1972 e 1975.

<sup>540</sup> Corrêa considera uma sexta campanha, denominada *Operação Limpeza*, que constaria da supressão de corpos e de documentos, em sucessivas ações que se iniciaram em 1975 e prosseguiram até a década de 1990 (Corrêa, 2013: 576). Não é citada a participação da tropa paraquedista nessa operação.

<sup>541</sup> *Centro de Informações do Exército*. Radiograma nº 288 E/2, de 9 de junho de 1972.

A operação resultou na prisão de nove guerrilheiros, e sofreu como revés o assassinato do cabo Odílio Cruz Rosa, quando sua patrulha foi surpreendida na mata, em 8 de maio de 1972. Na mesma emboscada, um sargento também foi ferido<sup>542</sup>. Em fins de maio, foram mortos um barqueiro da região e um morador de Xambioá que havia sido preso pela Polícia Militar de Goiás – o laudo oficial apontou “suicídio” como causa dessa segunda morte. Em seguida, o ministro do Exército, Orlando Geisel, emitiu ordens para retirada da tropa de recrutas da região.

#### 6.3.2.2 Operação Presença (junho a setembro de 1972)

Constatada a existência do foco de guerrilha, o governo promoveria ajustes nos efetivos militares. Duas equipes do destacamento de forças especiais da Brigada Paraquedista foram deslocadas para o sul do Pará com a missão de resgatar o corpo do cabo Rosa, recebendo ainda a incumbência de assumir o controle das operações. Assim, no final do mês de maio de 1972 as tropas da 8ª Região Militar seriam retiradas do local, enquanto os paraquedistas lá permaneceriam até o mês de setembro. Adicionalmente, seriam enviados para a região cerca de cem homens da 3ª Brigada de Infantaria, de Brasília, e do 10º Batalhão de Caçadores, de Goiânia.

As Forças Armadas também desenvolveriam no mesmo período as chamadas ACISOs – Ações Cívico-Sociais – enviando médicos, dentistas, equipes de combate à malária e de técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para demarcação de terras, além de promoverem mutirões para a emissão de registros de nascimento, casamento e carteiras de identidade. Isso ocorreria entre junho e agosto de 1972, no âmbito da chamada *Operação Presença*. Nesse período, quatro guerrilheiros seriam mortos na mata, em confronto armado com os paraquedistas.

Na manhã de 2 de junho, na região de Caiano, também foi morto o civil Gurjão Farias. "Houve um encontro entre um bando armado composto por quatro terroristas e elementos das forças especiais da Brigada Paraquedista, tendo sido morto Farias (codinome Jorge) e ferido outro terrorista. Os demais fugiram levando o ferido", diria um relatório, que ainda descreve uma emboscada na qual morreu o guerrilheiro e militante do Partido Comunista do Brasil, Idalísio Filho, no dia 12 de julho<sup>543</sup>.

---

<sup>542</sup> *Relatório das operações contraguerrilhas realizadas pela 3ª Brigada de Infantaria de Selva no sudoeste do Pará*. 3ª Brigada de Infantaria, 30 de outubro de 1972, página 9.

<sup>543</sup> *Documento comprova ação do Exército na guerrilha do Araguaia*. *O Globo*, 3 de dezembro de 1992.

### 6.3.2.3 Operação Papagaio (15 de setembro a 7 de outubro de 1972)

Desde 1965, as Forças Armadas realizavam manobras conjuntas, sempre com enfoque na segurança interna. No ano de 1972, o Estado-Maior do Exército, acatando sugestões do Comando Militar do Planalto, decidiu que o treinamento seria realizado em um teatro de operações real, na região do Bico do Papagaio, confluência dos rios Araguaia e Tocantins. Assim nasceu a *Operação Papagaio*, coordenada pelos comandos militares do Planalto e da Amazônia, com a participação de unidades do IV Exército, do Comando Militar da Amazônia, da Brigada Paraquedista e de elementos de apoio aéreo e naval<sup>544</sup>.

Foram deslocadas para a região tropas de nove estados, somando 3.250 homens – a maior mobilização militar desde a 2ª Guerra Mundial. A Marinha enviou o Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro e a Aeronáutica forneceu apoio aéreo. Os órgãos de informações das Forças também enviaram equipes de inteligência. A manobra foi realizada no quadro tático da guerra revolucionária em ambiente de selva, comportando operações contraguerrilha, ocupação de pontos e suprimento da tropa pelo ar, além do desencadeamento de operações psicológicas e novas ações cívico sociais<sup>545</sup>. Os militares deixariam a região após vinte dias, contando-se oito guerrilheiros mortos, todos em confronto armado.

### 6.3.2.4 Operação Sucuri (fevereiro a setembro de 1973)

No final do primeiro semestre de 1973, foi desencadeada outra investida, novamente coordenada pelo Centro de Informações do Exército. Essa operação foi concebida com o objetivo de infiltrar agentes na região do Araguaia, em busca de informações sobre os guerrilheiros. Tratava-se da *Operação Sucuri*, trabalho conjunto da 2ª Seção da 3ª Brigada de Infantaria com a Seção de Operações do Centro de Informações do Exército. O plano foi levado ao ministro do Exército, general Orlando Geisel, que não apenas o aprovou, como também determinou sua execução imediata, deixando claro o apoio incondicional do governo, que autorizaria inclusive a requisição de apoio de quaisquer outros órgãos oficiais<sup>546</sup>.

Assim, entre fevereiro e maio de 1973, foram treinados em Brasília 35 agentes para a infiltração entre a população e os guerrilheiros, em sua maioria sargentos ou cabos com

---

<sup>544</sup> *Relatório da Manobra Araguaia/72*. Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar, novembro de 1972, página 2.

<sup>545</sup> *Relatório da Manobra Araguaia/72*. Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar, novembro de 1972, página 2.

<sup>546</sup> Relatório Especial de Informações nº 1/74, folha 4.

semelhança física com os moradores da região. O general Antônio Bandeira, comandante da 3ª Brigada de Infantaria, acompanhou as fases de concepção, planejamento e treinamento, mas antes do início da infiltração foi nomeado diretor-geral da Polícia Federal, e assim a operação passou a ser comandada exclusivamente pelo general Milton Tavares de Souza.

A operação foi considerada bem-sucedida no que se refere ao levantamento de informes sobre o inimigo, sua localização, rede de apoio, simpatizantes e etc. Com esses dados foram concebidas e planejadas as ações da *Operação Marajoara*<sup>547</sup>.

#### 6.3.2.5 Operação Marajoara (3 de outubro de 1974 a 30 de setembro de 1975)

A *Operação Marajoara* foi delineada pelo Comando Militar da Amazônia/8ª Região Militar, com a cooperação do Centro de Inteligência do Exército. Planejou-se uma operação descaracterizada, nas quais os militares empregados trajariam roupas civis e portariam armamentos e equipamentos diferentes dos convencionalmente empregados pelas Forças Armadas. Os homens que haviam participado da *Operação Sucuri* também se juntaram às frações de combate, executando funções de guias e assessores. A duração e os efetivos empregados seriam flexíveis, ficando subordinados aos resultados alcançados e à avaliações sucessivas que seriam realizadas a cada trinta dias. Duas fases foram planejadas:

- 1ª) prisão e consequente neutralização da rede de apoio da guerrilha; e
- 2ª) vasculhamento e investida nas áreas de depósitos e homizio já conhecidos.

A operação foi desencadeada nos primeiros dias de outubro de 1973, e ao longo de quase um ano empregou um total de 750 homens da Brigada Paraquedista e do Centro de Instrução de Guerra na Selva. O emprego de helicópteros e aviões deu grande mobilidade à tropa e proporcionou rapidez nas ações, surpreendendo os oponentes com a rapidez com que foram executados o desembarque e a infiltração das patrulhas na mata. Em três dias, setenta por cento da rede de apoio estava neutralizada. No fim de uma semana o inimigo sofria as primeiras quatro baixas, perdendo ainda três depósitos na área da rodovia Transamazônica<sup>548</sup>. No início de 1974, a operação já seria considerada exitosa no seu trabalho, castigando os elementos hostis, mantendo-os em fuga ou abatendo-os nas incursões aos seus redutos<sup>549</sup>.

Estima-se como resultado final das ações o saldo de 47 guerrilheiros mortos ou desaparecidos, além de 25 a trinta caídos prisioneiros. O documento *Memórias reveladas*

---

<sup>547</sup> Relatório Especial de Informações nº 1/74, folha 10.

<sup>548</sup> Relatório Especial de Informações nº 1/74, folha 12.

<sup>549</sup> *Serviço Nacional de Informações*. Documento de Informações nº 0222/16/ABE/74, de 23 de janeiro de 1974, folha 2.



computa um total de 72 mortos ou desaparecidos como resultado das ações militares conduzidas no Araguaia entre os anos de 1972 e 1975. Nenhuma baixa foi computada entre os paraquedistas em todo o período de operações.

### 6.3.3 ARAGUAIA: A GRANDE SAGA INSTITUCIONAL DA BRIGADA PARAQUEDISTA

Voltando ao esquema que orienta esta tese, deve ser lembrado que cada uma das fases anteriores da história da tropa paraquedista já havia sido caracterizada pela exaltação de momentos em que sua existência foi colocada – ou antes, foi percebida – como que atravessando certo “estado de risco”. Desde o surgimento da Escola de Paraquedistas, em 1945, diversos obstáculos encontrados pela instituição já haviam sido dramatizados como capítulos de uma saga, com o enredo geralmente composto por conflitos internos e externos, por crises periódicas, ou mesmo pelo confronto com as instâncias hierárquicas superiores na disputa por verbas, recursos e autonomia. Ao lado dos exercícios de instrução, esses percalços constituíam, até então, os verdadeiros motores da história institucional, uma vez que a última atuação do Exército Brasileiro em sua atividade fim – ou seja, a guerra contra um inimigo externo declarado – fora no *front* italiano, durante a Segunda Guerra Mundial, antes mesmo do nascimento da tropa aeroterrestre.

Assim, os paraquedistas haviam atravessado praticamente 25 anos de dura preparação para uma atividade nunca realizada. No Araguaia, pela primeira vez, surgiria a oportunidade para a produção de narrativas que não apenas descrevessem as realizações ímpares do grupo, mas também para que se fantasiassem suas possibilidades, para que se concedesse espaço para emergência de heróis e para que se justificassem os consideráveis esforços individuais e coletivos que haviam sido dispendidos até então. É por isso que o episódio pode ser pensado como a grande saga organizacional de sua época: mais do que a pura lembrança dos eventos, seu legado se daria na forma de histórias verdadeiras de combate, que mesmo compartilhadas através de alegorias, poderiam condensar um série de percepções e sentidos sobre a organização.

As sagas fornecem elos simbólicos que conectam os membros de uma instituição, e para cumprirem essa função precisam ser compartilhadas (Braga, 1995: 221). Um obstáculo compreensível a esse processo, dadas as circunstâncias, é que muitos eventos daquele período permaneceram envoltos em sigilo. O que já foi desvelado pelos pesquisadores a seu respeito se deu através do acesso aos maços documentais que foram conservados, bem como do testemunho de participantes do episódio e da pesquisa exploratória de jornais e revistas da

época. Para além desses, e ao menos no que se refere aos objetivos deste trabalho – ou seja, a investigação da cultura institucional – existe ainda outro material, que permite vislumbrar, se não a realidade histórica, ao menos seus efeitos culturais, que no caso presente constitui um objeto de grande interesse.

A exaltação da saga do Araguaia pode então ser encontrada em outro campo, ainda que mais folclórico, não menos importante: os chamados *cânticos de guerra*<sup>550</sup>. Nesse material, conservado pela tradição oral, encontram-se elementos de impressionante vividez em relação ao que pode ser considerado como realidade dos fatos. Em época tão longínqua da campanha quanto os anos 2010, quando nenhum dos combatentes que participaram do episódio se encontrava mais no serviço ativo, os recrutas paraquedistas ainda repetiam os seguintes versos, cantados ritmicamente, a plenos pulmões, durante as longas corridas em formação pela Vila Militar ou pelas ruas dos bairros vizinhos:

Foi em Xambioá, foi em Xambioá  
 No Araguaia, Xambioá  
 Quem nunca ouviu falar que fique agora a escutar  
 Contos de glória que agora eu vou contar  
 Quando eu era pequeno ouvi meu pai a me contar  
 Ei meu filho lá estive a atuar  
 Vi guerrilheiro na selva a tombar  
 E para casa nunca mais voltar...  
 A guerrilha não era brincadeira  
 Era patrulha, patrulha a noite inteira  
 Alguns de nós eram faca na caveira<sup>551</sup>  
 O perigo em todo canto a rondar  
 Paraquedistas chegavam pelo ar  
 A todo momento um sinal de congelar  
 Cabo mateiro<sup>552</sup> lá na frente a avisar  
 Tem guerrilheiro de tocaia a emboscar  
 Ordem à patrulha na mata se infiltrar  
 A fadiga, a sede e a fome  
 Carapanã<sup>553</sup>, muito charco e lamaçal  
 Mas mesmo assim sustentei meu para-fal<sup>554</sup>  
 Ovi os guerrilheiros lá de Xambioá  
 Durante muitas noites meu nome a gritar

<sup>550</sup> Mesmo uma manifestação de natureza essencialmente espontânea como o “cântico de guerra” é avocada pela administração militar, sofrendo regulamentação e sendo assim definida: “é uma composição musical com letra e característica marcial, não necessitando de vinculação específica com qualquer instituição ou organização militar. O cântico de guerra evoca feitos, tradições e anseios do Exército Brasileiro, com o objetivo de despertar na tropa, sentimentos patrióticos e virtudes militares. Deve possuir, preferencialmente, de duas a três estrofes”. *Comandante do Exército*. Portaria nº 708, de 22 de junho de 2016. *Aprova as normas para julgamento e aprovação de obras musicais militares (EB 10-N-01.003) e dá outras providências*. Boletim do Exército nº 38, de 23 de setembro de 2016.

<sup>551</sup> Ou seja, *comandos*, uma alusão ao distintivo da especialidade – um crânio humano atravessado por um punhal.

<sup>552</sup> Militar da localidade, que atuava como guia para as patrulhas na floresta.

<sup>553</sup> Mosquito da região amazônica.

<sup>554</sup> O ParaFAL (Fuzil 7,62 M964 A1) era o armamento padrão da tropa paraquedista. Difere do FAL (Fuzil 7,62 M964) - fuzil automático leve, por possuir a coronha rebatível, o que o torna mais compacto e adequado para o sato de paraquedas. Recentemente, foi substituído pelo fuzil de assalto 7,62mm IA2.

No intuito de me amedrontar  
 Não gostei e logo revidei  
 Dei rajadas pro inimigo perfurar  
 Fiz emboscadas para eliminar  
 Vi o inimigo com medo a me olhar  
 E o desespero em sua alma reinar  
 Lá havia mulher guerrilheira  
 Havia a Dina, a Dina guerrilheira<sup>555</sup>  
 Em torno dela a mistificação  
 De boa mulher para a população  
 Sua astúcia era de invejar  
 Sua liderança de admirar  
 Conquistou o povo de Xambioá  
 Informes sobre ela ninguém queria dar  
 Mas pegadas para morte ela deixou  
 Seu vulto traiçoeiro na mata nos enganou  
 Um preço alto a Dina pagou  
 Ó meu filho se alguém te perguntar  
 Se o seu pai esteve em Xambioá  
 Responda com orgulho que eu estive lá  
 Foi em Xambioá que cumpri nobre missão  
 Defendi com orgulho esta nação  
 E vinguei o sangue do meu irmão  
 Que tombou em defesa deste chão  
 Meu filho chora agora de emoção  
 E lhe peço: prossiga na missão  
 De manter a integridade deste chão  
 Seja no sul, no norte ou no sertão  
 Velho guerrilheiro, vá agora descansar  
 Deixe seu filho na missão continuar  
 Pois se a guerrilha voltar a incomodar

É claro que pode ser apontado o baixo valor desse material como sustentação de uma narrativa histórica. Mas é preciso compreender que a função desempenhada por ele é a de preservação do caráter mítico do episódio na memória coletiva. Trata-se de um *artefato*, que tem como função narrar realizações do grupo e de seus heróis, projetando valores institucionais a fim de influenciar comportamentos e atitudes através da exaltação de predicados tais como coragem, autossacrifício, determinação, nacionalismo e patriotismo. A saga, mais do que uma narrativa histórica, é uma forma de exposição das visões de mundo dos membros de uma organização, refletindo, permeando e até direcionando sua interação cotidiana. Por isso, trata-se de um componente fundamental para a compreensão qualitativa de diversos processos organizacionais (Braga, 1995: 232). Nela se misturam o verdadeiro e o fictício, mas seu enredo se baseia em eventos reais, preservando significados que louvam o caminho percorrido pela organização e destacam os grandes desafios encontrados e vencidos

---

<sup>555</sup> Dinalva Conceição Oliveira Teixeira (1945-1973/74?). Participou ativamente do movimento estudantil nos anos de 1967/68, sendo, por isto, presa. Em maio de 1970, seguiu com o marido para o Araguaia, passando a utilizar o codinome Dina. Foi uma das guerrilheiras mais respeitadas e admiradas pela comunidade da região, e sobre ela existem muitas lendas e mitos. Foi a única mulher a ter o cargo de vice-comandante na guerrilha. *Comissão Nacional da Verdade – Relatório – Volume III – Mortos e Desaparecidos Políticos*, página 1.678.

no passado. Afinal, uma das suas principais funções é despertar a admiração dos membros de um grupo e suscitar o orgulho por fazer parte de algo especial, cooptando a necessidade de associação positiva e identificação presente em todos os seres humanos (Freitas, 2010: 21).

#### 6.4 A GUERRILHA DO CAPARAÓ E A CENTELHA NATIVISTA

A ideia de que política e disciplina militar seriam “duas coisas que não se misturam” circulava no seio do Exército ao menos desde a Revolução de 1930, a considerar a fala do coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque ao jornal *A Noite*, de 17 de dezembro de 1931, ao final de seu primeiro ano no comando da Escola Militar (Castro, 1994: 234). Teria se desenvolvido, ao menos desde então, um ideal cultural de associação do profissionalismo militar com o afastamento dos assuntos políticos, e a fim de conciliar as exigências disciplinares com uma necessária ação política, indispensável ao Exército como instituição pública, encontrar-se-ia uma solução: para proteger os interesses corporativos, apenas a elite hierárquica se envolveria com os assuntos de Estado. A massa dos oficiais e a tropa deviam ser resolutamente mantidas à distância desse processo (Chirio, 2012: 7).

No início da década de 1970, a Brigada Paraquedista emergia de uma história recente que ratificava o dogma dos quartéis de que a política seria um assunto a ser tratado apenas pela alta oficialidade. Os episódios do decênio anterior confirmavam o antigo temor de que o envolvimento dos círculos hierárquicos subalternos em questões políticas trouxesse para dentro da instituição discussões que abalasses os pilares da hierarquia e a disciplina.

Em todo caso, há um princípio teórico que afirma que poderes institucionais nunca se constituem como instâncias isoladas e autônomas (Bertolli Filho, 2005: 151), e mesmo a instituição castrense deve, em algum grau, obedecê-lo. A própria expansão do efetivo de paraquedistas, sua distribuição em frações de tropa aptas para cumprir missões relativamente autônomas, e os mecanismos hierárquicos fracionados de controle exigiriam uma boa dose de compartilhamento dos processos decisórios, levando os poderes centrais – mesmo que predominante e declaradamente acatado pelos membros da instituição (Boudon e Borricaud, 1993: 303) a conviverem com certos contra-poderes, mais informais, que exerceriam funções contestatórias. Os episódios destacados no Inquérito Policial Militar 104 narram uma história que materializa essas premissas: oficiais subalternos e praças, ao tentarem tomar as rédeas da história política da instituição, engendraram o que temia a alta hierarquia: acirraram ânimos a partir de posicionamentos políticos, levantando-se contra a ordem e a disciplina militar. Nesse sentido, o jogo de forças descrito por Aloysio Borges em

1964 narra um verdadeiro movimento cultural dos subalternos, que se afastavam de reivindicações de ordem interna para exigir direitos e tomar posições sobre questões de política nacional. Em âmbito mais extenso, a história é conhecida: tratava-se de uma luta, a nível nacional, pela elegibilidade dos praças, legalmente vedada.

É preciso contextualizar tudo isso, ainda que sacrificando a complexidade do tema a um plano mais esquemático. Como explica Felipe Demier, no período histórico que vai da morte de Vargas, em agosto de 1954, até a posse de João Goulart, em setembro de 1961, surgiram duas correntes políticas no meio militar. A primeira, denominada “legalista” – com um sentido político progressista – era representada por elementos que se posicionaram como defensores da constituição de 1946 nos diversos episódios nos quais o regime político se viu ameaçado de derrubada, e que juntamente com “nacionalistas”, “comunistas” e “progressistas” em geral defendiam a preservação da democracia populista frente aos ataques reacionários; de outro, os *conservadores*, ligados à direita política (Demier, 2005: 30).

Assim como no restante das Forças Armadas, os paraquedistas da corrente legalista não se encontravam suficientemente organizados para resistir às articulações que derrubaram João Goulart. Ainda assim, sua existência revela a falta de unanimidade em relação ao movimento, e, posteriormente, às atitudes de condução dos negócios do Estado tomadas pela alta oficialidade, incluindo a política repressiva adotada. Após 1964, notar-se-iam poucas resistências legalistas no seio das Forças Armadas em geral, e sua presença praticamente nula na tropa paraquedista. Os expurgos dos desviantes, concretizados a partir das recomendações do encarregado do Inquérito 104, seguiriam por duas vias: ou seriam homologados pelo Ato Institucional na suspensão das garantias de estabilidade profissional e consequente afastamento das fileiras do Exército, ou acatados pela administração militar para banir determinados elementos que se tornaram indesejados na tropa paraquedista.

Um dos reflexos desse processo na tropa aeroterrestre foi seu afastamento do ativismo político. Mas mesmo que isso tenha se dado de maneira bastante ampla e eficaz, decerto não transformou o ponto de vista dos expurgados da unidade, que além de tudo conservariam com vaidade o título de *paraquedistas militares*. Alguns desses tentaram permanecer ativos no cenário político, desenvolvendo atividades de crítica ou de oposição aos sucessivos governos, tanto durante o regime militar quanto após a abertura.

Podem ser identificados aqui dois grupos atuantes. Um deles, associado com as posições políticas de esquerda, foi composto em sua maioria por oficiais subalternos e praças, alguns dos quais, com seríssimas limitações operacionais, tentaram se levantar contra o governo. Sua principal ação pode ser reconhecida na desorganizada *Guerrilha do Caparaó*,

que incluiu como figuras de proa ex-integrantes da tropa paraquedista. Seus antagonistas, radicais de posições conservadoras, podem ser reconhecidos em torno do movimento conhecido por *Centelha Nativista*, em certo grau melhor tolerado pelo regime militar.

#### 6.4.1 A GUERRILHA DO CAPARAÓ

A Serra do Caparaó está localizada na divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, abrigando o terceiro ponto mais alto do país – o Pico da Bandeira. Foi nesse local que se instalou, em 1966, um foco de resistência armada contra o governo militar. Seu objetivo maior, ao menos no plano teórico, era a derrubada do presidente Humberto Castelo Branco (Almeida, 2014: 133).

A região foi escolhida por sugestão de Anivanir de Souza Leite, um dos paraquedistas cassados após o golpe de 1964 (Almeida, 2014: 135). Outros paraquedistas compunham o grupo de dezessete pessoas envolvidas: o capitão Juarez Alberto de Souza Moreira; os subtenentes Itamar Maximiliano Gomes, Leonor Tuasco e Jelcy Rodrigues Corrêa; e os segundos-sargentos Waldivo de Almeida e Onyer Porto Alegre de Almeida. Como se pode observar, todos faziam parte do grupo de indiciados no Inquérito Policial Militar nº 104, instaurado no Núcleo da Divisão Aeroterrestre dois anos antes.

Os candidatos a guerrilheiro foram se instalando na região a partir de junho de 1966, e aos poucos montaram uma infraestrutura básica, estocando alimentos, armas e munições. Nos meses seguintes, passados em acampamentos improvisados nas regiões agrestes do entorno do Pico da Bandeira, enfrentaram as adversidades naturais, a exaustão física, o desabastecimento de víveres e o consequente desânimo. Assim, as desistências foram ocorrendo e no início de março de 1967, apenas dez guerrilheiros restavam em campo. No final daquele mês, Jelcy Rodrigues e o ex-marinheiro Josué Cerejo também desceram a serra com a intenção de seguir de volta para o Rio de Janeiro, mas acabaram sendo detidos por policiais. Era o início da série de prisões que levaria ao fim do movimento (Almeida, 2014: 140 e seguintes).

Moradores da região já denunciavam a presença de pessoas estranhas perambulando pela serra, e após as primeiras prisões a Polícia Militar de Minas Gerais mobilizou um pelotão que partiu em busca dos demais guerrilheiros. Em 1º de abril de 1967, ao nascer do sol, suas prisões foram efetuadas (Almeida, 2014: 154). Não houve reação, e assim foi encerrado o único movimento de resistência armada que contou com a participação de paraquedistas militares dissidentes no Brasil.

#### 6.4.2 A CENTELHA NATIVISTA

Uma história institucional da Brigada Paraquedista estaria incompleta sem referências à *Centelha Nativista*, já que os principais nomes ligados ao grupo são de oficiais paraquedistas, bem como diversas das práticas culturais implantadas ou incentivadas na Brigada Paraquedista guardam semelhança com aquelas usuais da Centelha, principalmente a adoção para a tropa do seu lema - “Brasil acima de tudo”.

A “Centelha” foi um movimento rodeado de incertezas, a começar por suas origens. A historiadora francesa Maud Chirio acredita que sua criação se deu na Bahia, entre 1968 e 1969, chegando a citar os nomes de seus fundadores – que seriam os oficiais paraquedistas José Valporto de Sá, Kurt Pessek, Ivan Zanoni Hauer e um certo coronel Jaeger (Chirio, 2012: 124). É verdade que os dois primeiros oficiais eram paraquedistas militares e que existem outras referências de sua ligação com o grupo; mas quanto aos outros nomes, não há registros de sua formação aeroterrestre ou de passagens pela Brigada Paraquedista.

Outra referência, desta feita produzida pela *Divisão de Segurança e Informações* do Ministério da Justiça, detalhava que a Centelha se originara em 1968, como um “grupo de extrema-direita, e evoluiu para posições liberais e democráticas”<sup>556</sup>. Informação de caráter duvidoso, já que a documentação produzida pelos serviços de inteligência pouco fazia além de reunir recortes de jornais e revistas, quando muito analisando timidamente as matérias veiculadas. Uma terceira versão está presente no depoimento do general Gustavo Moraes Rego Reis ao livro *A volta aos quartéis – a memória militar sobre a abertura*, onde a origem do movimento é apontada naquela insubordinação de setembro de 1969 encabeçada pelo coronel Dickson Graef, então comandante do Grupo de Obuses Aeroterrestre, a quem os serviços de informação também concordariam em atribuir influência na formação do grupo<sup>557</sup>.

Com a carência de informações, o que se constata é que a real identidade dos fundadores do grupo, bem como a data do seu nascimento, são incertos. Sua natureza não é melhor identificada, embora pareça desmedido considerá-lo como uma “dissidência” das Forças Armadas (Souza, 2013: 48). Mais realista seria o termo “grupelho”, empregado por Maud Chirio, que o classifica como uma “espécie de seita nacionalista e facistóide” (Chirio, 2012: 125). Também não faltam esforços para compreensão dos seus objetivos: um “movimento de oficiais jovens que se cristalizou depois de 1964, juntando os mais

---

<sup>556</sup> Ministério da Justiça. *Divisão de Segurança e Informações*. Informação nº 203/81/03/DSI/MJ, de 29 de junho de 1981, página 8.

<sup>557</sup> Ministério da Justiça. *Divisão de Segurança e Informações*. Informação nº 235/03/DSI/MJ, de 22 de julho de 1981, página 4.

intransigentes na luta contra o comunismo e contra a corrupção da Revolução de 1964"<sup>558</sup>; uma organização de “militares descontentes com os rumos tomados pela Revolução de Mar/64 e por militares cassados”<sup>559</sup>. Em um momento, o grupo disputa a presidência do Clube Militar<sup>560</sup>; no seguinte, realiza alianças com entidades sindicais e partidos de esquerda para organizar protestos contra a venda de estatais.

É difícil decidir se os paraquedistas herdaram ou legaram à Centelha o gosto pelos rituais e simbolismos que ambos têm em comum. O principal e mais perene é o lema que acabam por compartilhar. As reuniões do grupo também são repletas de elemento simbólicos: são iniciadas com a saudação entre seus membros, que consistia em bradar o lema e erguer o braço direito com a palma voltada para baixo; não se admite bebidas alcoólicas nos encontros; as reuniões ocorrem em torno de uma mesa, no centro da qual repousam uma Bíblia e a bandeira do Brasil. Seus dirigentes estabelecem os “dez mandamentos da Centelha” e um ideário, concluído em dois volumes com aproximadamente duzentas páginas cada um. Edita-se também um jornal, denominado *A Tocha*<sup>561</sup>.

Na década de 1990 o grupo se apresentaria renomeado como *Movimento Nativista Brasileiro*. Agora, o coronel da reserva do Exército Brasileiro, também paraquedista, Francimá de Luna Máximo – já apresentado como um dos assaltantes do Hércules 56, e apontado inclusive como autor do manifesto lido na invasão da Rádio Nacional – assume o papel de seu maior representante. O coronel, aparentemente, não tem boa receptividade para divulgar suas ideias nas unidades militares, mas possui trânsito livre na Câmara de Vereadores de sua cidade natal, João Pessoa, onde ocupou a tribuna para tecer críticas ao Governo Federal e a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, bem como na Universidade Federal da Paraíba, que o acolhe para lançamento de seu livro, intitulado *O Caso Vale*, um protesto contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Tem-se então uma posição interna sobre o movimento, pois Luna Máximo dá a saber que o mesmo existe há mais de vinte anos; se diz nacionalista; e que tem representantes nas principais cidades do país, adotando agora como pontos de críticas as privatizações das estatais, a Lei de Patentes e o Plano Real, entre outras ações do Governo Federal. Também esclarece que “o movimento foi criado com o objetivo de oferecer à sociedade, possibilidades de discussão da vida política, sem contaminações ideológicas”<sup>562</sup>.

<sup>558</sup> *O debate vai ao quartel. Revista Veja*, 15 de março de 1978.

<sup>559</sup> *Ministério do Exército. III Exército*. Pedido de Busca nº 026 M40 E2/81, de 11 de março de 1981.

<sup>560</sup> *Cassados em 64 disputam eleição no Clube Militar. Folha de São Paulo*, 18 de agosto de 1983.

<sup>561</sup> *A Centelha Nativista. Movimento*, edição nº 173, 23 a 29 de setembro de 2019, página 5.

<sup>562</sup> Documento intitulado “ACE 9903/99”, confidencial, datado de 6 de outubro de 1997.



É possível reconhecer muitas das concepções simbólicas da Centelha em equivalentes implantados na tropa paraquedista durante os anos 1960/70, quando foram criados e incorporados a maior parte daquele conjunto de hinos, canções, orações, lemas, distintivos, cânticos e componentes rituais que marcam o espaço simbólico organizacional da brigada. Mas o esforço dos seus antigos membros, então componentes da tropa, para manter viva a predisposição ao ativismo político dos anos 1960 já não encontraria eco em tempos mais recentes, findando restrito aos círculos que já o acolhiam anteriormente. Mesmo a ocupação de papéis de relevância na própria brigada, decorrente da ascensão dos antigos componentes da Centelha aos postos de comando, não alteraria as posições dos paraquedistas, que continuariam a manter certa distância e desinteresse com o destino político nacional.

## 6.5 MIL NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO

Este capítulo foi iniciado com a contextualização histórica do período de criação da Brigada Paraquedista; parece coerente encerrá-lo de modo similar, apresentando um brevíssimo resumo da conjuntura nacional que antecedeu a derradeira transformação da unidade. Afinal,

(...) as instituições são moldadas pela história: independentemente de outros fatores que possam influenciar as suas formas, as instituições têm sua inércia e robustez; portanto corporificam trajetórias históricas e momentos decisivos; o que ocorre antes (mesmo que tenha sido de certo modo acidental) condiciona o que ocorre depois. Em síntese, se tomarmos a instituição como variável dependente, seu desempenho institucional é condicionado pela história (Ibañez, Wen & Fernandes, 2005: 118).

Com a posse do general João Batista de Oliveira Figueiredo na presidência da República, em 15 de março de 1979, teria continuidade o projeto de abertura política iniciado por Ernesto Geisel no governo anterior. Em agosto daquele ano seria aprovada a Lei de Anistia<sup>563</sup>, que, apesar de todas as suas limitações, beneficiaria cidadãos destituídos de seus empregos, presos políticos e parlamentares cassados, permitindo ainda a volta dos exilados ao país. Seriam também anistiados os responsáveis pelos “excessos” cometidos em nome do governo e da segurança nacional. Em novembro, seria aprovada pelo Congresso Nacional a nova Lei Orgânica dos Partidos, que extinguiu o bipartidarismo, e, no mesmo mês, o projeto do governo que previa eleições diretas de governadores e extinguiu a figura dos senadores eleitos indiretamente.

---

<sup>563</sup> Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. *Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União*, 28 de agosto de 1979.

Em 1980, ocorreriam reações ao processo de abertura do regime, com grupos de extrema-direita sendo responsabilizados por atentados à bomba em bancas de jornais que vendiam periódicos de esquerda. Em agosto daquele ano, cartas com explosivos foram enviadas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, resultando na mutilação do funcionário José Ribamar, da Câmara, e na morte da secretária Lyda Monteiro da Silva<sup>564</sup>. Em 1981, ocorreria o caso mais polêmico do governo Figueiredo: a explosão de duas bombas nas proximidades do Riocentro, no Rio de Janeiro, durante a realização de um *show* comemorativo do Dia do Trabalho. As únicas vítimas do atentado seriam dois militares lotados no Comando de Operações de Defesa Interna. Um deles, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, era paraquedista, tendo obtido o curso em 1964. O episódio teve ampla repercussão pública e o resultado do inquérito, inocentando os militares, seria colocado sob suspeição, acarretando tensões no governo<sup>565</sup>.

Com o país mergulhado em sucessivas crises, eclodiram movimentos grevistas de diversas categorias. A paralisação promovida em 1980 pelos metalúrgicos do ABC paulista, mantida por 41 dias, resultaria em demissões, choques com a polícia e o Exército, intervenção em sindicatos, e na prisão e enquadramento de líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional. Tais medidas não foram suficientes para conter o movimento. No ano seguinte se reuniria a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, e dois anos depois seria criada a Central Única dos Trabalhadores. Paulatinamente, as atividades dessas entidades passariam a ser acompanhadas exclusivamente pelos serviços de informação, sem que outras ações repressivas de caráter mais ostensivo fossem adotadas.

No campo militar, o grande destaque dos anos 1980 seria o conflito armado deflagrado entre a Argentina e o Reino Unido pela soberania sobre as Ilhas Malvinas (ou *Falklands*, em inglês). A guerra se estenderia entre 2 de abril e 14 de junho de 1982, sendo considerada o último conflito convencional de monta ocorrido na América do Sul (Alves e Campos, 2018: 257). Segundo os mesmos autores, o exame do embate por parte de analistas militares brasileiros influiria na criação das chamadas *unidades de pronto emprego* ou *forças de ação rápida*, nas quais foram inseridas a Brigada Paraquedista, as unidades de forças especiais e os então recém-criados esquadrões de aviação (Alves e Campos, 2018: 274, 275). Os autores apontam ainda que, entre outras inovações, essas unidades passariam a contar somente com praças engajadas, ou seja, soldados que já haviam cumprido um ano de

---

<sup>564</sup> Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume III - Mortos e desaparecidos políticos, dezembro de 2014.

<sup>565</sup> Comissão Nacional da Verdade. Relatório Preliminar de Pesquisa - Caso Riocentro: terrorismo de estado contra a população brasileira, abril de 2014.

instrução como conscritos e optaram por continuar na vida militar (idem); entretanto, tal dispositivo nunca foi integralmente posto em prática. No âmbito da tropa paraquedista, apenas o 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista, o Batalhão de Forças Especiais (enquanto esteve subordinado à Brigada Paraquedista) e a Companhia de Precursores Paraquedistas adotaram tal procedimento. As demais unidades permaneceriam realizando o recrutamento anual conforme moldes anteriormente vigentes.

**Tabela 2 – Paraquedistas formados na Brigada Paraquedista (1972 – 1985).**

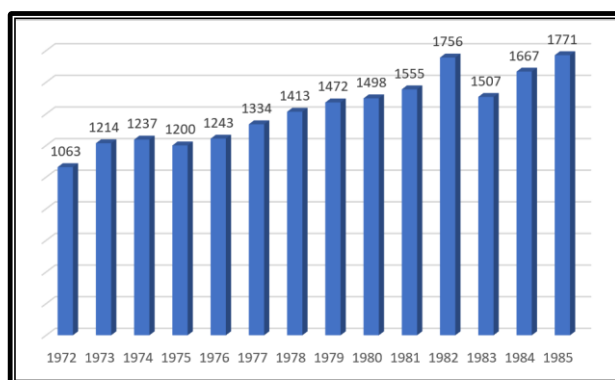


Tabela 2 – Paraquedistas formados na Brigada Paraquedista (1972 – 1985). Quantidade de militares que concluíram o curso de paraquedismo entre os anos de 1972 e 1985. Fonte: construído pelo autor a partir de dados do *Almanaque do Paraquedista*.

As batalhas travadas pela conquista de *Port Stanley*, capital do arquipélago, também inspirariam o quadro tático da *Operação Saci* daquele ano. Ainda não houve a oportunidade de descrever esse exercício, uma manobra militar de grande vulto, idealizada pela Brigada Paraquedista e realizada em conjunto com a Força Aérea Brasileira desde 1976. Repetida anualmente como coroamento do período de instrução<sup>566</sup>, sua primeira versão ocorrera nas regiões de Campos e Macaé, estado do Rio de Janeiro, onde também aconteceram as manobras seguintes, nos anos de 1977<sup>567</sup> e 1978<sup>568</sup>. Já em 1979, embora previsto para o mesmo local, o exercício foi cancelado em virtude de fortes chuvas que alagaram a região<sup>569</sup>. A versão de 1980<sup>570</sup>, bem como a de 1981, tiveram lugar no município de Resende, no sul do estado do Rio de Janeiro. Já a edição de 1982 seria deslocada para a Fazenda Betione, área de instrução do Exército localizada a 180 quilômetros de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. No ano seguinte, foram escolhidas as localidades de Pirapora

<sup>566</sup> *Histórico*. Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/historico.html>>. Acesso em 18 de março de 2019.

<sup>567</sup> *FAB e Exército realizaram a operação “Sacy”, Jornal do Comércio*, 18 de setembro de 1977, página 5.

<sup>568</sup> *Notícias militares. Luta Democrática*, 12, 13 e 14 de agosto de 1978, página 2.

<sup>569</sup> *Pires só visita Francelino em BH, Tribuna da Imprensa*, 19 de setembro de 1979, página 2.

<sup>570</sup> *Notícias militares. Correio Braziliense*, 11 de setembro de 1980, página 14.

e Vila dos Confins, em Minas Gerais<sup>571</sup>, sendo que nos anos de 1984 e 1985 a manobra retornaria para Resende<sup>572</sup>.

Como dito, o exercício de 1982 foi inspirado nos problemas enfrentados pelos militares argentinos para realizar o apoio logístico a uma força tarefa distante. Isso explica sua realização a mais de 2.000 quilômetros da sede da própria Brigada Paraquedista, mas exceto pela distância superior, seu desenvolvimento seguiria certa rotina preconizada nas edições anteriores, constando de quatro etapas: 1) transporte aeroestratégico da Base Aérea de Afonsos para a zona interior; 2) assalto aeroterrestre; 3) apoio à força terrestre; e 4) evacuação e regresso. Com mínimas variantes, essas mesmas fases também estariam presentes em todos os exercícios realizados posteriormente.

Essa breve apresentação da grande guerra simulada levada a cabo anualmente pela Brigada Paraquedista coube aqui tão somente para se alinhar cronologicamente aos eventos, mas poderia se pensar também na ideia de que há toda uma função simbólica na realização desse exercício, que na falta de experiências reais de combate supriria a produção de verdadeiras histórias de guerra, alimentando certa força imagética que enquadra a instituição naquela dimensão que Wood Jr. denomina de "organização espetacular" (Wood Jr., 2001). Mas as possibilidades para a compreensão da cultura organizacional através desse último conceito fazem com que ele mereça ser mais bem explorado, e isso ocorrerá mais à frente.

Retornando então ao curso da história: em 15 de janeiro de 1985, um Colégio Eleitoral escolheria Tancredo Neves como presidente da República, levando um civil, após 21 anos de regime militar, de volta à chefia do Poder Executivo. Em seu primeiro discurso como presidente eleito, Tancredo convocaria o povo a participar, nos meses seguintes, da primeira tarefa de seu governo: reorganizar o Estado brasileiro, “preparando a Constituinte em todos os auditórios, na imprensa, nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos”. Polidamente, também incluiria em sua fala o presidente Figueiredo e as Forças Armadas como “autores da conciliação nacional”<sup>573</sup>.

No mesmo dia da eleição de Tancredo, o general de brigada Acrísio Figueira tomava posse como comandante da Brigada Paraquedista, no último ano em que essa denominação vigoraria. O evento reuniria os titulares de três cargos cujos antecessores, cerca de vinte anos antes, ocupavam o centro nervoso dos acontecimentos: os comandantes do I Exército, da 1ª Divisão de Exército e do então Núcleo da Divisão Aeroterrestre. Após a

---

<sup>571</sup> *Militares. Última Hora*, 30 de setembro de 1983, página 4.

<sup>572</sup> *Paraquedistas vão fazer Operação Saci. Jornal dos Sports*, 30 de outubro de 1985, página 6.

<sup>573</sup> *Tancredo: só há pátria com democracia. Jornal do Brasil*, 16 de janeiro de 1985, página 1.

cerimônia, um jornalista inquiriu ao primeiro, general Heraldo Tavares Alves, sobre o que significaria um civil na presidência do país. O oficial retrucaria que a pergunta deveria ser feita a um político, não a ele. A questão foi então levada ao segundo, o general Diogo de Oliveira Figueiredo – irmão do presidente Figueiredo – que responderia em tom cordial: “quem fala a esse respeito é o general Tavares. Eu só falo da faxina na Vila Militar”. Por fim, Acrísio, também comedido, comentaria apenas julgar uma “feliz coincidência” que sua posse ocorresse no mesmo dia da eleição do futuro presidente<sup>574</sup>.

## 6.6 COMANDANTES DA BRIGADA PARAQUEDISTA

Os seguintes oficiais gerais antecederam Acrísio Figueira no comando da Brigada Paraquedista durante os quinze anos em que aquela denominação vigorou:

**Quadro 9 – Comandantes da Brigada Paraquedista.**

Comandante	Período
Hugo de Andrade Abreu	7 de janeiro de 1970 até 11 de março de 1974
Murilo Rodrigues de Souza	9 de maio de 1974 até 28 de maio de 1976
Fernando Valente Pamplona	28 de maio de 1976 até 23 de janeiro de 1980
Antenor de Santa Cruz Abreu	23 de janeiro de 1980 até 10 de fevereiro de 1983
Garrone Romão Velloso	10 de fevereiro de 1983 até 15 de janeiro de 1985

Quadro 9 – Comandantes da Brigada Paraquedista. Relação nominal dos comandantes da Brigada Paraquedista, contendo o período em que estiveram à frente da unidade. Fonte: página eletrônica da Brigada de Infantaria Paraquedista<sup>575</sup>.

Com exceção de Hugo Abreu, que como visto não era paraquedista ao assumir o comando da unidade, todos os demais eram veteranos com passagens anteriores pela tropa. Abreu foi o último oficial a assumir o comando em tal situação, o que indica que o paraquedismo militar amadurecia no seio do Exército, passando a fazer parte regular da carreira profissional de seus oficiais. Murilo Rodrigues de Souza já havia realizado o curso básico em 1955, no posto de major; Fernando Valente Pamplona em 1951, como 1º tenente; Antenor de Santa Cruz Abreu passou pela área de estágios como major em 1963; e Garrone Romão Velloso, como 2º tenente em 1950. Não consta que nenhum deles tenha seguido os passos de Abreu, tanto no carisma que caracterizou seu período na unidade, quanto na carreira política futura. Mudanças culturais relevantes também não são observadas a partir de suas passagens pela instituição. O discurso de Murilo ao assumir o comando ressaltava sua

<sup>574</sup> *Comandante do I Exército dá posse a paraquedista e silencia sobre política. Jornal do Brasil*, 16 de janeiro de 1985, página 26.

<sup>575</sup> *Comandantes*. Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/antigos-comandantes.html>>. Acesso em 2 de maio de 2018.

disposição para “atender ao vulto das responsabilidades que assumia” e o desejo de “elevar ainda mais o prestígio dessa Grande Unidade, tanto no plano moral, pela conduta e dignidade de atitude de cada um, como na instrução e nos assuntos de ordem administrativa”. Posto está que tocava de uma vez em diversos pontos fracos e tabus organizacionais, mormente “assuntos de ordem administrativa”, tema incorporado à cultura da unidade como assunto de burocratas, contrário à vocação do combatente aeroterrestre.

O ativismo político de Hugo Abreu é o ponto de maior contraste com seus sucessores. Na vida pública, nenhum deles alcançaria o destaque do antecessor. Fernando Valente Pamplona chegaria aos noticiários apenas em virtude de uma tragédia: aos 64 anos de idade, ocupava a função de chefe do Estado-Maior do Exército, e embora afastado da tropa paraquedista, continuava praticando o paraquedismo esportivo. Na tarde de 11 de outubro de 1987 decidiu realizar um salto recreativo durante o Campeonato Mundial de Paraquedismo, que ocorria em Foz do Iguaçu, no Paraná. Lançou-se de uma aeronave C 95 *Bandeirantes*, mas o seu paraquedas principal sofreu uma pane e não se abriu. Conforme preconizado nessas emergências, Pamplona acionou o paraquedas de emergência, mas sua abertura se deu com retardo. O general se chocou violentamente com o solo, e ao que consta foi levado ainda com vida para o hospital, mas não resistiu e faleceu ainda naquela tarde<sup>576</sup>.

Nada haveria de mais relevante a destacar sobre o período de comando de Antenor de Santa Cruz Abreu ou de Garrone Romão Velloso. Ainda que o quinquênio 1980 / 1985 tenha sido crucial para a história política nacional, abrangendo os anos em que intensos movimentos pela redemocratização ganhariam a cena, a Brigada Paraquedista permaneceria inativa no que se referia a intervenções no espaço público, fosse por ordens emanadas da cadeia de comando, fosse por deliberações internas, como no passado.

---

<sup>576</sup> *General morre ao saltar de paraquedas. Jornal do Brasil*, 12 de outubro de 1987, página 1.

## 7 A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA (1985-2018)

Em uma manhã de maio, a aeronave *C-130 Hércules* prefixo 2453, da Força Aérea Brasileira, abandona o *box* em que estava estacionada e se desloca até a cabeceira 26<sup>577</sup> da pista de pouso e decolagem da Base Aérea do Campo dos Afonsos, no subúrbio do Rio de Janeiro. O *Hércules*, cujo primeiro voo ocorreu em 1954, é considerado o avião produzido por mais tempo na história. Mais de 2.500 exemplares foram fabricados pela empresa norte-americana *Lockheed Aircraft Corporation* para cerca de setenta operadores militares de diversos países, em versões de transporte tático, busca e salvamento, reabastecimento em voo e outras. O *C-130 J*, modelo mais recente, ainda estava em produção em 2015. Largamente utilizado pela Força Aérea Brasileira, que ao longo dos anos adquiriu um total de 29 exemplares, a aeronave tem atualmente prevista sua substituição pelo *Embraer KC-390 Millennium*, maior e mais veloz<sup>578</sup>.

A cabeceira 26 fica a pouco mais de cem metros da rua Xavier Curado, uma das principais e mais movimentadas vias do bairro de Marechal Hermes. Sua outra extremidade alcança a divisa do Campo dos Afonsos com a Escola de Formação de Oficiais e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no bairro de Sulacap. Após alguns minutos, os quatro motores turboélice *Allison T65-A-15* que equipam o *Hércules* aumentam sua rotação ensurdecidamente, fazendo com que o aparelho de quase trinta metros de comprimento e doze de altura, capaz de transportar dezenove toneladas de carga e atingir a velocidade de 590 quilômetros por hora, dispare em direção à cabeceira oposta. Antes de atingir o final da pista a aeronave decola, realizando logo em seguida uma curva de 180 graus para a direita, o que a situa em uma rota paralela à movimentada avenida Brasil, no sentido zona oeste - centro, a uma altitude de 1.200 pés, cerca de quatrocentos metros. Com cerca de três minutos de voo, outra curva a coloca novamente na direção do Campo dos Afonsos, seu ponto de partida, que será sobrevoado aproximadamente quatro minutos após a decolagem.

A passagem da aeronave faz parte da rotina dos diversos bairros populosos que ela sobrevoa, particularmente aqueles mais próximos da base aérea, como Deodoro, Marechal Hermes, Sulacap, Realengo, Padre Miguel, Guadalupe, Mallet ou Magalhães Bastos. Do solo, uma observação mais atenta permitiria perceber que duas portas se encontram abertas nas

---

<sup>577</sup> Os “números de cabeceira” variam de 01 a 36, sempre com dois dígitos. O número 26 significa que, neste sentido, a pista está orientada pelo azimute 260°.

<sup>578</sup> *C-130H Hércules - Lockheed Aircraft Corporation*. Disponível em <<http://www2.fab.mil.br/musal/index.php/anvs/391-c-130>>. Acesso em 13 de junho de 2019.

laterais da fuselagem, próximas da cauda do avião, e que uma silhueta humana pode ser identificada em cada uma delas.

No interior da aeronave, o soldado J., de dezenove anos de idade, tem o rosto coberto do suor provocado pelo calor, pelo peso dos quase vinte quilos de equipamento que carrega e pela tensão. Está sentado desconfortavelmente em um banco de tiras trançadas de *nylon* vermelho, sustentadas por uma estrutura de alumínio. Apertado entre dois outros soldados, J. tem nas mãos um gancho metálico, ligado por uma fita amarela ao pesado equipamento atado às suas costas, um paraquedas modelo *T-10 B*, de fabricação nacional. Assim como a maioria dos outros recrutas a bordo, jovens oriundos dos subúrbios do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, é a primeira vez que J. embarca em um avião. Sua viagem será curta, pois abandonará a aeronave quando essa sobrevoar o Campo dos Afonsos.

Duas semanas antes, J. e seus companheiros iniciavam o *estágio básico paraquedista*, uma série de instruções conduzidas pelo *Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil*, que os habilitaria tecnicamente para esse momento. Durante o estágio, repetiram exaustivamente os procedimentos que agora realizarão quase mecanicamente ao receberem os comandos emitidos pelo *mestre de salto*, um paraquedista habilitado a comandar o lançamento de pessoal, animais ou material de uma aeronave militar em voo.

Os comandos para o salto se iniciam logo após a decolagem. Por voz e por gestos, o mestre de salto transmite instruções padronizadas que se iniciam pelas ordens de *preparar*, *levantar* e *enganchar*, que levarão os soldados a se erguerem dos bancos e acoplarem os ganchos metálicos em um cabo de aço que atravessa o interior da aeronave um pouco acima de suas cabeças. Em seguida, eles ouvirão o comando de *verificar equipamento*, ao qual responderão em uníssono, enquanto conferem em seus próprios dispositivos os itens enunciados: *gancho*, *pino*, *fita*, *capacete*, *nuqueira*, *queixeira*, *mosquetão do peito*, *reserva*, *tirante das pernas* e *coturno*, passando em seguida a revisarem os itens do companheiro a sua frente: *gancho*, *pino*, *fita*, *capacete*, *cadarço de fechamento* e *sela*.

Terminada a inspeção do equipamento, os recrutas ouvirão o comando de *contar*. O último saltador da fila tocará a perna do paraquedista a sua frente e dará o brado de *pronto*, e assim, sucessivamente, cada soldado reproduzirá o gesto até atingir o primeiro homem, que repetirá a expressão para o mestre de salto. Os próximos comandos emitidos para os recrutas serão os brados de *à porta* e *já*, quando for atingido o ponto apropriado para o lançamento, demarcado no solo pela equipe de precursores que coordena a operação. Um a um, cada soldado se aproximará da porta aberta da aeronave e dará um impulso para fora, lançando-se no vazio. Um turbilhão de vento vai revirar por um instante seus corpos soltos no espaço,



enquanto a fita ligada ao cabo de aço no interior da aeronave se alonga e extrai o paraquedas do invólucro adaptado às suas costas, para em seguida romper a ligação com o ápice do paraquedas e deixar o militar solto no ar, sustentado pelas 28 linhas que ligam o equipamento ao velame.

A queda irá durar cerca de quarenta segundos. Ao atingir o solo, os jovens soldados recolherão o equipamento em uma bolsa apropriada que trazem junto ao corpo; correrão para um ponto previamente marcado a fim de reunirem-se com os outros saltadores; e retornarão para a base aérea, a fim de se equiparem, embarcarem novamente e realizarem outros dois saltos, concluindo assim a qualificação como paraquedistas militares. Como recompensa, terão o valor do soldo aumentado em vinte por cento em relação aos outros soldados do Exército Brasileiro; trocarão seus coturnos pretos por marrons; e incorporarão aos uniformes uma boina vermelha e um distintivo prateado contendo uma coroa de louros sustentada por um paraquedas aberto e ladeado por duas asas. Serão então reconhecidos como os novos integrantes da *Brigada de Infantaria Paraquedista* do Exército Brasileiro.

## 7.1 ESTRUTURA DO CAPÍTULO

Até aqui foi apresentado um recorte de eventos alusivos às origens histórico-institucionais da tropa paraquedista brasileira. Para tanto, sua história – a fim de atender uma estratégia didática – foi segmentada em capítulos nomeados pelas sucessivas designações da unidade. Agora, chega-se ao derradeiro trecho desta pesquisa, que seguindo a mesma lógica foi nomeado como *A Brigada de Infantaria Paraquedista*. Essa nova fase será tratada como a forma mais acabada do desenvolvimento da instituição, o que tornará possível voltar o foco para uma análise mais detalhada da sua cultura organizacional.

No percurso, a narrativa da história da tropa paraquedista foi o pano de fundo para identificação das peculiaridades que a distinguem em relação às diversas organizações militares do país. Agora, a partir do conhecimento adquirido, a cultura da tropa paraquedista será analisada de modo mais diretamente relacionado ao esquema estipulado por Edgard Schein, ou seja, através da descrição de seus *artefatos visíveis* e da compreensão de seus *valores* e dos *pressupostos básicos* assumidos por seus integrantes. Na sequência, algumas páginas serão dedicadas à outra possibilidade de abordagem da cultura organizacional, baseada em conceitos desenvolvidos por Thomaz Wood Jr. (2000, 2001); e, por fim, o capítulo será encerrado com uma relação dos eventos mais marcantes nesses últimos anos da história institucional da Brigada de Infantaria Paraquedista.

## 7.2 ARTEFATOS VISÍVEIS

Os artefatos são as primeiras visualizações das características peculiares de um grupo. Definidos como estruturas e processos organizacionais visíveis, possuem como exemplos a arquitetura ou a linguagem em um ambiente organizacional. Mas, embora os artefatos constituam expressões da cultura organizacional, eles não explicam por si os fatores mais complexos e intrínsecos dessa cultura, constituindo variáveis de fácil percepção, porém de difícil interpretação (Schein, 2009: 25). Os artefatos também incluem, para fins de análise cultural, os processos organizacionais e os elementos estruturais, incluindo a descrição formal do funcionamento da instituição e seu organograma (Schein, 2009: 26).

### 7.2.1 ESTRUTURA DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES

Passadas quatro décadas desde a criação da Escola de Paraquedistas, a unidade sofreria sua última e mais perene transformação, sendo renomeada para *Brigada de Infantaria Paraquedista* por meio do seguinte decreto:

DECRETO Nº 92.170, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985<sup>579</sup>

Dispõe sobre alteração de denominação de Grandes Unidades e seus respectivos Comandos, de subordinação da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, no Ministério do Exército, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 81, itens III e V, da Constituição e o artigo 46, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam alteradas as denominações das Grandes Unidades e respectivos Comandos abaixo discriminados:

(...)

V - de Brigada Paraquedista para Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) e de Comando da Brigada Paraquedista para Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista.

(...)

Art. 3º - O Ministro do Exército baixará os atos complementares necessários à execução deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de 1º de janeiro 1986, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 18 de dezembro 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

<sup>579</sup> *Diário Oficial da União*, 19 de dezembro de 1985, seção 1, página 18.627.

A despeito dessa transformação, a estrutura da organização não sofreu alterações consideráveis em relação ao que vigorava anteriormente. Mais uma vez, tratou-se apenas de uma adequação aos termos doutrinários, visto que, conceitualmente, as *brigadas* passariam a ser definidas dentro do Exército Brasileiro pela sua capacidade de atuação como *arma* (no caso, *infantaria*), e não mais pela sua especialidade.

A *estrutura* de uma instituição é um aparato que se localiza no *nível dos artefatos*; logo, conhecê-la é um dos passos necessários para a compreensão de seu funcionamento. Até aqui, essa estrutura foi descrita com a utilização de termos como *escola*, *divisão*, *brigada*, *batalhão* e *regimento*. De fato, desde os capítulos anteriores essas expressões foram consideravelmente utilizadas, sobretudo para narrar a composição física do Núcleo da Divisão Aeroterrestre e o desenvolvimento das unidades congêneres nas Forças Armadas sul-americanas. Isso parece exigir certas explicações, ao menos em benefício de algum leitor menos familiarizado com a estrutura organizacional castrense.

A terminologia militar, como observa Piero Leirner, é razoavelmente intercambiável entre os exércitos das diversas nações (Leirner, 2008: 204). O autor fornece um exemplo dessa assertiva: um “pelotão” brasileiro ou português, afirma, é um *platoon* norte-americano ou inglês, embora recebendo, como o mesmo Leirner aponta, “colorações” locais que não desfazem sua tradutibilidade (idem). Assim, embora o que se oferece a seguir deva ser tomado como peculiaridades da Força Terrestre nacional, trará o benefício adicional de conferir inteligibilidade a muitas das expressões utilizadas nos capítulos anteriores.

#### 7.2.1.1 *Divisões e brigadas*

No Exército Brasileiro, as *divisões de exército* constituem os *grandes comandos operacionais*, sendo o maior conjunto empregado em operações militares. O Exército Brasileiro possui cinco divisões de exército: a 1ª Divisão de Exército está subordinada ao Comando Militar do Leste; a 2ª Divisão de Exército ao Comando Militar do Sudeste; as 3ª, 5ª e 6ª Divisões de Exército subordinam-se ao Comando Militar do Sul. Até o ano de 2007 existia ainda a 4ª Divisão de Exército, também subordinada ao Comando Militar do Leste, mas a unidade foi extinta naquele ano<sup>580</sup>. Nos demais Comandos Militares, as divisões estão integradas ao comando da respectiva região militar, que constituem os *grandes comandos*

---

<sup>580</sup> Portaria nº 587, de 27 de agosto de 2007. *Transforma a 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército em 4ª Região Militar, organiza a 4ª Região Militar, e dá outras providências*. Boletim do Exército nº 35, de 31 de agosto de 2007.

*logísticos e administrativos*, e as brigadas e demais unidades estão diretamente subordinadas ao comando militar da área. As divisões são subordinadas aos *comandos militares de área*, e enquadram sob sua própria subordinação as *grandes unidades*, que podem ser *brigadas* de *infantaria* ou de *cavalaria*. Por sua vez, as *brigadas* são estruturas com capacidade de atuação independente, integradas por *organizações militares de combate*, de *apoio ao combate* e de *apoio logístico*<sup>581</sup>.

#### 7.2.2.2 Unidades e subunidades

As organizações militares podem ser de dois níveis: *unidades* ou *subunidades*. As *unidades* possuem efetivos maiores<sup>582</sup>, sendo denominadas *regimento* (na *cavalaria*), *batalhão* (*infantaria*, *engenharia* ou *comunicações*), *grupo* (*artilharia*), *esquadrão de aviação* (*aviação do exército*), *parque* (*material bélico*) ou *depósito* (*intendência*). Suas frações são as *subunidades*, que de acordo com a natureza da unidade à qual estão subordinadas se chamam *companhia* (na *infantaria*, *engenharia* ou *comunicações*), *esquadrão* (na *cavalaria*), *bateria* (na *artilharia*) ou *esquadrilha de aviação* (na *aviação do exército*). Existem também *subunidades independentes*, ou seja, estruturadas para exercer administração própria, que não se encontram subordinadas a uma unidade, e por isso também são consideradas, como dito, organizações militares. Já as frações das subunidades são chamadas *repartições internas*: *pelotões*, *seções* e demais escalões menores de tropa<sup>583</sup>. De acordo, mais uma vez, com a natureza da organização militar a que pertencem, essas repartições também sofrem divisões: um pelotão de infantaria, por exemplo, é dividido em três *grupos de combate*, e esses em duas *esquadras*; um *pelotão de engenharia* se subdivide em três *grupos de engenharia*, etc.

O termo *regimento* exige uma explicação à parte. Atualmente, no Exército Brasileiro, a expressão é empregada especificamente para as unidades da arma de cavalaria. A doutrina anterior, que admitia seu emprego para as armas de infantaria ou de artilharia, pressupunha uma estrutura composta por três batalhões; o antigo Regimento Santos Dumont, por exemplo, era uma unidade de infantaria formada por três batalhões subordinados, reunidos sob um comando único. Após 1969, essas unidades foram desmembradas em três organizações militares distintas, a saber, os 1º, 2º e 3º Batalhões de Infantaria Aeroterrestre<sup>584</sup>.

<sup>581</sup> Portaria nº 816-Cmt Ex, de 19 de dezembro de 2003. *Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RI)*.

<sup>582</sup> No Exército Brasileiro, o círculo de oficiais superiores abrange os postos de *major*, *tenente-coronel* e *coronel*.

<sup>583</sup> Portaria nº 816, de 19 de dezembro de 2003. *Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RI)*.

<sup>584</sup> Sendo que o 1º batalhão herdaria a denominação histórica “Batalhão Santos Dumont”.

### 7.2.2.3 Natureza das organizações militares

As organizações militares também são classificadas conforme sua *natureza*. Seus grandes ramos são definidos pelas *armas*, *quadros* ou *serviços*. As *armas* estão ligadas à atividade-fim da profissão militar, dividindo-se em dois grupos: as *armas-base* (infantaria e cavalaria) e as *armas de apoio ao combate* (artilharia, engenharia e comunicações). As primeiras são empregadas em operações ofensivas e defensivas, além de reconhecimento e segurança às formações de combate. As *armas de apoio* complementam a missão das armas-base, pelo apoio de fogo, pelo apoio à mobilidade ou contramobilidade e pela operação dos sistemas de comando e controle, guerra eletrônica e comunicações.

Os *quadros* reúnem profissionais de qualificações diversas (existem o *quadro de engenheiros militares*, o *quadro de material bélico* e o *quadro complementar de oficiais*, esse último composto por portadores de diplomas de nível superior nas áreas de Administração, Direito, Informática, Letras, e Comunicação Social, entre outras) que exercem atividades administrativas ou técnico-científicas próprias de suas especialidades. Por fim, há os *serviços*, cujos membros atuam nas atividades de *intendência* (logística, suprimento, finanças, etc.), *saúde* (médicos, dentistas e farmacêuticos) ou *assistência religiosa* (capelães militares).

### 7.2.2.3 Estrutura da Brigada de Infantaria Paraquedista

De modo geral, o Exército Brasileiro adota a seguinte estrutura: uma brigada possui três unidades (batalhão ou regimento) das armas-base; cada batalhão, três companhias; cada companhia, três pelotões; cada pelotão, duas esquadras. A esses elementos somam-se frações de apoio, serviços e administrativas. Assim, além das três companhias de armas, um batalhão também possui uma companhia de comando e apoio; além dos três pelotões de combate, as companhias também possuem uma seção de comando e um pelotão de apoio, etc. A Brigada de Infantaria Paraquedista segue essa configuração típica, e atualmente está organizada com as seguintes unidades:

- Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista
- Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil
- 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista
- 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista
- 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista
- 20º Batalhão Logístico Paraquedista

- 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista
- Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar
- Companhia de Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista
- 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista
- Companhia de Precursores Paraquedista
- 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista
- 20ª Companhia de Comunicações Paraquedista
- 5ª Bateria de Artilharia Antiaérea Paraquedista
- 36º Pelotão de Polícia do Exército Paraquedista

Observa-se que a Brigada de Infantaria Paraquedista é composta por certos elementos convencionais, mas também por alguns outros peculiares, que prestam serviços exclusivamente relacionados à atividade aeroterrestre, tais como dobragem e manutenção de paraquedas, operação de zonas de lançamento e instrução de paraquedismo. Como já foram expostos maiores detalhes sobre essas atividades, o tema central pode ser retomado.

#### 7.2.2 ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

Foi afirmado acima que a Brigada de Infantaria Paraquedista seria a “forma mais acabada” do desenvolvimento institucional da tropa paraquedista. Essa proposição não se resume apenas à forma estrutural da organização, mas ao entendimento, ainda segundo os ensinamentos de Edgard Schein, de que as instituições também se desenvolvem no aspecto cultural, atravessando estágios aos quais pode ser atribuída certa correspondência metafórica com o ciclo de vida humano (Freitas, 1991: 76).

Em primeiro lugar, as instituições atravessariam uma *fase de crescimento*, subdividida em duas etapas: 1) o *nascimento* e os estágios iniciais de organização, onde existiria uma verdadeira dominação do seu fundador, e 2) a *sucessão*, quando a organização se tornaria um “campo de batalha” entre conservadores e progressistas. Nesses dois primeiros momentos, a cultura organizacional seria caracterizada a partir de competências e possibilidades que distinguem a organização em relação ao meio, e que servem também como fonte de identificação entre seus membros (Freitas, 1991: 76). No caso em estudo, a primeira etapa corresponderia ao domínio das ideias de Roberto de Pessoa – “pai fundador” da tropa paraquedista, situando-se cronologicamente nos tempos primordiais do *Núcleo de Treinamento e Formação de Paraquedistas*. Já na segunda etapa, sucessores potenciais seriam julgados de acordo com sua capacidade de modificar alguns elementos da cultura – premissa que ao menos em dois aspectos pode ser reconhecida na ascensão de Penha Brasil ao

comando da Escola de Paraquedistas: em primeiro, no embate com Roberto de Pessoa a respeito dos rumos da organização; e em segundo, pelo seu longo tempo à frente da tropa, que indica as dificuldades para que fosse encontrado um sucessor ao seu posto.

Segue-se a *fase intermediária*, que nas empresas é caracterizada pelo desenvolvimento de novos produtos, pela integração vertical, pela expansão geográfica, aquisições, fusões etc. Nessa fase também apareceriam as *subculturas*, além de emergirem as crises de identidade institucional e a perda de objetivos-chave, bem como de valores e pressupostos, apresentando-se então a oportunidade para mudança cultural (Freitas, 1991: 76). Mais uma vez, há um evidente paralelo entre tais premissas e as sagas do *Núcleo da Divisão Aeroterrestre* – ilustrado no esforço pela construção do seu espaço físico, no surgimento dos cursos de especialização que desembocariam na criação das subculturas, e, por fim, nas crises do ativismo político superadas no comando de Hugo Abreu.

A quarta e última fase do desenvolvimento cultural é denominada *maturidade*. Nela, as instituições atingem a estabilidade, que embora desejável em certo grau, também pode acarretar a falta de motivações para mudança. A cultura pode tornar-se restritiva às inovações, passando a ser valorizada como uma fonte de autoestima e defesa através da preservação das glórias de um passado mítico. Nessa fase, também podem ocorrer opções pela transformação, via mudança cultural, ou de destruição, caso as transformações cheguem a abalar os níveis mais básicos da cultura institucional (Freitas, 1991: 76).

### 7.2.3 PROCESSOS DE SELEÇÃO

Processos administrativos, ou seja, os métodos e as formas de arranjo do trabalho em uma instituição, também podem ser considerados *artefatos*. O processo de *seleção* de novos membros, particularmente, constitui um ponto de investigação importante, pois revela os critérios utilizados para determinação de quem "se encaixa" ou não no perfil de membro da organização (Schein, 1983: 22).

Acompanhar a trajetória do semi-fictício soldado J., protagonista da aventura que abriu este capítulo, poderá auxiliar na compreensão do processo de seleção da tropa paraquedista. Mas a conscrição não é a sua única porta de entrada. Militares de carreira das armas ingressam na instituição seguindo um trajeto diferente, assim como os integrantes dos quadros e serviços. A narrativa do caminho de um conscrito está longe de esgotar as possibilidades de ingresso na tropa, e a predileção por esse recorte se sustenta na já citada proposta de Moskos (1981), de que existiria uma dualidade entre os modelos de compensação

pela vida militar. O soldado – particularmente na condição de recruta – possui de fato poucos motivos para eleger as gratificações de ordem pecuniária como critério de satisfação para sua opção pelo serviço militar na tropa paraquedista; assim, seria supostamente maior sua tendência a valorizar as compensações de significado simbólico, que serviriam como satisfações psicológicas de conteúdo emocional. Mesmo considerando que ganhos dessa natureza estão presentes em outros níveis hierárquicos, a opção pelo percurso do soldado poderia fornecer uma descrição, de certo modo, “mais pura” dos atrativos não materiais oferecidos pela cultura organizacional.

### 7.2.3.1 Trajetória do soldado J.

Atendendo a obrigação imposta pela Lei do Serviço Militar<sup>585</sup> e pelo seu regulamento<sup>586</sup>, todo jovem brasileiro do sexo masculino que completa dezoito anos de idade deverá comparecer a uma Junta do Serviço Militar e realizar o alistamento, sendo então submetido a um processo de seleção que culminará em sua dispensa ou em sua designação para prestar serviço, durante o período de um ano<sup>587</sup>, em uma organização militar da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Força Aérea Brasileira. O processo é dividido nas seguintes etapas:

### 7.2.3.2 Alistamento

O processo, como foi dito, deverá ser iniciado com o *alistamento*, que precisa ser realizado no ano em que o jovem completar dezoito anos, em uma *Junta de Serviço Militar*, órgão executor do Serviço Militar nos municípios. As juntas são presididas pelos prefeitos municipais, tendo funcionários municipais como secretários e auxiliares<sup>588</sup>. O período de alistamento vai do primeiro dia útil do mês de janeiro até o último dia útil de junho, e para sua efetivação é exigida a apresentação da certidão de nascimento ou equivalente (identidade, carteira de motorista ou de trabalho), duas fotos 3x4, comprovante de residência ou declaração firmada pelo alistando (ou por seu procurador), certificado de naturalização / termo de opção para os brasileiros naturalizados ou por opção, e é desejável, mas não

---

<sup>585</sup> Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. *Lei do Serviço Militar*.

<sup>586</sup> Decreto nº 57.564, de 20 de janeiro de 1966. *Regulamenta a Lei do Serviço Militar*.

<sup>587</sup> O serviço militar inicial tem a duração normal de doze meses, que pode ser reduzida em até dois meses ou dilatada em até seis meses, conforme o artigo 21 do Regulamento da Lei do Serviço Militar.

<sup>588</sup> Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, artigo 29. *Regulamenta a lei do Serviço Militar*.



obrigatória, a apresentação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal do Brasil<sup>589</sup>.

O alistamento é um procedimento eminentemente burocrático. Consoma-se com a emissão do *Certificado de Alistamento Militar*, documento que identifica o jovem alistado como *conscrito* e que servirá para registrar as etapas do recrutamento, funcionando ainda como prova de regularidade de situação militar durante o ano de sua emissão. Além disso, a junta também determina a data e o local para que o alistado compareça perante uma *comissão de seleção*, o que constituirá o próximo passo do processo.

### 7.2.3.3 Seleção Geral

A triagem dos conscritos e sua indicação para prestação ou dispensa do serviço militar é realizada pelas *Comissões de Seleção das Forças Armadas*, organizadas para funcionarem durante a etapa seguinte do processo de alistamento, denominada *Seleção Geral*. As comissões são compostas por militares designados temporariamente para tal tarefa, e funcionam entre os meses de julho e outubro do ano do alistamento<sup>590</sup>. Dela participam tanto os jovens que se alistaram no primeiro semestre do ano considerado, quanto os alistados em anos anteriores que ainda estejam em débito com o Serviço Militar, ou seja, que iniciaram o processo de alistamento, mas não o concluíram no devido tempo.

Há uma série de critérios para escolha dos futuros recrutas. Entre os principais, está a combinação do vigor físico com a capacidade analítica, estimados por meio de exames médicos e pela aplicação de instrumentos de avaliação psicológica. Outro fundamento é a representatividade de todas as classes sociais e regiões do país. O objetivo é que a seleção se conduza com consideração pelos aspectos culturais, psicológicos e morais dos recrutados<sup>591</sup>. É concedida ao convocado a oportunidade de indicar sua predileção pela Força Armada em que eventualmente desejaria prestar o Serviço Militar, mas isso não significa que a pretensão será atendida. A designação dependerá da correspondência entre as aptidões aferidas durante os exames de seleção e os critérios estabelecidos pela Marinha, Exército e Aeronáutica para preenchimento de seus efetivos.

---

<sup>589</sup> Disponível em <<http://www.ssmr.1rm.eb.mil.br/institucional>>. Acesso em 13 de junho de 2019.

<sup>590</sup> Recentemente, visando a atender ao elevado fluxo de conscritos nos grandes centros urbanos, foi criada a *Comissão de Seleção Permanente das Forças Armadas*, a fim de atuar nas atividades ligadas ao aprimoramento da seleção dos conscritos. Portaria Normativa nº 3/MD, de 25 de janeiro de 2018. *Aprova o plano geral de convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2019*.

<sup>591</sup> *O comparecimento à comissão de seleção*. Disponível em <[http://www.ssmr.1rm.eb.mil.br/images/documentos/CS\\_10\\_-\\_Fluxo.pdf](http://www.ssmr.1rm.eb.mil.br/images/documentos/CS_10_-_Fluxo.pdf)>. Acesso em 13 de junho de 2019.

As comissões de seleção são estruturadas no seguinte padrão: há um *posto de apresentação*, no qual o jovem tem o primeiro – e em muitos casos, o único – contato direto com as Forças Armadas, visto que poderá ser dispensado do restante do processo já nesse momento. Caso não o seja, seguirá para o *posto de inspeção de saúde / exame físico*, responsável pela avaliação das condições físicas e de saúde para prestação do Serviço Militar. No *posto de aplicação de testes nº 1* os conscritos aptos na inspeção de saúde e exame físico são avaliados por meio de testes de aptidão psicológica e de interesse de atividades preferenciais, além de serem submetidos a uma entrevista que tem por objetivo coletar informações sobre suas características pessoais e habilidades profissionais. Uma vez julgado apto também nessa etapa, e possuindo nível de escolaridade igual ou superior ao 9º ano do ensino fundamental, o jovem deverá retornar para nova avaliação no dia seguinte, comparecendo então ao *posto de aplicação de testes nº 2*, que aplicará um novo teste padronizado, denominado *bateria de classificação de conscritos*, com a finalidade de promover a designação para os cargos militares em conformidade com a potencialidade de cada cidadão<sup>592</sup>.

#### 7.2.3.4 Seleção especial

A seleção especial é uma etapa do alistamento militar presente apenas em certos casos, como o da triagem para a tropa aeroterrestre. Declarada a condição de voluntário e considerado apto pela Comissão de Seleção das Forças Armadas, o conscrito será orientado para se apresentar na Comissão de Seleção Especial na Brigada de Infantaria Paraquedista.

**Quadro 10 – Testes físicos para admissão na tropa paraquedista.**

ÍNDICES MÍNIMOS A SEREM ATINGIDOS NO TESTE FÍSICO	
Primeiro dia de teste físico	Segundo dia de teste físico
1) Subida na corda: 3 metros em corda vertical.	1) Corrida: 2.500 metros em 12 minutos.
2) Abdominal supra: 29 repetições em 1 minuto.	2) Flexão de braços: 25 repetições.
3) Flexão na barra: 4 repetições.	3) Natação: 25 metros em estilo livre, sem tempo.

Quadro 10 – Testes físicos para admissão na tropa paraquedista. Provas físicas e exigência de desempenho para admissão de conscritos na Brigada de Infantaria Paraquedista. Fonte: sítio eletrônico da Brigada de Infantaria Paraquedista na *internet*.

A questão da hígidez, que perpassa todo o conceito de serviço militar, aqui vai além, já denunciando o culto ao vigor físico como um valor onipresente na cultura organizacional da tropa paraquedista. O jovem voluntário será então submetido a verificações

<sup>592</sup> O comparecimento à comissão de seleção. Disponível em <[http://www.ssmr.1rm.eb.mil.br/images/documentos/CS\\_10\\_-\\_Fluxo.pdf](http://www.ssmr.1rm.eb.mil.br/images/documentos/CS_10_-_Fluxo.pdf)>. Acesso em 13 de junho de 2019.

adicionais, entre as quais constam os testes físicos relacionados no Quadro 10, acima. Além de atingir os índices estipulados, o voluntário também precisará ser aprovado em novas avaliações médica e odontológica, e lhe será exigida a apresentação de exames laboratoriais<sup>593</sup>. Entre os critérios de seleção também constam a exigência de possuir a altura mínima de um metro e 65 centímetros, e acuidade visual sem auxílio de correção.

#### 7.2.3.5 Seleção complementar

Como resultado da seleção geral, parte dos conscritos será designada para apresentar-se nas organizações militares no início do ano seguinte, a fim de atender às necessidades de pessoal e de formação dos contingentes de reservistas. Nessas unidades será realizada a seleção complementar, uma espécie de “segunda chamada” da seleção geral, com vistas a escolher dentre os designados aqueles que realmente serão incorporados e os que serão dispensados da prestação do serviço militar.

#### 7.2.3.6 Incorporação

A incorporação é o ato de inclusão do conscrito em uma organização militar das Forças Armadas. O jovem adquire então o *status* de recruta, realizando nos primeiros dias de caserna uma série de atividades que se destinam a familiarizá-lo com a rotina militar. Inicia também a execução controlada de atividades físicas; adquire noções de hierarquia, disciplina e civismo; habitua-se aos horários rígidos e, sobretudo, começa a desenvolver o espírito de camaradagem, essencial ao trabalho em equipe, típico da vida nos quartéis<sup>594</sup>.

#### 7.2.3.7 Pqd eu ei de ser...<sup>595</sup>

A cada ano, os cerca de mil jovens que incorporam nas organizações militares componentes da Brigada de Infantaria Paraquedista vivem uma história semelhante à do soldado J. Para tanto, precisam atravessar as diversas etapas do alistamento militar, sendo então designados para prestar serviço durante o período de um ano.

---

<sup>593</sup> Constando do seguinte: 1) Hemograma completo e sorologia para Lues (VDRL - sífilis); 2) eletrocardiograma em repouso com laudo; 3) radiografia do tórax com laudo; 4) laudo do exame de urina (EAS).

<sup>594</sup> *Etapas do Serviço Militar Obrigatório*. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/servico-militar/etapas>>. Acesso em 16 de dezembro de 2019.

<sup>595</sup> Trecho de um dos “gritos de guerra” entoados pelos recrutas durante o treinamento físico na fase de preparação para o estágio básico paraquedista.

Após a incorporação, os jovens recrutas se verão envolvidos em uma gama de atividades típicas da vida militar, que englobam desde os processos burocráticos da gestão administrativa de pessoal e material, até as atividades de segurança orgânica, manutenção de equipamentos e áreas, etc. Mas, de modo geral, essas são consideradas *atividades-meio*, voltadas para a *atividade-fim*: a formação do reservista mobilizável, que se dá ao longo do *ano de instrução*, um período de atividades programado de maneira centralizada pelos escalões superiores, em conformidade com as sucessivas incorporações e licenciamentos das classes convocadas para prestação do serviço militar obrigatório.

O ano de instrução tem como finalidade capacitar técnica e taticamente os militares, através da realização de cursos, estágios e instruções. Cabe destacar que existem unidades com encargos específicos de ensino e instrução especializada, que envolvem a formação, a especialização e o aperfeiçoamento do efetivo profissional, composto pelos oficiais e sargentos de carreira. Mas, de modo geral, todas as organizações militares do Exército Brasileiro possuem algum grau de responsabilidade no que diz respeito à preparação de seus soldados. No caso específico da Brigada de Infantaria Paraquedista, a capacitação dos conscritos inclui a realização do estágio básico paraquedista, que ocorre cerca de seis semanas após a incorporação. Mas a organização também conduz outras atividades de instrução, conforme apresentado no seguinte esquema:

**Quadro 11 - Atividades de instrução da Brigada de Infantaria Paraquedista**

Atividade	Público alvo	Encargo
Curso básico paraquedista	Oficiais e sargentos de carreira	Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil
Estágio básico paraquedista	Cabos e soldados	Organização militar paraquedista
Curso de precursor paraquedista	Oficiais e sargentos de carreira	Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil
Treinamento específico de auxiliar de precursor paraquedista	Cabos e soldados	Companhia de Precursores Paraquedista
Curso de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar.	Oficiais e sargentos de carreira (arma de intendência)	Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil
Auxiliar de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar.	Cabos e soldados	Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar
Curso de formação de sargentos temporários	Cabos e soldados	Organização militar paraquedista
Curso de formação de cabos	Soldados	Organização militar paraquedista
Curso de formação de soldados	Soldados	Organização militar paraquedista

Quadro 11 – Atividades de instrução da Brigada de Infantaria Paraquedista. Relação de atividades, público alvo e encargos de condução das atividades de instrução na tropa paraquedista. Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações disponíveis na página eletrônica da Brigada de Infantaria Paraquedista na *internet*.

Os três últimos itens do quadro são comuns às demais unidades do Exército Brasileiro. Tratam-se de *cursos de formação*, que nos casos do *curso de formação de sargentos temporários* e do *curso de formação de cabos*, habilitam seus concluintes à

promoção, respectivamente, às graduações de terceiro-sargento temporário ou de cabo. Todos os cursos seguem programas e diretrizes previamente estabelecidos pelos escalões superiores.

Os processos acima descritos – recrutamento, seleção e treinamento – foram apresentados a partir da ideia de se tratarem de *artefatos* institucionais. Nessa condição, os três momentos têm em comum a característica de apresentar aos candidatos certos princípios e valores organizacionais. A etapa do *treinamento* possui ainda uma característica adicional, que aprofunda o envolvimento com esses valores ao conceder o direito a apropriação de um importante artefato institucional: os *ícones*.

#### 7.2.4 ÍCONES

Um *ícone* é um signo que guarda uma relação de semelhança visual ou estrutural com aquilo que representa (Malanga, 2004). Os *ícones* são os artefatos mais destacados da tropa paraquedista. Em sua forma original, foram materializados em emblemas sobrepostos aos uniformes, que em seguida foram estendidos a timbres, murais, fachadas de edifícios, e a toda uma infinidade de apetrechos ostentados dentro ou fora dos quartéis para exibição do *status* de paraquedista militar: um modelo encontrado comumente, ainda nos dias atuais, são os emblemas aplicados em veículos particulares, que também podem ser encontrados em peças de vestuário, mochilas, chaveiros, anéis, medalhas, etc.

Já no relatório produzido em 1945, Roberto de Pessôa demonstrava preocupação com o assunto e apresentava duas sugestões a respeito. A principal delas foi o distintivo do curso básico, o *brevet*<sup>596</sup> – um paraquedas aberto, ladeado por duas asas, sustentando uma coroa de louros<sup>597</sup> – que somente pode ser ostentado pelos militares que atravessam com sucesso o curso básico de paraquedismo. Seu uso é padronizado, devendo ser aplicado na altura do peito, acima do bolso do uniforme. O segundo ícone proposto por Pessôa foi um escudo com uma águia prateada em voo descendente, encimada por uma estrela, com um paraquedas ao fundo. Até meados dos anos 1980, esse escudo era utilizado na manga esquerda do fardamento, e embora esse uso tenha sido abandonado, o distintivo sobreviveu em outros adereços.

---

<sup>596</sup> *Brevet*: originalmente, o termo designava o certificado conferido aos aviadores, atestando sua habilitação para pilotar aeronaves. Informalmente, quase todos os distintivos no Exército Brasileiro passaram a ser designados pelo termo embora a designação regulamentar seja *distintivo de curso*.

<sup>597</sup> O modelo original continha ainda um escudo no centro da coroa de louros, trespassado de cima para baixo por um sabre. Outra característica era possuir duas versões – uma prateada, para praças, e outra dourada, para oficiais. Aviso Ministerial nº 1.089, de 23 de agosto de 1946. *Distintivos para a tropa aeroterrestre – aprovação*.

Os símbolos viabilizam a formação de uma rede através da qual uma instituição anuncia seu poder e continuidade temporal, e através da qual é reconhecida (Bouchard, 1996, apud Bertolli Filho, 2005: 158). Os modelos dos ícones acima descritos possuem um feitiço *retrô*, próprio da época de sua criação, cujas linhas estéticas evocam um estilo obsoleto; mas, longe de constituir uma desvantagem, esse efeito conduz à noção de que a instituição é portadora de uma longa trajetória histórica. Em diversos aspectos, a implantação dos ícones da tropa paraquedista foi formidavelmente bem-sucedida. O paraquedas estilizado, presente nas duas figuras descritas acima, foi e continua sendo um dos símbolos de maior importância, materializado em desenhos, distintivos, fachadas de edifícios, documentos e outros artefatos. Além dele, ao longo do tempo também foram introduzidos emblemas para as demais atividades, conforme ilustrado no quadro a seguir.

**Quadro 12 – Distintivos dos cursos da Brigada de Infantaria Paraquedista<sup>598</sup>.**

Curso / estágio	Descrição do distintivo
Básico paraquedista	Um paraquedas aberto, ladeado por duas asas, acima de uma coroa de louros.
Mestre de salto	Um escudo, de campo azul-ferrete, orlado de vermelho, com uma águia prateada em voo descendente, encimada pela inscrição "SIGA-ME", em prateado, tendo aos pés os oito painéis do ponto de lançamento, em prateado.
Forças especiais	Um escudo orlado de amarelo, campo preto, com um paraquedas aberto e sobre ele uma mão enluvada branca empunhando uma faca de lâmina vermelha e, na base do paraquedas, uma faixa branca com a inscrição "FORÇAS ESPECIAIS", em preto.
Ações de comandos	Um escudo contendo um crânio humano na cor branca, em fundo verde, atravessado de baixo para cima por um sabre, de cabo dourado e lâmina vermelha, tendo na parte superior uma faixa preta com a inscrição "COMANDOS", em dourado.
Precursor paraquedista	Um escudo orlado de dourado, de campo vermelho, tendo ao centro uma tocha em dourado, com a chama em vermelho e o núcleo em azul, ladeada por uma asa na cor dourada, encimada pela inscrição "PRECURSOR", em dourado.
Dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar	Um paraquedas aberto, com uma roda dentada em sua base, ladeados por uma asa, tudo em cinza sobre um campo amarelo; sobreposto ao paraquedas uma lucerna, em vermelho, com chama também em vermelho.
Salto livre	Um escudo circular em metal esmaltado, na cor dourada, tendo ao centro, em campo azul-claro, um paraquedas aberto, com os painéis alternadamente em amarelo e verde e, sobreposto, um saltador em queda livre, estilizado em branco e contornado em vermelho e, acompanhando a orla, a inscrição "EXÉRCITO BRASILEIRO - SALTO LIVRE", em dourado.
Mestre de salto livre	A mesma composição do distintivo do Estágio de Salto Livre, tendo na parte de baixo a inscrição "AVANÇADO" em dourado, sobre uma semi-orla em preto.

Quadro 12 - Distintivos dos cursos da Brigada de Infantaria Paraquedista. Descrição dos distintivos correspondentes aos cursos e estágios conduzidos pela Brigada de Infantaria Paraquedista. Fonte: Regulamento de Uniformes do Exército.

Os distintivos são sempre incorporados ao uniforme do militar em uma ocasião solene que marca a conclusão de um curso ou estágio, e podem ser ostentados durante toda a carreira ou tempo de serviço. O mesmo não ocorre com outros dois elementos típicos, que são

<sup>598</sup> Embora os cursos de *ações de comandos* e de *forças especiais* não mais constituam encargos da Brigada de Infantaria Paraquedista, sua criação se deu no âmbito da unidade, o que justifica seu relacionamento no quadro acima.

de uso restrito aos paraquedistas em serviço na tropa aeroterrestre: os coturnos de cor marrom, cujo uso foi autorizado já em 1946<sup>599</sup>, e a boina grená, adotada em 1964. Existe uma série de regras relativas aos distintivos, tratando de seu posicionamento nos uniformes, sua confecção, ocasiões para utilização, etc., evidenciando uma posição de destaque para o assunto nos estatutos legais, o que destaca o valor cultural conferido à sua “conquista”.

**Figura 38 – Distintivos.**



Figura 38 – Distintivos. Esses ícones correspondem aos cursos e estágios conduzidos pela Brigada de Infantaria Paraquedista, com exceção, como já foi explicado, daqueles relativos às atividades das forças especiais. Fonte: Regulamento de Uniformes do Exército.

Também existe uma grande preocupação com o uso indevido ou inadequado dos distintivos. O Regulamento Disciplinar do Exército relaciona como transgressão “sobrepôr ao uniforme insígnia ou medalha não regulamentar, bem como, indevidamente, distintivo ou condecoração”<sup>600</sup>; a legislação ainda se preocupa em coibir a promoção de alterações nas

<sup>599</sup> Aviso Ministerial nº 1.089, de 23 de agosto de 1946. *Distintivos para tropa aéreo-terrestres - aprovação.*

<sup>600</sup> Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. *Regulamento disciplinar do Exército.*

características dos uniformes<sup>601</sup>, bem como em vedar “o uso de peças ou uniformes de Forças Armadas estrangeiras, exceção feita para as *condecorações e distintivos devidamente autorizados*”<sup>602</sup>. Mas através de um sistema de vetos é possível intuir o que as pessoas fazem habitualmente, e com isso traçar esboços da vida cotidiana. Assim, a demarcação dessas proibições desvela aspectos da cultura, evidenciando o fetiche pela posse do distintivo e a importância conferida pela instituição à manipulação de imagens e representações simbólicas.

Já foi afirmado que o valor conferido aos *cursos* ultrapassou os efeitos da capacitação profissional, e entre outras implicações criou verdadeiras subculturas no interior da instituição, cada uma das quais detentora de certo capital simbólico. Essas subculturas adotaram ainda um novo artefato derivado dos símbolos: a *identidade de cor*. É possível pensar que, originalmente, havia um caráter pragmático nessa identidade, visto que a complexa atividade do lançamento aeroterrestre exige a identificação em campo aberto dos responsáveis por cada uma das funções necessárias para levar os saltos de paraquedas a cabo. Para resolver essa questão, uma codificação de cores foi aplicada à área mais visível do uniforme, a saber, os gorros, dos principais especialistas – vermelho para os precursores, amarelos para os especialistas em dobragem e manutenção de paraquedas – que assim poderiam ser identificados à distância. Em um segundo momento, a codificação de cores também passou a ser empregada com uma função de ordem simbólica pelos detentores de outras especialidades.

**Quadro 13 – Identidade de cor das subculturas.**

Subcultura	Cor
Mestre de Salto	Azul
Comandos / Forças Especiais	Preto
Precursores Paraquedista	Vermelho
Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar	Amarelo
Salto Livre	Verde claro
Resgate	Laranja

Quadro 13 – Identidade de cor das subculturas. Na Brigada de Infantaria Paraquedista também foram adotados, além dos ícones, identidades de cor para as diversas atividades. Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações disponíveis na página eletrônica da Brigada de Infantaria Paraquedista na *internet* e no Regulamento de Uniformes do Exército.

Como dito, com o correr do tempo as cores passaram a ser empregadas não mais – ou não mais *apenas* – para possibilitar o discernimento de funções durante as operações aeroterrestre: findaram por ser aplicadas em edifícios, salas, placas, letreiros, ornamentos e

<sup>601</sup> Portaria nº 1.424-Cmt Ex, de 8 de outubro de 2015. *Regulamento de uniformes do Exército* (EB 10-R-12.004), 3ª edição, 2015.

<sup>602</sup> Portaria nº 1.424-Cmt Ex, de 8 de outubro de 2015. *Regulamento de uniformes do Exército* (EB 10-R-12.004), 3ª edição, 2015.



outros elementos da paisagem, com a finalidade de delimitar espaços, indicar lugares e, principalmente, distinguir, exaltar e autopromover a própria subcultura perante o círculo maior. Assim apropriadas, as cores passaram a constituir cada vez mais uma exclusividade, consolidando a identidade funcional que, assim como os distintivos, singulariza os grupos de especialistas em relação aos demais militares.

#### 7.2.5 HINOS E CANÇÕES

A ideia de que as unidades militares se façam acompanhar de corneteiros, clarins, bandas de música ou fanfarras se perde em tempos talvez imemoriais. Do mesmo modo, a adoção de hinos, dobrados, marchas e canções está longe de constituir uma exclusividade da tropa paraquedista. Esses artefatos, quando foram integrados à organização, seguiram modelos já em uso no Exército Brasileiro. A banda de música paraquedista, formada ainda na fase do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, seguiu o modelo do Grupamento de Unidades-Escola da Vila Militar, sua vizinha geográfica.

#### ORGANIZAÇÃO E EFETIVOS DO EXÉRCITO

(Alteração)

Portaria nº 099, de 4 de julho de 1960 (Reservado):

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, resolve introduzir na Portaria nº 122, de 26 de dezembro de 1959 (Reservada), a seguinte alteração:

Organizar a Banda de Música da Divisão Aeroterrestre (Núcleo), idêntica a do Grupamento de Unidades-Escolas.

A Banda de Música da Divisão Aeroterrestre (Núcleo) fica adida ao Batalhão de Infantaria Aeroterrestre (Batalhão Santos Dumont).

Marechal Odylio Denys<sup>603</sup>

Outro ponto de destaque, que também segue padrões que já estavam em voga no Exército naqueles tempos, foi a adoção, logo nos primeiros anos, de uma “canção do paraquedista”, composta por um dos pioneiros de *Fort Benning*:

ETERNO HERÓI  
Newton Lisboa Lemos

Cumprindo no espaço a missão dos condores  
Valente e audaz não vacila um instante  
Nas asas de prata, ao roncar dos motores  
Vai a sentinela da pátria distante

Chegado o momento, descendo dos céus  
Num salto gigante, surgindo do anil

<sup>603</sup> Boletim Reservado do Exército nº 7, de 30 de julho de 1960, página 4.

Vem ele planando no templo de Deus  
Lutar em defesa do nosso Brasil

Paraquedista,  
Guerreiro alado vai cumprir sua missão  
Num salto audaz  
Vai conquistar do inimigo a posição  
Paraquedista,  
No entrecchoque das razões, sempre será  
O eterno herói  
Que no avanço e na luta ninguém deterá

HURRA! HURRA!

O poema carrega características que também podem ser encontradas em outras composições populares, tornando-se famoso junto aos soldados pela facilidade com que é aprendido, memorizado e divulgado, e isso em um grupo marcado fortemente pela tradição oral, onde um texto em prosa talvez não gozasse da mesma aceitação e, conseqüentemente, a mesma penetração de uma composição em versos marcados pela rima (Grillo, 2007). Essas propriedades são compartilhadas pela canção *Irmãos do condor*, também bastante popular no âmbito da tropa:

IRMÃOS DO CONDOR  
Dickson Melges Graef  
Paulo Altemburg Brasil

Avante paraquedista,  
no espaço irmão do condor.  
Avante paraquedista,  
a saltar com denodo e ardor.  
Ouvindo em nosso velame,  
o vento a sibilar!  
Avante paraquedista,  
É a pátria que o chama a lutar.

Oh, oh, oh Rosa Maria,  
hoje temos que saltar... que saltar!  
Mas por um paraquedista,  
mas por um paraquedista,  
vale a pena esperar... ah, ah, ah  
vale a pena esperar!

Vamos saltar  
no aceso da contenda.  
Nossa missão  
é a pátria defender.  
Rugem os canhões,  
ressoam as metralhas,  
sobre o inimigo vamos nos lançar.  
Preparar!  
Levantar!  
Enganchar!  
Verificar equipamento!  
Sem vacilar,  
vamos saltar!

Quatro pronto!  
Três pronto!  
Dois pronto!  
Um pronto!  
À porta, já!

Os méritos reconhecidos nessas canções, entretanto, estariam ausentes na exótica *Oração do paraquedista*, cujos versos deixam de lado o apelo aos sentidos patrióticos e nacionalistas para recorrer diretamente ao sentimento de religiosidade cristã. Seu enredo também abandona o destaque à atividade aeroterrestre e ao espírito de aventura, tão presente nas metáforas das composições anteriores, para exaltar outros atributos altamente valorizados na instituição, tais como coragem, resignação e autosacrifício:

#### ORAÇÃO DO PARAQUEDISTA

Dai-me, Senhor meu Deus, o que vos resta  
Aquilo que ninguém vos pede  
Não vos peço o repouso nem a tranquilidade  
Nem da alma nem do corpo  
Não vos peço a riqueza, nem o êxito, nem a saúde  
Tantos vos pedem isso, meu Deus  
Que já não vos deve sobrar para dar  
Dai-me, Senhor, o que vos resta  
Dai-me aquilo que todos recusam  
Quero a insegurança e a inquietação  
Quero a luta e a tormenta  
Dai-me isso, meu Deus, definitivamente  
Dai-me a certeza  
De que esta será a minha parte para sempre  
Porque nem sempre, terei a coragem de vô-la pedir  
Dai-me, Senhor, o que vos resta  
Dai-me aquilo que os outros não querem  
Mas dai-me, também  
A coragem, a força e a fé!

A *Oração do Paraquedista* também diverge das composições anteriores por não possuir um ritmo melódico. Mas ela ilustra outro ponto interessante nas “inovações” apresentadas na cultura organizacional da tropa aeroterrestre e posteriormente disseminadas para outras unidades do Exército Brasileiro, pois serviria como inspiração para uma “oração do guerreiro de selva”, uma “oração do combatente de montanha”, etc.<sup>604</sup>.

Já o rebuscado poema *O eterno desconhecido*, embora integre o cancionário dos paraquedistas, recebe a impopularidade como pagamento por sua longa extensão, seus versos monótonos e, principalmente, por sua terminologia rebuscada e pouco acessível:

<sup>604</sup> O tópico, de fato, tomou uma dimensão que mereceria um estudo à parte. A prática foi amplamente disseminada e as seguintes “orações” se encontram em voga no Exército Brasileiro: “do combatente urbano”; “do combatente blindado”; “do combatente mecanizado”; “do guerreiro de caatinga”; “do guerreiro do pantanal”; “do guerreiro do Comando Militar do Leste” e outras. Há símiles também nas Forças Auxiliares: existe uma “oração do combatente florestal”, no Corpo de Bombeiros de Goiás e uma “oração do combatente do fogo” na corporação do Distrito Federal.

## O ETERNO DESCONHECIDO

Quem és?  
 Quem és tu, que cavalgando nuvens  
 Satisfaz um ideal frustrado?  
 Quem és?  
 Quem és tu, que vibras uníssonos como o éter?  
 Ao te arrojares caindo docemente como amparado pelas asas de um arcanjo  
 Do corcel alado tonitroante em motores  
 Para enfrentar o silêncio vazio do desconhecido?  
 Quem és?  
 Serás um deus ou demônio  
 Serás um louco ou um homem?  
 Quem és?  
 Quem és tu que enfrenta o turbilhão de complexos  
 Que pululam  
 Em teu inconsciente,  
 Lutando contra a tua personalidade  
 Gladiando-se na incógnita vazia e silenciosa do teu ser?  
 Serás um deus ou demônio  
 Serás um louco ou um homem?  
 Quem és?  
 De onde vieste?  
 De que vives?  
 Com que sonhas?  
 Para aonde vais?  
 Serás tu um deus  
 Ao sentir a brisa acariciante do espaço  
 Roçando-te as faces plácidas e viris,  
 Enquanto lá do alto,  
 Vislumbra um mundo tão pequeno  
 Aos seus pés de gigante.  
 Ou serás tu um demônio ao dominares,  
 Lá da imensidão dos céus,  
 Dando evasão aos teus recalques,  
 Sentindo-te dominador  
 Desejando que tudo aquilo se acabasse para  
 Que teu voo tornasse eterno...  
 Infinito?  
 Que estranho ventre gerou  
 Tão etéreo ser?  
 Será que em ti a genética se confunde na  
 Partenogênese cromossomática  
 Em cruzamentos híbridos  
 De espécimes desconhecidas?  
 Complexa gênese é a tua.  
 Descendente de Deus  
 para os teus companheiros;  
 descendente de um demônio  
 confabulam os teus inimigos;  
 para os covardes sem ideal,  
 foste gerado de um louco;  
 tua esposa e tua prole,  
 sabem-te homem.  
 Tu és a simbiose perfeita  
 De deus, louco, demônio e homem  
 Alimentado pelo que vai e  
 Verdadeiramente existe no recôndito  
 Mais profundo do teu ego e superego.  
 És um paraquedista!

És um demônio  
 Com uma parcela de louco  
 És um homem  
 Com espírito de Deus.

As letras dessas canções e poemas recorrem abundantemente às figuras de linguagem, contemplando temas e visões que fornecem aos indivíduos inspiração para as experiências vividas na instituição, como se fossem moldes para a ação, para os sentimentos e para os pensamentos. Nesse sentido, essa produção poderia ser vista como um autêntico “manual de instruções”, carregando elementos destinados a despertar o interesse, a motivação e o orgulho pela atividade militar específica da tropa aeroterrestre. As ocasiões em que são entoadas reforçam esse potencial, por constituírem, frequentemente, situações marcadas pelo júbilo ou alguma outra espécie de carga emocional. Nelas não existem personagens específicos. Diferentemente da exaltação dos “patronos” nas canções das armas ou do Exército, seu herói é um tipo ideal, no qual cada indivíduo pode se reconhecer. Do mesmo modo, seus enredos se esquivam de eventos políticos, sociais ou históricos, apresentando um mundo marcado pelo nacionalismo, pelo patriotismo e pela religiosidade cristã. Seu tempo histórico é uma guerra mítica, no qual o sacrifício da vida não causa medo nem dor.

Dentro do enredo dessas canções se encontram os ideais morais que a instituição almeja para seus membros. Seus temas constituem tentativas de direcionamento da cultura pela exaltação do coletivo, pela ordenação e estruturação da memória e das formas de comunicação e pela sugestão de formas e significados para as experiências. Para além desses tópicos cotidianos, sua força simbólica se estende também ao campo das excepcionalidades: a celebração da guerra, do preparo profissional para enfrentamento de hostilidades e a colocação em risco da própria sobrevivência.

#### 7.2.6 DIFICULDADES NA INTERPRETAÇÃO DOS ARTEFATOS

Os exemplos acima atestam que o *nível dos artefatos* é de fácil observação, visto que praticamente é *oferecido* aos sentidos do espectador. Nesse nível, as manifestações da cultura organizacional são muito claras e tem um impacto emocional imediato. Entretanto, apenas através delas não é possível determinar as motivações subjacentes às ações dos atores organizacionais. A pura observação não permite decifrar os eventos em curso, ainda que pareçam se tratar de obviedades. Os símbolos possuem natureza ambígua, e só se pode alcançar seu significado investigando a cultura nos seus níveis mais profundos, ou seja, suas crenças, valores e suposições básicas. É especialmente temerário tentar inferir suposições

apenas através dos artefatos, visto que tais interpretações, inevitavelmente, projetam os sentimentos, experiências e reações do próprio observador (Schein, 2009: 22).

### 7.3 CRENÇAS E VALORES

Reunido certo número de artefatos presentes na cultura da tropa paraquedista, pode ser iniciada uma tentativa de decifrar os valores institucionais por eles representados.

Um ponto importante a ser destacado a respeito da articulação entre esses dois níveis da cultura – *artefatos x crenças e valores* – é que os primeiros são fáceis de observar, porém muito difíceis de serem decifrados, ou seja, traduzidos em seus valores correspondentes. Seguem dois exemplos dessa proposição. O primeiro seriam as funções do brado “Brasil acima de tudo!”. A expressão, cuja origem já é conhecida, pode atualmente ser encontrada nas mais diversas situações: registrada em documentos, inscrita em fachadas, repetida como fórmula em ocasiões solenes e cerimoniais. De um ponto superficial de observação, pouco poderia ser proposto além de que seu uso traduza valores de um arraigado patriotismo ou nacionalismo – condição que, apenas pode ser suposto, deveria efetivamente estar presente quando da sua adoção inicial. Mas observe-se o que se segue:

Situação 1: os trabalhos diários do curso básico paraquedista, na área de estágios, (ou de outros cursos conduzidos na brigada) são abertos, invariavelmente, com uma cerimônia na qual o brado de “Brasil acima de tudo”, em uníssono, é emitido pelos participantes.

Situação 2: um comandante, chegando pela manhã ao quartel ou despedindo-se no final do expediente, sempre encontrará a guarda da unidade formada, conforme determina o regulamento para essa situação. Ao receber a continência, emite o brado de “Brasil”, e é respondido em uníssono pelos soldados: “acima de tudo!”.

(Em uma variante da situação 2, qualquer outro oficial ou graduado passa pelo sentinela da guarda ao quartel, e ao receber a continência regulamentar emite o brado “Brasil”, respondido com seu complemento – “acima de tudo!”).

Situação 3: a tropa se encontra formada para determinada solenidade ou cerimônia. A autoridade que irá presidi-la se desloca então para o palanque, e suas primeiras palavras, dirigidas em forma de cumprimento, são iniciadas pelo brado “Brasil!”, respondido por todos, a plenos pulmões – “acima de tudo!”. Como variantes, o brado pode ser emitido apenas no final; *ou* no início e no final do discurso. Em qualquer dos casos, os soldados usualmente serão advertidos do momento em que o brado ocorrerá, e orientados a respondê-lo do modo pré-estabelecido.

Todas essas situações são espetaculares, de fácil observação. Entretanto, mesmo nelas, existem sutis diferenças na função do brado, que agora se assemelha à formalidade de uma saudação ou de um cumprimento padronizado, diferentemente do fecho do manifesto lido na Rádio Nacional, ou da faixa fixada nas aeronaves do jubileu, suas primeiras exposições públicas. Seria possível afirmar que a condição psicológica de cada indivíduo que o responde, anônimo em um grupo numeroso, seja mais próxima de um sentimento elevado de patriotismo, ou que possua algum sentido nacionalista, do que propriamente represente o condicionamento de um gesto, de um movimento, uma praxe, um reflexo? Acrescente-se outro detalhe: ao desempenhar tal função, muito assemelhada a uma reverência, o brado é *julgado* pela autoridade que o recebe segundo o *vigor* com que é emitido, sendo mais valorizado quanto maior for o volume de sua entonação. Ocorreria tanta espontaneidade na situação, conforme a entonação, o gesto, a emoção simulada e estimulada, poderiam sugerir a um espectador externo?

As situações seguintes revelam que também existem outros usos, repertórios e funções para o brado, ainda caracterizando sua natureza de artefato institucional.

Situação 4: o mestre de salto vai à porta da aeronave em voo para comandar o lançamento. No ponto apropriado, deve bradar “já” e se lançar no espaço, sendo seguido pelos demais saltadores. Substituindo o palavreado convencional, encara os homens e grita “Brasil!”, em contínuo saltando para fora da aeronave, no que é acompanhado pela equipe.

Situação 5: o militar recebe certa tarefa – uma “missão” – de difícil execução ou que de algum modo lhe desagrade. Tenta apresentar alguns argumentos ao superior, que permanece irredutível. Resignado, despede-se com a expressão: “Brasil”.

Variante da situação 5: a circunstância é agradável para o militar. Com júbilo, despede-se *utilizando a mesma expressão*.

A observação superficial não possibilitaria *decifrar* o que exatamente está ocorrendo nas situações descritas acima. Caso fosse possível reproduzir aqui todas as variantes que podem ser encontradas, seria demonstrado que “Brasil” pode expressar desde os mais diversos graus de sentimentalismo ou patriotismo até o mais puro cinismo ou deboche, e não apenas em ocasiões excepcionais, mas como usos culturalmente construídos e institucionalmente aceitos. Assim, mesmo em condições aparentemente familiares, um ouvinte não pode garantir que o brado possua o mesmo sentido com que já se deparou em outro momento. Para adquirir conhecimento sobre seu significado em cada contexto, faz-se necessário encontrar e inquirir membros da organização, “informantes” que possam elucidar o que está acontecendo (Schein, 2009: 22).

Nessas bases, segue uma explicação possível, elaborada a partir da imersão do pesquisador na cultura da tropa paraquedista: o uso do brado “Brasil...” ilustra um ideal de *uniformização* da vida cultural da unidade. A padronização, diga-se de passagem, é uma ambição bastante comum nas instituições militares. Ela já é encontrada desde os processos de recrutamento e seleção, que embora aleguem a busca da *representatividade*, na prática se desenvolvem no sentido oposto a esse conceito, estabelecendo parâmetros – biológicos, sociais e psicológicos – que buscam homogeneizar o grupo já na sua formação. Aos candidatos à Brigada de Infantaria Paraquedista, os critérios de exigência de desempenho são ainda mais restritivos e específicos; logo, mais homogêneo, pode-se esperar, será o resultado da triagem dos voluntários.

Diversos exemplos do esforço cultural pela padronização de atitudes, competências e visões de mundo poderiam ser extraídos já das semanas iniciais da vida militar. Logo de início, uma das primeiras providências será ensinar os recrutas a se organizarem em filas segundo o critério da *altura* do indivíduo, arranjo que estende a percepção de homogeneidade ao coletivo; assimila também toda uma série de instruções sistematizadas, treina movimentos e passos sincronizados, até atingir o mais alto nível de uniformidade desejado na organização: o comportamento adequado que lhe permite se lançar da aeronave realizando os gestos exatos, no tempo e sincronia corretos que garantam a segurança para si e para os companheiros. Acidentes de paraquedas, na quase totalidade das vezes, ocorrem por falta de obediência a esse princípio. Levado o argumento às últimas consequências, poderia ser dito que a complexidade do ensino militar estaria diretamente ligada à complexidade da homogeneização de procedimentos: alinhar um fuzil com o do companheiro, em uma extremidade da escala; alinhar uma aeronave em voo ou um navio de guerra, na outra.

Schein explica que as crenças e os valores presentes em uma determinada cultura organizacional precisam se mostrar compatíveis com as suposições que os sustentam. Essa convergência indicará que sua adoção se deu a partir da eficiência dos pressupostos em fornecer soluções para os problemas enfrentados pela organização. A hipótese da *padronização* como um valor cultural atende essa premissa, visto que sua legitimação, muito provavelmente, é resultado da solução de dificuldades típicas da vida militar, como questões referentes à logística ou ao emprego tático.

Um segundo exemplo sobre as dificuldades na avaliação dos valores culturais de uma organização será apresentado a partir da observação do seguinte item, que se encontra no *Estatuto dos Militares*.



Art. 27. São manifestações essenciais do valor militar:

I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;

II - o civismo e o culto das tradições históricas;

III - a fé na missão elevada das Forças Armadas;

IV - o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;

V - o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e

VI - o aprimoramento técnico-profissional<sup>605</sup>.

Encontrar um registro elaborado pelas próprias instituições sob o título de *nossos valores* não é algo raro de fato, e essa não é, em absoluto, uma exclusividade da instituição militar. É usual deparar com esse tipo de mensagem em circulares, murais, correspondências internas e toda sorte de informativos divulgados por empresas de diversos portes e categorias. Nas unidades militares, é comum que os *nossos valores* sejam exibidos em painéis arranjados em pontos de grande circulação de pessoas, onde possam gozar de visibilidade privilegiada.

Espera-se não soar jocosa a afirmação de que talvez todo este trabalho de pesquisa – ou ao menos, grande parte dele – poderia ter sido abreviado se o *Estatuto dos Militares* houvesse sido consultado com maior antecedência. Seria descoberto então que os valores militares – e por extensão os valores da tropa paraquedista – seriam os seguintes: o *patriotismo*; o *civismo*; o *culto das tradições*; a *fé na missão*; o *espírito de corpo*; o *orgulho pela organização*; o *amor à profissão*; e a *busca do aprimoramento*. De fato, outros pesquisadores que buscaram analisar instituições militares a partir dos preceitos da cultura organizacional parecem ter atingido essa mesma conclusão.

Um deles é o professor José Ferreira, que no artigo *Cultura organizacional: um caso exemplar*, propôs pesquisar a criação da cultura organizacional do Exército no período de 1935 a 1985, apontando como grande dilema da Força a definição de seu papel político. Defende, então, que a solução constituiu na redefinição desse papel, e que o sucesso da empreitada dependeu, em grande parte, da construção de uma cultura organizacional. Aponta ainda que “Ele [o Exército Brasileiro] é uma organização centralizada cuja cultura organizacional se baseia em valores como disciplina, hierarquia, destemor, patriotismo, etc.,” (Ferreira, 2017: 2) e relaciona como “valores da organização: coragem, lealdade, respeito à hierarquia e a disciplina” (Ferreira, 2017: 10).

Por sua vez, Ana Pontes (2016) se propõe a descrever as formas de manifestação da cultura organizacional do Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro, coletando dados através de entrevistas semiestruturadas (Pontes, 2016: 7). Encontra então, como valores

<sup>605</sup> Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. *Estatuto dos Militares*.

organizacionais, “lealdade, patriotismo, probidade, dedicação, culto às tradições, dentre outros”, admitindo que “todos eles se inserem de algum modo dentro dos valores oficiais do Exército” (Pontes, 2016: 56) e concluindo que não existiria uma subcultura específica do CCOMSEX, pois: “Todos os aspectos valorativos citados ou fazem parte de algum valor formal maior que consta no site do EB ou são os próprios valores” (Pontes, 2016: 56).

Por fim, temos a pesquisa de Daniela Bruno, que recorre a entrevistas com militares em serviço na própria Brigada de Infantaria Paraquedista a fim de descrever a construção identitária do paraquedista militar. Sua análise final aponta os valores derivados da condição de paraquedistas dos entrevistados, que segundo ela “colocam a Pátria como sua grande motivação” (Bruno, 2010: 114), posto que: “Imaginar e acreditar na ideia de Pátria é, dentre outras coisas – como hierarquia, disciplina, obediência – uma questão identitária, existencial para os paraquedistas” (Bruno, 2010: 115).

Tal listagem poderia contar ainda com outros exemplos. Mas é necessário apontar que os casos acima, embora tentem se sustentar em instrumentos da análise organizacional, parecem não atingir a compreensão dos níveis mais profundos da cultura, principalmente por não realizarem uma discriminação eficiente entre o que deve ser conceituado como um *valor organizacional* e aquilo que deve pertencer à categoria das racionalizações e aspirações para a conduta dos membros de uma instituição. A própria existência de seu registro indica que aquilo que é regimentalmente apontado sob a rubrica de *valor* goza muito mais da natureza de uma *norma*, criada a partir da intenção manifesta de dirigir o comportamento dos indivíduos. Além disso, valores organizacionais devem ocupar uma posição intermediária entre os *artefatos*, que os representam, e os *pressupostos básicos*, nos quais se fundamentam. Essa articulação está ausente nas pesquisas citadas, e omitindo-a, é inevitável fugir aos preceitos metodológicos da análise organizacional.

Tentando então obedecer a tais preceitos e alcançar os níveis mais profundos da cultura organizacional da Brigada de Infantaria Paraquedista, é apresentada a seguir uma proposta de quatro valores simbólicos e sua articulação com os artefatos já descritos.

### 7.3.1 DISTINÇÃO: BOINA, BOOT E BREVÊ, SÓ QUEM USA É PQD<sup>606</sup>

*Distinção* é a ação ou o efeito de *distinguir-se*. No sentido aqui empregado, seu significado é o de *diferenciação* ou *destaque*.

---

<sup>606</sup> “Boina, boot e brevê, só quem usa é o Pqd”: trecho de uma das canções mais comumente entoadas pelos paraquedistas durante o treinamento físico.

Não é difícil demonstrar a apropriação da *distinção* como um valor organizacional da Brigada de Infantaria Paraquedista, pois mesmo no nível mais superficial da cultura, isto é, através dos seus artefatos, ela é permanentemente denunciada. Esse valor está presente mesmo antes do indivíduo ser considerado um integrante da unidade, já nas fases primordiais de seleção e recrutamento: quando o jovem se declara voluntário para a tropa paraquedista, diferenciando-se dos demais conscritos; quando supera os demais candidatos durante a seleção *especial*; quando conquista o direito a *incorporar*, para o que é preciso ultrapassar dezenas de concorrentes. Garantido o ingresso na instituição, destacar-se perante os companheiros será um critério para acesso a diversas oportunidades, inclusive de ascensão na carreira. A distinção também mostra sua face nas celebrações solenes que marcam o término de etapas da vida militar – cursos, promoções, movimentações – contando com todo um sistema de homenagens, recompensas e premiações dirigidas para os indivíduos-destaque.

Os ícones, segundo item da lista de artefatos, praticamente dispensam uma explanação mais extensa de sua relação com a distinção. A própria etimologia da palavra que designa sua forma mais comum – os *distintivos* – já explica sua função de *distinguir* seu portador perante os demais, constituindo a forma material de exposição e exaltação das distinções. Como já foi visto, seu uso é absolutamente restrito àqueles que se diferenciam de seus pares, e para possuí-los é preciso fornecer provas de mérito. Toda a simbologia associada – cores, brasões, emblemas, escudos – também constitui exclusividade do portador do distintivo, que além de celebrar a distinção também ratifica as prerrogativas funcionais do seu portador perante outros, identificando sua licença para transitar em certos espaços, sua habilidade para ditar cursos de ação, sua autoridade em assuntos específicos, etc.

Do mesmo modo, os hinos, cânticos e canções constituem artefatos de uso exclusivo de certos grupos, tanto mais distintos quanto mais diferenciados em relação ao entorno. Entoar a “Canção do Paraquedista”, por exemplo, é uma prerrogativa dos militares que tenham se tornado – ou estejam tentando – se tornar paraquedistas; e embora não haja de fato uma proibição regulamentar a respeito, a canção somente será entoada por outrem em ocasiões muito específicas – na prestação de homenagens a um paraquedista, por exemplo – celebrando justamente o realce daquele elemento em relação ao meio.

A distinção é *cumulativa*: como reza o antigo ditado, quem pode mais, pode menos. Formar-se *paraquedista* confere o direito de ostentar certos símbolos, utilizar determinados termos, entoar canções específicas, transitar em certos espaços; tornar-se *mestre de saltos*, para o que é necessária a qualificação em paraquedismo, permite a entrada em outro circuito simbólico, sem que o antigo seja descartado; conquistar a posição de *precursor*

*paraquedista* – para o qual as duas condições anteriores são exigidas – abre para o indivíduo as portas de um universo ainda mais seletivo, que se soma às prerrogativas derivadas dos *status* mais básicos.

Grande parte dos artefatos são então construídos para celebrar o valor institucional conferido à distinção, sendo antes de tudo exclusivos. Em grande medida, são essas características que fazem com que sejam cobiçados. Parte substancial do desejo pela qualificação como paraquedista militar se mantém pela satisfação narcísica proporcionada pela ostentação dos adereços correspondentes, que atestam o valor do seu portador. Tais benefícios simbólicos, responsáveis por grande parte dos movimentos dos indivíduos naquela cultura, testemunham a disposição para aderência e comprometimento com os ideais da instituição<sup>607</sup>.

### 7.3.2 CULTO À AUTORIDADE E À LIDERANÇA

Os integrantes das organizações militares paraquedistas cultuam a autoridade e a liderança, e acreditam que tais valores não devem ser exercidos somente em razão da posição hierárquica. Os exemplos mais emblemáticos dessa condição são oriundos das atividades aeroterrestres, tais como os apresentados abaixo, mas a disseminação desse valor cultural é bastante evidente também em outras situações.

As prerrogativas funcionais para a condução dos saltos de paraquedas são concedidas pela qualificação adquirida através dos cursos, e assim os critérios de acesso a tais competências obedecem ao sistema hierárquico. Mas na vida prática esse fato é frequentemente ignorado, dando lugar à exaltação da autoridade e da liderança exercidas no contexto dos exercícios aeroterrestres. Um graduado qualificado como mestre de saltos goza de mais prestígio entre seus pares e subordinados do que um oficial superior que não possua tal habilitação. É comum que circulem certas anedotas entre esses graduados, nas quais relatam sua posição de comando durante o lançamento de oficiais novatos, ressaltando seu papel de autoridade naquele momento. Acreditam, assim, possuir mais autonomia do que gozariam em outras organizações militares, que seriam governadas rigidamente pelo princípio

---

<sup>607</sup> A pura satisfação narcísica pela ostentação dos distintivos deve possuir um papel ainda maior do que foi sugerido acima. Testemunhei inúmeros casos em que o desejo de “colocar a caveira no peito” – uma metáfora para a realização do curso de ações de comandos – se traduzia em um absoluto desconhecimento das atribuições e responsabilidades dos militares habilitados para aquela função. O alto nível de desligamentos voluntários nas primeiras etapas dos cursos operacionais mais cobiçados – como ações de comandos, operações na selva ou precursor paraquedista – também testemunham esse fenômeno, já que grande parte das justificativas se expressa na frase “não era o que eu pensava”. O desejo maior, no caso, era o de ostentar os respectivos símbolos.

da hierarquia, e não da competência. A expressão pejorativa “coisa de pé preto<sup>608</sup>” é empregada para expressar essa visão, generalizada em outras ocasiões da vida institucional.

Um desdobramento desse valor organizacional – e o contraste serve como medida da sua importância – é a ideia de que todos devem conhecer e dominar suas atribuições profissionais. Romper com esse princípio equivale a receber a pecha de incompetente, incapaz, inepto ou ineficiente, existindo inclusive gírias e jargões próprios – tais como *bisonho*, *mocorongo*, e outros desrespeitosos o suficiente para não serem aqui reproduzidos – para retratar os membros do grupo que incorrem em faltas dessa natureza.

Esses breves argumentos condensam observações mais extensas, que ora são apresentadas nessa fórmula resumida: autoridade e liderança, diretamente ligadas a competências técnicas, ocupam uma posição central e podem ser apontadas como importantes componentes do sistema de crenças e valores da instituição.

### 7.3.3 A SOCIABILIDADE

Ampla discussão teórica existe a respeito do conceito de *sociabilidade*. Aqui, a seguinte definição será adotada:

(...) ação recíproca entre indivíduos, que se materializa em modos de relacionamento social concreto, construídos a partir de processos interativos, representativos e simbólicos dentro e fora do espaço organizacional, mas permeados pelo cotidiano da organização e altamente influenciados pelo processo de gestão (Fantinel, 2012: 57).

Seguindo ainda a premissa de que os valores de uma organização só podem ser inferidos a partir da sua ligação com os artefatos visíveis, aponta-se que as evidências da ênfase na vida coletiva de fato se manifestam por toda parte nos quartéis da Brigada de Infantaria Paraquedista.

Os espaços de convivência – alojamentos, vestiários e banheiros – mesmo distribuídos segundo alguns critérios básicos, como círculo hierárquico e gênero, são sempre compartilhados (tendo como única exceção os espaços destinados aos oficiais comandantes de unidade). Já os refeitórios obedecem apenas ao arranjo hierárquico. Além dessas estruturas, voltadas para o suporte à vida diária, se encontra também toda uma série de artefatos onde se desenvolvem atividades formais que exaltam o convívio social: campos de parada, palanques, auditórios, recintos para cerimônias e formaturas.

---

<sup>608</sup> “Pé preto”, bem como suas variações “pé de cão” ou “urubu” são expressões pejorativas empregadas pelos paraquedistas para designar o militar não habilitado em paraquedismo. A referência é aos coturnos pretos utilizados por esses militares, diversamente dos paraquedistas, que o utilizam na cor marrom.

Também existem ambientes coletivos mais informais, como barbearias, cantinas, alfaiatarias, grêmios. Há espaços que são francamente destinados à realização de confraternizações, dotados muitas vezes de bares e churrasqueiras, em praticamente todas as unidades paraquedistas. Já as quadras e campos esportivos gozam de um caráter misto: formais em determinados horários ou atividades, são apropriados de maneira mais fugidia nos intervalos laborais e ao final dos expedientes. Tudo isso reflete suposições a respeito dos modos como as funções devem ser desempenhadas e como os relacionamentos devem ser conduzidos na organização, demonstrando que, formal ou informalmente, a experiência coletiva e a interação são fortemente valorizadas.

Avançando mais um pouco nos argumentos apresentados, pode ser afirmado que a incorporação da sociabilidade como um valor cultural se estende muito além da lógica do funcionamento e da rotina intramuros do quartel, já que tal fenômeno termina por formar vínculos de caráter bastante permanente entre os membros da organização. Reuniões de ex-integrantes da unidade ocorrem com grande frequência, ainda que se trate de sujeitos que cumpriram somente o serviço militar inicial e já não possuam vínculos com a Força há muitas décadas. Outra prova de como o gosto pelo convívio com os pares permanece arraigado são as associações de veteranos paraquedistas. Existe uma *Associação de Veteranos da Brigada de Infantaria Paraquedista* no Rio de Janeiro e uma segunda agremiação com esse mesmo título funciona em Pernambuco. No Rio Grande do Sul, os veteranos se reúnem na *Associação Grafonsos de Veteranos Paraquedistas Militares*, que se anuncia como uma “entidade que visa promover a união e as tradições de convivência fraternal entre os veteranos paraquedistas militares”. Em Goiás existe uma *Confraria de Veteranos da Brigada de Infantaria Paraquedista*; no Paraná, encontra-se a *Associação dos Veteranos Paraquedistas Militares do Paraná "Eterno Herói"*. No ambiente virtual, multiplicam-se nas redes sociais as páginas dedicadas a esse tema. Essas associações possuem um único requisito de admissão: possuir o título de paraquedista militar, e suas atividades mereceriam um estudo à parte. Apoiadas ou incentivadas pelas organizações militares locais, reproduzem cerimônias, entoam hinos, ostentam distintivos e símbolos referentes a suas posições durante o tempo de serviço ativo, mas antes de tudo funcionam como espaço de convivência e sociabilidade.

Pensar a sociabilidade do paraquedista militar como um valor cultural permite apreender uma parte importante da vida organizacional: os significados atribuídos às interações e aos espaços da organização, que evidenciam a percepção do cotidiano não apenas como um espaço e tempo de trabalho, mas como um campo muito mais amplo de relações, convívio, comunicação e contato social.

#### 7.3.4 A DEFESA DA IDEOLOGIA

Formada pela integração de mitos, normas e valores, a ideologia reúne em um todo coerente as suposições mais profundas da cultura, englobando elementos como os mitos de origem e as histórias de comportamento heroico (Schein, 2004: 130). A ideologia organizacional é um sistema de valores fortemente sedimentado, que diferencia uma organização de outras. Ela se desenvolve em três estágios: a criação do sentido de missão; a construção de tradições e sagas; e o reforço por meio do processo de identificação. Com o tempo, comportamentos vão se repetindo e ganhando valor, histórias de guerra e heróis emergem, e a organização se institucionaliza (Wood Jr & Caldas, 2007: 65).

Tratar a defesa da ideologia como um valor institucional da Brigada de Infantaria Paraquedista significa propor que o sistema cultural vigente na instituição também se destina a exaltar, a legitimar e a propagar que aquilo que é considerado como correto por seus integrantes possui um caráter universal; e que, assim sendo, seus membros estão permanentemente dispostos a defender a crença de que seus cursos de ação e interpretações do mundo são os melhores e mais adequados à realidade.

#### 7.3.5 COMENTÁRIOS

Mesmo após discernir as crenças e valores adotados por uma instituição, algumas áreas do comportamento de seus membros ainda podem permanecer inexplicadas, restando a sensação de que se compreendeu apenas uma parte da cultura. Para alcançar níveis mais profundos de entendimento, é preciso atingir a categoria de suposições básicas subjacentes (Schein, 2009: 30).

A investigação que leva a esse próximo nível da cultura pode ser conduzida de dois modos. O primeiro é a convivência do observador com o grupo, por tempo suficiente para que os significados dos *artefatos* se tornem gradualmente mais claros; o segundo é a análise dos valores, normas e regras adotadas, que fornecem os princípios operacionais do dia-a-dia, através dos quais os membros do grupo orientam seu comportamento.

#### 7.4 SUPOSIÇÕES OU PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Schein enfatiza a necessidade de ir além dos níveis dos artefatos e das crenças e valores, a fim de atingir o nível das suposições ou pressupostos básicos. A menos que se

entenda o que está acontecendo nesse plano mais profundo da cultura, não se pode realmente dar por decifrado nem mesmo o significado dos fenômenos mais superficiais, ou pode-se interpretá-los mal devido à projeção dos próprios vieses culturais nos fatos observados.

A lista de cinco itens apresentada a seguir aponta algumas possibilidades de interpretação dos fundamentos culturais da tropa paraquedista no nível dos pressupostos básicos. Em sua maioria, os itens se relacionam à manipulação simbólica e ao controle – ou ao menos à tentativa de controle – da cultura organizacional. Mas isso não significa que derivem somente do topo da hierarquia; de fato, é muito provável que a noção do “ser paraquedista” e seu modelo ideal constituam uma fonte permanente de disputa entre os membros da instituição, embora ao longo do tempo tenha atingido certa estabilidade, que permite agora descrevê-la. As expressões que definem os pressupostos derivam de um esforço sintético do pesquisador, que procurou arranjá-las da forma mais coerente com suas observações e análises.

#### 7.4.1 A CULTURA ORGANIZACIONAL TEM PROPÓSITOS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

É amplamente aceito pelos membros da Brigada de Infantaria Paraquedista que seus cursos de ação e de interpretação de normas e valores, suas noções sobre o certo e o errado, seus parâmetros para tomada de decisões ou classificação de prioridades, e outros sentidos compartilhados visem o controle dos processos operacionais, bem como que esse controle seja estendido aos indivíduos.

Há exemplos na vida prática, entre os quais foi selecionado o seguinte. Nos procedimentos que antecedem o salto de paraquedas, a enumeração dos itens do equipamento – *gancho, pino, fita, capacete, nuqueira, queixeira, mosquetão do peito, reserva, tirante das pernas e coturno* – tem uma função técnica. Esse caráter está ausente quando, em meio a uma corrida, os mesmos itens são enunciados ritmicamente pela tropa, travestidos de cânticos de guerra. Aliás, há muitas outras amostras dessa remoção da terminologia de contextos técnicos, para que assumam formatos simbólicos; na introdução da canção *Eterno Herói*, as tubas arremedam o som de motores, enquanto o regente da banda emite comandos similares aos do salto (*Avião! Preparar, levantar...*). Entre outras funções, essa estratégia deve servir para manter os indivíduos permanentemente imersos na cultura.

Quanto mais imersos na cultura, mais os indivíduos internalizarão os padrões de comportamento aceitáveis. Essa espécie de regra tácita confere sensações de segurança e conforto, em parte porque todos entendem que em algum momento exercerão alguma função



de liderança ou chefia, ou que dependerão dos procedimentos de outrem para levar adiante suas próprias tarefas, garantir sua segurança, etc. Compartilhando tais noções, todos aceitam o pressuposto que a cultura tenha propósitos ligados à coordenação e controle, conferindo estabilidade às rotinas e facilitando as interações sociais.

#### 7.4.2 O COMPROMETIMENTO COM A INSTITUIÇÃO DEVE SER CELEBRADO

O segundo pressuposto básico é que o comprometimento com a instituição deve ser permanentemente celebrado. Isso se dá, principalmente, através de rituais, que, além de constituírem sistemas de reforço e manutenção da cultura, ajudam a guiar a construção de novos valores comuns (Wood Jr., 2001: 185).

Uma das formas mais básicas do ritual militar são as *formaturas*, ocasiões específicas e solenes nas quais são apresentadas homenagens coletivas, buscando a exaltação de temas nacionais e históricos. Essa manifestação é também uma das mais visíveis pelo público externo, visto que geralmente conta com certo esforço da instituição para que seja divulgada. Mas além dos temas mais gerais também são celebrados eventos que dizem respeito apenas à instituição e nessa categoria se destacam, na Brigada de Infantaria Paraquedista, a “*brevetação*”, cerimônia de entrega dos distintivos e boinas às novas turmas de paraquedistas, e o *jubileu*, comemoração anual do aniversário de criação da Escola de Paraquedistas. A maior importância é conferida à celebração desses dois eventos, que além dos paraquedistas em serviço na brigada, reúnem milhares de seus ex-integrantes, testemunhando o comprometimento com a exaltação da própria cultura e história.

Pensar no vulto tomado por essas formas de celebração leva à suspeita de que o pressuposto do comprometimento contém grande parte da força da cultura organizacional da tropa paraquedista. Como sempre, também é preciso traçar uma ligação entre esse pressuposto, os valores que ele sustenta e os artefatos que lhe dão visibilidade. Porém, mais uma vez, essa é uma manifestação sobredeterminada, e desse modo se pode apenas delinear algumas hipóteses a seu respeito, entre as quais está a seguinte: a necessidade de manifestação periódica e ostensiva do comprometimento equivale à renovação de uma espécie de contrato, baseado na identificação e no envolvimento com os valores da organização. Esse sistema, provavelmente, tem a função de substituir, *dentro do possível em uma organização militar*, outras formas mais ostensivas de controle disciplinar sobre os indivíduos. Em uma fórmula resumida, poderia ser afirmado que a celebração do comprometimento é a contrapartida do paraquedista pelo grau de autonomia que a instituição lhe concede.

### 7.4.3 O PASSADO DEVE SER CELEBRADO

Esta é uma variante do pressuposto que a instituição é credora de homenagens, mas difere da ideia anterior por desdobrar-se em duas formas. A primeira se dá em ações mais formais e oficialmente organizadas, que se preocupam com a celebração do passado institucional ou coletivo; na segunda, que comporta uma ampla gama de situações mais informais, os indivíduos se preocupam com a reorganização do passado individual, construindo-se, como observou Daniela Bruno, em personagens principais e heroicos em suas próprias narrativas (Bruno, 2010: 168). Os dois casos se caracterizam por envolverem um alto nível de maniqueísmo, ou seja, existe uma forte tendência a promover a exaltação de tudo aquilo que possa dignificar a instituição, bem como a expurgar da memória tudo o que possa manchar a sua história – vide o caso do capitão Carlos Saldanha da Gama Chevalier, primeiro militar brasileiro a realizar um salto de paraquedas sobre o Campo dos Afonsos, e mesmo assim omitido de todos os relatos encontrados sobre o paraquedismo militar brasileiro.

A celebração desse passado recontado e reorganizado sobressai como uma das grandes preocupações institucionais. Seu resultado, no plano coletivo, é o fornecimento de material para as celebrações oficiais; já no plano individual, resulta na coleção de anedotas, historietas, casos, aventuras e toda sorte de lances significativos, que à sua maneira também transmitem a ideologia da organização, mostrando o que é considerado relevante, determinando a forma apropriada de apreensão e solução de problemas e apresentando os limites em que as ações são aceitáveis.

### 7.4.4 DESTOANTES DEVEM SER EXCLUÍDOS

Destoantes são indivíduos que se situam fora dos limites entre os valores da *distinção* e da *padronização*. Inicialmente, parece haver uma contradição entre esses dois valores, como se eles se situassem em extremos opostos de uma escala. A chave para decifrar essa questão se encontra, mais uma vez, nos artefatos culturais, e um bom exemplo são as expressões “destaque positivo” e “destaque negativo”, muito frequentes na instituição. “Positivo” é o movimento em direção ao tipo ideal de procedimentos padronizado nas normas e regulamentos, um objetivo dificilmente alcançado pela média dos indivíduos; negativo é o movimento oposto. Destacar-se positivamente é ficar acima dessa média; destacar-se negativamente, abaixo. Essa regra da aproximação do modelo ideal se aplica a toda a vida organizacional: do corte de cabelo a um salto de paraquedas; do gesto da continência à

redação de um memorando; do desempenho em um exercício físico até o manuseio de um armamento ou à condução de uma viatura. Distinção e padronização, portanto, estão juntas no mesmo lado de uma balança. O outro lado é ocupado pelo desvio, que a manipulação da história busca a todo custo evitar. O desvio é o lugar do rebelde, nênese dos heróis oficiais que ocupam um lugar privilegiado na cultura da organização.

Excepcionalmente, os rebeldes mais reticentes podem ser cooptados e transformados em heróis. O mais famoso caso dessa natureza talvez seja o do paraquedista nº 29.949, Jair Messias Bolsonaro. Voltando-se para a carreira política em um momento em que o tema constituía um dos mais poderosos tabus organizacionais, Bolsonaro chegaria a ter proibido seu acesso aos quartéis da brigada<sup>609</sup>. Ao longo dos anos, seu discurso se realinhou com os ideais institucionais, ao mesmo tempo em que esses ideais entravam em sintonia com as mudanças em curso no país e com o espírito da época. Em uma progressiva reaproximação, o antigo desviante retornou à história da instituição consagrado como o 38º presidente da República, orgulhosamente reconhecido como um de seus membros.

Outros exemplos menos radicais podem ser apresentados. Um antigo instrutor do curso básico era lembrado por aplicar repetidamente a qualificação de “ímbatível” a si próprio, o que o fez muito popular entre os alunos. Outro paraquedista se auto intitulava “lendário” e se tornou uma figura conhecida porque, anos após seu desligamento do serviço ativo, continuava frequentando a área de estágios durante os turnos do curso básico, dirigindo-se aos alunos com palavras de incentivo. A instituição não apenas tolerou essas tentativas de fuga da padronização, mas acolheu suas excentricidades, transformando tais personagens em figuras folclóricas, em *bons rebeldes*.

Há pouca tolerância, entretanto, com elementos que possuam níveis muito baixos de conformidade com os valores institucionais. Esses são penalizados com a exclusão, que pode ocorrer de dois modos. Uma delas é o isolamento do indivíduo do convívio social, por iniciativa informal do grupo. Esse é, por exemplo, o tratamento aplicado aos mais abjetos destoantes: o *desunido*, personagem ao qual faltaria o senso de coesão grupal, e o *aloprado* cujas ações prenunciam potenciais conflitos. O segundo tipo de exclusão é formal, e se aplica aos que afrontam de modo mais grave o regulamento disciplinar ou incorrem em tipos penais. Nos dois casos, a presença dos destoantes é explicada por simplificações como “anomalias no processo de seleção”, “falha de caráter”, etc., e a exclusão é a forma historicamente assumida pela cultura interna para a abordagem e o tratamento da questão.

---

<sup>609</sup> A missa pelo dia de São Miguel Arcanjo. *Jornal do Brasil*, 2 de outubro de 1988, página 2.

#### 7.4.5 A PARIDADE

Quinto e último dos pressupostos básicos, a *paridade* é a qualidade ou característica do que é par, igual. Muitos discursos que circulam na instituição tentam reforçar esse conceito como um valor cultural: “o *brevet* é prateado para oficiais e praças, pois as agruras da formação são semelhantes para ambos<sup>610</sup>”, ou “o paraquedas com que salta o soldado é o mesmo do general”. Uma regra não oficial afirma que “por tradição, os paraquedistas não usarão bigodes, uma vez que, sendo seu uso vedado aos cabos e soldados, oficiais e sargentos também se absteriam de cultivá-los”.

Esses ditos, extremamente populares entre os paraquedistas, transmitem a ilusão de equilíbrio, mas escondem paradoxos e ambiguidades, tais como o fato de que os processos decisórios nunca se dão através de práticas participativas, conservando-se o princípio hierárquico, por exemplo, no estabelecimento de metas, regras de conduta ou distribuição de benesses. Assim, o discurso da paridade também é uma forma de solucionar as incoerências entre os princípios gerais de igualdade propagados e as discrepâncias reais existentes – compensações pecuniárias, regimes de trabalho e descanso, padrões de alojamento e alimentação, etc., circulando, porém, sem maior resistência e potencializando a participação e o comprometimento com os valores da instituição, de modo tão profundamente enraizado a ponto de ser aceito como um de seus pressupostos básicos.

#### 7.5 ORGANIZAÇÕES DE SIMBOLISMO INTENSIVO

Já quase concluída esta tese, o pesquisador deparou-se com o trabalho de Thomas Wood Jr, *Organizações espetaculares* (2001), que desde a leitura de seu título, aderiu imediata e completamente a certas reflexões que ainda encontravam dificuldade de expressão. O conceito de *organizações de simbolismo intensivo*, apresentado na obra, lançou outras luzes sobre o repertório de manifestações culturais da Brigada de Infantaria Paraquedista, e não foi possível resistir à tentação de estabelecer uma ponte entre o universo cultural da organização e as considerações daquele autor. Decerto que não se poderia mais desviar do campo dos estudos organizacionais, e isso não foi feito; apenas foi admitido que tais estudos compõem um campo em transformação, que, como aponta o próprio Wood Jr, vêm sendo alimentado

---

<sup>610</sup> Com exceção do *brevet* de paraquedismo, os distintivos referentes aos cursos de especialização eram dourados para oficiais e prateados para praças. Essa situação foi alterada com a atualização do regulamento de uniformes do Exército, aprovado pela Portaria nº 1.424, de 8 de outubro de 2015. Foi padronizada a cor dourada para todos os distintivos, exceto o de paraquedismo, que permaneceu em prata.

nos últimos anos pela proliferação de trabalhos sobre a cultura e o simbolismo organizacional (Wood Jr, 2001: 27)<sup>611</sup>.

Em um apertadíssimo resumo, a proposta do autor seria de que as organizações contemporâneas estariam se transformando em “reinos mágicos”, nos quais o espaço simbólico se encontra ocupado pela retórica, pelo uso de metáforas e pela manipulação dos significados, caracterizando um novo tipo ideal em estudos organizacionais, ao qual ele denomina *organização espetacular* ou *organização de simbolismo intensivo* (Wood Jr, 2000: 20). Essas organizações seriam caracterizadas a) pela constituição da liderança simbólica como estilo gerencial, ou seja, o intenso uso dos símbolos, imagens e retórica nos processos de liderança; b) pela aplicação maciça de técnicas de gerenciamento da impressão, empregues intensamente pelos atores organizacionais; c) pelo tratamento das inovações como eventos dramáticos; e d) pela importância da presença de analistas simbólicos na força de trabalho da organização (Wood, 2001: 14).

A emergência das organizações de simbolismo intensivo estaria associada à teatralização da experiência humana e à consolidação da “sociedade do espetáculo”, formando novas cenas organizacionais, carregadas de subjetividades, que exigem novos conceitos, categorias e abordagens (Wood Jr, 2000: 20). Considerando que esse debate poderia ajudar a estender nossa compreensão do universo organizacional da Brigada de Infantaria Paraquedista, foram tecidas as apreciações que se seguem.

#### 7.5.1 LIDERANÇA CARACTERIZADA PELO USO DE SÍMBOLOS, IMAGENS E RETÓRICA

Liderança pode ser entendida como um processo interativo de sedução e influência que permeia os jogos de poder nas instituições. Nas organizações de simbolismo intensivo, ela é essencialmente um exercício de controle dos significados por meio da manipulação simbólica: ações e discursos transformam a complexidade e a ambiguidade em questões solúveis, criam referências e esquemas interpretativos para encaminhar decisões e definir ações (Wood Jr, 2000: 24).

Seria repetitivo produzir uma explanação a respeito do uso desses recursos na Brigada de Infantaria Paraquedista; retórica, imagens e metáforas delimitam e definem a realidade para seus membros, como atesta quase tudo o que foi apresentado até aqui.

---

<sup>611</sup> O tema foi explorado pelo autor, entre outras ocasiões, nas seguintes obras; *Organizações de simbolismo intensivo* (1999); *Pesquisa exploratória empírica sobre o fenômeno das 'organizações de simbolismo intensivo'* (1999); *Organizações de Simbolismo Intensivo* (2000); *Organizações na sociedade: o fenômeno das organizações de simbolismo intensivo* (2006); e *Simbologia da liderança na ótica cinematográfica* (2005).

### 7.5.2 INTENSA APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO DA IMPRESSÃO

O gerenciamento da impressão pode ser definido como a utilização de estratégias de comunicação destinadas a influenciar a percepção e as interpretações da audiência. Como metodologia, ou conjunto de técnicas, o gerenciamento da impressão fundamenta-se na premissa de que a construção da imagem afeta a percepção das pessoas (Wood Jr, 2000: 25).

Assim como no item anterior, já deve ter sido suficientemente demonstrado que a construção da cultura organizacional da Brigada de Infantaria Paraquedista envolve esse permanente gerenciamento da impressão, não apenas em relação aos seus integrantes, mas também de públicos diversos, através de ações que buscam a criação de um entendimento comum sobre os eventos que ocorrem nos contextos nos quais a organização opera.

### 7.5.3 TRATAMENTO DAS INOVAÇÕES COMO EVENTOS DRAMÁTICOS

Nas organizações de simbolismo intensivo a gerência das inovações tem forte componente teatral. Dramaturgia e retórica ajudam a convencer as pessoas a adotar novas ideias, facilitam sua implantação e afetam positivamente sua avaliação. Nesse contexto, a teatralização é o principal elemento de persuasão, sendo utilizada para alterar as cognições e influenciar decisões (Wood Jr, 2000: 25).

Na tropa paraquedista, as inovações são objeto de manipulação semelhante. Ainda que a parte manifesta das resistências seja subjugada por efeito da hierarquia e da disciplina, a implantação de inovações experimenta pressões pelo retorno ao estado anterior de coisas. Há exemplos inclusive de processos que falharam por se sustentarem apenas em argumentos técnicos. Há alguns anos, foi defendido que a saída dos paraquedistas pela porta lateral da aeronave *C 105 Amazonas* seria mais produtiva do que pela porta de carga, como tradicionalmente era executado. A ideia – correta, pois permitia o lançamento de mais paraquedistas a cada sobrevoo da zona de lançamento – sofreu intensa oposição da tropa, em parte sob a alegação da *tradição* do salto pela rampa, e foi abandonada em poucos meses.

Em outro caso de inovação, desta feita muito bem-sucedido, foi lançada mão da manipulação simbólica para convencer as pessoas a adotarem a nova ideia, facilitando sua implantação e afetando positivamente sua avaliação no interior do grupo. Tratava-se da concessão de acesso ao curso de paraquedismo às mulheres. Isentas do serviço militar obrigatório, sua admissão no Exército Brasileiro em caráter voluntário já ocorria desde 1992, mas as duas primeiras integrantes do segmento feminino a se qualificarem como

paraquedistas militares, as tenentes Paula Raquel da Silva Bittencourt e Ivi Costa Rocha dos Santos, só foram “brevetadas” em 2 de março de 2006. O tratamento conferido ao evento foi ostensivamente sensacionalista: as oficiais foram capa da edição seguinte da *Revista Verde Oliva*<sup>612</sup>, produto de mídia impressa do Centro de Comunicação Social do Exército, e apresentadas em cadeia nacional no programa *Domingão do Faustão*, da TV Globo, em sua edição de 13 de março 2006, com destaque dramático para um incidente de entrelaçamento sofrido por Ivi. Outro filmete institucional<sup>613</sup> segue a mesma linha, destacando a participação de uma oficial médica na atividade aeroterrestre.

**Figura 39 – Capa da revista Verde-Oliva: tenentes Ivi e Paula Raquel.**



Figura 39 – Capa da revista Verde-Oliva: tenentes Ivi e Paula Raquel. As oficiais temporárias Ivi e Paula Raquel foram as primeiras paraquedistas militares do segmento feminino do Exército Brasileiro. Fonte: Revista Verde-Oliva, 2006.

Até dezembro de 2017, outras 78 integrantes do segmento feminino das Forças Armadas brasileiras haviam concluído o curso básico no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil. A quantidade é ínfima se comparada com os mais de 20.000 paraquedistas formados no mesmo período, mas o que importa é a mudança de paradigma no

<sup>612</sup> *A mulher verde-oliva no céu do Brasil*. Verde Oliva, 2006, página 44.

<sup>613</sup> *1º Tenente Forster - médica e paraquedista do Exército*. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=4\\_dole8R4Q0](https://www.youtube.com/watch?v=4_dole8R4Q0)>. Acesso em 26 de dezembro de 2019.

papel da mulher dentro da cultura institucional. O tratamento dramático aplicado à inovação induziu a empatia, gerando suporte e entusiasmo. Na sequência, o curso de mestre de saltos e o estágio de salto livre também foram franqueados as mulheres; uma paraquedista, Alana Passos, foi eleita em 2018 para a Câmara Estadual do Rio de Janeiro com 106.253 votos, contando com expressivo apoio do efetivo da tropa paraquedista. Em conjunto, os fatos confirmam a premissa de que as estratégias de comunicação dramática tendem a ser mais eficientes e eficazes do que as objetivas (Wood Jr, 2000: 25).

#### 7.5.4 PRESENÇA RELEVANTE DE ANALISTAS SIMBÓLICOS

Wood Jr explica que os analistas simbólicos não formam uma categoria profissional específica; são quaisquer profissionais capazes de trabalhar questões com alto grau de abstração e alta intensidade simbólica, identificando e solucionando problemas pela manipulação de símbolos (Wood Jr, 2001: 202). Na tropa paraquedista, assim como no restante da Força, os analistas simbólicos só podem ser reconhecidos nos ocupantes de posições hierárquicas mais elevadas, o que fornece a medida da importância conferida pela instituição a essas funções.

Assim como nos itens anteriores, seria necessário selecionar um número limitadíssimo entre os incontáveis eventos que ilustram a preocupação institucional com o gerenciamento de suas alegorias, símbolos e representações. O produto desse trabalho varia imensamente: de novos uniformes a filmetes institucionais; de novos distintivos a planos estratégicos; do julgamento de hinos e canções à organização de formaturas e cerimônias. No que se refere à Brigada de Infantaria Paraquedista, a produção mais recente é um uniforme histórico<sup>614</sup>, cujo uso é reservado a situações cerimoniais<sup>615</sup>.

Um visitante acostumado a pensar nas organizações militares como órgãos voltados para a atividade fim de defesa armada da pátria ficaria surpreso com a quantidade de tempo, energia, pessoal e recursos envolvidos no planejamento de eventos caracterizados pela abstração e voltados para a manipulação de símbolos. Mas cabe notar que nada disso deve ser tomado como crítica ao sistema; de fato, trata-se de adaptações ao espírito da própria época, testemunhando que mesmo uma instituição militar precisa interagir com o meio social e se adaptar ao que ocorre ao seu redor.

---

<sup>614</sup> Portaria nº 1849 – Comandante do Exército, de 8 de novembro de 2019. *Cria o uniforme histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista.*

<sup>615</sup> Nos termos do artigo 179 da Portaria nº 1.424-Cmt Ex, de 8 de outubro de 2015. *Regulamento de uniformes do Exército – RUE, (EB 10-R-12.004), 3ª edição, 2015.*



## 7.6 OPERAÇÕES DE PAZ E GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

Por fim, e a exemplo do que foi apresentado nos capítulos precedentes, este texto não deve ser encerrado sem que sejam traçadas algumas linhas sobre a história institucional da Brigada de Infantaria Paraquedista, ordenando cronologicamente algumas das suas ações mais importantes nos últimos anos.

### 7.6.1 OPERAÇÕES DE PAZ

As operações de paz nasceram no âmbito do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em resposta a divergências políticas entre os países-membros. Em sucessivas discussões, foi introduzida a concepção do emprego de tropas para interpor-se entre forças em litígio, seguindo três princípios básicos, a saber 1) o consentimento das partes envolvidas; 2) o uso da força somente em autodefesa; e 3) neutralidade e imparcialidade no relacionamento com as facções em luta<sup>616</sup>.

A primeira participação do Brasil em uma operação desta natureza se deu em 1948, quando três observadores militares foram enviados à *Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs*, estabelecida em outubro do ano anterior. Em 1957 ocorreu a primeira participação de uma tropa brasileira, o *Batalhão Suez*, que integrou a força de emergência mobilizada para supervisionar o cessar-fogo e a retirada das tropas de Israel, França e Reino Unido, que haviam invadido o Egito após a nacionalização do Canal de Suez. Ao longo dos dez anos de missão, o Brasil enviou sucessivos contingentes de aproximadamente seiscentos militares cada (Martins Filho, 2015: 25). Outra atuação significativa em operações de paz se deu em 1965-66, com o envio para a República Dominicana do *Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana* (FAIBRAS), composto por 1.200 militares, entre os quais diversos integrantes do Núcleo da Divisão Aeroterrestre<sup>617</sup>.

Contingentes da Brigada de Infantaria Paraquedista estiveram presentes em diversas das missões de paz que o Brasil participou, com grande expressividade nas operações mais recentes – a *United Nations Operation in Mozambique* (ONUMOZ); a Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III); e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

---

<sup>616</sup> *Preservando a paz*. Verde-Oliva, 2006, página 19.

<sup>617</sup> *Preservando a paz*. Verde-Oliva, 2006, página 20.

### 7.6.1.1 *United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)*

A ONUMOZ – *United Nations Operation in Mozambique* - foi uma operação estabelecida para implantar o Acordo Geral de Paz assinado em outubro de 1992 pelo presidente da República de Moçambique e o presidente da Resistência Nacional Moçambicana<sup>618</sup>. O mandato incluía o monitoramento do cessar-fogo, a retirada de tropas estrangeiras, a segurança dos corredores de transporte e a verificação do processo eleitoral em curso no país<sup>619</sup>.

Inicialmente, o Brasil enviou observadores militares e, em 1994, desdobrou uma companhia de paraquedistas com 170 homens, cuja missão seria a de pacificar áreas rurais onde grupos armados ainda fustigavam a população. Além das operações realizadas, o contingente brasileiro prestou assistência médica e social, ajudando inclusive a distribuir alimentos à população civil (Martins Filho, 2015: 25).

### 7.6.1.2 *Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III)*

A *Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III)* foi estabelecida para ajudar o governo da República de Angola e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) a restabelecer a paz e atingir a reconciliação nacional. Teve por base os *Acordos de Paz para Angola*, de 31 de maio de 1991, o *Protocolo de Lusaka*, de 20 de novembro de 1994 e as resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Entre agosto de 1995 e julho de 1997, o Brasil contribuiu para a UNAVEM III com um batalhão de infantaria (oitocentos homens), uma companhia de engenharia (duzentos homens), dois postos de saúde avançados (quarenta oficiais de saúde, entre médicos, dentistas, farmacêuticos e auxiliares de saúde) e aproximadamente quarenta oficiais do estado-maior, além de uma média de quatorze observadores militares e onze observadores policiais. O Brasil chegou a ser o maior contribuinte de tropas para a missão, que durante quase dois anos foi a maior operação de paz das Nações Unidas. A participação na UNAVEM

---

<sup>618</sup> A *Resistência* surgiu em 1975, após a independência do país, como reação ao partido único no poder, organizando um movimento armado que durou dezesseis anos. Sob o *Acordo Geral de Paz*, o grupo se converteu em partido político, embora mantendo homens armados que recomeçaram o conflito em 2013. Atualmente, as hostilidades cessaram e foi iniciado um novo processo de negociação com o Governo. Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/resist%C3%A7%C3%A3o-nacional-mo%C3%A7ambicana-renamo/t-17423802>>. Acesso em 19 de julho de 2019.

<sup>619</sup> *Missões de paz*. Disponível em <<http://www.eb.mil.br/onumoz>>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

III fez com que o país ocupasse, no início de 1996, a posição de quarto maior contribuinte de tropas para operações dessa natureza<sup>620</sup>.

#### 7.6.1.3 Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)

A MINUSTAH – *Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti* – constituiu um dos maiores esforços logísticos e operacionais das Forças Armadas brasileiras desde a II Guerra Mundial, em função do quadro político e da dificuldade socioeconômica em que se encontrava a nação caribenha. O Exército Brasileiro se fez presente com um batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia de construção, combinados a um grupamento operativo de fuzileiros navais<sup>621</sup>. 37.000 militares brasileiros passaram pela missão, sendo que dezoito perderam a vida no terremoto de 2010, entre eles o major Márcio Guimarães Martins, do Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista.

A missão se estendeu por treze anos, sendo que os últimos integrantes do contingente brasileiro retornaram em outubro de 2017. As tropas brasileiras tiveram as missões de contribuir para a manutenção do ambiente seguro e estável no Haiti; cooperar com as atividades de assistência humanitária e de fortalecimento das instituições nacionais; e realizar operações militares de manutenção da paz na sua área de responsabilidade.

#### 7.6.2 OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

A convocação das Forças Armadas para intervenções de manutenção da lei e da ordem dentro do território nacional está amparada em vários estatutos legais<sup>622</sup>, sendo a principal base jurídica o artigo 142 da Constituição Federal. A decisão sobre o emprego das tropas é feita pela Presidência da República, motivada ou não pelos governadores dos estados

<sup>620</sup> *Missões de paz*. Disponível em <<http://www.eb.mil.br/unavem>>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

<sup>621</sup> *Preservando a paz*. Verde-Oliva, 2006, página 21.

<sup>622</sup> Duarte (2018:) cita os seguintes: *Constituição Federal* de 1988; Lei nº 9.299, de 7 de agosto de 1996 (*Altera dispositivos dos Decretos-leis nº 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos penal militar e de Processo penal militar, respectivamente*); Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (*Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*); Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 (*Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias*); Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 (*Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do ministro de Estado da Defesa*); Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001 (*Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências*); Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 (*Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Defesa*); e manual MD33-M-10 (*Garantia da Lei e da Ordem*) de 31 de janeiro de 2014).

ou dos presidentes dos demais poderes constitucionais. Nessas ações, as Forças Armadas agem de forma episódica, em área restrita e por tempo limitado, com o objetivo de preservar a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições.

Seja em ações diretas, seja na condição de reserva estratégica ou na prestação de apoio em pessoal e material, a Brigada de Infantaria Paraquedista atuou em quarenta das 138 operações de Garantia da Lei e da Ordem desencadeadas pelas Forças Armadas / Ministério da Defesa desde o ano de 1992<sup>623</sup>. A garantia de pleitos eleitorais foi o tipo de operação mais frequente, sendo executada nos anos de 1992, 1994, 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018, bem como na segurança da votação no referendo do desarmamento, em 2005.

A contribuição para a segurança pública durante conferências, convenções e encontros de representantes ou mandatários de outras nações também motivou o acionamento da Brigada em um considerável número de oportunidades. Essa foi a natureza da operação *Eco 92*, desencadeada em junho de 1992, na qual os paraquedistas foram empregados para garantir a segurança pública durante a *Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, na cidade do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, a unidade participaria da *Operação Mercosul*, durante a XV Reunião do Mercosul. Operação semelhante ocorreu no ano de 1999: a *Rio Branco / Cimeira*, acionada por ocasião da *Reunião dos 49 Chefes de Estados dos Países da América Latina, Caribe e União Europeia*. Os paraquedistas também atuaram em 2004 na *Operação Zinco*, por ocasião da *XVIII Reunião do Grupo Rio*, cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, repetida em 2007; e em 2012, por ocasião da *Conferência Rio + 20*.

Como reação a eventos pontuais, mas também com o objetivo de cooperar com os órgãos de segurança pública, registram-se as seguintes operações: *Roda Viva*, desencadeada entre agosto e setembro de 1999, em função da greve dos caminhoneiros ocorrida naquele ano, mesma motivação das operações *Roda Viva II* e *Roda Viva III*, desencadeadas respectivamente nos anos de 2000 e 2001. Em duas oportunidades – novembro de 2000 e fevereiro de 2012 – uma companhia de infantaria paraquedista foi deslocada para Salvador, Bahia, para prover a segurança pública durante greves da Polícia Militar naquele estado.

A cooperação com os órgãos de segurança pública para enfrentamento do crime organizado foi a tônica da *Operação Rio*, desencadeada no Rio de Janeiro em novembro de 1994. Em 2001, a brigada voltaria às ruas da cidade, também com o intento de contribuir com

---

<sup>623</sup>*Histórico de GLO*. Disponível em <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios\\_e\\_operacoes/glo/2\\_tabelas\\_glo\\_atualizada\\_em\\_261119.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/2_tabelas_glo_atualizada_em_261119.pdf)>. Acesso em 24 de dezembro de 2019.

os órgãos de segurança pública do estado no controle da violência urbana. Ações dessa natureza ainda se repetiriam em 2003, na *Operação Guanabara* e em 2007, na *Operação Entorno*, que abrangeu, além da cidade do Rio de Janeiro, os municípios vizinhos. A icônica *Operação Arcanjo* se estendeu entre novembro de 2010 até julho de 2012 e sua assemelhada, a *Operação São Francisco*, foi desencadeada em abril de 2014, estendendo-se até junho de 2015. Por suas dimensões, essas duas últimas merecem o detalhamento que virá a seguir. A *Operação Carioca* ocorreu em fevereiro de 2017, e em julho do mesmo ano a *Operação o Rio quer Segurança e Paz*. Por fim, no evento mais recente, a Brigada foi empregada, em 2018, no contexto do *Plano Nacional de Segurança Pública*, fase Rio de Janeiro<sup>624</sup>.

A lista se completa com a participação da tropa paraquedista nos chamados *Grandes Eventos*: o primeiro deles foi a segurança das áreas desportivas e alojamentos das delegações participantes dos *V Jogos Mundiais Militares*, nas cidades do Rio de Janeiro, Resende e Paty do Alferes, em julho de 2011. Seguiram-se a colaboração nas ações de segurança dos eventos da *Copa das Confederações* e da *Jornada Mundial da Juventude Rio de Janeiro*, ambos entre junho e julho de 2013; nos jogos da *Copa do Mundo FIFA*, em julho de 2014; e na segurança dos *Jogos Olímpicos Rio 2016*, entre julho e setembro de 2016.

#### 7.6.2.1 *Operação Arcanjo – Complexos do Alemão e da Penha*

Denominada *Operação Arcanjo*, a ocupação dos Complexos do Alemão e da Penha pelos militares se deu em 26 de novembro de 2010, dois dias após o governador do estado do Rio de Janeiro solicitar à Presidência da República, então ocupada por Luis Inácio Lula da Silva, o emprego do Exército Brasileiro. A Brigada de Infantaria Paraquedista foi a primeira tropa a ser empregada, iniciando suas ações com a interdição das vias de acesso e a instalação de pontos de bloqueio. Em seguida, o restante da tropa passou a patrulhar as ruas, becos e vielas, ocupando toda a comunidade<sup>625</sup>.

Além da Brigada de Infantaria Paraquedista, participaram da operação militares deslocados de outros estados, distribuídos em contingentes que mantinham na localidade uma média de 1.300 homens a cada revezamento. A ocupação teve por missão colaborar com a manutenção da ordem pública do estado do Rio e pacificar a região compreendida pelas

<sup>624</sup> Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. *Decreta intervenção federal no estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública*. Diário Oficial da União, seção 1, edição extra, 16 de fevereiro de 2018, página 1.

<sup>625</sup> *Guerra Irregular: A Brigada de Infantaria Paraquedista na pacificação do Complexo da Maré*. Disponível em <<http://www.defesanet.com.br/mout/noticia/20218/GUERRA-IRREGULAR--A-Brigada-de-Infantaria-Paraquedista-na-Pacificacao-do-Complexo-da-Mare/>>. Acesso em 24 de dezembro de 2019.

comunidades dos Complexos da Penha e do Alemão, conduzindo operações de caráter policial, operações psicológicas e atividades de inteligência e comunicação social. O Exército permaneceu na localidade até 9 de julho de 2012, quando foi substituído pela Polícia Militar. A ação abriu espaço para a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas localidades de Grota, Baiana, Nova Brasília, Vila Cruzeiro, Adeus e Alemão, permitindo a restituição do controle da segurança da região ao governo estadual<sup>626</sup>.

#### 7.6.2.2 Operação São Francisco - Complexo da Maré

A *Operação São Francisco* teve início em 5 de abril de 2014, quando tropas da Brigada de Infantaria Paraquedista e do Corpo de Fuzileiros Navais ocuparam o Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, com a finalidade de cooperar no processo de pacificação daquela área. Sua finalidade era preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, contribuindo para o restabelecimento da paz social na região. A missão incluiu atividades de patrulhamento, revistas de veículos e pessoas, realização de prisões, estabelecimento de postos de bloqueio e o cumprimento de mandados de busca e apreensão.

Após a ocupação inicial foi adotado um regime de revezamento, com o emprego de tropas de diversas regiões do país, que eram substituídas a cada dois meses. Foram apreendidos veículos, armas e entorpecentes, além de serem efetuadas prisões e detenções. A Força de Pacificação contabilizou 21 militares feridos e um assassinado em confronto com uma facção criminosa. A operação se estendeu até o dia 30 de junho de 2005, com a substituição das forças federais pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro<sup>627</sup>.

## 7.7 EPÍLOGO

Próximo ao encerramento deste trabalho, parece possível afirmar que foi atingida a meta de construir uma história institucional da Brigada de Infantaria Paraquedista, bem como analisar sua cultura organizacional através da aplicação dos princípios propostos por Edgard Schein. Para tanto, foram exploradas as relações existentes entre os artefatos culturais (estruturas e processos organizacionais visíveis), crenças e valores compartilhados

---

<sup>626</sup> *Histórico e números da Operação Arcanjo*. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/noticias/93-trabalho-do-exercito-no-complexo-do-alemao-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica-diz-amorim>>. Acesso em 24 de dezembro de 2019.

<sup>627</sup> *Operação São Francisco*. NOTANF – *Notícias e eventos do Corpo de Fuzileiros Navais*, jul./ago./set. 2015, páginas 6-7.

(estratégias, metas, filosofias), e pressupostos básicos (percepções, pensamentos, e sentimentos – as mais profundas fontes de valor e ação) que tornam essa instituição peculiar no seio das Forças Armadas brasileiras. Estudando seus rituais, seus símbolos, seu imaginário e suas práticas, buscou-se a aproximação com as visões de mundo de seus integrantes, ou seja, daqueles sujeitos que conduzem, organizam e negociam as ações da instituição, desenvolvendo sua cultura, criando sua identidade e interpretando naquele espaço suas vidas e seus papéis sociais.

Ainda para seguir o modelo dos capítulos anteriores no que se refere à história institucional, fica registrada a relação dos oficiais gerais que exerceram o comando da Brigada de Infantaria Paraquedista entre os anos de 1985 e 2019.

**Quadro 14 – Comandantes da Brigada de Infantaria Paraquedista.**

Comandante	Período
Acrísio Figueira	15 de janeiro de 1985 até 6 de março de 1987
Germano Arnoldi Pedrozo	6 de março de 1987 até 25 de abril de 1990
José Siqueira Silva	25 de abril de 1990 até 23 de janeiro de 1992
Paulo Ricardo Naumam	29 de janeiro de 1992 até 18 de abril de 1994
Gilseno Nunes Ribeiro Neto	26 de abril de 1994 até 31 de janeiro de 1997
Manoel Luis Valdevez Castro	31 de janeiro de 1997 até 30 de abril de 1998
Renato Cesar Tibau da Costa	30 de abril de 1998 até 31 de agosto de 1999
Raymundo Nonato de Cerqueira Filho	31 de agosto de 1999 até 4 de maio de 2001
Luís Carlos Gomes Mattos	4 de maio de 2001 até 8 de outubro de 2004
João Francisco Ferreira	8 de outubro de 2004 até 28 de abril de 2006
Marco Aurélio Costa Vieira	28 de abril de 2006 até 4 de maio de 2007
Fernando Azevedo e Silva	4 de maio de 2007 até 23 de abril de 2009
Carmo Antônio Russo	23 de abril de 2009 até 30 de abril de 2010
Fernando José Lavaquial Sardenberg	30 de abril de 2010 até 18 de maio de 2012
Roberto Escoto	18 de maio de 2012 até 9 de outubro de 2014
William Georges Felipe Abrahão	9 de outubro de 2014 até 20 de setembro de 2016
Kleber Nunes de Vasconcellos	20 de setembro de 2016 até 18 de maio de 2018
Pedro Celso Coelho Montenegro	19 de maio de 2018 até 16 de dezembro de 2019
Helder de Freitas Braga	A partir de 17 de dezembro de 2019

Quadro 14 – Comandantes da Brigada de Infantaria Paraquedista. Relação nominal dos comandantes da Brigada de Infantaria Paraquedista, contendo o período em que estiveram à frente da unidade. Fonte: página eletrônica da Brigada de Infantaria Paraquedista<sup>628</sup>.

Já no que se refere ao estudo da cultura organizacional, destaca-se nesse último trecho da pesquisa o ponto de vista de que da Brigada de Infantaria Paraquedista possui características correspondentes ao conceito de *organização espetacular* (Wood Jr., 2000, 2001). De fato, os processos encontrados na organização apresentam muitos pontos em comum com o padrão das *organizações de simbolismo intensivo* descrito por aquele autor, resumido na ideia da manipulação de elementos simbólicos como modelo de gestão.

<sup>628</sup> *Comandantes*. Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/antigos-comandantes.html>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

Encerrando então o capítulo, renova-se a mensagem de que a análise da cultura e a descrição da história da Brigada de Infantaria Paraquedista tinha a pretensão, antes de tudo, de produzir informações mais satisfatórias do que aquelas até então existentes sobre a instituição, produzindo conhecimento sobre a identidade dessa unidade militar, seus elementos culturais e o processo de construção de sua história.



## 8 CONCLUSÃO

Chegando ao final deste estudo, percebe-se que haveria mais de um desfecho possível de ser apresentado à guisa de conclusões. Adotar um caminho mais convencional, retomando as propostas iniciais, poderá ajudar a organizar estas últimas reflexões, auxiliando também o leitor a julgar em que medida as hipóteses formuladas podem ser consideradas comprovadas, e o quanto os objetivos propostos podem ser julgados como alcançados.

As sete considerações seguintes servirão de guias nessa última trilha.

1) Quanto à consideração de que a Brigada de Infantaria Paraquedista somente poderia ser satisfatoriamente compreendida pela investigação de sua trajetória histórica e de suas referências culturais específicas:

Essa proposta buscava atender a uma exigência do próprio referencial teórico que baliza o trabalho. A ideia central era a de que a interpretação dos fenômenos organizacionais exigiria o conhecimento de aspectos mais profundos da instituição, tanto em relação ao levantamento de dados históricos, quanto de manifestações culturais. Procurou-se atingir essa meta através da cobertura de todo o lapso temporal de existência da organização, bem como da reunião da maior quantidade de manifestações culturais possível.

Os exemplos, as alusões, os personagens, os episódios e os dados invocados no texto tentaram cobrir, repita-se, eventos distribuídos ao longo de todo o tempo de existência da instituição. Sempre que foi possível, procurou-se privilegiar as fontes documentais menos exploradas, tanto as mais antigas, quanto as mais recentes. Ainda assim – e esta é uma advertência constante da própria literatura científica que amparou a pesquisa – é óbvio que não seria possível descrever uma cultura inteira. Em qualquer estudo desse gênero, o melhor que se pode fazer é obter uma quantidade de elementos suficientes para tornar inteligíveis alguns de seus principais aspectos.

Nesse contexto, também seria importante – e prudente – lembrar que tudo o que foi exposto constitui uma fração das informações apreendidas pelo pesquisador, tanto ao longo da construção deste trabalho, quanto dos quinze anos em que integrou a instituição. Indo além, é necessário afirmar que se possui a consciência de que mesmo o conhecimento adquirido ao longo dessas jornadas constitui uma fração menor da realidade. Assim, caso o leitor se veja invadido pela sensação de que certas particularidades foram excessivamente generalizadas, certamente se tratará do efeito de uma deficiência intrínseca à tradução da realidade, uma falha que se pretende, se não corrigir, ao menos aperfeiçoar em estudos futuros. Consideradas tais limitações, essa primeira proposta parece cumprida.

2) Quanto ao objetivo geral de traçar um amplo panorama sócio-histórico e cultural da tropa paraquedista brasileira:

Esse objetivo é um desdobramento da consideração anterior. Mesmo tendo conhecimento de que a história da instituição já possuía uma versão oficial e amplamente difundida, prevaleceu a ideia de buscar alternativas a esse relato, e não de mantê-lo como base para o desenvolvimento do estudo sobre a sua cultura organizacional. Para isso, foi necessário, inicialmente, evocar referências às versões e narrativas vigentes, o que trouxe à tona a produção acadêmica da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Entende-se que a construção da cultura e da memória coletiva não se sustenta integralmente nessas obras, mas é fato que a instituição confere a seus autores a autoridade do saber intelectual, e que elas constituem referências para os diversos discursos relativos à história da tropa paraquedista, tanto no interior da Força, quanto fora dela. Uma vez que essa autoridade está associada à posição hierárquica, é esperado que tais obras justifiquem e defendam a ideologia, bem como sirvam à construção de memórias convenientes aos altos escalões militares. Entretanto, essa afirmativa não deve ser lida como uma crítica; de fato, é uma constatação de que a instituição, convencionalmente, emprega os recursos à sua disposição em favor de sua própria imagem.

Acredita-se, sobretudo, que a escolha dessas obras como contraponto aos argumentos apresentados nesta tese foi feliz, por possibilitar a descoberta de certas lacunas e omissões na história da instituição. Isso favoreceu a escrita de outra narrativa, que não pretende substituir, mas complementar aquela já consagrada, introduzindo novos personagens e eventos na trajetória do paraquedismo militar brasileiro.

Admite-se, entretanto, que a opção pela construção de uma visão mais ampla e geral sobre a instituição prejudicou em alguns momentos a realização de análises teóricas mais detalhadas, já que grande parte do texto se voltou para a descrição de episódios históricos e de elementos culturais, englobando desde aspectos estruturais e funcionais, até os construtos mais afins aos estudos de cultura organizacional. Mas esse foi o caminho encontrado para dar ao assunto um tratamento mais concreto, evitando teorizar sem dados suficientes. Em defesa dessa opção, pode ser afirmado que a maior parte dos elementos reunidos ao longo do texto forneceu a base para as interpretações constantes do capítulo final e destas conclusões, que buscam um viés mais analítico do que descritivo.

3) Quanto à hipótese de que a tropa de paraquedistas abrigou projetos e experiências singulares e originais no seio das Forças Armadas Brasileiras:

Haveria mais de uma ilustração possível para essa afirmativa, e a seleção de um único exemplo, mais uma vez, não esgotaria toda sua abrangência. Ainda assim, cabe destacar

um importante resultado desses projetos e experiências: o nascimento das modernas unidades militares de elite do Exército Brasileiro, cujas origens se encontram nos cursos e atividades de instrução especializada criadas entre as décadas de 1950/60 na Escola de Paraquedistas e no Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

Como visto, no início de sua existência, a escassez de recursos materiais e pessoais levou a tropa paraquedista a explorar suas próprias possibilidades, desenvolvendo então um considerável grau de autonomia. Apesar das dificuldades iniciais em adquirir os meios necessários para a condução de suas atividades, a Escola de Paraquedistas teve seu potencial operacional reconhecido logo que recebeu seus primeiros encargos, e seu *status* de “escola” foi reavaliado, com a conseqüente expansão do seu porte. Já incorporada como um elemento da cultura institucional, essa autonomia se materializou no desenvolvimento de novas propostas técnicas e táticas de emprego militar, bem como em inovações nos programas de preparo individual do combatente paraquedista.

São esses programas e propostas, criados de modo consideravelmente autônomo na tropa paraquedista, que estão nos primórdios da história das organizações militares que atualmente se encarregam do treinamento de atividades especiais: a guerra na selva, as tropas de montanha e as unidades de operações especiais. Atualmente, essas unidades também recebem o *status* de elite, com acesso preferencial a recursos humanos e a equipamentos específicos para o desenvolvimento de suas missões.

Por fim, para além do campo das inovações técnicas, deve ser destacado o quanto essas novas unidades também apelam para a manipulação de imagens e metáforas, adotando canções, orações, distintivos, identidades de cor etc., nos mesmos moldes do que já foi aqui descrito. Nesse aspecto, tais organizações parecem tentar adotar componentes do universo cultural da tropa paraquedista, reforçando a impressão de originalidade dos projetos e experiências dessa última.

4) Quanto ao objetivo de conhecer o passado da organização, reconstituir e narrar a história da sua criação e evolução, bem como sua participação nas intervenções militares sobre a vida política e social brasileira:

O longo tempo de vida da organização por vezes facilitou, por outras dificultou a concretização de tal objetivo. O fato de contar com mais de setenta anos de existência, que faz com que a instituição disponha de uma cultura organizacional consolidada e reconhecível, em muito favoreceu a pesquisa. Por outro lado, esse longo tempo também se tornou um fator inibidor para a realização de um estudo mais profundo e analítico, além de obrigar o constante sacrifício de detalhes ou, por vezes, até mesmo de trechos inteiros da sua história.

Mereceriam mais atenção, por exemplo, as representações do feminino na instituição, antes e após a qualificação das primeiras paraquedistas, bem como a situação atual desse assunto; a percepção interna a respeito das questões dos direitos humanos e jurídicas, que ganharam maior importância para a Força depois da Constituição Federal de 1988, principalmente no que se refere às ações da unidade junto à sociedade civil; ou as memórias e representações a respeito dos anos do Regime Militar no seio da tropa paraquedista, um objeto de interesse cuja exploração não foi esgotada. Todos esses tópicos ficam como sugestões para pesquisas futuras, que possibilitariam uma melhor compreensão de diversos aspectos da dinâmica organizacional da unidade.

De modo mais otimista, acredita-se ter oferecido ao futuro pesquisador, ou mesmo a outros interessados no conhecimento da história institucional e compreensão da cultura organizacional da Brigada de Infantaria Paraquedista, um leque de fatos e interpretações alternativos ao clássico alinhamento cronológico de eventos / exaltação da instituição e suas autoridades, encontrado até aqui. Além disso, também se poderá contar com dados mais extensos e organizados do que os anteriormente disponíveis, e da indicação de referências opcionais para compreensão da história da instituição, tais como os maços documentais e outras fontes aqui expostas, que se mostraram úteis e esclarecedoras, como jornais e revistas, audiovisuais e o recurso à história oral. Nesses aspectos, uma lacuna certamente foi preenchida com esta pesquisa.

5) Quanto à proposta de investigar o cotidiano da unidade, suas rotinas, cerimoniais, e seu universo simbólico:

Pode ser considerado que tal investigação foi estendida ao longo de todos os capítulos dessa tese. Desde a descrição dos eventos que culminaram na criação da Escola de Paraquedistas, em 1945, até a derradeira transformação, em 1984, procurou-se levantar e fornecer ao leitor o máximo de informações sobre a vida da unidade, tanto em seus aspectos práticos, quanto simbólicos. Análises mais imediatas foram realizadas à medida em que os fatos eram narrados; e se certas lacunas ainda podem ser observadas, é exatamente pela grande extensão temporal que se tentou cobrir. Na medida do possível, buscou-se compensar essa deficiência no último capítulo, produzindo análises focadas na concepção de um modelo que pudesse ser reconhecido como mais atual da cultura organizacional. Esse modelo foi baseado em observações sobre os níveis mais visíveis da cultura, sempre buscando fidelidade às premissas teóricas que embasam as pesquisas nessa área, e culminou na construção das expressões que definiriam os pressupostos culturais básicos: 1º) que a cultura organizacional tem propósitos de coordenação e controle; 2º) que o comprometimento com a instituição deve

ser celebrado; 3º) que o passado deve ser celebrado; 4º) que as vozes destoantes devem ser excluídas; e que 5º) que existe paridade entre os membros da organização.

Partindo dessas cinco premissas, a maior parte das manifestações culturais observadas na instituição pode ser decifrada, incluindo aparentes incongruências, como aquelas existentes entre os valores de *distinção* e *padronização*. Nesse aspecto, muitas faces do cotidiano organizacional – sejam as aparentemente mais racionais, como a execução das atividades administrativas, sejam as mais ilógicas, como os ritos, rituais ou cerimônias que consomem grande carga de tempo dos cursos de formação – podem ser consideradas simples elementos circunstanciais, meios para atingir um fim, reproduções de processos arcaicos baseados em decisões há muito tomadas, mas que moldaram o destino da organização como uma subcultura poderosa dentro do Exército Brasileiro: o que essas atividades materializam, de fato, é a busca constante da exaltação dos próprios valores institucionais.

A combinação entre tais suposições também precisa ser levada em conta. São suas conexões que constroem a singularidade da organização e explicam o comportamento de seus membros, definindo aquilo que por fim será reconhecido como sua cultura institucional.

6) Em relação a conhecer a lógica do funcionamento da organização e suas especificidades em relação a outras unidades militares:

A questão da especificidade da Brigada de Infantaria Paraquedista em relação às demais unidades do Exército Brasileiro deveria comportar uma resposta óbvia: a possibilidade de seus integrantes fazerem uso do paraquedas. Tal resposta não estaria incorreta, mas bastante incompleta. Uma resposta mais adequada deve destacar as peculiaridades de sua cultura organizacional, caracterizada pela manipulação de recursos simbólicos que visam a alimentar o fascínio dos recrutados, sejam aqueles oriundos do serviço militar obrigatório, sejam militares já integrantes das fileiras do Exército.

Em uma visão geral, pode ser afirmado que com o aumento progressivo de recursos a missão original da instituição sofreu vários desdobramentos, e embora as operações aeroterrestres – ou seja, sua especificidade mais aparente – nunca tenham sido abandonadas em favor desses novos papéis, elas também nunca passaram da categoria de exercícios. Sempre buscando justificar sua existência e autonomia, a instituição também passou a conceder grande ênfase às operações em áreas de selva. Desenvolvida a partir do mito da ameaça comunista, a importância dessa atividade se consolidou a ponto de, em algum momento, ser qualificada como uma “vocação” da unidade. Na medida em que o conflito do Araguaia forneceu uma poderosa justificativa para a manutenção desse modelo, ele permaneceu em vigor por mais tempo do que sugeria um exame racional da sua necessidade.

De fato, nas intervenções para as quais a unidade foi chamada a atuar, o que seria explorado era sua capacidade de atuar pronta e eficientemente. Tais missões, via de regra, nunca justificaram a existência de uma força apta para desembarcar de paraquedas, pois o fato é que nenhuma operação de assalto aeroterrestre foi realizada até hoje pelo Exército Brasileiro fora do contexto de exercícios ou manobras. As situações recentes de emprego vêm ocorrendo tipicamente nas cidades, tanto que o próprio homem de elite da tropa paraquedista, papel assumido pelos precursores após o desdobramento da Brigada de Operações Especiais em uma entidade autônoma, já incorporou entre suas atribuições as chamadas “operações de apoio aos órgãos governamentais e de pacificação”, tipicamente urbanas.

Uma vez que a lógica da especificidade do funcionamento da organização não pode ser então conhecida nesses termos mais racionais, é preciso avançar para a explicação desenvolvida no próximo item, que leva em conta outros aspectos da questão.

7) Quanto à proposta de que a instituição incentiva uma cultura organizacional peculiar, fundamentada na criação, na preservação e na divulgação de determinadas memórias e representações.

Como foi demonstrado ao longo do texto, essa é uma condição particularmente importante para a organização, que destaca seu passado e seu desempenho supostamente superior como principais ativos, apelando para a manipulação de elementos simbólicos e demonstrando poder de instrumentalizar memórias e representações para seus próprios fins.

Tudo isso deve possuir algumas finalidades. No item anterior, foi discutido como seria duvidoso que o Exército Brasileiro necessitasse de uma unidade militar com capacidade para realizar lançamento de paraquedistas em massa. De fato, tanto nos cenários atuais, quanto nos pretéritos, a necessidade de conduzir um desembarque aeroterrestre de grande porte sempre foi duvidosa, diversamente do imperativo de transportar tropas rapidamente para os mais diversos pontos de um país de dimensão continental.

Isso significa que não haveria razões funcionais para que uma unidade de pronto emprego fosse qualificada como “paraquedista” em tão larga escala quanto uma brigada. Não é preciso apresentar dados mais extensos para afirmar que o treinamento aeroterrestre é custoso, particularmente dentro do contexto do orçamento de defesa brasileiro. Certamente, poderia ser argumentado que esse adestramento é mantido por ser eficaz para incutir nos soldados virtudes como autoconfiança, coragem, resistência física, espírito de corpo e outros – mas esse também é um ponto de vista pouco racional em vista da possibilidade de emprego de programas de treinamento alternativos e menos dispendiosos com essa mesma finalidade. Outra defesa possível seria a necessidade de preparar a reserva mobilizável para uma situação

hipotética de guerra convencional; mas o tempo de qualificação de um paraquedista é de apenas duas semanas, aí incluída a enorme parcela de tempo gasto em cerimoniais, rituais e burocracia, que poderia ser perfeitamente abreviada em caso de crises.

Considerando esses pontos, as motivações para a manutenção da capacidade operacional de realizar lançamentos de paraquedas não seriam táticas, técnicas ou outras nesse nível de racionalidade; sendo assim, sua justificativa deve ser buscada em outro plano. Fatores de caráter emocional, por exemplo, podem ganhar força na resolução do problema, principalmente agora que vários dos seus antigos integrantes alcançaram cargos nos altos escalões da Força, guardando relações afetivas com a tropa paraquedista e fornecendo o apoio de autoridades que faltava à instituição nos seus primórdios.

Somando essas últimas considerações ao que já foi explorado de sua história e de sua cultura, poderia ser sugerido que a unidade tem interesse no treinamento aeroterrestre para permanecer atrativa aos novos membros, e para preservar as memórias e representações dos antigos. Além disso, a Brigada de Infantaria Paraquedista também teria passado a constituir uma espécie de “vitrine” do Exército Brasileiro, para onde são direcionados os olhares da imprensa, de autoridades, de comitivas de estudo e de delegações nacionais e estrangeiras, a fim de apresentar a esses agentes as demonstrações de força, organização e os espetáculos aéreos que a unidade tem capacidade de exibir. Mais uma vez, assegura-se que esses pontos não são apresentados como uma depreciação; de fato, esse talvez tenha sido o maior e mais peculiar mérito da tropa paraquedista: transformar uma manobra militar – o salto com paraquedas – em um verdadeiro artefato cultural, atraindo admiração sobre a instituição e assegurando a renovação e a qualidade dos seus recursos humanos.

Assim, encerra-se este estudo sobre a história institucional e a cultura organizacional da Brigada de Infantaria Paraquedista.

Quanto à cultura da organização, ela realmente parece ser um produto dos esforços internos em favor da resolução de adversidades enfrentadas ao longo dos tempos, particularmente relacionadas à sua sobrevivência nos anos iniciais e à disputa pela manutenção de certa autonomia ao longo de toda a sua existência. Desse modo, pode ser constatado que, apesar de se tratar de uma unidade militar, a instituição age de forma idêntica a outras organizações, na medida em que emprega os meios à sua disposição para solucionar problemas coletivos e diminuir a ansiedade dos seus integrantes.

Abordar a trajetória dessa instituição pareceu bastante apropriado para a elaboração de uma tese acadêmica, principalmente no âmbito da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Afinal de contas, a Brigada de Infantaria Paraquedista mostrou

funcionar a partir de uma determinada lógica construída historicamente, e cuja análise pode fornecer soluções para a compreensão de aspectos organizacionais mais amplos das Forças Armadas brasileiras, um tema atual e adequado para a História e para as Ciências Sociais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1 FONTES PRIMÁRIAS

#### 1.1 Jornais e revistas

A NOITE. Rio de Janeiro: 1911-1957. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

A RUA. Rio de Janeiro: 1914-1927. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

BOINA VERDE – REVISTA DE INFORMAÇÃO DO CORPO DE TROPAS PARAQUEDISTAS. Praia do Ribatejo, 1965-atual. Mensal. Disponível em <<http://www.operacional.pt/revista-boina-verde/>>.

CARETA. Rio de Janeiro: 1909-1964. Semanal. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

CLICK: THE NATIONAL PICTURE MONTHLY. Filadélfia. Mensal. 1939-?. Disponível em <[http://www.oldmagazinearticles.com/animlas\\_in\\_WW2-pdf](http://www.oldmagazinearticles.com/animlas_in_WW2-pdf)>.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 1960-atual. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: 1901-1974. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo: 1854-1963. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba: 1854-1890. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro: 1928-1965. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: 1929-1960. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 1930-1974. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife: 1825-. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: 1821-1878. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

DIÁRIO NACIONAL. São Paulo: 1927-1932. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

EL ORDEN. Santa Fe: 1927-1955. Diário. Disponível em <<http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/articulo/portada/>>.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 1875-1942. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: 1891-. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: 1827-2016. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro: 1931-2010. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

*LA RIVISTA ILLUSTRATA DEL POPOLO D'ITALIA*. a. IV, v.2 n. 6, jun. 1926. Milão, 1926.

*LIFE*. Nova Iorque: 1936-2000. Semanal. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books/about/LIFE.html?id=N0EEAAAAMBAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/LIFE.html?id=N0EEAAAAMBAJ&redir_esc=y)>.

LUTA DEMOCRÁTICA. Rio de Janeiro: 1954-1987. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

MANCHETE Rio de Janeiro: 1952-2000. Semanal. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

MOVIMENTO Rio de Janeiro: 1975-1981. Semanal. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

NOTANF – Notícias e Eventos do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro. 2014-atual. Trimestral. Disponível em <<https://www.marinha.mil.br/cgcfm/revistas>>.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: 1875-atual. Diário. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/>>.

O GLOBO. Rio de Janeiro: 1925-atual. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/>>.

O JORNAL. Rio de Janeiro: 1919-1974. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

O PAIZ. Rio de Janeiro: 1884-1830. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro: 1900-1962. Semanal. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

REVISTA DO REGIMENTO SANTOS DUMONT. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica Ltda, 1963-1968. Anual.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro: 1949-2009. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro: 1951-1984. Diário. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

VEJA. São Paulo: Abril, 1968-atual.

VERDE-OLIVA. Brasília: 1973-atual. Mensal. Disponível em <<https://pt.calameo.com/>>.

VIDA FLUMINENSE. Rio de Janeiro: 1889-1990. Semanal. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

## 1.2 Legislação

\_\_\_\_\_. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. *Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa*. Diário Oficial da União, 9 abr. 1964.

\_\_\_\_\_. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. *São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 13 dez. 1968.

\_\_\_\_\_. Aviso do ministro da Guerra nº 144-RP, de 30 de maio de 1967. Diário Oficial da União, seção 1, 7 jun. 1967.

\_\_\_\_\_. Aviso Ministerial nº 1.089, de 23 de agosto de 1946. *Distintivos para tropa aéreo-terrestre (Aprovação)*.

\_\_\_\_\_. Aviso nº 485 do Gabinete do Ministro, de 27 de julho de 1954. *Instruções para o recrutamento para a tropa aeroterrestre*. Diário Oficial da União, seção 1, 11 out. 1954.

\_\_\_\_\_. Boletim de Informações nº 10/62, do Estado-Maior das Forças Armadas, de 9 novembro de 1962. Disponível em <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

\_\_\_\_\_. Boletim de Informações nº 11/62, do Estado-Maior das Forças Armadas, de 5 de dezembro de 1962. Disponível em <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

\_\_\_\_\_. Boletim Interno nº 112, da 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista, de 18 de junho de 1991.

\_\_\_\_\_. Boletim Reservado do Exército nº 3, de 25 mar. 1949.

\_\_\_\_\_. Boletim Reservado do Exército nº 9 (Especial), de 15 de outubro de 1951.

\_\_\_\_\_. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)>.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

\_\_\_\_\_. Decreto do ministro da Guerra, de 7 de outubro de 1964. Diário Oficial da União, 8 out. 1964.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº 22, de 1956. *Concede anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 10 de novembro de 1955 até 1º de março de 1956*. Diário Oficial da União, 24 maio 1956.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890. *Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exército*. Coleção de Leis do Brasil, 1890, p. 550, v. 1, fasc. IV.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.881, de 18 de abril de 1898. *Aprova o regulamento para os institutos militares de ensino*. Coleção de Leis do Brasil, 1898, p. 415, v. 1, parte II.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.386, de 28 de fevereiro de 1907. *Abre ao Ministério da Guerra o crédito extraordinário de 700:000\$ para execução do disposto no art. 23, letra f, da Lei nº 1617, de 30 de dezembro de 1906.* Diário Oficial, 2 mar. 1907.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 12.167, de 23 de agosto de 1916. *Cria sem aumento de despesa, as Escolas de Aviação e de Submersíveis.* Diário Oficial da União, 25 ago. 1916, seção 1, p. 9.656.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 12.364, de 17 de janeiro de 1917. *Aprova o regulamento da Escola de Aviação Naval.* Diário Oficial da União, 2 jan. 1917, seção 1, p. 755.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 13.099, de 17 de julho de 1918. *Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de 2.000:000\$000, para organizar o serviço de aviação militar e outras despesas referentes ao mesmo serviço.* Diário Oficial da União, 19 jul. 1918, seção 1, p. 9.447.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 13.417, de 15 de janeiro de 1919. *Abre ao Ministério da Guerra, o crédito especial de 2.000:000\$000, para a organização do serviço de aviação militar.* Coleção de Leis do Brasil, 1919, p. 62, v. II.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919. *Estabelece bases para a reorganização do ensino militar e criação de cursos de aviação, veterinária e outros.* Diário Oficial da União, seção 1, 31 jan. 1919.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919. *Autoriza o governo a contratar, na França, uma missão militar, para fins de instrução no Exército.* Diário Oficial da União, 31 maio 1919, seção 1, p. 7.365.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 14.121-A, de 31 de março de 1920. *Aprova o regulamento para a Escola de Aviação Militar.* Coleção de Leis do Brasil, 1920, p. 909, v. III.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 14.392, de 6 de outubro de 1920. *Desapropria a fazenda do Engenho Novo da Piedade, de propriedade de João de Moraes Macedo.* Diário Oficial da União, seção 1, 10 out. 1920.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 14.562, de 22 de dezembro de 1920. *Desapropria as terras que formam a fazenda Cabral.* Diário Oficial da União, seção 1, 26 dez. 1920.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921. *Organiza o Exército ativo em tempo de paz.* Diário Oficial da União, seção 1, 1º fev. 1922.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 20.023, de 21 de maio de 1931. *Cria, a título provisório, o Grupo Misto de Aviação, com sede no Campo dos Afonsos, e dá outras providências.* Diário Oficial da União, 29 maio 1931, seção 1, p. 8.847.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 20.480, de 3 de outubro de 1931. *Concede ao capitão Carlos de Saldanha da Gama Chevalier autorização para extrair uma loteria denominada "Loteria dos 18 do Forte".* Diário Oficial da União, 7 out. 1931, seção 1, p. 15.801.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 35.228, de 8 de dezembro de 1945. *Acordo ortográfico.*

\_\_\_\_\_. Decreto nº 22.469, de 18 de janeiro de 1947. *Altera as tabelas numéricas, ordinárias e suplementares, de extranumerário-mensalista de repartições do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.* Diário Oficial da União, 24 jan. 1947, seção 1, p. 1.073.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951. *Aprova o regulamento de uniformes do pessoal do Exército e dá outras providências.* Diário Oficial da União, 19 dez. 1951, - seção 1, p. 18.444.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 31.393, de 5 de setembro de 1952. *Constitui, no Exército, com a atual Escola de Paraquedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre*. Diário Oficial da União, 5 set. 1952, seção 1, p. 10.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 40.003, de 19 de setembro de 1956. *Designa as funções privativas de oficial-general em tempo de paz*.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 40.169, de 22 de outubro de 1956. *Denomina “Batalhão Santos Dumont” o Batalhão de Infantaria do Núcleo da Divisão Aeroterrestre*. Diário Oficial da União, 23 out. 1956.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 42.688, de 21 de novembro de 1957. *Aprova o regulamento para o Centro de Informações da Marinha*. Diário Oficial da União, seção 1, 27 nov. 1957.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 49.683, de 11 de janeiro de 1961. *Cria o Regimento de Infantaria Aeroterrestre, com sede em Deodoro – Rio de Janeiro (estado da Guanabara), subordinado ao Núcleo da Divisão Aeroterrestre*. Diário Oficial da União, 12 jan. 1961.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 52.432, de 2 de setembro de 1963. *Organiza, no Ministério da Aeronáutica, esquadrilhas aeroterrestres de salvamento*. Diário Oficial da União, 3 set. 1963, seção 1, p. 7.645.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964. *Regulamenta os artigos 7º e 10º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964*. Diário Oficial da União, 27 abr. 1964.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 54.609, de 26 de outubro de 1964. *Extingue a Comissão Geral de Investigações, criada pelo Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, seção 1, 27 out. 1964.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 57.564, de 20 de janeiro de 1966. *Regulamenta a Lei do Serviço Militar*.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 60.664, de 2 de maio de 1967. *Cria o Centro de Informações do Exército e dá outras providências*. Diário Oficial da União, seção 1, 3 maio 1967.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 63.005, de 17 de julho de 1968. *Cria no Ministério da Aeronáutica o Serviço de Informações da Aeronáutica e dá outras providências*. Diário Oficial da União, seção 1, 18 jul. 1968.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 63.573, de 7 de novembro de 1968. *Transforma, cria e muda a denominação de organizações militares e dá outras providências*. Diário Oficial da União, seção 1, 8 nov. 1968.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 53.649, de 2 de março de 1969. *Cria o Centro de Instrução de Guerra na Selva, com sede em Manaus, (AM), subordinado ao Grupamento de Elementos de Fronteira*. Diário Oficial da União, 3 mar. 1969.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 64.203, de 17 de março de 1969. *Aprova o regulamento da Comissão Geral de Investigação*. Diário Oficial da União, seção 1, 20 mar. 1969.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 67.458, de 29 de outubro de 1970. *Muda a denominação do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) para Centro de Operação na Selva e Ações de Comandos (COSAC)*. Diário Oficial da União, 30 out. 1970.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 92.170, de 18 de dezembro de 1985. *Dispõe sobre alteração de denominação de grandes unidades e seus respectivos comandos, de subordinação da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, no Ministério do Exército, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, seção 1, 19 dez. 1985.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997. *Dispõe sobre o regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas*. Diário Oficial da União, 4 jun. 1997, seção 1, p. 1.485.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. *Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 24 set. 1999, seção 1, p. 3.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.522, de 26 de junho de 2000. *Aprova o regulamento da Ordem do Mérito Militar, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 27 jun. 2000, seção 1, p. 23.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001. *Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências*.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. *Regulamento disciplinar do Exército*.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013. *Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Defesa*.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. *Decreta intervenção federal no estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública*. Diário Oficial da União, seção 1, edição extra, 16 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto Reservado nº 1, de 11 de novembro de 1971. *Modifica a organização da Força Terrestre e dá outras providências*. Diário Oficial da União, seção 1, 16 nov. 1971.

\_\_\_\_\_. Decreto Reservado nº 1, de 11 de novembro de 1971. *Modifica a organização da Força Terrestre e dá outras providências*. Boletim Reservado do Exército nº 11, 30 nov. 1971.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. *Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos*. Diário Oficial da União, seção 1, 20 abr. 1939.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941. *Cria o Ministério da Aeronáutica*. Diário Oficial da União, seção 1, 20 jan. 1941.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 6.795, de 17 de agosto de 1944. *Cria, no Exército, as condecorações denominadas Medalha de Guerra, Medalha de Campanha e Cruz de Combate*. Diário Oficial da União, 19 ago. 1944.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8.444, de 26 de dezembro de 1945. *Cria no Ministério da Guerra a Escola de Paraquedistas e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 28 dez. 1945, seção 1, p. 19.205.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 359, de 17 de setembro de 1968. *Cria a Comissão Geral de Investigações e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 18 ago. 1968.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. *Código de processo penal militar*. Diário Oficial da União, 21 out. 1969.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 1, de 1969. *Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967*. Diário Oficial da União, seção 1, 20 out. 1969.

\_\_\_\_\_. Instruções Provisórias (IP 31 15) *O pequeno escalão nas operações contra-guerrilha*. 1969.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.544, de 4 de janeiro de 1912. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1912*. Diário Oficial da União, 5 jan. 1912, seção 1, p. 189.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.842, de 3 de janeiro de 1914. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1914*. Diário Oficial da União, 4 jan. 1914, seção 1, p. 131.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.232, de 5 de janeiro de 1917. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1917*. Diário Oficial da União, 6 jan. 1917, seção 1, p. 167.

\_\_\_\_\_. Lei nº 218, de 4 de julho de 1936. *Institui o Dia do Aviador 23 de outubro*. Diário Oficial da União, 8 jul. 1936, seção 1, p. 15141.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.316, de 20 janeiro de 1951. *Código de vencimentos e vantagens dos militares*. Diário Oficial da União, 23 jan. 1951, seção 1, p. 1113.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. *Lei do Serviço Militar*. Diário Oficial da União, seção 1, 3 set. 1964.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. *Concede anistia e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 28 ago. 1979.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. *Estatuto dos Militares*.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. *Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 5 dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.299, de 7 de agosto de 1996. *Altera dispositivos dos Decretos-leis nº 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, respectivamente*.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996, seção 1, p. 27.833.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. *Dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 9 fev. 1999, seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República*. Diário Oficial da União, 18 nov. 2011, edição extra.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004. *Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias*.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do ministro de Estado da Defesa*.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. *Dispõe sobre a*

*reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.* Diário Oficial da União, seção 1, edição extra, 1º set. 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Guerra. Boletim Reservado do Exército nº 3, 25 de março de 1949.

\_\_\_\_\_. Ministério da Guerra. Boletim Reservado do Exército nº 4, 25 de abril de 1950.

\_\_\_\_\_. Ministério da Guerra. Portaria nº 4-4, de 7 de janeiro de 1949 (Reservada). *Organização da Escola de Paraquedistas.* Boletim Reservado do Exército nº 1, 25 de janeiro de 1949.

\_\_\_\_\_. Ordem Ministerial nº 1.194, de 20 de setembro de 1946. Boletim Interno do Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas nº 26, de 8 de outubro de 1946.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 002-4ªSC/87, do Estado-Maior do Exército (Brasil), de 21 de janeiro de 1987. Disponível em <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 188 (secreta), de 26 de outubro de 1956. Disponível em <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 099, de 4 de julho de 1960 (Reservado). *Organização e efetivos do Exército.* (alteração). Boletim Reservado do Exército nº 7, de 30 de julho de 1960, página 4.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 02, de 21 de janeiro de 1969 – Reservada. *Brigada Aeroterrestre – QO – aprovação.* Disponível em <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial 041, de 7 de novembro de 1972. *Dá a organização inicial da Brigada Paraquedista.* Boletim Reservado do Exército nº 11, de 30 nov. 1972. Disponível em <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 769 S3-DIP, de 27 de junho de 1980.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial nº 77-Reservada, de 21 de dezembro de 1981. *Esquadrão de Infantaria Paraquedista (criação).* Boletim Reservado do Exército nº 12, de 31 dez. 1981. Disponível em <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial nº 078-Reservada, de 21 de dezembro de 1981. *Esquadrão de Infantaria Paraquedista (organização).* Boletim Reservado do Exército nº 12, de 31 dez. 1981. Disponível em <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial nº 087, de 27 de dezembro de 1985 (reservada). *Cria o Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 580, de 25 de outubro de 1999. *Instruções gerais para a concessão de denominações históricas, estandartes históricos e distintivos históricos às organizações militares do Exército (IG 11-01).*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 041, de 18 de fevereiro de 2002. *Instruções gerais para a correspondência, as publicações e os atos normativos no âmbito do Exército (IG 10-42).*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 055-EME, de 24 de julho de 2002. *Aprova o manual de campanha c 21-30 – abreviaturas, símbolos e convenções cartográficas.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 816-Cmt Ex, de 19 de dezembro de 2003. *Regulamento interno e dos serviços gerais (RI).*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 005-SEF, de 5 de fevereiro de 2004. *Desvincula administrativamente do 21º Grupo de Artilharia de Campanha a 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea e vincula*



*administrativamente ao Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista a 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea Paraquedista.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 52-EME, de 8 de junho de 2005. *Altera as condições de funcionamento do estágio de mestre de salto livre (Oficiais).*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 211-EME, de 29 de novembro de 2006. *Normatiza o curso de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar para oficiais.*

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa Nº 196/EMD/MD, de 22 de fevereiro de 2007. *Aprova o glossário das Forças Armadas - MD35-G-01 (4ª Edição/2007).*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 587, de 27 de agosto de 2007. *Transforma a 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército em 4ª Região Militar, organiza a 4ª Região Militar, e dá outras providências.* Boletim do Exército nº 35, de 31 de agosto de 2007.

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 513/EMD/MD, de 26 de março de 2008. *Aprova o manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas – MD33-M-02 (3ª Edição/2008).*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 807, de 13 de outubro de 2008. *Cria o “Museu Aeroterrestre”, no Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil.*

\_\_\_\_\_. Portaria do Comandante do Exército nº 994, de 18 de dezembro de 2008. *Aprova as instruções gerais para o sistema de valorização do mérito dos militares do Exército (IG 30-10) e dá outras providências.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 117-EME, de 16 de agosto de 2010. *Altera o universo de seleção para o estágio de salto livre para oficiais.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 769, de 7 de dezembro de 2011. *Aprova as instruções gerais para a correspondência do Exército (EB10-IG-01.001), 1ª edição, 2011 e dá outras providências, entre outras.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 4-COTER, de 17 de julho de 2013. *Aprova o caderno de instrução de treinamento e técnica básica do paraquedista militar (EB70-CI-11.001), 1ª edição, 2013 e dá outras providências.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.313, de 23 de dezembro de 2013. *Aprova as instruções gerais para utilização da rede mundial de computadores pelo Exército Brasileiro (EB10-IG-01.010), 1ª Edição, 2013, e dá outras providências.* Boletim do Exército nº 1, 3 jan. de 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 60-EME, de 1º de abril de 2014. *Altera as condições de funcionamento do curso de precursor paraquedista para oficiais e revoga a Portaria nº 044-EME, de 3 de abril de 2013.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 02 DECEEx, de 12 de janeiro de 2015. *Aprova o manual técnico do mestre de salto paraquedista (EB60-MT-34.402) 1ª Edição, 2015 e dá outras providências.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 724-Cmt Ex, de 25 de junho de 2015. *Aprova as normas reguladoras da Medalha do Pacificador e dá outras providências.* Separata ao Boletim do Exército nº 26, de 26 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.424-Cmt Ex, de 8 de outubro de 2015. *Regulamento de uniformes do Exército (EB 10-R-12.004). 3ª edição, 2015.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.548, de 28 de outubro de 2015. *Aprova as normas para a concessão da Medalha Militar e dá outras providências.* Separata ao Boletim do Exército nº 44, de 30 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.550, de 28 de outubro de 2015. *Aprova as normas para a concessão da Medalha de Serviço Amazônico e dá outras providências.* Separata ao Boletim do Exército nº 44, de 30 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.552, de 28 de outubro de 2015. *Aprova as normas para a concessão da Medalha Corpo de Tropa e dá outras providências.* Separata ao Boletim do Exército nº 44, de 30 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.553, de 28 de outubro de 2015. *Aprova as normas para a concessão da Medalha Marechal Osorio - O legendário e dá outras providências.* Separata ao Boletim do Exército nº 44, de 30 de out. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.554, de 28 de outubro de 2015. *Aprova as normas para a concessão da Medalha Mérito Aeroterrestre e dá outras providências.* Separata ao Boletim do Exército nº 44, de 30 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.555, de 28 de outubro de 2015. *Aprova as normas para a concessão da Medalha Sargento Max Wolff Filho e dá outras providências.* Separata ao Boletim do Exército nº 44, de 30 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 219-Cmt Ex, de 14 de março de 2016. *Cria a Medalha Exército Brasileiro, aprova as normas para a concessão e dá outras providências.* Boletim do Exército nº 11, de 18 mar. 2016, p. 13.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 708, do Comandante do Exército, de 22 de junho de 2016. *Aprova as normas para julgamento e aprovação de obras musicais militares (EB 10-N-01.003) e dá outras providências.* Boletim do Exército nº 38, 23 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 482-EME, de 23 de novembro de 2016. *Aprova a diretriz reguladora para a inscrição, seleção, matrícula e execução dos cursos do Centro de Instrução de Operações Especiais (EB 20-D-01.048).*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 036-DGP, de 6 de março de 2017. *Aprova as normas técnicas para os processos de promoção post mortem no âmbito do Exército Brasileiro (EB30-N-60.018), 2ª Edição, 2017.* Boletim do Exército nº 11/2017, de 17 de mar. 2017, p. 22.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1849 – Comandante do Exército, de 8 de novembro de 2019. *Cria o uniforme histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 034-EME, de 26 de fevereiro de 2015. *Normatiza as condições de funcionamento do curso básico paraquedista para subtenentes e sargentos e revoga a Portaria nº 161-EME, de 19 de março de 2010.*

\_\_\_\_\_. Portaria nº 036-DGP, de 6 de março de 2017. *Aprova as normas técnicas para os processos de promoção post mortem no âmbito do Exército Brasileiro (EB30-N-60.018), 2ª Edição, 2017.*

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 3/MD, de 25 de janeiro de 2018. *Aprova o plano geral de convocação para o serviço militar inicial nas Forças Armadas em 2019.*

\_\_\_\_\_. Relatório das Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Tomo III.

\_\_\_\_\_. Relatório do ministro da Guerra Bibiano Sérgio Macedo de Fontoura Costallat, 1893. Imprensa Nacional, 1894. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/>>.

\_\_\_\_\_. Relatório do ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, 1901. Imprensa Nacional, 1902. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/>>.

\_\_\_\_\_. Relatório do ministro da Guerra Hermes da Fonseca, 1907. Imprensa Nacional, 1908. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/>>.

\_\_\_\_\_. Relatório do ministro da Guerra Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, 1912. Imprensa Nacional, 1913. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/>>.

\_\_\_\_\_. Relatório do ministro da Guerra Pandiá Calógeras, 1919, p. 32. Imprensa Nacional, 1920. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/>>.

\_\_\_\_\_. Relatório do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1938. Imprensa Nacional, 1939. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/>>.

\_\_\_\_\_. Relatório do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1939, p. 61. Imprensa Nacional, 1940. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/>>.

\_\_\_\_\_. Centro de Inteligência do Exército. *Relatório periódico de informações nº 210/69*. 10 nov. 1969. Disponível em <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

RIO DE JANEIRO. Resolução nº 741, de 7 de dezembro de 1990, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Concede o título de cidadão do estado do Rio de Janeiro ao senhor Ly Adorno de Carvalho*.

SÃO PAULO. Câmara Legislativa de São Paulo. *Indicação nº 441/79*, de 24 de abril de 1979.

## 2. IMAGENS EM MOVIMENTO

BRIGADA PARAQUEDISTA. Evaldo Mocarzel. Produção de Assunção Hernandes. Rio de Janeiro: Polifilmes, 2007. (74 min), son., color., 35 mm.

ESPIONAGEM E ESPORTE: O BRASILEIRO QUE ENGANOU HITLER. Produção: Rede Globo. Edição de Régis Rösing e Raphael Palumbo. Rio de Janeiro, 2010. (20 min 59 s.), son., color., NTSC.

HÉRCULES 56. Direção: Silvio Da-Rin. Produção: Suzana Amado. Rio de Janeiro: A e A Produções Artísticas Ltda.; Diálogo Comunicação. 2006, 35mm, COR e BP, (94 min), Dolby Digital.

O PRIMEIRO SALTO. Direção: Tony Rabatoni. Produção: Instituto Nacional do Cinema. Guanabara. 35mm, BP, (10 min 13 seg).

PQD. Guilherme Coelho. Produção de Mariana Ferraz, Raquel Zangrandi e Guilherme Coelho. Rio de Janeiro: Vídeo Filmes e Matizar, 2006. (90 min), son. color, digital - Dolby SRD.

## 3. LIVROS E ARTIGOS

ABREU, Hugo de Andrade. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. 208 p.

\_\_\_\_\_. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 294 p.

ABREU, Luciano Aronne de. *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 190 p.

ALBURQUERQUE, Luís Rogério. A constituição histórica da Educação Física no Brasil e os processos da formação profissional. In: *IX Congresso Nacional de Educação / III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*. Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2934\\_1277.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2934_1277.pdf)>. Acesso em 29 jul. 2017.

ALEXANDRIA, Susana; NOGUEIRA, Salvador. *1910: O primeiro voo do Brasil*. São Paulo: Aleph, 2010. 144 p.

ALMEIDA, Adilson José de. História da Educação Física no Exército Brasileiro: história do corpo e formação do Estado. *Recorde: Revista de História do Esporte*. v. 3, n. 2, dez. 2010. Disponível em <[http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV3N2\\_2010\\_12.pdf](http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV3N2_2010_12.pdf)>. Acesso em 27 jul. 2017.

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. *A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil*. 2014. 303 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2014.

ALMEIDA JUNIOR, Mauro José de. *A especialização e o adestramento aeroterrestre da tropa paraquedista por intermédio do simulador virtual de lançamento*. 2014. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

ALMEIDA, Ricardo Guilherme Ribeiro de. *A evolução histórica da Brigada de Infantaria Paraquedista no contexto da Força Terrestre brasileira*. 2002. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2002.

ALVES, Vágner Camilo; CAMPOS, Márcio Teixeira. A Guerra das Falklands/Malvinas e o Exército Brasileiro. *Tensões Mundiais*. v.8, n. 14. 2012. p. 257-278.

ANDERSON, Dale; GRAHAM, Ian; WILLIAMS, Brian. *Flight and motion: the history and science of flying*. Londres: Routledge, 2008. 641 p.

ARGOLO, José. *As luminárias do medo: vida, paixão e morte do jornalismo policial no eixo Rio de Janeiro-São Paulo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

ARNÁIZ, Sara Molpeceres. *Mitologías en la cultura popular actual*. Disponível em <<http://www.elfuturodelpasado.com/ojs/index.php/FdP/pages/view/next>>. Acesso em 13 out. 2016.

ARQUIVO NACIONAL. *Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. 4 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 226 p.

ASHTON, Kevin. *How to fly a horse: the secret history of creation, invention, and discovery*. Nova Iorque: Doubleday, 2015.

ASTOR, Charles. *Metodologia do ensino da ginástica acrobática*. Rio de Janeiro, Sociedade Editora e Gráfica-SEDEGRA, 1954. 99 p.

\_\_\_\_\_. *Estórias rudes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 184 p.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2007.

AZEVEDO E SILVA, Fernando. *História do paraquedismo militar no Brasil e uma visão prospectiva de seu emprego estratégico*. 1995. 90 p. Monografia (Curso de Altos Estudos

- Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1995.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues; GONÇALVES, Leandro Pereira; VIANNA, Marly de Almeida; CUNHA, Paulo Ribeiro da (orgs.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 500 p.
- BARRETO, Leilianne Michelle Trindade da Silva *et al.* Cultura organizacional e liderança: uma relação possível?. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 34-52, jan./fev./mar. 2013.
- BARROUIN, Affonso. *Primeiro ensaio de um estudo racional sobre o aeróstato dirigível*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893. 50 p.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. Cultura institucional e história: o Instituto Butantan. *Cadernos de História da Ciência*. [online]. v. 1, n. 1, p. 145-166. 2005.
- BITENCOURT, Valéria; AMORIM, Simone; RIBEIRO, Augusto; KOFF, José. Verbete paraquedismo. *Atlas do esporte no Brasil*. Conselho Federal de Educação Física, 2006. Disponível em <<http://www.confef.org.br/arquivos/atlas/atlas.pdf>>. Acesso em 5 ago. 2017.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- BRASIL. *Atos da Revolução de 1964 (coletânea) volume 1 - 9 de abril de 1964 a 15 de marco de 1967*. Ministério da Aeronáutica. s.d., s.l.
- \_\_\_\_\_. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. v.1 Brasília: CNV, 2014. 976 p.
- \_\_\_\_\_. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. v. 2. Brasília: CNV, 2014. 416 p.
- \_\_\_\_\_. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos*.v.3 Brasília: CNV, 2014. 1996 p.
- BURNETT, Claudine. *Soaring Skyward: A history of aviation in and around long beach, california*. Bloomington: AuthorHouse, 2011. 308 p.
- BURNIER, João Paulo Moreira. *João Paulo Moreira Burnier (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 188 p.
- BRAGA, Nice. As histórias e as sagas como instrumento de análise organizacional: um estudo de jornais, rádios e televisão. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 217-233, abr. 1995.
- BRITO, Gisele Ferreira de; CHOI, Vania Picanço; ALMEIDA, Andreia de. *Manual ABNT: regras gerais de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos*. 4ª edição. São Paulo: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 2014.
- BRUNO, Daniela Caldeira. *"Brasil acima de tudo!" Narrativa e construção de identidades: o combatente paraquedista do Exército Brasileiro*. 2010. 281 f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010.
- CALDAS, Miguel; WOOD Jr, Thomaz. *Comportamento organizacional: uma perspectiva brasileira*. 2 ed.; São Paulo: Atlas, 2007. 226 p.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, Setembrino. *Memórias: dados para a História do Brasil*. Rio de Janeiro: s.n., 1950. 304 p. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/CARVALHOMarechalSetembrinode.pdf>>. Acesso em 30 maio 2017.

CASALI, Claudio Tavares. “*Brasil, acima de tudo*”. Disponível em <[http://www.cipqdt.eb.mil.br/download/trabalhos\\_cientificos/o\\_brado\\_brasil\\_acima\\_de\\_tudo.pdf](http://www.cipqdt.eb.mil.br/download/trabalhos_cientificos/o_brado_brasil_acima_de_tudo.pdf)>. Acesso em 21 jan. 19.

CASARIN, Jayro Alfredo. *Tropas aeromóveis: sua origem, missões cumpridas na Europa*. Monografia. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1966. 19 f.

CASTRO, Celso Correa Pinto de. *O espírito militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

\_\_\_\_\_. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, p. 231-240.

\_\_\_\_\_. *In corpore sano: os militares e a introdução da Educação Física no Brasil*. *Antropolítica*, Niterói. n. 2, p. 61-78, 1º sem. 1997.

\_\_\_\_\_. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 207 p.

\_\_\_\_\_. *Gilberto Velho e os militares: biografia, orientação acadêmica e o relato de uma pesquisa não realizada*. In: *Mundos em mediação: ensaios ao encontro de Gilberto Velho*. Celso Castro e Graça Índias Cordeiro (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. 132 p.

\_\_\_\_\_. *Antropologia dos militares no Brasil: problemas, limites e perspectivas*. Reunião de Antropologia do Mercosul. Montevideu, 2015. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15253/Antropologia\\_dos\\_militares\\_no\\_Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15253/Antropologia_dos_militares_no_Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 19 mar. 2017.

CASTRO, Celso Correa Pinto de; CHINELLI, Fernanda. Serviço militar obrigatório: o ponto de vista dos recrutas. *30º Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu, 2006. p. 1-23. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cfa21/814.pdf>>. Acesso em 26 abr. 2017.

CASTRO, Celso Correa Pinto de; LEIRNER, Piero (Orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CHEVALIER, Carlos Saldanha da Gama. *Memórias de um revoltoso ou legalista?*. Niterói: Victoria, 1927. 368 p.

CHEVALIER, Carlos Saldanha da Gama (Org.). *Os 18 do Forte: coletânea organizada sobre Siqueira Campos, comandante dos 18 do Forte de Copacabana – 1922-1930*. Rio de Janeiro: F. Barreto & Cia, 1931. 96 p.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da Administração*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 650 p.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Zahar: Rio de Janeiro, 2012. 263 p.

CLERMONTTEL, Danièle; CLERMONTTEL, Jean-Claude. *Chronologie scientifique, technologique et économique de la France*. Paris: Publibook, 2009. 411 p.

COCCHI, Fabrizio; FALCIGLIA Aldo. *addestramento al lancio con paracadute ad apertura automatica e calotta emisferica: manuale per l'acquisizione dell'abilitazione al lancio sotto controllo militare*. Milão: Segreteria Tecnica Edizione, 2006. 48 p.

COLOMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Comando General de las Fuerzas Militares. Informe de gestión*. jan., fev., mar. 2017.

COMBINATO, Denise Stefanoni; QUEIROZ, Marcos de Souza. Morte: uma visão psicossocial. *Estudos Psicológicos*. Natal, v. 11, n. 2, p. 209-216, ago. 2006.

COMISSÃO EPISCOPAL DA LITURGIA (Org.). *Celebração das exéquias – Ritual Romano* (3ª edição). Braga: Apostolado da Oração, 2006. 334 p.

COMISIÓN PERMANENTE DE LA HISTORIA DEL EJÉRCITO DEL PERÚ. *Compendio de la historia general del Ejército del Perú*. 2 v. Oficina de Información del Ejército: Lima, 2001. 415 p.

CORRÊA, Carlos Hugo Studart. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*. 2013. 619 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CORRÊA MARTINS, Francisco José. “Conquistar e manter”?: a cartografia da presença do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro nos últimos cinquenta anos. In: *I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011, Paraty. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, 2010.

COSTA, Octavio Augusto Guedes de Freitas. *Paraquedismo militar no Brasil: origens, histórico e reflexos na atualidade*. Monografia (curso de Comando e Estado-Maior do Exército) Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1993. 71 p.

COWELL Jr., John David. *Soldiers from the sky: a comparison of german and US airborne doctrinal development during World War II*. Tese. (Masters of Arts in Diplomacy and Military Studies). Department of History and International Studies. Hawai'i Pacific University: Honolulu, 2005. 133 p.

DELGADO, Jorge Enrique Rojas; PIRAQUIVE, Henry Elías; ARANGO, Daniel Arango; GÓMEZ, Natalia Sequera; OSPINA, Jilly Iboney Guevara; REYES, Yulli Carolina Pantoja. *Fuerzas Militares de Colombia - Ejército Nacional - V División: el conflicto armado en las regiones*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2017. 135 p.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Brasil: 1954 – Prenúncios de 1964. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 21, n. 34: p. 484-503, jul. 2005.

DEMIER, Felipe Abranches. 'Legalistas' e golpistas contra os trabalhadores: a inflexão política do legalismo militar sob o governo Goulart (1961-1964). In: *XXIII Simpósio Nacional de História*, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, 2005.

DEVORE, Marc R. *When failure thrives: institutions and the evolution of postwar airborne forces*. The Army Press: Fort Leavenworth, Kansas, 2015. 92 p.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 p.

- DUARTE, Geraldine Rosas. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. *Confins*. n. 28, 2016.
- DUARTE, Luiz Cláudio. História das operações de garantia da lei e da ordem (2006-2016): uma introdução ao tema. *Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-RIO*. Rio de Janeiro, 2018.
- EDEFA. *Anuário Latino Americano de Defesa – 2015*. Madri: Monterreina Comunicación, 2015. 242 p.
- EJÉRCITO DEL PERU. *Compendio de la historia general del Ejército del Perú (Volumen II)*. Industrial Gráfica S.A.: Lima, 2001. 415 p.
- ESPAÑA. *Presente y futuro de las relaciones cívico-militares en hispanoamérica. In: Cuadernos de estrategia 123. Instituto Español de Estudios Estratégicos. Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica: Madrid, 2003. 336 p.*
- ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. *Síntesis Histórica de los Comandos y Unidades Militares de las Fuerzas Armadas de Bolivia. Ministerio de Defensa: La Paz, 2012. 206 p.*
- FANTINEL, Leticia Dias. *Os significados do espaço e as sociabilidades organizacionais: estudo de um café em Salvador*. 2012. 247 f. Tese (Doutorado em Administração). Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- FAY, Claudia Musa; FONTES, Rejane de Souza. O papel do Aeroclube do Brasil na construção de uma política nacional de aviação brasileira (1911-1972). *História*, Franca, v. 36, 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742017000100505&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742017000100505&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 ago. 2017.
- FÉRAUD, Henri. *Les commandos de l'air: contribution à l'histoire des commandos parachutistes de l'air en Algérie (1956-1962)*. Nouvelles Editions Latines: Paris, 1986. 332 p.
- FERNANDES, Augusto. *O pioneiro esquecido: biografia de Augusto Severo*. Natal: Conselho Editorial da Fundação José Augusto/CONEDI, 1981. 142 p.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Os militares e o espaço urbano do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geografia política. *Scripta Nova*. Barcelona, v. X, p. 218-227, 2006.
- FERRAZ, Rosane Carmanini. *A coleção de fotografias do Museu Mariano Procópio e as sociabilidades no Brasil oitocentista*. 2016. 401 f. Tese (Doutorado em História). Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- FERREIRA, Fábio Vizeu. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 37-47, mar. 2010.
- FERREIRA, José Roberto Martins. Cultura organizacional: um caso exemplar. *Caderno de Administração*. Revista do Departamento de Administração da FEA. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 1, 2017.
- FIRTH, Raymond. O significado da antropologia social. *In: Textos básicos de Antropologia: Cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 270 p.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. *O desvendar a cultura de uma organização: uma discussão metodológica*. In: Fleury. M. T. L.; Fischer, Rosa Maria (coord.). *Cultura e Poder nas Organizações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- \_\_\_\_\_ Estórias, mitos, heróis: cultura organizacional e relações do trabalho. *Revista de*



- Administração de Empresas*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 7-18, dez. 1987.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. As origens da EMBRAER. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 281-298, jun. 2005.
- FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. *O Simbólico e o imaginário na organização*. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre, 2004.
- FRAGOSO, Augusto. *Introdução ao estudo da guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1959.
- FRERI, Prospero. Escola de Paraquedistas. *Asas – Órgão oficial do Aero Clube do Brasil*. v. IX, n. 155-156-157, out., nov., dez., 1940.
- FREITAS, Maria Ester de. Cultura organizacional: grandes temas em debate. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 73-82, set. 1991. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901991000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901991000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901991000300007>.
- FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Zahar: Rio de Janeiro, 2006. 662 p.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Manual de redação*. Rio de Janeiro, 2009. 40p.
- GLANTZ, David. *The soviet airborne experience. Research Surveys / Combat Studies Institute. U.S. Army Command and General Staff College*, n. 4, nov. 1984. *Fort Leavenworth*, 1984. 232 p.
- GOULART, Barbara. O conceito de cultura política nas ciências sociais e as especificidades brasileiras. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n. 1, p. 111-133, set. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/19651/11654>>. Acesso em: 29 ago. 2018.
- GRILLO, Maria Ângela de Faria. História em verso e reverso. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 13. Rio de Janeiro, out. 2006.
- GRUNENVALDT, José Tarcísio. Escola Nacional de Educação Física e Desportos: o projeto de uma época. *Motrivivência*, Florianópolis, n. 10, p. 200-207, jan. 1997. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/5011/20430>>. Acesso em: 27 jul. 2017.
- HENN, Leonardo Guedes; NUNES, Pâmela Pozzer Centeno. A educação escolar durante o período do Estado Novo. *Revista Latino-Americana de História*. v. 2, n. 6, ago. 2013.
- HIGHAM, Robin; GREENWOOD, John; HARDESTY, Von. *Russian aviation and air power in the twentieth century*. Nova Iorque: Routledge, 1998. 336 p.
- HOMEM, Nelson Calvoso Pinto. *Peculiaridades da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro nas operações de assalto aeroterrestre*. Monografia (curso de Comando e Estado-Maior do Exército) Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1991. 59 f.
- IBAÑEZ, Nelson; WEN, Fan Hui; FERNANDES, Suzana Cesar Gouveia. Instituto Butantan: história institucional. Desenho metodológico para uma periodização preliminar. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2005.
- INGLEZ DE SOUZA, Diego Beja. *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História e

Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Rio de Janeiro: INCAER; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Coleção Aeronáutica. Série História Geral da Aeronáutica Brasileira). v. 1 (Dos primórdios até 1920). 528 p.

ISLAM Gazi; ZYPHUR, Michael. *Rituals in organizations: a review and expansion of current theory*. *Group and organization management*, n. 34, v.1, 114-139.

JORGE, Fernando. *As lutas, a glória e o martírio de Santos Dumont*. Harper Collins Brasil: Rio de Janeiro, 2018. 512 p.

KAUFMAN, Robert. A política da reforma do Estado: um exame de abordagens teóricas. *Revista Do Serviço Público*. Brasília, v. 49, n. 1, p. 43-69, 1998.

LEIRNER, Piero de Camargo. Sobre “nomes de guerra”: classificação e terminologia militares. *Etnográfica*, v. 12, 2008, 195-214.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (Org.). *Mito e linguagem social: ensaios de Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970. 146 p.

LIMA FILHO, Racine Bezerra. *Paraquedismo militar no Brasil: origens, histórico e reflexos na atualidade*. Monografia (curso de Comando e Estado-Maior do Exército) Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1993. 98 p.

FILHO, João Luís “Lobão” Woerdenbag Filho. *A queda*. *Virgin Records*, 1995. CD (4:21).

LOPES, Carlos. *Figuras e figurinhas em 1964: antes e depois do golpe contra o Brasil*. Hora do Povo. 2014. Disponível em <<https://pt.calameo.com/read/00260166079870c3f494b>>. Acesso em 25 jun. 2019.

LOUREIRO, Antônio Carlos Lobo. *Biografia do Gen Pqdt Roberto de Pessôa*. Rio de Janeiro: Teatral, 2003. 204 p.

LUCENA, Marta. *Do rural ao periférico: a territorialização de um espaço. O processo de periferização da zona rural do Município do Rio de Janeiro (século XX)*. Disponível em <[www.osun.org/constitui%C3%A7%C3%A3o+republica+portuguesa-doc-4.html](http://www.osun.org/constitui%C3%A7%C3%A3o+republica+portuguesa-doc-4.html)>. Acesso em 23 de novembro de 2009.

LUZIA, Ilmar Ubiratan Salgado. *O apoio de fogo nas operações aeroterrestres e aeromóveis*. 2016. 62 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

KNUTSEN, Torbjorn L. *Review Essay: Old, unhappy, far-off things: the new military history of Europe*. *Journal of Peace Research*. v. 24, n. 1, mar. 1987, p. 87-98. Disponível em <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002234338702400108>>. Acesso em 17 jun. 2017.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. *O Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional: Razões de permanência do modelo de recrutamento no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

MACHADO, Vandrê Rolim. *Tradições paraquedistas: os símbolos e rituais da tropa aeroterrestre brasileira (Projeto de Pesquisa)*. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: Rio de Janeiro, 2016. 64 p.

- MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes do (orgs.). *Orvil: tentativas de tomada do poder*. Brasília: Schoba, 2012.
- MALANGA, Eliana Branco. Linguagens e pensamento: introdução a uma abordagem interdisciplinar entre a psicopedagogia e a semiologia para a compreensão da construção do pensamento. *Cadernos de Psicopedagogia*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 28-39, jun. 2004.
- MARTINS FILHO, Elias Rodrigues. *A participação do Brasil em Operações de Paz da ONU: visão institucional e prática*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2015. 33 p.
- MASCARENHAS, André Ofenhejm. Novamente: podemos gerenciar a cultura?. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 248-249, jun. 2010.
- MEDEIROS, Alexandre. *Santos Dumont e a física do cotidiano*. Livraria da Física: São Paulo, 2006. 193 p.
- MELO, Jorge José de. *Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969/1971*. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.
- MELO, Victor Andrade de. A Educação Física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. *Efdeportes – Revista Digital*. Buenos Aires, ano 12, n. 115, dez. 2007. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd115/a-educacao-fisica-e-o-estado-novo.htm>>. Acesso em 27 jul. 2017.
- MENINÉA, Vitor Hugo *O apoio administrativo à Brigada de Infantaria Paraquedista: peculiaridades*. Monografia (curso de Comando e Estado-Maior do Exército). Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1992. 47 p.
- MOTTA Marly Silva da; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 255 p.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 94 p.
- MOSKO, Jackson Fernando; CAPRARO, André Mendes; MOSKO, José Carlos. O Estado Novo (1937-1945) e a Educação Física: doutrinando corpos no exercício do poder. *Efdeportes, Revista Digital*. Buenos Aires, a. 15, n. 143, abr. 2010. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd143/o-estado-novo-1937-1945-e-a-educacao-fisica.htm>>. Acesso em 22 jul. 2017.
- MOSKOS, Charles C. *Institution versus occupation: contrasting models of military organization*. Washington, D.C.: Wilson Center, International Security Studies Program, 1981.
- NASSE, Jean-Yves. *Les Diables Verts. Les parachutistes allemands 1939-1935. Histoires & Collections*, Paris, 1997. 144 p.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez., 1993.
- NUMMER, Fernanda Valli. Serviço Militar Obrigatório: violência simbólica e reprodução social. *Caderno Pedagógico*. Lajeado, v. 7, p. 65-71, 2010.
- OLIVEIRA-CASTRO, Gardênia Abbad de; PILATI, Ronaldo; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Percepção de suporte organizacional: desenvolvimento e validação de um questionário. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 29-51, Ago. 1999. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65551999000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551999000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 31 maio 2018.

OTTONI, Jeandré Magnone. *A aplicabilidade da modularidade logística às operações de garantia da lei e da ordem desenvolvidas pela Brigada de Infantaria Paraquedista*. 2014. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado Maior, Rio de Janeiro, 2014.

PAZ, Eliane Hatherly. Best-sellers da Redemocratização: os livros mais vendidos entre 1974 e 1985. *XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais*. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0374-1.pdf>>. Acesso em 4 out. 2019.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Modernização e reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)*. 2018. 305 f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da moral: um estudo sobre uma dinâmica agrária tradicional*. 2008. 446 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PEREIRA, Alex da Silva. O emprego do precursor paraquedista como integrante do batalhão de inteligência militar nas operações de reconhecimento. *Revista do Exército Brasileiro*. v. 152, 2016, p. 30-34.

PEREIRA, Gabriel Terra. *A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)*. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2009.

PINTO, Sergio Murillo. *Exército e política no Brasil: origem e transformação das intervenções*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. 489 p.

PIO, Fábio Steven de Melo. *A formação do oficial, subtenente e sargento paraquedistas e o preparo para o emprego da Brigada de Infantaria Paraquedista em operações de assalto aeroterrestre*. 2015. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado Maior, Rio de Janeiro, 2015.

PIOVESAN, Armando. Percepção cultural dos fatos sociais: suas implicações no campo da saúde pública. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 85-97, jun. 1970 .

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2008.

PONTES, Ana Tereza Castelo Branco. *Cultura organizacional no Exército Brasileiro: um estudo no Centro de Comunicação Social do Quartel-General do Exército*. 2016. 97 f. Monografia (bacharelado em Administração) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, Brasília, 2016.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. (Projeto História: História e Cultura) São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 41-58.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. *Guerra do Contestado*. In: Dicionário histórico-social do oeste catarinense. Chapecó: Editora UFFS, 2018, p. 79-83. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/rxw94/pdf/radin-9788564905658-18.pdf>>. Acesso em 15 out. 2019.

REPÚBLICA ARGENTINA. *Efemérides - edición 2017. Fuerza Aérea Argentina / Secretaria General. Dirección de Estudios Históricos*, 2017.

RIBEIRO, Emílio Vanderlei. *O poder relativo de combate: a ênfase na análise do fator visibilidade no emprego da tropa paraquedista*. 2010. 43 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado Maior, Rio de Janeiro, 2010.

RIVIÈRE, Claude. *Os ritos profanos*. Petrópolis: Vozes, 1997. 325 p.

ROBBINS, Stephen Paul; JUDGE, Timothy; SOBRAL, Felipe. *Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro*. 14ª ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. *Militares e política no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. 60 p.

RODRIGUES, Everton Gustavo. Uma “razão” sobre a “força”: a “História Militar do Brasil” (1935) de Gustavo Barroso e o pensamento integralista. *Anais. IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – ideias e experiências autoritárias no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: 10 - 13 maio 2010. p. 319-335.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Da chegada da missão militar no Brasil em 1936 à dominação total da influência doutrinária do exército do tio Sam no exército do Zé Carioca. *Cadernos da FaEL*, v. 1, p. 1-15, 2008.

\_\_\_\_\_. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. São Paulo: Paco Editorial, 2011. 240 p.

ROLDAN, Alberto Polloni. *Las Fuerzas Armadas de Chile en la vida nacional*. Editorial Andres Bello, Santiago de Chile, 1972. 474 p.

ROTTMAN, Gordon. *U.S. airborne units in the Pacific theater 1942-45*. Oxford: Osprey Publishing, 2007. 96 p.

SÁ JÚNIOR, Singefredo. *Paraquedismo militar no Brasil: origens, histórico e reflexos na atualidade*. 1993. 49 p. Monografia (curso de Comando e Estado-Maior do Exército) Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1993.

SALECKER, Gene Eric. *Blossoming silk against the rising sun: U.S. and Japanese paratroopers at war in the Pacific in World War II*. Mechanicsburg: Stackpole Books, 2010. 384 p.

SALES, Mauro Vicente. O debate sobre a criação da aviação militar brasileira (1911-1927). *Revista da Universidade da Força Aérea (UNIFA)*. v. 24, n. 29, p. 7-17, 2011.

SANJAY, Badri-Maharaj. *Suriname's Armed Forces - capability compromised*. Institute for Defence Studies and Analyses. Nova Deli, 2017. 8 p.

SANTOS, Bruna Mello dos. *Achilles Hypolito Garcia, Charles Astor, pioneiro do paraquedismo e da ginástica acrobática no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2015.

SANTOS DUMONT, Alberto. *O que eu vi, o que nós veremos*. 3 ed. São Paulo, Hedra, 2000. 175 p.

SCHEIN, Edgar H. *The role of the founder in creating organizational culture*. *Organizational Dynamics*, v. 12, n. 1, p. 13-28, 1983.

\_\_\_\_\_. *Organizational culture and leadership* (3ª ed.). San Francisco: Jossey-Bass, 2004. 458 p.

\_\_\_\_\_. *The corporate culture survival guide (new and revised edition)*. San Francisco:

Jossey-Bass, 2009. 260 p.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EdUSP, 1994. 224 p.

SEKI, Ariella Lúcia Sachertt. *Os debates parlamentares acerca da intervenção da União na educação pública de 1890 a 1905*. 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

SERGEANT, Pierre. *Histoire mondiale des parachutistes. Société de production littéraire*: Paris, 1974. 365 p.

SÉRIE HISTÓRICA DO SALÁRIO MÍNIMO. Disponível em <<https://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>>. Acesso em 27 de agosto de 2017.

SILVA, Eliane Alves da, 90 Anos da Missão Cartográfica Imperial Militar Austríaca no Exército Brasileiro: relato histórico da Fotogrametria (1920-2010). *Anais. I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, 10-13 maio 2011. p. 11-13.

SILVA, Gustavo da Motta. *A Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ no período do governo militar (1968-1979): o curso de formação de professores e sua "invenção"*. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVEIRA, Antônio Barbosa da (coord.). *Manual de redação parlamentar*. 3ª ed. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013. 396 p.

SKINNER, Rebecca. *British paratrooper 1940-45*. Osprey Publishing: Londres, 2015. 64 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Tudo é política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 136 p.

SOUSA, Fernando; ESTEVES, Jorge Gaspar. Comparação da orientação institucional / ocupacional dos oficiais do Exército e da GNR. *Nação e Defesa*, n. 125, p. 81-102.

SOUZA, Adriana Barreto; SILVA, Angela Moreira Domingues da. A organização da Justiça Militar no Brasil: Império e República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 361-380, ago. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862016000200361&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862016000200361&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19 jan. 2019.

SOUZA, Flávia Amorim. *Chico Pinto e os autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971-1982)*. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

STELPFLUG, Peggy A.; HYATT, Richard. *Home of the infantry: the history of Fort Benning*. Macon: Mercer University Press, 2007. 571 p.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria. *OPSI*. Catalão, v. 14, n. Especial, p. 160-184, 2014.

TAYLOR, Bob. *Getting our wings: the Navy way*. Create Space Independent Publishing Platform. 2015. 234 p.

TRICE, Harrison Miller; BEYER, Janice. *Studying organizational cultures through rites and ceremonials*. *Academy of Management Review*, n. 9, v. 4, p. 653-669, 1984.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974. 246 p.

VELHO, Octavio Alves. A tropa aeroterrestre. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, 1955, p. 117-123.

VERDOUS, Agustin Patricio Garcia. *Evolución de la capacidad operacional de una GUC aerotransportada para operar como asalto aéreo y su empleo en los diferentes niveles de la conducción*. Trabajo final de licenciatura. (Licenciatura en Estrategia y Organización) Instituto de Enseñanza Superior del Ejército - Escuela Superior de Guerra. Buenos Aires: set. 2013. 51 p.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. Realengo e a Escola Militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-59, out. 2009.

\_\_\_\_\_. *História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo*. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

VISONI, Rodrigo Moura. Como Augusto Severo eliminou a tangagem. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 01-08, mar. 2013.

WHITE, Lynn Townsend. *Medieval religion and technology: Collected Essays*. University of California Press, 1978. 360 p.

WOOD JR., Thomaz. *Pesquisa exploratória empírica sobre o fenômeno das 'organizações de simbolismo intensivo'*. Relatório de pesquisa nº 13/1999. EAESP/FGV/NPP - Núcleo de pesquisas e publicações. 1999. 134 p.

\_\_\_\_\_. *Organizações de simbolismo intensivo*. In: Miguel Pina e Cunha (Org.). Teoria organizacional: perspectivas e prospectivas. 1 ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999, p. 309-323.

\_\_\_\_\_. *Organizações de simbolismo intensivo*. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 40, n. 1, jan./mar. 2000, p. 20-28.

\_\_\_\_\_. *Organizações espetaculares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 228 p.

\_\_\_\_\_. *Simbologia da liderança na ótica cinematográfica*. In: Eduardo Davel; Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo (Org.). Gerência em ação: singularidade e dilemas do trabalho gerencial. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2005, v. 1, p. 113-132.

\_\_\_\_\_. *Organizações na sociedade: o fenômeno das organizações de simbolismo intensivo*. In: Jorge F.S. Gomes; Miguel Pina e Cunha; Arménio Rego (Org.). Comportamento organizacional e gestão: 21 Temas e debates para o Século XXI. Lisboa: Editora RH, 2006, p. 233-252.

YÉPEZ, Cristóbal Espinoza; NÚÑEZ, Édison Macías; AGUIRRE, David Andrade. *¡Siempre Listos! Historia de las fuerzas especiales del Ejército ecuatoriano*. Producción Gráfica, Quito, 2014.

#### 4. SÍTIOS ELETRÔNICOS

Acervo DEOPS/SP (Arquivo Público do Estado de São Paulo): <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/>>.

*Air and Space Smithsonian*: <<http://www.airspacemag.com/>>.

*Artcurial (french auction house)*: <<https://www.artcurial.com/>>.

Arquivo Ana Lagôa: <[www.arqanalagoa.ufscar.br/](http://www.arqanalagoa.ufscar.br/)>.

Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>>.

Biblioteca Nacional: <<https://www.bn.gov.br/>>.

Brigada de Infantaria Paraquedista: <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/>>.

*Center for Research Libraries*: <<http://www.crl.edu/>>.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas: <<http://cpdoc.fgv.br/>>.

*CMR online*: <<http://cmronline.co.uk/>>.

Cinemateca Brasileira: <<http://www.cinemateca.gov.br/>>.

*Deutsche Welle*: <<https://www.dw.com/>>.

*El Tiempo*: <<https://www.eltiempo.com/>>.

*Ejército Bolivariano*: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/venezuela/army.htm>>.

*Ejército del Perú*: <<https://www.ejercito.mil.pe/escueladeparacaidistas/>>.

Exército Brasileiro: <<http://www.eb.mil.br/>>.

Força Aérea Brasileira: <<http://www.fab.mil.br/index.php>>.

*Fort Eben-Emael*: <<http://www.fort-eben-emael.be/en>>.

*Fuerza Aerea Paraguaya*: <<http://www.fuerzaaerea.mil.py/index.php/organiza/unidades/bat>>.

*Guyana Defence Force*: <<http://www.gdf.mil.gy/index.php/>>.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Instituto de Estudos Estratégicos: <<http://www.inest.uff.br/>>.

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica: <<https://www.2.fab.mil.br/incaer/>>.

Justiça Federal – Seção Judiciária do Paraná: <<https://www5.jfpr.jus.br/>>.

Laboratório de Estudos sobre Militares: <<http://cpdoc.fgv.br/laboratorios/lem>>.

Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política: <<http://www.lemp.historia.ufrj.br/>>.

Marinha do Brasil: <<https://www.marinha.mil.br/>>.

Memórias Reveladas: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>.

*Ministerio da Defensa* (República Argentina): <<https://www.argentina.gob.ar/defensa>>.

*Ministerie van Defensie* (República Cooperativa da Guiana) <<http://www.gov.sr/ministerie-van-defensie/het-nationaal-leger.aspx>>.

*Ministerio de Defensa Nacional* (República da Colômbia): <<https://www.mindefensa.gov.co/irj/portal/Mindefensa>>.

Ministério da Defesa: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br>>.

Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia: <<http://www.obed.ufpa.br/>>.

Operacional, Defesa e Segurança: <<http://www.operacional.pt/>>.



Portal da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.leg.br/>>.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

UFJF/Defesa: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/>>.

*IVta Brigada Paracaidista*: <<http://www.brigadaivtaparacaidista.ejercito.mil.ar/historia.htm>>.

*42 Brigada de Infantería Paracaidista*: <<http://www.ejercito.mil.ve/42-brigada-de-infanteria-paracaidista/>>.